



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE – FACE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPGA

CLEDINALDO APARECIDO DIAS

**ADOCIMENTO E RETORNO AO TRABALHO APÓS TRANSTORNO MENTAL:
UM ESTUDO COM POLICIAIS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL À LUZ DA
SOCIOLOGIA CLÍNICA**

BRASÍLIA-DF,

2020

CLEDINALDO APARECIDO DIAS

**ADOCIMENTO E RETORNO AO TRABALHO APÓS TRANSTORNO MENTAL:
UM ESTUDO COM POLICIAIS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL À LUZ DA
SOCIOLOGIA CLÍNICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius Soares Siqueira

Brasília-DF,

2020

CLEDINALDO APARECIDO DIAS

**ADOCIMENTO E RETORNO AO TRABALHO APÓS TRANSTORNO MENTAL:
ESTUDO COM POLICIAIS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL À LUZ DA
SOCIOLOGIA CLÍNICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Administração.
Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius Soares Siqueira

Data de aprovação: 25 de agosto de 2020.

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Marcus Vinícius Soares Siqueira
Orientador – PPGA/UNB

Prof. Dr. Jose Newton Garcia de Araújo
Examinador Externo – PUC/MG

Profa. Dra. Viviane Cristina Vieira
Examinadora Externa – PPGL/UNB

Profa. Dra. Gisela Demo
Examinadora Interna – PPGA/UNB

Prof. Dr. Pedro Paulo Murce Meneses
Examinador – Suplente

Ao meu pai, José Raimundo Dias (*in memória*),
meu exemplo, minha inspiração, dedico.

AGRADECIMENTOS

Traçar os agradecimentos da tese é reviver as dores e as delícias de uma orgulhosa jornada, um percurso que se construiu sob o amor, o carinho e o afeto de muitas pessoas. Algumas dessas pessoas já caminhavam comigo, outras cruzaram minha história, ao passo que a caminhada se fazia. Assim, agradecer é pouco para manifestar minha gratidão. O meu desejo é reconhecer a importância dos muitos sujeitos que compartilharam dessa jornada.

Sempre, em primeiro lugar, a Deus e à minha Nossa Senhora, por guiarem cada passo, me dando energia, serenidade e sabedoria.

À minha família, pelo apoio incondicional. Presença constante e afetuosa que me deu força e garra para persistir e superar tantos desafios. Obrigado pelo carinho, pelas palavras de incentivo e pelo conforto que deram à minha alma em tantos momentos de incerteza e temor. Sinto a força das suas orações e a energia que vocês emanam para o meu bem e para minha evolução. Com vocês a minha vida tem muito mais graça e entusiasmo. Obrigado por darem mais sentidos à minha existência.

Ao meu orientador, Marcus Vinicius Soares Siqueira, pela acolhida durante esse processo. Seu olhar atento e criterioso fez sintonia com o meu desejo de conhecimento. Obrigado por acreditar na minha capacidade e aguçar minhas possibilidades de ir um pouco mais. Você me ajudou a crescer muito como professor e como sujeito. Que a vida lhe retribua, sempre, todo o bem que você faz pelos que de ti se aproximam. Sua sabedoria é inspiradora.

Aos professores do PPGA/Unb, pela competência e profissionalismo representados. A Carlos Dener, um agradecimento especial. Obrigado por acreditar, aceitar e apostar na parceria Unb/Unimontes. Os desafios e desconfortos gerados contribuíram para sair da zona de conforto e almejar novos horizontes. Gisela Demo, Solange Alfinito, Edgar Ries, Herbert Kimura, muito obrigado por todo o conhecimento compartilhado; vocês foram essenciais para esse processo. Espero que, com os singelos feitos, possamos ter retribuído o esforço e a atenção recebidos.

Às professoras e aos professores avaliadores, Gisela Demo, Viviane Cristina Vieira, José Newton Garcia de Araújo e Pedro Paulo Murce Meneses, pela disponibilidade e pelo interesse em contribuir com o meu estudo. Ao professor Alexandre Carrieri, pelas considerações na banca de qualificação. É um orgulho tê-los em minha banca. Registra-se o meu estimado respeito e admiração pela competência e pelo profissionalismo de cada um de vocês.

Aos professores e aos amigos do Instituto de Psicologia e do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, por me envolverem nas atividades acadêmicas e me ensinarem os caminhos para os estudos sobre Saúde Mental no trabalho e Análise do Discurso Crítica, temáticas por que me apaixonei nas salas de aula e nos grupos de discussão. Professora Juliana Dias, obrigado pelo acolhimento nas aulas virtuais durante a pandemia, elas foram “a terceira margem” para o acalanto do sofrimento nas últimas fases da escrita da tese. Professores Mayssara Oliveira, Júlia Argenta, Gina Albuquerque e Romar Souza, gratidão.

À PMDF, especialmente ao amigo Leonardo Borges e ao Dr. Rodrigo Araújo, que foram anjos nesse percurso, abrindo portas, desenrolando processos, levantando questões e tirando dúvidas. O apoio e a assistência de vocês me permitiram acessar meu campo de trabalho e mergulhar nas dores e lamentos psicossociais de cada sujeito da minha pesquisa.

À equipe de profissionais do CPQV, especialmente às assistentes sociais e psicólogas, sempre atenciosas e prestativas, me acolheram com tanto carinho, me envolveram nas atividades diárias e me auxiliaram em tantos momentos. Por meio de vocês foi possível enxergar a face humana e subjetiva da PMDF.

Aos participantes da pesquisa, homens e mulheres policiais, que me permitiram entrar um pouco em seus mundos, revelando relatos sinceros e profundos das suas experiências como profissionais, pais, mães, maridos, esposas, filhos, irmãos e amigos, mostrando o sujeito que habita o indivíduo policial. Ouvir a história de cada um de vocês me permitiu um olhar sobre a vida, o trabalho e a Psicologia. A confiança de vocês foi essencial para a realização deste trabalho.

Aos colegas da turma, Alcino Moura, André Athaide, Cláudia Tolentino, Diego Castro, Gilmar Freitas, Karla Coura, Pablo Peron, Simarly Soares, Simone Gelmini e Simone Tiessa. Obrigado pelas discussões, pelos lanchinhos, pela cumplicidade, pela compreensão e pelo apoio. Embora a diversidade de interesses, todos foram sempre prestativos, em suas competências, às demandas de cada um.

Aos amigos e amigas Bárbara Medeiros, Gustavo Castro, Andréa Silva, Danuzio Gomes, Monique Lombardi, Jussara Martins, Debora Durães, Gláucia Costa, Naftali Cardoso, Rondi Antunes, Frederico Mineiro, Helder Augusto, Hugo Rafael e Francisco Malta, que perto ou longe se fizeram presentes, acreditando e apoiando as minhas escolhas. Muitas vezes, nem eu mesmo acreditava tanto em mim. Bárbara, travamos juntos essa batalha desde o começo. Gratidão amiga, obrigado por tudo! De coração, muito obrigado a todos!

Ao Kever Bruno, que, ao aparecer no meu caminho, me proporcionou um novo olhar para a vida. Obrigado pela presença, pela paciência, pela compreensão e pelas fugas que me

ajudou a fazer. Sua companhia sempre me trouxe muito alento e coragem para superar muitos desafios.

À Universidade Estadual de Montes Claros e à Universidade Federal de Minas Gerais, obrigado pela concessão do afastamento e por compreender a necessidade de qualificação dos seus profissionais. Aos colegas de departamento, gratidão pelo apoio, companheirismo e paciência, mesmo nos meus rompantes.

Aos professores Sálvio Macedo, Fabrício Molica, Imaculada Curi, Edgard Alencar e Rogério Furtado, profissionais que marcaram minha vida e trajetória acadêmica. Foi me inspirando em vocês que fui construindo o meu ser professor, bricolagem de sabedoria, entusiasmo, paciência, compaixão, afeto e envolvimento. Onde quer que eu esteja, eu sempre me lembrarei do quão importante vocês foram em minha vida.

Às agências financiadoras do Dinter/UnB/Unimontes, a Fundação de Apoio à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela oportunidade de realizar o doutorado.

“O mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam, verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra montão.” (Rosa, 2001, p. 24).

RESUMO

Os transtornos mentais e comportamentais apresentam-se como a terceira maior causa de incapacidade para o trabalho nos últimos anos. Tal fato demanda a necessidade de maior atenção aos aspectos que perfazem a organização do trabalho e o envolvimento dos profissionais com suas instituições. Nesse sentido, o presente estudo se concentra no adoecimento mental vinculado ao trabalho, com ênfase no retorno do policial às suas atividades após transtornos dessa natureza. O objetivo consiste em analisar, por meio da Sociologia Clínica e da Análise de Discurso Crítica (ADC), como o contexto do trabalho militar da PMDF, perfazendo elementos da organização do trabalho, suas condições e fatores socioprofissionais, influencia o retorno do policial ao trabalho depois de afastamento por transtorno mental. O estudo assume natureza qualitativa, realizada de forma etnográfica, em que notas de observação participante, pesquisa documental e 21 entrevistas semiestruturadas foram utilizados como recursos de coleta de dados e formação do *corpus*. A análise fundamentou-se nos recursos metodológicos da ADC. Foram analisados aspectos discursivos das representações particulares nos dados por meio do estudo do significado representacional na transitividade, na interdiscursividade, na representação dos atores sociais e nas escolhas lexicais/vocabulário; e por meio do estudo do significado identificacional por meio de análise das avaliações, da modalidade e das metáforas nos dados. A análise dos textos permitiu a identificação de cinco eixos temáticos, descrevendo: os fatores influenciadores da entrega e submissão dos policiais à dominação militar; a construção identificacional do policial; o contexto do trabalho como corresponsável pelo desencadeamento de transtornos mentais; e, por fim, aspectos que perfazem o retorno ao trabalho após afastamento por transtorno mental, identificando aspectos depreciativos e positivos desse retorno. À guisa de conclusões, os resultados auferidos reverberam a relação direta entre a organização do trabalho militar e os conflitos interpessoais, a fragilização dos laços sociais e os abusos do poder, advindos do modelo hierárquico tradicional como desencadeadores do adoecimento mental e dificultadores para o retorno ao trabalho. A falta de políticas ou ações institucionalizadas de atenção ao trabalhador quanto do retorno ao trabalho após transtorno mental desqualifica qualquer investimento realizado antes ou durante o afastamento do trabalho. Adverte-se que a saúde mental da PMDF deve compor agenda do Distrito Federal e ser alvo de exercício contínuo da corporação. A exposição frequente a eventos traumáticos favorece o adoecimento psíquico dos policiais e pode contribuir para a violência contra si e contra a sociedade.

Palavras-chave: Transtornos mentais. Saúde no trabalho. Policiais Militares. Contexto do trabalho. Sociologia Clínica. Psicossociologia.

ABSTRACT

Mental and behavioral disorders are the third leading cause of incapacity for work in recent years. This fact demands the need for greater attention to the aspects that make up the organization of work and the involvement of professionals with their institutions. In this sense, the present study focuses on mental illness linked to work, with an emphasis on the return of the police to their activities after disorders of this nature. The objective is to analyze, through Clinical Sociology and Critical Discourse Analysis (ADC), as the context of the military work of the PMDF, making up elements of the work organization, its conditions and socio-professional factors, influences the policeman's return to work after being away due to mental disorder. The study assumes a qualitative nature, carried out in an ethnographic way, in which participant observation notes, documentary research and 21 semi-structured interviews were used as resources for data collection and corpus formation. The analysis was based on the methodological resources of the ADC. Discursive aspects of the particular representations in the data were analyzed through the study of representational meaning in transitivity, interdiscursivity, in the representation of social actors and in lexical / vocabulary choices; and through the study of identificational meaning through analysis of evaluations, modality and metaphors in the data. The analysis of the texts allowed the identification of five thematic axes, describing: the factors that influence the surrender and submission of police officers to military domination; the policeman's identificational construction; the context of work as co-responsible for triggering mental disorders; and, finally, aspects that make up the return to work after leaving for mental disorder, identifying depreciative and positive aspects of this return. By way of conclusions, the results obtained reverberate the direct relationship between the organization of military work and interpersonal conflicts, the weakening of social ties and the abuse of power, arising from the traditional hierarchical model as triggers of mental illness and hindering the return to life. job. The scarcity of policies or institutionalized actions of attention to the worker regarding the return to work after a mental disorder disqualifies any investment made before or during the absence from work. It is advised that the mental health of the PMDF must be part of the Federal District's agenda and be the target of continuous exercise by the corporation. Frequent exposure to traumatic events favors the police's mental illness and can contribute to violence against themselves and against society.

KEYWORDS: Keywords: Mental disorders. Health at work. Military Police. Work context. Clinical Sociology. Psychosociology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 Estrutura hierárquica e funções da PMDF.....	56
Quadro 2 Modos de operação da ideologia	116
Quadro 3 Significados do discurso de Fairclough e suas interpretações.....	120
Quadro 4 Tempo de duração de entrevistas com supervisores.....	130
Quadro 5 Tempo de duração de entrevistas com policiais	131
Quadro 6 Perfil dos policiais participantes da pesquisa	133
Quadro 7 Convenções de transcrição	134
Figura 1. Arcabouço teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso.....	121
Figura 2. Resumo de atividades desenvolvidas em cada técnica de pesquisa.....	125
Figura 3. Rede de sistema da Representação de Atores Sociais.....	143
Figura 4. Organograma do Diretoria de Saúde da Polícia Militar do DF.....	150
Figura 5. Quantitativo de atividades relacionadas à saúde do efetivo.....	151

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ACD	Análise Crítica do Discurso
ADC	Análise de Discurso Crítica
AISLF	Associação Internacional de Sociólogos de Língua Francesa
ADTO	Análise do Discurso Textualmente Orientada
Bope	Batalhão de Operações Especiais
BPChoque	Batalhão de Policiamento de Choque
BVS	Biblioteca Virtual de Saúde
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASo	Centro de Assistência Social
CEP-IH	Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas e Sociais
CFP	Curso de Formação de Praças
CID-10	Classificação Internacional de Doenças
CMS	<i>Critical Management Studies</i>
CPQV	Centro de Promoção e Qualidade de Vida
CPSO	Centro de Perícias e Saúde Ocupacional
DSM-5	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
DSAP	Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal
Fapemig	Fundação de Apoio à Pesquisa de Minas Gerais
IDE	Índice de Defasagem de Efetivo
ISA	Associação Internacional de Sociologia
LSF	Linguística Sistêmico-Funcional
OMS	Organização Mundial de Saúde
PCS	Postos Comunitários de Segurança
PM	Policial Militar
PMDF	Polícia Militar do Distrito Federal
Pradeq	Programa de Recuperação e Apoio ao Dependente Químico
Praev	Programa de Resgate à Autoestima e Valorização da Vida
RDE	Regimento Disciplinar do Exército
SBES	Seção de Bem-Estar Social
TCEO	Teoria Crítica dos Estudos Organizacionais

TCLE Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TMC Transtornos Mentais Comuns
UnB Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	26
2.1 Ontologia e epistemologia dos Estudos Organizacionais Críticos	26
2.2 Delineando a Sociologia Clínica	34
2.3 O trabalho humano como questão de sobrevivência e existência	40
2.3.1 <i>Dirty work</i> e o (i)reconhecimento do “trabalho sujo”	43
2.4 O trabalho policial: modelo ultrapassado, estigmatizado e identificacional	45
2.4.1 A necessidade da reinvenção da Polícia	46
2.4.2 O estigma da profissão: a atividade policial como “trabalho sujo”	48
2.4.3 A construção identificacional do sujeito policial	50
2.4.4 Por novos olhares para a polícia: a carência de estudos críticos	53
2.5 O contexto do trabalho policial: organização, condições e relações socioprofissionais	54
2.6 Atravessamentos do trabalho militar: o controle pela burocracia e pela ideologia gerencialista	60
2.6.1 Burocracia: poder e controle via técnica e racionalização	62
2.6.2 Ideologia gerencialista: poder e controle via subjetividade e afeto.....	65
2.7 Saúde mental e trabalho	68
2.7.1 A saúde mental no contexto do trabalho policial	79
2.8 Retorno ao trabalho após transtorno mental: refletindo perspectivas, lacunas e limitações dos estudos	89
3 A PESQUISA E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	106
3.1 Natureza e tipo de pesquisa	106
3.2 A Análise de Discurso Crítica como recurso teórico-metodológico	109
3.2.1 Traçando conceitos teóricos da Análise do Discurso Crítica	112
3.2.2 A Análise de Discurso Crítica como método para análise dos dados	119
3.3 O posicionamento ético da pesquisa	122
3.4 Sistematização e técnicas de pesquisa: da coleta/geração de dados à análise	125
3.4.1 Notas de Observação	125
3.4.2 Pesquisa documental.....	128

3.4.3 Entrevistas individuais.....	129
3.5 Percurso de construção do <i>corpus</i> e descrição das categorias de análise	135
3.6 Categorias discursivas da análise.....	138
3.6.1 Significado Representacional	138
3.6.1.1 <i>Sistema de Transitividade</i>	138
3.6.1.2 <i>Interdiscursividade</i>	142
3.6.1.3 <i>Representação dos atores sociais</i>	142
3.6.1.4 <i>Escolha lexical ou Vocabulário</i>	145
3.6.2 Significado Identificacional.....	145
3.6.2.1 <i>Avaliação</i>	146
3.6.2.2 <i>Modalidade</i>	146
3.6.2.3 <i>Metáfora</i>	147
3.7 O Centro de Promoção da Qualidade de Vida (CPQV): unidade de observação	148
3.8 Descrição dos protagonistas da pesquisa.....	153
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	168
4.1 Eixo 1: Os fatores influenciadores da entrega e submissão à dominação militar	168
4.1.1 A adesão em função das recompensas e benefícios	169
4.1.2 A adesão pela oportunidade, segurança e estabilidade.....	178
4.1.3 A adesão pela idealização e projeção	184
4.1.4 Adesão pelas influências do Outro	187
4.2 Eixo 2: Identificações identitárias do policial militar do Distrito Federal	190
4.2.1 A construção identificacional pelo laço institucional e estímulo ao abandono de si	191
4.2.2 A construção identificacional pela entrega acrítica e devoção.....	198
4.2.3 A construção identificacional pela apatia e naturalização do domínio	207
4.3 Eixo 3: Contexto do trabalho e transtornos mentais na PMDF	212
4.3.1 Organização do trabalho: pressão, hierarquia, poder e comando	213
4.3.2 Relações socioprofissionais: descrédito, perseguições e violências simbólicas.....	229
4.3.3 Condições de trabalho: alerta permanente, postura e inadequações funcionais	238
4.4 Eixo 4: Adoecimento mental de policiais militares do Distrito Federal – identificação e representação do fracasso do herói	244
4.4.1 Adoecimento mental de policiais militares mulheres.....	246
4.4.2 Transtornos relacionados ao uso de álcool e/ou outras substâncias tóxicas.....	253
4.4.3 Transtornos de adaptação relacionados ao estresse na PMDF	261

4.5 Eixo 5: Retorno ao trabalho após afastamento por transtorno mental – identificação do policial e representação dos atores sociais	272
4.5.1 Aspectos depreciativos do retorno ao trabalho.....	273
4.5.2 Aspectos positivos do retorno ao trabalho.....	288
4.6 Perfazendo uma discussão geral dos eixos analisados.....	297
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	305
REFERÊNCIAS	309
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM GESTORES E ESPECIALISTAS	341
APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM POLICIAIS	342
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE	344
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	346

1 INTRODUÇÃO

O intuito deste trabalho parte de uma reflexão muito particular quanto ao processo de adoecimento mental que se instaura entre os policiais militares. Embora sempre vistos como heróis e onipotentes, o olhar deste trabalho de desenrola para analisar a fragilidade desses homens e mulheres que se dedicam à utópica “ordem social”. Trata-se de um estudo crítico, que se coloca do lado de um grupo de trabalhadores, socialmente estigmatizados, por ter que lidar com o dito “trabalho sujo” (Hughes, 1958), maculado social, moral e fisicamente.

A inspiração para o trabalho parte da recorrência de episódios de violência policial contra a sociedade. Embora as vítimas sempre tendam a ser os agredidos, ao olhar para o contexto do trabalho policial, e seu potencial de desestruturar psicologicamente o sujeito, é possível que esse trabalhador também possa ser uma vítima dessas ocorrências.

É grande o número de manchetes que notificam o aumento de casos de homicídios, violência e criminalidade realizados pela polícia em todo o mundo. Não obstante, também é grande o número de policiais que se afastam do trabalho por depressão, estresse, pânico, síndrome de burnout e uma variedade de outros transtornos psicológicos. Além de suicídios e tentativas de suicídios que avolumam as estatísticas policiais.

Não se pode admitir que toda a violência policial possa ser justificada por transtornos mentais. Os últimos episódios dessas violências, no Brasil e no mundo, são práticas que confirmam a possibilidade de que outros motivadores, como o racismo, o feminicídio, os interesses milicianos, os subornos, entre outras mazelas socialmente construídas, sustentem essas violências. No entanto, é possível que não caiba a generalização dos fatos, colocando todos os policiais, homens e mulheres, no grupo de assassinos.

As violências policiais também podem ser resultado de um contínuo processo de isolamento social, rejeição, discriminação, humilhação, assédios, excessos de cobranças, descrédito, perseguições e falta de reconhecimento, que, discursivamente, são chamados de “pressões psicológicas”. Essas pressões tentam desencadear transtornos, que também devem ser silenciados para evitar outro histórico estigma socialmente construído, o de “doente mental”.

Omitir esses transtornos, ou ter que ocultá-los, para não perder o porte de armas, ou os serviços adicionais que ele pode gerar, apresenta-se como um grande risco social que a profissão oferece. Negligenciar os transtornos mentais é permitir que alguém, potencialmente, agressivo, deprimido, em pânico ou em outras situações psicologicamente desequilibradas possa, em uma situação mais conflituosa, se exaltar mais do que é o necessário e não dar conta

de conter seus impulsos, culminando em diferentes episódios classificados como violência policial.

O que diferencia o policial em episódios dessa natureza, e que acaba expondo a sociedade a esses rompantes de fúria, senão “surto”, é o poder legal do uso da força e, se necessário, da letalidade. Essa autoridade, legalmente atribuída, e o acesso às armas de defesa tornam a situação bem mais complexa. O desequilíbrio mental fragiliza a capacidade de elaboração de decisões mais sensatas e parcimoniosas.

Analisar criticamente o discurso desses atores é dar ouvidos a vozes pouco escutadas. É dar protagonismo aos atores que interpretam, em uma mesma cena, os papéis de herói e de bandido, visto que os desacordos sempre têm duas partes interessadas e, para cada uma delas, o policial tende a receber um dos rótulos.

Para analisar como o contexto do trabalho militar da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), perfazendo elementos da organização do trabalho, suas condições e fatores socioprofissionais, contribui para o adoecimento psíquico e o retorno do policial ao trabalho depois de afastamento por transtorno mental, traçou-se um percurso longo, a fim de que fosse possível aproximar-se, da melhor forma, dos fatores que atravessam a atividade policial. Nesse sentido, buscou-se delinear as razões que justificam as escolhas ontológica e epistemológica do estudo, resguardando o fato de que os estudos de natureza crítica parecem sofrer maior exigência para serem justificados como pesquisa.

Nesta tese, a razão epistemológica é guiada pela crítica organizacional. Assim, o trabalho realiza uma discussão sobre a vertente da Teoria Crítica, que guia o olhar do pesquisador para a realidade. Realizou-se uma revisão das escolas do pensamento crítico, optando pela vertente crítica de origem francesa, orientada especialmente pelos estudos de Max Pagès, Eugene Enriquez e Vincent de Gaulejac. O encantamento pelos estudos decoloniais não permite deixar de contemplar expoentes críticos brasileiros, que apresentaram contribuições indelévels para os Estudos Organizacionais, como os clássicos Guerreiro Ramos, Mauricio Tragtenberg e Fernando Cláudio Prestes Motta.

Pensar o trabalho humano e suas relações à luz da perspectiva crítica não é algo tão simples, pois, até mesmo sob esse olhar epistemológico, o tema assume diferentes perspectivas e escolas de análise. No contexto dos Estudos Organizacionais, a perspectiva crítica apresenta uma variedade de percursos e pensamentos que, embora compartilhem, em algumas temáticas, da negação aos modelos de gestão economicistas e exploratórios do homem e da natureza, apresentam diferentes repertórios e tradições intelectuais (Adler, Forbes, & Willmott, 2007; Faria, 2009a; Mandiola, 2010; McKie & Doan, 2018; Souza, Souza, & Silva, 2013).

De acordo com Faria (2009a), as perspectivas ontológicas e epistemológicas dos Estudos Organizacionais críticos incluem a Teoria Crítica frankfurtiana, a Teoria Crítica dos Estudos Organizacionais (TCEO), a *Critical Management Studies* (CMS) e a Análise Crítica em Estudos Organizacionais. No bojo das concepções críticas, para além de anticapitalismo e resistência ao socialismo de Estado, verifica-se, ainda, os estudos feministas, pós-feministas, pós-colonialista, modernistas e outros que se opõem ao preconceito de gênero, o neocolonialismo, a degradação planetária e o racismo (Mandiola, 2010; McKie & Doan, 2018). Embora as diferentes pautas, esses são estudos que ressoam os espaços organizacionais, olhando outras dimensões; que compõem a existência humana e suas relações consigo, com o outro e com o trabalho; e que evidenciam a intensificação do trabalho, sua precarização e as violências cotidianas, especialmente em nível simbólico.

Sob o olhar do pensamento crítico, verifica-se que as discussões quanto ao conceito, ao lugar e às funções que o trabalho ocupa na sociedade e na vida das pessoas são objeto de profundo e histórico debate (Antunes, 1995; Dujarier, 2009; Gaulejac, 2004/2005; Lhuillier, 2013), o que dá, ao mundo do trabalho, um caráter “polissêmico e multifacetado” (Antunes, 2003).

Além do sentido de existência e sustento, fundando sobre a relação universal entre o homem e a natureza, o trabalho também qualifica, identifica e faz parte da constituição individual e social do sujeito (Lhuillier, 2013). Entre as discussões sobre o fim e a centralidade da ideologia do trabalho, por exemplo, verifica-se que essa é apenas uma das dimensões do amplo espectro de transformações que afeta e desafia a vida das pessoas em sociedade (Sorj, 2000; Enriquez, 2014; Lhuillier, 2013).

Como verdadeira práxis da atividade humana, o trabalho envolve todas as atividades nas quais se exprime a capacidade do sujeito estabelecer finalidades e se responsabilizar por elas, seja o lazer, o trabalho em casa, o trabalho voluntário, a participação associativa, entre outras. Esse conjunto de atividades é a esfera sob a qual se expressa e se realiza as identidades pessoais e coletivas que o sujeito assume. São elas que afirmam o sentido que a vida tem para o sujeito. O problema é que, vinculada a um contexto exclusivamente organizacional, essa práxis se encontra atrofiada pela sobrevalorização dos resultados e reduzida a gestos e condutas programadas e instruções técnicas e operatórias (Lhuillier, 2017).

À luz da Sociologia Clínica, que se ocupa de estudar áreas sombrias do sujeito e suas relações nas práticas sociais (Gaulejac & Roche, 2007; Pagès, Bonetti, Gaulejac, & Descendre 2006), o trabalho é responsável pela constituição individual e social do ser, objeto de investimento libidinal, alvo do amor e do reconhecimento (Araújo, 2010; Enriquez, 1991;

Gaulejac, 2007; Hanique, 2009; Lhuilier, 2010; Pimenta, Fagundes, & Araújo, 2018), que retoma “as dimensões singulares dos destinos individuais ao posto de determinismo social” (Hanique, 2009, p. 32). A apropriação do conceito de clínica, no seu sentido mais original, faz alusão à aproximação do indivíduo que fala, privilegiando sua compreensão da realidade social (Lévy, 2001). A Sociologia Clínica coloca em primeiro plano o sujeito existencial, tanto em nível teórico quanto prático (Rhéaume, 2009), ajudando-o a entender melhor as fontes de suas ações dentro das organizações (Moreau, 2014).

O trabalho é espaço onde os sujeitos confrontam, simultânea e dialeticamente, suas relações consigo, com o outro e com o real (Lhuilier, 2013), relações determinantes para a construção identificacional, tanto daqueles que trabalham quanto daqueles que são privados de fazê-lo (Burgi, 2011; Dujarier, 2009; Lhuilier, 2009). Estudar o trabalho sob o prisma da Sociologia Clínica é uma tentativa de compreender a realidade, a partir das interações do trabalhador, e a estrutura social, entre ele e a sociedade, entre o sujeito social e sujeito existencial (Nunes & Silva, 2018, p. 197).

No contexto dessas interações, identifica-se que nem todo trabalho se realiza de forma a ganhar reconhecimento social, muito pelo contrário, há ocupações que são socialmente rechaçadas, estigmatizadas e negadas, envolvendo o dito “trabalho sujo”. Esse conceito agrupa profissões percebidas como repugnantes, degradantes ou censuráveis, estigmatizadas física, social e moralmente (Hughes, 1958). A sociedade delega esse tipo de trabalho a grupos de profissionais que atuam em nome dela, sendo ela mesma responsável por estigmatizá-los, renegá-los e desautorizá-los (Ashforth & Kreiner, 1999; Bosmans et al., 2016; Deery, Kolar, & Walsh, 2019; Josse, 2018; Lofstrand, Loftus, & Loader, 2015; Monteiro, Pereira, Oliveira, Lima, & Carrieri, 2017; Nunes, 2018).

Inserido entre as categorias profissionais estigmatizadas pelo “trabalho sujo”, identifica-se o trabalho do policial militar (PM), sujeito a uma tripla mácula, a periculosidade, a lida com pessoas socialmente estigmatizadas e o repúdio social, em virtude das ações moralmente duvidosas. Policiais militares se envolvem com “o resíduo da sociedade” (Poncioni, 2006), com o objetivo de eliminar situações que ela julga indesejadas. Como lixeiro social, ele lida, prioritária e majoritariamente, com pessoas marginalizadas econômica, política e culturalmente. Uma variedade de trabalhos contemporâneos inclui diferentes aspectos para classificar a ocupação policial como “trabalho sujo”, seja pela sua íntima relação com o perigo e as carências sociais (Mattos, 2012; Morais & Paula, 2010; Wood, Watson, & Falambarker, 2017); pelos riscos de contaminação, no trato com cadáveres ou com indivíduos infectados (De Camargo, 2019); pela lida com a violência, reproduzida e legitimada por meio da morte (Nunes,

2018); ou pela instrumentalização do ser humano policial em função da produção da segurança pública (Minayo & Adorno, 2013, p. 590).

O contexto do trabalho militar, visto como a integração da organização, das condições e das relações socioprofissionais (Dejours¹, 1992; Lhuillier, 2013; Mendes & Ferreira, 2008), é atravessado por dois importantes dispositivos de controle: a racionalidade do poder burocrático e a subjetividade da ideologia gerencialista, operando de maneira dissimulada e furtiva (Gaulejac, 2007). A associação desses elementos tende a exercer forte pressão sobre o psicológico dos sujeitos, afetando sua saúde mental.

A legitimidade da burocracia, afastada do seu conceito funcional de estrutura, mas vista como um sistema de dominação e controle de condutas (Tragtenbert, 2006), se materializa nas organizações militares por meio da racionalização das relações sociais que nela se reproduzem, dissimulando uma relação de submissão e subserviência, legalmente reconhecida e obedecida, em função de hierarquia, divisão do trabalho, formalização de regras e procedimentos, ordem, disciplina e comando, que a fundamenta como organização (Adler & Borys, 1996, Motta, 1979a; Ramos, 2006; Tragtenberg, 2006; Zimbalist, 1975). Como aparelho de dominação e controle, a burocracia parte da inculcação de atitudes e sentimentos apropriados ao seu funcionamento, o que garante a disciplina e o comportamento metódico e prudente dos seus membros. Ela alcança efetividade nas características que apresenta, que permitem sua concretização como aparelho de dominação e controle (Motta, & Pereira, 2004).

Já a ideologia gerencialista atua nas organizações militares a partir da utilização de formas de controle mais subjetivas, que, longe da neutralidade, atuam em função do domínio psicológico e afetivo dos seus membros (Enriquez, 1991, 1997; Freitas, 1999; Gaulejac, 2007; Pagès et al., 2006; Siqueira, 2009; Tonon & Grisci, 2015). A ideologia gerencialista encontra campo fértil para sua desenvoltura no militarismo, dada sua capacidade de fomentar idealizações e fantasias do desejo narcísico, visto na ilusão da superpotência, do vigor heroico e do poder simbólico percebido pelos seus membros.

A partir do fascínio e da sedução, explícitos no vínculo afetivo, na devoção ao militarismo, na busca do reconhecimento pela via do trabalho, na canalização da energia libidinal e em outros mecanismos de “gestão do afeto, a ideologia gerencialista joga com a subjetividade, manipula o inconsciente, aguça o gosto pelo desafio e responsabiliza os indivíduos pelos resultados das suas ações (Freitas, 1999; Pagès et al., 2006; Siqueira, 2009;

¹ Embora o trabalho não se filie à psicodinâmica do trabalho, a abrangência do conceito proposto por Christopher Dejours sumariza e esclarece com mais objetividade as ideias que norteiam os pensadores da Sociologia Clínica.

Tonon & Grisci, 2015). Ela mobiliza a energia psíquica do sujeito em favor da organização e atua como uma forma de sequestro da subjetividade (Faria, 2004, 2019; Faria & Meneghetti, 2007a) que inibe resistências e salvaguarda interesses particulares da instituição (Béhar, 2019; Chanlat, 1996; Enriquez, 1997b; Faria & Meneghetti, 2007a; Gaulejac, 2007; Pagès et al., 2006). Além disso, a ideologia gerencialista estabelece uma espécie de servidão voluntária (La Boétie, 2009), que cega o policial da realidade de exploração vivida e o faz dedicar-se àquele modelo de “mãe-protetora” que nutre, cuida, afaga e promove seus “filhos” (Barros & Ribeiro, 2014).

Enquanto, na burocracia, o controle, a dominação e a alienação se desenrolam pela via da racionalização, da técnica e da impessoalidade (Faria & Meneguetti, 2011; Motta, 1981; Tragtenberg, 2006), na ideologia gerencialista, isso ocorre pela via do afeto, da sedução e da mobilização psíquica (Enriquez, 1991, 1997; Freitas, 1999; Gaulejac, 2007; Pagès et al., 2006; Siqueira, 2009; Tonon & Grisci, 2015). A ideologia gerencialista cria um processo de envolvimento que se distancia da formalidade e se aproxima da subjetividade. Todavia, burocracia e gerencialismo são instrumentos de autoridade, dominação e controle, e suas aparentes contradições estão apenas na forma como se apresentam frente à realidade.

Esse conjunto de elementos – estigma social, racionalidade burocrática e ideologia gerencialista – associados às mudanças sociais e ao contexto do trabalho colabora para o desencadeamento de problemas na saúde mental dos policiais. A pressão dessas forças provoca um contínuo processo de silenciamento, introjeção do sofrimento, abandono e individualização. A frustração da não realização, depositada na instituição militar, a desestruturação dos coletivos, o enfraquecimento dos laços sociais, a ruptura do tecido de solidariedade, os discursos de comprometimento e envolvimento e as pressões vivenciadas no cotidiano do trabalho favorecem o adoecimento psíquico dos policiais e acabam por criar uma massa de profissionais psicologicamente adoecidos, muitos incapacitados, definitivamente, para o trabalho.

Como afirmam Antunes e Praun (2015), esse adoecimento não é algo novo, mas se renova ao longo dos tempos no contexto das organizações. Assim, os vínculos entre transtornos mentais e trabalho vão ganhando visibilidade nos Estudos Organizacionais. O que fora, por muito tempo, negligenciado e estigmatizado como “loucura”, apresenta-se, então, como um dos principais problemas de saúde do trabalhador nas últimas décadas.

Perfazendo as intersecções trabalho e saúde, diferentes estudos, de autores como Baierle e Merlo (2008); Bendassolli (2011); Seligman-Silva, Bernardo, Maeno e Kato (2010); Chanlat (1996); Dejours (1992, 2008); Gaulejac (2007); Glina, Rocha, Batista e Mendonça (2001);

Jacques (2007); Seligmann-Silva (1994, 2011); Heloani e Barreto (2010); Souza e Minayo (2005); Vieira (2014); e outros, exploram aspectos que versaram as faces do sofrimento relacionado ao trabalho e os reflexos dele na saúde psíquica dos trabalhadores. Nesse ínterim, verifica-se expressivo aumento do número de pesquisas que buscam interpelar as ocorrências de afastamentos e retorno ao trabalho por motivos de transtornos dessa natureza (Baasch, Trevisan, & Cruz, 2017; Castro, 2016; Fonseca & Carlotto, 2011; Silva Jr, 2016).

Sob o ponto de vista psicológico, o trabalho militar é classificado como uma das mais penosas profissões, quando comparada a outras ocupações, o que é justificado por altas cargas de estresse, esforço físico e emocional depreendidas, exposição à violência e às tragédias e enfrentamento de situações perigosas regularmente (Cummins & King, 2016; Ferreira, 2016; Johnson et al., 2005; Karaffa & Kosch, 2015; Liberman et al., 2002).

Perceber essas especificidades do trabalho militar e os riscos psicossociais das atividades às quais os policiais estão expostos é demanda de primeira necessidade tanto para as instituições militares quanto para a sociedade em geral. Apesar das tímidas iniciativas de atenção psicossocial nas instituições militares, vê-se, gradativamente, o aumento do número de adoecimentos, afastamentos e mortes de policiais por motivos psicológicos como: episódios depressivos, estresse, síndrome de burnout, distúrbios do sono, disfunções alimentares, abuso de álcool e outras drogas, suicídios, entre outros distúrbios mentais associados à natureza do trabalho (Alves et al., 2015; Ferreira, Bonfim, & Augusto, 2012; Ferreira, 2016; Ferreira, M. C. A., 2013; Mascarenhas, 2009; Minayo, Assis, & Oliveira, 2011; Oliveira & Santos, 2010; Pena, 2011; Silva, 2009; Silva & Vieira, 2008).

Levantadas essas considerações, esta tese questiona: como o contexto do trabalho militar contribui para o adoecimento psíquico e acaba por influenciar o retorno ao trabalho após transtornos mentais de policiais na PMDF? Para tanto, o objetivo geral consiste em analisar, por meio da Sociologia Clínica e da Análise de Discurso Crítica (ADC), como o contexto do trabalho militar da PMDF, perfazendo elementos da organização do trabalho, suas condições e fatores socioprofissionais, influencia o retorno do policial ao trabalho depois de afastamento por transtorno mental.

Mais do que uma teoria e um método, a transdisciplinaridade da ADC abre uma relação dialética com diferentes teorias e métodos sociais, favorecendo uma contínua evolução (Fairclough, 2001a). A opção pela ADC se adere às proposições de Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2001a) ao pontuar que as mudanças no cenário social e do trabalho implicam mudanças nas práticas discursivas. Elas “contribuem para modificar o conhecimento (até mesmo as crenças e o senso comum), as relações sociais e as identidades sociais”

(Fairclough, 2001a, p. 27). O aporte teórico-analítico se ancora na transdisciplinaridade dos estudos de Chouliaraki e Fairclough (1999); Fairclough (2001a, 2003); Magalhães (2005); e Magalhães, Martins e Resende (2017); e Ramalho e Resende (2011), além de alguns outros estudiosos que comungam dessa perspectiva de análise.

Para o alcance da proposta, **os objetivos específicos** delineados incluem: a) compreender a construção identificacional do policial militar da PMDF a partir da organização burocrática e dos atravessamentos do gerencialismo nas práticas institucionais adotadas; b) verificar os fatores motivadores para a escolha pela profissão de policial militar; c) analisar as construções discursivas que explicam a organização e as condições do trabalho policial como desencadeadoras de transtornos mentais na PMDF; d) discutir a desconstrução do papel de herói assumido pelos policiais militares a partir do reconhecimento do adoecimento mental; e e) analisar as manifestações discursivas explícitas ou implícitas no discurso do policial militar quanto ao retorno ao trabalho depois de episódio de transtorno mental.

Ressalta-se que o problema é abordado aqui se apossando de uma posição contrária à lógica positivista, que vigora historicamente em boa parte dos Estudos Organizacionais “como fonte hegemônica da ciência administrativa, tanto no campo da ortodoxia, como também em parte dos Estudos Organizacionais” (Santos, 2017, p. 215). Essa discussão afasta-se de estudos preditores epidemiológicos e clínicos (Ervasti et al., 2017; Gagnano, Negrini, Miglioretti, & Corbière, 2018; Muschalla, 2018) ou de avaliações econômico-financeiras da eficácia de programas de retorno ao trabalho (Dewa, Loong, Bonato, & Joosen, 2015; Martin, Nielsen, & Madsen, 2013; Nieuwenhuijsen et al., 2014; Nigatu et al., 2016) e buscar compreender outros aspectos mais complexos, subjetivos e individuais que envolvem essa relação (Andersen, Nielsen, & Brinkmann, 2014; Assis, 2016; Corbière et al., 2018; Gewurtz & Kirsh, 2009; Glina et al. 2001; Hatchard, Henderson, & Stantonb, 2012; Macaia & Fischer, 2015; Neves, 2016; Neves, Nunes, & Magalhães, 2015; Nielsen et al., 2011; Penteado, 2014).

A importância dada a essa natureza mais subjetiva dos aspectos que perfazem o saúde mental e o retorno ao trabalho após transtorno mental parte das prerrogativas apontadas anteriormente quanto aos diferentes significados do trabalho na vida do sujeito. Para além das dimensões da produção e da remuneração, esses estudos também devem se valer da dimensão “ser do sujeito”, incorporando aspectos de identificação e socialização (Gaulejac, 2011), tema caro à selvageria capitalista das organizações. Ao perceber o trabalho como atividade coletiva, realizada com os outros e para os outros (Burgi, 2011; Dujarier, 2009; Enriquez, 2001; Lhuillier, 2013), faz-se necessário que a análise do retorno também contemple os aspectos interacionais dos sujeitos e os outros atores envolvidos nessa questão.

As pretensões da pesquisa buscam romper com o caráter instrumental e tecnicista de muitos estudos que orientam a relação do adoecimento psíquico e do retorno ao trabalho depois de transtorno mental, contribuindo para o repensar das práticas organizacionais adotadas pela Polícia Militar do Distrito Federal. Sair do olhar estritamente positivista pode contribuir para a compreensão e o desenvolvimento de mecanismos capazes de interpretar a realidade organizacional e gerar soluções transformadoras. A pouca ocorrência de estudos críticos que abordam os transtornos mentais no campo dos serviços militares evidencia a necessidade de pesquisas que se afastem da ortodoxia dos estudos positivistas e percebam o fenômeno como uma prática social atravessada por diferentes ciências.

Ademais os diversos estudos que discutem as repercussões dos transtornos mentais no mundo do trabalho policial, a tese aqui apresentada atenta para os agravos emergentes do retorno de policiais militares ao ambiente de trabalho após afastamento por moléstias dessa natureza. Embora as tantas divulgações de episódios de manifestações de perturbação psíquicas de policiais no trabalho, ou mesmo fora dele, pouco se tem tratado sobre como se dão os processos de retorno desses profissionais ao trabalho após ocorrências de transtornos dessa natureza, por surtos depressivos, compulsões, episódios de pânico, agressividade e violência injustificada, tentativas de suicídios ou outras manifestações de agressividade.

Definidos os aspectos que orientam e contextualizam a problemática da tese, a partir deste Capítulo 1, ou “Introdução”, o trabalho se divide em outros cinco capítulos. O Capítulo 2, “Referencial teórico”, busca delinear os pressupostos teóricos que orientaram as reflexões críticas do pensamento quanto ao retorno ao trabalho após adoecimento mental. Assim, nele a pesquisa perfaz os aspectos ontológicos e epistemológicos dos Estudos Organizacionais, seguindo com discussões sobre a Sociologia Clínica, o trabalho e o “trabalho sujo” policial, os atravessamentos da burocracia e da ideologia gerencialista, a saúde mental e, por fim, os aspectos do retorno ao trabalho após transtorno mental.

No Capítulo 3, são discutidos a “Pesquisa e os procedimentos metodológicos”. Assim, descreve-se o delineamento da pesquisa, aprofundando as discussões quanto à abordagem interdisciplinar com a ADC, suas intersecções e sua natureza teórico-metodológica. Nesse momento, também são tratadas a natureza etnográfica do estudo, as técnicas de geração de dados empregadas, a sistematização da análise e a descrição do perfil dos atores sociais protagonistas deste estudo.

No Capítulo 4, são apresentadas as “Análises das entrevistas e discussões”, contemplando cinco eixos analíticos, quais sejam: a construção identificacional do policial militar do Distrito Federal; os fatores influenciadores da escolha profissional; o contexto do

trabalho policial e suas relações com o desencadeamento dos transtornos mentais; o adoecimento psicológico; e o retorno ao trabalho após transtorno mental.

Por fim, o Capítulo 5 descreve as “Considerações finais” do trabalho, ponderando as discussões apresentadas, levantando propostas de novas intervenções e apresentando os limites do estudo. Ao final da tese, são inseridos as referências e um conjunto de apêndices que elucidam alguns achados e apresentam melhores esclarecimentos quanto aos aspectos discutidos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica que embasa esta tese divide-se em seis tópicos. Em um primeiro momento, buscou-se delinear os pressupostos epistemológicos e ontológicos que orientam a perspectiva crítica do trabalho. Na sequência, foi realizada discussão quanto aos conceitos que perfazem a Sociologia Clínica, seguida de uma apreciação das configurações do trabalho contemporâneo. Nesse sentido, buscou-se traçar os aspectos do “trabalho sujo” e do contexto do trabalho policial. Os tópicos subsequentes envolvem a burocracia e a ideologia gerencialista, como elementos que atravessam o trabalho militar; a relação saúde mental e trabalho; e, por fim, os aspectos do retorno ao trabalho após transtorno mental.

2.1 Ontologia e epistemologia dos Estudos Organizacionais Críticos

Nem toda pesquisa se ocupa de escrever o caráter ontológico e epistemológico que a orienta. No entanto, ter conhecimento desses elementos, constituintes elementares do pensamento científico, e torná-los texto, contribui para dar posição, tanto ao escritor quanto ao leitor, das perspectivas de análise que se pretende seguir. Nesse sentido, verifica-se a desapropriação de alguns tipos de sentidos (correntes teóricas, pensamento humano, métodos de análise etc.) e, ao mesmo tempo, a apropriação de outros; mecanismos necessários para enxergar uma das faces do que se apresenta como realidade. Esta seção se interessa pela discussão do percurso dos sentidos, do ângulo pelo qual se olha o fenômeno do adoecimento mental e do retorno ao trabalho após afastamento por transtorno mental. Faz-se importante esclarecer que o conhecimento da realidade se constrói sob diferentes lentes, e cada pesquisador deve se apropriar daquela com que mais se identifica.

Ao partir para uma jornada de pesquisa, é importante que o pesquisador tome para si maneiras de trabalhar que sejam compatíveis com sua própria forma de pensar, uma vez que sua pesquisa não se distancia daquilo que realmente pensa ou é. É a partir de seus valores subjacentes, filosofias de vida e pontos de vista da realidade, definidos como ontologia, que ele é capaz de fazer uma escolha entre as diferentes perspectivas de olhares que poderá adotar, ou seja, a questão da epistemologia (Etherington, 2004). Ramalho e Resende (2011) coadunam dessa percepção ao descrever que a primeira atribuição do investigador que se debruça em

estudos qualitativos de natureza crítica é a definição da sua concepção de mundo ou da natureza da realidade, ou seja, dos aspectos ontológicos que atravessam as suas análises, pois são eles que determinam as decisões de cunho epistemológico e metodológico que se pretende seguir.

Por vezes, percebe-se a abstenção dessa discussão no campo das pesquisas sociais aplicadas, talvez isso possa ser explicado pela posição naturalizada daquilo que parece ser verdade, herança de um paradigma positivista e uma forma “enquadrante” de enxergar a realidade.

A perspectiva ontológica discute e problematiza a natureza da realidade, enxergando-a como algo objetivo e singular, de acordo com o realismo, ou algo subjetivo e múltiplo, concernente ao nominalismo (Burrell & Morgan, 1979) e ao construcionismo social (Gergen, 1973). Para além do funcionalismo, a perspectiva ontológica que orienta este estudo se opõe ao positivismo científico, ignorando que a realidade social pode ser compreendida de forma similar às ciências naturais. A realidade aqui é percebida como uma abstração, algo imaterial que nega a existência de uma estrutura real para o mundo (Burrell & Morgan, 1979).

Tradicionalmente, os Estudos Organizacionais apresentam-se como campo de conhecimento multifacetado, permeado “de controvérsias teóricas e conflitos ideológicos em torno da questão de como a 'organização' pode e deve ser” (Reed, 1998, p. 66). Esses conflitos abarcam as mais variadas discussões e embates ontológicos (realismo *versus* nominalismo) e epistemológicos (positivismo *versus* antipositivismo). Marcado pela herança positivista das ciências naturais, o paradigma funcionalista constituiu “por muitas décadas a ‘ortodoxia’ na pesquisa científica da área” (Vergara & Caldas, 2005 p. 66), gerando modelos hegemônicos de análise fundamentados em explicações racionais das questões sociais, tais como “*status quo*, ordem social, consenso, integração social, solidariedade, satisfação das necessidades e realidade” (Souza, Costa, & Pereira, 2015, p. 729).

Apesar dessa predominância, a epistemologia positivista, associada ao paradigma funcionalista, nunca foi suficiente para explicar os fenômenos sociais que perpassam as organizações, uma vez que “restringe severamente o limite do conhecimento que pode ser atingido pelos Estudos Organizacionais, limitando-o àqueles fatos que podem ser submetidos a um método de prova rigoroso, bem como a generalizações semelhantes a leis que ela sanciona” (Reed, 1998, p. 84).

Para além do funcionalismo, o olhar construcionista dos Estudos Organizacionais ultrapassa o sentido de estudar uma empresa ou entidade, mas compreende uma análise sustentada de impulsos genéricos, que organizam e ordenam corpos, gestos, vestimentas, subjetividades, desejos e vida. Ao invés de uma entidade, um objeto fixo ou um fenômeno

estático, as organizações são vistas como um processo, móvel, provisório, inacabado e incompleto, uma “construção histórica, social e cultural envolvida por relações de poder” (Souza et al., 2015, p. 731).

Assim, para o construcionismo, o termo organização é entendido como microprocessos de ordenamento, cuja ocorrência e análise não se restringem somente a empresas, apesar de muitos processos de ordenamento também ocorrerem em empresas. Isto é, os estudos organizacionais têm como objeto de análise os processos de ordenamento e não empresas. (Souza et al., 2015, p. 731-732).

O apoderamento do construcionismo social como perspectiva ontológica e epistemológica se engaja na perspectiva da crítica dos Estudos Organizacionais, que rompe com os padrões sociais e a hegemonia dos trabalhos científicos da área, o que encontra forte relação com os pensamentos da Teoria Crítica.

Com origem no início do século XX, no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, congregando um grupo de pensadores críticos, com ideais marxistas não ortodoxos e olhar diferenciado para os paradigmas científicos e sociais, a Teoria Crítica pode ser identificada como vertente de resistência e alternativa para o desapego da hegemonia ortodoxa do funcionalismo e do positivismo lógico então dominante nos Estudos Organizacionais (Alvesson & Deetz, 1998; Faria, 2009a; Freitag, 1988; Paula, 2008a; Matos, 1993). Conhecida popularmente como Escola de Frankfurt, a promotora da Teoria Crítica apresenta-se muito mais do que um grupo de intelectuais, mas uma teoria social que, em pouco tempo, superou os limites geográficas da institucional genitora (Freitag, 1988).

A Teoria Crítica de origem frankfurtiana tem compromisso com a eliminação da injustiça social, bem como com a “integridade e a liberdade do indivíduo, atacando a estrutura ideológica e institucional da opressão” (Paula, 2008a, p. 2). Seu percurso histórico se caracteriza pela vertente política que assume e pelo engajamento social dos seus estudiosos na busca pela emancipação do sujeito e na proposição de alternativas que desvelem ideologias que legitimam a dominação e o abuso do poder das organizações. Fournier e Grey (2006) descrevem que a Teoria Crítica, em suas diferentes vertentes, busca desmascarar as relações de poder que envolvem a vida social e organizacional, com comprometimento com a libertação dos sujeitos.

No Brasil, a vertente teórica crítica tem como principais precursores os trabalhos de Guerreiro Ramos (1983-1966, 1989-1981), Maurício Tragtenberg (2006-1974, 1980) e Fernando Cláudio Prestes Motta (1979a, 1986). Embora as divergências quanto à autonomia crítica desses pensadores em relação à Escola de Frankfurt (Faria, 2009a), todos caminham em

função de romper com a epistemologia do cientificismo natural dado às ciências sociais, angariando uma série de seguidores (Paula, 2007; Tenório, 2008; Vieira & Caldas, 2006).

Guerreiro Ramos inaugurou um novo olhar sobre a Sociologia e as organizações brasileiras, apresentando crítica à redução sociológica, aos pressupostos da racionalidade, ao mercado como forma dominante de organização da vida social e à reprodução não criativa da ciência. Seu objetivo se volta para “contrapor um modelo de análise de sistemas sociais e de delineamento organizacional de múltiplos centros ao modelo atual centralizado no mercado” (Ramos, 1989, p. xi).

Maurício Tragtenberg, à luz do marxismo-anarquismo, teve a sua obra centrada nos estudos sobre a burocracia, suas formas de manifestação, poder e dominação (Faria, 2009a). Centrado nas discussões sobre o poder, o autor se dedica ao estudo do capitalismo e seus mecanismos de exploração, tratando temáticas, como divisão do trabalho, ideologia, controle social e educação, em face da emancipação da classe trabalhadora, da sua autonomia e da sua condição humana (Amorim & Brüning, 2015).

Por sua vez, a obra de Motta (1979a) voltava-se para denunciar o modo como as teorias administrativas se fundem à racionalidade instrumental para estabelecer o controle social nas organizações e a dominação do homem por meio das relações de produção. Em uma sociedade capitalista, as relações de dominação aparecem como administração, não podendo “ser entendidas a não ser em sua articulação com as relações de produção” (Motta, 1981, p. 33).

Ao tratar a Teoria Crítica nos Estudos Organizacionais, Paula (2008a) menciona a dificuldade que é identificar o que é crítica. Para amenizar essa inquietação, a autora comenta as perspectivas foucaultianas, kantianas, humanistas, fenomenológicas, existencialistas e dialéticas (no sentido marxista), sendo que todas se orientam para um processo de inservidão, resistência, autonomia e emancipação do sujeito.

Ao tratar o conceito de crítica, Eagleton (1997) a define como uma “forma de discurso que busca habitar internamente a experiência do sujeito, a fim de extrair daquela experiência os aspectos “válidos” que apontam para além da sua condição atual” (p. 13). Outrossim, os desencontros ontológicos e epistemológicos da área não têm impedido o amadurecimento desse campo na academia e, como apresentam Vieira e Caldas (2006), embora “a ortodoxia funcionalista no campo dos Estudos Organizacionais, ao menos desde o final da década de 1980, vertentes de resistência têm surgido para enfrentar tal hegemonia na área” (p. 59).

Uma referência conceitual e exponencialmente utilizada e discutida como parâmetro de classificação e diferenciação dos Estudos Organizacionais encontra-se no diagrama de paradigmas sociológicos apresentados por Burrell e Morgan (1979). Embora as críticas à

“incomensurabilidade paradigmática e o banimento do diálogo” (Caldas, 2005, p. 56) e a “forma reducionista” do modelo (Paula, 2008b), ele se apresenta como uma forma didática de situar as diferentes perspectivas do pensamento social.

A proposta dos autores fundamenta-se na teoria kuhniana das revoluções científicas que apregoa que, embora factível, a mudança de um paradigma requer a mudança dos pressupostos metateóricos de uma comunidade científica, caso que não ocorre com muita frequência. O diagrama elaborado agrupa os Estudos Organizacionais de acordo com a base ontológica e epistemológica que fundamentam as teorias organizacionais modernas. Dessa forma, Burrell e Morgan (1979) identificam duas dimensões, a sociologia da regulação e a sociologia da mudança radical, que, dívidas pela objetividade e subjetividade, irão determinar quatro paradigmas: o funcionalismo, o interpretativismo, o estruturalismo radical e o humanismo radical.

De acordo com o diagrama, no eixo da sociologia da regulação, o paradigma funcionalista domina os Estudos Organizacionais. Ele aborda o sujeito sob um ponto de vista objetivista e se caracteriza pelo interesse em explicar o *status quo*, a ordem social, a integração social, a solidariedade e a necessidade de satisfação e atualização. Na contraposição desse, o paradigma interpretativista, também identificado na sociologia da regulação, tem interesse em entender o mundo como ele é, “entender a natureza fundamental do mundo social ao nível da experiência subjetiva. Ele busca explanação dentro do reino da consciência individual e da subjetividade, dentro do quadro de referência do participante, em oposição ao do observador da ação” (Burrell & Morgan, 1979, p. 28).

No eixo da sociologia da mudança radical, encontram-se o humanismo radical (que vê o mundo de um ponto de vista subjetivo, enfatizando a importância de destruir ou de transcender as limitações dos arranjos sociais existentes) e, no seu outro extremo, o estruturalismo radical (que, semelhante à teoria funcionalista, se compromete com “mudança radical, emancipação e potencialidade, em uma análise que enfatiza conflito estrutural, modos de dominação, contradição e privação” (Burrell & Morgan, 1979, p. 34)).

Entre outros críticos dos paradigmas sociológicos de Burrell e Morgan (Caldas, 2005; Gioia & Pitre, 1990; Hassard, 1991; Lewis & Grimes, 1999; Weaver & Gioia, 1994), o trabalho de Paula (2016) aponta uma guerra paradigmática dessa classificação nos Estudos Organizacionais. Embora a relevância dada e a possibilidade de desenvolver olhares alternativos, a rigidez do diagrama ignora a possibilidade de uma intersecção entre os paradigmas. Os estudos de Gioia e Pitre (1990) e Hassard (1991) sustentam que é possível que se desenvolva diálogo entre os paradigmas propostos. Nessa perspectiva, e após um vasto

exame das críticas à Burrell e Morgan (1979), Paula (2016) desenvolve o círculo das matrizes epistêmicas, que, guiado pelos interesses cognitivos discutidos por Jürgen Habermas, integram a matriz empírico-analítica, a matriz hermenêutica e a matriz crítica. A proposta da matriz discute que “o trânsito das teorias e metodologias pode levar a reconstruções epistêmicas avançadas que originam abordagens sociológicas híbridas, que têm a propriedade de transitar entre as matrizes epistêmicas e combiná-las” (Paula, 2016, p. 43).

Rejeitando as limitações “enquadrantes” de Burrell e Morgan, Paula (2008) apresenta que o fato de tanto a teoria crítica quanto o interpretacionismo estarem no pólo da subjetividade não implica que não seja possível um “interpretacionismo crítico”. Ou que o interpretacionismo sempre tenderá ao reducionismo, sem recuperar o contexto socio-histórico em que os atores se relacionam. Além disso, o que diferencia a crítica e o interpretacionismo é a capacidade de emancipação do sujeito. Para tanto, fundamenta a autora: “os críticos enfatizam prioritariamente a subjetividade, o sujeito e a ação” (Paula, 2008a, p. XIII).

Atentando para as teorias que perfazem o eixo crítico dos Estudos Organizacionais, Adler, Forbes e Willmott (2007), Faria (2009a), Mandiola (2010) e Souza, Souza e Silva (2013) atentam para a variedade de percursos, abordagens e pensamentos que perfazem a epistemologia desse campo, um “corpo heterógeno, corpo este que compartilha alguns temas em comum, mas que nunca é inteiramente consistente” (Souza, Souza, & Silva, 2013, p. 201). Embora comunguem do profundo ceticismo em relação aos modelos de gestão e à miopia financeira e exploratória do homem e da natureza, presentes nas organizações, verifica-se uma diversidade de *backgrounds* teóricos e tradições intelectuais que enredam a Teoria Crítica.

No esforço de descrever as distinções entre as perspectivas ontológicas e epistemológicas que orientam os estudos organizacionais críticos, Faria (2009a) divide-as em grandes áreas, quais sejam: Teoria Crítica frankfurtiana, Teoria Crítica dos Estudos Organizacionais, *Critical Management Studies* e Análise Crítica em Estudos Organizacionais.

A Teoria Crítica frankfurtiana, detalhada no início desta seção, é orientada por três gerações de pensadores. A primeira geração, filiada ao marxismo, é a que originalmente nomeia o conceito de Teoria Crítica (Freitag, 1988). A segunda se afasta do marxismo e enfatiza a potencialidade de uma razão comunicativa. E, a terceira, critica as gerações anteriores com posturas que, por vezes, chegam a soar como contraditórias às suas origens, “assumem posturas definitivamente diversas, mas declaradamente críticas” (McKie & Doan, 2018, p. 1). Essa área tem alcance social e não se vincula a quaisquer desvios políticos impetrados em nome do marxismo ou a práticas de autoritarismo, violência, centralismo burocrático e formação de oligarquias, entre outras (Faria, 2009a).

A Teoria Crítica dos Estudos Organizacionais fundamenta-se teoricamente no marxismo, no pensamento da primeira geração da Escola de Frankfurt e nos estudos sobre Estado, poder e classes sociais, advindos da Psicologia Sócio-histórica, Sociologia Clínica, Psicossociologia Crítica e Psicanálise Freudiana. Sua dimensão epistemológica vincula-se ao materialismo histórico e ao método dialético, permitindo amplo diálogo com outras teorias. Os estudos e as pesquisas de campo em estudos organizacionais dão ênfase à centralidade do trabalho em termo de relações, divisão, gestão e processos de trabalho (Faria, 2009a).

Na *Critical Management Studies*, o dito como crítica não se apropria de caráter revolucionário, mas reformador, sem partilhar fundamentos do que vem a ser uma análise crítica. De acordo com Viera e Caldas (2005), essa linha de pensamento tornou-se um grupo reduzido de teóricos, com conceitos e parâmetros próprios para definir as fronteiras do que é ou não crítico em estudos organizacionais. Tal fato exclui a abordagem daquilo que, de fato, se caracteriza como crítico. Para Faria (2009a), embora ocupe seu lugar no campo organizacional, tenha seguidores e adeptos e apresente suas contribuições, por uma questão de coerência, a CMS não pode ser vinculada à teoria crítica ou às análises críticas. “Trata-se, apenas, de uma linha de usuários eventuais de conceitos marxistas, aos quais faltam metodologia, epistemologia, teoria e ontologia marxistas” (Faria, 2009a, p. 510).

De acordo com Faria (2009a), a Análise Crítica em Estudos Organizacionais faz referência às novas dimensões de estudos críticos, incluindo o pós-estruturalismo de Michael Foucault, o pós-modernismo de Jean-François Lyotard, as análises institucionais de René Lourau, Georges Lapassade e Félix Guattari, o simbolismo de Pierre Bourdieu, o imaginário de Cornelius Castoriadis e a teoria da complexidade de Edgard Morin, entre outros. São análises críticas não marxistas e não frankfurtianas que estudam as organizações, do ponto de vista das relações de poder. Nessa perspectiva, incluem-se, ainda, os estudos críticos de tradição francesa, que, enlaçados aos estudos da Psicanálise Freudiana, da Sociologia, da Psicossociologia e da Sociologia Clínica, assumem naturezas mais reflexivas e intuitivas. Contando com autores como Eugene Enriquez, Max Pagès, Robert Castel, Jacques Dozelot, Marcel Gauchet, Alain Ehrenberg, Jean Dubost, Jacques le Goff, André Nicolai, entre outros, a abordagem crítica francesa parte de análises dos fenômenos organizacionais como produto de intrincados processos sociais, culturais, psíquicos e institucionais (Gaulejac, 2007), o que será melhor detalhado posteriormente.

Para além das proposições e da classificação dos estudos críticos organizacionais, propostas por Faria (2009a), também Mandiola (2010) menciona “outras vozes no campo” da Teoria Crítica, incluindo os estudos feministas, pós-feministas, pós-colonialistas e modernistas.

Simon, citado por McKie & Doan (2018), também discute como a Teoria Crítica aumentou o seu núcleo de análises e trouxe para o seu bojo, “além do anticapitalismo e da resistência ao socialismo de estado, estudos de oposição explícita ao preconceito de gênero, neocolonialismo, degradação planetária e racismo” (McKie & Doan, 2018, p. 8).

Considerando a diversidade de perspectivas e conceitos que definem uma abordagem crítica nos Estudos Organizacionais, bem como os aspectos ontológicos e epistemológicos que orientam a proposta de estudo sobre adoecimento psicológico e retorno ao trabalho depois do transtorno mental, optou-se por adotar, como perspectiva de análise, o que Faria (2009a) descreve como Teoria Crítica em Estudos Organizacionais. Para o autor,

Trata-se de uma teoria que se baseia na dimensão epistemológica do materialismo histórico e no método dialético. Isso significa dizer que a TCEO utiliza-se, ao mesmo tempo, de referenciais do marxismo, das análises frankfurtianas de primeira geração, dos estudos sobre Estado, poder e classes sociais, da psicologia sócio-histórica, da Sociologia Clínica crítica (ou psicossociologia crítica) e da psicanálise freudiana. A TCEO caracteriza-se por permitir um amplo diálogo com outras teorias, assegurado sua vinculação à dimensão fundante do materialismo histórico. (Faria, 2009a, p. 512).

Paula e Gontijo (2013) comentam que, por ser a administração uma ciência social aplicada, sua produção de conhecimento deve se ancorar em teorias advindas de outras áreas, como a Sociologia, Filosofia, Psicanálise e Psicologia, de forma a “construir um arcabouço teórico compatível com aqueles que seriam seus objetos de pesquisa” (Paula & Gontijo, 2013, p. 2), saindo da visão hegemônica positivista, que insiste em dominar os Estudos Organizacionais. Contudo, Hanique (2009) descreve que esse não é um trabalho simples e até mesmo as ciências sociais vivenciaram seu momento monológico de cientificidade (baseando na produção de leis), favorecendo o modelo positivista, quando se assentou numa leitura essencialmente determinista da sociedade, na qual a causalidade manteve um lugar central. Paula e Gontijo (2013) atentam para o fato de que a teoria, a partir da criação de conceitos, torna possível compreender e interpretar o mundo real, advindo da experiência, ou seja, do empirismo científico.

Colocadas as ponderações que orientam a epistemologia dos Estudos Organizacionais críticos, a próxima seção se debruça em apresentar a Sociologia Clínica como alternativa de análise das práticas sociais das organizações militares e do retorno dos policiais ao trabalho depois de afastados por transtorno mental.

2.2 Delineando a Sociologia Clínica

As discussões em volta da construção da Sociologia Clínica têm início na década de 80, por iniciativa de Robert Sévigny, Gilles Houle, Eugène Enriquez e Vincent de Gaulejac. Em 1988, em Genebra, esse grupo de pesquisadores dá início a um grupo de trabalho dentro da Associação Internacional de Sociólogos de Língua Francesa (AISLF), o que logo evolui para um grupo de trabalho sobre essa abordagem na Associação Internacional de Sociologia (ISA), sendo reconhecido, em 1992, como comitê permanente de pesquisa nessas duas associações. O primeiro colóquio específico da área foi realizado em 1992, na Universidade Paris VII, sob a coordenação do Laboratório de Mudança Social, e reuniu mais de 150 pesquisadores de cerca de 15 países. É na década de 1990 que a Sociologia Clínica se consagra como uma nova orientação nos campos das ciências sociais (Gaulejac & Roy, 1993; Gaulejac & Roche, 2007; Lévy, 2001; Nunes & Silva, 2018).

A jornada teórica da Sociologia Clínica começa nas fontes da sociologia francesa, influenciada pelos estudos de Émile Durkheim, Marcel Mauss e Georges Gurvitch. Ela acompanha, ainda, os opositores da Faculdade de Sociologia da França, do Freudo-Marxismo e da Escola de Frankfurt; os estudos de Wilhen Reich e Georges Devereux, especialmente no que tange às questões teóricas e clínicas; e as proposições dos precursores da Psicossociologia, Psicologia Social e Socioanálise, que se apoiaram na multireferencialidade, resistiram à oposição entre Sociologia e Psicologia e, acima de tudo, introduziram a abordagem clínica dos campos médicos e terapêuticos nas intervenções sociais (Gaulejac & Roche, 2007).

Para explicar a interação entre o social e o psíquico, premissa básica da Sociologia Clínica, Enriquez (1997b) evidencia a necessidade de unir aspectos inesperados que, aparentemente incompatíveis, “assumem os efeitos de uma mesma lei, as consequências de um mesmo princípio, as respostas a um mesmo desafio” (p. 15).

As interações dessas discussões mostram o quanto “a questão da psique sempre esteve no centro da reflexão sociológica”, bem como ilumina “áreas sombrias das paixões sociais e coletivas, a questão do poder, sentimentos sociais, fenômenos irracionais, relações entre a cena inconsciente e a cena social” (Gaulejac & Roche, 2007, p. 20). Pagès et al. (2006) aprofunda essa relação, a partir dos estudos realizados em uma grande empresa multinacional na década de 1970, afirmando que o inconsciente não pode ser localizado em um ou outro lugar, ele opera e é operado diretamente em todas as relações e práticas sociais, “tanto na família como na

escola, no exército, na Igreja, na empresa, no Estado [...]. É uma instância permanente do sistema social, indispensável à sua análise” (Pagès et al., 2006, p. 230).

Nunes e Silva (2018) e Yzaguirre e Mendoza (2013) descrevem que a Sociologia Clínica se desenvolve a partir do desenvolvimento da Psicossociologia, dadas as convergências ontológicas e epistemológicas que as orientam. O desenvolvimento da Sociologia Clínica se dá a partir do envolvimento de sociólogos com psicólogos sociais franceses e estadunidenses que, em oposição à Psicologia social hegemônica, de base positivista e experimental, desenvolvem a Psicossociologia. Nos Estados Unidos, em oposição à perspectiva experimental da Psicologia Social, a Psicossociologia encontra, no método clínico de orientação não-diretiva, de Carl Rogers, no psicodrama, método terapêutico de J. L. Moreno e na dinâmica de grupo e pesquisação de Kurt Lewin, apoio para o seu desenvolvimento. Na França, é Max Pagès que articula outros pesquisadores do campo da Psicossociologia, que atuam nas organizações tratando de conflitos e desordens psicossociais do ambiente de trabalho, dentre eles Eugène Enriquez, André Lévy, Jean Claude Rouchy, Guy Palmade, Gilles Amado e Jacqueline Barus-Michel.

A Sociologia Clínica não se opõe à Psicossociologia, elas compartilham um projeto de investigação comum, que é a inserção da noção de sujeito do inconsciente para articular aspectos individuais, grupais e sociais da relação do homem em sociedade, inaugurando a perspectiva psíquica no campo da Sociologia (Gebrin & Andreotti, 2016; Nunes & Silva, 2018). Bendassolli e Soboll (2011) reforçam a comunhão dessas abordagens, pontuando a preocupação em “investigar as reciprocidades entre o individual e o coletivo, o psíquico e o social” (p. 61) e contribuindo para a compreensão dos “processos grupais, dentro e fora das instituições, oferecendo importantes dispositivos de análise da mudança social” (p. 62),

As similaridades dos campos da Sociologia Clínica e da Psicossociologia levam pesquisadores de ambas as áreas a comungarem eventos, laboratórios e programas de formação, como é o caso do *Laboratoire de Changement Social* e dos programas de mestrado e de doutorado da Universidade de Paris VII, grande centro de formação de sociólogos clínicos e de psicossociólogos (Nunes & Silva, 2018; Gebrin & Andreotti, 2016).

Para explicar a abordagem clínica na Sociologia, Gaulejac (2008) faz um paralelo entre as perspectivas de Sigmund Freud e Pierre Bourdieu, apontando que ambos articulam uma teoria do homem na sociedade apoiada por uma prática de mudança social. Enquanto Freud busca explicar o comportamento humano à luz do registro intrapsíquico, Bourdieu o faz pelo lado da internalização das estruturas sociais. Embora incorporem e defendam postulados que pareçam distantes, as premissas desses autores se convergem em muitos pontos. Essas convergências favorecem o desenvolvimento da Sociologia Clínica, que torna possível recorrer

às duas abordagens para definir os contornos de uma metodologia inspirada tanto na psicanálise quanto na socioanálise. Na junção dessas abordagens, Enriquez (1997b) afirma a inexistência do indivíduo fora do campo social, uma vez que o ser humano está sempre “divido entre a expressão dos seus próprios desejos (reconhecimento do seu desejo) e a necessidade de se identificar com o outro (desejo de reconhecimento). Só o outro pode reconhecê-lo como portador de desejos e garantir-lhe lugar na dinâmica social” (p. 17).

Gaulejac (2008) descreve que:

É necessário sair da oposição simplista segundo a qual a psicanálise detém as chaves para compreender as profundezas do ser do homem, enquanto a sociologia detém aquelas que abrem o conhecimento do ser da sociedade. Tal divisão de tarefas é talvez conveniente, mas certamente parcial e até truncada, quando nega a presença da sociedade no ser humano e a presença do homem no ser social. (Gaulejac, 2008, p. 11).

De acordo com Pagès et al. (2006, p. 26), a desalienação científica passa pela superação das divisões que a própria ciência cria, seja “entre a ciência fundamental e a aplicada, entre as “exatas” e as humanas, entre a Sociologia e a Psicologia ou entre o Marxismo e a Psicanálise. É a partir dessa superação que se pode apreender um sistema global que escapa às análises parceladas”.

Nessa mesma linha de pensamento, Lhuilier (2010) adverte quanto à necessidade de ir além da simplificação da abordagem clínica como mera oposição à abordagem instrumental positivista. Ou do fato de sair da análise geral para o particular. Ou mesmo de ser qualitativa (baseada na expressão simbólica) e não quantitativa (baseada na medição). Explicações dessa natureza deixam em aberto a questão do regime de produção do conhecimento e a relação dialética entre conhecimento e ação. Isso se justifica porque a “produção do conhecimento é o resultado de uma atividade reflexiva em ação e, inversamente, esta última é uma fonte de validação do conhecimento” (Lhuilier, 2010, p. 227).

A Sociologia Clínica está fundamentada em uma epistemologia de pesquisa do sentido, que leva em conta a dinâmica social da intersubjetividade, buscando compreender a realidade a partir da “articulação entre a estrutura e o ator, o indivíduo e a sociedade, sujeito social e sujeito existencial” (Nunes & Silva, 2018, p. 197). Os autores aludem que o uso da psicanálise na Sociologia Clínica ajuda a pensar o sentido existencial do indivíduo, e o termo “clínica” apropria-se do seu sentido mais original, referindo-se ao ato de aproximar-se do objeto que fala, o que implica “compreender as transformações sociais incluindo a análise das formas regressivas e/ou emancipatórias de nossas sociedades atuais” (Nunes & Silva, 2018, p. 197).

Como afirmam Gebrin e Andreotti (2016), a inscrição epistemológica da Sociologia Clínica consagra um lugar privilegiado à subjetividade na compreensão da realidade social, a partir da introdução da perspectiva clínica no campo da Sociologia e nas ciências humanas.

A nomeação “clínica” dada à Sociologia faz analogia ao campo da medicina, permitindo interpretá-la como uma intenção de ir até o paciente e tratá-lo de perto, uma ideia de proximidade e envolvimento entre pesquisador e atores (Lévy, 2001). O conceito de clínica faz referência àquele que, “dentro das estruturas e relações sociais, se caracteriza por sua capacidade de ser sujeito e ator social. Talvez seja aí que a imagem da clínica tenha toda a sua força, a de colocar em primeiro plano a importância do sujeito existencial no cerne da Sociologia, tanto em nível teórico quanto prático” (Rhéaume, 2009, p. 196). Como um clínico, o sociólogo vai buscar “responder à demanda social analisando as organizações, de dentro, e ajudando os indivíduos a entender melhor as fontes de suas ações” (Moreau, 2014, p. 65).

Para Hanique (2009), o sentido de clínica faz alusão ao momento em que o médico deixa de lado o interesse pela doença e se importa com o paciente, com o que ele tem a dizer sobre sua doença. Essa proposta de trabalho rompe com o método experimental e com a posição do cientista especialista, que confia nas leis para produzir um discurso da verdade. De acordo com Lévy (2001), a clínica envolve uma abordagem individual ou coletiva de sujeitos ou uma organização, às voltas com um sofrimento, em que a escuta “supõe sujeitos vivos, desejantes e pensantes, falando igualmente, tanto para nada dizer quanto para se fazer reconhecer, ou para encontrar um sentido para suas emoções, para suas lembranças ou para sua história, que eles constroem a cada instante” (p. 20). A abordagem clínica percebe o sujeito na sua singularidade, supondo uma *démarche* do pesquisador, que pouco conhece o espaço do sujeito ou da organização, “esforçando-se para escutar aqueles que tenta compreender, especialmente em seus esforços para dar sentido a suas condutas e aos acontecimentos que tecem sua história” (Lévy, 2001, p. 20).

Como se observa, as raízes da Sociologia Clínica se vinculam a diferentes escolas e áreas das Ciências Sociais e Humanas, especialmente Sociologia Geral, Psicanálise, Psicologia, Psicossociologia, dinâmicas de grupo e Antropologia. Ela lida com a prática ou ação, seja estudando um processo de intervenção ou as dimensões relacionadas à ação ou prática. A Sociologia Clínica está interessada em “compreender a relação indivíduo-empresa, o poder, o controle, o desejo e a autonomia necessária para o indivíduo se fazer sujeito. Faz-se, portanto, a partir da prática social, dos fatos vivenciados nas organizações e no mundo do trabalho” (Linhares & Siqueira, 2014, p. 108). Sua ação busca compreender a dialética entre a história e a historicidade, “entre o indivíduo que é a história e o indivíduo que faz a história, entre os

fatores sociopsíquicos que fundam a sujeição e aqueles que servem de suporte ao indivíduo para que ele advenha como sujeito” (Gaulejac, 2004/2005, p. 73).

Enriquez (1997b) detalha que a ligação entre a realidade psíquica e a realidade histórica, o jogo das pulsões antagonistas e intrincadas, o papel do homem no edifício social, a civilização e a organização como renúncia à satisfação das pulsões e o papel essencial da ilusão na edificação dos vínculos sociais, que são todos elementos que envolvem, ao mesmo tempo, o indivíduo como sujeito e a sua prática social, evidenciando a impossibilidade de dissociação entre o psíquico e o social.

Dada a complexidade da compreensão dos fenômenos sociais, nada objetivos, que resistem a muitas das explicações científicas positivistas, em função da própria estrutura subjetiva de análise, a posição clínica esmera minimizar esses limites e dificuldades. Ancorada no imaginário, na intuição, no trabalho inconsciente, na atividade de elaboração de sentido e nos elementos da subjetividade do indivíduo, a Sociologia Clínica busca compreender a realidade tanto na sua globalidade quanto na sua singularidade (Enriquez, 1997b; Gaulejac, 2004/2005; Gaulejac & Roche, 2007).

Segundo Hanique (2007), a singularidade da Sociologia Clínica pode ser explicada pela sua diferenciação em relação às demais correntes da Sociologia, uma vez que busca compreender o real a partir da articulação entre processos psíquicos e determinantes sociais, afastando-se de uma corrente disciplinar exclusiva e contrariando as regras tradicionais acadêmicas. Pode ser explicada, também, pela relevância atribuída à delicada questão da subjetividade, tanto a do ator como a do pesquisador, colocando-a no centro das reflexões. E, ainda, pelo constante questionamento das condições de produção do conhecimento, o que parece colocá-la “fora de lugar na tessitura usual da voz da ciência” (Hanique, 2009, p. 91).

Considerando as proposições de Gaulejac e Roche (2007), a singularidade da Sociologia Clínica pode ser explicada pelo fato de que ela se afasta dos métodos convencionais para compreender a dimensão existencial das relações sociais, levando cada indivíduo de volta a si mesmo para produzir o significado de sua existência.

A Sociologia Clínica apresenta proposta de retrabalhar as fronteiras entre a psicanálise e a Sociologia, em vista da construção de uma sociologia do sujeito, analisando os processos sociopsíquicos que definem “a existência do indivíduo, sua dinâmica subjetiva, sua inscrição social, suas maneiras de ser no mundo e sua identidade. O social e o psíquico obedecem a leis próprias, se apoiam e se enlaçam em combinatórias múltiplas e complexas” (Gaulejac, 2004/2005, p. 68). Tal fato justifica essa necessidade de romper as convencionais fronteiras, pois:

Se o indivíduo é produto de uma história, essa história condensa, de um lado, o conjunto de fatores sociais históricos que intervêm no processo de socialização e, de outro, todos os fatores intrapsíquicos que determinam sua personalidade. É então necessário analisar os processos sócio psíquicos que fundamentam a existência do indivíduo, sua dinâmica subjetiva, sua inscrição social, seus modos de estar no mundo, sua identidade. Longe de estar em oposição, o social e o psíquico, mesmo que obedeçam às leis propriamente ditas, expandem-se e tornam-se entrelaçados em múltiplas e complexas combinatórias. (Gaulejac, 2009, p. s/n).

No contexto dos Estudos Organizacionais, aparadas as arestas entre a Sociologia e Psicologia, a Sociologia Clínica leva ao seu campo a concepção da organização como um sistema simultaneamente cultural, simbólico e imaginário, como identificado por Enriquez (1997b). Perceber a interação desse conjunto de sistemas, para além da sua capacidade de materializar resultados para organização, é ter a oportunidade de tocar o que, embora discursivamente dito, como “capital da organização”, é desprezado em sua individualidade, simplificado em recurso e ignorado em subjetividade.

Como sistema cultural, a organização é constituída por um conjunto de normas, valores, crenças e práticas sociais dominantes, que orientam a conduta dos seus integrantes. As representações e práticas sociais são contextualizadas, internalizadas e largamente aceitas, fomentando a criação de uma “armadura estrutural”, assumindo a forma de cultura. É ela que influencia as atitudes e os comportamentos dos membros, a partir da criação de expectativas de realização, estabilização de condutas e hábitos de pensamento e ação. A organização torna-se modelo de formação e socialização, excluindo membros desalinhados dos seus ideais e selecionando apenas aqueles que a ela se adequam (Enriquez, 1997a).

Enquanto sistema simbólico, a organização cria ritos, mitos e heróis, que formarão sua memória coletiva, com o objetivo de consolidar a ação dos seus membros. Esse sistema simbólico exerce sobre os atores um controle social real, tanto no nível afetivo quanto intelectual. Embora um sistema simbólico nunca seja totalmente fechado, as organizações “procuram, consciente ou inconscientemente, arquitetá-lo. E isso acontece na medida em que têm receios quanto à sua solidez” (Enriquez, 1997b, p. 34).

Já o sistema imaginário dá sustentação para que os sistemas cultural e simbólico se estabeleçam. Ele pode se desenvolver como imaginário motor – na medida em que a organização permite a criatividade e que os indivíduos não se sintam reprimidos com as regras organizacionais – ou imaginário enganador – na medida em que a organização tenta prender os indivíduos nas armadilhas de seus próprios desejos narcísicos, substituindo o imaginário do

indivíduo pelo dela, seduzindo-o pela ilusão da superpoderosa e ocupando a totalidade psíquica do sujeito (Enriquez, 1997b).

Tendo em vista as observações da Sociologia Clínica como recurso para o estudo da interação entre os determinantes sociais e os determinantes psíquicos do indivíduo, suas postulações parecem atender com destreza aos objetivos do estudo aqui proposto. Pois, ela enxerga as organizações como resultados de fenômenos sociais, que integram os elementos psíquicos do sujeito e suas relações com o outro (Enriquez, 1997b; Hanique, 2009; Lhuilier, 2013), permitindo ressignificar as racionalidades impostas pelo mundo do trabalho e as ideologias institucionais. Além disso, a Sociologia Clínica abre a possibilidade de o pesquisador trabalhar e realizar sua análise numa perspectiva pluridisciplinar, através de diferentes ângulos de compreensão (Gebrin & Andreotti, 2016).

Ponderados os aspectos que norteiam a Teoria Crítica e a Sociologia Clínica, verifica-se a adesão necessária entre a concepção ideológica e epistemológica das teorias e os objetivos propostos para o estudo do adoecimento psicológico e o retorno ao trabalho depois de transtorno mental de policiais militares do Distrito Federal. Como afirmam Seigny e Sheying (2014), a Sociologia Clínica apresenta-se adequada para estudar aspectos como a experiência pessoal com o transtorno mental e a reabilitação social. Embora existam fatores comuns em todos os processos de reabilitação, alguns deles são mais específicos, como aqueles relacionados às características do transtorno ou à representação da doença no ambiente social do paciente.

Apresentados os aspectos ontológicos e epistemológicos, bem como os pressupostos que norteiam o olhar crítico e socioclínico das organizações, a próxima seção levanta ponderações relativas ao mal-estar no trabalho na sociedade hipermoderna, fonte de sofrimento e comprometimento da saúde mental dos trabalhadores.

2.3 O trabalho humano como questão de sobrevivência e existência

O trabalho circunda um espaço paradoxal, dividido entre possibilidade de dicotomias como redenção e emancipação (Dujarier, 2009); servidão e liberação (Gaulejac, 2011, p. 26); prazer e sofrimento (Dejours, 1992); sentença e emancipação (Braz, 2018), individuação e socialização (Lhuilier, 2013); “contemporâneo e retrogrado, oportuno e inoportuno” (Braga, 2009, p. 65); com a particularidade de, em algumas perspectivas, “uma dimensão sobrepor e assumir protagonismo perante a outra” (Braz, 2018, p. 2). Talvez a ampla abrangência do

trabalho nas esferas da existência humana – histórica, biológica, social, filosófica ou psicológica – contribui para essa diversidade de olhares e distorções conceituais, que fomentam esse contínuo debate.

Gaulejac (2011) e Lhuilier (2013) descrevem que, embora a etimologia da palavra trabalho faça referência a um instrumento de tortura, dor e sofrimento, ela também assume uma dimensão positiva, caracterizando-se como um “fenômeno sócio psíquico total e contraditório” (Gaulejac, 2011, p. 25).

As reflexões de Burgi (2011) e Lhuilier (2013) descrevem o duplo valor do trabalho em relação ao uso que o homem faz de si e da sua capacidade produtiva, em que ora se configura como um universo de pressão, exploração e domínio, ora espaço privilegiado da construção de si. Tal fato faz do trabalho o lugar onde “se confrontam, simultânea e dialeticamente, a relação consigo, com o outro e com o real” (Lhuilier, 2013, p. 484). Consigo, porque o engajamento no trabalho opera sobre os recursos, as capacidades, as motivações, os desejos e os fantasmas subjacentes ao sujeito. Com o outro, porque a atividade supõe a coordenação, o reconhecimento e a validação do outro àquilo que se realiza. E, por fim, com o real, porque o seu exercício, embora dito como prescrito, sempre é acompanhado de um encontro com o imprevisto, com situações nas quais o sujeito não se está preparado para resolver, com questões que ele não está apto a responder (Lhuilier, 2013).

Burgi (2011), Dujarier (2009), Gaulejac (2011), Jacques (2003), Jahoda (1982) e Lhuilier (2013) identificam o trabalho como uma construção social e subjetiva, que exerce significativa influência na constituição da identidade e na realização pessoal. Para além da concepção da relação entre o ser humano e a sua capacidade de transformação da natureza, o trabalho assume um caráter substancialmente social e psicológico. Para Gaulejac (2011), o trabalho se manifesta em três dimensões: a) a do “fazer” (que envolve existência e subsistência); b) a do “ter” (que insere o indivíduo no mundo monetário); e, c) a do “ser” (que define o indivíduo como ser social e dá a ele um lugar na sociedade).

Além da função operacional, o trabalho também emana uma relação simbólica, pois está intimamente ligado às relações sociais com o outro, à construção do sujeito, à importância do reconhecimento e à construção identificacional (Lhuilier, 2005). Ao considerar que o homem só existe pelo olhar do outro, não há como negar que qualquer sacrifício feito demanda o reconhecimento, compensação heroica e narcísica do psiquismo humano (Enriquez, 1991), ponto central da ideologia gerencialista, a ser tratada posteriormente.

Mais do que a dimensão financeira e econômica, o trabalho é, sobretudo, “uma instituição social” (Jahoda, 1982), elemento de integração e socialização do indivíduo. Ao

funcionar como mecanismo de regulação social, ele organiza o tempo e o espaço das atividades da vida, estabelece relacionamentos e oferece um senso de pertencimento e reconhecimento, tornando-se elemento fundamental na constituição humana, bem como legitimador das diferentes fases da vida (Bendassolli & Soboll, 2011; Gaulejac, 2011; Jahoda, 1982; Oliveira, Piccinini, & Silveira, 2010).

Na dita sociedade salarial moderna (Castel, 1998), identificada por Bauman (2009), Baudrillard (1995) e Lipovetsky (2006) como “sociedade do consumo”, a capacidade do trabalho propiciar a subsistência econômica, a inserção social e o amparo simbólico, necessário para o reconhecimento, faz dele elemento indispensável para o acesso à própria existência do indivíduo, por alimentar a esperança de suprir aquilo que é definido por falta (Baudrillard, 1995).

O assujeitamento ao emprego assalariado, que, se transformara em sinônimo exclusivo do que é trabalho, fomenta o conformismo, a passividade, a docilidade e a necessidade de se manter empregado (Bendassolli, 2007; Lhuillier, 2005). Isso aumenta a dependência, a angústia e a necessidade do indivíduo desenvolver certas aptidões, que, ao longo do tempo, o leva a perder sua própria autonomia. O trabalho torna-se “grande fator de mediação, que enriquece o mundo das coisas e empobrece a vida interior do trabalhador” (Tragtenberg, 2006, p. 69). As organizações passam a definir as prioridades, os valores e a própria existência dos indivíduos, ancoradas na dependência econômica, psíquica e social deles (Bendassolli, 2007; Crochik, 2003; Franco, Druck, & Seligmann-Silva, 2010; Gaulejac, 2011; Motta & Pereira, 2004).

Na hipermodernidade (Gaulejac, 2007), o trabalho vai ganhando cada vez mais sinônimo de sacrifício e entrega, um modelo quase religioso que se fortalece nos processos de deificação das instituições (Pagès et al., 2006). Como sacrifício do princípio do prazer, o trabalho se associa ao modelo de troca existente nos rituais primitivos, em que vidas eram oferecidas para acalmar os deuses. O sacrifício pelo trabalho faz dos trabalhadores vítimas de suas próprias necessidades e desejos, considerando aqui todas as dimensões do viver, ou seja, a questão física, psicológica, social, ética e moral (Crochick, 2003).

O mundo do trabalho e as relações sociais vivenciam mudanças profundas em suas estruturas (Antunes, 2012; Barreto, 2003; Burgi, 2011). Os avanços tecnológicos, informacionais e das telecomunicações (Antunes & Braga, 2009; Huws, 2001), associados aos novos modelos de organização do trabalho, como a flexibilização, a terceirização, a reestruturação produtiva (Antunes, 2014), bem como a ideologia gerencialista (Gaulejac, 2007), detalhada na seção 2.4.2, fomentam um processo de precarização do trabalho, desvalorização e desumanização do trabalhador. Essas novas configurações submetem os indivíduos a vínculos

exclusivos cada vez mais fortes com os benefícios que as organizações podem oferecer e, cada vez menos, por questão de identificação (Enriquez, 1991; Faria, 2007; Gaulejac, 2007; Seligmann-Silva, 2011).

Identificadas às particularidades do trabalho como elemento de subsistência e existência do sujeito, em que sua ação se desenrola em vias da busca de reconhecimento, a próxima seção se dedica a explorar um tipo de trabalho que, carente de valorização e marcado pela invisibilidade e negação, é considerado como trabalho “discriminado”, como “trabalho sujo”.

2.3.1 *Dirty work* e o (i)reconhecimento do “trabalho sujo”

O conceito genuíno de “*dirty work*” parte dos estudos de Everett Hughes e de seus ensaios em sociologia do trabalho. Hughes (1958) invoca o termo para designar tarefas e ocupações percebidas como repugnantes, degradantes ou censuráveis, encontradas à sombra da Sociologia. Sumariamente, o conceito de “trabalho sujo” pode ser atribuído àquelas ocupações estigmatizadas física, social e moralmente (Hughes, 1958). A sociedade delega o “trabalho sujo” a grupos que atuam como agentes em nome dela, e essa mesma sociedade estigmatiza esses grupos, renegando e desautorizando o trabalho atribuído.

A obra de Hughes parte da busca por compreender as circunstâncias que levaram muitos cidadãos comuns, “que efetivamente não sujaram as mãos” (Arantes, 2011, p. 41), a consentirem o horror do holocausto nazista, que fora executado por outros tantos homens, ditos “civilizados”, participantes da mesma sociedade. Hughes (1958) empreende seus esforços para compreender os arranjos e dispositivos sociais e sociopsicológicos pelos quais as pessoas tornam seu trabalho tolerável, ou mesmo glorioso, diante de si e dos outros. O autor volta os seus estudos para analisar o fenômeno social no ponto de menor prestígio, considerando que, quando o prestígio é menor, também é mais fácil o acesso ao núcleo da questão, pois, nem sempre, o desprestígio é revelado em ocupações de maior reputação.

As ideias de Everett Hughes fundamentam análises e trabalhos teóricos e empíricos de diversos pesquisadores, em diferentes perspectivas de análise e profissões. Entre as pesquisas mais recentes, destacam-se os trabalhos com profissionais de segurança (Lofstrand, Loftus, & Loader, 2015; Mattos, 2012; Nunes, 2018), de serviços penitenciários (Josse, 2018), de psiquiatria (Pope, Cubellis, & Hopper, 2016), de limpeza (Bosmans et al., 2016; Deery et al., 2019), entre outros.

Ashforth e Kreiner (1999) incluem dois fatores que atravessam o conceito de “trabalho sujo”, quais sejam: a) a “sujeira” é uma construção social, não inerente ao trabalho, mas imputada pelas pessoas, baseada em padrões subjetivos de limpeza e pureza. Mácula, sujidade e estigma, e assim por diante, são construções sociais generalizadas; b) o denominador comum entre os empregos contaminados e a repugnância visceral das pessoas para eles, em razão das atividades que os profissionais se sujeitam a fazer.

Ashforth e Kreiner (2014), focando nas diferenças entre as formas de “trabalho sujo” e, na busca de identificar como os indivíduos tentam, coletivamente, combater o estigma de sua profissão, descrevem os tipos de profissões que se encaixam em cada um desses “tipos de contaminação”. A contaminação física inclui ocupações relacionadas a condições físicas perigosas ou nocivas, não necessariamente sujeira visível. A mácula social inclui ocupações em que se desenvolvem relações degradantes de inferioridade e subordinação. E a contaminação moral abarca ocupações que desafiam as normas de civilidade. Não obstante, há categorias que podem sofrer esses três tipos de estigma ao mesmo tempo. Ashforth, Kreiner, Clark e Fugate (2007) e Scott e Tracy (2007) descrevem que o estigma de algumas profissões se torna reduzido pelo fato de manterem algum prestígio social, seja pela complexidade das tarefas, formação educacional exigida ou poder aquisitivo que proporciona, como enfermeiros, bombeiros, biomédicos e policiais.

A pesquisa de Scott e Tracy (2007), que compara o “trabalho sujo” de bombeiros com o de agentes penitenciários, demonstra que, enquanto os bombeiros trabalham para garantir um *status* de “heróis da América”, os agentes penitenciários trabalham para superar a imagem de “babás da escória da polícia”. Os autores identificam que os discursos sociais, que legitimam o “trabalho sujo” e permitem reconhecimento, incluem masculinidade, autossacrifício, heroísmo e prestação de um serviço crítico. Contudo, o trabalhador sujo sempre vai buscar maneiras para se sentir bem no trabalho e vai usar o prestígio identificado como escudo para isolar a necessidade de aprovação externa. Para Ashforth e Kreiner (1999), isso favorece a criação de uma identidade coletiva forte, que refuta a estigmatização social.

O “trabalho sujo” é uma construção social, não é a característica do trabalho que o torna sujo, mas a reação repulsiva da sociedade ao não se ver capaz de exercer tal função. O prestígio ocupacional, como medida de *status*, poder, qualidade do trabalho, educação e renda, dado a algumas ocupações, não inibe a designação de um “trabalho sujo”, uma vez que a construção social dessa atividade incita a rejeição e repulsa.

Considerando a imagem social do “trabalho sujo”, a organização age de forma a contrapor as percepções negativas, por meio do “uso de histórias e mitos, linguagem e metáforas

distintas, tradições e rituais, configuração física, recompensas e símbolos de status” (Ashforth & Kreiner, 1999, p. 169), na intenção de moldar a interpretação dos trabalhadores em relação a determinados trabalhos da organização. Como afirmam Hughes, Simpson, Slutskaia, Simpson e Hughes (2016, p. 108), a organização cria discursos ideológicos que tentam ressignificar o trabalho e infundir nele um valor positivo, como os distintivos de honra e missão, características marcantes no trabalho militar.

Mais do que como um fenômeno físico e material, a sujeira do trabalho pode ser interpretada como uma “moldura” cultural e social, uma forma ideológica, em que relações de poder são reveladas. Estratégias ideológicas são sustentadas por práticas corporificadas, enraizadas em condições materiais do trabalho, dado que os trabalhadores mobilizam suas capacidades e esforços para reformular os significados da sujeira e recapturar um senso valioso de si. “A sujeira é mais do que uma categoria simbólica: é simultaneamente material e discursiva, realizada em objetos, espaço e práticas incorporadas” (Hughes et al., 2016, p. 119).

Ponderados os aspectos que perfazem o trabalho humano e sua capacidade de “fazer”, “ter” e “ser”, ainda que em ocupações socialmente rejeitadas e estigmatizadas como “trabalho sujo”, a próxima seção busca descrever as propriedades do trabalho policial, eixo central desta tese. Para tanto, buscou-se tomar conhecimento sobre aspectos que narram a história da polícia, o estigma do trabalho policial e a construção identificacional daqueles que optam por engajar no ofício de “ser” policial.

2.4 O trabalho policial: modelo ultrapassado, estigmatizado e identificacional

Etimologicamente, a palavra polícia vem do latim *politia*, procedente do grego *politeia*, que originalmente significava organização política ou sistema de governo (Dicio, 2020). Essa descrição busca enfatizar o caráter clássico da instituição, que se constrói sob o poder do Estado para governar a disciplina coletiva e tentar fazer existir a ordem social. Contudo, considerando os conflitos da vida em sociedade, movida por interesses distintos, aquele que se dedica a tal função tende a colher a rejeição e o estigma, por se expor ao risco e se envolver com aquilo que desagrade à sociedade. Nesse sentido, as instituições policiais vão investir em uma construção identificacional, que tenta moldar um tipo ideal de sujeito, delineando sua identidade e submetendo-o à identidade militar.

2.4.1 A necessidade da reinvenção da Polícia

As configurações do trabalho das organizações militares, ainda hoje, funcionam no mesmo formato estrutural e organizacional vivido desde quando foram criadas na Europa dos séculos XVIII e XIX, no contexto pós-industrial. Àquele momento, o que fomentou a criação de uma estrutura policial foi o aumento do número de greves, protestos e manifestações. Conter esses conflitos tornou-se tarefa importante, vista a dificuldade de os governos explicarem suas repreensões à sua própria população (Silva, 2018; Minayo, Souza, & Constantino, 2008).

No Brasil, a história das polícias militares nasce na época do Império, pautada na hierarquia, nas patentes e em ações de cunho disciplinador e repressivo. A formação dessas polícias parte da construção da estrutura social e política do País, e os seus princípios privilegiavam o conservadorismo, a submissão à estrutura e a capacidade de adaptação do sujeito ao sistema. Em vista de atender aos interesses do poder econômico e político da época, práticas de comando, normas e valores foram sendo cristalizados e repassados historicamente na cultura da instituição (Rodrigues, 2010).

O ano de 1936 é apontado como marco da história da polícia militar no Brasil, devido à instituição da Lei das Polícias Militares (Lei nº 192, de 17 de janeiro de 1936), que, ao ser sancionada, definiu, entre outras atribuições, o exercício das funções de vigilância e garantia da ordem pública, das instituições e dos poderes constituídos, bem como do atendimento às convocações do Governo para casos de guerra ou graves comoções no País (da Silva, 2018).

Embora os diferentes problemas vivenciados atualmente, as instituições policiais insistem em manter o clássico modelo (Beato, 2010; Lopes Júnior, Paiva, Muzzio, & Costa, 2011). As novas configurações das cidades, do trabalho e das conjecturas sociais constituem noções de tempo e espaço que carecem de uma reflexão tanto filosófica quanto da *práxis* policial. Essas transformações demandam o repensar do peso da hierarquia e da disciplina como essência organizacional (Minayo & Adorno, 2013).

Beato (2010) descreve a necessidade de reinvenção das instituições policiais, saindo do tradicionalismo burocrático, centralizador e autocontido e alcançando um modelo que melhor se oriente às demandas sociais e aos objetivos da manutenção de ordem e controle da criminalidade. De acordo com Costa (2005), o trabalho policial é, ainda hoje, um instrumento estatal de consolidação das práticas hegemônicas de dominação, em resposta à necessidade de controle social.

O crescimento das taxas de criminalidade, associado à deterioração da imagem policial, tem contribuído para a ação de repensar as práticas policiais. As estratégias de policiamento tradicionais já não são suficientes para enfrentar a complexidade dos problemas hodiernos. Para Baeto (2011), o processo de mudança deve partir da reformulação dos modelos de treinamento das academias de polícias, que se envolvem mais com aspectos administrativos, institucionais, organizacionais e metodológicos do que com a função de controle da criminalidade e manutenção da ordem. Além disso, a organização do trabalho policial vigora sobre os excessos da autoridade hierárquica, que inibem a inovação por causa dos controles informais e tradicionais existentes.

Minayo e Adorno (2013) articulam a necessidade de reestruturação das instituições policiais, considerando que sua estrutura organizacional se encontra em uma crise mundial, carecendo de reformulação e ampliação dos conceitos de risco e de segurança. Muitos são os conflitos na relação polícia e sociedade, destacando-se o uso da força, que é interpretada como caução para a violência (Poncioni, 2006; Nunes, 2018; Mattos, 2012), visualizado diuturnamente em manchetes e noticiários de todo o mundo.

A rigidez hierárquica também precisa ser repensada, pois relações de trabalho desse tipo são prejudiciais para subalternos e oficiais. Embora vista como impossível a vida sem a tradição hierárquica, essa forma de gestão também apresenta suas dificuldades, como o ônus de ter que tomar decisões solitárias sobre ações de elevado risco para si e para sociedade. O rigor à hierarquia e a conformidade às regras institucionais não são compatíveis com a precariedade dos instrumentos de controle e a avaliação das atitudes e práticas policiais (Minayo & Adorno, 2013, p. 592).

Repensar a organização policial perpassa a revisão das políticas públicas, considerando os policiais atores relevantes no processo de mudança. Ignorar a subjetividade e participação dos agentes leva a segurança pública a uma mera política burocraticamente exercida. Reformas dessa natureza podem estimular mudanças institucionais nas corporações, romper o excesso de corporativismo e reequacionar as suas missões profissionais, permitindo a conciliação da aplicação de lei e da ordem, sem renunciar o respeito aos direitos humanos (Mattos, 2012; Minayo & Adorno, 2013).

O cenário que se configura nas organizações policiais reforça a ideia das limitações do modelo clássico de gerenciamento, implicando a necessidade de repensar a instituição e responder às demandas diferenciadas do século XXI. Isso demonstra que as organizações policiais se apresentam como um campo fértil para pesquisas organizacionais, dada a contribuição social e gerencial que esses estudos podem promover.

Ademais, considerando o conservadorismo e a pujança do caráter disciplinador e repressivo, o trabalho policial é marcado pela mácula do “trabalho sujo” (Hughes, 1962).

2.4.2 O estigma da profissão: a atividade policial como “trabalho sujo”

A atribuição do termo “trabalho sujo” à classe de policiais dá-se em função da periculosidade e do estigma social existente, que associa seus serviços a crimes, violência, conflitos e marginalização. Esses profissionais, que lidam com “o resíduo da sociedade [...] para ‘filtrar’ as situações indesejadas por essa sociedade” (Poncioni, 2006, p. 175), estão associados a uma definição bastante pejorativa e a uma variedade de outros elementos que justificam a classificação.

Em sua origem, o conceito de “trabalho sujo”, em si, já remete à profissão policial, quando das reflexões de Hughes (1962), citado por Batista e Codo (2018) e Poncioni (2006), em referência às “atividades de extermínio dos judeus pelos agentes militares do regime nazista nos campos de concentração” (Batista & Codo, 2018, p. 73), atividades essas que tinha por fim “limpar” a Alemanha dos indivíduos considerados perigosos e indesejáveis do regime” (Poncioni, 2006, p. 176).

A associação do “trabalho sujo” no contexto policial leva Paixão (1982, citado por Poncioni, 2006) a descrever o policial como “lixeiro da sociedade”, uma representação profundamente vinculada à visão hegemônica de uma sociedade racista, misógina, machista, elitista e preconceituosa. Na “hierarquia de credibilidade” estabelecida pela sociedade brasileira, o lugar reservado ao público atendido pela polícia – os pobres, os negros, os homossexuais, as prostitutas, as “crianças de rua”, os criminosos etc. – é o do descrédito, do desrespeito e do desprezo, por essas pessoas serem considerados de menor importância, haja vista não ocuparem uma posição socioeconômica e cultural de prestígio. Por analogia, a posição da polícia nessa hierarquia não podia ser outra: além de lidar com a marginalidade criminosa, ela lida prioritária e majoritariamente com os “marginalizados” econômica, política e culturalmente por essa mesma sociedade (Ponciano, 2006).

No oposto da concepção de Ponciano (2006), mas sem tirar o caráter sujo do trabalho policial, Dick (2005) utiliza-se do conceito para explorar a dinâmica da reprodução e transformação ideológica e a construção de identidades organizacionais e culturas de grupos de trabalho. O autor apresenta que a designação de “sujo” difere de acordo com a perspectiva do

observador, revelando os limites e o cenário de diferentes ordens morais e sociais e como eles se sobrepõem e competem. “Dentro de certas formas de contexto interacional, a identidade ocupacional compreende um local de contestação por essas diferentes ordens morais e sociais” (Dick, 2005, p. 1365). Ao resistir ao *status* de "trabalhador sujo", o policial afirma seu poder como agente para redefinir e contestar o significado do que faz. Na definição de Dick (2005), a atividade policial é contaminada com o estigma do “trabalho sujo” justamente pela ambiguidade moral atribuída a algumas de suas tarefas principais e aos grupos com os quais costumam lidar.

Estudos mais modernos incluem outros aspectos para considerar o trabalho da polícia no bojo das ocupações identificadas como “trabalho sujo”, a exemplo dos trabalhos de Wood et al. (2017), De Camargo (2019), Nunes (2018), Morais e Paula (2010), Kilgallon (2019) e Mattos (2012).

Wood et al. (2017) resgatam pesquisas que descrevem a atividade policial como um “trabalho sujo” em função da sua íntima relação com as áreas mais carentes e perigosas das cidades, bem como por se ver responsável por cuidar, frequentemente, de pessoas que não podem cuidar de si mesmos, como mendigos, embriagados, viciados, doentes mentais, idosos, deficientes físicos e muito jovens.

O estudo de De Camargo (2019) aponta aspectos físicos e simbólicos que definem o trabalho policial como um “trabalho sujo”. Embora protegidos, de alguma forma, por um “escudo de *status*”, policiais são afetados por diferentes tipos de contaminação, seja no trato com cadáveres ou na lida com indivíduos doentes ou rejeitados, em que o uniforme serve, involuntariamente, de veículo de contaminação social. O estigma é associado ao simples fato de esses trabalhadores lidarem com a escória social.

No dilema entre “‘trabalho sujo’ ou missão de vida”, Nunes (2018) descreve o ofício policial como sujo, em função da sua relação com a violência, que é reproduzida e legitimada por meio da letalidade. A morte não se trata de uma ação ideologicamente mobilizada no cotidiano dos policiais, mas faz parte da crença de que a missão da polícia é “caçar” bandidos. Isso coloca a disposição homicida como parte central da atividade policial (Nunes, 2018). Apesar dessa identificação, a crença no homicídio como mecanismo legítimo de resolução de conflitos não é comungada entre todos os policiais.

Em Morais e Paula (2010), a atribuição de “sujo” ao trabalho policial é referenciada ao defini-lo como um trabalho que envolve uma tarefa socialmente degradante da sociedade e que lida com a escória do sistema social. Corroborando, Mattos (2012) menciona que a imagem social do militar é, frequentemente, associada a elementos depreciativos num cenário permeado

por sentimentos como medo, insegurança e repressão. Marcados por diferentes violências, esses profissionais tendem a se perceberem hostilizados e mal compreendidos, em permanente descrédito social. O estigma social, que insere a atividade policial nas ocupações menos privilegiadas, leva os profissionais a criarem lógicas pessoais e formas positivas que confirmam sentido às suas atividades, influenciando os processos de identificação profissional e social.

Como instigam Minayo e Adorno (2013), parece haver na sociedade uma mentalidade de que o policial nada mais é do que instrumento de produção de segurança pública. O policial encobre a falta do Estado em manter a ordem social, sem comprometer a imagem moral e positiva de que esse Estado necessita, um modo particular de operação do poder disciplinar. Na necessidade de ser bem articulado, o Estado domina seus espaços a partir da delegação do “trabalho sujo” a grupos de pessoas que têm a obrigação da limpeza social. Com isso, garante a normalização e a regulação das condutas, obscurecendo a operação e legitimação do poder.

Para sustentar esse objetivo de manter a ordem do sistema, o Estado utiliza-se do poder disciplinar, de forma a modelar os sujeitos e garantir forte adesão institucional. Os modos de formação operam de forma a minimizar a identidade pessoal e construir uma identidade específica militar.

2.4.3 A construção identificacional do sujeito policial

A variabilidade do olhar social sobre a profissão da polícia, que ora assume o papel de herói, ora de vilão, suscita uma volubilidade das identidades dos agentes policiais, criando identidades fragmentadas, múltiplas, contraditórias e em contínuo processo de transformação (Hall, 2006). Vale lembrar que a identidade profissional que vai sendo construída pelo militar não se descola da sua identidade pessoal, invadindo sua subjetividade, o que Ramos (1989) classifica como um instrumento disfarçado de repressão social. Moraes e Paula (2010) corroboram ao identificar que a atuação profissional extrapola o espaço e o tempo de trabalho, interferindo na forma de ser e pensar do policial, atuando na construção social do indivíduo.

Ressalta-se que essas alterações identitárias do policial não podem ser atribuídas apenas à prática profissional, mas a um processo de deslocamento do sujeito de sua condição de cidadão comum para a de “ser policial”. Esse processo de formação identitária tem início nas escolas de formação – ou melhor, de transformação de um sujeito em policial, como afirma

Freitas (2000), e, sendo as organizações espaços de comportamento controlado, é ideal que o controle social passe pelo controle da identidade do indivíduo.

No caso das faculdades de polícia, aqui pontuando estudo de Owen (2016) realizado na Nigéria, verifica-se que elas regimentam, iniciam e transformam seus acadêmicos, suplantando ou complementando suas identidades e considerando que essas identidades sejam incompletas. Como afirma Owen (2016), o processo de formação institui que “a criação de oficiais como sujeitos institucionais, cuja agência é circunscrita por hierarquia e disciplina, é fundamental” (p. 40),

Junto à questão da transformação da identidade, verifica-se o espaço de controvérsias que envolve o ofício policial, “no qual se engendra uma realidade ainda pouco conhecida pela sociedade: a do policial trabalhador, cuja função é conter a violência, mas que, ao mesmo tempo, corre o risco de reproduzi-la e/ou de ser vítima dela” (Spode & Merlo, 2006, 362).

Em estudo sobre o funcionamento dos processos de legitimação e autoridade nas práticas cotidianas da polícia no Norte da Índia, Jauregui (2010, p. 13) caracteriza a polícia como “uma raça estranha de sujeitos que são simultaneamente autoritários, mas também muitas vezes impotentes”, vistos globalmente como “opressores, não os oprimidos; os violadores dos direitos humanos, não os violados; os instrumentos de dominação e poder ilimitado que combatem as insurgências subalternas, não os sujeitos que incitam essas insurgências”.

Lopes Júnior et al. (2011) apontam que a manutenção da ordem pelas polícias deixa marcas profundas em sua interação com outros grupos sociais. Isso se explica pelo fato de que as missões de preservação do direito e da ordem pública, de prevenção da criminalidade e de defesa do regime de normas impostas pelas instituições policiais, por vezes, dificultam os relacionamentos.

Na multiplicidade de identidades, Guest (2012) menciona que, no poema “*The uniform*”, do policial William Emsden, a identidade do trabalho policial elimina a identidade pessoal. O uniforme aparece como sinônimo da profissão que veste os valores e o mérito do policiamento, ao mesmo tempo que esconde possibilidade de que o policial possa assumir seus valores e sentimentos pessoais. O poema enquadra uma perspectiva de compensação da perda pessoal pelo reconhecimento do policial como objeto de simpatia e ternura, o super-herói social. A dificuldade levantada pelo discurso sentimental no poema refere-se, assim, às idealizações do autossacrifício heroico.

Também no contexto da perda da identidade pessoal, pela qual passa um policial, recorre-se ao clássico “O espelho”, escrito no século XVIII, por Machado de Assis. O conto narra a história do personagem Jacobina, sujeito proveniente de uma família humilde que recebe

o cargo de alferes, colhendo dele os louros de uma identificação nobre. No percurso da descrição Assis (2004) relata a impossibilidade de Jacobina se ver no espelho sem que traje seu uniforme de Alferes. Numa perspectiva realista, o conto relata a supressão da identidade interna do sujeito pela identidade atribuída pelo outro em relação àquilo que se transforma a partir do cargo.

Ao estudar as narrativas dos policiais militares em atendimento clínico, Sales e Sá (2016) definem que suas narrativas são objetivadas pelo universo institucional do militarismo, “termo com o qual apresentam o modo de dominação da organização corporativa militar, historicamente marcada pelas exigências de ordem, silenciamento e autoritarismo” (p. 182). Os autores mencionam que a “agência da subjetividade dos atores sociais passa pela análise dos seus modos de percepção, afetos, desejos, pensamentos, medos e formações culturais no campo de suas práticas de poder” (Ortner, 2006 apud Sales & Sá, 2016, p. 182).

Morais e Paula (2010) comentam que, nas organizações militares, a função dos treinamentos ultrapassa o interesse de qualificar o policial, mas intenciona, também, submetê-lo à ideologia dominante, garantindo a dominação do trabalhador e levando-o a desempenhar devidamente o papel que representa. Esse controle do indivíduo passa pelo silenciamento e pela eliminação dos conflitos internos e, conforme os autores apontam, pode ser exercido a partir da “uniformização, reduzindo a complexidade humana, de forma a automatizar o comportamento do indivíduo” (Morais & Paula, 2010, p. 638). Nesse sentido, o trabalhador policial não passa de um recurso, nada mais do que um objeto instrumental entre os tantos outros necessários para o pleno funcionamento da segurança pública (Morais & Paula, 2010; Minayo & Adorno, 2013).

As especificidades do trabalho militar parecem apresentar facetas particulares que fazem da ideologia gerencialista apenas mais uma das pressões sofridas pelos servidores da segurança pública. Em meio às tecnologias, modelos e recursos de gestão no contexto militar, verifica-se o direcionamento dos esforços para o alcance dos objetivos institucionais. Muito além da força física e da virilidade, a ideologia militar explora as potencialidades psíquicas dos indivíduos, provocando o adoecimento e fomentando um contínuo processo de introjeção do sofrimento, do abandono e da individualização, mascarados pelo ideal de herói e protetor social. Esses mecanismos são apontados como responsáveis pelo caos social no mundo do trabalho (Enriquez, 1995; Faria & Meneghetti, 2011; Pagès et al., 2006).

2.4.4 Por novos olhares para a polícia: a carência de estudos críticos

No eixo epistemológico de análises críticas, as relações do trabalho policial configuram-se como uma área ainda pobre de estudos, que demanda análises que envolvam os aspectos ideológicos que perfazem as instituições; os processos de subjetivação e servidão dos policiais; o culto à devoção e internalização dos sistemas militares; o vínculo afetivo que enlaça os profissionais ao culto da proteção social; a síndrome do super-homem e da virilidade; a questão do poder disciplinar, entre outros fenômenos que perpassam essas instituições.

Observando a discussão de Lhuilier (2006), em relação às carências de aplicações da psicanálise na Sociologia Clínica, e atentando às críticas necessárias ao trabalho militar, as análises podem ser direcionadas para estudos sobre o masoquismo na relação hierárquica; os mecanismos de identificação com o líder e o moral do grupo; as fantasias inconscientes; e o simbolismo sexual subjacente ao investimento profissional na carreira militar, esses são aspectos que fantasiam a profissão e instigam olhares críticos.

Owen (2016) comenta a escassez de trabalhos que tratam sobre a natureza de ser do profissional militar, havendo lacunas em estudos sobre a natureza interna da instituição policial. Tal fato leva o autor a buscar examinar como a personalidade do policial é moldada nas instituições de formação, as maneiras pelas quais as instituições de formação de policiais desfazem e (re)fazem a condição das pessoas, transformando “civis” em policiais, com valores, linguagem, alianças e regimentos corporais, associando os ingressos a uma hierarquia reforçada pela disciplina e circunscrita por regras.

Morais e Paula (2010), também com foco na opacidade das relações ideológicas das instituições militares, mencionam a necessidade de compreender a complexidade da temática em que se revela a subjetividade dessas organizações. Independente das particularidades do universo militar, é mister entender os matizes que circundam as práticas organizacionais de “conversão” ao culto organizacional, bem como a doação pelos “servidores” dessas práticas.

Na contramão dos estudos funcionalistas e instrumentais que tratam o universo do mundo militar, Guest (2012) discute a subjetividade do policial expressa em poesias publicadas em periódicos clássicos específicos da área. Para o autor, a poesia dos periódicos levanta temas sentimentais relacionados ao trabalho, enfatizando as dificuldades físicas e os compromissos emocionais experimentados pelos policiais em atividade. A maior parte dos versos busca humanizar o policial e aplacar os estereótipos negativos do policiamento.

Observando a natureza do trabalho, a pujança da estruturação burocracia, o lócus e o objeto de atuação do policial militar, associados à ideologia militar, em que o gerencialismo é apenas mais um elemento de pressão sobre o indivíduo, não é difícil perceber que se trata de uma categoria profissional muito sensível às condições físicas, mentais, morais e sociais a que se expõe.

No ensejo das discussões do trabalho militar, em vista de uma maior apropriação das características que definem essa profissão, a seção seguinte se envolve com a descrição do contexto do trabalho policial e suas condições.

Assim, partindo dos aspectos que descrevem o “trabalho sujo” e suas implicações, a próxima seção se dedica a uma revisão do trabalho do policial militar, envolvendo os aspectos que perfazem a profissão, suas configurações e seus processos.

Sendo os policiais militares os sujeitos exclusivos desta pesquisa, essa seção busca descrever as características e atribuições que os colocam na posição de “trabalhadores sujos”, evidenciando, mais uma vez, que o ser sujo não implica uma condição física, mas uma imagem social construída em função das atividades que desempenham determinadas ocupações.

2.5 O contexto do trabalho policial: organização, condições e relações socioprofissionais

Percebido como um conjunto de elementos, materiais e simbólicos, que perfazem o ambiente interno das organizações militares, o contexto do trabalho aqui empregado se delinea a partir de três fatores, quais sejam: a organização do trabalho, as relações socioprofissionais e as condições de trabalho. Juntos esses elementos se tornam essenciais para compreender os diferentes aspectos que atravessam o trabalho policial e as formações subjetivas dos trabalhadores.

No contexto da polícia militar, a organização do trabalho fundamenta-se em dois pilares fundamentais, quais sejam: a disciplina e a hierarquia (Monet, 2006; Minayo et al., 2008; Owen, 2016). O poder desses elementos é explicitado em uma variedade de rituais, mitos, símbolos e insígnias corporativas, que comunicam aos seus membros sobre o que é, como funciona, quem manda e quem obedece na estrutura militar.

A disciplina é uma tecnologia específica do poder, que comporta um conjunto de instrumentos, técnicas, procedimentos, níveis de aplicação e alvos, que irão contribuir para o exercício do poder. Ela regulariza o controle, define os valores e garante a obediência. Na

conjuntura militar, é a partir da disciplina que o comando pode exigir o controle e o cumprimento dos expedientes, das escalas de trabalho, das cargas horárias e de todas as atribuições de cada posto. Como menciona Motta (1981), é preciso canalizar todas as forças que possam ser produtivas e, para tanto, não basta punir ou reprimir, mas torna-se essencial vigiar de modo discreto e permanente.

Já a hierarquia, essa é apontada por Motta (1981) como elemento imutável e natural nas organizações militares, uma vez que seus integrantes assumem um ideal coletivo, que os levam a se sacrificarem pelos ideais da corporação. O valor de cada um depende do quanto ele pode ser útil, produtivo e confiável. Usando o mesmo termo de Foucault (1997), Motta (1981) apresenta que a hierarquia favorece o “adestramento” nos quartéis, como decorrência desse ideal coletivo. Ela reduz, ao mínimo, as diferenças individuais, “inclusive pelo uso de uniformes e corte homogêneo dos cabelos” (Motta, 1981, p. 40).

Como menciona Motta (1985), em organizações burocráticas, como as militares, a hierarquia é indispensável para o exercício da dominação, do controle e da subordinação, o que se alcança por meio da contínua vigilância. Tragtenberg (2004), citando Simon, menciona que a hierarquia se faz necessária para alcançar um fim comum, tornando-se mais rígida quanto mais complexa for a organização. Minayo et al. (2008) complementam que a hierarquia parte do princípio fundamental da divisão do trabalho nas corporações militares, expressando-se em papéis, tarefas e *status*, determinando condutas e estruturando relações de comando e subordinação, que incluem os sinais de respeito, honrarias e cerimônias.

Marinho (2011) apresenta que a estrutura formal da polícia militar é tipicamente burocrática, com autoridade centralizada e níveis hierárquicos distintos. Esses padrões orientam o acesso às carreiras, o controle das condutas dos servidores, a estrutura piramidal de poder e a organização do trabalho em torno de procedimentos escritos, regulamentados e normalizados. Essa estrutura é pouco permeável e resistente a mudanças, “porque confere muito poder a um grupo restrito de policiais (oficiais superiores) que, pelas regras do profissionalismo, monopolizam o exercício dos cargos administrativos mais importantes, produzindo insulamento da organização a pressões políticas externas” (Marinho, 2011, p. 49).

A organização do trabalho militar está embasada no modelo hierárquico do ordenamento do Exército Brasileiro (Marinho, 2011). Ela se ordena em duas esferas de poder, quais sejam: de Oficiais, entre os quais se dispõem os postos de trabalho que são responsáveis pelas atividades de comando e coordenação; e de Praças, que assumem a função de executores do serviço cotidiano, de acordo com as graduações e suas respectivas funções institucionais. Todos os membros institucionais têm suas atribuições e deveres determinados pelos postos e

graduações que ocupam (Marinho, 2011; Minayo et al., 2008).

As duas esferas hierárquicas podem ser divididas em seis subgrupos. Na esfera de Oficiais, encontram-se os Oficiais Superiores, os Oficiais Intermediários e os Oficiais Subalternos. Já na esfera de Praças são identificadas as Praças Especiais e as Praças Gerais. O Quadro 1 descreve os postos e funções de cada uma dessas esferas.

Quadro 1

Estrutura hierárquica e funções da PMDF

Estrutura hierárquica	Postos e graduações	Funções
Círculo de Oficiais Superiores	Coronel PM	O oficial é preparado, ao longo da carreira, para o exercício do Comando, da Chefia e da Direção das Organizações Policiais-Militares (Art. 37, da Lei nº 7.475/1986).
	Tenente Coronel PM	
	Major PM	
Círculo de Oficial Intermediário	Capitão PM	
Círculo de Oficiais Subalternos	1º Tenente PM	
	2º Tenente PM	
Círculo de Praças Especiais	Aspirante a Oficial PM	A Praças Especiais cabe a rigorosa observância das prescrições dos regulamentos do Estabelecimento de Ensino policial-militar, em que estiverem matriculados, exigindo-se-lhes inteira dedicação ao estudo e ao aprendizado técnico-profissional (Art. 40, da Lei nº 7.289/1984).
	Aluno Oficial PM	
Círculo de Praças (Subtenentes e Sargentos)	Subtenente PM	Os Subtenentes e Sargento auxiliam ou complementam as atividades dos Oficiais, quer no adestramento e emprego de meios, quer na instrução e administração (Art. 38, da Lei nº 7.289/1984).
	1º Sargento PM	
	2º Sargento PM	
	3º Sargento PM	
Círculo de Praças (Cabos e Soldados)	Cabo PM	Os Cabos e Soldados são essencialmente elementos de execução (Art. 39, da Lei nº 7.289/1984).
	Soldado PM 1ª Classe	
	Soldado PM 2ª Classe	

Fonte: Adaptado do Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal, conforme Lei nº 7.289, de 18/12/1984 (Brasil, 1984), complementada pela Lei 7.475, de 13/05/1986 (Brasil, 1986).

O acesso ao quadro de Oficiais pelas Praças é bastante limitado, variando de acordo com o Regimento de cada Estado. Em sua maioria, o acesso pode ocorrer mediante transposição de cargo por meio de processo seletivo interno e curso de adaptação, cujos únicos postulantes são aqueles que ingressaram originariamente nas corporações na graduação de Praças. Essa promoção é limitada ao número de postos disponíveis e ao tempo de serviço prestado à Polícia Militar. O ingresso no oficialato superior é exclusivo aos Oficiais formados na Academia da Polícia Militar.

Em análise crítica da hierarquia da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e seus impactos na saúde dos trabalhadores, Antunes (2019) discute o encontro do policial militar com a organização de trabalho e os efeitos deletérios dessas experiências. Nesse sentido, são apresentados estudos que revelam estreita relação entre a organização do trabalho policial e a

ocorrência de transtornos mentais, advindos das violências que a assimetria do poder proporciona, como os episódios de assédio moral e sexual vivenciados especialmente por policiais femininas. Os trabalhos de Bezerra (2012), Miranda e Guimarães (2016) e Nogueira (2005) também revelam os reflexos das relações hierárquicas e disciplinares no contexto do trabalho policial e suas contribuições para o adoecimento dos seus trabalhadores, fato tratado na seção 2.7.1, que trata com exclusividade da saúde mental no contexto do trabalho policial.

No que se refere às relações socioprofissionais, elas são decorrentes da organização do trabalho, perfazendo a dimensão social do contexto institucional. Sua compreensão envolve as interações e o relacionamento socioprofissional entre oficiais e subordinados, colegas e grupos de trabalho, bem como as interações externas, como familiares e amigos (Mendes & Ferreira, 2008).

O trabalho de Antunes (2019) descreve que, no contexto do trabalho policial, o que mais chama a atenção é a forma como essas relações são configuradas e afetam o cotidiano do trabalho. Aspectos como transferências como forma de punição; descrédito quanto ao adoecimento; perseguições; inequidades na aplicação dos regulamentos; violência simbólica; e demandas funcionais não pertinentes ao cargo, como servir café, faxinar, cuidar de crianças, são identificados como ações rotineiras que, sustentadas pela hierarquia e disciplina, favorecem situações opressivas e coercitivas, assédio moral e ofensas.

A distribuição das atividades entre as esferas leva os militares do quadro de Praças a vivenciarem momentos de grande insegurança no desempenho de suas atribuições, uma vez que a realidade do trabalho, frequentemente, entra em conflito com as normas disciplinares, o que pode ser atribuído ao fato de que “o trabalho pensante e de planejamento da corporação dos policiais militares fica restrito a um pequeno grupo, esperando da maioria a execução das atividades delegadas, havendo, portanto, divisão radical entre quem planeja e quem executa” (Minayo et al., 2008, p. 86). O trabalho de Winter e Alf (2019) descreve o silenciamento das camadas hierarquicamente inferiores em relação à obrigatoriedade das normas. Esse estudo revela a cisão entre quem manda e quem obedece no contexto policial, “o que pode ser considerado um obstáculo para um trabalho mais cooperativo e um impeditivo para a autonomia do policial” (Winter & Alf, 2019, p. 677).

A hierarquia é apresentada por Mattos (2012) como responsável por parte dos conflitos de ordem socioprofissional. De acordo com o autor, as relações entre superiores e subordinados, entre Oficiais e Praças, são afetadas diretamente pela imposição de limites à autonomia dos policiais e pelo estímulo aos personalismos e assédios morais, oriundos do poder que o próprio sistema militar confere aos escalões superiores. Os limites à ascensão profissional, o

acionamento dos policiais nos períodos de folga (gerando jornadas de trabalho extenuantes) e a forma como os serviços são desempenhados nas ruas são apresentados como principais agravantes da deterioração das relações entre os níveis hierárquicos institucionais.

Gershon, Lin e Li (2002) acrescentam que a estrutura organizacional complexa e burocrática, associada à falta de comunicação entre divisões, a falta de diversidade, a rigidez em relação às políticas e procedimentos internos, a falta de oportunidade de progressão na carreira, os inúmeros fatores de risco inerentes ao contato direto com o público em geral e os excessos nas exigências e nos controles de condutas são características do trabalho militar que, além dos conflitos organizacionais mencionados por Mattos (2012), são grandes potencializadoras de estresse em policiais. Embora todas essas características que deterioram o trabalho, verifica-se forte apego do policial à organização, um tipo de vínculo que, apesar de frágil, não é rompido. Os abusos e as relações precárias parecem se tornar invisíveis e o policial se dedica, incansavelmente, a atender à sua instituição.

O trabalho da polícia apresenta natureza complexa e paradoxal, não apenas em função das suas atividades, mas também da responsabilidade social que assume. Para além do convencional atributo de promover a ordem social, o papel da polícia envolve elementos antagônicos, como liberdade e prisão, paz e guerra, socorro e negação, sensibilidade e força. Como menciona Silva (2007), em nome da ordem social, verificam-se, por vezes, grandes arbitrariedades e desrespeito aos direitos humanos. O cotidiano exige dos seus membros um contínuo equilíbrio para saber lidar, em um mesmo instante, com aspectos de ordem e caos, o que leva a polícia inglesa e estadunidense a se definir como uma “delgada linha azul – *the thin blue line* – que separa a civilização da barbárie” (Monet, 2006, p. 129).

Monet (2006) atribui essa complexidade ao fato de que o trabalho da polícia depende de uma sociedade minimamente organizada, cabendo à polícia o que de fato é da sua competência, ou seja, manter a ordem pública, a liberdade, a proteção das pessoas e dos bens contra atos ilegais. No entanto, essas atribuições dependem de atividades e processos sociais, que independem da polícia, como “acesso ao emprego e à educação, capacidade das instituições políticas para integrar as demandas sociais” (Monet, 2006, p. 18). Para o autor, “Na realidade, a manutenção da tranquilidade e da paz públicas, a prevenção ou a dissuasão das atividades criminosas dependem de múltiplos fatores sobre os quais a polícia não tem muito domínio” (Monet, 2006, p. 130), o que agrava ainda mais a natureza do trabalho policial.

Outra característica paradoxal do trabalho militar é apresentada Borges (2016). O autor menciona que, ao mesmo tempo que o policial está sujeito ao rigor do controle, da burocracia e da hierarquia (que define prescrições de condutas), ele necessita de autonomia e discernimento

para atuar em situações de difícil prescrição, dada a diversidade de desencadeamentos possíveis em cada ocorrência. Embora o rigor prescritivo, a atuação do policial militar exige “criatividade, percepção situacional, tomada de decisão em curto espaço de tempo, autocontrole, além de habilidades físicas e psicológicas em variadas situações de ruptura da normalidade, demonstrando uma dissonância entre o trabalho real do trabalho prescrito” (Borges, 2016, p. 35).

No que diz respeito às condições de trabalho, verifica-se que, além das complexidades do trabalho policial, as polícias estão inseridas em um contexto em que suas funções são pouco definidas e suas missões são infinitas. Na pretensão de manter a paz social, verifica-se atuação policial em situações das mais adversas, seja: no policiamento criminal, que por vezes exige o uso da força como recurso de solução; no enfrentamento de emergências críticas e desastres; no atendimento de demandas para lidar com suicidas, doentes mentais, pessoas perdidas ou desorientadas; nas brigas violentas entre indivíduos ou grupos; nas querelas entre vizinhos; nas reclamações sobre conduta de jovens; nos conflitos comerciais ou imobiliários; “de fato, em qualquer situação que se possa imaginar em que pessoas se encontram em dificuldades” (Monjardet, 2003, p. 34).

Essa variedade de funções é alcançada a partir de grande esforço e dedicação do policial para conseguir cumprir todas as demandas da profissão. Por vezes, o trabalho executado exige a exposição da própria vida no cumprimento dos seus deveres. Cotidianamente o policial está exposto à violência e a eventos desafiadores e perigosos (Jenkins, Allison, Innes, Violanti, & Andrew, 2018), o que o obriga a se manter em estado de alerta permanente, sob intensos encargos emocionais (Borges, 2013; Ferreira, Santos, & Morais, 2016). As condições de trabalho são marcadas por “precarização e falta de materiais necessários para exercer de forma adequada as funções tanto administrativas, quanto operacionais” (Antunes, 2019, p. 34); por horários de trabalho irregulares, normalmente noturnos, em condições climáticas nem sempre favoráveis e em posições geralmente desconfortáveis (Borges, 2013; Davey, Obst, & Sheehan, 2000), por inadequação de uniformes para as atividades e falta de recursos humanos, sobrecarregando as atividades (Winter & Alf, 2019); e por inadequações de instalações e material de trabalho, especialmente para as policiais mulheres (Bezerra, Minayo, & Constantino, 2013; Conceição & Souza, 2013; Holmgren & Ivanoff, 2004; Nielsen, Rugulies, Hjortkjaer, Bültmann, & Christensen, 2012).

Bhatia e Pandit (2017) mencionam que o trabalho da polícia também é marcado por jornadas extensivas, hábitos alimentares irregulares, sono inadequado ou noites sem dormir, submissão a escalas indefinidas e vida familiar perturbada. A expectativa é de que esses

profissionais cumpram suas obrigações, submetidos aos requisitos legais que lhe cabem, sem perder a compostura e a sensibilidade, mantendo um controle emocional completo. Contudo, não se pode negar que a supressão das emoções tem consequências prejudiciais para o sistema imunológico desses profissionais, comprometendo sua saúde física e psicológica.

Para além do “trabalho sujo” e do contexto do trabalho militar, verifica-se que outros dois elementos institucionais de controle fundamentam as atividades dos policiais, quais sejam: o rigor da burocracia e a idealização da ideologia gerencialista. Para tanto, a próxima seção discute esses atravessamentos.

2.6 Atravessamentos do trabalho militar: o controle pela burocracia e pela ideologia gerencialista

Em uma minuciosa análise das obras sociológicas de Freud, quais sejam: “Totem e Tabu”, “Psicologia das Massas e Análise do Ego”, “O Futuro de uma Ilusão”, “O Mal Estar na Civilização”, e “Moisés e o Monoteísmo: o salvador assassino”, Enriquez (1991) distingue sete mecanismos de controle social, cuja utilização, coletiva ou individual, é capaz de garantir a manutenção de domínio da instituição sobre os seus membros.

Em síntese, essas formas incluem os controles: 1) Direto ou físico, exercido através da violência e do silenciamento, fundado sobre a opressão e assumindo formas de exploração e repressão; 2) Organizacional, que, por meio da burocracia, que se ocupa de verificar se cada um desempenha devidamente a sua função e cumpre, precisamente, regras, norma e gestos previamente estabelecidos, revelando-se instrumento dócil e obediente às instruções que lhe são dadas; 3) Dos resultados, que, de forma sutil, demandam o sucesso total do sujeito, que deve brigar para ser reconhecido, invejado e apto, evitando não ser desacreditado; 4) Ideológico, que se dá pela manifestação da adesão à ideologia proposta e à ética definida, em que a carreira só é facultada àquele que expressa total devoção, propaga a ideologia e se sacrifica pela instituição; 5) Do amor, realizado pela identificação e confiança na instituição, operando por meio do fascínio e da sedução; 6) Pela saturação, que se dá pela repetição indefinida de um único texto, partindo da uniformização e monopolização do discurso social e da censura generalizada, privando seus membros dos seus próprios desejos e expressão; e 7) Pela dissuasão, operada por meio da instalação de um aparelho de intervenção, em que a ideia principal é mostrar a força para não ter que usá-la.

No contexto deste estudo, reconhecer os mecanismos de controle, sobre os quais a organização policial manipula seus profissionais, auxilia a compreender as dificuldades de resistências e a submissão dos sujeitos à lógica institucional. Esses mecanismos podem ser observados tanto em aspectos que perfazem a burocracia quanto à ideologia gerencialista. Na burocracia, observa-se a rigidez da estrutura, apoiada sobre os pilares da hierarquia, da disciplina e da racionalização dos processos. Na ideologia gerencialista, verificam-se as promessas de segurança e estabilidade; as possibilidades de ascensão, via das carreiras militares, além de o poder simbólico atribuído a que o ser policial pode se agarrar.

Considerando os aspectos característicos e a inteiração entre esses tipos de controle, optou-se por dividi-los em dois tópicos. O primeiro concentrou-se em explorar, exclusivamente, o poder organizacional, que aborda o controle pela via burocrática, realizado por meio da racionalidade técnica e outros atributos da burocracia. O segundo agrupa o controle ideológico, por resultados, por amor, por saturação e por dissuasão, inserindo todos dentro das concepções e prerrogativas da ideologia gerencialista, uma vez que eles envolvem aspectos mais subjetivos e/ou afetivos do sujeito.

A legitimidade do poder burocrático se exterioriza na racionalização dos sistemas sociais (Motta & Pereira, 2004). Já a ideologia gerencialista se expressa na manipulação do psiquismo do trabalhador, na busca de criar vínculos capazes de fantasiar a realização do ego com o objetivo de alcançar os interesses institucionais.

Faria e Meneghetti (2011, p. 424) comentam que o “desencantamento do mundo, baseado no cálculo utilitário de consequências, substitui a mediação das relações sociais que antes estavam baseadas na tradição e no carisma”. É no carisma e no encantamento, perdidos na racionalidade instrumental-legal da burocracia weberiana, que a ideologia gerencialista vai se sustentar e ganhar força para ludibriar os trabalhadores (Enriquez, 1995). Combinando a vantagem técnica da organização burocrática e os preceitos da ideologia gerencialista, a organização militar se sustenta, tanto pela racionalização e instrumentalização dos sujeitos quanto pelos vínculos afetivos dos seus membros.

Consideradas as influências desses dois mecanismos no contexto do trabalho e suas influências na saúde mental dos policiais, as próximas duas seções revisitam os aspectos que perfazem cada uma delas. Adverte-se, contudo, que não se ocupa aqui de uma priorização da ordem de acionamento desses mecanismos, uma vez que eles agem concomitantemente.

2.6.1 Burocracia: poder e controle via técnica e racionalização

Olhar a burocracia sob uma perspectiva crítica implica ultrapassar a tradição convencional dada ao conceito, e “transcender o hábito de caracterizá-la a partir do tipo ideal weberiano” (Paula, 2002), e levar em consideração o modo como ela se estrutura e se sedimenta na sociedade. Não se nega a ambiguidade das suas funções, seja como conjunto de técnicas de organização, que permite uma coordenação planejada, seja como parte das relações capitalistas de produção, em que funciona como um meio de exploração e controle coercitivo (Adler, 2003).

Como afirmam Goldman e Van Houten (1980), análises críticas apresentam um modo mais apropriado para examinar as tendências nas relações de trabalho e as incertezas organizacionais. Isso implica afastar-se da concepção abstrata e funcional da burocracia, frequentemente encontrada nos Estudos Organizacionais, e percebê-la como “um sistema de condutas significativas e não só um sistema de organização formal” (Tragtenbert, 2006, p. 188), mesmo porque a questão da burocracia não consiste na promoção de eficiência puramente técnica (Adler, 2003; Edwards, 1979; Goldman & Van Houten, 1980).

Faz-se necessário retratá-la de forma mais profunda, refletindo os aspectos da sua materialidade (Faria & Meneghetti, 2011; Adler, 2003); das relações sociais que nela se reproduzem (Motta, 1979a; Zimbalist, 1975); e do seu poder funcional, político e histórico de dominação (Tragtenberg, 2006), como fenômeno historicamente situado (Paula, 2002). Importante perceber a burocracia enquanto tipo de dominação, que dissimula uma relação de servidão (Ramos, 2006).

Ao descrever que as teorias administrativas devem olhar para a burocracia enquanto mecanismo de poder, para atingi-la enquanto estrutura, Tragtenberg (2006-1971) revela a ambiguidade ideológica e operacional que a encobre, o que Adler e Borys (1996) descrevem como “uma máscara cerimonial”, que oculta sua face ora coercitiva, ora capacitadora. A análise de Tragtenberg (2006) avança quanto à enumeração dos critérios constituintes da burocracia e a estuda em função da sua dinâmica interna, maneira pela qual ela estrutura suas raízes na sociedade e aumenta seu poder (Tragtenberg, 2006).

Historicamente, a burocracia nasce com o surgimento do Estado, onde encontra sua forma mais acabada. Tal fato implica dizer que seu conceito opera entre o interesse particular e o geral, envolvendo não apenas uma questão de eficácia, mas, sobretudo, uma relação essencialmente política, de poder e liberdade. Ao se legitimar como representante legal da burocracia, o Estado funda seu poder sobre o controle de todos, controlando todos os aspectos

da vida, “os detalhes do comportamento social, econômico, político, sexual e afetivo” (Weffort, 2006).

Enquanto mecanismo de dominação e poder, a organização burocrática vigora desde o modo de produção asiático. Ela vai avançando no seio das organizações, criando formas flexíveis de adaptação (Motta, 2001; Paula 2002; Sennet, 2009; Zimbalist, 1975) e harmonias administrativas, que dissimulam seu real significado. Como forma organizacional e de classe social, “a burocracia protege uma generalidade de interesses particulares” (Tragtenberg, 2006, p. 28), o que a leva a encontrar conflitos, tanto na sua operacionalização e funcionamento quanto na sua relação com os grupos e classes sociais. De acordo com Motta (1979a), a burocracia, desde sua função patrimonial, cultiva o sigilo “na ocultação das suas intenções” (p. 64).

Ao definirem a burocracia como estrutura de dominação, Faria e Meneghetti (2011), Goldman e Van Houten (1979), Motta (1981) e Tragtenberg (2006) apresentam que ela se consolida como forma organizada de controle social do Estado. Dessa forma, Motta (1981) a descreve como “uma estrutura social na qual a direção das atividades coletivas fica a cargo de um aparelho impessoal hierarquicamente organizado, que deve agir segundo critérios impessoais e métodos racionais” (p. 7).

Segundo Motta (1981, p. 7), a sociedade é um conjunto de organizações burocráticas, submetidas à grande organização que é o Estado. Essa sociedade apresenta características que garantem o comportamento disciplinado e padronizado dos seus membros, quais sejam: a) a confiança e o conformismo, baseados na garantia do emprego e do trabalho assalariado para boa parte das pessoas; b) a manipulação das necessidades individuais, que aumentam em função do poder de compra e do consumismo; c) a perda da significação intrínseca do trabalho; d) a impessoalidade propagada nas grandes organizações, que acabam promovendo o isolamento das pessoas; e) a vida em comunidade perde o seu sentido; e f) o comportamento passa a ser caracterizado como uma irresponsabilidade social.

A burocracia também pode ser identificada como um processo de alienação. De acordo com Faria e Meneguetti (2011, p. 438),

a alienação se confirma na medida em que o indivíduo interioriza o modo burocrático de pensar. A relação entre burocracia e alienação é, então, ressaltada. A inculcação ideológica, a submissão, os comportamentos padrão e o disciplinamento não são decorrentes apenas da forma objetiva como a burocracia se institui na organização. A burocracia investe também no controle intersubjetivo, e esse movimento é essencial para que o controle possa ser efetivo.

A efetividade da burocracia é alcançada pela peculiaridade das suas características, que, embora atravessada por disfunções, permitem sua concretização como aparelho de dominação e controle, partindo de comportamentos metódicos, prudentes e disciplinados (Motta & Pereira, 2004). A disciplina assume natureza relevante na sustentação dos propósitos e da eficácia da burocracia e, para alcançá-los, ela depende da inculcação de atitudes e sentimentos apropriados a seu funcionamento. Sua sustentação está na obediência e dedicação dos indivíduos aos padrões e deveres estabelecidos (Motta, 1979a). Faria e Meneghetti (2011) compartilham dessa ideia ao apresentarem que “organizações burocráticas servem de unidades de dominação, sendo, igualmente, responsáveis pela inculcação ideológica, pela adoção da submissão, pelos comportamentos controlados e socialmente aceitos, todos entendidos como naturais. Assim, a organização burocrática configura-se numa estrutura de controle e poder” (p. 434), que reduz a singularidade do ser humano (Ramos, 2006-1946).

Motta (1979a) discorre que o caráter dominador da burocracia se relaciona à ação comunitária de Weber, em que “uma comunidade social, aparentemente amorfa, chega a se transformar em uma sociedade dotada de racionalidade” (Weber, citado por Motta, 1979a, p. 22). A manifestação dessa dominação pode ser percebida na relação de mando e subordinação emergente. Esse tipo de dominação, que embora seja uma forma de poder, diferencia-se dele, pois o dominado parece adotar como sua a vontade manifesta do dominante. Diferente da dominação, o poder preza a realização da própria vontade, mesmo que contra a dos demais agentes da ação comunitária.

No contexto das distinções da burocracia como aparelho de dominação e controle, Faria e Meneghetti (2011) apresentam que a dominação vai se caracterizar como um caso especial de poder, considerando que:

Uma relação hierárquica se estabelece, definindo postos e níveis de autoridades, além de um sistema de mando e subordinação com gerência das atividades e tarefas delegadas por autoridade. Nesse contexto, a administração é formalizada por meio de documentos, que acabam por regular a conduta e as atividades das pessoas. O treinamento é fundamental nas burocracias especializadas devido às especificações das atividades e dos trabalhos. O treinamento especializado volta-se para generalizar o cargo e transformá-lo em profissão. (Faria & Meneguetti, 2011, p. 427).

Em síntese, a burocracia não se esgota enquanto fenômeno meramente técnico; mas é, acima de tudo, um fenômeno de dominação. Em consonância com Motta (1979a), desde os estudos mais remotos, verifica-se que ela consiste em “uma construção conceitual a partir de certos elementos empíricos que se agrupam, logicamente, em uma forma precisa e consistente, mas que, em sua pureza, nunca se encontram na realidade” (p. 22).

No contexto da organização militar, modelo típico de burocracia, a hierarquia assume papel significativo, estabelecendo uma relação de vigilância e disciplina, o que, juntamente com o salário, auxilia a garantir a submissão (Faria & Meneghetti, 2011). Para Goldman e Van Houten (1979), além da hierarquia, a divisão do trabalho, de definição das regras e procedimentos, o uso de sigilo e acumulação de conhecimento e a manutenção de divisões étnicas e sexuais na força de trabalho, também, funcionam com estratégias que, ancoradas na burocracia, são utilizadas para controlar a força de trabalho.

Amparadas no formalismo, na impessoalidade e no profissionalismo, as organizações militares encontram na burocracia uma forma de administração heterônoma, que nega a autonomia individual ou social, e assume autoridade de caráter monocrático, ou seja, obedece ao princípio da unidade de comando. Sua formalidade se expressa em um sistema exaustivo de normas, regras e jurisdições, que definem precisamente as relações de autoridade e subordinação, com atividades distribuídas de forma sistemática em função de alcançar seus objetivos. A administração é planejada e organizada formalmente, e a execução das atividades atingida através de documentos escritos (Motta & Pereira, 2004).

2.6.2 Ideologia gerencialista: poder e controle via subjetividade e afeto

Os conceitos que perfazem a ideologia gerencialista têm como base os estudos críticos de origem francesa, muito orientados pelos trabalhos de Max Pagès e outros pesquisadores, no final da década de 1970, e evoluídos nos estudos de Aubert e Gaulejac (1991); Enriquez (1991, 1997b, 2007) e Gaulejac (2007, 2014). A essência da sua formação é a crítica ao gerencialismo, ideário de reforma do Estado que se fundamentava na cultura do empreendedorismo e no esforço do trabalho (Bendassolli, 2007; Paula, 2005). Baseado no individualismo, no culto à excelência, na ambição criativa, na inovação, na independência, na flexibilidade e na responsabilidade pessoal, o gerencialismo contribuiu para “fixar no imaginário social fantasias de oportunidade de progresso e crescimento” (Paula, 2005, p. 37).

Estudos organizacionais críticos, de origem predominante francesa, têm discutido o aprisionamento do indivíduo à organização, pela via do psiquismo e do vínculo afetivo dos trabalhadores. Esses estudos têm inspiração no olhar crítico do gerencialismo. Para tal feito, desfazem do olhar economicista e buscam fontes, principalmente, na psicanálise, na Sociologia Clínica, na Psicossociologia e na Psicologia. Eles buscam analisar o mal-estar do trabalho na

sociedade hipermoderna (Aubert & Gaulejac, 1991; Gaulejac, 2007, 2014; Pagès et al., 2006); a precariedade subjetiva dos trabalhadores (Linhart, 2014); a ideologia, o poder e o vínculo social nas organizações (Enriquez, 1991); as patologias e o adoecimento no trabalho (Gaulejac, 2007; Lhuillier, 2010); entre outras temáticas que perfazem os vínculos sujeito-organizações.

O poder das organizações em subordinar o sujeito aos seus objetivos encontra força no desejo narcísico do indivíduo. Na expectativa de realização, ele se entrega à instituição, confiante de que vale a pena investir todos os seus esforços no seu objeto de idealização. Ele se entrega à organização por acreditar que encontrará nela o reconhecimento do seu desejo e o desejo do seu reconhecimento. Enxerga-se aceito em suas diferenças e desejos, ao mesmo tempo que se identifica com os desejos da organização (Enriquez, 1997b), o típico controle pelo amor, uma identificação total com o objeto amado.

Para Enriquez (1991), “o objeto que nos serve de objeto idealizado, que podemos amar e admirar, é o que surge no lugar de nós mesmos, enquanto objeto admirável, investido pela libido” (p. 67). A organização constrói um imaginário social enganoso, que prende os sujeitos em seus próprios desejos narcísicos; um modo de idealização doentio, que pede aos indivíduos para idealizá-la, identificar-se com ela e lhe entregar todo o seu amor e devoção, incondicionalmente. Juntos esses mecanismos concorrem para a criação do mito coletivo, impedindo outras visões de mundo ou outros comportamentos. Os valores, as normas, os ritos, os mitos e os símbolos institucionais vão sendo introjetados na mente e incorporados no comportamento, apacando resistências e as possibilidades de um sujeito autônomo e autorreferenciado. Edifica-se um verdadeiro corpo social, em que a semelhança buscada, aliada à igualdade leviana, pode dar lugar “a uma linguagem hermética e a condutas normalizadas”, ou ainda, à “formação de indivíduos uniformes, homogêneos, inventores de normas rígidas e profundamente interiorizadas, às quais cada um deverá se submeter” (Enriquez, 2001, p. 67).

A ideologia gerencialista cria ilusões e mascara um sistema de poder e dominação. A partir da ideologia, identifica-se um processo de “coisificação” do indivíduo. As organizações se encarregam de criar contínuos instrumentos de controle, que manipulam o comportamento dos indivíduos e de sua subjetividade (Siqueira, 2009). Centrados em si, esses indivíduos deixam de interrogar o funcionamento da organização, “particularmente sobre a violência que nela reina” (Gaulejac, 2007, p. 189).

Impulsionados pelos desejos de realização e pela ideologia do sucesso, os trabalhadores esquecem suas limitações e banalizam o sofrimento. Eles são aprisionados na necessidade de mostrar resultados e serem fiéis à organização. Na busca de suprir as carências dos trabalhadores, as organizações se apresentam como grandes protetoras, procurando captar os

anseios narcísicos de seus membros e prometendo-lhes ser fonte de reconhecimento, de amor e de identidade, podendo preenchê-los e curá-los de suas imperfeições e fragilidades. Seduzidos pelas promessas, os indivíduos caem na armadilha da autorrealização e na ilusão de que a instituição é capaz de suprir suas demandas de ego. Com os trabalhadores aprisionados nas fantasias das organizações, as ações coletivas são corroídas pelas ambições individuais. O anseio pelo sucesso incita a rivalidade, o individualismo e os comportamentos antiéticos e desleais. A dependência do outro se torna sinônimo de vergonha, alimentando a corrosão do caráter e afrouxando os “laços de confiança e compromisso” (Sennett, 2009, p. 33).

Além de manipular os afetos, a manipulação dos mecanismos psíquicos também influencia o comportamento, apresenta-se como forma apropriada de se exercer poder. No contexto policial, o controle pode ser alcançado pela saturação e pela dissuasão. Pela saturação, ele conduz as manifestações e condutas dos policiais, que não conseguem encontrar palavras para julgar ou expressar seus pensamentos. O discurso doutrinado, repetido infinitamente, tem mais do que a intenção de condicionar, mas de inscrever comportamentos. Saturados em seus espíritos, os policiais tornam-se apáticos, prontos a fazer simplesmente o que lhe é pedido. Já pela dissuasão, torna-se possível incutir no inconsciente do trabalhador condutas que permitam o alcance dos objetivos organizacionais sem a necessidade do uso de força física ou imposição. Essa é uma ameaça velada, capaz de desenvolver comportamentos motivados pelo medo, pela apreensão e pela insegurança (Enriquez, 1991). Esses mecanismos agem sobre os indivíduos e grupos para provocar neles atitudes e comportamento, que convém à organização.

Apoiados na burocracia, esses valores controlam, simbólica e materialmente, os policiais por meio de manuais, regimentos, regulamentos, uniformes e códigos de ética e de postura. Eles concretizam uma variedade de práticas e rituais utilizados pela hierarquia da organização. A normatização dos comportamentos militares prescreve e condiciona expressões linguísticas, normas de vestuário (Regulamento de Uniformes), saudações militares (Regulamento de Continência), condutas de socialização e comportamento do indivíduo militar (Regulamento Disciplinar do Exército), todas com um caráter educativo e punitivo (Seligmann-Silva, 2011).

Em linhas gerais, a ideologia gerencialista opera a partir da manipulação do psiquismo, criando vínculos que fantasiam a realização do ego, seja pelo poder simbólico que concede, pelo sentido atribuído aos salários, pelas possibilidades de carreira ou seja por outras estratégias de persuasão (Gaulejac, 2007; Pagès et al., 2006; Siqueira, 2009). Para obter o vínculo afetivo e alcançar condutas performáticas, as organizações se envolvem em: a) criar um imaginário enganoso de realização, por meio de amor e devoção; b) silenciar a vida interior do sujeito,

impedindo-o de enxergar o seu próprio eu; c) psicologizar os problemas, suscitando o sentimento de culpa e vergonha pelo não alcance dos resultados esperados pela instituição e pela sociedade; e d) embutir um senso de herói criativo, levando-o a correr riscos que comprometer sua vida (Enriquez, 1995).

Se não atende às demandas da instituição, o trabalhador perde o reconhecimento, fere sua base narcísica e instaura os distúrbios somáticos e psicossomáticos, como as perturbações psíquicas, digestivas, dermatológicas, cardiovasculares e comportamentais (Gaulejac, 2007). É a partir dos laços sociais rompidos, imersos no isolamento e focados na promessa de que “tudo pode”, incutida pela organização, que se vê aumentar o adoecimento dos indivíduos pela via do trabalho.

Muito além da força física e da virilidade, a ideologia gerencialista explora as potencialidades psíquicas dos sujeitos, provocando o adoecimento e fomentando um contínuo processo de introjeção de sofrimento, abandono e individualização, mascarados pelo ideal de herói, de sucesso e de realização. Esses mecanismos são apontados como responsáveis pelo caos social e pelo grande mal-estar no mundo do trabalho (Enriquez, 1995; Faria & Meneghetti, 2011; Gaulejac, 2007; Pagès et al., 2006)

Ponderadas as relações entre o trabalho e os mecanismos de dominação adotados pelas organizações, a próxima seção se dedica à discussão sobre os efeitos adoecedores dessa relação, tratando, especificamente, a saúde mental no trabalho e, na sequência, os fatores de adoecimento provenientes do contexto do trabalho policial.

2.7 Saúde mental e trabalho

Temática de diversas áreas de conhecimento, a saúde do trabalhador é definida por Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997) como “um corpo de práticas teóricas interdisciplinares e institucionais, desenvolvidas por diversos atores situados em lugares sociais distintos e informados por uma perspectiva comum” (p. 25). A prerrogativa desse conceito é registrada no início do século XX, com os estudos sobre higiene industrial e ergonomia, fortalecidos pela engenharia de segurança do trabalho.

No campo da saúde pública, registra-se a iniciativa de construção de escolas de medicina preventiva, configurando um novo modelo de interdisciplinaridade e multiprofissionalidade, a saúde ocupacional. Assim, a saúde ocupacional nasce sob a égide da saúde pública com uma

visão bem mais ampla do que o modelo original da então medicina do trabalho (Frias Júnior, 1999). De acordo com Tambellini et al. (1985), a área de saúde do trabalhador busca se envolver e dar conta do entendimento dos fatores que afetam o bem-estar do empregado e seus familiares, independentemente da procedência, das consequências e da ação desses fatores (doenças) sobre a população e das diferentes maneiras de atuar sobre essas condições.

Sato e Bernardo (2005) apresentam que, em 1920, foram registradas as primeiras pesquisas que articulavam saúde mental e trabalho nos Estados Unidos. Estudiosos começaram a documentar atividades agrupadas sob o título de “Saúde Mental Ocupacional” e analisar a subjetividade em articulação com o labor. A ação efetiva dessas atividades agrupava assistência psicoterápica aos trabalhadores, ficando as condições de trabalho e sua organização tomada apenas como retaguarda dos problemas que demandavam essa assistência. Não obstante, por trás do interesse e cuidado, o cálculo dos custos e os benefícios para a produtividade eram fortes argumentos para a psicoterapia.

Nas últimas décadas, o local de trabalho passou por uma perturbação considerável, com consequências para a capacidade das pessoas de trabalhar e manter seu emprego, bem como para sua saúde mental (Saint-Arnaud, Saint-Jean, & Damasse, 2006). Antunes e Praun (2015); Dejours e Begué (2010); Gaulejac (2007); e Franco et al. (2010) apresentam que as novas relações de trabalho tiram os conflitos do nível da organização em termos da coletividade e os colocam “no nível psicológico em termos de insegurança, de sofrimento psíquico, de esgotamento profissional, de perturbações psicossomáticas, de depressões nervosas” (Gaulejac, 2007, p. 123).

No bojo dos estudos dessa relação – saúde mental e trabalho –, verifica-se que, com uma variedade conceitual e metodológica, publicações que retratam os transtornos mentais como resultantes do contexto do trabalho e suas relações vêm crescendo nos últimos anos (Adhikari & Melia, 2015; Baierle, & Merlo, 2008; Archambault, Cété, & Gingras, 2003; Bendassolli, 2011; Braz, 2018; Chanlat, 1996; Dejours, 1992, 2008; Dias, Alves, Peron, & Coura, 2017; Franco et al., 2010; Glina et al., 2001; Heloani & Barreto, 2010; Jacques, 2007; Lhuilier, 2010; Maeno & Paparelli, 2013; Santos & Monteiro, 2018; Seligmann-Silva, 1994; Seligmann-Silva, Bernardo, Maeno, & Kato, 2010; Vézina & Bourbonnais, 2001; Viapiana, Gomes, & Albuquerque, 2018).

Embora o registro dos primeiros estudos date do início do século XX (Codo, 1988; Sato & Bernardo, 2005), o campo ainda é relativamente novo e limitado (Archambault et al. 2003). Esses estudos envolvem as mais diversas áreas e campos de conhecimento, perfazendo aspectos clínicos, epidemiológicos, econômicos, políticos, sociais e psicológicos.

Estudo bibliométrico internacional de Dias et al. (2017), na plataforma *Proquest*, revela que apenas 71 publicações, entre as realizadas no período de 2012 a 2016, tratavam a temática saúde mental e trabalho. O mesmo tipo de estudo, realizado por Massumoto e Faiman (2014), na plataforma Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), identifica que, entre os anos 2008 e 2012, apenas 33 artigos publicados apresentavam relação direta com o tema. Na plataforma *Medline*, Archambault et al. (2003) identificam que menos de um por cento dos artigos biomédicos publicados no período de 1991 a 2002 abordavam essa questão na literatura global. Também, em levantamento nacional, Mendes (2003) identifica que, até o ano de 2002, das 862 produções acadêmicas brasileiras realizadas desde 1950, apenas 10 dissertações e 2 teses trataram problemas envoltos à questão da saúde mental. Por sua vez, estudo de Santana (2006) sobre a produção nacional da pesquisa na pós-graduação, no período de 1970 a 2004, identificou 1.025 registros, sendo que apenas 55 deles problematizavam a saúde mental no contexto do trabalho.

Alguns fatores parecem contribuir para que esse problema permaneça subpesquisado, seja a “compreensão conceitual empobrecida da saúde mental [...] no ambiente de trabalho” (Elraz, 2017, p. 2); o contexto histórico, estigmatizante e preconceituoso atribuído aos transtornos psicológicos (Bracken & Thomas, 2005; Evans-Lacko, Henderson, & Thornicroft, 2013; Rüsçh, Angermeyer, & Corrigan, 2005; Saint-Arnaud et al., 2006); ou a falta de critérios suficientemente tangíveis, como acontece com os agravos orgânicos, dificultando o “nexo causal” entre trabalho e adoecimento (Ambrosio, 2019; Borsoi, 2007; Codo, Soratto, & Menezes, 2004; Glina et al., 2001; Lancam & Sznelman, 2004; Seligmann-Silva, 1994).

O estudo de Elraz (2017) apresenta que existe uma relativa falta de conhecimento e uma compreensão empobrecida quanto às diferentes maneiras de se interpretar as condições de saúde mental no local de trabalho. Embora existam debates relativos à nomeação, à construção e aos reflexos da organização do trabalho na saúde mental, a compreensão predominante persiste nas formas explícitas de discriminação e estigma. A autora também alega um *deficit* de trabalhos sobre a construção de identidades de pessoas com transtornos mentais nos ambientes de trabalho, bem como sobre os mecanismos que essas pessoas usam para manter seu emprego.

O estigma da doença mental apresenta-se como um problema social histórico, que limitou, por muito tempo, os estudos da temática às ciências médicas, colocando o sujeito adoecido no campo dos fracassados, inomináveis, invalidados e invisíveis (Codo, 1988; Johnstone, 2001; Overton & Medina, 2008; Rüsçh et al., 2005). No contexto da saúde mental, o conceito de estigma desenvolvido por Goffman (1988) apresenta-se bastante adequado, ao considerar que o sujeito acometido por transtornos dessa natureza,

tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande. (Goffman, 1988, p. 6).

De acordo com Johnstone (2001, p. 201), “as pessoas que sofrem de doenças mentais e outros problemas de saúde mental estão entre os membros mais estigmatizados, discriminados, marginalizados, desfavorecidos e vulneráveis da nossa sociedade”. Rüsç et al. (2005) corroboram ao descreverem que pessoas com transtornos mentais muitas vezes enfrentam um problema duplo: a) a necessidade de lidar com os sintomas da própria doença, que, dependendo do distúrbio, podem gerar alucinações, delírios, ansiedade ou alterações de humor; e b) os mal-entendidos da sociedade sobre os transtornos mentais. Esses fatores dificultam que alguém com uma doença mental trabalhe, viva independentemente ou alcance uma qualidade de vida satisfatória.

Codo (1988, p. 21) menciona que:

sobre a “doença mental” paira uma espécie de conluio do silêncio, a sociedade se cala, restringe a atuação aos consultórios e hospitais especializados, como a lepra há alguns anos, tudo se passa como se estivéssemos diante de uma realidade que envergonha a sociedade ou a família, a ser confinada, não apenas longe de nossos olhos, mas principalmente de nossas consciências.

No que se refere à tangibilidade e à visibilidade dos transtornos mentais, como provenientes da organização e das relações de trabalho, estudos de Lima (2003), Borsoi (2007), Codo et al. (2004), Lancam e Sznelman (2004), Jacques (2007) e Seligmann-Silva (1994) relatam a dificuldade do consenso no campo de Saúde Mental e Trabalho a respeito da existência de um nexo causal “entre a exposição a certas formas de organização do trabalho e o desenvolvimento de distúrbios mentais específicos” (Lima, 2003, p. 82). Borsoi (2007) relata que a inexistência de um caráter palpável amplia as dificuldades de fazer relação entre adoecimento mental e organização do trabalho. Essa limitação favoreceu a introdução de uma nova área de conhecimento nessa complicada teia que tece as relações saúde mental e trabalho, os estudos jurídicos. Os trabalhos de Ambrosio (2019), Souza (2010), Vidal (2012) e Rabelo, Silva e Lima (2018), por exemplo, discutem aspectos jurídicos como nexo causal, perícias psicológicas, controvérsias em laudos clínicos e indenizações por doença psíquica no ambiente de trabalho.

Souza (2013) apresenta quatro fatores que dificultam essa identificação do nexo causal, quais sejam: a inexistência de uma lesão visível; a desqualificação das manifestações de

sofrimento, geralmente observadas como síndrome inespecífica, um sofrimento difuso, que inclui mal-estar, medo, ansiedade, depressão, nervosismo, tensão, fadiga, perda de apetite, distúrbios do sono e psicossomáticos (gastrites, crises hipertensivas etc.); o não reconhecimento social de que alguns casos de sofrimento psíquico podem comprometer a capacidade de trabalhar; e a especificidade do adoecimento, levando, muitas das vezes, à individualização de um problema de caráter coletivo.

A amplitude da dimensão trabalho no contexto da existência humana, somada às mudanças advindas das revoluções tecnológicas, digitais e de comunicação; da interdependência cultural, econômica, política e científica das sociedades globais; e dos novos modelos de organização do trabalho contribuem para o avanço dos estudos voltados para a saúde mental dos trabalhadores. Eles ampliam os campos de conhecimento e abrem espaço para olhares multi e transdisciplinares para a questão.

Seligmann-Silva (1994) descreve a existência de estudos de diferentes disciplinas que buscam sistematizar a interação dos processos de saúde e doença relacionados ao trabalho, especialmente em relação aos fenômenos mentais. Para tanto, a autora distingue entre as disciplinas que focam a questão da saúde e seus aspectos subjacentes e aquelas que lidam com o trabalho humano, sem que a saúde seja um foco formal de estudo. No primeiro grupo, inserem-se os estudos da Psicodinâmica do Trabalho, da Ergonomia, da Psicanálise, da Medicina do Trabalho, da Psicologia do Trabalho, da Medicina Psicossomática, da Toxicologia, da Psicofisiologia, da Neurofisiologia e da Psiquiatria. No segundo grupo, são identificadas a Economia Política, a Organização do Trabalho, a Filosofia e a Sociologia. Massumoto e Faiman (2014) descrevem que, apesar da dificuldade de integração, a diversidade desses conhecimentos e as peculiaridades de suas formas de pensar ajudam a “enriquecer o campo de estudos das relações entre saúde mental e trabalho” (p. 2).

A diversidade de perspectivas ajuda a melhor compreender a complexidade que esse campo exige, uma vez que, quando se pensa em saúde mental apenas pela direção classificatória, na grande área da saúde, se percebe que o modelo dualista-racionalista não é suficiente para a sua compreensão (Amarante, 2007). Holmes, Craske e Graybiel (2014) e Lima (2003) também atentam para a necessidade da integração de múltiplos olhares para o contexto da saúde mental.

Para Vasconcelos e Faria (2008, p. 453), a “compreensão da relação entre trabalho e Saúde Mental tem sido, há várias décadas, objeto de estudo de pesquisadores das áreas de psicologia, psiquiatria, antropologia, sociologia, administração, entre outros”. Para os autores, os avanços da temática partem dos estudos de Lê Guillant e Sivadon, realizados nos idos dos

anos 50 do século XX, sobre as afecções mentais que poderiam ser ocasionadas pelo trabalho. O aumento do número de registros de doenças relacionadas ao trabalho instiga a investigação da relação entre o surgimento de doenças, a organização e as relações do trabalho, bem como as modificações nas relações sociais de produção, principalmente a partir da década de 1970.

Lima (2003) apresenta que, desde a década de 1980, quando a discussão em torno da relação saúde mental e trabalho era praticamente inexistente no Brasil, reportagens da mídia popular já revelavam formas de desgaste mental detectadas em certas categorias profissionais. As reportagens incluíam temáticas como: a) a disseminação do uso da cocaína como “ferramenta de trabalho do executivo dos anos 80” (p. 83), na busca por desenvoltura, loquacidade, rapidez de raciocínio e competência; b) a “cultura suicida” de policiais militares dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, revelando que, no primeiro Estado, o número de suicídios da corporação era crescente desde 1979, aumentando em 50% em 1994, e, no segundo, o índice de suicídios era 61% superior ao da média registrada na população em geral; c) os distúrbios psicológicos dos monitores da Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (Febem) paulista, relatando que 10% deles apresentavam distúrbios psicológicos, especialmente depressão e síndrome do pânico e que a instituição tivera o número de rebeliões aumentado em consequência do afastamentos de profissionais para tratamento psiquiátrico, e d) o uso de morfina pelos médicos, definindo que “o vício da morfina entre os homens de branco é um fenômeno mundial de tal dimensão que já é considerado uma espécie de doença ocupacional” (Lima, 2003).

O trabalho de Lima (2003) é complementado por pesquisa que revela a ocorrência de transtornos mentais advindos de algumas atividades profissionais. Nesse sentido, a autora identifica que operários da construção civil sofrem, sobretudo, de problemas relativos ao alcoolismo (47%); empregadas domésticas, principalmente, de quadros de esquizofrenia (14,3%); e policiais militares são acometidos, com maior frequência, por problemas de alcoolismo (54,5%) e transtornos de estresse pós-traumático (9%), acompanhados ou não de depressão.

Atentos à evolução dos indicadores de transtornos mentais advindos do trabalho, muitos estudiosos têm orientado seus esforços para identificar as influências da organização e das condições de trabalho na saúde mental de diferentes áreas de atuação, como no setor bancário (Jacques & Amazarray, 2006; Lima, 2000; Olivier, Perez, & Behr, 2011; Patronea et al., 2017; Portz & Amazarray, 2019), hospitalar (Lancman, Gonçalves, & Mângia, 2013; Riley et al., 2018; Traesel & Melo, 2009), educação (Cortez, Souza, Amaral, & Silva, 2017; Macaia & Fischer, 2015; Schonfeld, Bianchi, & Luehring-Jones, 2017), transportes (Apostolopoulos,

Sönmez, Hege, & Lemke, 2016), segurança pública (Alves, Bendassolli, & Gondin, 2017; Baierle & Merlo, 2008; Deschênes, Desjardins, & Dussault, 2018; Minayo et al., 2008), entre outros. Patronea et al. (2017) mencionam que as condições de trabalho podem afetar o estilo de vida dos funcionários, desencadeando sintomas psicológicos, como depressão, ansiedade, distúrbios do sono e outros.

Características do ambiente de trabalho podem aumentar a suscetibilidade dos trabalhadores quanto a serem acometidos de problemas de saúde mental. Gamperiene, Nygård, Sandanger, Wærsted e Bruusgaard (2006) apresentam que a exposição a condições psicossociais adversas de trabalho aumentam o risco de distúrbios psiquiátricos mais graves, como os distúrbios psicóticos. De acordo com Lancman e Jardim (2004), entender a influência da organização do trabalho na saúde mental dos trabalhadores é “fundamental para a compreensão e intervenção em situações de trabalho que podem levar a diversas formas de sofrimento, adoecimento e exclusão” (Lancman & Jardim, 2004, p. 84).

Vasconcelos e Faria (2008) descrevem que o aumento anual no número de doenças relacionadas ao trabalho desperta a necessidade de investigar a relação entre o surgimento de doenças (físicas, mentais ou psicossomáticas), a organização do trabalho e as modificações nas relações sociais, visto que a organização do trabalho pode apresentar-se como fator de fragilização mental dos indivíduos, o que torna as instituições responsáveis pela saúde mental de seus membros.

Alencar e Valença (2016) e Franco et al. (2010) mencionam que mudanças ocorridas no mundo do trabalho têm afetado a saúde dos trabalhadores de diferentes maneiras. A organização e as condições de trabalho, marcadas por intensificação do tempo de trabalho, instabilidade no emprego, diminuição das possibilidades de desenvolvimento e crescimento profissional, aumento dos mecanismos de controle, aumento da compulsividade e autoaceleração do ritmo de vida e aumento das exigências organizacionais, têm gerado desconforto entre os trabalhadores e acarretando ressonâncias negativas para a sociabilidade e para a saúde mental dos indivíduos. Além disso, “a exiguidade dos tempos destinados a pausas no trabalho, repouso, recuperação do cansaço e espaço estreitado do tempo de viver e conviver fora do ambiente de trabalho” (Franco et al., 2010, p. 231) são características da organização do trabalho que favorecem o sofrimento e os processos de adoecimento mental.

Traesel e Merlo (2014) complementam descrevendo que essas situações são reforçadas e perpetuadas a partir das pressões organizacionais. O ritmo frenético da vida cotidiana atropela as comunicações e os relacionamentos, da mesma forma, a competição acirrada corrói os laços afetivos. A pesquisa desses autores revela que, ao se sentirem sozinhos e desvalorizados,

trabalhando além dos limites de suas forças, os trabalhadores são submetidos a um estado de imensa fragilidade e anulação psíquica. Eles são expostos ao desgaste mental que compromete, conseqüentemente, a saúde física e psíquica. Tal fato favorece “o crescimento do risco cardiovascular, acirra-se o uso de medicações que, aliado ao sentimento de impotência, cansaço, insegurança e temor pelo futuro, amplia o risco de adoecimento” (Traesel & Merlo, 2014, p. 236). Glina et al. (2001) acrescentam que as possibilidades de transtorno à saúde mental também são agravadas pela ausência de autonomia do trabalhador na organização do seu próprio trabalho.

Como se observa, a organização do trabalho pode ser identificada como fator de fragilização mental dos indivíduos tanto pelas condições apresentadas quanto pelas pressões dela decorrentes. Retomamos à perspectiva de Dejours (1992) ao descrever que as condições de trabalho atuam sobre o corpo físico, muito envolto às condições ambientais, de higiene e de segurança dos trabalhadores. Enquanto isso, a organização do trabalho atinge o funcionamento psíquico, sendo a principal responsável pelos transtornos psicológicos e psicossomáticos. Tema amplo nas suas definições, o conceito empregado para organização do trabalho apresenta forte relação com os pressupostos da burocracia, envolvendo as relações formais entre os pares no contexto do trabalho e as prescrições das tarefas.

Observando a organização do trabalho, à luz da Sociologia Clínica, Enriquez (1995) menciona que a perspectiva tecnocrática de gerenciamento, marcada pelo poder da cúpula do comando institucional, vista como uma elite gerencial, é tomada pelo imaginário da *performance* e da excelência, elementos corresponsáveis pelo adoecimento mental dos trabalhadores. A instituição mobiliza os trabalhadores a orientar sua afetividade, canalizar suas energias libidinais e suas pulsões para o alcance dos objetivos organizacionais. Ciente da angústia original do ser humano, que o conduz à carência de proteção e à realização das satisfações narcísicas, a organização assume o *status* de todo-poderosa, saciando o desejo de completude e comprometendo, conseqüentemente, a saúde mental dos trabalhadores.

Confiando nas promessas de realização, o trabalhador se dispõe a se dedicar e se sacrificar pela organização que, em contrapartida, exige cada vez mais competência, desempenho, retidão e entrega aos projetos institucionais (Freitas, 1999; Gaulejac, 2007; Siqueira, 2009, p. 128). A organização se ampara em um imaginário enganador e “tenta prender os indivíduos nas armadilhas de seus próprios desejos de afirmação narcisista” (Enriquez, 1997b, p. 35). O custo desse investimento é o adoecimento psíquico materializado no estresse permanente, nas depressões e na síndrome de burnout daqueles que ficam imolados à obsessão do sucesso (Aubert & Gaulejac, 2007).

No desejo de possuir o perfil ideal necessário ao cargo que ocupa e ganhar o reconhecimento da instituição, a busca pela excelência torna-se o maior investimento do trabalhador, o que Aubert (2001) nomeia por “neurose da excelência”, ou seja, a “luta constante que mantemos para satisfazer os ideais de excelência que caracterizam nossa sociedade e que certas empresas encarnam com particular acuidade” (p. 187). O trabalhador abandona as suas próprias aspirações, despreza os laços sociais e se deixa conduzir pelo ideal da organização, que lhe promete realização e completude a partir da criação de uma carreira profissional. Linhart (2000) menciona que:

É o indivíduo que está sozinho em face desta nova forma de dominação e face às contradições que ela carrega. E ele procura assumir estas pressões, persuadido no fundo de si mesmo que são suas próprias insuficiências que tornam sua missão tão difícil e não as contradições inscritas na própria organização. (Linhart, 2000, p. 34).

Franco et al. (2010) descrevem que essa obsessão pela excelência fragiliza o reconhecimento social, a valorização simbólica e a construção de identidades coletivas. Ela desumaniza o mundo do trabalho, reifica as pessoas e suas relações, ampliando os quadros de sofrimento e adoecimento psíquico nas instituições. Essas características resultam em um clima de desconfiança, incerteza e intimidação, sob um intenso sistema de vigilância e controle.

Os medos se multiplicam e criam um estado de tensão e alerta permanentes, no qual o trabalhador tem vivências de estar sempre sob ameaça, sujeito a ciladas, isolado, silenciado e sem poder confiar em ninguém. Surgem ideias de autorreferência, insônia e distúrbios psicofisiológicos. (Franco et al., 2010, p. 240).

Na perda da identidade, ele não suporta seu próprio abandono e somatiza no corpo suas angústias e desprazeres. O sofrimento mental encontra uma saída no corpo para negligenciar a mente. É no corpo-orgânico, indissociável do corpo-sujeito, que o trabalhador revela os sintomas, esconde a dor e nega o sofrimento. O corpo que padece os sintomas reflete a saúde mental debilitada, marcada pelas diversas manifestações do mal-estar no trabalho, incluindo doenças físicas, transtornos e alterações mentais e psicossociais (Holz, 2013).

Os distúrbios psíquicos relacionados ao trabalho, frequentemente, deixam de ser reconhecidos como tais no momento da avaliação clínica. Entre outros motivos, justificam-se as características dos distúrbios psíquicos, regularmente mascarados por sintomas físicos, bem como a complexidade inerente à tarefa de definir claramente a associação entre tais distúrbios e o trabalho desenvolvido pelo paciente (Glina et al., 2001).

De acordo com Mendes (2007), além dos sinais e sintomas de estresse, depressão, ansiedade e doenças intestinais, a gestão e organização do trabalho contribuem para o

desenvolvimento de novas patologias, classificadas como patologias da sobrecarga, da servidão voluntária e da violência. França, Mendes e Siqueira (2011) apontam, ainda, a patologia da solidão e as patologias pós-traumáticas, desenvolvidas após experiência de violência no trabalho, bem como a toxicomania, o alcoolismo, os transtornos do humor, as obsessões, as compulsões, a normopatía², a agressividade e a perversão.

Seligmann-Silva (2011) apresenta a preocupação de vários pesquisadores com os novos paradigmas da economia e da administração de pessoal, que “têm convergido na produção de mal-estar, sofrimento e adoecimento” (p. 323). Entre os transtornos mentais que mais chamam a atenção, são citados os quadros depressivos, o esgotamento profissional, as síndromes paranoides e a reação ao estresse agudo. Traesel (2014) comenta que, no atual mundo do trabalho, o isolamento e a desconfiança, fomentadores das patologias da solidão, disseminam um sentimento confuso de injustiça, que contribui para as disfunções psíquicas do trabalhador.

Definidos como “condições clinicamente significativas, caracterizadas por alterações do modo de pensar e do humor (emoções) ou por comportamentos associados com angústia pessoal e/ou deterioração do funcionamento” (World Health Organization, 2002, p. 53), os Transtornos Mentais e do Comportamento prejudicam o desempenho do sujeito nas suas relações familiares, sociais, pessoais e de trabalho.

Para fins deste trabalho, o termo “transtornos mentais” é usado para se referir aos diversos distúrbios mentais e comportamentais presentes na Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e incluem doenças que podem ser desencadeadas por fatores externos, emocionais, psicológicos e sociais. Entre eles, estão os transtornos mentais e de comportamento decorrentes do uso de substância psicoativa; a esquizofrenia, os transtornos esquizotípico e delirantes; os transtornos de humor (afetivo); os transtornos neuróticos, relacionados ao estresse e a somatoformes; as síndromes comportamentais associadas a perturbações fisiológicas e fatores físicos; e os transtornos de personalidade e de comportamentos.

² O termo normopatía parte dos estudos psicanalíticos de Joyce McDougall (1978), em alusão a certos tipos de personalidades aparentemente bem adaptadas e normais. Pessoas que não exibem conflito neurótico ou psicótico, mas que mantêm grande dificuldade de fazer um mergulho profundo no seu mundo interior. Trata-se de uma normalidade aparente, estereotipada ou hipernormalidade reativa, decorrente de um processo de sobreadaptação defensiva. Designa pessoas que se caracterizam por seu extremo conformismo com as normas do comportamento social e profissional. No contexto da saúde mental do trabalho, o termo foi apropriado por Dejours (2007), associado ao conceito da banalização do mal de Hanna Arendt, para designar pessoas indiferentes em relação ao mundo, alheias à capacidade de pensar, à incapacidade de julgar e agir coletivamente contra a injustiça (Novelli & Ramos, 2003). Na articulação dos dispositivos disciplinares, a normopatía favorece a submissão e a adesão. Violência, assédio e abusos da gestão vão aparecer como estratégias disciplinares dissimuladas na lógica organizacional, sob a máscara da razão e da necessidade (Mendes & Duarte, 2013).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) (2002) apresenta que os transtornos mentais dificultam as relações dos sujeitos e trazem prejuízos às condições físicas de saúde, sendo capazes de afetar o autocuidado e a qualidade de vida dos seus portadores. Estima-se que, atualmente, cerca de 450 milhões de pessoas sofrem de perturbações mentais, neurobiológicas ou de problemas psicossociais, como os relacionados com o abuso de álcool e de drogas. “Muitas sofrem em silêncio. Além do sofrimento e da falta de cuidados, encontram-se as fronteiras do estigma, da vergonha, da exclusão e, mais frequentemente do que desejaríamos reconhecer, da morte” (OMS, 2002, p. XII).

Estudos da OMS (2013) mostram que geralmente os transtornos mentais influenciam e são influenciados por outras doenças, como é o caso da depressão, que predispõe ao infarto do miocárdio e ao diabetes, aumentando, por sua vez, a probabilidade de depressão. Da mesma forma, há também uma sobreposição considerável entre transtornos mentais e transtornos por uso de substâncias químicas. Esses estudos também revelam que transtornos mentais associados à depressão, ao abuso de álcool, à transtorno bipolar e à esquizofrenia encontram-se entre as 20 principais causas de incapacidade das pessoas em todo o mundo.

No Brasil, estudo de Santos e Siqueira (2010) revela que a prevalência de transtornos mentais na população adulta varia de 20 a 56%, com maior frequência dos transtornos de ansiedade, de humor, somatoformes e abuso de álcool. Em estudo de Gonçalves et al. (2014), a taxa de transtornos mentais em pacientes de Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre foi de, respectivamente, 51,9%, 53,3%, 64,3% e 57,7%, sendo a prevalência de transtornos mentais comuns³, ansiedade e depressão. Santos e Siqueira (2010) mencionam que os transtornos mentais assumem valores baixos de mortalidade, entretanto causam incapacidade de longa duração, provocando prejuízo na funcionalidade e na qualidade de vida dos indivíduos. As autoras advertem que grande parte desses transtornos são tratáveis e evitáveis, reforçando que iniciativas para prevenção e promoção da saúde mental podem ajudar a reduzir o número de incapacidades resultantes deles.

No contexto do trabalho, os transtornos mentais são identificados entre os maiores responsáveis pelos afastamentos e aposentadorias no Brasil e no mundo (Andersen et al., 2014; Koopmans et al., 2011; Neves, 2016; Šantrić-Milićević et al., 2017; Silva-Junior, 2016; Wynne-Jones et al., 2014; Yin et al., 2018).

³ Transtornos Mentais Comuns (TMC) são problemas de saúde mental altamente frequentes na população. Classificados como transtornos psiquiátricos menores, trazem prejuízos funcionais e alto grau de sofrimento às pessoas acometidas. Incluem os transtornos depressivos ansiosos e as somatizações, além do sofrimento emocional inespecífico (Gonçalves et al., 2014).

Glina et al. (2001), em estudo realizado em Centros de Referência em Saúde do Trabalhador do Estado de São Paulo, no período de 1994 a 1997, identificaram que as condições de trabalho nocivas e os problemas relacionados à organização do trabalho, à gestão de pessoal e à violência foram responsáveis por quadros clínicos de ansiedade, medo, depressão, nervosismo, tensão, fadiga, mal-estar, perda de apetite, distúrbios de sono e distúrbios psicossomáticos (gastrite, crises hipertensivas etc.), além da contaminação involuntária do tempo de lazer, isso é, mesmo fora da organização, os trabalhadores continuavam pensando no trabalho.

No Brasil, de acordo com Fazenda (2017), Baasch et al. (2017) e Toniolo (2014), os transtornos mentais e comportamentais apresentam-se como a terceira causa de incapacidade para o trabalho. O Anuário Estatístico da Previdência Social (2017) demonstra que, de 2015 para 2017, o número de auxílios-doença concedidos em razão desse tipo de moléstia registrou incremento de 3,6%. Também, o número de aposentadorias urbanas por invalidez ativas, concedidas em razão de transtornos mentais e comportamentais, subiu de 84.417 para 124.469, um aumento de mais de 48% no triênio. Registra-se que, em anuário anterior, esse índice não superou 6%.

Longitudinalmente, observa-se que os agravos mentais advindos do trabalho ganham lócus significativo, emanando estudos que perpassam diferentes campos científicos, epistemológicos e ontológicos. O tema pauta periódicos das mais distintas áreas de conhecimento, não obstante, Sato e Bernardo (2005) atentam para a pouca articulação entre as abordagens e os problemas que persistem em existir.

2.7.1 A saúde mental no contexto do trabalho policial

Nesta seção, buscou-se realizar uma discussão sobre o contexto do trabalho militar e as possíveis relações com o adoecimento do policial. Partiu-se de um levantamento de estudos que perpassam o trabalho militar e sua interação como lócus de adoecimento dos seus profissionais. O serviço do policial militar assume características muito específicas, tanto na natureza física e objetiva do trabalho, quanto na construção subjetiva do sujeito.

O trabalho da polícia enquanto organização estatal, que detém o uso exclusivo da força, é dualístico. Ao mesmo tempo que o policial se insere na sociedade como cidadão, faz-se necessário que ele se enxergue fora dela, no intuito de regular e velar pelas relações dos demais

indivíduos. Decorre dessa dualidade um fenômeno que atribui aos policiais um posicionamento paradoxal, em que ora se veem como membros comuns da sociedade, ora como agentes de regulação da ordem social. Dessa relação, o policial acaba ocupando um “não-lugar” ao representar o poder público de vigilância e regulação da sociedade em caráter ininterrupto e, ao mesmo tempo, estar inserido nesse coletivo (Silva, 2009). Essa dualidade subjetiva do trabalho, associada aos demais elementos que compõem a ação policial, acaba por comprometer a saúde mental dos seus membros e, conseqüentemente, a segurança de toda a sociedade.

Uma variedade de estudos afirma que o contexto do trabalho policial, seja pela sua organização, pelas relações socioprofissionais e/ou pelas condições, expõe seus profissionais a episódios psicologicamente agressivos, comprometendo a saúde mental e desencadeando transtornos dos mais variados tipos (De Camargo, 2019; Carleton et al., 2018; Castro & Cruz, 2015; Cavadinha, 2016; Coleta & Coleta, 2008; Deschênes et al., 2018, Edwards & Kotera, 2020; Ferreira, Augusto, & Silva, 2008; Kilgallon, 2019; Lipp, Costa & Nunes, 2017; Mattos, 2012; Minayo & Adorno, 2013; Miranda, 2016; Miranda & Guimarães, 2016; Morais & Paula, 2010; Sartori, 2006; Souza & Minayo, 2005; Spode & Merlo, 2006; Winter & Alf, 2019; Wood et al., 2017)

A vigília constante; a insegurança e a desconfiança das e nas pessoas; o contato direto com a violência e com a criminalidade; o acesso e o uso permanente de armas de fogo; o contínuo risco de ser ferido ou morto; a exposição que coloca suas famílias ou entes queridos diante de riscos de represálias; as rotinas ocupacionais estressoras e a sobrecarga de trabalho; e a representação social negativa, e intensificada pela mídia por atos inconseqüentes de alguns profissionais, são alguns dos aspectos que colocam as atividades policiais como fontes potenciais para o desenvolvimento de problemas sociais, físicos e psicológicos (Anchieta & Galinkin, 2005; Andrade, Souza & Minayo, 2009; Bhatia & Pandia, 2017; Cavadinha, 2016; Habersaat, Geiger, Abdellaoui, & Wolf, 2015; Marchand et al., 2016; Minayo, Souza, & Constantino, 2007; Spode & Merlo, 2006; Tuckey et al., 2012).

Policiais militares pertencem a um grupo de risco altamente suscetível a problemas decorrentes do trabalho, em razão de condições que os levam à exaustão física e emocional, à despersonalização e à frustração. O trabalho policial envolve a exposição a eventos psicologicamente desafiadores e perigosos que podem aumentar o risco de problemas de saúde (Jenkins et al., 2018).

Souza e Minayo (2013) descrevem que as condições precárias de trabalho (relacionadas a equipamentos defasados, falta de recursos financeiros, salários desproporcionais e falta de capacitação profissional), o nível de exigências e o ambiente de violência em que atuam são

fatores que acarretam desgaste físico e extremo sofrimento psíquico aos policiais militares. Minayo, Souza, Cavalcante e Mangas (2012), em estudo sobre as condições de trabalho de policiais militares do Estado do Rio de Janeiro, identificam que o estresse desses trabalhadores assume relação direta com a organização hierárquica, as condições de trabalho e a falta de reconhecimento. Barreto, Kusterer e Carvalho (2019) acrescentam a isso a diminuição do tempo dedicado ao lazer e à família, a deterioração do poder econômico, a restrição de acesso a bens e serviços essenciais, a exposição a agentes estressores e o sedentarismo.

Também no contexto do trabalho militar na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e nas condições do trabalho policial relacionadas à vivência de sofrimento mental, Miranda e Guimarães (2016) identificam cinco fatores responsáveis pela vivência de sofrimento mental dos seus membros, quais sejam: as relações interpessoais, hierárquicas e disciplinares; as longas jornadas de trabalho; a sobrecarga de trabalho decorrente do reduzido efetivo de militares; as condições operacionais, advindas do subdimensionamento do efetivo militar; e a falta de equipamentos, como armamento e viaturas.

O estudo de Miranda (2016) sobre “por que policiais se matam” sugere que as ideações suicidas e tentativas de suicídio estão relacionadas a fatores sociodemográficos, institucionais, organizacionais, relacionais e individuais, como: a) filiação religiosa; b) vivência de agressões verbais e físicas não letais (perseguições/amedrontamento, xingamentos, insultos, humilhações por pessoas do seu convívio); c) insatisfação com a instituição, no que concerne à escala de trabalho, à infraestrutura, aos materiais de uso profissional, ao treinamento oferecido pela instituição nos últimos cinco anos (em relação ao momento da entrevista), à falta de reconhecimento profissional (por parte dos seus superiores), à ausência de oportunidades de ascensão na carreira e à desvalorização da sociedade; d) transferência de unidades sem consentimento ou aviso prévio; e) baixo nível de sociabilidade informal entre colegas de turma e na família; f) baixíssima confiança interpessoal nos colegas e nos outros; g) indicadores de depressão; e h) pesadelos e problemas com o sono.

Deschênes et al. (2018) identificam três grupos de fatores que interferem na saúde psicológica ocupacional de policiais, quais sejam: a) socioeconômico, relacionado aos cortes orçamentários e à pressão social; b) organizacional, em relação à cultura policial, à instabilidade gerencial, à liderança, ao reconhecimento e ao apoio interpessoal; e c) pessoal, relacionado à autonomia, à eficiência, às habilidades emocionais e à desilusão com o trabalho.

Entre os fatores socioeconômicos, os autores destacam os cortes no orçamento, que levam os policiais a cumprirem horas extras e operações com pessoal insuficiente. A isso, somam-se a imagem negativa e a pressão social com a qual os policiais devem lidar

diuturnamente. Entre os fatores organizacionais, a cultura policial, a gestão autocrática (liderança autocrática), a instabilidade do comando e a falta de reconhecimento da gerência e da organização são identificadas como os que impactam mais negativamente a saúde psicológica dos policiais. No que se refere aos fatores pessoais, verificou-se que, embora o envolvimento dos policiais com situações críticas e violentas pareça ser mais agressivo, é o contexto organizacional que apresenta maior risco em termos de saúde psicológica ocupacional (Deschênes et al., 2018). Essas conclusões são corroboradas por Edwards e Kotera (2020, p. 15) ao afirmarem que “as fontes de doenças psicológicas têm mais a ver com a cultura organizacional e as atitudes em relação à saúde mental do que a natureza do trabalho em si”.

O trabalho de Mattos (2012) também identifica a falta de reconhecimento social e o estigma atribuído aos policiais, fatores que atacam a autoestima e a confiança da categoria. O autor ilustra essa questão assinalando três aspectos: a) a invisibilidade do policial, sendo que relatos evidenciam os sentimentos de rancor e frustração que acompanham essa inserção marginal do trabalho policial na escala de prestígio social; b) o repúdio ao profissional, apresentado no incomodo que a simples presença dos policiais causa em alguns espaços sociais, uma forma de “mácula social que caracteriza o estigma daqueles que normalmente lidam com os indesejáveis da sociedade” (p. 147); e c) as generalizações, relacionadas à imagem negativa realizada socialmente em relação ao indivíduo policial.

Como se observa, os abusos das condições sociais e psicológicas impostas pela lógica instrumental e utilitarista do mundo do trabalho contemporâneo, que nega a existência do sujeito e nega o reconhecimento individual e social, contribuem para o comprometimento da saúde mental dos trabalhadores. Pereira (2011) também comenta que a ausência de reconhecimento no trabalho “abre um campo para a descompensação psicológica” (p. 77). Simpson, Byrne, Gabbay e Rannard (2015) advertem que os eventos perturbadores no trabalho têm o potencial de ameaçar o senso de si mesmo e a identidade de um indivíduo, como discutido nas seções anteriores.

Em decorrência desses fatores, verificam-se os contínuos casos de estresse (Bezerra, Minayo, & Constantino, 2013; Deschamps, Paganon-Badinier, Marchand, & Merle, 2003; Oliveira & Bardagi, 2010; Souza, Schenker, Constantino, & Correia, 2013; Tuckey et al., 2012), transtornos depressivos e de ansiedade (Castro, 2016; Husain, 2014; Wang et al., 2010), consumo de substâncias lícitas e ilícitas (Davey et al., 2000; Price, 2017; Scholarios, Hesselgreaves, & Pratt, 2017; Souza, Schenker, Constantino e Correia, 2013), síndrome de burnout (Niebusch & Moran, 2019; Padyab, Backteman-Erlanson, & Brulin, 2016) e suicídio (Chopko, Palmieri, & Facemire, 2014; Dombroski, 2017; Jhonson, 2016; Miranda &

Guimarães, 2016; Silva & Bueno, 2017; Violanti, 1995).

No contexto do trabalho policial feminino, a questão da organização do trabalho é apresentada por Bezerra (2012) como um dos principais responsáveis pelo estresse de policiais femininas no Estado do Rio de Janeiro, mais especificamente, em função dos conflitos com superiores hierárquicos e das condições de trabalho. Para Bezerra (2012):

A questão da hierarquia sobressai, sem sombra de dúvida, tanto em praças, quanto em oficiais, em policiais do quadro de saúde ou de unidades operacionais [...]. Receber ordens de quem não está qualificado, não ter autonomia no trabalho, sentir medo das punições e das tensões geradas pelas regras não muito claras e objetivas para ascensão profissional são características relacionadas à carreira, que aparecem em todos os grupos como fatores geradores de estresse. (Bezerra, 2012, p. 84).

Estudos de Bezerra, Minayo e Constantino (2013) constataram que a organização do trabalho militar e a percepção de discriminação de gênero e assédio são os fatores que mais impactam o mal-estar e o sofrimento psíquico das policiais femininas. Entre outros fatores, os estudos incluem os problemas com a hierarquia, o excesso de trabalho, o preconceito de gênero, o assédio, o medo de punições e a insegurança. Somado a isso, verificou-se, ainda, a exigência de força física para execução de determinadas atividades, a exposição às instabilidades climáticas e a inadequação das estruturas para as mulheres, como as instalações sanitárias.

No que se refere aos transtornos psicológicos, verificou-se que, entre as mulheres oficiais, os problemas de saúde mental mais frequentes incluem gastrite emocional, cansaço mental, distúrbios do sono, problemas de concentração, irritabilidade, impaciência, mau humor, agitação, depressão, irritabilidade, fadiga, impaciência e taquicardia. Já entre as policiais praças, foram registradas ocorrências de hipertensão, ansiedade, compulsões alimentares, isolamento social, problemas na pele (psoríase, herpes etc.), taquicardia, queda de cabelo e menstruação desregulada (Bezerra, Minayo, & Constantino, 2013).

Em estudo sobre morbimortalidade de mulheres policiais militares, Conceição e Souza (2013) identificam que o processo de adoecimento de policiais do sexo feminino relaciona-se não apenas à questão gênero, mas também às condições de trabalho que envolvem suas atividades. As condições do trabalho policial são responsáveis por agravos mentais – como estresse, sofrimento psíquico, riscos e vitimização de agravos por acidente – e físicos – como problemas osteomusculares, resultantes das jornadas extensivas de trabalho em pé, e uso de equipamentos inadequados para as especificidades do corpo feminino.

Os resultados da pesquisa de Souza (2018) com policiais militares de Minas Gerais revelam que as mulheres policiais se apresentam mais vulneráveis a desenvolver sofrimento

psíquico. Isso é atribuído a fatores como a dupla jornada de trabalho, as condições de assédio moral e sexual vivenciadas e o preconceito de gênero sofrido na instituição militar. Apesar de apresentarem maiores probabilidades de adoecimento, o índice de suicídio entre elas foi menor do que aquele apresentado entre os policiais masculinos. De acordo com a autora, isso se explica pelo fato de as mulheres tenderem mais a procurar ajuda diante do adoecimento quando comparadas aos homens.

Estudo de Edwards e Kotera (2020) revela que, dada à natureza da ocupação, muitos policiais apresentam sintomas clinicamente significativos de um ou mais distúrbios como estresse, ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático e alcoolismo. Os autores advertem quanto à necessidade do cuidado do Estado com a saúde mental dos policiais, uma vez que exposições frequentes a eventos potencialmente traumáticos, facilitadores dos distúrbios de saúde mental, aumentam o risco de autodestruição, além de comprometer a segurança da sociedade.

Minayo et al. (2008) descrevem que o adoecimento nas corporações militares é resultado de um longo processo de insatisfação e frustração com o serviço militar. As autoras apresentam que, ao ingressarem na carreira, os profissionais depositam expectativas e confiança em um trabalho estável e seguro, com garantias de pertencimento, *status* social, possibilidades de ascensão na carreira e gozo de serviços qualificados de saúde, educação, lazer e outros. Contudo, com o passar do tempo, a convivência com o trabalho transforma essas esperanças e afeta o bem-estar dos sujeitos. A insatisfação com o trabalho é verificada nos baixos salários, na falta de reconhecimento, no afastamento das relações sociais e familiares, na perda cotidiana de companheiros e, até mesmo, na falta de qualidade na alimentação.

Os baixos salários levam policiais a buscarem atividades remuneradas complementares, por meio de trabalho externo irregular (Coleta & Coleta, 2008; Ferreira et al., 2008; Spode & Merlo, 2006), suprimindo o descanso, o lazer e a convivência familiar e social (Pessanha, 2009) e comprometendo, conseqüentemente, a saúde, o que pode explicar a irritabilidade e a violência de muitos policiais. Além disso, favorece a possibilidade de aderirem a interesses diferentes daqueles do Estado e dos cidadãos, como é o caso da formação de milícias (Minayo et al., 2008).

O desprezo e a falta de reconhecimento, social e institucional, especialmente por parte dos escalões superiores, afetam as emoções e a autoestima de todos os profissionais. Episódios de corrupção, abusos, uso indevido da força, subornos e outros comportamentos desviantes são generalizados, afetando toda a classe de profissionais, que sofre por saber que, além de trabalhar em condições precárias, são continuamente sujeitos a injúrias e difamações (Minayo et al.,

2008).

Lima, Blank e Menegon (2015), em pesquisa sobre prevalência de transtorno mental e comportamental em policiais militares, observam que o estresse é a temática mais estudada. Em comunhão com estudos de Bhatia e Pandit (2017), os autores chamam a atenção para a importância que deve ser dada aos sintomas de estresse na categoria, uma vez que, além de influenciar as condições de saúde do próprio trabalhador, ele pode trazer prejuízos também à sociedade. Em consonância com Minayo et al. (2008) e Souza, Schenker, Constantino e Correia (2013), Lima et al. (2015) atentam, ainda, para a subnotificação dos casos nas corporações, sendo possível que profissionais optem por se manterem em serviço, mesmo sabendo que estão adoecidos. Tal fato é justificado para que possam manter seus salários e outros interesses particulares. Baierle e Merlo (2008), Cantelli, Mota e Castro (2010), Cardoso e Nummer (2018) e Castro e Cruz (2015) identificaram que o encobrimento de sintomas patológicos se justifica por motivos pessoais, que transitam entre receio, discriminação, vergonha da exposição e tentativa de não comprometer a rotina do serviço.

Deschênes et al. (2018) nomeiam esse fenômeno como “a síndrome do super-homem”, em referência ao fato de que, ao ingressarem nas corporações policiais, os indivíduos se sentem invulneráveis e nada pode afetá-los emocionalmente, dado o papel que assumem frente à sociedade. Contudo, com o passar do tempo, essa percepção de “super-homem”, que se vincula à cultura, leva o policial a suprimir suas emoções e sintomas de sofrimento psicológico.

Edwards e Kotera (2020) e Jhonson (2016) descrevem que é vital que os policiais cuidem de sua saúde mental. No entanto, verifica-se que muitos resistem a procurar ajuda, influenciados pelo medo do estigma e das reações negativas dos colegas (Berg, Hem, Lau, & Ekeberg, 2006; Dombroski, 2017; Edwards & Kotera, 2020; Johnson, 2016). De acordo com Edwards e Kotera (2020), na cultura policial, a expressão emocional para eventos estressores relacionados ao trabalho ecoa como sinal de fraqueza, não compatível com a percepção masculina e viril do que vem a ser policiamento. Nesse sentido, Berg et al. (2006) observam que a cultura policial treina seus membros para serem solucionadores de problemas, controlar suas emoções e auxiliar a resolver os problemas dos outros. Essa atitude profissional acaba por ser aplicada em todos os domínios da vida. Portanto, se os policiais têm problemas pessoais, eles não procuram ajuda, mas tentam resolvê-los sozinhos.

A ideia generalizada na expressão “você tem que se levantar” contribui para o isolamento, resguardando os problemas sem buscar ajuda, seja por medo ou vergonha de ser percebido como fraco e inadequado. Essa “tem sido, e continua a ser, a cultura machista” (Mohandie & Hatcher, 1999, p. 357) das organizações militares. Tal fato leva o estigma a

desempenhar papel significativo no modo como um policial responde ao sofrimento psicológico, o que leva a apontá-lo “como uma das principais razões pelas quais os policiais evitam procurar ajuda” (Edwards & Kotera 2020, p. 2).

A busca de ajuda para superar os problemas de saúde mental é apresentada por Jhonson (2016) como uma relação dual. Além da resistência em relação ao grupo e à cultura policial, verifica-se o estigma do próprio participante sobre transtornos mentais, tratamento e impacto que ele teria no trabalho e na família. Assim, tanto o estigma dos outros quanto o autoestigma se combinam para diminuir a probabilidade de que um policial adoecido procure tratamento para os transtornos mentais. O estudo ressalta a diferença entre a “intenção” e a “ação” de buscar ajuda, em que os indivíduos podem reconhecer a necessidade de procurar tratamento, mas nem sempre se dispõem a tal.

Spode e Merlo (2006) constataram que grande parte das vivências de sofrimento de policiais é decorrente dos mecanismos de controle característicos da organização do trabalho militar, que mantêm pressões constantes e balizam as condutas pessoais dos policiais por meio do “alto rigor prescritivo e alicerçado em um sistema de disciplina e vigilância também permanentes” (p. 362). Bhatia e Pandit (2017) e Mausner-Dorsch e Eaton (2000) comentam que, quando as pessoas estão trabalhando sob altos níveis de tensão psicológica, como é o caso dos policiais militares, é mais provável que tenham ocorrências mais altas de depressão, o que favorece a busca por alternativas para amenizar o sofrimento.

Corroborando essa afirmativa, Gershon et al. (2002) reafirmam que trabalhos desse tipo aumentam os riscos de morbimortalidade, considerando que os problemas psicofisiológicos tendem a se acumular ao longo do tempo, sobretudo, porque são acompanhados, principalmente no caso dos policiais, de hábitos de enfrentamento das pressões que tendem a ser maléficos, como o tabagismo, o alcoolismo, o sedentarismo e os transtornos alimentares. Bhatia e Pandit (2017) apresentam que, para aliviar o estresse, os policiais tendem a adotar comportamentos inadequados, como beber álcool, fumar e comer demais, contribuindo significativamente para a autodeterioração. Fear et al. (2007) adicionam que o consumo de álcool no meio militar também objetiva romper barreiras hierárquicas e ajudar na socialização com os pares. Esses comportamentos tornam a polícia vulnerável à saúde individual e à saúde da sociedade em geral.

Minayo et al. (2008) mencionam que esses comportamentos se vinculam à necessidade que os indivíduos sentem de encontrar satisfação e alívio das tensões vivenciadas no trabalho, a partir de estratégias que os afastem da difícil realidade que precisam enfrentar. As autoras mencionam “o abuso de drogas, lícitas ou ilícitas, como resultante de problemas e sofrimento

psíquicos, embora sempre articulado a questões de personalidade e tendência a somatizações” (Minayo et al., 2008, p. 230). Goffette (2018), em referência à obra “*Se doper pour travailler*”, de Crespín, Lhuillier e Lutz (2017), comenta que, assim como recurso para suportar o trabalho, as práticas de “*doping*” também são identificadas como recurso para melhorar o desempenho e se adaptar ao trabalho.

Entre os oficiais, suboficiais e sargentos administrativos, verificou-se maior uso de tranquilizantes, sedativos e barbitúricos. O uso de maconha, cocaína e outras substâncias entorpecentes para sentir “barato” foi predominante entre oficiais, suboficiais e sargentos operacionais. Substâncias para emagrecer e anabolizantes foram as mais citadas como de uso mais frequente entre cabos e soldados (Minayo et al., 2008).

As autoras acrescentam que a vida familiar e social dos policiais também sofre as consequências do consumo de substâncias tóxicas. Esses problemas incluem:

[...] não-uso de preservativos nas relações sexuais; aumento dos conflitos no seio das famílias; dificuldades para expressar emoções e para controlar a agressividade, o que certamente redundará em violência intrafamiliar. No entanto, outras manifestações nos ambientes profissionais e fora deles são também assinaladas como relevantes. É o caso de crises nervosas incontroláveis, absenteísmo no trabalho e outros problemas de saúde. (Minayo et al., 2008, p. 235).

Souza, Schenker, Constantino e Correia (2013), em pesquisa sobre o consumo de substâncias lícitas e ilícitas por policiais da cidade do Rio de Janeiro, identificam que as substâncias de consumo mais frequente entre os policiais civis e militares são as lícitas, como o tabaco, o álcool e os tranquilizantes. As autoras atentam para a quantidade de álcool consumido diariamente pelos policiais, o que acaba por afetar suas habilidades e as ações individuais. Consumidores dessa natureza tendem a relegar a segundo plano todas as outras atividades e interesses da vida pessoal e profissional. Os resultados desse estudo identificam que, entre oficiais, suboficiais e sargentos operacionais, o consumo de substâncias tóxicas, inclusive o álcool, é responsável por conflitos familiares e crises nervosas em casa e no trabalho. Somados a esses e, mais recorrente entre os policiais operacionais, as autoras incluem problemas genéricos de saúde, dificuldade nas relações sexuais, omissão no uso de preservativo nas relações sexuais e absenteísmo no trabalho.

As organizações policiais são conhecidas por seu incentivo informal e histórico de viabilização do abuso de álcool (Ames, Curandi, Moore, & Sten, 2007; Mohandie & Hatcher, 1999). Muitos dos rituais de passagem, como aposentadorias, são comemorados em bares frequentados por policiais. Em certa medida, policiais surpreendidos dirigindo alcoolizados

podem ser liberados ou escoltados por um companheiro policial. Práticas desse tipo comprometem as vidas pessoais dos profissionais, colocam em risco seu trabalho, e deterioram sua saúde. Ames et al. (2007) advertem que a dependência aumenta a probabilidade de um policial se envolver em eventos negativos para sua carreira e desempenho profissional.

Estudos de Silva e Vieira (2008), com policiais da Paraíba, também relatam elevado número de envolvidos com dependência química, em especial o álcool. Casos de estresse, depressão e suicídio entre os policiais militares preocupam as lideranças oficiais. Os autores atribuem as debilidades na saúde mental dos militares à elevada pressão da organização de trabalho e à pressão proveniente da sociedade em relação a esses profissionais.

Outra temática em evidência no que tange à saúde mental dos policiais militares relaciona-se à questão do suicídio. Uma variedade de pesquisas nacionais e internacionais revela significativo aumento no número de autoextermínio entre policiais (Chopko et al., 2014; Dombroski, 2017; Jhonson, 2016; Miller, 2005; Silva & Bueno, 2017; Violanti, 1995), bem como especulações que perfazem o conceito (Jhonson, 2016; Miranda & Guimarães, 2016; Mohandie & Hatcher, 1999). Boa parte desses estudos se ocupam da investigação das variáveis que perfazem a cultura e o espaço laboral policial, do acompanhamento dos indicadores de risco, das iniciativas de prevenção e intervenção, da descrição de sintomas preditivos, das possíveis questões de resistência em procurar ajuda e da necessidade de criação e implementação de programas e políticas de apoio ao policial.

O estudo de Domborski (2017) descreve que todo policial lida com os aspectos multifacetados de sua profissão de maneira diferente, o que coloca o suicídio como recurso encontrado por muitos para minimizar o sofrimento da profissão. Tal fato se evidencia nas estatísticas, que mostram que o suicídio da polícia é “incrivelmente alto”. Para a autora, a estigmatização dos problemas relacionados à saúde mental como “fraqueza”, problema que persiste em existir à longa data na cultura policial, apresenta-se como um dos principais problemas que impedem o sujeito de tomar a iniciativa de procurar assistência psicológica e encontrar outro curso para o sofrimento. A autora adverte que não basta fornecer cobertura de saúde mental, mas é importante incentivar os policiais a usá-la, bem como a tratar os problemas de saúde dentro dos espaços de formação da academia.

Violanti (1995) descreve a sombra que encobre a ocorrência de suicídio entre policiais, fato velado até os dias atuais. Em situações dessa natureza, tanto a corporação policial quanto a família do policial optam por ocultar a causa da morte. Isso é justificado pelo estigma social e cultural atribuído ao suicídio, o que não se refere apenas à cultura policial, mas à sociedade como um todo. Para o autor, a pouca confiança interpessoal, dentro e fora de sua instituição

policial, é fator preditor para o suicídio.

Ainda no tocante ao suicídio no contexto policial, Mohandie e Hatcher (1999) descrevem que a responsabilidade dos policiais perante a comunidade os leva a dar significativa importância para “o que as pessoas vão pensar”, tornando-os incapazes de dividir com os colegas quando estão tendo dificuldades. A vergonha pelo fracasso em atender às expectativas reais ou percebidas do mundo exterior pode precipitar dor e desesperança substanciais, levando a resoluções de problemas frenéticas, desesperadas e às vezes violentas. O acesso imediato às armas interage com as demais características para aumentar o risco de suicídio e violência entre os profissionais.

Ao considerarmos o suicídio como uma resposta inadequada às circunstâncias intoleráveis da vida em suas instâncias pessoais e profissionais (Miller, 2005), é possível que o aumento do suicídio entre policiais seja uma soma de atributos que vem se acumulando a ponto do sujeito não resistir ao seu sofrimento e chegar ao extremo de tentar superá-lo com a própria morte.

No contexto da saúde mental de policiais, verifica-se que o número de afastamentos por doença tornou-se uma preocupação constante na força policial, sendo grande parte relacionados à saúde mental, como apontam estudos de Carleton et al. (2018); Castro e Cruz (2015); Hargreaves, Husband e Linehan (2018), Harman (2019); e Lima, Blanck e Menegon (2015). Tais estudos evidenciam que “bem-estar mental dos policiais é motivo de preocupação em muitos países, destacando a necessidade de mais estudos” (Edwards & Kotera, 2020, p. 2).

Atento a essa consideração, a próxima seção discute aspectos relacionados ao retorno ao trabalho depois da ocorrência de transtorno mental.

2.8 Retorno ao trabalho após transtorno mental: refletindo perspectivas, lacunas e limitações dos estudos

Levantadas algumas considerações acerca da relação entre saúde mental e trabalho, verifica-se uma variedade de sinuosidades e enredos que perpassam a temática, quais sejam: as principais doenças, os processos de intervenção, as políticas de acompanhamento, os processos de avaliação, entre outros. Os estudos de Baasch et al. (2017); Franco et al. (2010); Leao, Barbosa-Branco, Turchi, Steenstra e Cole (2017); Macaia (2013); Schlindwein e Morais (2014);

e Toldrá, Daldon, Santos e Lancman (2010) apontam o retorno ao trabalho como um dos assuntos mais complexos nas políticas de atenção à saúde do trabalhador.

Sendo o retorno ao trabalho depois de transtorno mental foco de análise desta proposta, faz-se pujante o exame das perspectivas, lacunas e limitações apresentadas nos diversos estudos. Como menciona St-Arnaud et al. (2014, p. 1), “apesar das preocupações geradas por esses problemas de saúde e a magnitude do fenômeno do retorno ao trabalho, estudos sobre práticas de retorno ao trabalho, após um problema de saúde mental, são praticamente inexistentes”. Andersén, Ståhl, Anderzén, Kristiansson, & Larsson (2017), Corbière et al. (2015), Koopmans et al. (2011), Macaia e Fischer (2015), Neves (2016) e Pettoruti e Faiman (2018) corroboram essas ideias reforçando a maior frequência de estudos que se ocupam dos fatores de afastamento por transtornos mentais.

É com o propósito de suprir as carências e ajudar a preencher as lacunas existentes no campo de estudos sobre o retorno ao trabalho, especificamente, após o transtorno mental que esta pesquisa avança. São escassos os estudos que abordam a temática e têm como protagonistas policiais militares. Nesse sentido, pensar a temática no campo dos Estudos Organizacionais e à luz da Sociologia Clínica tende a revelar uma face ainda obscura no contexto do trabalho policial.

Andersen et al. (2014), Doki, Sasahara, Oi e Matsuzaki (2016) e Lagerveld, Blonk, Brenninkmeijer e Schaufeli (2010) mencionam que o afastamento do trabalho devido a transtorno mental não é oneroso apenas para a sociedade e para as organizações, mas muito mais para o trabalhador. Tal fato leva à necessidade de repensar a perspectiva do retorno ao trabalho para além das estimativas de custos e perda de produtividade, na tentativa de compreender outros elementos que perfazem essa temática. Outros elementos da existência humana perpassam esse reingresso, como as relações interpessoais, os preconceitos emergentes, as limitações mentais e físicas para a reinserção, o despreparo das organizações para realocação, as deficiências nos processos de comunicação, entre outros (Andersen et al., 2014; Gewurtz & Kirsh, 2009).

Essa discussão deve descentrar-se dos estudos de preditores epidemiológicos e clínicos (Gragano et al., 2018; Mattila-Holappa et al., 2017; Muschalla, 2018) ou das avaliações da eficácia de programas de retorno (Dewa et al., 2015; Martin et al., 2013; Nigatu et al., 2016) e buscar compreender outros aspectos mais complexos que envolvem essa relação, como aqueles tratados nos estudos de Andersen et al. (2014); Corbière, Bergeron, Negrini, Coutu, Samson, Sauvé e Lecomte (2018); Gewurtz e Kirsh (2009); Hatchard et al. (2012); Neves et al. (2015); e Nielsen et al. (2011).

Andersen et al. (2014) descrevem que o retorno ao trabalho é um processo complexo e multifatorial. Apesar das contribuições dos estudos que analisam os fatores preditores gerais de retorno ao trabalho e os efeitos de intervenções, eles não são adequados para capturar os processos mais complexos que caracterizam o fenômeno. Corroborando essa assertiva, Hatchard et al. (2012) mencionam que paradigmas diversos e às vezes conflitantes das partes interessadas em potencial compõem desafios dos trabalhadores no processo de retorno ao trabalho. Analisar os aspectos mais subjetivos e as dimensões mais particulares dos sujeitos pode ajudar a expandir a compreensão do processo do retorno ao trabalho após transtorno mental.

A importância dessa natureza mais subjetiva do retorno ao trabalho após transtorno mental parte das prerrogativas apontadas anteriormente quanto aos diferentes significados do trabalho na vida do sujeito. Para além das dimensões da produção e da remuneração, esses estudos também devem se valer da dimensão “ser do sujeito”, incorporando aspectos de identificação e socialização (Gaulejac, 2011), tema caro à selvageria capitalista das organizações. Ao perceber o trabalho como atividade coletiva, realizada com os outros e para os outros (Burgi, 2011; Dujarier, 2009; Enriquez, 2001; Lhuillier, 2013), faz-se necessário que a análise do retorno também contemple os aspectos interacionais dos sujeitos e os outros atores envolvidos nessa questão.

Como elemento fundante e como espaço de produção de vida e criação, mais do que espaço de sobrevivência, afastar-se do trabalho apresenta-se como um rompimento, uma perda de algo que sustenta o indivíduo, materializando-se como uma pausa nos modos de viver e do próprio ato de trabalhar (Poersch & Merlo, 2017). Para Ramos, Tittoni e Nardi (2008), o afastamento do trabalho acaba por criar “trabalhadores que se subjetivaram através de alguns padrões e estilos que não podem mais manter, produzindo acontecimentos-rupturas importantes nos seus modos de viver e de trabalhar” (p. 211). Romper com o trabalho é afastar-se da segurança e das possibilidades de reconhecimento, valorização e de outros sentidos de existência que ele permite. Como mencionam Andersen et al. (2014), estar fora do trabalho tem consequências negativas para o indivíduo, pois o trabalho é socialmente valorizado e benéfico para o respeito próprio, a identidade, a saúde e o bem-estar em geral.

Para Druck (2011), a perda do emprego ou da condição de uma inserção estável no mundo do trabalho cria uma insegurança objetiva e subjetiva no trabalhador, o que promove uma ruptura dos laços e dos vínculos que o cotidiano do trabalho promove. Essa ruptura torna o trabalhador vulnerável e socialmente fragilizado, caracterizando uma “desfiliação” social. Ratificando, Ramos et al. (2008) mencionam que, em uma sociedade que reverencia o trabalho

como “única forma de inscrição social e modo de vida considerado normal e digno” (p. 211), o afastamento dele acaba por marginalizar o trabalhador, que passa a ser convocado “pela incapacidade e improdutividade pelos médicos peritos ou pelos recrutadores e selecionadores, que se pautam pela ordem da produtividade e da velocidade contemporâneas” (p. 211).

O afastamento do trabalho desloca o trabalhador para o campo dos fracassados, dos incompetentes e dos debilitados. A profissão que o nomeava é deslocada para a doença que o define. Gaulejac (2014) atenta para a influência do campo social nesse processo de deslocamento e evidencia a indissociável relação social do sujeito com as normas do meio ao qual pertence. O afastamento do espaço de identificação do trabalho implica um fracasso, o retorno a ele torna-se objeto de expectativa do trabalhador. Retornar ao trabalho simboliza a potencialidade de novas idealizações e a retomada do lugar perdido.

Os resultados dos trabalhos de D’Amato e Zijlstra (2010), Koopmans et al. (2011) e Ståhl, Svensson, Petersson e Ekberg (2009) mencionam que, até 2011, poucos eram os estudos que se dedicavam a investigar o absenteísmo e o afastamento do trabalho devido a transtornos mentais. Contudo, verifica-se que, nos últimos anos, cresceu o interesse em investigações que exploram essa temática, percebendo sua complexidade e levantando possibilidades de interpretar e intervir em aspectos que ultrapassem as dimensões médico-funcionais do trabalho.

Em revisão sistemática da literatura qualitativa sobre retorno ao trabalho, MacEachen, Clarke, Franche e Irvin (2006) descrevem que o retorno ao trabalho vai além das preocupações sobre o gerenciamento da função física, abarcando até as complexidades relacionadas às crenças, papéis e percepções de muitos dos atores envolvidos. A boa vontade e a confiança entre os pares são condições gerais fundamentais para o êxito do retorno ao trabalho. Além disso, muitas vezes existem barreiras sociais e de comunicação para retornar ao trabalho, e os atores intermediários têm o potencial de desempenhar um papel fundamental na facilitação desse processo.

Em estudo etnográfico sobre as interações entre atores envolvidos no retorno ao trabalho depois de transtorno mental, Neves et al. (2015) identificam que, em 619 artigos nacionais e internacionais, apenas 16 eram qualitativos, abordavam o retorno ao trabalho relacionado a transtornos mentais e tinham como foco as interações entre atores sociais. A análise permitiu a consolidação de duas sínteses contextuais, uma relacionada ao *ethos* do desempenho e outra aos modos de vida do reabilitado.

Neves et al. (2015) verificam que, no contexto do retorno ao trabalho, as expectativas de desempenho são protagonistas das relações entre os atores. Elas afetam, modificam e produzem resistências, que podem culminar em novas perturbações. Essas expectativas

parecem revelar a existência de um tipo de “trabalhador ideal”, que nega as possibilidades de adoecimento pela via do trabalho e insiste na fidelidade à organização e a seus credos, como produtividade, competência, manutenção do reconhecimento e da legitimidade de trabalhador eficiente, segundo os modos de produção vigentes. Da mesma forma, o *ethos* do desempenho parece denunciar a debilidade das organizações em cuidar de sujeitos com desempenho distinto e outrora afastados. Reforçar a disciplina dos “trabalhadores ideais” parece mais fácil do que se ocupar de reabilitar adoecidos, reforçar identidades funcionais e produzir mudanças nos processos para que o trabalhador possa se readaptar às suas funções. Para os autores, as estratégias de enfrentamento “parecem reforçar uma crença na individualização do problema, deixando de fora as condições e estruturas da produção social do trabalho na constituição das expectativas de desempenho” (Neves et al., 2015, p. 2275).

A segunda síntese de Neves et al. (2015), quanto aos modos de vida do reabilitado, argumenta que o retorno ao trabalho pode se constituir como catalizador de novos modos de viver. As interações entre os atores sociais envolvidos realçam temas como suporte no local de trabalho, estigma, identidade, empoderamento e legitimação da experiência de transtornos mentais, entre outros sentidos, que demandam formas de manejo diferentes daquelas contidas nos modelos de retorno ao trabalho vigentes. Essas temáticas, que envolvem mais aspectos da subjetividade do indivíduo, reforçam a afirmativa da complexidade que envolve o retorno ao trabalho, especialmente aqueles aspectos relacionados aos transtornos mentais. Os autores advertem que esse processo

não pode ser encarado apenas como um processo técnico, singularizado e burocratizado, voltado para recobrar algo que se perdeu e que deve ser recuperado, no sentido do retorno à normalidade após um episódio de sofrimento psíquico. O retorno ao trabalho precisa ser entendido numa perspectiva reabilitadora, que não ignore os avanços que as abordagens biomédica e ecológica trouxeram, mas que avance para um retorno ao trabalho que inclua novos modos de viver e trabalhar e que incorporem uma perspectiva crítica. (Neves et al., 2015, p. 2287).

Estudo de Franche e Krause (2008) aborda a necessidade de uma estrutura conceitual para entender os processos de tomada de decisão e mudança de comportamento dos funcionários com deficiência em relação ao retorno ao trabalho, e como empregadores, colegas de trabalho, prestadores de serviços de saúde e companhias de seguros podem ajudar nesses processos para facilitar um retorno oportuno e seguro ao trabalho. Para tanto, os autores chamam a atenção para a necessidade de um olhar multidisciplinar do problema e propõem um modelo heurístico de análise que captura tanto a agência principal do funcionário quanto o

impacto determinante das interações com o sistema de saúde, o local de trabalho e o sistema de seguro, complementando os modelos sociomédicos de incapacidade ocupacional.

Com o objetivo de examinar as barreiras e os facilitadores do retorno ao trabalho após transtornos mentais em profissionais do Canadá, Hatchard et al. (2012) levantam três aspectos que envolvem a questão, positiva ou negativamente, quais sejam: a autogestão do trabalhador, as parcerias no local de trabalho e os relacionamentos e as demandas no ambiente de trabalho. Fatores pessoais, como autoaceitação e gerenciamento da sua própria saúde e estilo de vida, e fatores ambientais, como apoio pessoal, relacionamento com as chefias, interações com colegas de trabalho e demandas de trabalho, foram identificados consistentemente nesses temas.

Os achados dos autores evidenciam que trabalhadores que retornam ao trabalho depois de acometidos por algum tipo de transtorno mental reconhecem a importância da autogestão da sua saúde, bem como a necessidade de um sistema de apoio externo sólido e concreto. No local de trabalho, verificou-se que as parcerias, com os colegas de trabalho e superiores, atenuam as barreiras que possam existir durante o período de reintegração e permitem tempo para que o profissional assimile as demandas de trabalho. Adiciona-se a isso um clima de tolerância e compreensão que pode ajudar os trabalhadores a se readaptarem e se organizarem frente aos novos desafios.

A crescente precipitação de perda de produtividade, não apenas para os trabalhadores afetados, mas também para seus locais de trabalho, famílias e comunidades, é uma questão social. Os recursos que fariam a diferença precisam estar na vanguarda. Enquanto isso, a mensagem geral que ressoa dos participantes do estudo parece digna de atenção. Ações aparentemente simples, positivas ou negativas, têm o potencial de impactar profundamente a vida de outras pessoas. As parcerias que formam fundações no local de trabalho oferecem continuidade profissional de recursos e reconhecem uma jornada de recuperação. Tais parcerias são essenciais para os trabalhadores, pois eles se esforçam para assumir o controle de todo seu potencial. (Hatchard et al., 2012, p. 51-52).

Rufiange (2018), em pesquisa sobre possibilidades de intervenções de gestores para otimizar o processo de retorno e retenção de trabalhadores afastados por problemas de saúde mental, sem prejudicar o direito à privacidade, avaliaram cinco categorias de fatores que perpassam a relação, a saber: a) o contexto organizacional durante o episódio da deficiência, que requer necessidade de mudanças e reestruturação, dadas as restrições e pressões para adequação; b) os elementos facilitadores, que englobam o apoio de terceiros na orientação, a comunicação aberta entre as partes envolvidas, o estabelecimento de relações de confiança e maior aproximação dos gestores sobre a realidade dos reintegrados, a flexibilidade para possibilidades de mudanças e a promoção de uma cultura organizacional voltada para a

promoção da saúde; c) os obstáculos encontrados, que incluem a falta de informações disponíveis para preparar para o retorno do empregado, a falta de experiência e suporte para lidar com o problema e a estrutura rígida da empresa; d) os benefícios que favorecem o sucesso no processo de retorno ao trabalho, que incluem suporte de terceiros com habilidades interpessoais adequadas, ter uma comunicação fluida e transparente com o funcionário; ser flexível na adaptação das condições de trabalho; e e) as necessidades para atuação, como ter acesso às informações do problema do empregado que retorna, uma vez que há restrições de confidencialidade, para poder superar as restrições superiores em termos de adaptação.

Em trabalho semelhante ao de Rufiange (2018), Lemieux, Durand e Hong (2011) se ocupam de investigar a percepção de 11 supervisores sobre os fatores que facilitam ou dificultam o retorno ao trabalho de empregados que foram afastados por algum tipo de transtorno mental. Os resultados da pesquisa relatam 24 fatores que poderiam dificultar ou facilitar o processo de retorno ao trabalho. Esses fatores foram agrupados em três categorias principais, a saber: fatores relacionados ao trabalhador afastado, ao contexto de trabalho e ao processo de retorno ao trabalho. Essas categorias não são mutuamente excludentes, pois fatores relacionados a uma também podem vir a ocorrer em outra.

Entre os fatores relacionados ao trabalhador afastado foram identificados o isolamento social, a presença de outros estressores oriundos da vida pessoal do trabalhador, o grau de insatisfação no trabalho, o histórico de múltiplas ausências no trabalho por motivo de transtorno mental e o retorno prematuro ao trabalho. Esses fatores vão ao encontro dos achados de Holmgren & Ivanoff (2004), Nielsen et al. (2012) e Verdonk, Rijk, Klinge e Vries (2008), o que permite contribuir para identificar que o isolamento social, e outros problemas da vida social, não é fator exclusivo para o afastamento de mulheres.

O contexto de trabalho exhibe os preconceitos contra transtornos mentais, a atmosfera tensa ou os relacionamentos conflituosos antes do afastamento, as mudanças na organização durante a ausência do trabalhador afastado, a falta de conhecimento dos supervisores sobre transtornos mentais e o ceticismo quanto à veracidade do diagnóstico de transtorno mental. Os aspectos relacionados ao contexto do trabalho aproximam-se da pesquisa de Saint-Arnaud et al. (2006), especialmente no que tange ao ceticismo dos agentes, aos relacionamentos conflituosos e ao desconhecimento dos supervisores acerca dos transtornos.

Com relação ao processo de retorno ao trabalho, verifica-se: a falta de informação sobre o diagnóstico ou as condições de retorno do trabalhador; o contato entre o supervisor e o trabalhador, antes do processo de retorno ao trabalho; a falta de envolvimento dos supervisores no plano de retorno ao trabalho; a preparação para o retorno ao trabalho pelos membros da

equipe; a presença de um substituto durante o reingresso; a reunião com o trabalhador em seu primeiro dia de volta ao trabalho; a execução de tarefas quando o trabalhador retornar ao trabalho; o treinamento do trabalhador para o retorno; as expectativas e as atitudes do supervisor e do trabalhador em relação ao desempenho; a falta de ação coordenada das partes interessadas; a preparação do trabalhador, pela equipe médica, para o retorno ao trabalho; e a presença de um recurso interno ou externo para auxiliar o trabalhador (Lemieux et al., 2011)

Entre outras importantes contribuições, Lemieux et al. (2011) reforçam a existência do estigma associado aos transtornos mentais, que pode potencialmente marginalizar os trabalhadores quando eles retornam ao trabalho. A doença mental é difícil de entender e identificar. Sendo ela uma experiência subjetiva, aumenta o risco dos colegas de trabalho não acreditarem no adoecido ou de não se disponibilizarem a assumir trabalho extra durante o retorno gradual do colega que havia afastado. Além disso, a maioria dos trabalhadores que volta ao trabalho após uma depressão retorna com sintomas residuais e diminuição das habilidades funcionais, exigindo algumas medidas de adaptação.

Dada a distinção dos interesses do trabalhador e do empregador, o supervisor fica no centro dos conflitos, obrigado a cuidar dos interesses do capital, ao mesmo tempo que tenta amparar os interesses do trabalhador que retorna. O diálogo aberto apresenta-se como oportunidade para o supervisor esclarecer as possíveis mudanças ocorridas na organização, discutir a programação de trabalho e oferecer treinamento para uma adaptação mais tranquila. Embora respeitem a confidencialidade das informações pessoais do funcionário, os supervisores sugerem maior abertura e compartilhamento de informações entre os profissionais de saúde, recursos humanos e supervisores, com o objetivo de minimizar as influências das percepções antecipadas sobre o retorno ao trabalho. Além disso, os autores recomendam a capacitação de supervisores para a condução do processo de retorno ao trabalho em função da variedade de fatores que interferem nele (Lemieux et al., 2011).

Como no trabalho de Rufiagne (2018), o estudo de Mohandie e Hatcher (1999) também relata a necessidade de respeito, privacidade e apoio dos colegas e dos superiores quando do retorno ao trabalho após transtorno mental. Em trabalho sobre risco de suicídio e violência entre policiais, os autores relatam a preocupação com as informações, que encerram a vida particular do sujeito adoecido. Os autores relatam, ainda, a situação de tentativa de suicídio de um policial, que, perturbado por uma questão disciplinar, trancou-se em uma delegacia e ameaçou se suicidar. Nesse caso, dois supervisores tomaram as providências para a hospitalização, acompanharam-no ao hospital e incentivaram sua participação no tratamento. Posteriormente, muitos dos colegas de trabalho o visitaram enquanto hospitalizado. Após a alta, ele continuou

o tratamento, mas não conseguiu mais permanecer no departamento. No entanto, os membros da organização continuaram envolvidos, solidários e preocupados, permanecendo amigos. Essas ações de apoio e carinho serviram para ajudar na transição bem-sucedida para outro emprego e reduzir a vergonha que precipitou sua séria tentativa de suicídio.

O estudo de Nascimento (2019), em relação à prevenção ao suicídio na Polícia Civil do Estado de Goiás, também faz advertências aos cuidados com o policial que retorna ao trabalho. A autora menciona a necessidade de evitar o isolamento, repreender o *bullying* e incentivar os colegas a darem maior atenção àquele que retornou. Estímulos motivacionais e valorização profissional podem ser efetivados no planejamento de escalas, na adequação das instalações e equipamentos, em melhorias no ambiente de trabalho, na delegação de atribuições que valorizem o potencial do policial, no incentivo ao acompanhamento psicológico e no estímulo à integração social.

Na busca de compreender os fatores envolvidos no processo de retorno ao trabalho após um problema de saúde mental, vivenciado por funcionários do Serviço Público de Quebec, Saint-Arnaud et al. (2006) identificaram que eventos estressantes fora do trabalho, transtornos mentais e fatores de risco relacionados ao ambiente psicossocial do trabalho deterioram a saúde e favorecem o afastamento. Percebe-se que, além dos aspectos biológicos ou das características individuais, existe um construto social da doença. No contexto do retorno ao trabalho, certas causas de afastamento são consideradas mais válidas do que outras, e algumas doenças são mais facilmente aceitas. Isso pressiona o trabalhador a ter que justificar a autenticidade de sua reivindicação, uma vez que superiores, colegas, amigos e familiares percebem o fenômeno com desconfiança. A cooperação e o respeito favorecem a criação de um clima de confiança para que o retorno ao trabalho seja bem-sucedido.

Entre outros achados, Saint-Arnaud et al. (2006) acrescentam que, mesmo que o trabalhador sinta certo nível de ansiedade com a ideia de voltar ao trabalho, o apoio das pessoas na organização ajuda a superar os medos. As relações com colegas ou superiores são determinadas, por um lado, pelas afinidades anteriores ao afastamento e, por outro lado, pelo reconhecimento e pela aceitação das razões que justificavam o afastamento. A natureza das relações com colegas e superiores impacta a antecipação positiva das pessoas em relação ao retorno ao trabalho. As relações sociais favorecem o retorno quando o trabalhador é respeitado por seus superiores e colegas, influenciando, até mesmo, na antecipação do retorno. As pessoas têm menos probabilidade de se sentirem prontas para voltar ao trabalho quando sabem que o trabalho exigido delas é inalterado.

Em consonância com os estudos de Saint-Arnaud et al. (2006), Johnston, Way, Long, Wyatt, Gibson e Shaw (2015), em estudo com supervisores de indústrias Australianas sobre competências, habilidades e características pessoais necessárias para apoiar trabalhadores que retornam ao trabalho, também identificaram o apoio empático ao trabalhador como umas das principais competências necessárias aos gestores que lidam com as situações de retorno ao trabalho. Dunstan, Mortelmans, Tjulin e MacEachen (2015) e Tjulin, MacEachen, Stiwnne e Ekberg (2011), em estudos sobre as políticas de retorno ao trabalho, também reforçam a importância da interação social dos colegas de trabalho nesse processo.

É interessante observar que, apesar da relevância das relações interpessoais, em estudo recente sobre retorno ao trabalho após a depressão, Bastien e Corbière (2019) identificam que as interações sociais entre os atores envolvidos no processo, inclusive com os superiores, não são apresentadas como prioridade da gestão para realocação e recepção dos trabalhadores. De acordo com esse estudo, as preocupações das organizações voltaram-se, mais frequentemente, para elementos como adequação dos horários de trabalho, alteração nas tarefas e mudanças das atividades e do ambiente de trabalho.

No contexto do trabalho feminino e suas relações como o retorno ao trabalho após transtorno mental, Holmgren e Ivanoff (2004), na busca de aprender como elas descrevem as possibilidades e obstáculos para retornarem ao trabalho após afastamento por estresse relacionado ao trabalho, identificam três temas discursivos, quais sejam: a perda do controle da vida, relatando desde a perda de controle das atividades mais rotineiras do dia a dia até a perda total do controle da vida privada e profissional; b) a falta de alternativas, que agrupa as dificuldades de encontrar um caminho alternativo de volta ao trabalho; e c) o domínio da vida, em que são apresentadas estratégias para recuperar o controle sobre as atividades diárias e a vida em sua totalidade.

De acordo com as autoras, o afastamento do trabalho por transtorno mental deu-se em função de excesso de trabalho e das baixa influências das mulheres sobre situações de trabalho intoleráveis. Dificuldades em estabelecer limites, alto senso de responsabilidade, tempo de recuperação reduzido e desconsideração dos sintomas resultaram no afastamento. Ademais, Holmgren e Ivanoff (2004) acrescentam que fatores ambientais e pessoais podem facilitar ou dificultar o retorno ao trabalho, e o controle pode ser visto como equilíbrio ideal entre o desafio ambiental e a capacidade do indivíduo. Através da participação em atividades e da retomada do domínio da vida cotidiana, os participantes conquistaram maior autoconfiança. Aspectos como *feedback* positivo do ambiente, influência sobre situação de trabalho e participação na tomada

de decisões contribuem para um retorno ao trabalho mais agradável, além de diminuir o afastamento por transtornos mentais.

O trabalho de Nielsen et al. (2012) também explora a experiência de afastamento do trabalho por transtorno mental em mulheres. A seleção dos atores incluía 16 mulheres que tinham em comum experiências de sintomas emocionais, cognitivos e somáticos, como distúrbios do sono, falta de concentração, dores de cabeça, tontura, tristeza e ansiedade. Assim como no trabalho de Holmgren e Ivanoff (2004), a perda emocional de controle, levando ao medo de enlouquecer, e o não reconhecimento de si também eram características das mulheres da pesquisa. Todas experimentavam crises emocionais, manifestadas nos sentimentos de impotência, sobrecarga e exaustão, embora distintas na intensidade. Esses sintomas justificaram o afastamento e eram atribuídos a problemas de saúde mental, como estresse, depressão e ansiedade.

O estudo de Nielsen et al. (2012) identificou que o afastamento do trabalho por transtorno mental constituía uma grande ameaça à autoestima e à autoimagem positiva das mulheres. Elas sofriam com o fardo de uma dupla crise de identidade relacionada às interpretações sobre doenças mentais, como reflexo de um “eu vulnerável”, e à perda de papéis sociais valorizados. Os autores identificaram, ainda, que mulheres que experimentam o *self* como vulnerável derivam das interpretações que fazem dos problemas mentais. Para elas, a sobrecarga profissional, pessoal e os eventos traumáticos causavam sofrimento, tornando o senso de si mais vulnerável a esses estressores.

No que tange à diferença de gêneros, Nielsen et al. (2012) descrevem que as mulheres parecem mais orientadas interpessoalmente do que os homens. Os autores ilustram que, quando as mulheres subordinam suas próprias necessidades e desejos, tornam-se excessivamente mais dependentes da aceitação e do reconhecimento dos outros, o que aumenta o risco de depressão quando da ocorrência de conflitos.

Os resultados gerais da pesquisa de Nielsen et al. (2012) revelaram que, embora o afastamento do trabalho constituísse uma ameaça para autoimagens positivas das mulheres, a experiência vivida tinha o potencial de transformá-lo em uma experiência pessoal de superação, e, apesar de algumas das participantes ainda se sentissem deficientes, outras se tornaram mais fortes e autoconfiantes com o episódio ao retornarem ao trabalho. Ressalta-se que o núcleo da experiência não foi o retorno ao trabalho, mas um processo de cura de um eu vulnerável, a capacidade de reorientar a atenção dos sintomas para outros objetivos da vida e das mulheres conseguirem manter ou reconstruir uma autoimagem positiva.

A pesquisa de Verdonk et al. (2008) com mulheres holandesas de alta escolaridade, que também passaram por sofrimento psicológico relacionado ao trabalho e sintomas de exaustão e dificuldades emocionais, identificou cinco categorias para análise dos problemas relacionados ao retorno ao trabalho, a saber: a autoexigência das mulheres em trabalhar duro para fazer carreira em seus espaços profissionais; o surgimento dos transtornos, devido à privação de atividades de lazer e à falta de tempo e energia para se dedicarem a outros elementos da vida; as limitações em aceitar o adoecimento e se submeterem à necessidade de apoio; o afastamento e a necessidade de ressignificar o trabalho, enfatizando o redescobrir de outros sentidos da vida; o retorno ao trabalho após adoecimento, onde, de alguma forma, reviveram o transtorno na insegurança em ter que conciliar seus novos valores de trabalho, vida privada e demandas da organização; a ansiedade do como seria esse retorno; e os medos de ter que colocar seus novos valores à prova. Algumas mulheres foram motivadas por influências externas a voltar ao trabalho, enquanto outras se automotivaram.

Os resultados do trabalho de Verdonk et al. (2008) não se distanciam das pesquisas de Holmgren & Ivanoff (2004) e Nielsen et al. (2012) ao identificar que o adoecimento mental é resultado do excesso de trabalho e do isolamento social das mulheres. Elas exageram no trabalho para atender às expectativas dos supervisores e encontrar reconhecimento naquilo que fazem. Embora o afastamento tenha ajudado na recuperação, ele também contribuiu para aumentar o isolamento. O pouco apoio encontrado no trabalho também intensificou os sentimentos negativos. O aconselhamento psicológico permitiu a identificação de alternativas para equilibrar o trabalho e a vida privada. No entanto, como salientam os autores, o retorno ao trabalho não obteve sucesso, pois não é possível implementar estratégias de equilíbrio se a cultura organizacional permanece a mesma.

Analisando 14 estudos de 9 países que tratavam de programas de coordenação de retorno ao trabalho, Vogel et al. (2015) identificaram que apenas 2 tratavam, exclusivamente, de problemas relacionados ao retorno após transtornos mentais, o que remete a um possível *gap* na literatura e nas práticas de gestão para a atenção aos programas orientados para essa questão. Entre outros achados, os autores identificam como barreiras para os programas de retorno ao trabalho as dificuldades: a) mentais, relacionadas à baixa resiliência dos profissionais devido à depressão ou ao distúrbio de personalidade; b) funcionais, relacionadas à baixa resistência e pouca flexibilidade para se adaptar a novas situações; c) relacionadas ao local de trabalho, incluindo a falta de autonomia no trabalho; e d) psicossociais, que dizem respeito aos problemas interpessoais com supervisores, familiares e situação financeira onerosa.

Vogel et al. (2015) ressaltam a importância de programas eficazes de coordenação do retorno ao trabalho, que dependem de boa comunicação entre partes interessadas, trabalhadores, familiares, empregadores, supervisores, profissionais de saúde e de seguradoras, bem como de uma coordenação adequada dos componentes incluídos no programa. O estudo resalta, ainda, que o coordenador do trabalho tem papel fundamental nesse processo, responsável por garantir a comunicação e o entendimento sobre as expectativas de todos os interessados.

Estudo de Noordik, Nieuwenhuijsen, Varekamp, Van Der Klink e Van Dijk (2011) identifica como principais barreiras percebidas pelos trabalhadores ao retornarem ao trabalho: a incapacidade de estabelecer limites, reconhecer a exaustão e o adoecimento e controlar as cognições e comportamentos, como o perfeccionismo. Todos os trabalhadores percebiam barreiras para um retorno total ao trabalho, requerendo uma volta gradativa e parcial.

Como soluções para as dificuldades com o retorno ao trabalho, Noordik et al. (2011) identificam que os trabalhadores pontuaram a necessidade de tornar o ambiente de trabalho mais relaxado e menos tenso, bem como obter tratamento adequado para seus sintomas. Entre as soluções, os trabalhadores mencionaram três modos de aprender a lidar com as demandas e as exigências do trabalho, sendo eles: (1) aprender um novo modo de pensar (cognição) a situação; (2) aprender um novo modo de reagir (comportamento) a uma situação; e (3) aprender um novo modo de lidar com as emoções e relaxar depois de lidar com uma situação exigente. Nesse sentido, alguns trabalhadores revelaram estarem aprendendo a: não levar os problemas para o lado pessoal; deixar que outras pessoas resolvessem problemas de trabalho que seriam seus; priorizar questões pessoais e agradáveis em vez do trabalho; e questionar a realidade dos pensamentos negativos automáticos, evitando acreditar que não podiam falhar, que é necessário agradar a todos e que não é possível recusar uma solicitação.

Noordik et al. (2011) identificam, ainda, que todos os trabalhadores afirmaram a necessidade de apoio para entender seus sintomas e diminuir a intensidade do trabalho, bem como apoiar as soluções encontradas para se tornarem menos tensos. A maioria dos trabalhadores também mencionam a necessidade de apoio para sua intenção de estender cuidadosamente o retorno, até sair do parcial para o total. Nesse sentido, como afirmam os autores, a maioria dos trabalhadores revelam terem sido compreendidos e apoiados por amigos, familiares, supervisores, colegas de trabalho e profissionais de saúde.

Andersen et al. (2014) contribuem para os estudos sobre retorno ao trabalho depois de transtorno mental explorando três elementos comuns nas intervenções do processo, quais sejam: avaliações de trabalho, intervenções psicológicas e mecanismos gerais de trabalho da intervenção. Os autores identificam o efeito limitado das questões metodológicas e alegam que

a maioria dos estudos são exclusivamente realizadas por métodos quantitativos com foco em resultados específicos, como tempo para retorno, gravidade dos sintomas, funcionamento do trabalho, entre outros.

O estudo de Ramos et al. (2008) aponta que o fenômeno retorno ao trabalho depois de transtorno mental é atravessado pelas variações nos arranjos organizacionais que já não são os mesmos. As modificações advindas das alterações das equipes de trabalho e as relações interpessoais do ambiente são fragilizadas pelo modelo utilitário e mecânico de gestão marcado por competitividade, individualização, concorrência e desempenho. O percurso de retorno ao trabalho é cercado por burocracias e dificuldades, tensionadas pela organização e seus membros, pelo Estado e a burocracia, pela família e suas dependências e pela sociedade, ficando o trabalhador passivo à manipulação de seu corpo, sua história e seu futuro pautada por interesses que poucas vezes incluem a sua saúde.

A investigação de Brataas e Evensen (2016), que examina as narrações de histórias de vida de noruegueses afastados do trabalho por transtorno mental leve, dor ou fadiga, sugere que o desenvolvimento da doença se relaciona às crises e distorções vivenciadas ao longo do tempo, tanto aquelas vividas em situações particulares quanto os conflitos advindos das expectativas que a vida profissional proporciona. Tal fato implica a indissociabilidade da história pessoal com a trajetória profissional projetada. A tentativa de ruptura com o social, o isolamento e a competição alimentam as expectativas de realização, contudo, o não atendimento das expectativas pelas organizações resultam na frustração e no conseqüente adoecimento. Como sugestão de novos estudos, evidencia-se a necessidade de pesquisa sobre a vida profissional que suporte a autoimagem positiva do empregado e uma reabilitação efetiva quando necessário.

Olivier et al. (2011) identificam que, no retorno ao trabalho depois de transtorno mental, os trabalhadores se deparam com os mesmos fatores estressores com os quais estavam antes do transtorno e continuavam preocupados com o desempenho, com o ambiente de trabalho e com a convivência. Os resultados revelaram os obstáculos à implementação de intervenções de retorno ao trabalho, observando que nem todas as intervenções pretendidas são implementadas como previsto nos programas de retorno ao trabalho. Uma explicação para isso é que os principais interessados expressaram uma visão biomédica e individual da capacidade de trabalho, permeada por interesses produtivistas, enquanto as políticas do programa de retorno se baseavam em uma visão mais holística e biopsicossocial.

Entre as pesquisas brasileira em programas de pós-graduação que versam sobre a temática retorno ao trabalho depois de transtorno mental, foram identificados 21 trabalhos

defendidos desde o ano 2000. Contudo, apenas 3 teses e 6 dissertações tratam especificamente o tema.

O trabalho de Neves (2016), sobre a construção de significados e as práticas adotadas no processo de retorno ao trabalho para trabalhadores com transtorno mental, menciona a escassez de informações sobre a relação do transtorno mental e o retorno ao trabalho, fato relatado também por Andersén et al. (2017); Corbière et al. (2015); Koopmans et al. (2011) e Macaia e Fischer (2015). Entre os achados, verifica-se o traço dominante do trabalho na contemporaneidade e as influências de sua moral no processo de retorno ao trabalho, a influência das noções de reabilitação psicossocial e recovery na atuação dos profissionais de saúde e perícia médica, bem como os sinais da subjetividade implícitos nas dificuldades do retorno ao trabalho. O autor adverte que a grande dificuldade de trabalhos dessa natureza está no fato de que os “trabalhadores acometidos por transtornos mentais se sentem perseguidos ou potencialmente ameaçados” (Neves, 2016, p. 113). Como lacunas são apontadas as carências de estudos referentes às etapas de Maintenance e Advancement; o papel de gerentes e familiares no processo de retorno ao trabalho depois de transtorno mental; a avaliação de programas de reabilitação; e o papel dos capitais simbólicos no manejo das práticas de retorno ao trabalho. Para o autor, apesar da importância, esses elementos não têm sido satisfatoriamente investigados.

Utilizando-se de regressão logística e análise de sobrevivência, o trabalho de Silva-Junior (2016) identifica que fatores sociodemográficos, comportamento de risco à saúde e condição clínica do afastamento por transtorno mental exercem influência sobre o tempo de retorno; já os aspectos psicológicos, características da ocupação e do acolhimento ao trabalhador, influenciam a efetividade do retorno. Entre as contribuições do estudo, destacam-se: a influência positiva das modificações no conteúdo e contexto do trabalho no processo de reinserção; a interação trabalhador-política organizacional como facilitadores no retorno e, curiosamente, a percepção de que o excesso de comprometimento pessoal com o trabalho posterga o retorno. Esses resultados corroboram os achados de Glina et al. (2001), que apontam que voltar ao trabalho sob as mesmas condições afeta os quadros clínicos do trabalhador e acaba por piorar os sintomas. Tais achados podem ser mais bem compreendidos com o uso de metodologias que possibilitem maior profundidade nos discursos dos trabalhadores, embora as recomendações de Silva-Junior (2016) se voltem para a realização de estudos de cortes que avaliem o antes, o durante e o depois do retorno ao trabalho.

Em estudo com professores da rede municipal de São Paulo, Macaia (2013) buscou conhecer e analisar os processos de afastamentos por transtorno mental e comportamental e

retorno ao trabalho utilizando-se de entrevistas individuais e grupos focais. Entre outros achados, a autora ressalta a culpabilização dos professores pelo adoecimento e os relatos de falta de “autonomia sobre as condições e organização do trabalho” (p. 203), o que instiga pesquisas sobre o sentido de autonomia e as razões para a culpabilização. Assim como Silva-Junior (2016), Assis (2016), Toniolo (2014) e Penteado (2014), os resultados de Macaia (2013) também identificam que o contexto de trabalho e as características da gestão influenciam tanto o afastamento quanto o retorno ao trabalho. Entre as propostas de novos estudos, a autora recomenda investigações de gênero que abordem as jornadas de trabalho e suas repercussões sobre a saúde mental e outros contextos de vida que motivam o afastamento do trabalho.

Também Toniolo (2014), em pesquisa sobre retorno ao trabalho depois de transtorno mental, identifica o relacionamento com a chefia e os colegas, o ambiente físico e as condições de trabalho como motivadores do adoecimento mental, sendo as famílias apontadas como principal suporte no retorno às atividades. Para estudos futuros, a autora identifica a necessidade de se “pensar nos fatores de proteção social que auxiliam no retorno e permanência das pessoas no trabalho para que, quando voltarem às atividades, não sejam brutalmente responsabilizadas pelo sucesso ou fracasso de seu retorno” (p. 82), bem como pesquisas que discutam políticas de atenção à saúde do trabalhador acometido de transtorno mental.

A pesquisa de Penteado (2014), sobre percepção dos trabalhadores de enfermagem oncológica sobre o retorno ao trabalho depois de transtorno mental, identifica que o dimensionamento e as características do trabalho, marcado pelo emocional do paciente e pelo convívio com a morte, atuam como “fatores que levam ao desgaste e dificultam o retorno ao trabalho, colocando-o como principal causa do adoecimento mental” (p. 96). Como no trabalho de Van Oostrom, Van Mechelen, Terluin, De Vet e Anema (2009), os estigmas da doença mental (Guarniero, Bellinghini, & Gattaz, 2012) apareceram como dificuldade para o enfrentamento antes e depois do retorno ao trabalho. Tal fato levanta a necessidade de aprofundamento nos estudos que discutam, identifiquem e caracterizem esses estigmas. A autora menciona as muitas lacunas na relação transtornos mentais e trabalho, demandando novos estudos para diminuir o preconceito e humanizar a vida profissional de trabalhadores portadores de transtorno mental.

O trabalho de Assis (2016) é mais um que identifica que as características e o contexto do trabalho são motivadores de adoecimento e afastamento de trabalhadores. O retorno ao trabalho depois de transtorno mental é marcado pelo medo frente ao deslocamento da posição do ser trabalhador, as vivências do retorno levam o profissional a perder sua identidade e assumir um senso de utilidade “sempre à mão do outro e não de si, fecham-se, em si, nos limites

da nova situação, distanciando-se das possibilidades de encontrar seu próprio modo de ser” (p. 63). Confirmando os achados de Penteadó (2014), as relações interpessoais revelam preconceito, estigma e exclusão. As reflexões finais da autora suscitam questionamentos que envolvem o papel da gestão no processo de readaptação, como proposto por Neves (2016) em Salvador e realizado por Van Oostrom et al. (2009) na Holanda.

Os resultados do trabalho de Castro (2012) também apontam as condições de trabalho e a estrutura de gestão como desencadeadores de transtorno mentais. A pesquisa identifica que o estímulo às relações interpessoais, seja na família ou no trabalho, mostra-se importante para o bem-estar do trabalhador, contribuindo para o controle dos sintomas, elementos também pontuados nos estudos de Andrade e Dantas (2015) e Toniolo (2014). Registra-se a demanda pela criação de programas institucionais de prevenção e acompanhamento durante o afastamento e após o retorno, como mencionado por St-Arnaud et al. (2014) e Neves (2016). Os resultados de Castro (2012) instigam a investigação do retorno ao trabalho depois de transtorno mental em outros estados brasileiros, dadas às diferenças regionais, de condições de trabalho e de categorias profissionais.

Observa-se, ao longo do estudo, que os trabalhos realizados no Brasil vão ao encontro das conclusões de Lidwall, Bill, Palmer e Olsson (2017), que enfatizam que trabalhadores de serviços de saúde, educação e serviços sociais estão incluídos no quadro daqueles que têm risco mais elevado de afastamento por doença mental, constituindo uma grande proporção da força de trabalho. Contudo, Bárbaro, Robazzi, Pedrão, Cyrillo e Suazo (2009) também recomendam a realização de novos estudos com diferentes categorias de trabalhadores, de forma a aumentar o conhecimento e as repercussões do problema em diferentes contextos.

3 A PESQUISA E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção tem por objetivo caracterizar a pesquisa e a proposta metodológica adotada para o alcance dos objetivos delineados. O caráter teórico-metodológico assumido, partindo do uso de metodologias interpretativas e mantendo a epistemologia crítica, busca contribuir para enriquecer os estudos críticos organizacionais (Paula, 2008b). Como afirmam Minayo, Deslandes, Cruz-Neto e Gomes (1994, p. 16), “a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática”.

Orientada pelas proposições de Ramalho e Resende (2011), quanto ao planejamento de pesquisa em análise de discurso crítica, esta seção aborda a arquitetura metodológica para sua execução. Para tanto, buscou-se descrever o apoio teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica (Fairclough, 2001a, 2003; Chouliaraki & Fairclough, 2009), fundamentando-se no delineamento dos conceitos e princípios que a definem como uma teoria e, também, como um método de análise. Em seguida, procedeu-se à descrição da sistematização para aquisição e análise dos dados, pormenorizando estratégias para a pesquisa de campo; método etnográfico-discursivo; e aquisição e organização das informações e categorias de análise.

O capítulo metodológico se dedica, em sua primeira parte, a descrever a natureza e o tipo de pesquisa, delinear o uso da ADC como recurso teórico-metodológico para tratamento das informações obtidas e minuciar aspectos do posicionamento ético da pesquisa. Na sequência, são descritas as etapas da sistematização e das técnicas de pesquisa, a construção do *corpus* e a descrição das categorias de análise. Por fim, são apresentados a unidade de observação e os protagonistas da pesquisa.

3.1 Natureza e tipo de pesquisa

O trabalho aqui apresentado assume natureza qualitativa e uso do método etnográfico-discursivo. Os estudos qualitativos proliferaram no campo dos Estudos Organizacionais brasileiros desde a década de 1960, defendendo uma abordagem interpretativa da realidade e contrapondo-se às tantas pesquisas positivistas e quantitativas que permeiam a temática em análise. Também no campo do interpretativismo, o método etnográfico-discursivo, de origem na antropologia, é proposto por Magalhães (2000) a partir de estudos de ADC em pesquisa

sobre a constituição do sujeito no discurso médico. “Trata-se de um método que conjuga o estudo textual discursivo à crítica social.” (Magalhães *et al.*, 2017, p. 33).

A natureza qualitativa do trabalho permite a investigação em um nível de profundidade da realidade, próprio do comportamento humano, que dispensa “numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas” (Richardson, Peres, Wanderley, Correia, & Peres, 2015, p. 79). Ela se volta para o universo dos significados e das ações humanas e para as motivações, as crenças, os valores, as atitudes, as metáforas, as características e as aspirações dos pesquisados (Berg, 2007; Minayo *et al.*, 1994; Richardson *et al.*, 2015). Não se trata apenas de uma negação à pesquisa quantitativa, uma vez que ela já desenvolveu sua própria identidade (Flick, 2009b).

A pesquisa qualitativa permite aprofundar os estudos sociais em uma diversidade de aspectos que perfazem o processo de interação social, sendo “o tecido social da vida diária, o significado das experiências e o imaginário dos participantes da pesquisa; a forma como se articulam os processos sociais, as instituições, os discursos e as relações sociais, e os significados que produzem” (Magalhães *et al.*, 2017, p. 30). Como afirma Flick (2009a, p. 8), ela busca “esmiuçar a forma como as pessoas constroem o mundo à sua volta, o que estão fazendo ou o que está lhes acontecendo em termos que tenham sentido e que ofereçam uma visão rica”.

De acordo com Silva-Junior, Silva e Mesquita (2014), em referência aos estudos de Bogdan e Biklen, cinco fatores caracterizam a abordagem qualitativa em uma pesquisa científica, quais sejam:

(1) a realização da investigação no local onde o fenômeno se desenvolve, o que permite compreender melhor o comportamento analisado, observando-o em seu contexto natural; (2) os dados coletados são considerados como uma descrição rica em detalhes, em seu sentido mais puro possível; (3) o pesquisador confere maior importância ao processo, e não ao seu resultado, visto que o processo pode ajudar na compreensão e explicação do fenômeno ou mesmo das mudanças que este pode sofrer; (4) a teoria é desenvolvida por um processo de indução, por meio de observações que dão sentido ao fenômeno; e (5) a pergunta orientadora é “qual é o sentido de um construto social específico para os participantes, bem como, quais são as suas experiências e perspectivas sobre o mesmo?”. (Silva-Junior *et al.*, 2014, p. 125).

Minayo *et al.* (1994) reconhecem que “a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (p. 22). Para Chizzotti (2006, p. 79), “a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”.

O método etnográfico-discursivo tem sua origem nos princípios da etnografia, método tradicional nos estudos antropológicos, que favorecem a compreensão das práticas sociais materializadas nos discursos e seus aspectos semióticos. Para tanto, considera-se que práticas sociais são “os modos habituais [mais ou menos abstratos], ligados a tempos e lugares articulados, nos quais as pessoas aplicam recursos (materiais ou simbólicos) para atuarem juntas no mundo” (Chouliaraki & Fairclough, 1999, p. 21). Dessa forma, elas incluem atividades materiais, sujeitos e suas relações sociais, instrumentos, objetos, tempo, lugar, formas de consciência, crenças, desejos, valores e discurso (Fairclough, 2001b).

As características da etnografia que contribuem para o método são apontadas por Argenta (2018), compreendendo que: 1) atua com a pesquisa de campo em local e tempo particulares sobre configurações reais do mundo; com pessoas em sua vida real e utilizando-se de técnicas que permitem acessar essa realidade; (2) é holística e percebe o fenômeno estudado como um todo; 3) é multimetodológica e multifatorial, ou seja, faz uso de mais de uma técnicas de pesquisa; 4) é dialógica e interpretativa, tendo por objetivo representar as perspectivas dos/as participantes; 5) é personificada, em que o pesquisador tanto é um/a observador quanto um/a participante da vida das pessoas; e 6) tem seu tempo de duração variável de acordo com os interesses da pesquisa, podendo durar algumas semanas ou vários anos. Tratadas essas características, verifica-se que a combinação dos métodos etnográficos pode ou não ser incluída nos estudos da ADC (Magalhães et al., 2017).

A complementaridade entre a ADC, pormenorizada mais adiante, e a etnografia é uma forma de validação da pesquisa que vai além da descrição e interpretação textual. Juntas elas buscam uma explanação do problema específico da prática social e permitem desvelar ideologias dissimuladas nas práticas sociais e discursivas (Magalhães et al., 2017). Como afirmam Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 62), a “etnografia pode iluminar vários aspectos de uma prática, tanto sincronicamente (durante o trabalho de campo), quanto historicamente”.

Magalhães et al. (2017) definem que a abordagem etnográfico-discursiva é um processo reflexivo baseado em observações e registros escritos, em dados gerados em entrevistas e em artefatos coletados no local da pesquisa sem, no entanto, se limitar aos dados. Por se tratar de um processo, todos esses dados coletados relacionam-se com a curiosidade e a motivação de pesquisadores e com os conceitos da literatura pertinente. Todavia, o grande desafio do método está em “estabelecer ligação entre textos, gêneros discursivos e práticas sociais” (Magalhães et al., 2017, p. 123).

Entre os princípios da etnografia-discursiva está a constante comparação “entre indivíduos e situações, registrando como os atores sociais localizam-se em grupos em que se constroem identidades, e em relação a instituições formais” (Magalhães et al., 2017, p. 117).

3.2 A Análise de Discurso Crítica como recurso teórico-metodológico

Antes de adentrarmos as questões particulares do texto, justifica-se o esclarecimento quanto à tradução do termo “*critical discourse analysis*”. No Brasil, verifica-se a ocorrência de duas traduções com forte tradição nos estudos de discursos: Análise Crítica do Discurso (ACD) (Orlandi, 1983) e Análise de Discurso Crítica (ADC) (Magalhães, 2000). Para tanto, o percurso teórico-metodológico desta tese utiliza-se das prerrogativas interpretativas de Magalhães (2000, 2005), que, ao longo do tempo, vem se consolidando nos estudos nacionais (Magalhães et al., 2017; Vieira & Resende, 2016; Resende & Ramalho, 2006) sob uma perspectiva mais crítica em suas aplicações teóricas e empíricas. Não se trata de uma questão meramente terminológica, mas de um modo particular de interpretar a realidade, conduzindo uma análise sob uma corrente específica de discussões, sem correr o risco de dispersões conceituais e metodológicas.

Ao descrever a ADC, tratando-a numa perspectiva que transcende a singularização de um método, esta seção pretende mostrar a contribuição que essa teoria confere à linguagem e ao discurso no contexto do trabalho e suas relações. Atenta-se especialmente, às questões que perpassam as práticas sociais do adoecimento psíquico e retorno ao trabalho, refletindo os aspectos político-sociológicos que constituem e são constituídos pelos sujeitos participantes/atores dessas situações. Mais do que uma teoria e um método, a transdisciplinaridade da ADC abre uma relação dialética com diferentes teorias e métodos sociais, favorecendo uma contínua evolução (Fairclough, 2001b). O aporte teórico-analítico se ancora na transdisciplinaridade dos estudos de Chouliaraki e Fairclough (1999); Fairclough (2001a, 2003); Magalhães (2005); Magalhães et al. (2017) e Ramalho e Resende (2011), além de alguns outros estudiosos que comungam dessa perspectiva de análise.

Tratar a questão do adoecimento psíquico e retorno ao trabalho após transtorno mental pelo viés da transdisciplinaridade da ADC permite uma melhor compreensão dessa prática social ao perceber o discurso como um campo de poder, ideologias e hegemonia. Ela parte de uma teoria e um método para descrever, interpretar e explicar a linguagem no contexto socio-

histórico, possibilitando a investigação das transformações que incorrem na vida social contemporânea (Magalhães, 2005).

Historicamente a análise do discurso em ciências sociais recebe grande influência dos estudos de Foucault, o que pode ser atribuído à popularização do conceito do autor e à sua utilização como método de análise (Fairclough, 2001a, 2003). Especificamente na área de administração, é grande o número de pesquisas que adotam o percurso metodológico de Michael Foucault como recurso de análise. Contudo, ao adotar a perspectiva da Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO) proposta por Fairclough (2001a), faz-se necessário explicar o porquê do distanciamento das proposições foucaultianas.

Antes de afastar-se das proposições de Foucault, Fairclough (2001a, 2005) revisita suas obras e identifica importantes contribuições para a ADC. O trabalho arqueológico enaltece a natureza constitutiva do discurso (social, objetos e sujeitos) e a propriedade da interdiscursividade e da intertextualidade das práticas discursivas. O trabalho genealógico reconhece a natureza discursiva do poder, da mudança social e da “política do discurso”.

Embora reconhecidas as contribuições das obras, Fairclough (2001a) identifica que a análise de discurso de Foucault apresenta certas dificuldades, como: a) a “negligência para com a análise textual e sua visão constitutiva do discurso” (p. 82); b) a superficialidade no trato das questões de poder, resistência, luta e mudança, pois a totalidade da sua obra e as principais análises deixam a impressão dominante de que as pessoas são “desamparadamente assujeitadas a sistemas imóveis de poder” (p. 83); c) a falta de uma ideia de prática nas análises, pois a prática é reduzida a estruturas, deixando a impressão de que elas que estão em foco, “sejam as regras de formação de Foucault (1972) ou as técnicas, tais como o exame em Foucault (1979)” (p. 83); d) a ausência de mecanismos detalhados de mudança, que, associados à negligência, com a prática, esconde as possibilidades de resistência e de luta contra hegemônica, “as técnicas de poder caracterizadas nos estudos genealógicos são interpretadas como instrumentos não-ambivalentes de dominação e manipulação” (p. 85); e e) a resistência “ao conceito de ideologia e à ideia de análise como forma de crítica ideológica” (p. 86). Resende e Ramalho (2006) resumem essas críticas em duas lacunas a serem transpostas: “a visão determinista do aspecto constitutivo do discurso, que vê a ação humana unilateralmente constringida pela estrutura da sociedade disciplinar, e, segundo, a falta de análise empírica de textos” (p. 20).

Para Fairclough (2005), algumas versões da análise do discurso, tipicamente de inspiração foucaultianas, limitam-se a identificar a presença e as formas de combinação de “discursos” recorrentes e estáveis nos textos, enquanto outras se encarregam de uma análise mais linguística, voltada para os elementos gramaticais (semântica, vocabulário, formas de

argumentação etc.) e/ou outras características semióticas de textos, como seus aspectos visuais. Na busca de melhorar o processo de análise relacional, o autor adota uma posição de “dualismo analítico”, que se aplica tanto ao discurso, quanto a outros elementos sociais. Nesse sentido, o discurso é analisado a partir dos elementos linguísticos/semióticos de eventos sociais e facetas linguísticas/semióticas das estruturas sociais, bem como das 'práticas sociais', mediadoras da relação entre eventos e estruturas.

Discursos, no sentido foucaultiano, são elementos de práticas sociais, e a proposta de análise do discurso de Fairclough (2005) tem um caráter duplamente relacional, pois analisa as relações entre o discurso e outros elementos do social, bem como as relações entre elementos linguísticos/semióticos de eventos sociais e facetas linguísticas/semióticas de estruturas sociais e práticas sociais, incluindo discursos.

Tomarei uma posição crítica em relação a uma tendência proeminente no trabalho realizado no estudo do discurso organizacional, com o argumento de que isso equivale a uma mudança de foco em direção ao discurso nos estudos organizacionais com a adoção de posições pós-modernas e construtivas sociais extremas. Minha posição é que o compromisso com essas posições não decorre de maneira alguma de um compromisso em dar à análise do discurso seu lugar apropriado nos estudos da organização. Argumentarei, em vez disso, por uma posição realista crítica que seja moderadamente socialmente construtivista, mas rejeite a tendência do estudo da organização ser reduzido ao estudo do discurso, localizando a análise do discurso em vez de uma epistemologia analiticamente dualista que primária à pesquisa de relações entre agência (processo e eventos) e estrutura com base em uma ontologia social realista. Argumentarei que essa forma de análise crítica do discurso tem mais a oferecer aos estudos organizacionais do que um trabalho amplamente pós-modernista sobre o discurso organizacional. (Fairclough, 2005, p. 916).

Fairclough (2001a, 2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999) posicionam que a ADC tem como principal referência sobre análise de textos a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), fundamentada nos estudos de Davies e Ravelli (1992), justificando ser essa a linguística que mais se aproxima das perspectivas de investigação social e crítica. Não obstante, Fairclough (2003) menciona que há diferenças entre as perspectivas dessas escolas e menciona “a necessidade de desenvolver abordagens de texto por meio de um diálogo transdisciplinar com perspectivas sobre linguagem e discurso imersos na teoria e pesquisa social para desenvolvermos nossa capacidade de analisar textos como elementos do processo social” (p. 6). Resende e Ramalho (2006) observam que o interesse da ADC não se limita ao funcionamento interno dos sistemas linguísticos, mas por meio de uma abordagem teórico-analítica que vai buscar identificar, sobretudo, “como esses sistemas funcionam na

representação de eventos, na construção de relações sociais, na estruturação, reafirmação e contestação de hegemonias no discurso” (p. 13).

Magalhaes et al. (2017) identificam que linguistas que se alinham criticamente adotam a LFS como recurso para investigar a relação entre texto, poder e ideologia. Contudo, é preciso reconhecer os acréscimos da ADC, que se dedica à análise de textos, eventos e práticas sociais, através de uma diversidade de abordagens. Todavia, sem se reduzir a uma única proposta teórica. Assim, reforça-se a necessidade de posicionamento quanto ao percurso que orienta esta tese, ou seja, a ADC conduzida pela transdisciplinaridade da abordagem dialético-relacional.

De acordo com Wodak (2003), ao estudar a linguagem como uma prática social, a ADC se interessa particularmente em analisar “as relações de dominação, discriminação, poder e controle, manifestadas através da linguagem” (p. 19). Ela busca investigar como a desigualdade crítica social se expressa, marcada, constituída e legitimada pelo uso do discurso.

A maioria dos analistas críticos do discurso aceitaria, portanto, a afirmação de Habermas de que "a linguagem é também um meio de dominação e uma força social". Isso serve para legitimar as relações de poder organizado. Na medida em que as legitimações das relações de poder não são articuladas, [...] a linguagem é também ideológica. (Wodak, 2003, p. 19).

A perspectiva transdisciplinar da ADC permite um diálogo com diferentes campos de conhecimento, integrando e repensando categorias e ideias. Seu arcabouço teórico abarca conceitos considerados essenciais que tecem a teia de relações da linguagem enquanto prática social e instrumento de poder (Ramalho & Resende, 2011).

3.2.1 Traçando conceitos teóricos da Análise do Discurso Crítica

Para uma melhor compreensão dos conceitos que conformam a linguagem enquanto prática social, optou-se pela descrição dos conceitos preliminares que orientam a ADC, quais sejam: 1) no âmbito dos estudos linguísticos: o discurso, a interdiscursividade e a intertextualidade e 2) em os outros campos de conhecimento: a ideologia e a hegemonia.

Identificados e reconhecidos os diferentes sentidos atribuídos ao termo discurso, os pressupostos desta tese se orientam pela sua definição como “ações de instanciações discursivas que nos permitem analisar práticas sociais consubstancializadas por posicionamentos ideológicos situados num dado processo sócio histórico” (Costa Junior, 2012, p. 30).

Salles e Dellagnelo (2019, p. 421) apresentam que

diferentes discursos não apenas representam o mundo “concreto”, mas também projetam possibilidades diferentes da “realidade”, ou seja, engajam-se a projetos de mudança de acordo com perspectivas particulares. Portanto, os diferentes discursos podem se relacionar por complementaridade ou competindo em relações de dominação, já que o discurso constitui uma prática social através da qual os indivíduos agem no mundo. Isso confere aos discursos um caráter ambivalente, podem tanto servir de prática ideológica quanto emancipatória.

Fairclough (2001a) descreve o discurso como uma forma de prática social, enxergando-o como um modo de ação e, ao mesmo tempo, como uma relação dialética com a estrutura social. Como modo de ação, implica as representações e as formas de agir sobre o mundo e sobre os outros. Já como uma relação dialética, o discurso é, por um lado, moldado e restringido pela estrutura social e, por outro, ele é socialmente constitutivo. Dessa forma, “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significados” (Fairclough, 2001a, p. 91).

Os efeitos construtivos do discurso, são eles: a sua contribuição para a construção das identidades sociais, das relações sociais e dos sistemas de conhecimento e crença, vão corresponder a três funções da linguagem: a identitária, que se volta para o modo como as identidades sociais são estabelecidas no discurso; a relacional, referente à maneira como as relações sociais entre as/os participantes são representadas e negociadas; e a ideacional, referente ao modo como os textos dão sentido ao mundo. A prática discursiva é constitutiva tanto de maneira convencional como criativa, contribuindo tanto para reproduzir a sociedade como é como para transformá-la. Ramalho e Resende (2011) compreendem o discurso “como uma parte irredutível das maneiras como agimos e interagimos, representamos e identificamos a nós mesmos, aos outros e a aspectos do mundo por meio da linguagem” (p. 15).

Ao descrever o processo discursivo, Fairclough (2001a, 2003) observa a heterogeneidade dos textos a partir da identificação de dois processos, a intertextualidade e a interdiscursividade. Nesse sentido, o autor aponta que:

A intertextualidade é basicamente a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante. Em termos de produção, uma perspectiva intertextual acentua a historicidade dos textos [...]. Em termos da distribuição, uma perspectiva intertextual é útil na exploração de redes relativamente estáveis em que os textos se movimentam, sofrendo transformações predizíveis ao mudarem de um tipo de texto a outro [...]. E em termos do consumo, uma perspectiva intertextual é útil ao acentuar que não é apenas “o texto”, nem mesmo apenas os textos que intertextualmente o constituem, que moldam a interpretação, mas

também os outros textos que os intérpretes variavelmente trazem ao processo de interpretação. (Fairclough, 2001a, p. 114).

Martínez (2012) comenta que a intertextualidade perpassa os diferentes discursos apresentados em um texto, cabendo à sua análise entender as maneiras como esses discursos foram produzidos, distribuídos e consumidos pelos atores sociais dentro de um contexto. Essa análise pode esclarecer as relações existentes no texto, sejam de cooperação, competição ou dominação, o que implica que um mesmo texto, construído a partir de recortes de diferentes textos, pode estabelecer relações antagônicas nas quais um deles acaba por se legitimar por meio da negação do outro. O autor observa que as diferenças entre os discursos revelam “uma base ideológica, na qual a força de uma parte do texto é seu componente acional e a parte de seu significado interpessoal é a parte da ação social que realiza” (Martinez, 2012, p. 132).

A interdiscursividade refere-se aos tipos de discurso envolvidos em práticas sociais ou discursivas, ou seja, diz respeito às ordens de discurso, aludindo ao modo como o conjunto das práticas discursivas possibilitam uma multiplicidade de textos e como eles se relacionam, fixando regularidades e características semelhantes (Magalhães et al., 2017). Wodak (2003) menciona que a interdiscursividade é uma recontextualização de diferentes tipos de linguagem dentro de um mesmo texto, por exemplo a ordem de discurso econômica, dentro de um texto aparentemente político. Isso significa que um mesmo texto está inserido em diferentes contextos, e, portanto, aparece em combinação com tipos diferentes de linguagem ou ordens de discurso.

Ramalho e Resende (2011) explicam que um dos aspectos da interdiscursividade é a hibridização de gêneros, discursos e estilos, que acaba por possibilitar a constituição de uma estratégia de luta hegemônica, ou seja, mais do que por questões semióticas, a hibridização pode ocultar questões ideológicas e de poder, ofuscando as relações de persuasão, a exortação de ações, a exclusão, a inclusão ou uma série de ambiguidades.

A veemência do trato das questões ideológicas na ADC justifica-se pelos atravessamentos que ficam subentendidos nos textos, uma vez que “textos podem ser vistos como desempenhando um trabalho ideológico” (Fairclough, 2003, p. 58). Partindo da multimodalidade dos textos, as ideologias vão sendo materializadas, constituindo discursos e organizando os modos de se comunicar e de interagir. Com afirma Costa Junior (2012, p. 32), “os discursos como modo de representar as semioses sociais estão revestidos de marcas ideológicas e relações de poder decorrentes da sustentação ou transformação de relações de dominação”.

Partindo de uma perspectiva crítica, desprezando as visões descritivas neutras como posições, atitudes ou crenças, Fairclough (2003) define ideologia como “as representações de aspectos do mundo que podem ser mostradas para contribuir para o estabelecimento, manutenção e mudança das relações sociais de poder, dominação e exploração” (p. 9).

A concepção de ideologia na ADC proposta por Fairclough (2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999) parte das ideias de autores críticos, como Eagleton (1997) e Thompson (1984), entendendo-a “não somente como um sistema de crenças, mas manifestações de poder” (Eagleton, 1997, p. 18). Ao propor uma concepção crítica de ideologia, Thompson (1984) se afasta das discussões que ignoram que a ideologia, em favor de alguém ou algum grupo de interesses particular, oculta fenômenos enganadores. Dessa forma, seu olhar se volta para perceber como o modo, servindo a circunstâncias particulares, e os sentidos são construídos e transmitidos por meio de formas simbólicas, de forma a “estabelecer e sustentar relações sociais estruturadas das quais alguns indivíduos e grupos se beneficiam mais que outros, e que alguns indivíduos ou grupos tem um interesse em preservar, enquanto outros procuram contestar” (Thompson, 1984, p. 90).

O conceito de Eagleton (1997), também numa perspectiva crítica, discorre sobre o potencial da ideologia de, por meio do discurso, influenciar e conduzir comportamentos sociais ou, até mesmo, a própria formação do homem em sociedade. Contudo, adverte que nem todo discurso, manifesto em qualquer enunciado, pode ser visto como uma questão ideológica, mas analisado à luz do seu contexto discursivo. Ao apropriar-se do termo discurso para explicar a ideologia, o crítico apresenta que ela “tem mais a ver com a questão de quem está falando o que, com quem e com que finalidade do que com as propriedades linguísticas inerentes de um pronunciamento” (Eagleton, 1997, p. 22). Não obstante,

Não se trata de negar a existência de “idiomas” ideológicos específicos: a linguagem do fascismo, por exemplo. O fascismo tende a ter seu próprio léxico característico (*Lebensraum*, sacrifício, sangue e pátria), mas o que há de mais ideológico quanto a esses termos são os interesses de poder a que eles servem e os efeitos políticos que geram. O fato então é que o mesmo fragmento de linguagem pode ser ideológico em um contexto e não em outro; a ideologia é uma função da relação de uma elocução com seu contexto social. (Eagleton, 1997, p. 22).

Conceber a ideologia como mecanismo de poder e seus efeitos causais, opacos ou explícitos nos textos/semiose constitui preocupação central da ADC. Como representações, as ideologias são materializadas nas encenações sociais e inculcadas nas identidades dos agentes sociais, por meio de discursos (representações), gêneros (encenações) e estilos (inculcações).

Thompson (1984) identifica que, por meio da intervenção da ideologia, são construídas identidades sociais, versões da realidade, visões de mundo e produção do consenso social e político. Para tanto, o autor identifica que, consideradas as condições sócio-históricas, inúmeros modos de operações gerais da ideologia podem servir para manter relações de dominação, o que pode ser visto se observada “cuidadosamente a interação entre sentido e poder nas circunstâncias concretas da vida social” (Thompson, 1982, p. 80). Assim, são apresentados cinco modos de operações da ideologia, com suas respectivas estratégias de construção simbólica, conforme Quadro 2.

Quadro 2

Modos de operação da ideologia

Modos gerais	Algumas estratégias típicas de construção simbólica
Legitimação: Relações de dominação podem ser mantidas se forem apresentadas como legítimas.	Racionalização: O falante constrói um raciocínio para mostrar que relações ou instituições sociais devem ser aceitas. Universalização: Interesses de uns são dados como interesses de todos. Narrativização: Na narração de histórias, o presente é apresentado como integrante de uma tradição “eterna e aceitável”.
Dissimulação: Relações de dominação podem ser estabelecidas e mantidas pelo fato de serem “ocultadas, negadas ou obscurecidas” ou por serem apresentadas de modo imperceptível.	Deslocamento: Termos geralmente usados para menção a pessoas ou objetos são usados para se referir a outros, dessa forma, os sentidos bons ou ruins são transferidos para o novo referente. Eufemização: A descrição acrescenta uma valoração positiva. Tropo: É o uso de figuras da linguagem. As formas mais comuns de tropo são sinédoque, metáfora e metonímia.
Unificação: Relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas por meio da construção de unidade entre indivíduos, independentemente das diferenças que os separam.	Estandardização: Formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, por exemplo desenvolvimento de uma linguagem nacional sem levar em conta as diferenças sociais e linguísticas. Simbolização da unidade: Construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas.
Fragmentação: Relações de dominação são estabelecidas e mantidas através da segmentação de indivíduos e grupos que possam ser uma ameaça aos dominantes.	Diferenciação: Ênfase às distinções entre pessoas e grupos. Expurgo do outro: Construção de um inimigo para a sociedade.
Reificação: Relações de dominação são criadas e sustentadas quando uma situação transitória é apresentada como se fosse permanente, natural, atemporal.	Naturalização: Apagamento da história dos fenômenos, que são apresentados como naturais. Eternalização: Fenômenos são apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes. Nominalização: Ações e participantes são transformados em nome.

Fonte: Thompson (2011, p. 81-87).

Ao tratar dos processos de transmissão da ideologia nas organizações, Faria (2011, p. 110) apresenta que, como o objetivo é manter a sua coesão interna, elas se utilizam de mecanismos explícitos ou implícitos para criar e disseminar valores institucionais e disseminá-los entre os seus membros. Explicitamente, verifica-se o uso de jornais internos, murais e treinamentos. Implicitamente, essas ações ficam a cargo de confraternizações, campeonatos,

convênios, cooperativas de consumo, entre outros. Assim, as formas de controle vão sendo legitimadas pela função ideológica. Se a hierarquia, a disciplina e o controle são inculcados como essenciais para o desenvolvimento dos negócios e ele desenvolvimento, é bom para todos os agentes, “quanto mais a organização se desenvolve, mas desenvolvem-se seus membros, e para que ela se desenvolva é preciso um sistema rígido de controle. Este é o núcleo do sistema de transmissão ideológica” (Faria, 2011, p. 110).

Ao tratar o binômio discurso e ideologias, Faria e Meneghetti (2007b) advertem quanto à importância desses conceitos na reprodução ideológica, por meio dos discursos organizacionais. Assim descrevem que:

No ambiente organizacional, nota-se a predominância de discursos que atendam os objetivos dos grupos dominantes, seja através do sequestro da subjetividade do trabalhador ou através da disseminação ideológica do discurso permitido. Nota-se o monitoramento das palavras utilizadas, tanto por forte comando da organização, como dos diversos indivíduos em níveis hierárquicos distintos, através do auto regulação, que só é possível devido à disseminação de uma ideologia supervalorizada. (Faria & Meneghetti, 2007b, p. 11).

Juntamente com o conceito de ideologia, outro termo relevante para a análise das práticas sociais é hegemonia, discutida a partir dos estudos de Antonio Gramsci (Resende & Ramalho, 2004), que a define como “um contínuo processo de formação e suplantação de um equilíbrio instável” (p. 423). O conceito de Gramsci é retomado por Fairclough (2001b) para caracterizar hegemonia como uma forma de domínio exercido pelo poder de um grupo sobre os demais, baseado mais no consenso do que no uso da força, estando essa dominação sempre em equilíbrio instável, “daí a noção de luta hegemônica como foco de luta sobre pontos de instabilidade em relações hegemônicas (...) o conceito de luta assim compreendido, está em harmonia com a dialética do discurso” (Resende & Ramalho, 2006, p. 43).

Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um “equilíbrio instável”. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios. (Fairclough, 2001b, p. 122)

A combinação entre hegemonia e discurso propicia a reflexão da mudança social a partir das relações de poder que influenciam a mudança discursiva, além de permitir identificar a hegemonia em “termos de sua contribuição aos processos mais amplos de mudança e de seu amoldamento por tais processos” (Braga, 2002, p. 11).

Os conceitos ideologia e hegemonia funcionam como uma forma de manter e estabelecer a dominação, partindo do pressuposto de que as “relações hegemônicas são baseadas no consenso, ou seja, é necessário que a classe ou grupo que intenta o poder ou está envolvido em uma luta hegemônica convença outros, o que pode ser realizado por meio da naturalização ou encerramento de ideologias naturalizadas” (Santos & Vieira, 2016, p. 10). Dessa forma, como afirmam Resende e Ramalho (2004), os aspectos relacionados à ideologia e à hegemonia compõem a análise da prática social.

Os aspectos do texto e suas semioses podem ser investidos ideologicamente e observados como sentidos das palavras, pressuposições, metáforas e estilo. Já as orientações, como economia, política, educação, ideologia e cultura, podem elucidar a composição hegemônica, que instaura a prática social, levando a ADC a “investigar como o texto se insere em focos de luta hegemônica, colaborando na articulação, desarticulação e rearticulação de complexos ideológicos” (Resende & Ramalho, 2004, p. 188).

É interessante observar que a evolução dos estudos da linguagem de Fairclough (2003) tira o discurso como elemento central das análises e o coloca como um momento da prática social, configurando-se como gêneros, discursos e estilo, correspondendo respectivamente ao modo de agir, de representar e de identificar nas práticas sociais, considerados elementos da ordem do discurso no nível da prática social.

Ao associar os conceitos de poder e de hegemonia, é possível compreender que, para a ADC, o poder relaciona-se à capacidade de pessoas ou instituições agirem sobre algum contexto social, utilizando-se de algum tipo de recurso, como aqueles apresentados por Faria (2011) em relação à disseminação de uma ideologia. Dessa forma, a hegemonia integra um foco de luta sobre a assimetria de poder entre dominados e dominantes, com fins de construir, sustentar ou mesmo quebrar alianças e relações de dominação e subordinação, tomando formas econômicas, políticas e ideológicas (Magalhães, 2001).

Espera-se que o detalhamento dos conceitos que perfazem a ADC permita melhor posicionamento e compreensão das articulações que perfazem o entendimento do adoecimento psíquico e retorno ao trabalho após transtorno mental, a partir dos discursos e das práticas discursivas dos agentes envolvidos, explicando as potências de poder implícitas na ideologia militar e na hegemonia do gerencialismo que rege as relações trabalhista contemporâneas.

3.2.2 A Análise de Discurso Crítica como método para análise dos dados

A utilização da ADC como recurso para sistematização e análise de dados valoriza o seu potencial como ferramental teórico e metodológico, que sustenta o debate tanto ontológico quanto epistemológico da pesquisa. A escolha pela ADC justifica-se por enxergar nela a possibilidade de articular as propriedades linguísticas dos textos, como eventos discursivos, que permitem a compreensão das práticas sociais e o desvelamento de aspectos como poder hegemônico, ideologias dominantes, identificações e identidades.

Chouliaraki e Fairclough (1999) descrevem que um dos compromissos centrais da ADC é revelar as ideologias subjacentes aos discursos, denunciando seu papel como elemento de dominação. Ela se volta para as discussões dos problemas sociais de forma a promover uma reflexão sobre eles. Os estudos de ADC levam os analistas de discurso a quererem “produzir e apresentar conhecimento crítico que capacite os seres humanos a emanciparem-se de formas de dominação mediante a autorreflexão” (Wodak, 2009, p. 7).

Atento ao papel do discurso no contexto organizacional e aos modos de operação da ideologia de Thompson (2002), vale ressaltar que:

[...] todo discurso esconde uma rede simbólica de relações de dominação ideológica e de poder. Cada palavra expressa no ambiente organizacional está, de alguma forma, sendo monitorada e classificada. Todo discurso que destoia da sinfonia organizacional é reprimido, não necessariamente através de punições coercitivas explícitas aplicada pela direção central da organização, mas através dos grupos internos, do controle psíquico da ideologia. Há uma delimitação imaginária [...], em que o indivíduo pode se aventurar com o uso de suas palavras, diálogos e argumentações, devendo estar, contudo, atento para que o seu discurso não ponha em risco os grupos dominantes e a ideologia vigente na organização. (Faria & Meneghetti, 2007b, p. 1).

Salienta-se, no entanto, que o uso da ADC não se limita ao estudo da linguagem apenas como um sistema semiótico ou isolado, mas alcança o discurso como uma prática social, definida como “maneiras recorrentes, situadas temporal e espacialmente, pelas quais agimos e interagimos no mundo” (Chouliaraki & Fairclough, 1999, p. 21). Os discursos refletem representações ideológicas que, uma vez analisadas, explicam uma ordem social.

A evolução dos estudos de Fairclough (2003) leva-o a estabelecer três significados do discurso, quais sejam: inter-acional, representacional e identificacional, que se relacionam às

maneiras como o discurso figura em práticas sociais: como os modos de agir (significado interacional), de representar (significado representacional) e de ser (significado identificacional). Essa definição tem origem na Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday (1985), em que Fairclough (2003) reformula as funções da linguagem e faz um paralelo entre elas e os então denominados significados do discurso.

Nessa reformulação, a representação vai corresponder à função "ideacional" de Halliday; a ação vai aproximar-se mais da sua função "interpessoal", embora coloque mais ênfase no texto como uma maneira de (inter)agir em eventos sociais, e pode ser vista como complementando a relação (promulgando relações sociais). Para tanto, Fairclough (2003) adverte: "Halliday não diferencia uma função separada da identificação – a maior parte do que incluo na identificação está na função 'interpessoal'. Não distingo uma função 'textual' separada, mas a incorporo na Ação" (p. 27). Para melhor compreensão, o Quadro 3 ilustra os significados e suas interações com os elementos do discurso.

Quadro 3

Significados do discurso de Fairclough e suas interpretações

Significado	Elementos da ordem do discurso	Interpretação/identificação no discurso
Inter-acional	Gêneros	Relacionados aos aspectos discursivos das formas de agir e interagir por meio dos eventos sociais.
Representacional	Discursos	Referente às diversas formas como os discursos fazem uma representação do mundo.
Identificacional	Estilos	Concernentes à construção textual das identificações dos indivíduos no discurso.

Fonte: elaborado pelo autor.

A relação entre esses significados do discurso deve ser compreendida como dialética, pois discursos particulares são mediados por gêneros, assim como gêneros pressupõem estilos, ou, ainda, representações particulares podem ser legitimadas em maneiras particulares de ação e relação e inculcadas em maneiras particulares de identificação (Vieira & Resende, 2016). "A distinção entre os três aspectos do significado e entre gêneros, discursos e estilos é uma distinção analítica necessária, que não as impede de 'fluírem' umas nas outras de várias maneiras." (Fairclough, 2003, p. 29).

Quando se analisa textos específicos como parte de eventos específicos, duas coisas são realizadas concomitantemente: a) a análise em termos dos significados do discurso e como eles são realizados nas várias características dos textos (vocabulário, gramática e assim por diante); e b) o estabelecimento de uma conexão entre o evento social concreto e as práticas sociais mais abstratas, identificando como os elementos discursivos (gêneros, discursos e estilos) são usados

e articulados no texto (Fairclough, 2003). Como mencionam Bittencourt e Carrieri (2005, p. 17), “a análise do discurso explora como as ideias socialmente produzidas e incorporadas nas organizações são criadas e mantidas por meio do relacionamento entre discurso, texto e ação”.

Lapidadas as dimensões teórico-metodológicas da ADC, esta pesquisa conduziu-se considerando o arcabouço teórico-metodológico da ADC, proposto por Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003) e ilustrado na Figura 1.

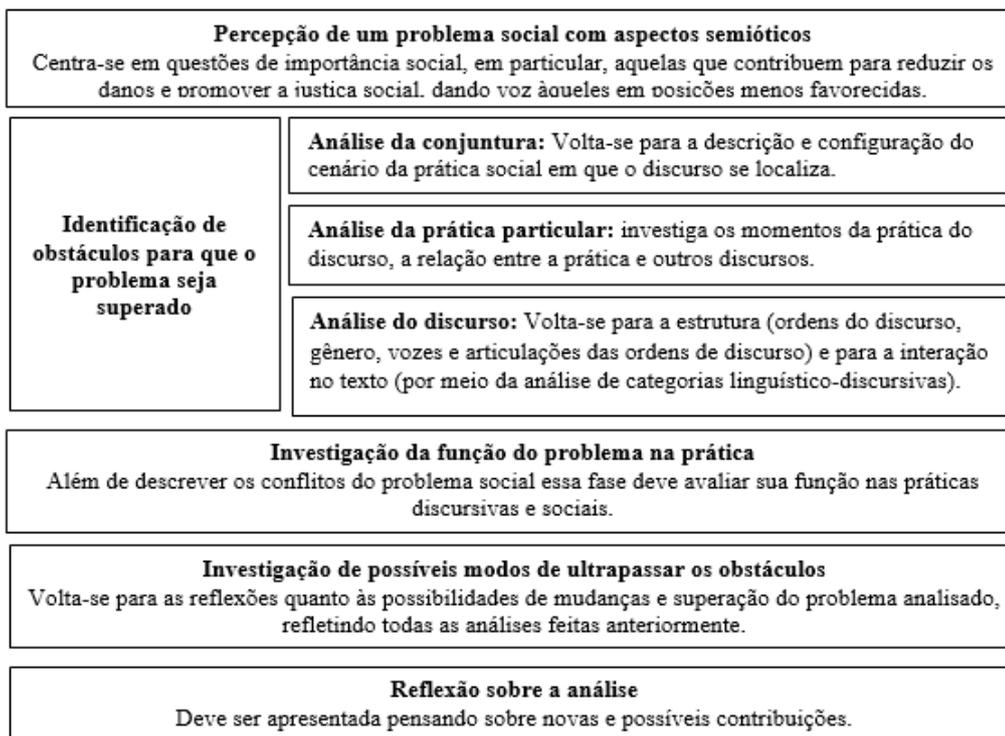


Figura 1. Arcabouço teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso
Fonte: Adaptado de Chouliaraki & Fairclough (1999).

Após a percepção do problema do adoecimento psíquico e do retorno ao trabalho após transtorno mental em policiais da PMDF, realizou-se a análise da conjuntura, da prática particular e dos discursos elaborados pelos policiais, a partir da configuração do trabalho militar como locus propício para o adoecimento mental. Descrito pelos autores como “identificação de obstáculos para que o problema seja superado” (Chouliaraki & Fairclough, 1999, p. 60), esse processo permitiu investigar a amplitude das práticas conjunturais, passando pelas práticas particulares até chegar ao discurso. Tais procedimentos de análise garantiram “que os textos analisados sejam relacionados a suas causas mais amplas e a seu contexto particular, o que está de acordo como o princípio da profundidade ontológica” (Ramalho & Resende, 2011, p. 107).

Detalhadamente, a etapa referente à análise da conjuntura orientou-se para a descrição e configuração do trabalho militar e dos atravessamentos institucionais, que contribuem para o adoecimento mental e, conseqüentemente, para o afastamento e o retorno ao trabalho depois de

afastamento por transtorno mental. Essa etapa pode ser identificada no Capítulo 2, seções de 2.4 a 2.7. Já a etapa da análise da prática particular voltou-se para o levantamento e a investigação de diferentes estudos, que abordam o retorno ao trabalho após transtorno mental, contemplando sua ocorrência tanto em policiais como em outros segmentos profissionais, estados e países. Essa etapa pode ser identificada no Capítulo 2, seção 2.8. Por fim, a etapa da análise do discurso orientou-se para a análise da estrutura dos discursos policiais e suas interações, contemplando as ordens do discurso e categorias linguístico-discursivas, o que pode ser observado no Capítulo 4. Não obstante, as particularidades do trabalho militar, do adoecimento psíquico e do retorno ao trabalho após transtorno mental, específicos da PMDF, foram tratadas como maior detalhamento no Capítulo 4.

A sequência da análise envolveu a investigação da função do problema do adoecimento psíquico e retorno ao trabalho após transtorno mental na prática e dos possíveis modos de ultrapassar os obstáculos que sustentam esse problema. Ramalho (2007) menciona que o propósito dessas etapas é “investigar as causas e efeitos desse problema na prática social e identificar mecanismos que o sustentam, a fim de desestabilizá-los” (p, 102). O final do processo se desenrolou por meio de uma reflexão sobre a análise, buscando questioná-la a respeito de sua eficácia e contribuição para questões de emancipação social.

Cabe ressaltar que a pesquisa se conduziu com maior profundidade e propriedade nas discussões das etapas iniciais do modelo, quais sejam: a “Percepção de um problema social com aspectos semióticos”, a “Identificação de obstáculos para que o problema seja superado” e a “Investigação da função do problema na prática”. Sem comprometer a proposta da ADC, as etapas “Investigação de possíveis modos de ultrapassar os obstáculos” e “Reflexão sobre a análise” foram tratadas com menor profundidade, muito justificado pela extensão do trabalho, deixando a lacuna para uma nova pesquisa.

3.3 O posicionamento ético da pesquisa

As especificidades éticas das pesquisas nas ciências humanas e sociais no Brasil são regulamentadas por meio da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Essa resolução dispõe sobre as normas aplicáveis às pesquisas nas áreas mencionadas, cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os

participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana dos participantes.

Ao tratar a questão ética em saúde mental, Costa-Rosa (2013) menciona que o apego à deontologia, relacionado ao modo como se deve ou não proceder, ignora a participação do sujeito em sofrimento das ações e discussões sobre a sua própria vida. Para tanto, a ética proposta pela atenção psicossocial, também chamada ética da ação social, coloca o sujeito como principal agente do processo de produção dessa atenção, respeitando seus sentimentos e valorizando suas percepções. Tal fato permite ao sujeito produzir novos significados para as injunções social do seu cotidiano.

Respeitando o rigor da legislação, a complexidade da temática “transtorno mental” e o risco da exposição dos seus participantes, a preocupação ética com o desenvolvimento da pesquisa deu-se desde o início da sua articulação. Perceber o estigma atribuído à Psicologia, em função da sua relação com a doença mental, bem como a associação do sujeito acometido por transtornos psicológicos a figura de louco, já se apresenta como uma boa justificativa para os encaminhamentos éticos. Para além dessa relação, o desenvolvimento da pesquisa estava sujeito à inserção do pesquisador no campo e à viabilidade da abertura dos participantes, para aceitar participar da pesquisa e revelar, por meio de entrevistas e observações, as nuances do seu processo de adoecimento, afastamento e retorno ao trabalho após transtorno mental.

Para adquirir credibilidade e maior acessibilidade ao campo, a pesquisa foi submetida à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (CEP-IH) da Universidade de Brasília (UnB), conforme Parecer Consubstanciado nº 3.498.760 (Anexo A), e posteriormente formalizada junto ao setor de projetos (setor de educação da PMDF), conforme Ofício SEI-GDF nº 14/2019 – PMDF/DEC/GGEAD, de forma a assegurar a possibilidade de um trabalho etnográfico, minimizando o distanciamento pesquisador-sujeito e permitindo maior interação com o contexto policial e o processo de adoecimento, afastamento e retorno ao trabalho.

Assim, as atividades de campo foram realizadas no período de maio a agosto de 2019, no Centro de Promoção e Qualidade de Vida (CPQV), onde foram realizadas atividades de observação participante, pesquisa documental, grupos de foco e algumas das entrevistas da pesquisa (detalhados posteriormente). Para evitar possíveis interferências de espaço de trabalho, estigma dos participantes e caráter de obrigatoriedade de participação, as entrevistas eram realizadas de forma voluntária. Depois da introdução e aceitação do pesquisador no grupo de oficinas terapêuticas conduzidas pelos profissionais especialistas (psiquiatra, psicólogas, assistentes sociais e pedagoga), foram realizados convites para participação na pesquisa e, de

acordo com a disponibilidade e o interesse de cada participante, foram agendadas datas específicas, local e horário, de acordo com a disponibilidade dos policiais.

A condução ética da pesquisa seguiu os preceitos da “pesquisa democrática” de Magalhaes (2000), que, em consonância com a ADC, enxerga e trabalha com os/as participantes não como objetos a serem explorados, mas como seres humanos e sujeitos sociais, em que se valoriza as diferenças sociais (e de poder), na tentativa de transformá-las (Fairclough, 2003).

A preservação da identificação dos participantes é outra consideração ética relevante para a pesquisa social, uma forma de proteger os participantes das adversidades dos resultados dos estudos. Para tanto, levou-se em consideração as proposições de Flick (2009a, p. 160):

a proteção do anonimato para os participantes é uma questão crucial e muito mais difícil de manter do que na pesquisa do tipo pesquisa de levantamento, de grande escala. A pesquisa qualitativa, com sua orientação aos estudos de caso, às histórias de vida, às transcrições e aos lugares do mundo real, bem como à importância da informação de contexto para a pesquisa, enfrenta problemas na proteção de dados que são muito mais difíceis de solucionar.

Para resguardar a identidade dos participantes e o compromisso assumido com os atores sociais envolvidos, adotou-se nomes fictícios a todos os protagonistas da rede de práticas sociais relacionadas ao adoecimento psíquico e retorno ao trabalho depois de transtornos mentais.

Considerando as exigências legais sobre os procedimentos éticos da pesquisa com seres humanos, todas as entrevistas foram realizadas após explicação dos objetivos e detalhamento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O termo foi assinado em duas vias no início ou no final de cada entrevista, deixando os participantes cientes de que sua participação era voluntária e que poderiam revogar suas opções a qualquer momento durante a entrevista ou depois delas.

A explicação dos objetivos e da temática a ser tratada durante a entrevista, embora possibilitasse o risco do direcionamento das respostas pelos participantes, garantiu os preceitos éticos de que todos tivessem o conhecimento real do que se tratava. Em alguns momentos, um ou outro participante vacilou em prestar algumas informações. Contudo, a condução da entrevista respeitou a posição do entrevistado, reforçou os aspectos do sigilo das informações e deixou a seu critério a resposta. No entanto, essas “resistências” não comprometeram os resultados da pesquisa.

Ainda quanto ao caráter ético e em retribuição à PMDF e a todos os participantes, foi realizado compromisso de repasse dos conhecimentos adquiridos por meio de oficinas de comunicação e publicação em periódico específico da segurança pública do Distrito Federal. O

compromisso ético firmado reafirma a natureza da não objetificação dos participantes e a possibilidade de contribuir para novas reflexões sobre os resultados obtidos. Retornar à PMDF para compartilhar os resultados é vislumbrar alternativas coletivas para redução do sofrimento do policial que retorna ao trabalho depois de transtorno mental, é caminhar nas intenções da Sociologia Clínica e da ADC, a mudança social.

Seguindo os pressupostos da ADC proposta por Fairclough (2001a, 2003, 2005) e apoiado empiricamente em Vieira e Resende (2016), a próxima seção descreve como o trabalho de campo foi realizado, discorrendo sobre sua operacionalização, técnicas de aquisição e coleta dos dados.

3.4 Sistematização e técnicas de pesquisa: da coleta/geração de dados à análise

Para alcançar os objetivos propostos, e atento às bases ontológicas e epistemológicas anteriormente definidas, três técnicas foram aplicadas durante a pesquisa de campo, são elas: Notas de observação participante, pesquisa documental e entrevistas. A Figura 2 apresenta um breve resumo das atividades desenvolvidas em cada técnica.

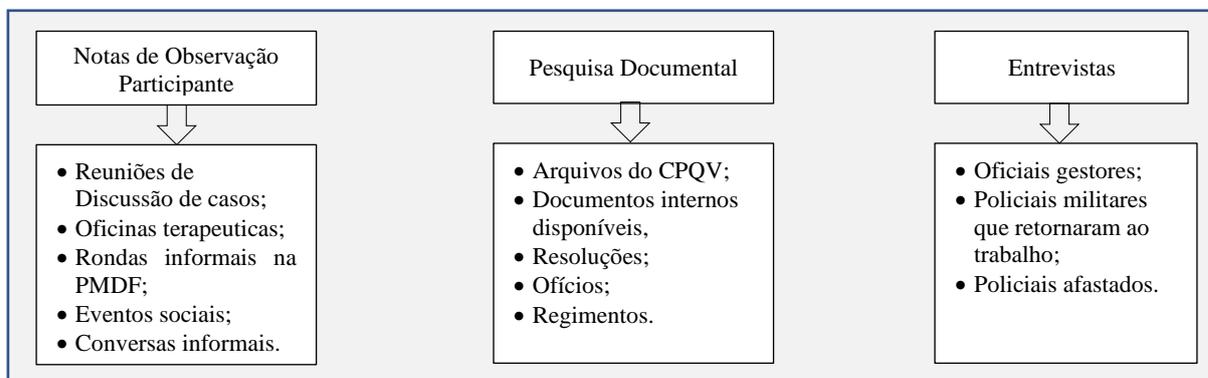


Figura 2. Resumo de atividades desenvolvidas em cada técnica de pesquisa

Fonte: elaborada pelo autor.

3.4.1 Notas de Observação

Entre outros conceitos tomados para descrever a observação, Gauthier (2009) apresenta o de Peretz, que a define como a capacidade do pesquisador "testemunhar os comportamentos sociais de indivíduos ou grupos nos próprios lugares de suas atividades ou residências, sem

modificar sua sequência ordinária. E complementa, que no contexto da nova etnografia a observação é “como um processo de interação cultural, cujo produto é uma tradução cultural que torna sua cultura inteligível para os outros” (p. 316).

A observação apresentou-se como importante fonte de coleta de dados, privilegiando a participação do pesquisador no campo, reconhecendo diretamente as práticas sociais dos atores envolvidos e permitindo o contato com a vida real dos participantes. A postura e o envolvimento do pesquisador com o grupo foi evoluindo de acordo com o tempo de dedicação.

Em um primeiro momento, foi mais tímida, com pouca participação, ganhando a confiança dos atores. Depois de um certo tempo, aproximadamente três semanas, a observação tornou-se mais participativa. Nas reuniões de discussão de caso, o pesquisador era solicitado a pontuar alguma observação. Nas oficinas terapêuticas, tinha direito a dar opinião, sugerir atividades, auxiliar na confecção de materiais e participar das dinâmicas. No grupo de profissionais especialistas, o pesquisador era convidado a sugerir, auxiliar e participar dos eventos. Socialmente, tinha acesso aos espaços comuns e às áreas privativas dos policiais.

Esse processo de inserção no campo da pesquisa contribuiu para otimizar a coleta de informações, porque tornava o pesquisador mais próximo do real do trabalho. Esses modos de inserção, como afirma Lopes (2013, p. 64), “amadureceram meu olhar e me permitiram obter um conhecimento mais aprofundado sobre o universo no qual me debrucei”.

A nomenclatura “notas de observação participante” foi adotada por levar em conta o conceito de “observação participante” não como uma técnica, mas como um método de pesquisa sociológica (Flick, 2004), funcionando como estratégia de campo que combina, simultaneamente, todas as demais técnicas empregadas. No entanto, não se deixou de considerar que “os aspectos principais do método consistem no fato de o pesquisador mergulhar de cabeça no campo, de ele observar a partir de uma perspectiva de membro, mas também, de influenciar o que é observado graças à sua participação” (Flick, 2004, p. 152).

As **notas de observação participante** foram realizadas no período de 27 de abril a 31 de agosto de 2019, com mais frequência nas instalações do CPQV/PMDF. Além das atividades internas no Centro, seguindo os preceitos da pesquisa etnográfica, o pesquisador dedicou-se a acompanhar outras atividades realizadas fora do ambiente institucional, com o objetivo de obter maior aceitação do grupo, conhecer melhor o trabalho realizado e inteirar-se da realidade e dos motivos de afastamento dos policiais.

Durante o período de observação participante o pesquisador ocupou-se de acompanhar as reuniões de discussão de casos, as oficinas terapêuticas e os eventos sociais promovidos pelo

CPQV, bem como conversar informalmente com policiais em acompanhamento psicológico e profissionais especialistas da unidade.

Como apresentado por Argenta (2018), a presença do pesquisador no campo nunca é de todo neutra, ela acarreta estranhamento e desconforto tanto para os profissionais especialistas envolvidos, que poderiam se sentir julgados, quanto para os policiais em atendimento psicológico, que poderiam se sentir vulneráveis. Assim, buscou-se fazer a imersão no grupo da maneira mais discreta possível, buscando ganhar a aceitação e, gradativamente se aprofundar na pesquisa. Contudo, sem, em momento algum, deixar de lado o olhar de observador.

As **reuniões de discussão de casos** eram realizadas com alternância, sendo, nas segundas e quartas, com a turma da manhã e, nas terças e quintas, com a turma da tarde. Elas eram coordenadas pelo psiquiatra e contavam com a participação restrita da equipe técnica, tendo duração média de uma hora. Realizava-se uma avaliação das atividades do dia anterior, da viabilidade e indicação de novos policiais advindos do processo de triagem realizado pelas psicólogas nos atendimentos no Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal (DSAP) e do comportamento e evolução/involução de cada policial assistido, além disso discutia-se as propostas de encaminhamento para as próximas atividades. Participar dessas reuniões permitiu ao pesquisador inteirar-se da operacionalização do CPQV e dos tipos de transtornos mais frequentes na PMDF, além de familiarizar-se com a equipe de trabalho e tomar conhecimento dos problemas de cada um dos policiais assistidos. As observações realizadas nessas reuniões foram registradas sempre depois da sua realização.

As **oficinas terapêuticas e/ou dinâmicas de grupo** eram realizadas diariamente, sob a responsabilidade de um ou dois membros da equipe técnica. Cada uma abordava um aspecto diferente, relacionado às relações com o trabalho, à interação social, à saúde, às relações familiares, ao meio ambiente e ao bem-estar de maneira geral, sempre buscando privilegiar temáticas julgadas como interessantes para os usuários. A seleção das atividades não contava com a opinião deles, apenas com suas participações, que também eram obrigatórias. A ausência de algum policial às atividades requeria justificativa comprovada por atestado médico, ou documento apropriado (Contrato, cláusula 27, título III), correndo o risco de exclusão do programa. Os apontamentos dessas atividades foram realizados de acordo com a conveniência, sendo parte deles realizados concomitante ao evento e outros ao final do dia.

As observações dessas atividades apresentaram-se de grande relevância para a pesquisa, pois permitiram ganhar a empatia dos participantes e a confiança necessária para o bom desempenho do trabalho. O vínculo firmado propiciou melhor entendimento da cultura policial, bem como das práticas sociais e vivências dos policiais afastados por transtornos mentais.

Ademais, o contato com alguns dos policiais entrevistados após o retorno ao trabalho foi realizado quando ainda estavam no CPQV.

As participações em **eventos sociais** da PMDF também foram atividades complementares sujeitas à observação, elas ajudariam a desvelar as práticas sociais da PMDF, que não podem ser visualizadas externamente. A oportunidade de acesso permitiu a participação em palestras, cerimônias, passeios dentro do batalhão e conversas informais com policiais, que relatavam diferentes olhares sobre a instituição e sobre o adoecimento mental. Junto ao CPQV, os eventos sociais que envolveram o período da observação englobaram piquenique no Parque Água Mineral, passeio ao Parque da Cidade Sarah Kubitscheck, churrasco de finalização do tratamento de um policial e participação e apoio a uma festa junina da unidade. Da mesma forma, os apontamentos dessas atividades foram realizados sempre posteriormente à sua realização e de acordo com as contribuições que eles poderiam gerar para a pesquisa.

3.4.2 Pesquisa documental

Complementar às observações, realizou-se também pesquisa documental, que não se apossou apenas de documentos impressos, mas também de outras fontes, como publicações em redes sociais oficiais da PMDF, *sites* oficiais do governo, documentos dos arquivos do CPQV, disponibilizados pelo órgão, relatórios de gestão, além de revistas e publicações científicas da área. A recorrência à pesquisa documental enriqueceu e contribuiu para a análise.

Considerando os documentos como uma fonte de grande importância para a pesquisa em ciências sociais, dado o seu potencial de revelar situações particulares ocorridas no passado, mas nem sempre acessíveis ou recordadas no presente, a pesquisa documental apresentou-se como técnica complementar para coleta de dados (Cellard, 2008). O uso da técnica permitiu averiguar detalhes, omitidos ou esquecidos pelos participantes durante as atividades de coleta de dados, e que viriam a auxiliar a compreensão das práticas sociais da PMDF em relação ao planejamento, acompanhamento e controle de atividades ligadas à saúde mental dos policiais. Como afirma Olivesi, citada por Gauthier (2009, p. 90), “a pesquisa documental está no campo mais amplo de recuperação de informações”, permitindo o acesso a documentos, ou partes deles, que darão origem à interpretação do pesquisador na própria origem dos dados, uma vez que esses podem nunca terem sido trabalhados.

Muitas das políticas e práticas adotadas pela PMDF mudaram ao longo do tempo, seja pelas mudanças de comando e chefia, seja pela própria evolução de demandas por adaptações. Assim, buscou-se explorar os arquivos do CPQV de forma a identificar informações complementares à pesquisa encontradas em documentos internos, como resoluções, ofícios, regimentos, instruções, portarias, contratos, relatórios e outros.

Atenta-se que, em face das mudanças da modernidade e dos avanços tecnológicos, o cenário da pesquisa documental mudou completamente (Gauthier, 2009), permitindo que muitos desses documentos fossem acessados diretamente no *site* oficial da PMDF ou nos arquivos físicos do CPQV. Não obstante, embora a pesquisa documental não viesse a ser submetida à ADC, a seleção dos documentos levou em conta as prerrogativas de Souza e Carrieri (2014), tendo o cuidado de buscar apenas fontes oficiais da PMDF para suas coletas.

3.4.3 Entrevistas individuais

A técnica da entrevista constitui o terceiro recurso metodológico utilizado para coleta de informações. Essa técnica proporciona o acesso a dados particulares de cada sujeito participante da pesquisa que serão úteis para o desenvolvimento e para compreensão das relações estabelecidas entre os atores sociais e a situação pesquisada. “O objetivo é a compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (Bauer & Gaskell, 2017, p. 65). O uso das entrevistas permitiu um contato mais próximo com os sujeitos protagonistas da pesquisa, “favorecendo a exploração em profundidade e a observação de nuances não alcançadas sem a proximidade do contato pessoal” (Lopes, 2008, p. 60).

As entrevistas realizadas seguiram o modelo semiestruturado (Flick, 2009b), uma técnica de geração de dados que proporciona maior flexibilidade ao pesquisador. A dinâmica de sua realização não segue uma sequência engessada de perguntas e respostas. Questões não planejadas previamente e emergentes da fala do sujeito, no momento da entrevista, podem ser aprofundadas, de acordo com a fluência das informações e das suas contribuições para os objetivos da pesquisa. O foco central das entrevistas foram as práticas sociais e os discursos sobre afastamento e retorno ao trabalho dos policiais militares do Distrito Federal, atentando para a desconstrução dos sujeitos e a construção das identidades profissionais desses atores sociais, considerados protagonistas da realidade social investigada.

As perguntas foram norteadas por um roteiro, também chamado por Blauer e Gaskell (2017) de “tópico-guia”, que inclui uma série de questões, sem muita extensão, servindo como referencial para a realização da entrevista, pautando-se sempre pela flexibilidade. A elaboração dos tópicos combinou as leituras previamente realizadas, as observações do campo e as propostas da banca de qualificação. O roteiro tinha a função de guiar a condução da entrevista como um lembrete das temáticas que deveriam ser tratadas. Todas as questões foram abertas, possibilitando que “o informante falasse livremente, sendo realizado apenas o delineamento de uma ‘trilha’, na qual constavam os objetivos de investigação” (Lopes, 2008).

As entrevistas foram realizadas em dois blocos. Em um primeiro momento, depois da primeira semana de observação no CPQV, deu-se início às entrevistas com alguns dos gestores/coordenadores de atividades vinculadas à unidade. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas com a Chefe do CPQV, o Chefe da seção de Saúde Mental do CPQV, o Chefe do Serviço de Assistência Religiosa Católica e o Chefe do Serviço de Assistência Religiosa Evangélica. Os objetivos dessas entrevistas voltaram-se especificamente para tomar conhecimento sobre a história do serviço de atenção à saúde mental na PMDF; identificar a percepção dos gestores quanto ao processo de adoecimento mental, afastamento, retorno e acompanhamento do policial; e, por fim, se inteirar das atividades realizadas no CPQV.

O roteiro de entrevista para os gestores (Apêndice A) englobava quatro blocos de questões, com as seguintes prerrogativas de análise: 1) A atenção à saúde mental na PMDF; 2) O processo de adoecimento mental, afastamento e acompanhamento do policial; 3) O retorno ao trabalho depois do afastamento; e, 4) Outras questões que julgar necessário.

Todas as entrevistas foram gravadas com o assentimento dos participantes e realizadas mediante assinatura do TCLE. O Quadro 4 apresenta o tempo de enunciação de cada entrevista.

Quadro 4

Tempo de duração de entrevistas com supervisores

Cod.	Função	Tempo de entrevista	Tempo médio
01	Chefe do CPQV	53min46seg	52min11seg
02	Chefe da Saúde Mental do CPQV	54min43seg	
03	Chefe do Serviço de Assistência Religiosa Católica	45min54seg	
04	Chfe do Serviço de Assistência Religiosa Evangélica	53min42seg	
Tempo total de entrevista com gestores		206min85seg	Média: 3h26seg

Fonte: elaborado pelo autor.

Essas entrevistas tiveram duração média de 52 minutos e 11 segundos, com total aproximado de 3 horas e 26 segundos. Ao final de cada entrevista, foram feitos apontamentos

em caderno de campo, com observação quanto ao comportamento e à responsividade do entrevistado com a pesquisa.

A elaboração do roteiro de entrevista com os policiais que retornaram ao trabalho (Apêndice B) contemplou fatos relacionados ao processo de ingresso e envolvimento no trabalho militar e às manifestações e impressões vividas no percurso do adoecimento, afastamento e retorno ao trabalho. Lopes (2008) descreve que, em uma pesquisa dessa natureza, as perguntas abertas apenas delinham um percurso orientado pelos objetivos da investigação, a liberdade do informante em suas narrativas favorece a apropriação de um maior número de informações subjetivas dos entrevistados em relação às suas vivências.

A organização desse segundo roteiro contemplou cinco blocos temáticos, que permitiram percorrer as práticas sociais envoltas às temáticas: 1) o ingresso na polícia e a construção identificacional do indivíduo; 2) o ser polícia e o contexto do trabalho militar; 3) as influências da organização do trabalho no processo de adoecimento; 4) os aspectos da burocracia, do poder e do gerencialismo na instituição e; 5) o retorno ao trabalho depois do afastamento.

As entrevistas com os policiais também foram gravadas com a autorização de cada participante e realizadas mediante assinatura do TCLE. O Quadro 5 apresenta o tempo de enunciação de cada entrevista.

Quadro 5

Tempo de duração de entrevistas com policiais

Nome fictício	Tempo de entrevista	Nome fictício	Tempo de entrevista	Nome fictício	Tempo de entrevista
Jade	00:59:24	Hermes	01:14:56	Ametista	00:58:57
Esmeralda	01:01:22	Criso	00:56:33	Espartacus	01:13:43
Berilo	01:07:38	Júlio	01:09:17	Lisandro	00:57:12
Jadson	01:09:46	Olívio	01:08:45	Euclásio	00:51:30
Malaquias	00:57:43	Safira	01:03:02	Leônidas	00:51:34
Rutilo	00:49:18	Alexandrino	00:53:47	Cornélio	01:19:23
Atílio	00:55:05	Theodotus	01:33:27	Jacinto	01:30:40
Tempo total de entrevistas					22:43:02
Tempo médio de entrevistas					01:04:54

Fonte: elaborado pelo autor.

As entrevistas com os 21 policiais militares participantes da pesquisa totalizaram quase 23 horas, com duração média de 1 hora e 4 minutos por entrevistado. Ao final de cada entrevista, foram feitos apontamentos em caderno de campo, com observação quanto ao comportamento e à responsividade do entrevistado com a pesquisa.

Atendo às observações de Souza e Carrieri (2014), a aplicação das entrevistas buscou deixar fluida a conversa com os entrevistados, mantendo o mínimo de interferências possíveis e evitando intervenções que pudessem influenciar ou induzir o depoimento dos sujeitos. As falas por vezes eram alongadas em determinados temas, mas, em hipótese alguma, eram interrompidas, em respeito ao entrevistado e com o objetivo de deixar florescer aspectos que só poderiam ser mencionados quando o policial se sentisse seguro o suficiente para revelar.

Quanto ao local de enunciação das entrevistas, embora a tentativa de que todas fossem realizadas em espaço diferente do CPQV, nem todas tiveram a oportunidade de assim serem feitas. Apesar da disponibilidade apresentada pelo pesquisador em poder ir ao encontro dos participantes, ao facultar o local e o horário para sua realização, alguns policiais solicitaram que fossem no CPQV. Essa escolha era sempre justificada pela proximidade das suas lotações ou acessibilidade econômica e logística.

Ciente das possíveis interferências (Souza & Carrieri, 2014), para minimizar os possíveis ruídos ou as resistências dos entrevistados, por estarem em um espaço que, de certa forma, ainda os vinculava ao espaço do trabalho, o entrevistador se encarregava de realizar as entrevistas em uma sala mais afastada do espaço de uso comum, pedia autorização para fechar a porta e partia sempre da explicação de que não tinha nenhum vínculo com a PMDF, não era do Distrito Federal e que o objetivo da pesquisa relacionava-se a um projeto de doutorado.

Em duas entrevistas, o pesquisador chegou a ser questionado se ele não era membro da corregedoria do Distrito Federal e estava infiltrado na PMDF para coletar informações. Situações dessa natureza eram sanadas com o reforço verbal do não relacionamento do pesquisador com a polícia. Não obstante, esses questionamentos auxiliavam na natureza da pesquisa, pois revelam o receio dos policiais em terem que manifestar suas opiniões em relação ao seu próprio trabalho, fato muito percebido tanto nas entrevistas quanto nas observações nas oficinas terapêuticas. O estado de alerta e a insegurança de que sempre estão sendo vigiados ecoam espontaneamente nas falas, nas ações, no comportamento, nos gestos e nas atitudes que definem o policial militar.

A seleção dos participantes deu-se em três frentes, partindo: 1) da própria observação, em que, nas primeiras semanas, já fora possível conhecer policiais que logo retornaram ao trabalho; 2) da indicação dos profissionais especialistas que atuavam no CPQV por mais tempo e teriam um número maior de possibilidades; e, 3) da indicação dos entrevistados, que, ao final das entrevistas, eram solicitados a indicar algum possível participante. Embora distintas, parte dos entrevistados foram coincidente nas quatro estratégias.

O levantamento inicial de participantes incluía 18 policiais, indicados pelos profissionais especialistas do CPQV. Todos atendiam ao critério básico para participação na pesquisa, ou seja, foram afastados do trabalho por apresentarem algum transtorno mental e retornaram após esse afastamento. Vale ressaltar que outro critério adotado para participação era o de que o retorno ao trabalho não tivesse acontecido em tempo posterior a sete meses. Essa estratégia evitaria que as informações fossem muito remotas, uma vez que a longevidade poderia interferir nas respostas, em função do esquecimento ou mesmo pela naturalização dos comportamentos possivelmente ofensivos, estigmatizantes ou discriminatórios.

De posse dessa lista, entrou-se em contato todos os possíveis participantes, notificando a indicação, a realização da pesquisa, os objetivos e a possibilidade de concessão de uma entrevista de aproximadamente 1 hora. Desse número, 10 se dispuseram a participar da pesquisa. O acompanhamento das atividades no CPQV e a aproximação dos policiais que estavam em acompanhamento psicológico permitiram o contato com outros 11 possíveis participantes. Entre esses, apenas um negou a participação alegando que estaria “dando baixa⁴” no serviço militar. Quando da solicitação de indicação de algum outro colega de trabalho que pudesse contribuir com a pesquisa, quatro sujeitos foram indicados. Contudo, apenas um se disponibilizou a participar. Ao final do trabalho, o grupo de entrevistados era composto por um número de 21 policiais, cujo perfil pode ser observado no Quadro 6.

Quadro 6

Perfil dos policiais participantes da pesquisa

Nome fictício	Idade	Estado civil	Formação	Patente	Tempo de PMDF	Nº Filhos
Jade	47	Divorciada	Superior	Subtenente	20 anos	2
Esmeralda	28	Solteira	Pós-graduação	Cabo	6 anos	-
Berilo	44	Casado	Médio completo	Terceiro sargento	16 anos	2
Jadson	51	Casado	Médio completo	Primeiro sargento	28 anos	2
Malaquias	45	Solteiro	Pós-graduado	Segundo sargento	24 anos	4
Rutilo	36	Solteiro	Superior	Terceiro sargento	9 anos	-
Atílio	47	Casado	Médio completo	Primeiro sargento	28 anos	2
Hermes	48	Casado	Médio incompleto	Primeiro sargento	28 anos	1
Criso	34	Casado	Superior tecnológico	Soldado	5 anos	2
Júlio	48	Casado	Médio completo	Primeiro sargento	26 anos	2
Olívio	48	Casado	Superior	Segundo sargento	23 anos	2
Safira	34	Solteira	Pós-graduação	Soldado	5 anos	-
Alexandrino	47	Casado	Superior tecnológico	Segundo sargento	26 anos	2
Theodotus	42	Casado	Médio completo	Segundo sargento	22 anos	3
Ametista	44	Casada	Pós-graduação	Terceiro sargento	17 anos	2
Espartacus	34	Casado	Superior completo	Soldado	5 anos	2

(continua)

⁴ “Dar baixa”, no serviço militar, significa afastar-se definitivamente das suas atividades, sair da instituição.

(Continuação)

Nome fictício	Idade	Estado civil	Formação	Patente	Tempo de PMDF	Nº Filhos
Lisandro	40	Casado	Superior	Terceiro Sargento	16 anos	2
Euclásio	46	Casado	Médio completo	Segundo Sargento	24 anos	3
Leônidas	49	Casado	Suerior.tecnológico	Primeiro sargento	30 anos	2
Cornélio	50	Casado	Fundamental	Segundo Sargento	26 anos	3
Jacinto	50	Casado	Médio incompleto	Segundo Sargento	27 anos	4

Fonte: elaborado pelo autor.

Vale ressaltar que o número de respondentes foi condicionado à saturação das informações referentes ao objeto em estudo. Fontanella, Ricas e Turato (2008) apresentam que “o processo de coleta de dados se satura quando há a percepção de que os dados novos a serem coletados (...) não são mais absorvidos na formulação teórica que se processa, não mais contribuindo para seu adensamento” (p. 24). Contudo, considerando as críticas de Carlsen e Glenton (2011), Malterud et al. (2016) e Morse (2015), quanto ao conceito de “saturação” em pesquisa qualitativa, este estudo levou em conta o conceito de poder da informação, proposto por Malterud et al. (2016). O estudo desses autores descrever que a determinação do número de participantes deve ponderar cinco itens, que quando relacionados vão influenciar no poder de informação da pesquisa, quais sejam: 1) o objetivo do trabalho; 2) a especificidade de experiências, conhecimentos ou propriedades dos participantes a serem entrevistados; 3) a teoria disponível sobre o tema tratado; 4) as habilidades do entrevistador na condução da entrevista; e, 5) a escolha estratégica de análise de acordo com a pesquisa em curso. Refletidos esses elementos, considerou-se que 21 entrevistados seria um número suficiente para a proposta de pesquisa.

Dada a necessidade de materialização das falas em textos para análise, todas as entrevistas foram transcritas, gerando um volume de 387 páginas. Para tanto, adotou-se as mesmas convenções de transcrição de Magalhães (2000), explícitas no Quadro 7.

Quadro 7

Convenções de transcrição

Símbolo	Correspondência
(...)	Interrupção no fluxo da fala
//	Pausa na fala
Letra maiúscula	Ênfase
Entre hifens	Repetição ligeira

Fonte: Magalhães (2000).

Na próxima seção, buscou-se descrever o processo de construção e organização do texto das entrevistas em *corpus* para análise.

3.5 Percurso de construção do *corpus* e descrição das categorias de análise

Como mencionam Vieira e Resende (2016), as pesquisas de natureza etnográfica, que utilizam diferentes métodos de coleta de dados, geralmente, resultam em expressivo volume de dados. Neste estudo, as transcrições de entrevistas, as anotações em caderno de campo e os arquivos e textos da pesquisa documental avolumaram centenas de páginas, o que dificultou que fossem “analisadas integralmente seguindo-se os métodos próprios da ADC” (Resende, 2008, p. 138). Tal fato permitiu o desenvolvimento de um método específico para o tratamento do material coletado. Nesse sentido, o *corpus* das entrevistas com profissionais especialistas, que atuam junto à saúde mental na PMDF, não foi utilizado como material para ADC, ficando apenas para descrição de aspectos organizacionais e históricos da instituição.

Seguindo os pressupostos metodológicos da pesquisa de Resende (2008), após a transcrição das entrevistas e a organização dos documentos oficiais coletados, o primeiro procedimento do pesquisador consistiu em uma leitura cuidadosa do material. O objetivo maior dessa etapa consistia em rememorar as entrevistas e revisar os conteúdos dos discursos, um processo de familiarização com um conteúdo que seria esmiuçado a ponto de revelar aspectos tão profundos da prática social da PMDF.

Na sequência, o segundo procedimento correspondeu a uma segunda leitura do material, dessa vez mais orientada aos objetivos da pesquisa, em que fora realizada uma seleção prévia de recortes potenciais para análise. Nessa etapa, o pesquisador ocupou-se de grifar e tomar nota a respeito dos trechos de textos selecionados, bem como contrapô-los a algumas observações do caderno de campo. Esse primeiro recorte, mais amplo e abrangente, serviu de base para a criação de um novo arquivo de texto, denominado de recorte final de texto para análise.

Resende (2008) define esses procedimentos como uma “abordagem mais flexível” e “menos estruturada”, pois a codificação não foi definida *a priori* e sim após a leitura dos dados, considerando os temas e as categorias, que se decide explorar. Todavia, essa abertura na codificação é relativa, pois, ao proceder a primeira leitura dos documentos, o pesquisador não está isento de pressuposições a respeito do seu material. Ao iniciar as leituras, ele já tem construídas algumas perspectivas a respeito do que vai buscar, tanto porque já conhece as interações de que são resultado como pela experiência etnográfica advinda da observação.

Embora se apresente como uma tarefa trabalhosa e demorada, esse processo contribuiu

para a redução do volume de material gerado em dados especificamente relacionados às questões de pesquisa (Resende, 2008). Tal fato vai ao encontro do pensamento de Fairclough (2003) ao considerar que um trabalho intensivo pode ser produtivamente aplicado a recortes de material de pesquisa mais do que a textos longos.

Apesar do não aproveitamento de partes significativas dos dados levantados, a seleção de recortes traz a vantagem de manter o foco nos problemas específicos. Para tanto, Resende (2008) adverte quanto à necessidade de que os “recortes selecionados para análise não sejam constituídos de enunciados isolados, mas de trechos significativos em seu conjunto” (p. 139).

De posse do arquivo de recorte final, foi realizado o procedimento de codificação em cores, uma estratégia que permite a identificação das categorias relevantes para a análise discursiva do documento, tornando-as mais “legíveis” ou “analisáveis”. Diferente de Resende (2008), que realizou essa etapa utilizando-se de documentos impressos e canetas coloridas, neste trabalho, essa seleção foi realizada em arquivos digitalizados, utilizando-se dos recursos “realce” e “comentários” do Microsoft Word.

De acordo com Vieira e Resende (2016), embora a codificação em cores seja um procedimento muito simples, ela pode ser usada tanto para destacar recorrências de categorias quanto para separá-las, o que facilita a redação das análises.

Embora a riqueza das verbalizações selecionadas, o resultado da codificação do recorte final de texto foi analisado com base nas categorias linguístico-discursivas relacionadas principalmente aos significados representacional e identificacional dos discursos. A escolha desses significados deu-se em função da resposta aos objetivos propostos, bem como à frequência e às recorrências das categorias que os evidenciam no texto, contudo, aspectos interacionais característicos do gênero entrevista estão relacionalmente presentes e possibilitando e restringindo significados.

O significado representacional no texto está relacionado ao modo como os aspectos físicos e sociais do mundo estão representados nos discursos dos policiais militares participantes da pesquisa, como afirma Fairclough (2003, p. 124):

Eu vejo os discursos como formas de representar os aspectos do mundo - os processos, relações e estruturas do mundo material, o "mundo mental" de pensamentos, sentimentos, crenças e assim por diante, e o mundo social. Aspectos particulares do mundo podem ser representados de forma diferente, por isso estamos geralmente na posição de ter de considerar a relação entre diferentes discursos. Diferentes discursos são diferentes perspectivas sobre o mundo, e estão associados com as diferentes relações que as pessoas têm para com o mundo, que por sua vez depende de suas posições no mundo, suas identidades sociais e pessoais, e as relações sociais que travam com pessoas.

Nesse sentido, por meio do discurso, foi possível identificar que aspectos particulares do mundo são representados de maneiras diferentes pelos atores sociais protagonistas da pesquisa, envolvendo, de algum modo, aspectos ideológicos e hegemonicamente instituídos. Isso significa que diferentes discursos são diferentes perspectivas do mundo, que estão associadas a diferentes relações que as pessoas estabelecem com o mundo e com as outras pessoas.

A análise do significado representacional dos discursos dos policiais militares da PMDF neste texto identificou que as categorias analíticas da transitividade (Halliday & Matthiessen, 2004; Fuzer & Cabral, 2014); representação de atores sociais (Van Leeuwen, 1997, 2008), interdiscursividade e seleção lexical (Fairclough, 2001a, 2003), explicadas posteriormente, soaram como aquelas que mais conseguem expressar os aspectos que permeiam as práticas sociais da organização do trabalho militar, do adoecimento mental e do retorno ao trabalho após afastamento por transtorno mental.

Quanto ao significado identificacional, além da força de ocorrência no *corpus* selecionado, a opção por sua análise justifica-se pelo fato de que o discurso também constrói identidades. Por meio dos estilos discursivos, as formas de ser do sujeito se revelam. Sendo assim, identidade é uma construção discursiva, pois “quem você é é em parte de uma questão de como você fala, como escreve, assim como também uma questão de incorporação – como você olha, a forma de parar, como se move, e assim por diante” (Fairclough, 2003, p. 157). Os estilos dos discursos enfatizam o processo de identificação, como as pessoas se identificam e são identificadas pelas outras. Todavia, a construção das identidades por meio do discurso não é uma questão estática, mas estabelece uma relação dialética entre discurso e outros elementos da prática social, que também sofrem transformações ao serem incorporados a esse processo. (Magalhães, 2005).

Para fins de análise do significado identificacional dos discursos dos policiais militares da PMDF, selecionou-se as categorias avaliação, metáfora e modalidade, explicadas na seção seguinte. Essas categorias se apresentaram mais produtivas no texto para responder aos objetivos da pesquisa e, como afirmam Vieira e Resende (2012), permitindo ao pesquisador mapear a materialização do problema social nos textos. O modo como o ator social modaliza, avalia, relaciona ou metaforiza os textos configura o modo como se identifica e gera identificações, modos de ser. Contudo, adverte Fairclough (2003, p. 160):

“a identificação não consiste em um processo puramente textual”, pois as pessoas também são agentes sociais que fazem, criam e mudam coisas. Além disso, existe o engajamento prático do indivíduo com o mundo, que perpetua em contínuo processo de identificação,

especialmente na formação da “consciência de si”, [o que é] “uma pré-condição para os processos de identificação no discurso e em textos”.

Apesar da opção pelos significados representacional e identificacional para análise do texto em questão, vale ressaltar que, embora os aspectos dos significados – acional, representacional e identificacional – sejam distinguidos para o propósito analítico, eles não são distintos ou totalmente separados, mas assumem uma relação dialética. Essa relação dialética é explicada por Fairclough (2003) ao pontuar que os significados do discurso, assim como as categorias analíticas relacionadas a cada um deles, não possuem fronteiras explícitas. Para o autor, “uma consequência dessa visão dialética é que significados identificacionais em textos podem ser vistos como pressupondo significados representacionais, as presunções por meio das quais as pessoas se identificam” (Fairclough, 2003, p. 160).

3.6 Categorias discursivas da análise

Como mencionado na seção anterior, as categorias linguísticas discursivas relacionadas aos significados representacional e identificacional foram as que mais sobressaíram nas falas dos policiais militares entrevistados. Assim, dedica-se esta seção à descrição das características e particularidades dessas categorias.

3.6.1 Significado Representacional

Para análise do significado representacional, optou-se por trabalhar com quatro categorias, quais sejam: o sistema de transitividade, proposta pela Linguística Sistêmico-Funcional; a Teoria da Representação de Atores Sociais; a interdiscursividade; e a seleção lexical, como descrito nas próximas subseções.

3.6.1.1 Sistema de Transitividade

Relacionado ao significado representacional (Vieira & Resende, 2016), o sistema de transitividade, advindo da Linguística Sistêmico-Funcional, de Michael A. K. Halliday e consolidado por Halliday e Matthiessen (2004, p. 175), trata das relações entre os componentes que formam uma oração, então denominada “figura”. Embora a simplicidade da estrutura de

uma oração, ela exerce papel central na linguagem, dada sua capacidade de explicar como fenômenos da experiência do mundo do sujeito são construídos na estrutura linguística.

O sistema de transitividade vai se valer da análise das relações entre: a) o processo que se desenrola na oração (representado pelos grupos verbais), b) os participantes envolvidos nesse processo (representados pelos grupos nominais) e c) as circunstâncias a ele associadas (representadas pelos grupos adverbiais). Juntos esses elementos formam uma figura, ou seja, o significado produzido pelo processo. Salienta-se que o uso da transitividade como categoria de análise buscou fundamentação na origem dos seus conceitos e operacionalização (Halliday & Matthiessen, 2004), além de muito aparado pela obra de Fuzer e Cabral (2014).

Os processos, conduzidos pelos grupos verbais, representam as experiências e ações dos atores sociais no mundo, traduzindo aspectos do mundo físico, mental e social. Os principais tipos de processo são materiais, mentais e relacionais, sendo que, nas suas fronteiras, outros três tipos de processos secundários irão surgir, os comportamentais, existenciais e verbais. Sendo a transitividade uma categoria muito recorrente e explorada nos resultados da tese, faz-se importante uma breve descrição de cada um desses processos. Ressalta-se que todas as orações que compõem os exemplos dos processos de transitividade foram extraídas do *corpus* das entrevistas com os policiais.

a) Processos materiais

Como afirmam Halliday e Matthiessen (2004, p. 179), “as orações ‘materiais’ são orações de fazer e acontecer, capazes de provocar mudanças no fluxo de eventos, provocada por algum investimento de energia” feito por um participante, inerente ao processo. Nessa articulação, são selecionados como participantes o ator (aquele que faz acontecer o processo); a meta (que é afetada pelo processo); e a circunstância (podendo indicar modo, tempo, lugar, causa etc. da efetivação da ação), assim como apresentado no Exemplo 1.

Exemplo 1: “O doutor fez a consulta ontem.”

O doutor	fez	a consulta	ontem.
ator	processo material	meta	circunstância

b) Processos mentais

As orações que descrevem os processos mentais estão relacionadas às experiências do mundo da consciência dos atores envolvidos. Elas podem representar processos mentais perceptivos, cognitivos, afetivos ou desiderativos. Esses processos apresentam como

participantes: o “experenciador” (quem sente, percebe, deseja ou pensa) e o “fenômeno” (o que é sentido, pensado, desejado ou percebido), como se observa no Exemplo 2.

Exemplo 2: “Eu imaginava que a polícia militar fosse outra coisa.”

Eu	imaginava	que a polícia militar fosse outra coisa.
experenciador	processo mental cognitivo	fenômeno

c) *Processos relacionais*

Halliday e Matthiessen (2004, p. 210) descrevem que “as orações relacionais servem para caracterizar e identificar”, estabelecendo, obrigatoriamente, uma relação entre dois participantes da oração. Elas podem ser atributivas ou identificativas, do tipo intensivas, possessivas ou circunstanciais.

As orações atributivas estabelecem uma relação entre os seus participantes, o “portador” (aquele que possui a característica) e o “atributo” (a característica). Semanticamente, essas orações não são reversíveis. O Exemplo 3 ilustra esse processo.

Exemplo 3: “Eu tinha um problema de alcoolismo.”

Eu	tinha	um problema de alcoolismo.
portador	processo relacional atributivo	atributo

As orações identificativas também estabelecem uma relação entre os seus participantes, agora o “identificado” (aquele que recebe uma identidade) e o “identificador” (a identidade a ele atribuída). Particularmente, verifica-se que essas orações são necessariamente reversíveis semanticamente, como ilustrado no Exemplo 4.

Exemplo 4: “Ele é ‘o cara’ quando põe a farda.”

Ele	é	‘o cara’ quando põe a farda.
identificado	processo relacional identificativo	identificador

d) *Processos verbais*

Os processos verbais também são processos secundários e se encontram na fronteira entre o “mental” e o “relacional”. Nesse processo, “as relações simbólicas são construídas na consciência humana e promulgadas na forma da linguagem, como dizendo e significando” (Halliday & Matthiessen, 2004, p. 258). Os processos verbais “contribuem para variados tipos de discurso, por sua característica de fala” (Fuzer & Cabral, 2014, p. 72).

Os participantes das orações verbais são tipicamente: o “dizente” (aquele que diz), a “verbiagem” (o que é dito), o “receptor” (aquele que recebe a verbiagem) e o alvo (o que é atingido pela verbiagem) (Fuzer & Cabral, 2014; Halliday & Matthiessen, 2004). Os processos verbais podem ainda conter “citação” ou “relato”, que são orações que substituem a verbiagem. O Exemplo 5 apresenta uma oração que ilustra o processo verbal.

Exemplo 5: “O outro sargento disse para um colega que ia me prender.”

O outro sargento	disse	para um colega	que ia me prender.
dizente	processo verbal	receptor	verbiagem
Exemplo de oração verbal com verbiagem e receptor.			

e) Processos comportamentais

Também secundários, os processos comportamentais encontram-se entre os processos materiais e mentais, representando comportamentos físicos (dormir, sorrir, chorar etc.) ou psicológicos (sonhar, observar, preocupar etc.) tipicamente relacionados aos modos de agir e comportar dos seres humanos. O participante característico do processo comportamental é o comportante, que é tipicamente um ser consciente (Fuzer & Cabral, 2014; Halliday & Matthiessen, 2004). A oração do Exemplo 6 retrata esse processo.

Exemplo 6: “Eu chorei a sexta-feira a tarde toda.”

Eu	chorei	a sexta-feira a tarde toda.
comportante	processo comportamental	circunstância temporal

f) Processos existenciais

“Na fronteira entre o ‘relacional’ e o ‘material’, estão os processos relacionados com a existência, o existencial, pelos quais fenômenos de todos os tipos são simplesmente reconhecidos como ‘ser’ – existir ou acontecer.” (Halliday & Matthiessen, 2004, p. 171). Esses processos representam algo que existe ou acontece. Seu único participante é chamado de “existente” e pode ser representado por algum tipo de fenômeno “como uma ‘coisa’: pessoa, objeto, instituição, abstração; mas também como qualquer ação ou evento” (Halliday & Matthiessen, 2004, p. 258). O Exemplo 7 clarifica esse processo.

Exemplo 7: “Houve momentos muito difíceis da minha vida (...)”

Houve	momentos muito difíceis na minha (...)
Processo existencial	Existente

Traçados os elementos descritivos da categoria transitividade, a próxima seção discorre sobre uma segunda categoria do significado representacional utilizada para ADC da tese, a interdiscursividade.

3.6.1.2 Interdiscursividade

Para Fairclough (2003), a interdiscursividade é constituída pela articulação de diferentes vozes com diferentes discursos. Ele é uma heterogeneidade discursiva, ocorrendo através da materialidade dos textos. A categoria interdiscursividade pode ser considerada a mais profícua para análise no âmbito do significado representacional, isso porque, as conexões interdiscursivas dizem respeito aos modos pelos quais um determinado aspecto do mundo pode ser representado. Dessa forma, a interdiscursividade volta-se para “os discursos articulados ou não nos textos, bem como [para] as maneiras como são articulados e mesclados com outros discursos” (Ramalho & Resende, 2011, p. 142).

Chouliaraki e Fairclough (1999) notam que a análise da interdiscursividade se volta para análise da mistura de gêneros, discursos e estilos nos quais o texto se baseia e para o modo como diferentes gêneros, discursos ou estilos são articulados juntos no texto. Para os autores, a interdiscursividade permeia a análise linguística de um texto e as diferentes formas de análise social de eventos e práticas sociais.

No contexto do estudo realizado, a ocorrência da interdiscursividade deu-se significativamente nas ordens dos discursos médicos e nas relações como os atores sociais vinculados às famílias dos participantes.

3.6.1.3 Representação dos atores sociais

A representação de atores sociais, originária dos estudos sociosemânticos e da relevância sociológica e crítica dada por Van Leeuwen (1997) aos aspectos linguísticos formais dos textos, partiu da identificação das inclusões ou exclusões dos atores sociais nos discursos dos policiais da PMDF. Essas representações contribuem para a identificação de ideologias investidas nas práticas sociais por meio dos discursos elaborados. As maneiras como os atores sociais são apresentados nos discursos revelam o modo como eles se envolvem no processo de

adoecimento mental dos sujeitos. O estudo dessa categoria auxilia tanto na identificação das ideologias percebidas nos aspectos linguísticos formais dos textos como, também, no entendimento social da relevância de se incluir ou excluir atores e do modo como isso é feito.

Essa articulação de inclusão/exclusão oculta os interesses e propósitos próprios do autor do texto ou dos leitores. Por isso, essa categoria de análise é muito relevante quando se procura identificar ideologias investidas nas práticas sociais por meio de textos. Ela auxilia não só na identificação das ideologias nos aspectos linguísticos formais dos textos, mas também no entendimento social da relevância de se incluir ou excluir atores sociais e a partir de que jeito (Argenta, 2018). Van Leeuwen (2008) afirma que “representações incluem ou excluem atores sociais para se adequarem aos seus interesses e propósitos em relação aos leitores para os quais são direcionadas” (p. 28). Os subterfúgios do discurso fazem com que mesmo incluídos os atores sociais sejam representados, “são representados com algumas escolhas lexicais dentre uma série de categorias; essas escolhas revelam o ponto de vista pelo qual o participante será observado em determinado texto” (Rocha, 2015, p. 76).

A Figura 3 ilustra a rede do sistema de representação de atores sociais proposta por Van Leeuwen (1997, p. 219), no entanto, optou-se por descrever apenas os modos de representação dos atores sociais que se destacam no *corpus* de análise.

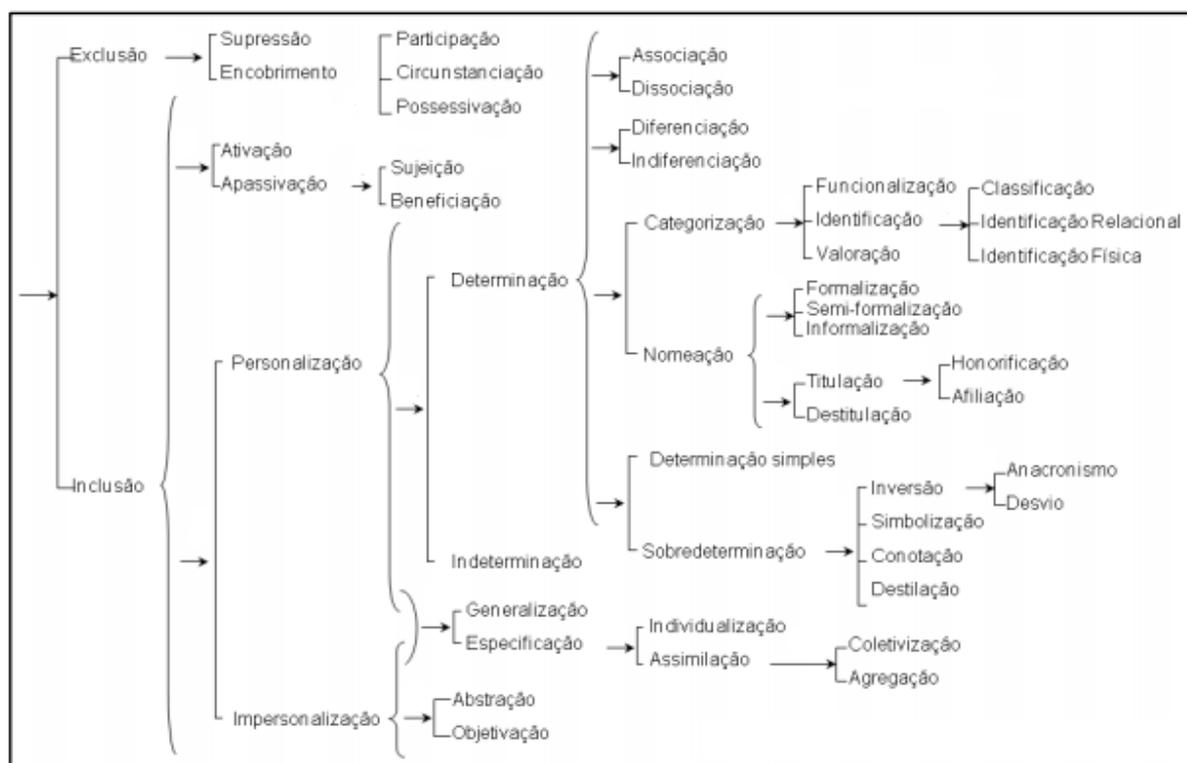


Figura 3. Rede de sistema da Representação de Atores Sociais
Fonte: Van Leeuwen (1997, p. 219).

Considerando que as representações de atores sociais que mais se evidenciaram nas análises foram os dois tipos de Exclusão, na Inclusão por identificação, a Inclusão por generalização e a Inclusão por Impersonalização – Abstração, o detalhamento de conceitos se ocupará apenas dessas categorias.

De acordo com Van Leeuwen (1997), o processo de exclusão pode ocorrer por supressão, a qual é uma forma de excluir sem deixar referência dos atores sociais em qualquer parte do texto ou pela colocação em segundo plano, em que o ator social pode ser recuperado, na maioria das vezes, por meio de inferências, por já ter sido, em momento anterior, citado no texto.

Em relação ao processo de inclusão, Van Leeuwen (1997) argumenta ser nesse processo que reside a grande força política da representação dos atores sociais, já que no discurso as representações e as relações desses atores sofrem uma distribuição que não reflete a prática social. A representação por inclusão pode ocorrer por ativação, passivação, participação, circunstancialização, personalização e impersonalização dos atores sociais no texto.

Na categoria de inclusão por ativação, os atores sociais são representados como força ativa numa ação. Já na categoria de inclusão por passivação, os atores sociais submetem às ações, quando não se revelam afetados por ela (Van Leeuwen (1997)).

Na representação por personalização, os atores podem aparecer por meio de indeterminações, determinações, generalizações ou especificações. Na indeterminação, a representação de atores sociais será incluída como grupos ou indivíduos gerais, não específicos ou “anônimos” (Van Leeuwen, 2008, p. 39). Já na determinação, é possível identificar a especificação das identidades dos atores representados, que pode acontecer por meio da categorização, nomeação, determinação única ou sobredeterminação.

A categorização representa os atores sociais com base nas funções que desempenham, nas funções que ocupam na sociedade ou nas relações interpessoais, representando-os conforme as identidades socialmente compartilhadas. Já a nomeação os representa com base na sua individualidade, utilizando-se dos substantivos próprios.

Salienta-se, ainda, que a categorização pode acontecer por meio de identificações (atores ou grupos são representados por meio de uma referência às posições que ocupam no contexto em que estão inseridos), avaliações (em referência a juízos feitos acerca de um ator ou grupo social) e funcionalizações (relaciona-se à representação sociais do ator em termos de uma ocupação ou função).

A impersonalização pode representar os atores por meio da abstração, que desloca o foco da pessoa para características abstratas atribuídas a ela, ou por meio da objetivação, que

se refere a determinado ator social fazendo referências a aspectos intimamente relacionadas a ele ou à ação em que é envolvido.

Na generalização os atores sociais são representados como membros de classes maiores, em que a ênfase se direciona para determinar as classes, e não os participantes. Já na especificação, os atores são descritos objetivamente, materializando-se mediante marcas gramaticais quantificadoras. A especificação pode acontecer em forma de individualizações (quando os atores sociais são mencionados como indivíduos, por meio de singularizações) ou de assimilações (quando os atores se posicionam em grupos de pessoas, por meio de pluralizações). As assimilações podem ocorrer por meio da agregação ou da coletivização.

3.6.1.4 Escolha lexical ou Vocabulário

No contexto do significado representacional, a categoria vocabulário é apresentada por Fairclough (2003) como a de maior relevância, “pois uma forma proeminente de marcar o modo de representação de aspectos particulares do mundo é aquela relacionada aos modos de lexicalização das entidades que o constituem” (p. 130).

Fairclough (2003) pontua a representatividade da categoria vocabulário como recurso para explicar o significado representacional, por considerar que os significados das palavras são “facetadas de processos sociais e culturais mais amplos” (p. 130), já que as relações estruturais entre os sentidos de uma palavra podem ser formas de hegemonia. Esses significados são tanto construídos como contestados socialmente (Souza & Silva, 2013).

De acordo com Fairclough (2003), os discursos são caracterizados e diferenciados não só pelo vocabulário e pelas relações semânticas e pressuposições, mas também pelos traços gramaticais. Eles diferem em como os elementos dos eventos sociais (processos, pessoas, objetos, meios, tempo, espaço etc.) são representados e tais diferenças podem ser gramaticais e lexicais (vocabulário). O mais evidente dos traços distintivos de um discurso é o vocabulário, pois os discursos “lexicalizam” o mundo de maneiras diferentes.

3.6.2 Significado Identificacional

Para análise do Significado Identificacional, foram selecionadas as categorias: avaliação, metáfora e modalidade, explicadas nas próximas subseções.

3.6.2.1 Avaliação

A categoria avaliação inclui apreciações ou perspectivas do locutor, mais ou menos explícitas, sobre aspectos do mundo, sobre o que considera bom ou ruim, desejável ou indesejável (Fairclough, 2003).

Na análise textual dos discursos dos policiais militares que retornaram ao trabalho após transtorno mental, levou-se em conta: a) as declarações avaliativas, expressas no juízo de valor e que podem ser um atributo, um verbo, um advérbio ou um sinal de exclamação; b) as afirmações com verbos de processo mental afetivo, que colocam em evidência o sentimento do locutor em relação à determinada circunstância, aparecendo em estruturas como “eu gosto”, “eu odeio”, “eu detesto”; e c) as presunções valorativas, referentes aos aspectos pontuados no discurso, mas que não são explícitos ou transparentes para avaliação, eles se encontram subentendidos nos textos, requerendo do pesquisador a habilidade de identificar o que está presumido nas falas (Fairclough, 2003).

3.6.2.2 Modalidade

A análise da categoria modalidade refere-se ao modo “como as pessoas se envolvem quando fazem declarações, perguntas, ofertas ou procuras” (Fairclough, 2003, p. 165), uma vez que cada uma dessas situações pode apresentar diferentes formas de comprometimento, envolvimento e responsabilidade do falante com aquilo que ele fala. Dessa forma, essa categoria analítica permite a identificação tanto do comprometimento do sujeito, quanto do grau desse comprometimento.

A importância da análise da modalidade no significado identificacional refere-se ao fato de que “aquilo com que uma pessoa se envolve é parte significativa do que ela é – logo, as escolhas das modalidades nos textos podem ser vistas como parte do processo de estruturação da própria identidade” (Fairclough, 2003, p. 166). Salles e Dellagnelo (2019), em estudo sobre a análise crítica do discurso como alternativa teórico-metodológica para os Estudos Organizacionais, mencionam que, por meio da análise da modalidade, é possível identificar o engajamento do enunciatário com aquilo que ele afirma.

Fairclough (2003) menciona dois tipos de modalidade: Epistêmica, referente ao

comprometimento do ator com a verdade nas trocas de informações, podendo ocorrer por meio de declarações e perguntas; e Deontica, relacionada ao intercâmbio de atividades e usada para designar necessidades ou obrigações (isso é, isso deve, será, pode ser, não é etc.), ocorrendo a partir de demanda ou oferta. “Ela incita a ação e, portanto, pode ser pensada como um recurso de linguagem que aponta o comprometimento de um participante na realização de uma ação no mundo” (Salles & Dellagnelo, 2019, p. 423).

A modalidade pode ainda ser subjetiva, quando marcada pela presença do sujeito na frase (eu/nós) e verbalizada em expressões do tipo “eu acho, eu penso, eu suspeito”; ou objetiva, quando o ator não se coloca diretamente no texto, não se comprometendo diretamente com aquilo que fala e, para isso, faz uso de expressões como “quem sabe”, “pode ser” ou “provavelmente”. Por fim, Fairclough (2003) argumenta que “os marcadores arquetípicos da modalidade são ‘verbos modais’ (poder, querer, dever, seria, deveria etc.), embora haja, de fato, muitas outras maneiras em que a modalidade é marcada” (p. 169). A recorrência de verbalizações dessa natureza favoreceu a opção por essa categoria no processo de análise dos discursos. Identificar e interpretar as “pistas” que indicam o comprometimento do falante com aquilo que diz e de que forma é dito, especialmente em textos investidos de ideologia, “pode auxiliar no desvelamento de discursos ideológicos, e fomentar a luta hegemônica” (Argenta, 2018, p. 66).

3.6.2.3 *Metáfora*

A análise do significado identificacional em textos por meio das metáforas, visto como uma forma de explicar uma coisa em função de outra (Fairclough, 2003), implica reconhecer a maneira particular de o sujeito expressar aspectos do mundo que o identificam. De acordo com Fairclough (2001b, p. 241), “as metáforas não são apenas adornos estilísticos superficiais do discurso”, mas representações utilizadas para explicar o modo de pensar e de agir dos sujeitos, bem como seus sistemas de conhecimento e crença. Como afirmam Resende e Ramalho (2006, p. 88), necessariamente, todos os tipos de metáforas realçam ou encobrem certos aspectos do que representam.

Para fins de organização das análises, apresentou-se como bastante importante a consideração de Resende (2008) de que, “em alguns casos, os textos mostram-se mais claros, apontam categorias cuja exploração se vê útil, salta aos olhos. Em outros, aparecem instâncias de categorias diversas que, juntas, mostram-se mais eficazes que a exploração sistemática de

uma ou duas” (p. 141).

3.7 O Centro de Promoção da Qualidade de Vida (CPQV): unidade de observação

O Centro de Promoção da Qualidade de Vida da Polícia Militar do Distrito Federal é o nome dado para o antigo Centro de Assistência Social (CASo), nome que ainda é reconhecido por muitos policiais que participaram da pesquisa.

As atividades desenvolvidas pelo CASo estiveram, desde o ano de 1977, subordinadas à Diretoria de Assistência ao Pessoal, então responsável por “prestar assistência, no campo das atividades médica, psicológica, social e religiosa, ao pessoal da Corporação e seus dependentes legais, por meio de sistema de serviços, benefícios, programas e projetos que fortaleçam e propiciem a execução de ações de segurança e bem-estar social” (GDF, 2010).

Em março de 2002, o Decreto 22.827 (GDF, 2002) transferiu a responsabilidade pelas atividades de apoio psicológico e assistência social para a Diretoria de Saúde da Polícia Militar do Distrito Federal. Esse decreto prevê a estrutura organizacional do CASo e concede a ele o *status* de unidade, com autonomia administrativa própria e com distribuição de efetivo sob a responsabilidade do Comandante-Geral.

Entre as competências atribuídas à unidade, verificam-se: a) estabelecer programas de trabalho em conformidade com a política da corporação e as necessidades constatadas; b) promover e avaliar atividades assistenciais e de serviço social da corporação; c) realizar pesquisas para melhorar o desenvolvimento das atividades de bem-estar social da PMDF; d) fornecer à Diretoria de Saúde elementos para elaboração da política de bem-estar social da corporação; e) desenvolver trabalho psicossocial de ações imediatas, preventivas e inclusivas, destinadas à policiais militares e familiares, buscando atender às necessidades afetivo-emocionais e psicológicas com abordagem de cunho terapêutico holístico e socioeducativo; f) propor à Diretoria de Saúde todas as medidas atinentes ao bom andamento do serviço, visando aprimorar o atendimento no campo específico de sua atuação; g) orientar o atendimento das necessidades básicas do pessoal e seus dependentes, relacionadas aos aspectos morais, sociais, econômicos, culturais e religiosos; h) prestar serviços sociais ao pessoal da Corporação e seus dependentes; i) cooperar com o Estado-Maior na programação de ações de caráter cívico-social; apresentar à Diretoria de Saúde relatórios analíticos das atividades desenvolvidas, qualitativa e quantitativamente; e, j) cumprir outras missões determinadas pelo Comandante-Geral da

PMDF.

Em outubro de 2018, o Decreto nº 39.395 (GDF, 2018), que altera o Decreto nº 37.321, de 06 de maio de 2016, modifica o nome do CASo para CPQV. Entre as justificativas para a alteração do nome, conforme resultados da pesquisa empírica (não exclusivamente a documental), inclui-se a necessidade de dirimir o estigma que a unidade recebera na instituição. Por um longo tempo, o espaço foi designado como o lugar para onde eram enviados os policiais que apresentavam algum desvio de comportamento, que pudesse difamar sua imagem e a imagem da PMDF. Por não ser esse o objetivo principal da pesquisa, dispensamos outras discussões dessa natureza neste trabalho.

A legislação em vigência até o momento designa ao CPQV a competência de “executar todas as atividades relativas à assistência médica, psiquiátrica, psicológica e social não executadas pela Diretoria de Assistência Médica” da PMDF. Seus titulares são nomeados entre profissionais da instituição, incluindo os Tenentes-Coronéis da ativa do Quadro de Oficiais Policiais Militares de Saúde Médico (GDF, 2018).

Sem identificar as razões, até o ano de 2015, os relatórios de gestão da PMDF não faziam qualquer referência aos serviços e às atividades de assistência social e psicológica prestados pela PMDF aos policiais e seus familiares. De 2015 até 2018, a questão é tratada apenas em função da regularização e da descrição das atividades do CASo, sem identificar a ocorrência dos trabalhos prestados ou o quantitativo de serviços da unidade. Em 2018, o relatório apresenta a estrutura organizacional da Diretoria de Saúde da Polícia Militar, incluindo o CASo, como se observa na Figura 4.

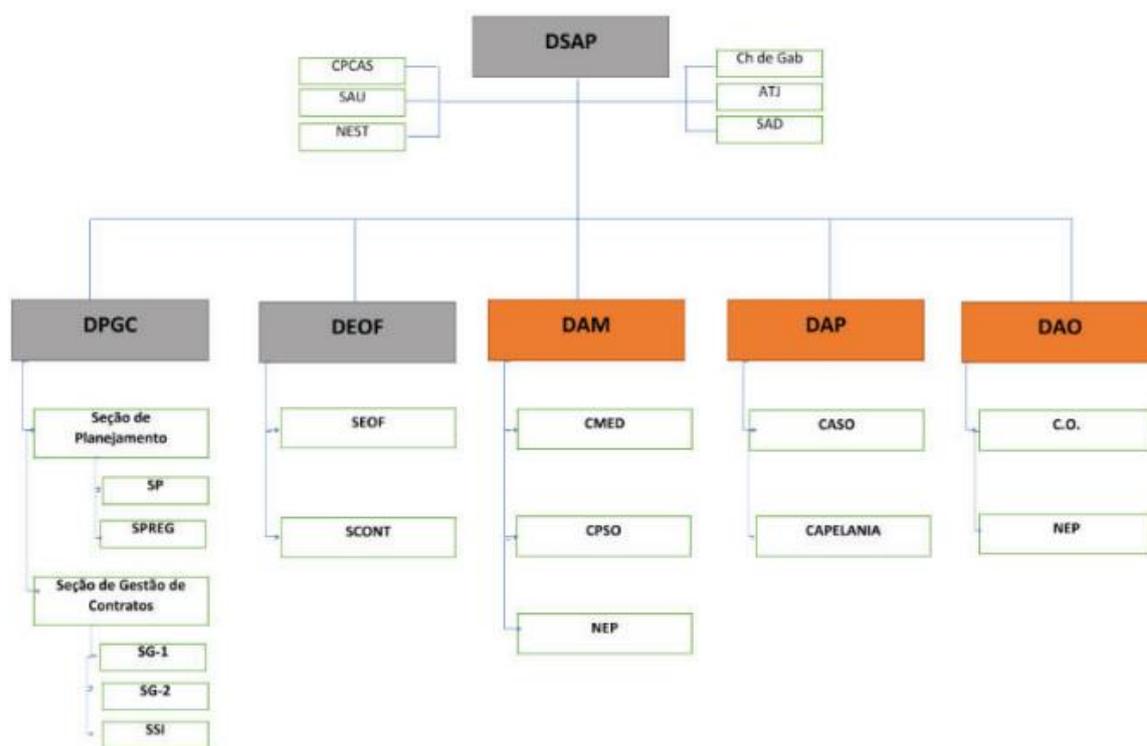


Figura 4. Organograma do Diretoria de Saúde da Polícia Militar do DF

Fonte: Relatório de Gestão 2018 (PMDF, 2018).

Discursivamente, a ausência dessas informações nos relatórios de gestão evidencia uma subestimação da temática no contexto da PMDF. Interessante observar que é, a partir do aumento do número de afastamentos por transtornos mentais, como estresse, depressão, crises de pânico, suicídios e outros problemas associados à saúde mental, que a temática passa a ocupar as páginas dos feitos institucionais.

O Relatório de Gestão 2019 (PMDF, 2019) menciona que, nesse ano, o CPQV oferecia serviços de hospital-dia, ambulatório de psiquiatria, avaliações solicitadas pelo Centro de Perícias e Saúde Ocupacional (CPSO), pela justiça, pelo 19º Batalhão de Polícia Militar, atendimentos psicológicos, atendimentos sociais, visitas hospitalares, apoio a funerais e encaminhamentos para a rede credenciada (psicoterapia, ambulatório de psiquiatria, hospital-dia e internações). Entre as atividades assistenciais realizadas, o Relatório inclui: programa de educação continuada, em que foram oferecidas palestras sobre temas ligados à valorização da vida para a comunidade Policial Militar; visitas realizadas pelas equipes da Seção de Bem-Estar Social (SBES) em hospitais, residências e unidades prisionais periodicamente; encaminhamento e manutenção de acompanhamento em clínicas de emergência psiquiátrica credenciadas; e triagem no CPQV para encaminhamentos para psiquiatria e/ou psicoterapia.

Os indicadores descritos no Figura 5, do Relatório de Gestão 2019 (PMDF, 2019), englobam todos os serviços realizados pelo CPQV, inclusive triagens para encaminhamentos, que acabam funcionando como indicadores de produtividade do setor. Embora o número elevado, é possível a existência de subnotificação, visto que muitos dos policiais rejeitam acompanhamento ou auxílio psicológico vindo da corporação por considerarem que essas atividades são “braços” da instituição e sistemas complementares de vigilância e controle.

ASSUNTO	INFORMAÇÕES	2019
ATIVIDADES ASSISTENCIAIS RELACIONADAS À SAÚDE DO EFETIVO	Visitas Domiciliar/Hospitalar/Presídio e outras	316
	Atendimentos Psiquiátricos	842
	Atendimento Psicológico	10.442
	Atendimentos/Assistência Social	1.228
	Palestras realizadas	03

Figura 5. Quantitativo de atividades relacionadas à saúde do efetivo
Fonte: Relatório de Gestão 2019 (PMDF, 2019).

A unidade presta atendimento em saúde mental para a corporação da PMDF e, no momento da pesquisa, funcionava das 8h às 19h, da segunda à sexta-feira, sendo uma turma pela manhã e outra à tarde. Durante as atividades de pesquisa, o número de participantes da turma da manhã variou entre 5 e 10 e, da turma da tarde, entre 12 e 15.

Subordinado ao DSAP, o objetivo do CPQV fundamenta-se na promoção do bem-estar biopsicossocial dos policiais integrantes da corporação. A equipe de técnica de trabalho é multidisciplinar, contando com um psiquiatra, sete psicólogas, duas assistentes sociais, dois profissionais de educação física e uma pedagoga, além de profissionais administrativos e de apoio, que dão suporte ao setor. O acesso aos serviços pode ser realizado de forma espontânea ou via encaminhamento pelos batalhões ou seus respectivos comandantes.

O CPQV é responsável por dois programas específicos de tratamento, quais sejam: o Programa de Resgate à Autoestima e Valorização da Vida (Praev) e o Programa de Recuperação e Apoio ao Dependente Químico (Pradeq). Ao ingressar no Centro, o policial assina um contrato de expectativa, que estabelece as normas que regulamentam o tratamento oferecido pelo CPQV, assumindo necessidade de acompanhamento psicossocial ou de dependência de substâncias psicoativas. O Praev tem como objetivo proporcionar um espaço terapêutico de reflexão, que vise trabalhar questões relacionadas a conflitos emocionais que acometem os PMs, corroborando para o resgate da autoestima e a valorização da vida. Já o Pradeq visa o tratamento de pacientes que apresentam condutas comprometidas pelo uso de substâncias químicas,

possibilitando o retorno ao convívio social e o desempenho profissional produtivo. Embora a distinção dos programas, os policiais assistidos participam de atividades comuns, com exceção de uma Reunião de Alcoólicos Anônimos, realizada às quartas-feiras apenas para os dependentes químicos.

Entre as atividades de trabalho, destacam-se psicoterapia individual, terapia em grupo, laborterapia, dinâmicas em grupo, oficinas de cerâmica, oficinas de música, educação física, atividades espirituais católica e evangélica, abordagem social, acompanhamento psiquiátrico e clínico e atividades complementares, como filmes comentados, passeios e eventos sociais fora da sede e festas em datas comemorativas (dia das mães, festa junina, dia dos namorados, natal etc.) e aniversárias dos policiais assistidos. As atividades eram programadas semanalmente pelo chefe da seção de saúde mental do CPQV; e as responsabilidades, distribuídas entre os membros da equipe técnica. Subordinada a essa programação, a equipe realizava uma programação diária, que contava com a participação de cada um dos assistidos para as atividades de acolhimento/recepção (Bom dia, para turma da manhã, e Boa tarde, para a turma da tarde) e lanche.

As atividades de acolhimento eram rotativas entre os policiais assistidos. A cada dia um deles era responsável pela programação da primeira hora de atividade no grupo. Em sua maioria, eram realizadas reflexões de textos bíblicos, músicas e/ou poemas. A cada semana, um dia dessa atividade era, necessariamente, de responsabilidade da Capelania Evangélica da PMDF.

A relação espiritualidade e saúde mental pareceu ser algo muito correlacionado na instituição, embora nem todos os assistidos tivessem interesse em participar. Entre os policiais assistidos, havia uma grande diversidade de cultos e crenças religiosas, mas a disciplina e o contrato de assistência firmado impediam-nos de se afastarem dessa atividade. Todos os assistidos eram obrigados a participar das atividades da capelania, envolta a uma leitura bíblica, seguida de uma reflexão e hinos religiosos evangélicos.

A associação saúde mental e espiritualidade é muito presente na instituição, o que leva a capelania, especialmente a evangélica, a desenvolver diversas atividades junto ao CPQV. O período de observação e as conversas informais permitiram a identificação de opiniões bastante divergentes em relação a essa prática. Parte dos policiais rejeitam as atividades espirituais das capelanias, considerando-as como uma imposição religiosa. Por ser uma prática obrigatória, os assistidos tentam se afastar dessas intervenções por meio de atividades que possam ter suas faltas legalmente justificadas, como a marcação de exames ou consultas médicas e odontológicas exatamente nos horários previstos para a capelania.

Salienta-se que, durante as atividades de campo, foi possível observar grande dificuldade para manutenção das atividades do CPQV, dada a escassez de recursos e de pessoal, sendo que, muitas vezes, os próprios assistidos, ou mesmo os profissionais especialistas, tinham que disponibilizar recursos para a realização das atividades. Essas dificuldades também são percebidas em relação aos atendimentos clínicos, pois apenas um médico psiquiatra era responsável por todo o contingente de policiais ativos, inativos e dependentes da PMDF.

3.8 Descrição dos protagonistas da pesquisa

Para manter o sigilo das informações e proteger o anonimato, os nomes dos participantes foram substituídos por pseudônimos referentes a nomes de pedras preciosas ou de clássicos soldados romanos. A seleção dos nomes joga metaforicamente com as identidades dos participantes. Como pedras preciosas, aparentemente parecem brutos, mas no fundo têm suas essências exclusivas. Como soldados romanos, aparecem nas histórias das batalhas travadas, são admirados pelos atos heroicos praticados, mas ignorados nas suas individualidades.

Os dados dos policiais são relativos à data das suas devidas entrevistas, realizadas no período de julho a agosto de 2019.

PoliciaI Jade

Jade é uma policial militar do sexo feminino, com 47 anos de idade, sendo 20 deles dedicados ao serviço militar. Ela tem formação superior em universidade pública e atualmente é subtenente na PMDF. Jade é divorciada e tem 2 filhas, apresentando grande gratidão à mãe pelo apoio sempre prestado na criação delas. “Minha mãe sempre me ajudou nessa questão de horário... Às vezes, tinha um trabalho à noite e eu deixava a minha filha lá com// e aconteceu que ela foi se estressando também, eu vi que ela estava se alterando com essa questão de não ter horário. Quase todo dia eu estava lá ou à tarde ou à noite, em um horário que era fora do horário de estudo da minha filha: ‘vou ter que deixar porque//’”.

Jade foi professora efetiva em uma instituição pública federal do DF, mas, pela oportunidade, optou por fazer concurso para a Banda de Música da PMDF, pois o seu sonho era tocar em orquestra. No discurso de Jade, ela apresenta que sua “maneira de ver as coisas é mais alternativa, até a forma de me vestir”, mas o militarismo acabou podando muito isso dela, o que viria a, posteriormente, gerar um grande conflito interno. Para diminuir esse conflito

identitário e o caráter muito masculinizado, como dito por Jade, ela procura formas para vivenciar essa personalidade mais alternativa. Quando ingressou na PMDF, ela começou a fazer aulas de dança do ventre. Atualmente, além da música, ela faz aulas de dança e capoeira. A policial afirma que a dança ajudou a elevar sua autoestima, “tanto é que, às vezes, eu paro de dançar e fico triste de novo, começo a ficar meio que entrando em depressão, sei lá, começo a ficar triste e a dança me levanta”.

Jade explica que o seu afastamento se deu em função da rigidez do trabalho militar. Ela alega que a troca de comando no ano de 2019 “foi a gota d’água” para o seu adoecimento. A falta de compreensão e coesão dos superiores hierárquicos em relação às decisões levou-na a passar muito mal e, na hora de desenvolver suas funções (tocar flauta), já não estava conseguindo por causa dos tremores que sentia.

Policial Esmeralda

Esmeralda também é policial militar do sexo feminino, solteira, sem filhos e tem 28 anos. Com curso superior e especialização concluída, a policial desempenha a função de soldado, tendo ingressado na polícia há 5 anos e 4 meses. Antes de ser policial, ela atuou na área de advocacia e administrativa. Proveniente de outro estado, Esmeralda veio para Brasília por ter sido aprovada no concurso da PMDF. Embora não se identifique com a profissão, manifestando até mesmo “aversão”, o fato de a remuneração ser bem maior do que muitos outros cargos públicos acaba favorecendo que ela se acomode no cargo e suporte as pressões do serviço militar.

A policial justifica seu afastamento devido à troca da sua chefia imediata. Ao assumir o posto, o novo chefe começou a exigir muito dela, tentou prejudicá-la e começou a persegui-la. Relatou uma missão que seria impossível de ser realizada no período exigido pelo superior como o estopim para seu afastamento. Em um momento de explosão, acabou discutindo com ele, o que poderia lhe causar uma prisão por desacato. No relato, a policial revela que a tensão do trabalho já estava lhe causando muitos danos. Não conseguia tomar banho direito, não conseguia pegar o metrô, não conseguia parar de chorar, “ficava em desespero, em pânico, uma coisa horrível”.

Policial Berilo

Berilo é um policial militar de 44 anos, casado, pai de 2 filhos, possui ensino médio completo e sargento com 16 anos na corporação. Antes, fez trabalho *free lance* como *motoboy*. Ingressou na carreira policial visando ao salário e à quantidade de vagas disponível no concurso.

O início da formação militar foi um choque de realidade, a imagem antes dita da polícia era outra. As palavras de ofensa foram um grande impacto durante o Curso de Formação de Praças (CFP), para ele era ruim ser xingado.

As frustrações de ocorrência no trabalho, como atendimento à Lei Maria da Penha e uma que o chocou de triplo homicídio, aliadas ao seu problema constante de alcoolismo, o levaram a se afastar do trabalho (“Uma vez ingerida uma pequena quantidade de álcool, eu me largo, eu só vivo para o álcool, álcool e álcool.”). Berilo esteve duas vezes no CPQV, a primeira foi com a intervenção de familiares e a segunda foi por vontade própria. A situação se agrava muito nos períodos de insônia, em que tem vontade de só beber ao não conseguir dormir.

A tensão, a angústia e a ausência de liberdade ocasionadas pelo trabalho policial são mecanismos de adoecimento segundo o entrevistado. Berilo considera que a falta de hospitalidade/conscientização/apoio por parte dos colegas de trabalho (cerca de 25%), quanto aos problemas que ocasionam o afastamento, é uma pedra no caminho, que traz vergonha e medo e o transforma em um profissional mais isolado. O tratamento no CPQV auxiliou no amadurecimento da profissão. Hoje atua na área administrativa.

Policial Jadson

Jadson é um policial militar do sexo masculino, tem 50 anos, casado, tem filhos e ocupa o cargo de Primeiro Sargento. Migrante do Rio Grande do Norte, ele veio para Brasília em busca de um cargo público. Por achar o concurso mais fácil devido ao quantitativo de vagas, optou pela carreira militar. Ingressou na polícia com 22 anos de idade. O policial relata o isolamento social em seus locais de lazer pelo fato de as pessoas saberem a profissão que ele tem. Os trâmites internos do trabalho policial e a burocracia das suas atividades são apontados como “combustível” para o *stress* e a angústia no dia a dia do trabalho policial. A dedicação e o prazer pelo trabalho, a necessidade constante de ajudar o próximo, fizeram-no se afastar da sua vida pessoal. Ele menciona que era “*full time*” no trabalho, não descansava, não fazia planos para as horas vagas, mesmo porque o policial tem que estar sempre à disposição. Ao procurar atendimento médico, foi diagnosticado com estresse e estágio inicial de depressão.

Para o policial, a instabilidade do dia a dia é fonte para o adoecimento no trabalho, ora muito tenso, ora calmo, ora um chamado de rua, sempre uma pressão. Lidar com as diversas situações de crimes na rua é chocante. A passagem pelo CPVQ melhorou a forma de encarar, de analisar, as coisas “Eu acho que eu estou me autoavaliando melhor, eu me conheci melhor”.

Policial Malaquias

Malaquias é policial do sexo masculino, 45 anos, solteiro, pai de 4 filhos e tem formação superior com pós-graduação. Ocupa o cargo de segundo sargento, tendo 24 anos de corporação, sendo esse o primeiro e único emprego da sua vida.

O policial relata que seu ingresso na PMDF não foi por vocação, mas se adaptou ao trabalho e ao regime policial. Ele considera que essa adaptação responde pelos 22 anos atuando na rua. A graduação em Direito contribuiu muito para a sua formação na polícia. O policial relata que a vida social muda muito depois que se entra para a policial, nada é como antes. O dia a dia é muito na defensiva. Malaquias considera que a população não reconhece de fato o peso da farda dos policiais, não os valoriza. Relata que a ausência de profissionais com formação adequada para a administração da corporação compromete o trabalho do policial. Para ele, profissionais de direito e administração deveriam estar na gestão da corporação.

O policial justifica seu afastamento após a mudança do local de trabalho da rua para o expediente em uma unidade de saúde. Para ele, foi frustrante absorver todos os problemas daquelas pessoas ali precisando de ajuda. Malaquias procurou ajuda com um psiquiatra particular que o receitou medicamentos para o controle do nervosismo e para dormir. Durante esse período, o policial relata a ausência de cooperação do chefe (comandante). Segundo ele, a forma como coordenam os trabalhos o fazia adoecer. O policial sempre retorna à fala o comandante, a forma de ele administrar, como fonte de adoecimento.

Policial Rutilo

Rutilo é do sexo masculino, tem 36 anos, solteiro e formado em educação física. Na PMDF, recebe a patente de cabo e tem 9 anos na corporação. Antes atuou como profissional de educação física e vendas em varejo. Na polícia, a maior parte do seu tempo de atuação foi na cavalaria. O prazer pelo “poder da imagem do policial” foi um dos fatores que o levaram a se interessar pela profissão. Oriundo de uma cidade satélite de Brasília, Rutilo explica que, na sua percepção, andar armado era sinônimo de ser superior. O discurso de Rutilo demonstra distanciamento da identidade policial, associando a atividade à ideia de apenas ser um trabalho como outro qualquer. Na sua fala, apresenta que “tem orgulho de ter um emprego e não de ser um policial”.

As crises de ansiedade foram o ponto crucial para que o policial enxergasse suas debilidades na corporação e procurasse auxílio psicológico. No primeiro momento, buscou auxílio fora da PMDF e, por indicação de outro policial, resolveu procurar o CPQV. Ele apresenta que a pressão para fazer as coisas, sem que haja alguém para ensinar, e o volume de

responsabilidades atribuídas contribuíram para o seu adoecimento mental. Rutilo foi diagnosticado com síndrome do pânico. Após passar pelo CPQV e retornar ao trabalho, o policial relata a subestimação e a discriminação veladas dos colegas, percebidas pela ironia das piadas e falas ofensivas.

Policial Atílio

Atílio é policial militar do sexo masculino, 47 anos, casado, tem 2 filhos e ensino médio completo. Com 27 anos de serviços na PMDF, o policial tem a patente de segundo sargento. Atuou por 10 anos no Batalhão Escolar, já foi do Batalhão de Operações Especiais (Bope) e atualmente está lotado no Batalhão de Policiamento de Choque (BPChoque). Segundo Atílio, o ingresso na polícia foi por necessidade de ter um emprego fixo e garantir a estabilidade. Justifica sua opção pelo fato de que, “nos anos 90, era difícil ter um bom emprego em Brasília”.

Atílio comenta que o trabalho na polícia “contribui, contribui demais” para o adoecimento da corporação, porque é “um serviço que estressa muito”. Menciona a falta de confiança nos colegas de trabalho como mais um agravante. O afastamento do policial deu-se em função do alcoolismo e do consumo de outras drogas, que foram agravados pela pressão do trabalho policial. Embora negue a frustração com a profissão, relata insatisfação em relação ao salário, à falta de reconhecimento e à qualidade de vida. As punições na polícia são vistas como recorrentes e como “uma coisa meio arcaica”.

No retorno ao trabalho, Atílio menciona que foi bem recebido, tanto pelos colegas de trabalho quanto pelos superiores. Contudo, não nega que se sentiu “um pouco de segunda”, porque não ficou totalmente à vontade. Nesse sentido, ele toma para si a culpa por não ter atendido às expectativas da polícia.

Policial Hermes

Hermes é do sexo masculino, casado, tem 1 filho, 48 anos de idade e ensino médio incompleto. Relata ser de origem humilde do interior da Bahia. Seu primeiro trabalho foi no âmbito familiar na agricultura. Mudou-se para Brasília com o sonho de ser policial. Sua vontade sempre foi ajudar o próximo. Assim, decidiu realizar esse sonho sendo policial. Trabalha há 28 anos na corporação e foi recentemente promovido a primeiro sargento. O policial relata que, entre os desafios que mais o incomodam, a situação das pessoas em vulnerabilidade social, para ele, é sempre muito difícil ver isso.

Um conjunto de fatores contribuiu para que o policial Hermes tivesse que procurar ajuda psiquiátrica, como a morte de uma filha, o encontro de uma recém-nascida no lixo durante uma

operação de patrulha e a morte de policial parceiro de longa data. Hermes relata que tudo isso o “derrubou bastante, psicologicamente”. Sua fala descreve, ainda, que teve vontade de procurar ajuda antes, porém, devido ao preconceito diante dos colegas da corporação, recolheu-se ao seu isolamento. Ao buscar ajuda, foi diagnosticado com ansiedade. Para ele, as redes sociais entre os colegas da corporação tornam o ambiente ainda mais hostil e pesado fora do horário de trabalho, o que o levou a se afastar até das redes sociais dos militares, porque, mesmo quando estava fora do serviço, vivia todas as ocorrências, por meio do grupo de mensagens da polícia.

Quanto ao retorno, Hermes menciona que, por se espelhar no passado, quando ele discriminava o colega que procurava o CPQV por algum transtorno mental, ele também ficou muito desconfiado. Sua preocupação era: “Será que vão me olhando demais? Será que vão me aceitar bem?”. No entanto, relata que o retorno foi tranquilo, sua equipe fez uma boa recepção e suas demandas de ajustamento foram bem acolhidas pelos seus superiores.

Policial Criso

O policial Criso tem 34 anos, casado, tem 2 filhos e formação superior. Está há 4 anos e meio na corporação, onde assume o cargo de soldado. Antes de entrar na PMDF, esse policial trabalhava como vigilante, uma profissão que já o aproximava da função de segurança. Criso relata que sempre teve “vontade de ser policial”, associando essa vontade à questão de que “ser policial, andar armado, você tem um *status* de autoridade”, dando a ele “a sensação de que eu era poderoso”. Na tessitura do discurso, o policial revela que acabou confundindo as coisas, porque o que sonhava com o ser polícia é bem diferente da realidade, e “o policial não tem autoridade nenhuma”. Por causa dessa vontade o policial relata ter investido nos estudos.

O policial relata que, antes de entrar para a polícia, já tinha problemas com álcool, mas o consumo de outras drogas ocorreu depois que entrou na polícia, por influência de outros colegas de tropa. Por várias vezes, Criso aciona a falta de bons tratos dos superiores com os subordinados e alega a necessidade de o policial ser tratado como ser humano pela corporação e não apenas como um policial, o que acaba por desmotivar muito o trabalho que executa.

Criso relata muita pressão no trabalho policial, o que acaba contribuindo para o agravamento da saúde mental dos seus membros, “Os oficiais pressionam bastante os praças, que são os inferiores”. Para ele, há muita burocracia antiga na polícia, especialmente nos sinais de autoridade, como manter em ordem o uniforme, o cabelo e a barba, que não evoluíram e acabam deixando frustrados os servidores. Relata a necessidade constante de registrar ocorrências, por uma questão de meta e “aí, quando você não pega, é porque você não gosta de trabalhar”.

O afastamento do trabalho deu-se em função das drogas e, quanto ao retorno, menciona: “a questão do preconceito por quem passa aqui [no CPQV], quem já teve problema é muito grande. Então foi bem constrangedor.”

Policial Júlio

O policial Júlio é casado, tem 48 anos de idade, 2 filhos e ensino médio completo. Está na PMDF há 26 anos e atualmente ocupa o cargo de primeiro sargento. Antes de entrar na polícia passou em três concursos no Distrito Federal, mas assumiu a vaga da polícia militar porque o resultado saiu primeiro. Seu percurso na PMDF conta com atuação no Presídio da Papuda e em batalhões das cidades satélites.

Para Júlio, o mais desgastante na polícia é o trabalho noturno, especialmente na temporada que ele passou em Postos Comunitários de Segurança (PCS). Nesse sentido, o policial relata que “a teoria [dessa estratégia] é linda, mas a prática, não tem efetivo”, as condições de trabalho eram muito ruins, “quando era frio, doía no osso aqui de tanto frio, quando era calor, ooou era aquele calor de rachar mesmo”, e tudo isso desgastava muito.

O ingresso de Júlio no CPQV foi compulsório, em função do que ele denomina “uma fase bruta do alcoolismo”. Para ele, as escalas de trabalho de 24x72 horas contribuem para o policial ficar ocioso, e, nesse ócio, “você vai se aprofundando no problema, sem você perceber”. Junto a isso, menciona as situações de rua, que irritam e favorecem o estresse, combinação ideal para encontrar no álcool um mecanismo de defesa.

Ao retornar ao trabalho, Júlio assumiu uma atividade administrativa, mais burocrática. Isso o ajudou a manter “a mente mais ocupada” e se “manter limpo durante um bom tempo”, porque trabalhar o dia todo o ajudava a sair do ócio. Relata que algumas pessoas falam que sofrem discriminação ao voltar, mas, na sua unidade, não foi assim. Comenta apenas alguns momentos de “fofocas”, que são naturalizados porque são comuns a todo trabalho.

Policial Olívio

Olívio tem 48 anos de idade, é casado, pai de 2 filhos e tem formação superior. Há 23 anos é policial militar e atualmente ocupa a posição de segundo sargento. Entrou na corporação motivado pelo retorno financeiro e pela garantia de estabilidade. A maior parte da sua atuação foi no Batalhão Escolar, onde permaneceu por 17 anos. Essa alocação acabou influenciando na forma como ele criou seus filhos, “a gente quer que os filhos façam tudo certinho”. Olívio descreve que tratar com adolescentes nas escolas sempre o levava a associá-los aos seus filhos,

considerando que poderia ser um deles a estar indo para o caminho das drogas ou do álcool, e isso causava desconforto.

Em relação ao adoecimento mental advindo do trabalho policial, Olívio descreve alguns fatores internos e externos identificados como muito desgastantes. Internamente, comenta o excesso de cobrança por parte dos comandantes, a falta de reconhecimento pelo trabalho realizado, as punições por coisas banais e a legislação militar a que são submetidos. Do lado de fora, pontua as atividades operacionais, “o lado da rua”, que demanda um contínuo estado de alerta; uma sobrecarga de adrenalina, ao tratar com “bandidos” e “pessoas correndo perigo”, tudo gerando um elevado grau de tensão.

O afastamento de Olívio foi justificado pela instabilidade emocional, notificado por contínuas crises nervosas e episódios de choro. Com o agravamento das crises e com o apoio da família, decidiu procurar um médico, que o diagnosticou com depressão e o encaminhou para um psiquiatra. A partir daí, procurou apoio psiquiátrico, em que relata ter sido diagnosticado com ansiedade e depressão. Assim, iniciou o tratamento, recebendo acompanhamento psiquiátrico, medicação e apoio psicológico.

O retorno ao trabalho é narrado como positivo por parte dos colegas praças, que demonstraram empatia e solidariedade às dificuldades sofridas pelo policial. Quanto aos oficiais, “geralmente essa relação é um pouco mais fria, né!”, porque eles não estabelecem contato, agem de um “jeito sério e tal”.

Policial Safira

Safira é uma policial do sexo feminino, solteira, 34 anos, com formação superior e pós-graduação. Está na PMDF há 5 anos com patente de soldado. Antes do seu ingresso na polícia, era professora em escola militar, o que a aproximou do militarismo. Seu objetivo sempre foi a carreira da Polícia Rodoviária Federal, mas, por ter sido aprovada no concurso para PMDF, optou pelo ingresso.

Safira justifica sua ida para o CPQV devido ao estresse gerado pelos frequentes episódios de assédio moral, oriundos de colegas e superiores na corporação. A policial relata que já vinha sendo medicada por um psiquiatra, mas resolveu procurar voluntariamente o CPQV quando já estava tendo crises de ansiedade, ficando muito tempo sem dormir e se sentindo muito mal. Seu relato apresenta uma contínua perseguição dos superiores, marcada por ironias, deboches, menosprezo e discriminação pelo simples fato de ser mulher.

O retorno ao trabalho é marcado por desprezo pelos superiores, numa tentativa de mantê-la no setor do qual ela havia saído por causa dos assédios. Depois de se manter no setor

de origem por duas semanas, relata ter conseguido a transferência porque a autorização veio de um órgão muito superior, o que obrigou a sua alocação em um setor em que melhor se adaptaria.

Policia! Alexandrino

O policial Alexandrino tem 47 anos de idade, casado, ensino superior completo, está há 26 anos na corporação e atualmente está exercendo suas atividades como segundo sargento. Antes de entrar na PMDF, trabalhou como *office-boy* e auxiliar de escritório. Seu interesse pelo militarismo se deu por influência do irmão, que é policial civil. Assim, afirmou ter optado por ser militar muito mais por uma questão de oportunidade do que vocação.

As perturbações de sono, as variações de humor, os distúrbios alimentares e o estresse, associados à apatia e à falta de estímulo ao trabalho, foram apontados como motivadores para que Alexandrino buscasse auxílio psicológico. Seu ingresso no CPQV foi realizado de forma voluntária, embora já houvesse pedido encaminhamento para o seu superior, que apenas fez promessas de que mudaria suas atividades. Alguns trechos da sua fala relatam que o excesso de escalas, as burocracias do trabalho e o excesso de fiscalização da corporação foram mecanismo que impulsionaram e seu desagravo mental.

Policia! Theodotus

Theodotus tem 42 anos, é casado, pai de 2 filhos e 1 enteado, possui ensino médio completo e ocupa o cargo de segundo sargento. Está há 22 anos na PMDF, onde começou a atuar depois de um período de atuação em comércio e serviço de segurança. Sua escolha pelo militarismo está associada à oportunidade de entrar no serviço público, não fazendo qualquer relação com “aquela coisa de entrar para fazer justiça, fazer isso fazer aquilo. Não tem aquela coisa específica, eu olhei abrir o concurso, vi a oportunidade, me interessei”.

Seu afastamento é justificado pelo consumo cruzado de álcool e cocaína. Seu relato menciona já ter passado por outras clínicas de tratamento de dependência química. Theodotus tenta não fazer associação entre sua dependência e o trabalho militar, contudo descreve que o estresse e a tensão podem contribuir para isso.

Quanto ao retorno, o policial relata ter voltado para o mesmo setor, contudo em uma nova escala, ocupando o turno diurno. Só depois de um tempo, não declarado, é que ele foi designado para outra função. O que mais o incomodou foi a tristeza que sentia e a preocupação em “saber se tinha vazado”, enquanto estava afastado, as “paranoias” que motivaram seu adoecimento. A naturalização dos apelidos recebidos pelos colegas de trabalho após o retorno

é marcante na fala, como se fosse algo que nem tivesse existido “não, não, não teve apelido, algum ou outro ‘pé-de-cana’ você foi pra lá [CPQV]”.

Policia! Ametista

Com 44 anos de idade e 17 de militarismo, Ametista é uma policial do sexo feminino terceiro-sargento. Ela é casada, pós-graduada e tem 2 filhos. Antes de entrar na polícia, ela trabalhou em atendimento ao público e outras áreas administrativas. O ingresso no militarismo foi motivado pela necessidade de passar em um concurso público e obter estabilidade. A identidade com a polícia foi se construindo ao longo da formação e do tempo de dedicação ao trabalho policial.

No caso de Ametista, seu afastamento do trabalho se deu em função do estresse. Ela relata que, antes de se afastar, estava muito agressiva, irritada, e isso atrapalhava o seu dia a dia no trabalho. Para a policial os problemas de saúde mental na polícia vêm depois de um tempo na instituição. Para ela, com a idade, o militar vai ficando adoecido, parece que vai diminuindo a sua energia e começa “realmente a sentir o peso disso tudo aí na sua vida, esse desgaste”. Seu afastamento foi realizado via encaminhamento clínico, feito pelo seu comandante superior, ou seja, não foi por vontade da policial, que resistia em aceitar que estava com algum problema de natureza psicológica.

O retorno da policial não foi para a mesma seção, embora tenha sido para o mesmo local. Ela comenta que, ao retornar ao trabalho, existe uma tensão, um medo de “voltarem os sintomas que existiam antes”, e a preocupação em saber como agir, como manter a calma e como liberar o estresse. O fato de voltar para trabalhar em atendimento ao público apresenta-se como um incômodo, porque as pessoas “não gostam da polícia”.

Policia! Espartacus

Espartacus é soldado da PMDF, casado, tem 34 anos de idade, tem 2 filhos e com formação superior. O policial está há 5 anos no militarismo e declara que se tornou policial pela possibilidade de poder ajudar e servir de alguma forma as pessoas. Ele menciona a dificuldade de, no início, entender que, apesar de ter uma missão, nem sempre a forma de resolvê-la pode ser a mesma, embora afirme que “a gente é doutrinado a sempre fazer daquela forma, da mesma forma, no rigor, na força, na energia e às vezes nem tudo é assim”. Para o policial, se não souber diferenciar como agir em cada situação, o policial “pode ter problemas”.

O envolvimento em um acidente de trânsito com um óbito levou o policial a se sentir injustiçado e perturbado, levando-o a considerar “o nível de insanidade que a gente acaba chegando quando perde o controle das próprias emoções”. Esse episódio, aliado a outras questões do cotidiano da polícia, como prender uma pessoa e amanhã ela já ser liberada, causou indignação e o fazia perder o controle. Para o policial, seu afastamento foi motivado por essa falta de controle e pela incapacidade de conseguir lidar com determinadas situações da vida e do dia a dia do trabalho. Em função das dificuldades que vinha apresentando, o policial foi encaminhado pelo seu comandante para acompanhamento psiquiátrico e psicológico, quando foi notificado de um processo depressivo, requerendo afastamento do seu ambiente de trabalho.

Ao tratar sobre o seu retorno ao trabalho, Espartacus menciona que não teve dificuldades e foi muito bem recebido pelos colegas e superiores hierárquicos. Contudo, descreve que essa não parece ser a realidade de todos os policiais que retornam ao trabalho depois de transtorno mental.

Policial Lisandro

O policial Lisandro é cabo, tem 40 anos de idade, é casado, possui formação superior completa e tem 16 anos de trabalho na PMDF. Sua opção por seguir a carreira militar é identificada como uma vocação e foi alimentada desde a infância pela admiração a um tio, que era policial militar. Antes de ingressar na polícia, Lisandro foi fuzileiro naval, mas optou por fazer o concurso da PMDF porque não queria sair de Brasília.

O policial apresenta que a jornada de trabalho e a carga horária são ruins, mas precisam ser obedecidas, afirmando que “tem coisas que eu tenho que aceitar mesmo não concordando”. Nesse caso, o policial associa a jornada de trabalho ao fato de não ter horários pré-definidos nem sequer para o almoço, ficando sujeito à ordem do comandante. Ao tratar de carga horária, sua menção é em relação ao trabalho noturno. De acordo com Lisandro, “é aquela parte do militarismo [que] você faz o que o comandante manda, ‘independente’ de estar gostando ou não, você tem que se adequar”.

A justificativa de o policial ter se afastado do trabalho está relacionada aos problemas pessoais. Ela relata vivenciar muitos problemas pessoais, como separação conjugal, ausência dos filhos, alcoolismo e endividamento. Todos esses problemas o levaram a um consumo excessivo de álcool. Lisandro inventava mentiras para faltar ao trabalho, inventava doenças, mas na verdade era o álcool, “o álcool é uma doença”. O abuso de álcool veio a lhe causar problemas com a justiça militar, levando-o a ser encaminhado para acompanhamento psicológico.

Lisandro relata que, ao retornar ao trabalho, voltou para o mesmo setor em que estava antes de ser afastamento, o que tinha lhe agradado. Contudo, foi transferido logo em seguida para outro setor, mesmo sem querer. Na recepção dos colegas, menciona que “piadinhas, brincadeiras, isso teve de monte”. Relembra e repete, por duas vezes, a fala “o doido voltou”. Embora o desagravo, o policial declara que o retorno foi tranquilo e termina sua posição com a frase: “preconceito de muitos a gente via e ninguém estava nem aí para o seu problema, o seu problema é seu, não interfere no meu. É desse jeito.”

Policial Euclásio

Com 46 anos de idade e 24 anos de militarismo, o segundo sargento Euclásio é casado, pai de 3 filhos e possui ensino médio completo. Seu ingresso na polícia foi influenciado pelo irmão mais velho, que era policial aposentado e o desafiou a fazer concurso da PMDF, para garantir estabilidade no emprego. O policial comenta que sua opção não foi pelo gosto do militarismo e afirma que seria hipocrisia uma declaração dessas da sua parte. No entanto, relata que a adaptação e o gosto vêm com o tempo. Para Euclásio, sua maior motivação para ser policial hoje é sentir-se útil para a sociedade, mesmo que ela não reconheça.

Euclásio descreve que o trabalho policial é muito estressante. O policial absorve muita coisa, “vê muita coisa ruim e não comenta”, não fala e “vai guardando, e uma hora explode”. Ele comenta que a PMDF não tem o acompanhamento psicológico e que poucos militares conseguem acesso aos serviços disponibilizados. Para Euclásio, “vestir a farda já te traz o estresse”.

No relato do afastamento, o policial descreve que isso aconteceu depois de um problema familiar, motivo de um grande desgosto, que desencadeou uma depressão e o levou a “um consumo nocivo da bebida” alcóolica. Relata também que o estresse do trabalho, as diferentes ocorrências policiais e os embates com a população são fatores que se desenvolvem ao longo do tempo e corroboram para o adoecimento do policial. Seu afastamento foi por encaminhamento do seu comandante. Ao procurar o psiquiatra, o médico evidenciou o problema de alcoolismo. Apesar de rejeitar a doença e do preconceito que tinha em relação ao CPQV, o policial aceitou o tratamento e se engajou no acompanhamento psicológico proposto pela unidade.

Com relação ao retorno ao trabalho após o afastamento, o policial menciona não ter voltado para a mesma seção, elogia a recepção que teve de todos os colegas e dos superiores, segundo ele, “foi uma recepção maravilhosa”,

Policial Leônidas

O policial Leônidas é procedente das forças armadas e atualmente é primeiro sargento da PMDF. Ele tem 49 anos de idade e 29 de corporação, é casado e tem formação superior tecnológica. Sua opção pelo militarismo já vinha da vocação pelas forças armadas, onde assumia um cargo temporário. A migração para a polícia militar se deu pela oportunidade de seguir uma carreira. Quando ingressou na PMDF, também havia sido aprovado em um concurso para bombeiros militares do DF, mas sua opção foi condicionada pela instituição que convocasse primeiro, no caso a PMDF.

No caso do policial Leônidas, seu afastamento também foi motivado por consumo de bebida alcóolica, que foi intensificado por problemas familiares. O policial relata o seu incomodo em atuar na fiscalização de trânsito, participar de uma operação “álcool zero” e, na verdade, saber que estava “ingerindo bebida alcóolica e pilotando”. Não suportar os problemas com um dos filhos e o excesso de preocupação geram uma grande perturbação mental no policial, levando-o a pedir ajuda ao seu comandante. Assim, foi encaminhado para o CPQV para ter acompanhamento psicológico.

Leônidas afirma que o seu retorno ao trabalho foi para a mesma seção, desenvolvendo as mesmas atividades. Alguns colegas ficavam com brincadeiras de mau gosto, referindo-se a um episódio vivenciado em que ele estava alcoolizado. Com o tempo, essas brincadeiras foram passando, mas, de vez em quando, eles ainda “ficavam com essas ‘chacotagens’”.

Policial Cornélio

O segundo sargento Cornélio tem 50 anos de idade e há 26 é militar. É casado, pai de 3 filhos e sua formação é até o ensino fundamental. O policial revela que “desde pequeno tinha o sonho de ser policial” e sua admiração era ao combate à criminalidade. Antes de ingressar na PMDF, também prestou concurso para a Aeronáutica e para o Corpo de Bombeiros Militares, “mas não quis e a opção foi para ser policial militar”. O policial relata que, ao ingressar, tinha expectativas melhores em relação à profissão, reclama da legislação militar e menciona que ela “favorece mais os bandidos, que ... que a polícia mesmo”.

Em relação à sua identidade com a polícia, Cornélio descreve que se identifica, mas afirma que tem uma coisa que o faz mais diferente. Para o policial, ele é menos rígido, sem muita autoridade, “eu me sinto mais como um ser humano”. Ele valoriza sua folga e a relaciona com sua identidade, descrevendo que, quando está de serviço, ele é um policial, mas, quando está de folga, não se identifica com o militarismo, por ser mais humano, mais familiar.

O afastamento do sargento Cornélio se deu em função de depressão e do alcoolismo. Ficou internado em uma clínica para dependentes químicos por uma primeira temporada e teve muitos problemas com as medicações indicadas pelo psiquiatra da clínica. Ele menciona que os profissionais da clínica ficavam “caçando os remédios [...] que dava certo para mim”, o que o levava a pensar: “agora que eu vou ficar doido mesmo”. Depois dessa temporada, o policial foi admitido para acompanhamento psicológico no CPQV e relata melhoras no seu quadro de adoecimento.

Cornélio menciona que já foi afastado do trabalho três vezes, todas pelos mesmos motivos. Diz nunca ter tido problema ao retornar. Contudo, relata um episódio de retorno mencionando que certa vez, ao chegar na sua unidade, um colega fez uma brincadeira e um oficial veio correndo e gritando: “não brinca com ele não, ele tem problema, não brinca com ele não”. Para Cornélio, a situação foi “engraçada”, vista como natural e o oficial “ficou preocupado com medo dele falar alguma coisa comigo e eu alterar”.

Policial Jacinto

O policial Jacinto tem 50 anos, é casado, pai de 4 filhos e tem ensino médio completo. Atua na polícia há 27 anos e assume a patente de segundo sargento. Com o relato de que passava necessidades financeiras, o policial revela que seu ingresso na PMDF foi “por dinheiro”, que, embora pouco, “dava para sobreviver um pouquinho”. Suas falas descrevem muitos episódios de discriminação, humilhações, xingamentos e desprezo, tanto durante a formação quanto na sua carreira profissional.

De acordo com Jacinto, a fiscalização, o excesso de cobrança, a pressão dos oficiais e o pouco efetivo de militares são apontados como os fatores mais desgastantes e comprometedores da saúde mental dos policiais. Menciona que “o orgulho besta” deixa o serviço desgastante e muito cansativo, pois uma ordem não cumprida pode levar um policial a ser punido ou expulso da PM. Assim, o policial acaba tendo que passar por umas coisas quanto às quais precisa “abaixar a cabeça e levar”.

O afastamento de Jacinto é atribuído a conflitos com as autoridades. Recorrente por duas temporadas no CPQV, nas duas ocasiões, ele relata a ocorrência de conflitos com seus superiores. No seu primeiro afastamento, o policial menciona ter sido indicado pelo superior para tratamento psiquiátrico. Já no segundo afastamento, apresentou-se voluntariamente.

Os relatos de retorno após afastamento são marcados por discriminação e humilhação, a fala de Jacinto descreve que, ao chegar na polícia, os oficiais tratavam-no como “ô doido, doidinho, você está escalado em tal lugar. Doidinho, você está com fulano de tal”. Entre os

colegas, os apelidos incluíam “gardenal, doido, diazepam, maluco” e as expressões eram: “Quero trabalhar com esse doido não, porque esse doido pode me matar”.

Descritos os aspectos metodológicos que orientaram o percurso da pesquisa, o Capítulo 4 se volta para analisar os dados coletados à luz da ADC e dos pressupostos da Sociologia Clínica.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com base nas entrevistas realizadas e à luz da ADC e da Sociologia Clínica, este capítulo se dedica à exposição dos resultados obtidos com a pesquisa de campo. Suas articulações são discutidas e debatidas fundamentando-se na construção teórica levantada. Essas verbalizações também contribuem para tomar conhecimento sobre a conjuntura e a prática particular do trabalho policial, a fim de alcançar a proposta central da pesquisa, que é articular o retorno ao trabalho após transtorno mental. A organização das análises apresenta-se em cinco eixos, desenvolvidos e ordenados de acordo com os objetivos previstos na pesquisa.

O Eixo 1 faz uma descrição dos fatores influenciadores da entrega e submissão do sujeito à dominação militar. O Eixo 2 se dedica à identificação da construção identificacional dos policiais a partir do ingresso nos Cursos de Formação de Praças (CFP). Com foco no desencadeamento dos transtornos mentais em policiais militares do Distrito Federal, o Eixo 3 de análise se desenrola em função de descrever como o contexto do trabalho militar, englobando a organização do trabalho, as relações socioprofissionais e as suas condições, pode comprometer a saúde mental do policial. Nesse sentido, foram identificados os principais fatores responsáveis pelo adoecimento.

Considerando as postulações científicas levantadas, quanto à resistência do policial em aceitar o adoecimento mental, dada a natureza de fracasso e a desconstrução do papel de herói que rotula esse sujeito, o Eixo 4 busca identificar como os policiais descrevem as manifestações dos transtornos que os levaram ao afastamento do trabalho. Por fim, o Eixo 5 se concentra na análise das manifestações discursivas explícitas ou implícitas no discurso do policial militar quanto ao retorno ao trabalho depois de episódio de transtorno mental.

4.1 Eixo 1: Os fatores influenciadores da entrega e submissão à dominação militar

Os resultados do trabalho permitiram identificar fatores extrínsecos e intrínsecos que favorecem e influenciam a escolha dos sujeitos pelo militarismo. Embora descrito como um “trabalho sujo”, estigmatizado, repressivo, desvalorizado e pouco reconhecido socialmente, verifica-se a forte submissão dos sujeitos ao regime militar, seja porque “o dinheiro governa o

mundo” (Pagès et al., 2006, p. 22) ou pelo vínculo libidinal, que liga os sujeitos e garante o laço social (Enriquez, 1991).

Para a análise crítica desse eixo de articulações, optou-se pelas categorias avaliação, modalidade e metáfora, que explicitam o significado identificacional dos discursos; e pelas categorias transitividade e vocabulário/escolha lexical, que explicam o significado representacional. A justificativa para seleção dessas categorias dá-se em função das suas recorrências ao longo do *corpus*, bem como das sua potencialidade para responder os objetivos propostos na pesquisa.

Os resultados da análise permitiram a identificação de quatro núcleos temáticos que fomentaram a adesão e submissão dos policiais à ideologia militar, sendo eles: os aspectos econômicos financeiros, a estabilidade e segurança proporcionada, a idealização e projeção e as influências externas.

4.1.1 A adesão em função das recompensas e benefícios

No que tange às questões econômicas, o salário e os benefícios financeiros são identificados como os principais fatores extrínsecos para o ingresso na PMDF, como se observa nos excertos de fala dos policiais Esmeralda, Berilo e Atílio.

Embora uma tentativa de afastar-se da questão salarial como razão de ingresso, a fala da Esmeralda discorre de forma a evidenciar os fatores econômicos como justificativa para sua submissão à organização militar.

Excerto 1

Minha opção por ser polícia? Nunca, nenhuma, bem pelo contrário, tinha até aversão. [...] A gente acomoda. Porque, assim, quando eu entrei eu ganhava R\$900,00, R\$1.000,00 no outro trabalho, na iniciativa privada e aqui realmente o salário de Brasília é o maior do país. É Paraná, e está quase equiparado. A gente ganha aqui, o soldado ganha mais de R\$7.000,00, então ele quase equipara a um analista, a gente ganha mais que um técnico, então os ministérios nem fala, porque o pessoal ganha R\$3.000,00, a maioria. (Esmeralda)

Para apresentar as razões da sua escolha, Esmeralda parte da negação e externaliza argumentações econômico-financeiras comparativas no intuito de justificar a pergunta retórica que faz no início da fala, prosseguida de uma afirmação categórica e incisiva da sua não opção por ser policial: “Minha opção por ser polícia? Nunca, nenhuma, bem pelo contrário, tinha até

aversão”. A declaração da policial é explícita e enfática, uma afirmação avaliativa que se apropria da fala por meio do pronome possessivo “minha opção”. Além de reafirmada no uso do advérbio temporal “nunca” e no pronome “nenhuma”, a policial justifica sua negação por meio de uma locução comparativa “bem pelo contrário”, em que o “bem” funciona como intensificador da sua negação.

Observa-se que a apropriação direta do discurso da policial Esmeralda vai até o momento que ela expressa que “tinha até aversão”. O uso do verbo no passado, denota uma possível mudança de pensamento em relação ao ser policial. Ao mencionar essa mudança, a locutora modaliza sua afirmação por meio de um afastamento de si sobre aquilo que afirma. Ao mencionar que “a gente acomoda”, ela sugere a ideia de coletividade. A afirmação não é mais individual, mas um juízo de valor, partilhado por meio de um julgamento que faz de que todo policial se acostuma com as circunstâncias do trabalho. Ao descrever a opção por ser policial, embora a aversão que sentia quanto a essa possibilidade, a análise sociológica remete à perda da substância humanista do trabalho, pois “o reconhecimento e a existência sociais não tem mais um outro valor a não ser o monetário” (Gaulejac, 2007, p. 309).

As articulações comparativas utilizadas pela policial no Exerto 1 parecem uma tentativa de apaziguar o conflito vivido com a sua escolha. As justificativas buscam reforçar a escolha profissional e compensar a frustração de não poder assumir outra profissão. Ao assumir o emprego mais compensatório economicamente, além de sair do campo dos desempregados, fracassados e inadaptados, a policial passa a ocupar uma posição privilegiada pela remuneração, pelos benefícios e pelo poder simbólico dele advindo. Não importa se o trabalho é bom ou ruim, o importante é ter um emprego que paga bem e que tenha significado, ainda que não para ela. Rememorando Lhuillier (2013), em relação aos sentidos do trabalho, considerando o que os outros querem fazer do sujeito e o uso que ele próprio faz de si, “a maneira como se agencia a relação entre os dois sentidos, onde se constrói um equilíbrio dinâmico entre esses dois polos contraditórios, não acontece, certamente, sem efeito sobre a representação de si” (p. 484).

Em uma análise mais profunda dessa relação, verifica-se que a sujeição da policial ao trabalho não ocupa apenas o espaço da identificação, mas se ancora também na desestruturação do sistema econômico e social contemporâneo, o desemprego e os baixos salários. Podemos atribuir que, de certo modo, a exposição da policial a essa situação a condiciona a aceitar o trabalho, ainda que indesejado. Pois, no contexto da hipermodernidade, ser desempregada não é visto como consequência de uma sociedade desestruturada e consumista, mas da falta de competência e adaptação do trabalhador às exigências do mercado (Gaulejac, 2007).

Para explicar a situação da sua escolha, Esmeralda usa de articulações temporais, espaciais e profissionais. O contexto temporal discorre em relação ao salário que “ganhava” para o que “ganha”, uma articulação processual que intermedia a mudança entre o passado e o presente. Essa é uma forma de se convencer de que sua escolha foi compensatória, mesmo porque ela (a escolha) gera outros pontos de compensação, “porque é o sujeito em seu ser que é convocado, com seus recursos, suas capacidades, mas também suas motivações, desejos conscientes e inconscientes, fantasmas subjacentes a seu engajamento no trabalho” (Lhuilier, 2013, p. 484).

Na articulação espacial, compara os salários de policiais de Brasília com aqueles pagos no Paraná, evidenciando que são “quase equiparados”. Embora a pretensão discursiva se volte para o salário, a articulação tem como pano de fundo o fato da policial ser procedente do Paraná, como apresentado em outro momento da entrevista. Mais uma vez, vê-se desvelar a entrega da policial à necessidade econômica, que marca o contexto social moderno. Seduzida pelo salário, subjaz o desapego aos laços familiares e sociais em função do “salário de Brasília [ser] o maior do país”. O evento não deixa de ser um processo de desterritorialização do capital (Gaulejac, 2007, p. 41), quando a policial deixa de habitar o seu espaço cultural para buscar uma oportunidade distante que lhe ofereça uma maior recompensa financeira.

Por fim, a articulação quanto à escolha profissional também traz, para o discurso, avaliações comparativas do trabalho policial em relação a outras profissões. As comparações envolvem o “soldado”, o “analista” e o “técnico” (dos serviços públicos), todas essas enunciadas no contexto valorativo salarial. Verifica-se que a locutora toma o espírito coletivo “a gente aqui” para justificar que ser “soldado” é melhor que ser “técnico” ou “analista”, o que é ativado por meio de uma declaração com juízo de valor. A partir da declaração avaliativa, a locutora chega a generalizar o valor dos salários da PMDF, que é imediatamente corrigido ao especificar a patente “soldado”. Para pontuar a vantagem salarial em relação aos técnicos dos “ministérios”, a locutora diminui a importância desses profissionais por meio do sintagma “nem fala” e faz um juízo de valor ao afirmar que esse “pessoal ganha R\$ 3000,00, a maioria”.

As articulações discursivas apresentadas parecem buscar justificativas para que Esmeralda possa se autoafirmar como policial e aceitar sua escolha. São recursos discursivos que tentam convencer a própria locutora de que a sua escolha profissional foi compensatória. No contexto da construção identificacional, dirimir conflitos internos acaba por fortalecer o indivíduo daquilo que ele acredita ser, embora o afaste cada vez mais daquilo que ele gostaria de ser.

As comparações salariais realizadas pela policial evidenciam que a prevalência da natureza econômica contribui para que o trabalho deixe de ser um fim em si mesmo, e se torne apenas um meio para conseguir satisfazer seus desejos narcísicos. O investimento libidinal não se vincula ao prazer pelo trabalho, mas àquilo que ele pode proporcionar, independente do que isso venha a lhe custar. Na prática social, isso reflete como um sustentáculo para a individualização, o enfraquecimento dos laços e o desprezo de si, solidificando uma sociedade do consumo, que se mobiliza a serviço da economia e legitima as “violências inocentes” do mundo supostamente “civilizado”, como afirmou Gaulejac (2007, p. 311), e que será responsável pela “psicopatologia da vida cotidiana”, que, como Lhuillier (2009) comenta, “não se refere aqui à nosografia de doenças mentais, mas ao estudo de mecanismos psíquicos implementados individual e coletivamente pelos sujeitos no trabalho” (p. 85).

Entre as demais discussões, a expressão “a gente acomoda” ecoa como um “sossego egóico”, um conformismo que desmobiliza o sujeito, levando-o à abnegação dos próprios interesses, controlando suas vontades e impulsos, constringendo e contendo outras realizações. Nesse sentido, o salário parece falar mais alto que os abusos, os assédios, a repressão e as frustrações. Embora as angústias, o salário é capaz de amenizar os conflitos, e o discurso da vantagem é o que se mostra mais forte.

A verbalização de Berilo também faz forte referência ao elemento salário como influenciador do seu ingresso na polícia. Questionado sobre porque escolheu ser policial, sua resposta é:

Excerto 2

Eu gostava, na época eu tinha uma certa atração pela profissão e o salário também contava muito. Mas eu digo que foi o salário mesmo que me puxou, que me fez estudar para o concurso, tanto é que na época eu foquei nesse concurso, falei: “vou deixar todos os outros [concursos] e estudar para esse. [...] Mas, se o salário fosse mais baixo, com certeza eu não ia terminar o curso de formação pelo que eu vi”. (Berilo)

A afirmação com verbo de processo mental afetivo, explícito na declaração afirmativa “eu gostava”, coloca em evidência o sentimento de Berilo em relação à sua opção por ser policial: “eu tinha uma certa atração pela profissão”. Contudo, o tempo verbal utilizado nega que esse seja o sentimento atual do locutor, o que é reforçado pela locução adverbial de tempo “naquela época”. A atração que o policial diz ter pela profissão é menosprezada pela circunstância “uma certa”, que desqualifica o sentimento em função do salário, intensificado pela locução adjetiva “contava muito”.

A sobrevalorização do salário como fator influenciador do ingresso na polícia é reforçada no discurso de Berilo por meio da articulação direta do policial com a fala. Em todas as instâncias discursivas, o militar se utiliza da primeira pessoa “eu” ou do pronome pessoal “me” para expressar suas opiniões. O salário é apresentado como determinante exclusivo da escolha profissional, “foi o salário mesmo que me puxou”. A expressão metaforizada “me puxou” descreve o salário como estímulo econômico, que desencadeou as iniciativas para o investimento pulsional na PMDF.

Nenhuma outra justificativa, além do salário, é aventada pelo policial. Após ter sido “puxado” pelo salário, Berilo apresenta, por meio do processo material “estudar” e a meta “para o concurso”, o seu grau de envolvimento com o compromisso assumido e a necessidade de focar “nesse concurso”.

O que se percebe na prática social é que o policial não se distancia de todos os sujeitos que, para alcançarem a dita realização profissional, dedicam boa parte das suas vidas a um contínuo processo seletivo. São submetidos a uma bateria de testes que os comparam a outros indivíduos e os enquadram aos perfis institucionais requerentes (Gaulejac, 2007). Não obstante, no contexto do trabalho policial, questiona-se aqui a qualidade e o nível desses testes, que empregam profissionais que, ao ingressarem, apresentam perfil equitativo ao cargo pretendido, mas, depois de alguns anos, são acometidos de transtornos vistos como “inadequados” à atividade que exercem. Relacionar esses elementos levanta prerrogativas que incitarão o nexos causal entre o trabalho e a saúde mental dos policiais.

No contexto da opção pelo militarismo, verifica-se, ainda, que a locução adversativa “mas”, acompanhada pela situação condicional “se o salário fosse mais baixo”, e o processo mental cognitivo “pelo que eu vi” ressoam como condicionantes para o término do CFP, “não ia terminar o curso”, o que é afirmado com alto grau de estatuto de verdade “com certeza”. Nesse sentido, a condição para que o policial conclua o curso, relação semântica construída pelo conectivo “se”, é o “salário”, independente do que ele tenha visto. Essa relação discursiva permite identificar que o valor do salário se apresenta como verdadeiro determinante da escolha profissional de Berilo.

À luz da Sociologia Clínica e na prática social da segurança pública, esse trecho da fala de Berilo suscita duas discussões relevantes. A primeira está relacionada ao poder do dinheiro em subverter e colonizar os valores humanos, que, no caso de uma corporação policial, torna-se um risco para o indivíduo que ingressa e para os grupos sociais de que ele participa ou em que atua profissionalmente. A segunda relaciona-se ao que o policial deixa subentendido como a expressão “pelo que eu vi”.

Em relação ao dinheiro, o excerto 2 da fala de Berilo denuncia um risco a si e à segurança pública, quando da sua não aptidão ao trabalho. A contínua exposição à violência, o acesso às armas de fogo e o poder que lhe é investido, associados à possibilidade de frustração pela “comercialização do *self*” e à não realização pessoal pela via do trabalho, apresentam-se como potenciais desencadeadores de transtornos mentais e da violência contra si ou contra outro. O assolamento da violência social da polícia, o contingente de adoecimentos mentais nas corporações, a contínua necessidade de remanejamento de policiais de atividades operacionais fim para atividades meio são consequências de um olhar equivocado para a pessoa que ingressa nas organizações policiais.

No percurso da ideologia gerencialista, que tem o salário como um dos grandes influenciadores para a devoção ao trabalho, dada a sua capacidade ilusória de “permitir a realização de todos os sonhos” (Gaulejac, 2007), a PMDF acaba por tornar a situação ainda mais agravante. A instituição inclui um mecanismo adicional de salário, que acaba favorecendo ainda mais a manipulação dos policiais. Por meio de jornadas adicionais de trabalho, eles podem receber gratificação complementar, o “Serviço Voluntário Gratificado da PMDF⁵”. Essa iniciativa, que à primeira vista parece compensar as defasagens salariais e o limitado número de efetivo, tem consequências desastrosas na sua continuidade, pois compromete a saúde física e mental dos policiais. Como mencionado por Faria e Meneghetti (2007a), esse tipo de estratégia, sempre disputada pelos empregados, se, por um lado, ajuda algumas necessidades econômicas, por outro, consome a saúde e a vida familiar dos policiais.

A prática adotada parece dissimular a falta de profissionais qualificados, o número de impossibilitados de estarem na ativa, a falta de concursos para novos ingressos e o tempo necessário para a formação e inclusão de novos membros. Tal fato pode ser confirmado no Relatório de Gestão 2019 (PMDF, 2019), apontando que, desde o ano de 2015, a série histórica do Índice de Defasagem de Efetivo (IDE) mostra o declínio do número de efetivos, saindo de 14.443 policiais em 2015 para 10.605 em 2019.

O Relatório (PMDF, 2019) menciona, ainda, que, “mesmo com a contratação dos novos

⁵ O Serviço Voluntário Gratificado da PMDF foi apresentado em diversas entrevistas como um recurso adicional pago pela PMDF pela disponibilidade dos policiais atenderem à instituição em datas e horários que seriam destinados às suas folgas. Ao anunciar um aumento no valor dessa gratificação em janeiro de 2019, de R\$300,00 para R\$400,00, o governador do Distrito Federal disse: “São mais de 25 mil horas mensais da Polícia Militar que serão colocadas à disposição da sociedade para combater a criminalidade. Espera-se, com essa medida, trazer em torno de 300 policiais para as ruas do Distrito Federal” (PMDF, 2019). Sem foco na análise desse discurso, identifica-se a persuasão em levar a comunidade a acreditar em uma melhoria no serviço de segurança pública. Disponível em: <http://www.pmdf.df.gov.br/index.php/institucionais/22476-operacao-prioridade-chega-a-4-etapa-e-governador-anuncia-aumento-da-gratificacao-do-servico-voluntario-para-400-reais>

policiais, por meio de concurso aplicado no ano de 2019, 711 (setecentos e onze), ainda assim haverá defasagem de militares para compor a estrutura atual da Corporação” (p. 98). Ademais, os afastamentos temporários somam “636 (seiscentos e trinta e seis) policiais militares afastados temporariamente do total fixado de 10.605 (dez mil seiscentos e cinco) policiais existentes nos quadros” (PMDF, 2019, p. 98). Essas proporções permitem recorrer a Lhuilier (2009) em referência ao binômio produtividade/rentabilidade, na prerrogativa de que se vê aumentar a trabalho paralelo à redução dos meios-recursos necessários para atendê-lo.

Ao reproduzir o modelo gerencialista nas organizações militares, com iniciativas como redução de custos por meio da contenção de pessoal ou privilegiando o salários como a melhor forma de reconhecimento, verifica-se que esse modelo não se apresenta como um recurso viável para a natureza da operação realizada. O investimento aqui não se vincula à perda de dinheiro, como no universo dos mercados financeiros. Considera-se que, nessa atividade, o que se coloca em risco são vidas, tanto para os policiais quanto para toda a sociedade. Em investimentos dessa natureza, corre-se o risco de, em lugar de conter a violência, reproduzi-la (Spode & Merlo, 2006), como se verifica no grande número de práticas midiaticamente divulgadas quanto ao aumento da violência policial.

Retomando a fala do policial Berilo, excerto 2, no que se refere à sua opção profissional pela via do trabalho, ele afirma: “[...] Mas, se o salário fosse mais baixo, com certeza eu não ia terminar o curso de formação, pelo que eu vi”. O processo mental “eu vi” deixa subentendido algo da formação que limitaria a permanência do indivíduo na instituição. A fala parece ir ao encontro dos resultados de pesquisas de França e Gomes (2015), Oliveira (2016) e Storani (2008) e reportagens jornalísticas (Barros, 2015; Miranda & Guimarães, 2016; Magaski, 2020; Meireles, 2020) que denunciam a violência praticada nos CFP de todo o País. As práticas de treinamento, nomeadas como “pedagogia do sofrimento”, adotam uma “forma de profissionalizar seus alunos voltada para o sofrimento físico e psíquico, como mote orientador da construção de uma vontade bélica de proteger a sociedade, de acordo com a crença policial” (França & Gomes, 2015, p. 143). As consequências dessas práticas incluem, além de danos psicológicos, “lesões corporais graves até mesmo a morte de alguns alunos” (Oliveira, 2016, p. 143).

A perspectiva econômica também é justificativa do policial Jacinto para seu ingresso na polícia. Ao ser questionado sobre o que o levou a escolher ser policial, discorre:

Excerto 3

Dinheiro. Trabalho. Porque todo canto você precisa de um dinheirinho para sustentar a família, comer um pão. Antigamente o meu pai era pobre, do Norte, vendia raiz, casca

de pau para alimentos e os filhos tinham que correr atrás desse alimento também, ajudar a casa também. Eu escolhi a PM por dinheiro, era pouco, mas dava para sobreviver um pouquinho e levar o restante do dinheiro para casa, o que sobrava era para comprar o conga para ir para o curso a pé. [...] Eu passei seis meses andando a pé e um buraco desse tamanho no sapato, no conga. Fui maltratado sim, fui chamado de bandido sim, noiado, traficante, todos os tipos de nomes me chamavam. (Jacinto)

Sem qualquer articulação discursiva mais complexa, o policial é pontual ao apresentar que “dinheiro” e “trabalho” foram os fatores que o levaram a se tornar policial. As justificativas apresentadas para o fato circulam em torno da pobreza, podendo gerar a interpretação de que qualquer alternativa de “trabalho” que gerasse algum “dinheirinho” poderia suprimir essa demanda. O discurso ocupa-se de apresentar as condições sociais precárias do policial, numa tentativa de explicar as finalidades do “dinheiro” e do “trabalho” e, conseqüentemente, justificar sua escolha à submissão aos maus tratos posteriormente relatados.

As afirmações apresentadas no excerto 3 identificam o sujeito por meio do estilo adotado, uma vez que, segundo Fairclough (2003), os estilos constituem o aspecto discursivo de identidades do ator social. Dessa forma, o discurso é marcado por escolhas lexicais e sintagmas, que descrevem a posição social do policial frente a sua escolha profissional, como “pobre”, “do Norte”, “comer um pão” e “sustentar a família”.

No trecho da fala “os filhos tinham que correr atrás desse alimento também, ajudar a casa também”, a metáfora “correr atrás” tenta elucidar a iniciativa do policial em partir em busca da realização dos seus objetivos, que, na expressão utilizada, se singularizam no “alimento” e no “ajudar a casa”, sendo que “a casa” parece assumir sinônimo de família. O uso dos vocábulos “alimento” e “casa” parece revelar significativa modéstia nos objetivos do policial, fato que vai corroborar a escolha da profissão policial, sem fazer qualquer objeção às condições a que ele venha a ter que se submeter.

Observa-se que o ator não usa qualquer modalidade para expressar a condição econômica como protagonista da sua opção profissional, a escolha é explicitada na primeira pessoa e por meio do processo mental cognitivo “eu escolhi a PM por dinheiro”. A fala ratifica Gaulejac (2007), pois, no discurso do policial, o dinheiro é o instrumento da realização de si mesmo, o recurso encontrado para satisfazer os fantasmas da onipotência e da fricção infinita. Ter dinheiro gera oportunidades, rompe obstáculos e realiza sonhos, tornado a própria finalidade da existência. O dinheiro é transformador, capaz de subverter os limites entre o real, o simbólico e o imaginário. “Ele muda todos os desejos que são da ordem da qualidade, da intuição e do indizível [...] em necessidades que são da ordem da quantidade, do racional, do exprimível.” (Gaulejac, 2007, p.172).

O uso do advérbio “pouco”, em referência ao “dinheiro” recebido, parece tornar-se indiferente frente às condições sociais apresentadas pelo policial, o que pode ser observado no uso da conjunção adversativa “mas”, exprimindo uma ideia de compensação.

O vocábulo “conga” também é utilizado como recurso discursivo, que acaba por revelar a condição social do policial. O emprego do vocábulo faz alusão a um tipo de calçado popular e de baixo custo, popularizado na década 70 (Silva, 2006). Embora o ingresso do policial só ocorra na década de 90, parece que ele toma o conceito do calçado popular e acessível para expressar a sua identidade com a pobreza e, novamente, evidenciar seu ingresso na polícia por uma questão econômica. Essa interpretação é reforçada no uso das locuções “para ir para o curso a pé” e “um buraco desse tamanho no sapato”.

O excerto 3 da fala de Jacinto também se apresenta como uma denúncia ao CFP a que foi submetido quando do seu ingresso na polícia. De acordo com o policial, à época do seu ingresso, ele foi vítima de maus-tratos e assédio. Os adjetivos qualificadores “bandido”, “noiado” e “traficante” ensejam, entre “outros tipos de nomes”, o repertório de atributos utilizados para sua descrição. Todas essas escolhas lexicais menosprezam e ferem a integridade moral do policial, que parece aceitar se assujeitar a essas condições em função da obediência hierárquica definida pelas normas da instituição. Ademais, o CFP configura-se como um processo de formação, em que o comportamento do sujeito está em contínua avaliação, devendo ter o compromisso de respeito e disciplina à hierarquia policial.

As verbalizações de Jacinto levam a uma articulação entre o assujeitamento e a condição econômica do policial frente à ideologia militar, em que os salários e os benefícios recebidos parecem compensar os dissabores vividos e a humilhação diante da necessidade do trabalho. Essa não se refere a uma relação causal, mas à análise de uma narrativa, que tende a apresentar que as condições às quais o policial é exposto acabam por vulnerabilizá-lo, sustentando o silenciamento ante a força coercitiva da organização militar. As exigências institucionais, impostas desde os cursos de formação policial, tradicionalmente fundamentados na “pedagogia do sofrimento” (França & Gomes, 2015) e na ideia do “*ethos* guerreiro” (Storani, 2008), parecem neutralizadas frente às determinações do policial e sua pulsão pela realização, explícita no seu modo de “correr atrás”.

O discurso de Jacinto, exposto no excerto 3, permite recorrer à obra “As origens da vergonha”, de Gaulejac (2006). A relação entre os estudos psicanalíticos e a Sociologia Clínica permite ao autor a descrição de que o comportamento das pessoas é resultado do conflito entre o inconsciente e as condições sociais a que foram expostas. Nessa perspectiva, o discurso de Jacinto apresenta recortes que tentam justificar sua opção por ser policial não como uma questão

de inferiorização, mas de superação e vitória. No discurso de Jacinto, pela via do relato da pobreza, descrever o sofrimento e as necessidades pelas quais passou parece se apresentar como uma forma de compensação de todo o esforço realizado. Acionar a pobreza para justificar a sua escolha profissional pelo trabalho policial parece mostrar uma tentativa de superar o fantasma dos desagradados, das humilhações e dos desgostos e revelar que, embora o dinheiro permita mudar sua situação financeira, ele não apaga a marca do vivido. Como menciona Lhuilier (2006), o trabalho pode ser um “teatro de operações para conflitos deixados inacabados na história pessoal” (p. 191).

O fundamental dessa análise é a conclusão de que o valor dos salários e os benefícios recebidos, em função da utilidade que ele proporciona, acabam por compensar o tratamento ríspido, repressivo e, por vezes, humilhante pelo qual o policial se sujeita a passar quando do seu ingresso nas fileiras das organizações militares. Nesse sentido, Morais e Paula (2010) advertem que o fato da escolha por ser policial voltar-se, prioritariamente, para o dinheiro leva o policial a afastar-se da perspectiva da instituição e, em decorrência disso, voltar-se para o seu próprio sucesso.

4.1.2 A adesão pela oportunidade, segurança e estabilidade

O fator segurança também é apresentado como justificativa para a escolha profissional da militar Ametista, embora reconsidere a sua opinião ao redirecionar a fala e eleger a identificação como influenciador da escolha.

Excerto 4

A minha escolha? [pausa] A princípio foi por ser um cargo efetivo, um cargo que tem estabilidade, a princípio. E, depois, eu me identifiquei com a profissão, algo que eu achava que tinha interesse, que tinha interesse pela profissão. (Ametista)

No fragmento de fala, a pergunta retórica “a minha escolha?”, acompanhada de uma pausa para resposta, apresenta-se como um movimento que mobiliza a reflexão da policial. A escolha pela marcação temporal “a princípio” e “depois”, que procede da fala da policial, remete a um processo de mudança em relação àquilo que mobilizou a sua primeira opção pela PMDF, o “cargo efetivo, um cargo que tem estabilidade”. Contudo, a conjunção aditiva “e” não instaura uma mudança em relação ao elemento para escolha profissional, mas a introdução de um novo elemento para compensar a escolha profissional posteriormente, ou seja, “a identificação com

a profissão”. Em linhas gerais, verifica-se que o interesse primordial, que fundamenta a escolha de Ametista por ser policial, é a estabilidade que a profissão oferece e não a sua identificação com ela.

A repetição do sintagma “a princípio” no início e no final da oração reforça a ocorrência de uma mudança de valor. Contudo, a articulação discursiva de Ametista não é suficiente para eliminar a condição de que a estabilidade no trabalho sobrepõe a identificação com a profissão. Nesse sentido, a pausa funciona como um recurso argumentativo para elaboração de um discurso que não negasse o interesse pelo “cargo efetivo” e pela “estabilidade” e, ao mesmo tempo, não ferisse a necessidade de identificação com a sua profissão. Ao conduzir o discurso para essa relação, a policial parece querer representar uma posição mais sensata, senão ética, da necessidade de identificação do policial com a atividade.

Atenta-se para o fato de que, após a descrição da sua identificação “com a profissão”, a policial modaliza subjetivamente sua fala ao apresentar que “achava que tinha interesse”, o que reforça a articulação discursiva de que sua opção por ser policial é sustentada pela “estabilidade” de um “cargo efetivo”. Contudo, seu discurso dissimula a necessidade que a própria policial enxerga de que é preciso ter alguma identificação com a profissão. A pouca ou nenhuma identificação com o trabalho tornam o trabalho algo ainda mais penoso e violento.

Entre outras locuções que expressam as influências para a escolha profissional do militar, orientadas pela segurança e estabilidade, o excerto 4, do discurso de Safira, chama a atenção por apresentar indícios de tão pouca afinidade com a profissão. Questionada sobre os fatores que influenciaram sua opção pelo militarismo, a policial responde:

Excerto 5:

NUNCA que eu sonhei, NUNCA. ISSO NUNCA PASSOU PELA MINHA CABEÇA. Foi mais pela questão de vaga, de oportunidade, de tempo. (Safira)

O que se apresenta mais relevante na fala da policial é a circunstância de tempo e frequência, representada na modalidade categórica negativa “NUNCA”, três vezes. A palavra é apresentada em destaque, dada a entonação da policial, numa tentativa de enfatizar o vocábulo. Essas circunstâncias parecem querer evidenciar a ausência de qualquer vínculo afetivo e emocional com a instituição. Para reforçar a provável desaprovação e o afastamento afetivo, a policial faz uso do processo mental cognitivo “sonhei”, complementando a conotação negativa da frase.

O pronome demonstrativo “isso”, atribuído ao ingresso na PMDF, também permite insinuar um possível desgosto da policial com a instituição. O uso do pronome “isso” também

parece uma tentativa de Safira de menosprezar o fato e diminuir sua proximidade com aquilo a que ela se refere. Esse afastamento também pode ser observado na continuidade da fala, em que a metáfora “passou pela minha cabeça”, também usada com forte entonação e prolongamento, parece querer reforçar que a escolha da policial se afasta totalmente dos seus desejos, da sua ideia ou imaginação, insinuando que estar na polícia não fazia parte dos seus sonhos, “nunca que sonhei”. As notas de campo reforçam o discurso de Safira ao mencionarem, em alguns apontamentos das oficinas, que a policial manifestava “insatisfação” com o trabalho que realizava e que seu objetivo era a carreira de Polícia Rodoviária Federal. A descrição desse objetivo pode ser observada em outro trecho da entrevista, em que a policial afirma: “Eu já tava estudando para outros concursos, mas o foco já era Polícia Rodoviária Federal”.

Para justificar a escolha profissional, embora a negação da afinidade, a policial se ancora nas circunstâncias materiais “de vaga, de oportunidade e de tempo”. Essas justificativas insinuam a submissão do desejo e da satisfação pelo trabalho frente aos benefícios que o trabalho pode gerar (Pagès et al., 2006; Enriquez, 1991; Gaulejac, 2007). Nesse sentido, Lhuilier (2013) comenta que “a falta de conteúdo simbólico envia a uma confrontação solitária com o real, sem meios de torná-lo seu, sem meios de significá-lo” (p. 486).

O excerto 5 da fala de Safira chama atenção pela ressonância e pelo impacto que a policial tenta passar com a sua verbalização. O destaque da entonação de voz ecoa como expressão de desprezo e apatia ao trabalho, encontrando apenas a razão da oportunidade uma justificativa para se manter e sobreviver do trabalho. A verbalização apresenta indícios de que a policial nega o trabalho como uma expressão de desejo e realização, o que pode inibir sua satisfação pessoal e lhe gerar desconfortos. A policial parece colocar o trabalho apenas no campo da utilidade, no sentido de troca de interesses, o que o coloca a cumprir apenas a “função específica do homem social” (Meyerson, 1987, citado por Lhuilier, 2009, p. 87), circundando apenas o sentido da redenção (Dujarier, 2009), da servidão (Gaulejac, 2011) e do sofrimento (Dejours, 1992).

Por sua fala, o militar Atílio também se soma ao grupo de policiais que ingressam na PMDF por uma questão de oportunidade e estabilidade. Ele aponta três fatores influenciadores da sua escolha profissional: a questão da segurança, as garantias da estabilidade, por meio do “emprego fixo”, e a vocação, sendo esse último explorado no agrupamento de falas da subseção posterior.

Questionado sobre o que o havia levado a escolher a profissão de policial, Atílio diz:

Excerto 6:

Na época [década de 90] não tinha muita opção não, não tinha outra opção não, foi mais a necessidade mesmo na época. [...] Foi em 92. É que nem eu te falei, a oportunidade de você ter um emprego fixo, um emprego que te dá condições de você ter um plano de carreira, de você poder almejar outras coisas, era mais isso mesmo. Que nem eu te falei, na época a gente não tinha muita opção e eu acredito que seja um pouco também de vocação, porque muitas pessoas naquela época, eu conheço muitas pessoas que passaram e não quiseram, que não tinha vocação, não quero ser pé de bota. Mas eu acho que foi mais isso mesmo, necessidade, um momento difícil, antigamente as coisas... Abrir um leque, antigamente tudo era mais difícil, de lá para cá as coisas mudaram muito. (Atílio)

O excerto 6 explora o contexto econômico da época para amparar a justificativa do policial para o ingresso na PMDF. Isso pode ser observado a partir das descrições temporais “naquela época”, “foi em 92” e “antigamente”. Esses recursos discursivos sugerem que a conjuntura econômica exerceu influência na sua opção pela PMDF, levando-o a apresentar a “oportunidade de você ter um emprego fixo” como determinante da sua escolha. Entre os atributos que asseguram a escolha, o policial apresenta a segurança que a PMDF oferece, materializada no discurso por meio da oração avaliativa “um emprego que te dá condições de você ter um plano de carreira, de você poder almejar outras coisas”. Na sequência, a fala sugere a conclusão com a expressão “era isso mesmo”. No entanto, o discurso é continuado apresentando que “seja um pouco de vocação também”.

O ator emprega o processo relacional “ter” repetidas vezes, recurso que é utilizado para descrever o acesso à “oportunidade” de realizar um concurso público em um momento de escassez de oportunidade de trabalho, o que pode ser observado na oração “na época a gente não tinha muita opção”.

Ao fazer referência a “muitas pessoas que passaram [no concurso] e não quiseram [seguir a carreira militar]”, o policial aciona a negativa da metáfora “não quero ser pé de bota”. A metáfora “pé de bota”, da ordem do discurso militar, sinônimo de policial de baixo escalão, gambé, coxinha, verme (Dicionário informal, 2020), reforça a ideia de que a escolha profissional do policial foi uma questão de falta de oportunidade.

A expressão sugere que o fato de não ter um emprego, de não encontrar outras alternativas e de confiar que a PMDF permitiria “ter um plano de carreira” e “poder almejar outras coisas” levou Atílio a aceitar e se assujeitar a ser visto como um “verme” (uma vez que o termo vem da ordem do discurso militar), fato a que outras pessoas, que também passaram no concurso, não estiveram dispostas se a assujeitar. Nessa instância do discurso, faz-se interessante observar que, embora a instituição ofereça a todos os mesmos atrativos de sedução para ingresso, não são todas as pessoas que se deixam ludibriar pelo “canto da sereia” (Oliveira,

2015) e conseguem se desvencilhar, não se sabe até que ponto e até quando, das armadilhas sedutoras das instituições militares. A excerto 6 da fala de Atílio sugere a compreensão de que, embora enfrentassem a mesma conjuntura econômica e os mesmos desafios impostos “naquela época”, houve pessoas que não se deixaram levar pela oportunidade de “ter um emprego fixo” ou pela possibilidade de um “plano de carreira”.

Em vista da Sociologia Clínica, verifica-se que a fala de Atílio traz à superfície o histórico problema social do desemprego, especialmente na década de 1990, um dos responsáveis pelo assujeitamento e pela mobilização do ser humano à adesão voluntária das ideologias organizacionais. No desafio da empregabilidade em um mercado em que a relação oferta e demanda de emprego se apresenta cada vez mais desproporcional, o que resta aos indivíduos é se submeterem a concorrer com as disponibilidades ocupacionais oferecidas. “Em um mundo que valoriza eficiência e desempenho, responsabilidade e iniciativa, ser desempregado é ser improdutivo, impotente, insuficiente e incapaz, condenado por não ter valor de uso, torna-se um complemento indesejável” (Lhuilier, 2009, p. 86)

Na instância do desemprego, garantir o seu lugar já alimenta o ego e dá energia para que novos investimentos narcísicos sejam acionados. Uma vez membro da instituição, a mobilização do trabalhador vai ser ativada pelo vínculo social estabelecido e pelo desejo de realização. Como afirma Enriquez (1991), o vínculo “criado produz indivíduos talhados sob o mesmo molde, experimentando entre si apenas sentimentos positivos (eles se amam como são amados). Os sentimentos hostis, que poderiam nascer pelo simples fato de que todo sentimento é ambivalente são projetados contra os grupos externos” (p. 65). A partir do vínculo, o esforço do sujeito vai se orientar para ganhar o reconhecimento da instituição, tornando-se como um pedaço dela, legitimando a força da ideologia gerencialista.

Os traços do gerencialismo, que reforçam o vínculo dessa relação, sobressaem no discurso na descrição dos atrativos que o policial visualiza para se enlaçar com a instituição, sendo “a oportunidade de você ter um emprego fixo, um emprego que te dá condições de você ter um plano de carreira, de você poder almejar outras coisas”. Eles são mecanismo de sedução que alimentam a necessidade do sujeito de “ter” algo mais que lhe complete, obter aquilo que lhe falta, e encobrem a possibilidade de existência de algo que possa contrariar seu desejo de realização. Como menciona Pagès et al. (2006), no caso da empresa TLTX, a organização se apresenta como uma imensa máquina de dar prazer ao indivíduo e, dessa forma, adquire um imenso poder sobre ele. Em troca do amor recebido, cabe ao policial satisfazer às exigências da instituição, caso isso não ocorra, é dela o direito de retirá-lo. A organização é, simultaneamente, tentadora e ameaçadora.

Retomando a questão da vocação e a resistência de “pessoas” em permanecer na PMDF, no excerto 6 o policial argumenta: “E, eu acredito que seja um pouco também de vocação, porque muitas pessoas naquela época, eu conheço muitas pessoas que passaram e não quiseram, que não tinha vocação: “não quero ser pé de bota”. O emprego do conectivo “e” e a circunstância “também” sugerem o esforço que o ator empreende para demarcar a vocação como justificativa para escolha profissional. Essa posição é sustentada pelo uso do processo mental cognitivo “eu acredito”, que coloca em evidência a posição do ator em relação aquilo que ele pensa sobre o fato. A credibilidade apresentada é cerceada pelo moderador “pouco”, evidenciando que a vocação não teve tanta influência na sua escolha profissional.

Para explicar que sua escolha profissional também foi influenciada “um pouco” por uma questão vocacional, Atílio faz uma declaração afirmativa, com alto envolvimento com aquilo que diz, por meio do processo mental cognitivo “eu acredito”. Embora o comprometimento do policial com a fala, o caráter vocacional apresentado não parte de uma inclinação natural e espontânea para a profissão, mas da sua resistência em manter-se engajado tendo em vista as “muitas pessoas que passaram e não quiseram” continuar. A rejeição das outras pessoas à instituição é reforçada pela expressão “não quer ser pé de bota”.

É possível que o fato de a vocação apresentar-se como “pouco” influente na opção de ingresso e permanência no trabalho policial, tanto para os que se justificam pelos salários e benefícios recebidos quanto para os que se justificam pela oportunidade e estabilidade, reforce a ideia de que os processos de socialização organizacional e doutrinação têm papel preponderante no alinhamento das pessoas à instituição.

A identificação policial requer a incorporação de comportamentos e atitudes que serão transmitidas por meio da ideologia militar na tentativa de superar essa “pouca vocação” e fortalecer os vínculos de respeito, obediência e disciplina aos ditames institucionais. Contudo, considerando os indicadores de afastamentos e remanejamentos na PMDF (PMDF, 2019), parece que esse processo de socialização e o *modus operandi* da transmissão da cultura policial têm perdido seus efeitos na sociedade moderna e diante dos propósitos de ingresso dos seus membros, requerendo o repensar e a criação de novas formas de articulação e/ou doutrinação de novos integrantes.

4.1.3 A adesão pela idealização e projeção

Diferente do discurso dos policiais até então analisados, Cornélio e Lisandro apresentam a idealização como justificativa principal das suas escolhas profissionais. O processo de idealização refere-se a um modo de identificação no qual as qualidades e o valor do objeto idealizado são elevados a uma condição de perfeição, um mecanismo de “fascinação”, que empobrece o ego do policial e o leva a aderir ao militarismo, por acreditar que ele é capaz de suprir todas as suas necessidades. Ao ser questionado sobre sua opção para ser policial, Cornélio diz:

Excerto 7

Eu, desde pequeno, tinha o sonho de ser policial, eu achava muito bom combater a criminalidade, então a minha opção era ser um policial, inclusive eu fiz concurso primeiramente para Aeronáutica, depois eu fiz para o bombeiro, mas não quis e a opção foi para ser policial militar. (Cornélio)

Através da modalidade subjetiva, marcada pela presença do sujeito em todas as orações verbalizadas, a fala de Cornélio apresenta forte compromisso com as suas declarações. Isso pode ser justificado pela avaliação positiva, com apropriação do juízo de valor “muito bom”, que o policial faz da imagem representativa que ele tinha da instituição militar: “eu achava muito bom combater a criminalidade”.

As articulações discursivas de Cornélio sugerem que a sua escolha profissional se dá a partir de um processo de idealização, visto que o imaginário do policial combatente é idealizado “desde pequeno”. Ao se projetar nesse ideário de herói, que “combate a criminalidade”, o ator parece se identificar com a profissão, o que o leva a criar uma predisposição afetiva e sustentar “o sonho de ser policial”. Essa inclinação para a profissão leva o policial a desprezar outras oportunidades, como verbalizado no “não quis”, insinuando o descarte de outras possibilidades de carreiras profissionais, como a “Aeronáutica” e o “bombeiro”.

No excerto 7, a fala de Cornélio sugere a idealização como principal determinante da sua escolha profissional, o que contribui para maior devoção aos desejos institucionais e subordinação da sua subjetividade. Acreditando no ideário construído, o policial tende a ignorar todos os aspectos negativos que a instituição pode apresentar. Seus desejos de realização levam ao investimento incondicional, a um total abandono e à entrega da subjetividade à instituição, que se apodera do poder concedido e instrumentaliza, o quanto possível, o profissional. Enriquez (1991) e Araújo (2009) mencionam que, na expectativa de realização, as ações dos sujeitos buscam a fusão com a organização, que passa a ocupar o lugar do seu ideal de ego.

Utilizando o discurso de Freitas (2000), respeitadas as devidas proporções, pode-se assimilar a organização militar à empresa moderna, que consegue criar na cabeça de Cornélio uma imagem grandiosa, onipotente e sedutora, disponível apenas para um grupo seleto de pessoas. O imaginário construído no “sonho de ser policial” e por achar “muito bom combater a criminalidade” parece seduzi-lo. A confiança depositada na instituição parece levá-lo a acreditar que ela seria capaz de transformá-lo em um tipo de herói. Contudo, isso não passa de um imaginário enganoso (Enriquez, 1991) que, ao ser desvelado, é responsável por frustração, desencanto e adoecimento mental do policial.

Como afirma Enriquez (1991, p. 287), “a sedução reside na aparência e jogo das aparências”, capaz de seduzir seu admirador e tirar dele qualquer coisa que deseje. A fala de Cornélio pressupõe um processo de sedução, que é sustentado pela imagem que ele mesmo criou da instituição. É possível que esse fascínio o leve a acreditar ser o agente construtor da sua própria vida, mas na realidade é a instituição policial que está o produzindo e modelado até no seu interior (Pagès et al., 2006).

Em sintonia com o discurso de Cornélio, o excerto 8 da fala de Lissandro também apresenta a idealização como justificativa principal da sua opção por ser policial. Ao descrever sobre os motivos que o incentivaram a ser/escolher a profissão, o policial declara:

Excerto 8

A princípio, vocação, vale alguma coisa assim? Eu era criança, meu tio que eu sempre me espelhava, admirava, era policial e eu falei que ia ser policial e cresci com isso na cabeça. Eu sempre fui da roça, vida simples, tinha aquela coisa de militarismo, de achar bonito, gostar e cresci com isso na cabeça, tanto que eu vim pra Brasília depois que eu terminei o segundo grau. (Lisandro)

No caso de Lisandro, o comprometimento com a verdade na troca de informações é realizado por meio da modalidade epistêmica, utilizada como recurso discursivo através do uso da pergunta retórica “vale alguma coisa assim?”, depois de expor que “a princípio” a sua opção por ser policial havia sido “vocação”.

A pergunta retórica parece uma estratégia de ironia, que sugere a construção da ideia de que vocação não seria um parâmetro de avaliação para a escolha profissional, desvelando uma avaliação negativa sutil da profissão. A articulação discursiva sugere uma subestimação da vocação como justificativa para a escolha profissional dos policiais. Essa característica de subestimação da vocação parece insinuar a existência ou a sobrevalorização de outros possíveis valores que determinariam a sua escolha profissional, como, por exemplo, dinheiro, carreiras ou benefícios, conforme mencionado no discurso de outros policiais, que são explícitos ao

revelarem seus interesses com a profissão.

Para explicar sua vocação, no excerto 8, o policial Lisandro utiliza-se de declarações afirmativas com alto grau de envolvimento, revelando um processo de identificação com o “tio”, que “era policial” e no qual ele se “espelhava” e “admirava”. A escolha profissional orientada pela identificação é reafirmada pelo policial ao apresentar, metaforicamente, que “cresci com isso na cabeça”, aludindo a quanto o desejo de ser policial crescia junto consigo desde que “era criança”.

O policial relata sua admiração pela polícia também por meio de um processo de idealização do militarismo. Ao mencionar que “tinha aquela coisa”, a expressão do policial parece entoar o fato de ser policial como algo superior, que concederia a ele um *status* superior aos demais. O discurso do policial sugere que, “na roça”, onde vivia “uma vida simples”, a condição de ser policial poderia o diferenciar dos demais. É o fato de ser “aquela coisa” que parece atrair Lisandro e levá-lo a “crescer com isso na cabeça”.

A metáfora “crescer com isso na cabeça” faz referência à persistência no desejo de ser policial, o que parece insistir nos pensamentos de Lisandro desde a infância, quando da admiração pelo seu tio policial. Essa persistência parece estar associada ao imaginário criado pelo participante de que, na roça, ser policial é *status* de ser superior, o que justifica esse primeiro “gostar” da profissão. Como na fala do policial Jacinto, analisada na seção 4.1.1, o discurso de Lisandro também parece tentar traçar uma “saga” de herói, que parte de uma vida humilde para “se fazer” na polícia, se sentir valorizado e reconhecido. A continuidade da fala de Lisandro reforça a persistência e o investimento no desejo de ser policial, descrevendo os passos da sua trajetória, “eu vim para Brasília, depois que eu terminei o segundo grau”.

Há indícios de que o narcisismo também opere na fala do policial Lisandro, quando da sua projeção na imagem do tio, quem ele se “espelhava” e “admirava”. Como no mito de Narciso, o policial parece se apaixonar pela imagem projetada pela polícia, representada na imagem do tio, a de tornar-se, literalmente, “uma pessoa acima das outras, objeto de reconhecimento e de admiração” (Siqueira, 2009, p 88). A projeção que Lisandro faz da polícia insinua que, ao realizar seu sonho, ele poderá se tornar superior aos demais, o que pode levá-lo a fundir-se com o objeto de fascínio e afastar-se de si na esperança da realização do seu sonho. Como afirma Freitas (1999, p. 114), “trata-se de uma verdadeira gestão psíquica do sujeito, na qual todos os caminhos, em última instância, o levam à frustração”. Assim como Narciso, o policial Lisandro também tende a estar condenado a um amor impossível. Ele se desdobrará para satisfazer às elevadas expectativas que ele mesmo criou sobre a instituição, o que reforça essa expectativa, demandando um perfil perfeito e impossível de ser atingido.

Associado à criação imaginária de que ser polícia o torna superior aos demais, o excerto de fala insinua, ainda, que Lisandro projeta na polícia a imagem que ele tem do tio. Isso sugere a criação de um laço social forte, inspirado em um vínculo afetivo familiar. Esses elementos parecem fundamentar as justificativas encontradas pelo policial para a escolha da profissão, o que o leva a investir naquilo que persistia em ficar na sua cabeça. Fazendo analogia às prerrogativas de Enriquez (1991), no que tange ao vínculo libidinal com a organização, é possível que a admiração e amor que o policial tem pelo “chefe supremo”, idealizado na figura do tio, seja o que mobiliza o desejo de se vincular à polícia. Embora não manifeste a relação estabelecida com o tio, ancorando nas análises de Enriquez (1991), sobre a obra freudiana Totem e Tabu, é factível a compreensão de que o vínculo identificacional com a instituição parte do poder libidinal que, de alguma forma, o tio exercia sobre ele, um *mix* mortífero que pode estar associado ao temor e/ou à admiração.

Ao espelhar-se no tio, imagem corporificada da instituição, o policial declara se render, desde a infância, a construir um projeto de vida fundamentado na fantasia do que é ser polícia, “cresci com isso na cabeça”. À luz da Sociologia Clínica, o encantamento com a instituição alimenta a esperança de uma fusão simbiótica com o objeto desejado, pois é ele que garantirá a sua realização, um investimento alto do psiquismo do policial (Araújo, 2009; Enriquez, 1991, 1997b).

Considerando o adoecimento do policial, é possível sugerir que, ao se deparar com o real do ser polícia, depois de dedicar-se à profissão por 16 anos, e não encontrar os resultados do seu investimento, o que lhe resta é a angústia de uma busca infinita, a frustração de um sonho fracassado e a morte (simbólica) do objeto desejado por toda a vida. O peso desse sofrimento é então somatizado no corpo e os transtornos psíquicos vão maquiagem o insuportável dessa relação. Como menciona Freitas (1999), embora o indivíduo desenvolva com a organização uma relação pessoal, acreditando que os afetos são possíveis e recíprocos, “a organização não ama, não tem sentimentos, não tem desejos, não tem angústias, nem remorsos e nem esperanças” (p. 87).

4.1.4 Adesão pelas influências do Outro

Na mesma linha de influências externas, ao serem questionados sobre o que os levou a escolherem ser policial, Malaquias e Euclásio apresentam seus familiares como principais influenciadores. A verbalização de Malaquias começa com uma declaração afirmativa de que

tem “uma família quase toda militar” e segue pontuando o envolvimento parental com a instituição.

Excerto 9

Eu tenho uma família quase toda militar. O meu pai é policial militar aqui em Brasília mesmo, meus tios eram, tenho um primo e, inclusive, tenho primos que entraram no mesmo curso que o meu. E eu tinha duas opções de emprego: o bombeiro e a polícia militar, fiz os dois concursos e passei, mas o da polícia militar chamou primeiro, então eu fui para o primeiro que apareceu. Eu me identifiquei e fiquei, não quis trocar e aí estou até hoje. (Malaquias)

No excerto 9, da fala do policial Malaquias, suas declarações se realizam repetidas vezes por meio do processo relacional possessivo “eu tenho” para expressar a herança familiar do militarismo na família do policial. Os processos materiais explícitos nos verbos “fiz”, “passei”, “fui”, “apareceu” e “fiquei” demonstram o desenvolvimento das ações do policial em função de ingressar no grupo dos familiares que já eram policiais. A fala de Malaquias aproxima-se muito das articulações do Lisandro ao apontar as referências familiares como influências para sua escolha profissional. A questão do gênero destaca na fala, pois todas as referências são ao sexo masculino. Discursivamente, a articulação utilizada suscita indícios de reforçar a visão da profissão policial como orientada para homens.

No excerto 9, o ator explora a conjunção aditiva “e” para sequenciar as circunstâncias que envolviam sua escolha profissional, uma vez que “tinha duas opções de emprego: o bombeiro e a polícia militar”. Diferente dos policiais entrevistados, que justificam seu ingresso na PMDF como uma falta de oportunidade, Malaquias evidencia em seu discurso o mérito de ter sido aprovado em dois concursos no mesmo período, o “bombeiro e a polícia militar”.

A conjunção adversativa “mas”, posteriormente complementada pelo elemento textual conclusivo “então”, apresentam-se como recurso que parece justificar a compensação pela escolha selecionada, fundamentada, discursivamente, apenas pelo fato de que a “polícia militar chamou primeiro”.

Reconhecidos os elementos psíquicos que operam nas escolhas dos sujeitos, sejam as relações de identificação, o vínculo, o narcisismo ou a projeção, comentados em análises de excertos anteriores, verifica-se aqui a limitação do policial em creditar sua escolha apenas àquilo que é da ordem do consciente, ignorando a congruência entre os desejos inconscientes e imaginários na construção identificacional do policial. Como menciona Lhuillier (2006), existem muitas realidades além daquelas percebidas no mundo exterior e configuradas pela textura física e social. Existem situações, experiências infantis e da vida pessoal, que fazem a ligação entre o sujeito e suas ações. É de fato um encontro entre o sujeito em ação, a estrutura

simbólica e o segmento da realidade apreendido.

No caso de Euclásio, excerto 10, sua opção por ser policial também recebeu influência da família. Para descrever isso, ele se utiliza da avaliação e da modalidade, de forma a identificar como se deu a influência familiar como principal fator para sua escolha profissional, contribuindo para compreender sua construção identificacional.

Excerto 10

A questão de ser policial não foi escolha minha, isso aqui eu posso dizer, foi meu irmão mais velho, ele é policial aposentado, major. [...] Hoje eu agradeço a ele. Entrei na instituição e estou aqui até hoje, se eu falar que entrei porque gosto do militarismo é hipocrisia, a gente aprende depois, com o tempo, mas quem é Civil, falar que gosta de militarismo não é bem assim. (Euclásio)

Partindo de uma declaração negativa categórica, o ator externaliza que a escolha por ser policial “não foi” sua. Por meio de presunção valorativa, o ator apresenta que “isso aqui eu posso dizer”, subentendendo a impossibilidade de se falar do assunto de outro(s) lugar(es), que não descreve quais. Da mesma forma, o sintagma “eu posso” pode ser visto como marcador da modalidade deôntica⁶, em que o ator oferta, ou se abre, para a possibilidade de reconhecer que a sua decisão profissional foi feita por seu “irmão mais velho”.

Atribuir ao irmão a responsabilidade da escolha subjaz, per si, uma natureza de submissão do policial. Na fala ele explora elementos discursivos que possam materializar a sua sujeição. Assim, o policial apoia-se nas características objetivas que tornam o irmão discursivamente superior, quais sejam: “mais velho”, “policial”, “aposentado” e “major”. Todos os qualificadores colocam Euclásio em uma situação de inferioridade. O discurso encobre a sua identificação e a idealização do policial pelo irmão, o que o mobiliza psicologicamente para buscar reproduzir aquilo que o irmão representa para ele.

Outra categoria, que se destaca no discurso do excerto 10, refere-se à escolha lexical utilizada para negar que ingressou na PMDF por uma questão de afinidade com o “militarismo”. Para ele, afirmar esse afeto é uma “hipocrisia”. Ao identificar o vocábulo como “falsidade; ação ou efeito de fingir; ou a capacidade para esconder os sentimentos mais sinceros” (Aurélio, 2020), verifica-se que a escolha objetiva parece reforçar a ideia de que sua identificação não é com a instituição militar, mas com o vínculo que ele tem com o irmão. O poder conferido ao irmão sugere que o policial possa acreditar que ser policial também o colocará na posição de superioridade. Se é a polícia que identifica o irmão, é na polícia que ele vai investir o seu ego.

⁶ A modalidade deôntica se manifesta no eixo da conduta; o produtor a utiliza para impor, obrigar, ou permitir algo a alguém.

Ao sumarizar os resultados do eixo 1, referente aos fatores influenciadores da entrega e submissão do policiais à dominação militar, identifica-se que os discursos eminentes sugerem que, ao ingressar na PMDF, nem todos os policiais parecem possuir uma verdadeira identidade com a organização policial. O processo de formação envolve valores, atitudes e normas, que tendem a ser internalizados em todas as esferas da vida do sujeito (Burgi, 2011; Morais & Paula, 2010). Para além das qualificações profissionais, habilidades, técnicas e atitudes, o CFP tem como finalidade a formatação de um estilo de vida particular do serviço militar, pois, como afirma Janowitz (1967, p. 129), “a vida militar é uma vida institucional”.

Os discursos apresentados associam a escolha profissional dos policiais aos aspectos referentes às poucas oportunidades de trabalho, aos benefícios econômicos proporcionados e à segurança que a estabilidade profissional no militarismo pode gerar. Observa-se que poucos entrevistados apresentam a opção pelo trabalho como uma questão vocacional ou de identificação, contrariando estudos que insistem em dizer que ser policial está “impregnado no sangue” (Almeida, 2012; Mello & Nummer, 2017). Relembrando Enriquez (1991), cabe ressaltar que, embora a negação discursiva da vocação, a entrega ao trabalho dá-se por meio de uma vinculação libidinal, que é marcada pelo paradoxo amor e ódio, segurança e perseguição, aproximação e distância e aliança e competição.

É principalmente durante o CFP, sem negar a influência dos demais ritos, símbolos e normas, que, submetidos às rígidas pressões e repressões hierárquicas, os indivíduos se moldam aos preceitos do militarismo. Não obstante, o sintagma “curso de formação” já ecoa como recurso discursivo para a ideia de construção identificacional, um modo de “entrar na fôrma” e construir um novo ser. Observa-se que, embora os sujeitos neguem sua identificação com o militarismo, há um processo de assujeitamento, uma identificação velada que acaba por ser explicitada na rendição aos benefícios que a instituição promove.

4.2 Eixo 2: Identificações identitárias do policial militar do Distrito Federal

Considerando o trabalho como o espaço onde se prossegue a busca identitária que impulsiona o sujeito a criar, a manifestar e a fazer reconhecer sua singularidade através de suas práticas (Enriquez, 1997b; Gaulejac, 2011; Lhuillier, 2013), esta seção busca compreender a construção identificacional do Policial Militar do Distrito Federal, a partir do ingresso nos CFPs.

Para esse eixo de discussão, a análise realizada concentrou-se nas categorias que analisam o significado identificacional do discurso, quais sejam: avaliação, modalidade e metáfora, considerando-as suficientemente capazes de responder ao objetivo proposto. À luz da ADC, o modo como o ator social modaliza, avalia, relaciona ou metaforiza os textos configura o modo como se identifica e gera identidades. Contudo, é reconhecido que “a identificação não consiste em um processo puramente textual” (Fairclough, 2003, p. 160), uma vez que as pessoas também são agentes sociais que fazem, criam e mudam coisas. Além disso, existe o engajamento prático do indivíduo no mundo, que perpetua contínuo processo de identificação, especialmente na formação da “consciência de si”, o que é “uma pré-condição para os processos de identificação no discurso e em textos” (Fairclough, 2003, p. 160).

Para melhor apresentação e articulação das análises, optou-se por dividir este eixo temático em três núcleos de significado, que perfilarão a construção identificacional dos policiais do Distrito Federal, quais sejam: laço institucional e estímulo ao abandono de si, entrega e devoção e, por fim, naturalização do domínio.

4.2.1 A construção identificacional pelo laço institucional e estímulo ao abandono de si

Entre os processos de construção identificacional dos policiais da PMDF, foi possível identificar que ela se realiza a partir do laço institucional criado e do estímulo ao abandono das suas identidades particulares, fazendo emergir uma identidade puramente militar. Essa construção identificacional passa a ocupar o ideal do ego e é determinada pelo laço social do sujeito com a instituição, empenhada em construir um novo homem, quando esse decidiu abraçar valores e princípios de visão e divisão de mundo que operam o espaço militar, semelhante às proposições de Enriquez (1991, p. 67), “o objeto que nos serve de objeto idealizado, que podemos amar e admirar, é o que surge no lugar de nós mesmos, enquanto objeto admirável, investido pela libido”.

Esse processo caracteriza-se como uma mortificação do *self*, termo empregado por Goffman (1988) como referência à perda das características individuais quando do ingresso de um sujeito em uma instituição total⁷. Nesse sentido, observa-se o discurso de Malaquias, exposto

⁷ As instituições totais, a exemplo das instituições militares, referem-se a “[...] um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla e por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada” (Goffman, 1963, p. 11).

no excerto 11, que exhibe o processo de mortificação do *self* e a construção identificacional do policial, a partir da incorporação de novos modos de ser, pensar e se comportar.

Excerto 11

Eu acho que o homem ou mulher, quando entra para a polícia militar, muda totalmente a vida dele, do que ele era antes, o modo de chegar nos locais, o modo de olhar as pessoas, como se fala assim, ele está sempre ligado, nunca consegue desligar. Ele se diverte, mas vigiando, ele dorme, mas vigiando. Então, nunca mais..., entendeu, ele vai ter uma vida normal igual ele tinha antes. O sono dele não vai ser o mesmo, os lugares onde ele vai vão mudar e quando o cara aceita isso para ele, nunca mais vai ser a mesma coisa. Tem gente que entra para a polícia achando que está entrando para qualquer outro tipo de serviço, mas não está, ele está entrando para um lugar que realmente quando ele se adaptar e reconhecer onde ele realmente está, ele muda a vida toda dele por causa da polícia militar. Então, ela influencia em tudo, na vida em casa, na vida amorosa, na vida profissional, em tudo a polícia militar influencia na vida, na vida de qualquer policial militar, não só na minha, mas a gente percebe. (Malaquias)

O fragmento de fala do Malaquias parte da modalização do discurso por meio da oração mental cognitiva “eu acho”, usada para expressar, de maneira subjetiva, aquilo que o ator pensa em relação às mudanças advindas quando da incorporação, indistinta de gênero, à instituição policial. Observa-se que esse tipo de modalização aparece apenas uma vez no excerto 11, como uma tentativa de minimizar o comprometimento do ator em relação ao que ele vai expressar na continuidade da fala. O desenrolar do discurso apropria-se mais de orações materiais, apresentadas como recursos discursivos para discutir as mudanças ocorridas no decorrer do seu ingresso na PMDF.

A construção identificacional é vista por Malaquias como um processo de mudança que envolve a forma de o policial ser e de interagir com o outro, influenciando as mais distintas instâncias da vida. Intensificada pelo adverbio “totalmente”, o policial elabora seu discurso evidenciando os campos mais influenciados pela mudança, privilegiando aspectos comportamentais e sociais.

No campo comportamental, verificam-se as variações quanto ao “modo de chegar nos locais”, “o modo de olhar as pessoas”, o modo de se divertir e de dormir. Socialmente, a construção identificacional do policial vai influenciar os lugares que ele vai frequentar, a vida familiar, amorosa e profissional. Associadas à locução adverbial “nunca mais”, essas mudanças figuram como formas de aprisionamento, que confinam a identidade singular do indivíduo para que a identidade policial possa emergir.

Em consonância com a Sociologia Clínica, verifica-se aqui o assujeitamento do policial aos imperativos a que o trabalho militar o condiciona e obriga. Há um ato de entrega e devoção, que leva ao verdadeiro falecimento do sujeito, restando-lhe apenas um contínuo estado de medo e

vigília. Como afirmam Bareicha e Nunes (2017), no campo da Sociologia Clínica, “o sujeito é aquele que é assujeitado por circunstâncias e contingências cotidianas e, ao mesmo tempo, também é aquele que atua nesse meio como um agente de permanente transformação” (p. 1). Há, ainda, um controle social pela via da ideologia, da saturação e da dissuasão, operando em função da domesticação do sujeito à instituição (Enriquez, 1991).

O uso da metáfora, como recurso de comparação implícita, também aparece como recurso discursivo nas declarações afirmativas de Malaquias. A expressão “ele está sempre ligado, nunca consegue desligar” é utilizada como um processo de naturalização do esforço policial e da dedicação integral do policial à instituição, exibida nos termos lexicais “sempre” e “nunca”. A articulação por meio da metáfora modaliza as exigências e pressões sofridas para o cumprimento do ofício policial. Essa modalização pode ser também percebida no afastamento do sujeito do seu discurso a partir da utilização dos pronomes “ele” e “dele”.

Omitidas discursivamente, as exigências impostas pela instituição militar se fazem presentes nas articulações que evidenciam um contínuo estado de alerta. Essa atenuação da fala é reforçada pelas conjunções coordenativas adversativas que sucedem a metáfora, ou seja, o locutor afirma que “ele se diverte, mas vigiando; ele dorme, mas vigiando”. A conjunção adversativa apresenta-se como recurso discursivo para encobrir as possibilidades de o indivíduo romper com a identidade policial forjada. Essa articulação reforça o uso do controle social da instituição policial por meio da ideologia militar, que, no conjunto dos seus valores, coíbe o sujeito de manifestar expressões livres ou contrárias aos interesses militares.

Em relação ao discurso sobre a vida que antecede a incorporação à polícia, o locutor se utiliza do qualificador “normal”. Verifica-se que ele recorre à ordem do discurso médico para apontar o comprometimento da sua existência, nomeada pelo vocábulo “vida”, em relação à nova identidade. As presunções valorativas expostas na tessitura do discurso, como “o sono dele não vai ser o mesmo”, reforçam a convicção do policial de que a sua existência “nunca mais vai ser a mesma coisa”.

Essa construção identificacional, marcada pela mudança de vida e pela perda da liberdade, rememora o modo de devoção “diabólica” de entrega do sujeito à instituição, como descrito por Pagès et al. (2006, p. 141)⁸, “o pacto com o diabo: ‘Eu renuncio a mim mesmo’. A ilusão do poder não se paga somente com uma carga de trabalho considerável, produz sobretudo a

⁸ O trabalho de Pagès et al. (2006) abordando as configurações do poder, a partir da análise de uma filial europeia de uma grande empresa multinacional americana, ficticiamente chamada TLTX, apresentou-se como importante contribuição para as análises aqui apresentadas, respeitadas as diferenças em relação ao contexto do trabalho militar.

dependência e a submissão do indivíduo que deixa de se pertencer”. Verifica-se que, mais do que uma perda da autonomia, há uma perda da própria identidade.

A presunção valorativa é outro recurso discursivo utilizado pelo policial, visto quando ocorre a comparação da entrada de um indivíduo na organização militar em relação a “qualquer outro tipo de serviço”. Nessa articulação, o locutor modaliza sua fala a partir da tentativa de não se comprometer com aquilo que diz, para isso ele não se coloca diretamente no texto, mas por meio da projeção da fala “tem gente”, atribuindo ao outro aquilo que pensa. As observações de campo auxiliam nessa análise ao descreverem que, ao iniciar a entrevista, Malaquias questionou se o pesquisador não era da equipe de investigação da polícia, demonstrando receio em se declarar e em relação ao destino das informações prestadas.

A construção identificacional de Malaquias é condizente com os processos de mediação (ideológica, psicológica, econômica e política), citados por Pagès et al. (2006), bem como com os mecanismos de controle sociais, descritos por Enriquez (1991), e utilizados pelas organizações como recursos para prevenir conflitos e assegurar a fidelidade dos seus membros. É por meio da coerente e orquestrada coordenação desses mecanismos que a organização militar consegue dominar e influenciar o comportamento dos seus policiais.

Outra fala que remete à construção identificacional pelo laço institucional e estímulo ao abandono de si é a do policial Berilo, apresentada no excerto 12. No excerto de sua fala, ele reforça a construção identificacional do policial militar com poder apelativo para o recurso de nomeação, interpelado repetidas vezes pelo nome de guerra, a patente hierárquica e o nome pessoal.

Excerto 12

Depois que eu entrei na polícia militar, eu me transformei em [nome de guerra], no primeiro momento soldado [nome de guerra], cabo [nome de guerra] e agora sargento [nome de guerra]. E é completamente diferente, os vizinhos me olham diferente. O [nome pessoal] deixou de existir em algum momento da minha vida eu pensei: “Caramba! No que eu me transformei? Cadê aquele [nome pessoal] aquele camarada mais tranquilo, menos tenso”. Me transformei. Hoje em dia eu me vejo mais como sargento [nome de guerra], o [nome pessoal] [nome pessoal] ficou. Eu tive que me moldar muito e me observar para poder controlar um pouco o meu comportamento com a minha esposa, meu comportamento com os meus filhos, porque eu trabalho e esse negócio do sargento [nome de guerra], do cabo [nome de guerra], do sargento [nome de guerra], do cabo [nome de guerra], do soldado [nome de guerra], para ele não influenciar muito. (Berilo)

O discurso do Berilo inicia-se fazendo uma alusão ao antes e depois do seu ingresso na instituição policial. Na articulação, o ator assume sua transformação por meio de um processo relacional, que se afirma em períodos distintos por meio da expressão “eu me transformei”.

Para declarar sua transformação, traz à tona a progressão funcional hierárquica vivida, nomeando em cada patente o nome de guerra, que o identifica depois da entrada na corporação militar. Verifica-se que, como apresentado por Freitas (2000), a progressão na carreira torna-se elemento organizador da vida pessoal do policial, em que sua identidade pessoal cede lugar à profissional, atribuindo-lhe sentido, autoimagem, reconhecimento e um referencial de sucesso. No entanto, essa transformação não garante a realização pessoal e acaba comprometendo outras instâncias da sua vida, como apresentado por Berilo, suas relações com a esposa e com os filhos.

No percurso evolutivo das patentes, o policial destaca a noção temporal do evento, iniciando “no primeiro momento soldado” e finalizando com o “agora sargento”, aludindo aos tempos passado e presente, como sinônimo de mérito em retribuição ao investimento da vida à instituição. Discursivamente, a ordem do discurso institucional militar atravessa as falas que identificam e nomeiam o sujeito, como menciona Owen (2016), a instituição estende seu alcance ao longo do tempo, moldando escolhas e oportunidades pessoais por meio de carreiras.

Verifica-se que a articulação temporal do excerto 12 é recurso presente em vários momentos do discurso, delineando um processo linear de transformação identitária, que vai desde o “depois” do ingresso na Polícia Militar até o “hoje em dia”. Faz-se interessante notar que, no percurso das transformações, a incorporação da identidade militar é marcada pela objetivação do tempo, que se incumbe de anular o sujeito a partir da modificação dos seus modos de ser e de agir.

Fazendo associação aos ditos de Touraine e Khosrokhavar (2004), a dominação do militarismo sobre a vida particular do policial o leva a abster-se de si e seguir os modelos e as regras impostos pela instituição e exigidos pela estrutura social como modelo ideal de “ser polícia”, levando o indivíduo ao campo do assujeitamento, unidade homogênea e coesa de uma estrutura hierarquicamente coordenada e impositiva. No sentido atribuído, a identidade singular do sujeito parece ter se perdido em meio a tantas transformações, patentes e pujança da identidade militar que assumiu. Discursivamente, observa-se que essa transformação pessoal não é demarcada com uma precisão temporal, mas pela convicção de que ela tenha ocorrido em “algum momento” do percurso.

Ao perceber essa transformação identitária, Berilo o faz por meio de um processo mental cognitivo e de modalização subjetiva, “eu pensei”, aludindo a uma autorreflexão em relação às mudanças vividas. A interjeição “caramba” expressa o espanto e a surpresa do policial ao perceber a falta da sua identidade anterior, evocada pelo seu nome pessoal, que no discurso aparece com adjetivos qualificadores e intensificadores de “mais tranquilo e menos tenso”.

O uso do vocábulo “camarada”, observado no excerto 12, toma a ordem do discurso militar para manifestar a existência de laços de amizade e companheirismo. Nesse sentido, verifica-se que, em sintonia com as discussões de Enriquez (1991), a construção identificacional relaciona-se ao compromisso de fidelidade do policial à instituição, colocando-a no lugar do pai protetor e acolhedor, que, por meio de “palavras mágicas, investidas libidinalmente” (Enriquez, 1991, p. 66), alcança o investimento e a doação voluntária do policial às normas e leis instituídas pelo militarismo.

Utilizando-se do pronome “aquele” para referir-se a si em outro momento, a fala entoa o saudosismo do policial pela sua identidade mais singular e pessoal. A expressão parece designar um sujeito que, embora identificado, encontra-se afastado de si. Touraine (2006, p. 124) descreve que, em meio aos acontecimentos em que o ser humano se vê mergulhado, o que cada um procura é a construção de sua vida individual, respeitando suas diferenças e dando sentido geral a cada acontecimento. A busca não pode ser senão “do direito de ser o autor, o sujeito de sua própria existência e de sua própria capacidade de resistir a tudo aquilo que dela nos priva – e torna nossa vida incoerente” (Touraine, 2006, p.124).

Ao analisarmos a categoria analítica da modalidade no excerto 12 da fala de Berilo, verifica-se a predominância das modalidades epistêmicas subjetivas, demarcada pela presença do sujeito na frase (eu/nós) e verbalizada nas expressões “eu entrei”, “eu pensei”, “eu me transformei”, “eu me vejo”. Essa modalização é atenuada quando o policial expressa a obrigatoriedade de mudança para a construção identificacional do policial militar. Na fala “eu tive que me moldar muito”, o ator utiliza-se da modalidade subjetiva deôntica⁹ para designar a necessidade de mudança, assumindo para si a responsabilidade de mudar.

As expressões utilizadas descomprometem a instituição militar das exigências pela construção de uma nova identidade. Essa falsa neutralidade oculta uma ideologia própria do militarismo, não percebida pelos atores que participam da instituição. A responsabilização pela mudança é apenas do policial, que se culpabiliza pelo abandono de si, pela mortificação do *self* e dos seus valores individuais.

A imposição pela mudança apresenta-se de forma velada. É o policial que se enxerga na obrigação de mudar seu comportamento consigo, com a esposa e com os filhos. Tal fato designa o caráter ideológico do militarismo, corroborando as ideias de Gaulejac (2007) em seus estudos em relação ao gerencialismo nas organizações, ao afirmar que “por trás dos instrumentos, dos

⁹ A modalidade deôntica refere-se ao modo como os atores se comprometem com seus discursos no que se refere a obrigações e necessidades, ocorrendo a partir de demandas ou ofertas. Sua identificação pode ser verificada em expressões do “tipo isso é”, “isso deve”, “será”, “pode ser” e “não é” (Vieira & Resende, 2016).

procedimentos, dos dispositivos de informação e de comunicação encontra-se em ação certa visão de mundo e um sistema de crenças” (p. 65), que são inculcados nos sujeitos de forma a encobrir seu caráter de dominação.

Ao acionar o processo de mudança vivenciado, observa-se no excerto 12 certo grau de estranhamento e inquietação do policial em relação ao que de fato ele tenha se transformado, como ele mesmo questiona: “No que eu me transformei?”, o que é posteriormente afirmado conclusivamente “me transformei”. Considerando o percurso da fala, parece que, mesmo sem saber o destino da sua transformação, a estranheza do policial encontra-se no fato de ter que assumir uma identidade que lhe contraria. Como sargento, ele se vê obrigado a controlar, pelo menos “um pouco”, seu comportamento, impedindo aquilo que lhe parece indesejado. Verifica-se que, embora a introjeção da identidade militar, o policial ainda resiste a ser apenas um indivíduo, em que se projeta a imagem do que é ser policial e busca, ainda que sem rebeldia, tornar-se sujeito, dono de si e dos seus próprios desejos (Touraine & Khosrokhavar, 2004).

O fragmento de fala de Berilo, excerto 12, reafirma os estudos de Morais e Paula (2010), Owen (2016), Silva (2002) e Storani (2008), tendo em vista que a entrada do sujeito na PMDF parte da mortificação do *self* (Goffman, 1974) e do abandono de si para a construção de uma nova identidade, marcada, excessivamente, no discurso do policial, na mudança do seu próprio nome.

Os valores estruturantes da PMDF vão sendo incorporados, de modo a levar o indivíduo a romper com princípios e valores individuais, abandonar os aspectos particulares que o edificam e assumir novos elementos identitários, inclusive aqueles que ele rejeita, para, assim, se apropriar dos valores institucionais do militarismo. Como afirma Goffman (1974, p. 29), uma “deformação pessoal que decorre do fato de a pessoa perder seu conjunto de identidade”.

Como se observa nos discursos selecionados, a construção identificacional dos policiais pelo laço social e pelo estímulo ao abandono de si leva o indivíduo a romper com valores e sensibilidades anteriormente vividas para que novos valores sejam introjetados. As circunstâncias descritas coadunam a ideia do apagamento do sujeito, que se mostra enfraquecido e frustrado pela impossibilidade de ser completo e senhor de seus próprios desejos. Como afirma Hall (2000), a rejeição de si não se vincula à identidade, uma vez que essa é continuamente construída, mas às condições impostas sobre o sujeito como fundamento e objetivo final para o ser policial.

4.2.2 A construção identificacional pela entrega acrítica e devoção

Por força da instituição, o sujeito incorpora novos elementos identitários e se torna incapaz de transmitir uma identidade própria. Não obstante, no contexto militar, as próprias diretrizes institucionais impõem a necessidade de uma cessão da personalidade civil para a militar, definida por um comportamento ilibado de padrão, rigor, obediência e disciplina (Souza, 2002).

A análise discursiva do excerto 13, da fala da policial Jade, permite identificar que a construção identificacional do militar requer a entrega total do sujeito à organização, forjando uma identidade profissional que transcende o lócus institucional e engloba o jeito de ser, de vestir e de se comportar.

Excerto 13

Cheguei com o cabelo solto até. Mas aí tinha uma cabo e falou: “o jeito aqui é assim, o uniforme padrão é tal, tem que fazer a unha, tem que usar maquiagem” e eu: “ai meu Deus! Então tá, né?”. Aí no outro dia eu apareci maquiada, com coque e era calça jeans e na época eu estava mais gordinha, eu emagreci uns 10 quilos, a gente corria todo dia, mas foi tranquilo, eu tive um choque nesse sentido, porque eu era bem antissocial, mas eu fui entrar nesse padrão do jeito de vestir e tal. Aí tinha essa cabo que apertava a gente para a gente ficar bem no padrão e tudo, mas eu estranhei um pouco a forma como eles mandavam... Na época tinha que fazer faxina, mas aí eu pensei: vou fazer o teatro de militar, por causa do emprego e fui vindo, fui pegando o jeito, fui me acostumando. (Jade)

Ao ser questionada sobre o seu ingresso no CFP, a policial parte de um discurso atravessado pela identificação relacional para explicar a sua adaptação voluntária e acrítica às exigências do sistema militar. A locutora utiliza-se da metáfora, “que apertava a gente”, para modalizar a imposição institucional pela mudança de comportamento. Ao mencionar que “uma cabo falou”, ela dissimula o caráter impositivo e obrigatório da expressão. Na verdade não se registra aqui o simples ato de falar, mas uma prescrição de ordem hierárquica e disciplinar, um mecanismo de controle institucional que se reforça nas expressões valorativas “o jeito aqui é assim, o uniforme padrão é tal” e na modalidade deôntica dos trechos que expressam a obrigatoriedade da mudança, “tem que fazer a unha, tem que usar maquiagem”.

No desenrolar do texto do excerto 13, depois de expressar sua adesão e aceitação passiva às regras, a interlocutora retoma a fala, modalizando, com o recurso discursivo da metáfora “apertando”, a pressão hierárquica advinda da militar de patente superior, a “cabo”. No entanto, deixa escapar, ao final da verbalização, a imposição pela mudança, ou seja, “eles mandavam”.

Ao descrever o modo como a policial Jade deve se apresentar no trabalho, a “cabo”, superior hierárquica, opera com um mecanismo de controle institucional, que nesse momento é reproduzido pela experiência vivida no ser mulher na instituição militar. A prescrição tem a função de manipular o corpo da policial, modelando-o e levando-o a se adaptar às exigências institucionais e sociais que masculinizam a profissão.

A construção identificacional do feminino no militarismo é atravessada discursivamente pela virilidade do masculino, dissimulando um discurso que perpassa o machismo e a discriminação, pois o corpo útil para ser policial é o corpo masculino. Assim, o modelo prescritivo de ser mulher na polícia, o modo de se comportar, se vestir e se apresentar é, então, um modelo de reprodução social, pois, historicamente, ser polícia é coisa de homem.

Para além do discurso da construção identificacional, trava-se aqui também uma questão da ordem do gênero, em que o ser mulher minimiza ainda mais a autonomia do sujeito em relação aos seus próprios corpos, tornando-as mais dependentes da ordem disciplinar do militarismo. Aceita-se o feminino, mas ele deve ser discreto e homogêneo, de forma a reproduzir em sua imagem a imagem institucional da polícia. Essa é uma forma de desidentificar o sujeito e identificar o indivíduo, por meio do cumprimento de prescrições de comportamentos homogêneos e padronizados vistos na farda, no corte ou no arranjo do cabelo, na cor das unhas, na maquiagem, ou seja, no apagamento da autonomia do sujeito, nesse caso mais fortemente no feminino.

Evidencia-se a redução do corpo vivido ao corpo institucionalmente formatado, mecânico e dócil, fortalecendo o modelo homogêneo e prescrito que a ordem social determina. Cabe à mulher apenas anuir o que lhe é prescrito, senão, imposto. Nas configurações do trabalho militar da Nigéria, Owen (2016) também apresenta as reivindicações da ordem policial à conduta dos seus membros, incluindo, entre outros elementos, identidade, corpo, vestiário, sexualidade e moralidade.

Verifica-se que, após as exigências impostas pela hierarquia, representada no excerto 13 pela superior “cabo”, a locutora expressa um pedido de clemência verbalizado na interjeição “ai meu Deus”. A declaração da piedade divina opera como um apoio para suportar as exigências que estavam por vir. Não encontrando possibilidades de negar a morte da sua identidade autônoma, Jade recorre a Deus como alternativa de solução de seu problema. Contudo, na sequência, ela legitima a aceitação às condições apresentadas, “então tá, né”.

O discurso volta-se, então, para um contexto de abertura da policial para a aceitação e submissão aos mandos institucionais, o que descreve um primeiro passo para a construção identificacional. Essa articulação é demarcada pela ação temporal, dita “no outro dia”,

implicando o dia seguinte, sem qualquer menção de reflexão ou criticidade às demandas institucionais militares. A aceitação das normas e regras é evidenciada, discursivamente, nas transformações a que a locutora se submeteu, seja no uso da maquiagem, no coque ou na calça jeans. Nesse excerto, identifica-se que o comprometimento da policial com aquilo que fala, explícito no uso de afirmações avaliativas, apresentadas na primeira pessoa do singular: “eu apareci” e “eu emagreci”.

Observando a aceitação de Jade às normas institucionais militares “por causa do emprego”, verifica-se a sua submissão à necessidade do emprego. Esse processo justifica a obediência, a disciplina e o silenciamento, pois o peso das pressões não dá espaço ao jogo da sublimação, mas sim a uma luta do indivíduo contra si (Lhuilier, 2013).

No excerto 13, a declaração “eu estranhei” e a metáfora “teatro de militar” descortinam certo grau de insatisfação e o contra desejo da policial pelo trabalho que viria a dedicar. A repressão imposta para adoção de novas condutas, que contrariam seus desejos, leva a policial a renunciar de seus sonhos e fantasias e provocar um “tipo de anestesia do funcionamento psíquico e a um empobrecimento vivido como despersonalização pela instrumentalização” (Lhuilier, 2013, p. 485). A imaginação, a invenção, a inovação e a bricolagem, verbalizadas por Jade no “teatro de militares”, podem ser identificadas como mecanismos de subversão, encontrados pela policial como recursos para amenizar os modos operatórios impostos pelo controle institucional militar, como mencionado por Lhuilier (2013).

A passividade com que Jade recebe as mudanças impostas, com um campo muito restrito de possibilidades de subversão e pela necessidade de sabotar por tanto tempo sua identidade, terá como destino os sintomas do seu futuro adoecimento. A subversão pela via do “teatro de militar” apresenta-se como uma boa saída, mas tende a falir com o tempo, não sendo suficiente para conter o desejo da autonomia e a rejeição de uma identidade forjada.

A rejeição às mudanças, silenciadas no discurso, será, ao longo do tempo, de dedicação ao serviço e de negação do sujeito transformada em sintoma que virá a comprometer a saúde da policial. Como afirmam Enriquez (1995), Faria e Meneghetti (2011), Gaulejac (2007), Hanique (2009), Lhuilier (2013) e diversos outros autores, a exploração das potencialidades psíquicas dos indivíduos é responsável pelo seu o adoecimento e alimenta um contínuo processo de sofrimento, abandono e individualização.

A análise textual referente à construção identificacional dos militares pode ser realizada ainda pela tessitura discursiva da Jade, vista no excerto 13. O desenvolvimento da identidade é marcado pelo caráter temporal, explícito na marcação do tempo, dito como “na época”, e nas articulações verbo-temporais utilizadas, que remetem a um tempo passado, como “eu estava”,

“eu tive”, “eu era” e “eu fui”. Essas afirmações evidenciam que a policial reconhece uma identidade anterior àquela que agora discursa e desconsidera a existência de um sujeito no presente, o que lhe resta é um corpo a reproduzir interesses alheios à sua vontade.

Verifica-se, ao final do texto, a modalização dessas afirmações por meio do uso do gerúndio, uma tentativa de modificar o sentido acional dos verbos e descrever a construção identificacional como um processo gradativo, descrito nas expressões “fui vindo”, “fui pegando” e “fui acostumando”, como mencionado por Hall (2006), de uma identidade em contínuo processo de transformação (Hall, 2006; Lhuilier, 2013).

Observa-se que a construção identificacional da Jade é marcada por uma troca de interesses, em que ela cede aos requisitos institucionais da polícia em função dos benefícios que receberia. Tal fato relaciona-se com o que Gaulejac (2011) e Lhuilier (2013) descrevem sobre o acesso que o trabalho oferece para a realização de si no campo social. O lugar concedido ao trabalho na construção ou desconstrução do sujeito assume relação tanto com seus recursos e capacidades quanto com suas motivações e desejos (conscientes ou inconscientes). Essa dualidade do uso de si, por um lado, remete à história singular do sujeito e, por outro, ao contexto social.

Simplificando em uma questão de adaptação e de *performance* no “teatro do policial”, Jade ignora seu assujeitamento e dissimula a formação identitária policial. Ela se entrega, acriticamente, para a edificação da identidade militar, um rótulo que passa a determinar suas ações, gostos, liberdade e valores (Morais & Paula, 2010; Owen, 2016). A adaptação tem uma via unilateral, pois apenas o indivíduo deve adaptar-se à instituição (Gaulejac, 2007). Como afirma Lhuilier (2013), nesse processo de entrega, “as atividades escapam ao livre arbítrio do indivíduo” (p. 484).

Na descrição de Spartacus, excerto 14, ao narrar sobre a formação do policial, ele apresenta um equívoco conceitual interessante ao confundir “estado civil” com “mundo civil”. À luz do discurso, observando as articulações verbais que o ator relata ao longo da fala, verifica-se que elas não deixam de fazer analogia entre a formação policial e um casamento, a mudança de um “estado civil” para outro, nesse caso, podendo ser interpretado como um “estado militar”.

Excerto 14

E aí para você formar uma pessoa assim, uma pessoa que vem do estado civil, do mundo civil para tornar um militar, você acaba tornando um robô, uma pessoa que muitas vezes é impedido de questionar, de criticar, de pensar, que eu acho que hoje é o que a sociedade espera do policial militar, alguém com senso crítico para analisar, apesar da ordem ser essa, esse caso demanda essa postura, essa postura e essa postura... (Trecho 1 da fala de Spartacus)

Para explicar sua entrega pacífica e submissão às diretrizes militares, Espartacus apropria-se do recurso discursivo da metáfora. O sentido atribuído ao substantivo “robô” faz referência à construção identificacional de um “sujeito autômato”, um androide funcional, que obedece mecanicamente às ordens institucionais depois de uma formatação, uma inculcação de um modo de ser e de pensar (Faria & Meneguetti, 2011; Motta, 1979b). O sujeito autômato deve ser acrítico, isento de desejos próprios, alheio a laços emocionais e sem sensibilidade para questões de afeto. De fácil manipulação e coordenado por um sistema padronizado de ser, ele está sempre à disposição do seu criador, pronto para a realização dos desejos do seu desenvolvedor. A metáfora do robô apresenta-se como modelo propício para identificação do que é ser policial, sob a perspectiva de Espartacus.

A metáfora disfarça a manipulação da subjetividade do policial (Faria & Meneghetti, 2007a) e da criação de um laço de dependência, considerando que um robô carece de um processo de manutenção, suprimento e alimentação do seu sistema. Como afirma Enriquez (1995, p. 77), “a organização deve funcionar sem interrupções, como uma máquina bem azeitada, onde os indivíduos são peças de funcionamento”. A fala faz emergir o senso de utilitarismo e mecanicismo dado ao sujeito nas organizações contemporâneas, um sujeito apático e acrítico, obediente e submisso, plugado, exclusivamente, nos mandos institucionais e que, no contexto das novas tecnologias e do ciberespaço, se deixa robotizar.

Reforça-se aqui o jogo da manipulação ideológica da instituição militar, que coloniza os mais variados campos da vida do policial, especialmente na forma do poder disciplinar, e que adentra os sujeitos de forma a tirar deles o máximo possível. Esse jogo é objeto de controle que age sobre o sujeito, mortificando a sua subjetividade, freando suas pulsões e canalizando sua energia psíquica, tudo para transformar seus corpos e espíritos em força de trabalho (Antunes, 2006; Dejours, 1992; Gaulejac, 2007; Mendes & Vieira, 2014; Siqueira & Mendes, 2009). O efeito ideológico dessa construção identificacional é a dominação que se estabelece sobre o policial ao inculcar nele os valores e princípios da ideologia militar (Morais & Paula, 2010).

Na tentativa de diminuir seu comprometimento com aquilo que diz, no excerto 14, Espartacus utiliza-se da modalidade subjetiva “eu acho” para se afastar da responsabilidade com a fala e projetar, na sociedade, sua própria expectativa de poder ter “senso crítico para analisar”. Não obstante, verifica-se o reforçamento da sua submissão à ideologia militar por meio da locução adversativa “apesar da ordem ser essa”. A fala remete a uma natureza de dominação ideológica já introjetada no sujeito, em que, mesmo percebendo seu aprisionamento,

ele se constrói e se desconstrói no discurso. A prática social apresentada evidencia o controle ideológico da instituição sobre o sujeito, a partir da sua aceitação acrítica e involuntária da ordem (Enriquez, 1991; Pagès et al., 2006; Tonon & Grisci, 2015).

Verifica-se, na modalização da fala, que, na essência, o sujeito não perdeu a subjetividade, ela ainda o habita no desejo pela liberdade de poder ser um sujeito pensante, crítico e autônomo. Contudo, o vigor ideológico e a norma institucional reprimem esse desejo, restando ao policial projetar na sociedade um desejo que é seu. Atribuir à sociedade seu desejo diminui a culpa pelo assujeitamento e por divergir do padrão constituído e, acima de tudo, sem condenar aquele que reprime sua autonomia e nutre sua devoção. Como afirma Enriquez (1991, p. 359), “em tal circunstância, a violência situa-se do lado da interdição, da linguagem, do recalque, e não do da censura, do corpo a corpo e da repressão”. O Estado vigora como morte de todo desejo que não seja seu.

Para Espartacus, a sociedade espera policiais críticos, pensantes e participativos. No entanto, por não ser o desejo da instituição, esse também não pode ser o desejo do policial, tendo em vista que sua “postura” deve estar alinhada a um padrão previamente estabelecido, “esse caso demanda essa postura, essa postura e essa postura”.

Vale ressaltar que atribuir à sociedade a demanda por um sujeito pensante relaciona-se ao papel que o policial assume socialmente, o de proteger e preservar a vida em situações que transgridam a ordem social. Por operar em situações emergenciais e de risco, a profissão exigiria autonomia e liberdade de ações, o que diverge do que de fato acontece no cotidiano organizacional, um paradoxo que tende a atormentar continuamente o sujeito. Como afirma Enriquez (1991, p. 148), “se as sociedades e os indivíduos reprimem uma parte dos seus desejos, não é somente porque os dirigentes são autoritários e repressivos e porque os indivíduos se autocensuram: é para que eles possam efetivamente viver juntos”.

Em uma perspectiva temporal, o excerto 15 da fala de Espartacus explica o começo da sua construção identificacional como policial. Assim, ele diz:

Excerto 15

Então no começo, nos primeiros seis meses, eu me tornei uma pessoa que eu acho que nem eu conviveria comigo mesmo e aí comecei a raciocinar: “eu defendo a lei, mas eu preciso entender que tem um ser humano, talvez ele precise de ajuda para começar a exercitar a lei”... Então no começo eu acho que a dificuldade é entender que apesar de você ter uma missão, mas nem sempre a forma é a mesma e a gente é doutrinado a sempre fazer daquela forma, da mesma forma: no rigor, na força, na energia e às vezes nem tudo é assim. Então, se você souber diferenciar isso aí, você consegue levar bem, mas, se não souber, entrar na pilha de que tudo é daquele jeito você pode ter problemas. (Trecho 2 da fala de Espartacus)

Para Espartacus, os “primeiros seis meses” ecoam como suficientes para a transformação do sujeito em policial. No entanto, a afirmação direta “eu me tornei” é interrompida pelo locutor por meio da modalidade subjetiva “eu acho”, reduzindo seu compromisso com o dito. A necessidade de abrandar a fala é explicada pela força da expressão de rejeição, que o sujeito passa a ter de si, dita como “nem eu conviveria comigo mesmo”. Essa rejeição desencadeia no discurso um processo mental desiderativo, explícito na articulação “comecei a raciocinar”. Tal fato leva à interpretação de que, a partir do momento que o policial raciocina, ou seja, assume uma postura crítica de si, ele rejeita aquilo em que se transformou.

Ao mencionar que “comecei a raciocinar”, o ator revela uma reflexividade em relação à mudança imposta pela organização militar e à existência de um “ser humano”. O discurso suscita a dissociação entre o ser policial e o “ser humano”, despertando no sujeito a necessidade de “entender” esse ser humano que coexiste ao ser policial. A modalização do discurso nesse trecho acontece no uso do advérbio “talvez”, usado para abrandar o sofrimento do sujeito ao incorporar a identidade policial. Observa-se que, após a inserção do “ser humano”, o ator desloca o discurso da primeira pessoa para a terceira do singular, implicando a necessidade de se reconhecer sujeito em meio às transformações institucionais impostas. Essas relações recordam Lhuilier (2009) ao descrever o sujeito do trabalho contemporâneo, identificando-o como “um sujeito que negocia com seu ambiente e consigo mesmo para encontrar um equilíbrio mais ou menos estável e protetor, que calcula seu espaço de manobra e confronta suas capacidades com seu ambiente para remodelar melhor os problemas colocados a ele” (p. 99), o que posteriormente se converterá em adoecimento.

Ainda em relação à formação, no excerto 15, Espartacus modaliza subjetivamente, por meio da interlocução “eu acho”, a dificuldade de entender o sistema a que os policiais são submetidos. Contudo, sem qualquer modalização, o ator se utiliza do recurso discursivo da avaliação para afirmar que “a gente é doutrinado a sempre fazer daquela forma, a mesma forma”. Nessa instância, o policial afirma, categoricamente, que a construção identificacional do policial se desenvolve por meio de um processo de doutrinação. Isso leva o sujeito a aceitar e se submeter à ideologia militar que lhe é imposta, corroborando as ideias de Motta (1986). O marcador de circunstância “sempre” opera como intensificador desse processo de doutrinação, embora as circunstâncias “nem sempre” sejam as mesmas, mas “às vezes”.

O juízo de valor empregado parece partir da experiência e do conhecimento adquirido na instituição militar, evidenciado no pronome demonstrativo “daquela forma” e imediatamente complementado com a locução “mesma forma”. A descrição do processo de doutrinação não

afasta o *modus operandi* da ideologia gerencialista, que se efetiva por meio da manipulação do psiquismo do trabalhador, com o objetivo exclusivo de criar vínculos capazes de fantasiar a realização do ego em função de alcançar os interesses institucionais.

Para fechar a verbalização, no excerto 15, Espartacus utiliza-se das proposições condicionais “se/então” como recurso de orientação para minimizar a impotência frente às imposições institucionais. Pela fala apresentada, o policial torna-se o único responsável pelo seu bem-estar na corporação, pois cabe a ele “diferenciar” quando adotar o “rigor”, a “força” e a “energia” para conseguir “levar bem”. Contudo, adverte, “se não souber... pode ter problemas”.

Atenta-se mais para a injunção paradoxal (Gaulejac, 2007) existente no discurso, que se reflete na prática social do militar, onde ao mesmo tempo que o policial é condicionado (doutrinado) a “sempre fazer daquela forma”, ele não pode “entrar na pilha de que tudo é daquele jeito”.

O uso da metáfora “entrar na pilha” assume valor pejorativo, insinuando a necessidade de contenção do policial em se deixar influenciar por posições e situações que possam vir a contrariar a prescrição do trabalho policial. A infração do prescrito coloca o indivíduo em risco, levando-o a “ter problemas”. Semanticamente, “entrar na pilha de que tudo é daquele jeito” é o que leva o policial a sair do enquadre normativo e adotar procedimentos baseados na sua prática cotidiana, o que implicaria um mínimo de autonomia no trabalho que realiza. Como observa Lhuilier (2013), o trabalho é a cena em que o sujeito se confronta, simultânea e dialeticamente, consigo, com o outro e com o real.

Ao que se observa na conjuntura do trabalho policial, o trabalho real – dito como aquele que se ajusta à situação – deve ser sempre suprimido pelo trabalho “pré-escrito”. Ou seja, a criatividade deve ceder espaço à operacionalização de um trabalho prescrito, regido pela burocratização das tarefas e pelo rígido controle hierárquico (Dejours, 2007). Ademais das considerações quanto aos paradoxos da prática social do trabalho policial, verifica-se que o hiato entre o prescrito e o real será responsável pelo sofrimento psíquico do trabalhador e, conseqüentemente, seu adoecimento mental. Pois, “a gestão concreta da defasagem entre o prescrito e o real depende na verdade da mobilização dos impulsos afetivos e cognitivos da inteligência” (Dejours, 2007, p. 30).

A verbalização de Espartacus exhibe três elementos discursivos que parecem marcar o modelo de construção identificacional da PMDF, quais sejam: a metáfora do robô, a expectativa social e a doutrinação. À luz da Sociologia Clínica, verifica-se que a instituição militar, provedora de cuidados, segurança e uma realização narcísica, parece realizar um deslocamento

do sujeito de si para um “sujeito autômato”, tipo de androide social disciplinado, acrítico e obediente, por meio de um processo de doutrinação e controle social.

Para manter o seu domínio sobre o sujeito, a instituição militar conjuga o poder pela saturação do poder da ideologia, exercido a partir de um só texto repetido exaustivamente, de forma a normalizar o que ele acredita, como afirma Enriquez (1991, p. 288), uma “monopolização da expressão do discurso social e a censura generalizada, que privam todas as classes de seus próprios desejos e meios de expressão”.

No poder pela saturação, a dominação é marcada pelo silenciamento, impresso no impedimento “de questionar, de criticar, de pensar”, corroborando Enriquez (1997b) ao afirmar que, mesmo não mais acreditando no discurso oficial, o sujeito não vai encontrar palavras para exprimir seus pensamentos, correndo o risco da completa privação da sua capacidade de pensar e de julgar. No poder da ideologia, a dominação é obtida a partir da fidelidade à organização, onde só são dignos de confiança aqueles capazes de incorporar os projetos institucionais como se fossem suas próprias vidas (Freitas, 1999), sacrificando sua subjetividade e manifestando total e entusiástica adesão à ideologia militar.

O discurso de Espartacus apresenta indícios da construção de identidades subalternas, orientadas pela disciplina e obediência à hierarquia disciplinar, em que relações assimétricas de poder são estabelecidas por meio dos impedimentos “de questionar, de criticar, de pensar”.

Essa instância repressora da organização pode ser explicada a partir das argumentações de Enriquez (1991) ao tratar a questão do Édipo no contexto social das instituições. O autor apresenta que o complexo de Édipo, interditor das pulsões, deixa de ser uma questão de psiquismo individual e passa a ser requisito essencial para que qualquer corpo social possa alcançar o estado de cultura, ou seja, para viver em relações estabilizadas e simbolizadas.

Nesse sentido, a única resposta encontrada pelas instituições é a construção de uma instância repressora, pois “não pode existir corpo social sem a criação de um sistema de repressão coletivo” (Enriquez, 1991, p. 36). Além disso, a constituição social só acontece se for regida por um sistema de aliança e filiação, recurso para conter as pulsões e evitar o caos primordial, a indiferenciação e a permissividade total. Esses dois mecanismos (a filiação e a repressão) levam o sujeito a se ver obrigado a buscar satisfazer suas pulsões sempre presentes, o que acaba minando o sistema social criado, que, em consequência disso, para se proteger, deve erigir continuamente proibições.

A reprodução da repressão, aliada ao sentimento de filiação, favorece o embotamento psicológico do policial, barrando sua potência libertadora por estar preso entre o amor que devota e a norma que o reprime (Enriquez, 1991). Assim, a falta de poder sobre seu próprio

desejo e sobre a organização do seu trabalho pode ser vista como motivadora da passividade, do silenciamento e da aceitação das condições que lhe são impostas.

4.2.3 A construção identificacional pela apatia e naturalização do domínio

A apatia e a naturalização do domínio são outros dois elementos que envolvem a construção identificacional dos policiais militares. Os discursos analisados revelam certo grau de conformismo com as privações, as violências e a submissão. Acostumados com a organização do trabalho, os sujeitos já não alimentam fantasias, sonhos ou vontades, eles não se veem capazes de dirigir suas próprias vidas.

As enunciações de Jadson e Theodotus evidenciam a dificuldade, senão impossibilidade, de ser policial e, ao mesmo tempo, ser um cidadão comum. O discurso militar é naturalizado como um isolamento fácil de se acostumar.

Excerto 16

Meu trabalho realmente muda a vida da gente completamente nesse sentido de restrição. [...] Eu creio que, não sei quando eu era civil, se bem que quando eu entrei na polícia ia fazer 22 anos, não sei se era porque era jovem e não ligava para isso, mas tinha mais liberdade. Hoje eu não tenho liberdade [...]. Hoje, no início eu me sentia um pouco deslocado, mas eu já me acostumei, tipo um isolamento. (Jadson)

Excerto 17

Não tenho muito... muito círculo social. Assim, muita mistura não. Às vezes eu vou na Igreja. Hoje minha esposa não se incomoda por eu não ficar de bate-papo, mas já é uma coisa minha mesmo. Me acostumei a ser assim, né? Mas acho que devido a essa raiz, né, de ser polícia e não poder andar com todo mundo. Não poder ficar tão à vontade. Mas hoje em dia eu acho que eu não tenho mais sonho e nem vontade de ficar tão à vontade, né? Acostumei com isso, me sinto bem também. (Theodotus)

O excerto 16, da fala de Jadson, enuncia, utilizando-se do intensificador de circunstância “completamente”, que tornar-se policial modifica por completo a vida do sujeito, sendo preciso no “sentido de restrição”. O policial vincula essa mudança às restrições que a identidade militar requer. Ao mencionar seu ingresso, modaliza subjetivamente sua fala, por meio do sintagma “eu creio”, para expressar o esquecimento da sua vida de “quando eu era civil”. Para confortar seu ego, ele busca uma compensação, atribuindo à sua juventude a indiferença, “não ligava para isso”, em relação ao que seria restrição. Fato que é negado na sequência por meio da locução

adversativa “mas tinha mais liberdade” e confirmado, com forte estatuto de verdade, na frase “hoje não tenho liberdade”.

Ao reconhecer sua falta de liberdade, o policial dissimula seu aprisionamento à instituição. Tal fato pode ser identificado como um sistema de gestão gerencialista, dado o caráter opressivo, estático e disciplinar da instituição, que “cria um sistema ‘sóciopsíquico’ fundado sobre o objetivo de transformação da energia psíquica em força de trabalho” (Gaulejac, 2007, p. 108). O controle desse sistema que habita as pulsões (Enriquez, 1995) contribui para a adesão dos sujeitos, um recurso “fundamental para o poder da empresa e para o seu sistema de dominação e alienação dos indivíduos” (Pagès et al., 2006, p. 75). Presos nas armadilhas da estrutura burocrática e nas identificações heroicas, que perfazem as organizações militares, resta aos policiais se comportarem como heróis (Enriquez, 1997a, p. 25), que se entregam ao poder ideológico de proteger e salvar vidas.

É interessante observar, ao final da fala do Jadson, no excerto 16, o conformismo do sujeito com essa condição de submissão ao ofício, fato que se repete na fala do Theodotus. Ambos apresentam uma naturalização do domínio, aceitação pacífica e apática desse “isolamento”. Essa apatia aparece também no excerto 17, quando Theodotus menciona que sua esposa também “já não se incomoda por eu não ficar de bate papo”. É como se a socialização não fizesse diferença em suas vidas, uma vez que se acostumaram “com isso”.

Essa apatia e indiferença social, exposta na fala dos policiais, pouco participa do cômputo do campo operacional e produtivo do trabalho policial, o que é metaforizado por Gaulejac (2007) como doença das instituições modernas. No entanto, ela figura como objeto de análise da Sociologia Clínica, que visa avançar na compreensão do conteúdo humano e suas práticas sociais (Hanique, 2009). Como afirma Gaulejac (2009), citado por Hanique (2009), nessa perspectiva, a Sociologia Clínica assume a função de “desembaraçar os complexos nós entre os determinismos sociais e os determinismos psíquicos no comportamento de indivíduos e grupos, bem como nas representações que fazem desses comportamentos” (p. 35).

A apatia revela um total assujeitamento dos policiais à ideologia militar, que entre as exigências do seu regimento normatiza que a “disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos permanentemente pelos militares na ativa e na inatividade” (Art. 8, parágrafo 2º). Essa imposição legitima o poder da instituição em apropriar-se da vida privada do policial que, como menciona Theodotus, no excerto 17, não tem “muito círculo social”, apenas “às vezes” vai “na Igreja” e “não poder andar com todo mundo”. O domínio institucional ultrapassa os aspectos profissionais e captura até mesmo sua vida particular. Mais do que pelo carisma e pela sedução (Freitas, 2000), entregar-se à instituição é uma condição obrigatória, que forçosamente

permitirá que ela esteja intensamente presente na vida do policial, inclusive no que se refere às relações sociais e familiares, que se tornam alvo da organização (Siqueira, 2009).

Sintoma do mal-estar no trabalho, a apatia narrada pelos policiais é fruto dos efeitos da ideologia gerencialista, associada à rigidez burocrática das organizações militares nas subjetividades. Ela é um modo paradoxal de construção da identidade, em que, por um lado, o indivíduo vivencia os traços burocráticos do militarismo e, por outro, o fascínio e a sedução, enquanto fomentadora do narcisismo. O fato de ser polícia permite ao sujeito a impressão de assumir um papel mais especial na sociedade, um caráter de exclusividade que o limita a se misturar com os demais, a “não poder andar com todo mundo” (Excerto 17). A naturalização do domínio é sustentada pelos elementos sedutores da profissão, que fazem com que o policial se veja acima do que realmente é e perceba o quanto a sociedade depende dele. O discurso da organização fomenta essa perspectiva, que favorece a apatia social e a naturalização do domínio. Na verdade, há sempre algo paradoxal que o indivíduo vivencia em relação ao burocrático e ao gerencialista, aquilo que instrumentaliza afetividade, subjetividade, energia libidinal e narcisismo, que faz uso do imaginário do logro.

Esse processo evidencia um modo de violência simbólica, que é naturalizada no cotidiano do trabalho policial e que, ao longo do tempo, parece implicar uma indiferença a qualquer violência, o que é reforçado pela homogeneização de condutas individuais, a negação de si, a restrição da criatividade e o não respeito à alteridade (Siqueira, Dias, & Medeiros, 2019, p. 5). Como menciona Lhuilier (2013), o trabalho contemporâneo, marcado pela individualização do sujeito, a fragilização dos coletivos, a falta de reconhecimento do outro e a indefinição dos meios e dos fins da ação do trabalho, coloca o sujeito cada vez mais sozinho.

No caso de Theodotus, apresentado no excerto 17, duas metáforas, acionadas por meio de locuções de ausência, justificam sua indiferença à socialização, sendo elas a falta de um “círculo social” e o fato de não ter “muita mistura”. Sinônimos de processos interativos ou grupais, a negação das metáforas reforça a identificação da construção identificacional do policial como um processo de isolamento social. Ao apoderar-se do isolamento, tornando-o como algo pessoal, “já é coisa minha mesmo”, validado pela “esposa” e naturalizado no cotidiano do policial, “me acostumei”, rememora o conceito da “normopatia”, termo utilizado para designar pessoas que naturalizam e se conformam, apaticamente, com as normas de comportamento social e profissional. Embora definido como um termo da psicopatologia, o conceito não se afasta do campo da Sociologia Clínica pela intermediação que ele faz das relações entre o sujeito e o social.

Respeitadas as devidas proporções, a normopatia de Theodotus, exibida no excerto 17, se revela na carência das fantasias, dos “sonhos” e da “vontade”, uma apatia ao desejo, que neutraliza sua criatividade e imaginação (Mendes & Saraiva, 2014). Ela assemelha-se ao vácuo interior descrito por May (2010), resultado acumulado ao longo dos anos da “convicção pessoal de ser incapaz de agir como uma entidade, dirigir a própria vida, modificar a atitude das pessoas em relação a si mesmo, ou exercer influência sobre o mundo que nos rodeia” (p. 24). Como afirma o autor, o ser humano não dá conta de viver, por muito tempo, numa relação como essa, pois suas potencialidades se transformam em fraqueza psicológica, desespero e atividades destrutivas.

Embora consiga transitar na sociedade, esse sujeito não passa de um corpo alheio cumprindo o papel social do trabalho imposto pela sua instituição. A indiferença aqui não se enreda apenas em relação à sociedade, mas também em relação a si mesmo, quem não se culpa, não se emociona, não tem remorso, é um indivíduo que vaga sem amor e sem ódio.

Discursivamente protegido pela modalidade subjetiva “acho”, Theodotus responsabiliza a polícia pelo seu isolamento. Para tanto, justifica que a sua não socialização tem “raiz” no fato de ser policial. O significado real do vocábulo “raiz” o define como “órgão dos vegetais que planta no solo, absorvendo dele água e sais minerais indispensáveis à sua existência”, (Dicio, 2020) entre seus sentidos figurados identifica-se o de “origem, princípio de” ou “algo que vincula, vínculo, elo”.

A apropriação da metáfora, no excerto 17, assume uma sintonia muito precisa com a construção identificacional do policial, dada sua funcionalidade como sustentáculo para a vida da instituição militar. Ter a raiz fundada no “ser policial” é uma privação de outros sentidos, uma inibição de outras possibilidades, muito condizente com a privação de “não poder andar”. Ser “raiz” é ligar-se de modo umbilical a um único elemento. Semanticamente, relaciona-se ao fato de estar ligado, exclusivamente, à instituição militar e viver em função de trabalhar para supri-la dos “nutrientes¹⁰” necessários para sua existência.

É a exigência radical da polícia, inerente àquilo que é inseparável (Holanda, 2020), que condena Theodotus a se isolar e “não poder andar com todo mundo”. É esse radicalismo que o impede de “ficar tão à vontade”. Como menciona Gaulejac (2007, p. 17), “pertencer não significa apenas um vínculo formal de trabalho, mas uma identidade de empréstimo” que,

¹⁰ O termo é usado para fazer associação à metáfora da “raiz”, utilizada pelo policial Theodotus. Nesse sentido, o vocábulo faz referência ao fato do militar enxergar-se como indispensável à organização, visto como “aquilo que garante as funções vitais de um corpo ou organismo” (Aurélio, 2020).

paradoxalmente, ao mesmo tempo que priva o sujeito dos seus próprios desejos (Enriquez, 1991), também o realiza nas suas ambições narcísicas.

Tomar a metáfora “raiz”, como visto no excerto 17, no sentido figurado de “vínculo”, à luz da Sociologia Clínica, é levantar aspectos da experiência vivida com os outros, “o vínculo social” (Enriquez, 1991, p. 155) que emana relações de poder, amor, ódio, aliança, competição, transgressão e morte. É atentar-se para o poder que a organização exerce sobre o sujeito; o antagonismo da relação de amor e o ódio que a ela devota; a necessidade das alianças, sem conter a rivalidade da competição narcísica; o risco do gozo ou da frustração de transgredir; e o medo da morte, de si ou do outro. O vínculo social permite compreender a existência dos outros muito mais do que objetos possíveis de nossa satisfação, mas como sujeitos de seus próprios desejos, que nos amam, nos rejeitam, nos ameaçam e são indispensáveis para nossa existência. Ao mesmo tempo que nos amam, nos detestam. “A dificuldade do vínculo com outrem nos remete à dificuldade de viver conosco mesmo” (Enriquez, 1991, p. 159).

As assertivas apresentadas nas articulações discursivas do eixo 2 revelam a forma como as construções identificacionais são efetivadas, a partir de diferentes mecanismos de persuasão. Verifica-se o modo como os policiais se entregam à instituição e como se comportam frente a ela. Considerando o significado identificacional dos discursos, no que se refere à construção identificacional dos policiais militares do Distrito Federal, dispensados os aspectos pessoais e particulares de identificação com o meio policial, verifica-se que o CFP, embora não único, apresenta-se como um dos principais mecanismos de imposição ideológica utilizado para forjar a identidade militar (Morais & Paula, 2010; Mattos, 2012; Owen, 2016; Seligmann-Silva, 2011).

Para além do CFP, o ingresso no militarismo torna os seus membros “herdeiros de um conjunto simbólico identificador da instituição composto por práticas e discursos, expressos em cerimônias, rituais e no dia a dia institucional” (Moreira, Cavalcante, & Souza, 2016, p. 3028). A instituição cria mecanismos de socialização e integração que são comungados por todos os indivíduos participantes do grupo, o que possibilita a identificação dos sujeitos com a instituição e com os demais membros. O CFP apresenta-se como um rito de passagem que opera em função de desfazer e refazer personalidades, transformando “civis” em militares, que aderem valores, linguagem, alianças e regimento corporais, subordinados a uma hierarquia reforçada pela disciplina e circunscrita por regras, constituindo os dois marcadores de separação e limites para relações sociais mais amplas (Owen, 2016). A resistência do sujeito às imposições da ideologia militar será determinante para a continuidade ou não da pessoa na PMDF. Essa resistência

reside na contínua negação de si, no completo abandono dos valores pessoais outrora cultivados e na naturalização da dominação ideológica.

Os discursos demonstram que o processo de entrega vai se materializando no corpo e no imaginário constitutivo do sujeito. A construção identificacional policial é corporificada nas práticas sociais, que se exibem no uso do uniforme, na homogeneização dos cortes de cabelo (Motta, 1981) e no alinhamento da barba, sendo modos de “higienização” do sujeito, numa tentativa de “limpar” a identidade civil e incorporar a identidade militar.

No imaginário, a nova identidade vai moldar o modo de pensar, de agir e de se comportar do policial. Ser polícia é restritivo. É radical. Não cabe ao indivíduo iniciativas se não aquelas que vão ao encontro dos pressupostos ideológicos que embasam a profissão. Conforme Lima (1997), a formação policial no Brasil reproduz “uma ideologia marcadamente repressiva e punitiva, retirando dos policiais a capacidade reflexiva diante de situações complexas” (p. 87).

4.3 Eixo 3: Contexto do trabalho e transtornos mentais na PMDF

Enxergando os discursos como modos de representar diferentes aspectos do mundo material, mental e social (Fairclough, 2003), esta seção interessa-se por analisar o contexto do trabalho do militar e sua relação com o adoecimento mental dos policiais da PMDF. O significado representacional apresenta-se como adequado para análise em função da recorrência das articulações discursivas presentes nas entrevistas, que materializam a forma como as pessoas agem sobre o mundo e sobre os outros.

As articulações entre os discursos no significado representacional foram analisadas utilizando-se das categorias analíticas da transitividade, representação de atores sociais, interdiscursividade e seleção lexical, considerando-as capazes de permitir melhor percepção dos traços particulares explícitos ou implícitos no contexto social do trabalho militar, que permitem a identificação da realidade social de como o trabalho pode comprometer a saúde mental do policial.

O sistema de transitividade foi utilizado como categoria de análise mais preponderante neste eixo. A representação de atores sociais partiu da identificação das inclusões ou exclusões dos atores sociais nos discursos dos policiais da PMDF. As maneiras como os atores sociais são apresentados revelam o modo como se envolvem no processo de adoecimento mental dos sujeitos. A análise das categorias interdiscursividade e seleção lexical levou em consideração o

modo como diferentes discursos atravessam as falas dos entrevistados, bem como as maneiras como esses discursos são articulados ou não em suas falas. Essas categorias permitiram observar as diferentes maneiras de “lexicalizar” aspectos do adoecimento mental no contexto do trabalho policial, ora atravessados pelo discurso médico patológico, ora pelo religioso, ora pelo jurídico.

Todavia, considerando as intersecções das categorias analíticas dos significados dos discursos, uma vez que nem sempre é possível uma separação exclusiva entre elas, verifica-se, por vezes, que a categoria modalidade aparece como recurso discursivo para aproximar ou afastar o entrevistado da sua responsabilidade com aquilo que diz. Assim, notifica-se que a especificação das categorias do significado representacional não isolou a ocorrência da categoria modalidade, pontuada por Fairclough (2001a, 2003) como categoria do significado identificacional.

Para melhor organização dos dados, a análise do contexto do trabalho e das suas relações com os transtornos mentais apresenta-se dividida em três subseções, quais sejam: a organização do trabalho militar, as relações socioprofissionais e as condições de trabalho. Ressalta-se que essa divisão assume caráter essencialmente didático, visto que nem todos os aspectos podem ser restritamente isolados em um ou outro fator.

4.3.1 Organização do trabalho: pressão, hierarquia, poder e comando

Diferentes estudos, em diversas áreas do conhecimento, identificam a organização do trabalho policial como fonte de adoecimento mental dos seus trabalhadores (De Camargo, 2019, Castro & Cruz, 2015; Coleta & Coleta, 2008; Lipp et al., 2017; Deschênes et al., 2018, Edwards & Kotera, 2020; Ferreira et al., 2008; Kilgallon, 2019; Mattos, 2012; Minayo & Adorno, 2013; Miranda, 2016; Miranda & Guimarães, 2016; Morais & Paula, 2010; Souza & Minayo, 2005; Spode & Merlo, 2006; Wood et al., 2017). Os resultados aqui apresentados compartilham essa realidade.

No que tange à organização do trabalho, a análise dos discursos suscita que os elementos que mais contribuem para o adoecimento mental dos policiais envolvem: a pressão psicológica interna e externa; a hierarquia; a disciplina; o uso inapropriado do poder; o excesso de cobrança; e as formas de exibir a dominação. Em consonância com os diferentes estudos que se dedicam ao adoecimento psicológico de policiais, verifica-se que a integração desses fatores colabora

para o desencadeamento dos transtornos mentais.

Ao considerar os discursos dos policiais, identificou-se, na categoria vocabulário, que a escolha lexical “pressão”, às vezes seguida do qualificador “psicológica”, é selecionada por diversos entrevistados para representar o modo como o trabalho policial compromete a saúde mental dos militares. Resende e Ramalho (2004) descrevem que aspectos do texto e suas semioses podem encobrir ideologias, que se revelam a partir dos sentidos das palavras, metáforas ou pressuposições. As falas demonstram a predominância do vocábulo em diferentes articulações, como foi apresentado nos discursos dos policiais militares Rutilo, Atílio, Criso e Jacinto.

O vocabulário “pressão” assume diferentes significados, seja sinônimo de força exercida sobre alguma coisa, ato de comprimir ou pressionar, ou unidade de medida. Seu sentido figurado está associado à capacidade de alguém influenciar, coagir, constranger ou forçar outra pessoa a fazer alguma coisa (Priberam, 2019). Na organização do trabalho militar, o acionamento do vocábulo nos discursos dos policiais sugere a ocorrência de um tipo de controle ideológico, que se materializa nas relações de trabalho entre oficiais e praças. Como na ideologia gerencialista, a pressão advinda da organização do trabalho não se relaciona a aspectos físicos, mas ao psicológico dos trabalhadores, atuando como uma ameaça no imaginário do policial, com forte potencial adoecedor.

Na fala de Rutilo, excerto 18, a escolha lexical “pressão” parte de um processo verbal, tendo como núcleo o “falar”, observado nas relações simbólicas que são construídas na consciência humana e promulgadas na forma da linguagem (Halliday & Matthiessen, 2004).

Excerto 18

Eu falo a pressão psicológica de não poder errar e, se errasse, seria punido. É muito serviço pra você poder resolver sem eles darem os meios necessários. Então eu ia pra casa pensando: como que eu... Não, eu estava no serviço e estamos aqui: faz isso aqui e eu: tá, mas como que eu vou fazer? Aí ficava assim. Aquilo me corroía. Era isso. (Rutilo)

Observa-se nesse excerto que a representação da “pressão psicológica” se dá por meio da ocorrência da modalidade epistêmica categórica, de alto nível de envolvimento, pois o dizente se posiciona na fala “eu falo” para expressar uma circunstância de contingência, sob a qual o trabalho policial é regido. De acordo com Rutilo, a representação do trabalho policial como pressão está associada ao medo da punição, dada a condição de que “se errasse, [então] seria punido”. A relação condicional apresentada reforça a pressuposição do medo e a representação da pressão psicológica sofrida pelo dizente de buscar executar suas tarefas sem a possibilidade de errar. O discurso revela o sentimento e a imaginação do policial em relação a

um possível erro no trabalho. Essa imaginação desvela a possibilidade de que o medo da punição seja proveniente de outras experiências vividas, per si ou por outros colegas de trabalho.

O discurso corrobora os estudos de Faria e Soboll (2007) ao considerar que a organização do trabalho fundamentada no autoritarismo, como é o caso da PMDF, “caracteriza-se como uma estratégia de controle político-ideológico que inibe conflitos, questionamentos ou confrontos, mantendo os trabalhadores reprimidos, apáticos, submissos e ‘mansos’ para serem explorados sem resistência” (p. 218). Verifica-se na fala uma implicação subjetiva para a pressão, que mobiliza o policial a buscar saídas para resolver os problemas institucionais, que ele pouco conhece ou sabe resolver, “como que eu vou fazer?”.

O contexto da pressão pode ser apreciado sob duas vertentes: a pressão institucional advinda do medo da punição e a pressão individual, discursivamente apresentada no vocábulo “corroía”. O fato de não dar conta de cumprir as obrigações é o que “corroía” aquele policial. A pressão psicológica, relatada no excerto 18, ultrapassa o campo da obediência e disciplina e é introjetada no psiquismo do policial, sendo capaz de levá-lo a se perturbar pela não realização do seu trabalho. Revisitando os apontamentos das observações de campo, rememora-se o jargão disseminado entre os policiais que demonstra o poder da ideologia militar e corrobora a culpabilização de Rutilo, qual seja: “missão dada, missão cumprida”. O jargão é apresentado com um gozo heroico pela capacidade de cumprir sem prejuízo todas as tarefas designadas a um sujeito ou a uma equipe de trabalho.

Como menciona Freitas (1999), o superego, instância da crítica e do medo de ser castigado, anteriormente responsável por levar o indivíduo a trabalhar mais, acaba sendo substituído pelo ideal de ego, que age em função do reconhecimento, da vaidade e da valorização, na busca de “receber os aplausos e as gratificações necessárias aos seus anseios narcísicos” (p. 112). Mais uma vez, como mencionado anteriormente, o desejo de reconhecimento que alimenta o ego narcísico leva os sujeitos a se empenharem cada vez mais aos objetivos ditos organizacionais, mas que na verdade foram transformados em seus próprios objetivos.

Outro trecho do excerto 18 que merecer discussão refere-se ao uso do processo material “eu ia pra casa” simultaneamente com o gerúndio “pensando”, juntos eles desvelam que, mesmo ao sair do trabalho, o policial não se afastava das responsabilidades que lhe eram atribuídas. Psicologicamente, ele não se desvinculava do trabalho e, mesmo quando “não estava no serviço”, a mente continuava elaborando mecanismos de aprendizagem para resolver as situações de trabalho, um processo incessante de mobilização subjetiva em função do

cumprimento das atividades. Em decorrência disso, verifica-se alto grau de investimento do policial na instituição. Como se não bastassem as privações advindas da necessidade de uma conduta ilibada, Rutilo se depara, ainda, com a incapacidade de dissociar as obrigações profissionais da sua vida particular, o que demonstra forte potencial da organização do trabalho militar para o desencadeamento dos transtornos mentais.

A representação do trabalho como espaço de pressão, que compromete a saúde mental do policial, é recorrente também na fala de Atílio, no excerto 19, que descreve:

Excerto 19

O problema é esse, é a questão da pressão, muita pressão. Você se sente muito pressionado. E outra, a rua, não só dentro do quartel para fora também, porque, a partir do momento que você saiu ali, cai tudo no seu colo, cai tudo no seu colo. [...] Eu não vejo muita pressão, eu vejo mais pressão para o lado de fora, o lado de fora tem muita pressão e os caras querem colocar tudo no papel, tudo na caneta, não tem esse negócio de você procurar saber o que está acontecendo. É uma coisa que parece... E, essa pressão psicológica, a pressão psicológica dentro da polícia é muito grande, já vem lá de cima, já vem do comando, vem descendo até chegar no praça. Tem coisa que é absurda. (Atílio)

Na análise da transitividade, atento ao vocábulo “pressão”, observa-se que, partindo da oração relacional identificativa, reversível semanticamente, “O problema é esse, é a questão da pressão”, o policial atribui à sua fala um forte estatuto de verdade, ao mesmo tempo que constrói relações semânticas entre o identificado, “o problema”, e o identificador, “a questão da pressão”. Como afirmam Fuzer e Cabral (2014), nesse tipo de oração “uma identidade está sendo usada para identificar outra” (p. 69), ou seja, o problema é a pressão, que é acentuada por meio do advérbio intensificador “muita”.

Na segunda sentença do excerto 19 “você se sente muito pressionado”, embora a tentativa de afastar-se do lugar de experienciador, por meio do uso do pronome “você”, Atílio reforça a representação do trabalho como pressão, por meio do processo mental perceptivo “se sente”, intensificado pelo advérbio “muito” e seguido da flexão do verbo “pressionar”. O emprego do processo mental perceptivo “se sente” exclui o agente e o causador da pressão e expressa aquilo que é da experiência consciente (Halliday & Matthiessen, 2004) do policial, algo intangível, que não se materializa, mas que é vivenciado psicologicamente. O uso do “você” apresenta-se tanto como agente quanto paciente da ação. Dessa forma, identifica-se que há algo motivador para o sentir-se “pressionado”, contudo, esse algo acaba sendo ocultado nesse primeiro momento do discurso elaborado.

Apesar do agente causador da pressão estar oculto nas duas primeiras frases do excerto 19, Atílio retoma sua fala utilizando-se da conjunção “e” e do pronome “outra” para apontar a

“rua” como corresponsável pela pressão sofrida. Observa-se que “a rua” desponta como um espaço adicional, mas precede a atuação do “quartel” como lócus de pressão. Essa articulação semântica discursiva apresenta uma tentativa de diminuir as pressões que parecem existir “dentro do quartel”. Dessa forma, o processo material transformativo de intensificação de lugar expresso nos verbos “sair” e “cair” materializa a ação da “rua” como responsável pelas pressões sofridas pelos policiais.

Ao considerar a pressão como uma força que opera sobre o sujeito em função de que ele faça algo, em consonância com as ideias de Thompson (2011), quanto aos modos de operação da ideologia, verifica-se que a metáfora “pressão” opera como um modo de dissimulação. Assim, a relação de dominação da instituição policial sobre o sujeito é obscurecida no discurso, apresentando-se de modo não transparente. A pressão relatada por Atílio vai ao encontro das prerrogativas de Morais e Paula (2010), que mencionam que o modo de operação de poder na polícia opera de forma a submetê-los à ideologia dominante, o que garante a dominação e leva o policial a desempenhar devidamente o papel que representa. Essa pressão configura-se como um modo de controle que passa pelo silenciamento e pela eliminação dos conflitos com a instituição, mas que não deixa de instaurar um grande conflito interno no psiquismo do policial.

O controle ideológico do militarismo parece levar os policiais a construírem discursos distorcidos, que sugerem apresentação falsa da realidade. Isso pode ser percebido na imprecisão do processo mental perceptivo, com alto grau de comprometimento, “eu não vejo” e, posteriormente, “eu vejo”; ou, ainda, na confusão em relação à origem dessa força que os pressionam, que ora provem “do lado de fora”, ora de “dentro da polícia”. A pressão do lado de fora reafirma o caráter do “trabalho sujo”, não reconhecido e estigmatizado socialmente, que parte das reflexões de Hughes (1962) e se evidencia nas pesquisas empíricas de De Camargo (2019), Kilgallon (2019), Mattos (2012), Nunes (2018) e Wood et al. (2017). A ideologia dominante na organização militar deforma a realidade e fragmenta sua compreensão, levando os indivíduos a enxergarem outra realidade que não corresponde ao fato real (Faria, 2007).

Observando o discurso como “modo de representar as semioses sociais, revestidos de marcas ideológicas e relações de poder decorrentes da sustentação ou transformação de relações de dominação” (Fairclough, 2003, p. 58), verifica-se, na fala de Atílio, o eufemismo na tentativa de diminuir a responsabilidade da polícia com a pressão sofrida.

No jogo das palavras, o discurso dissimula o medo da repressão e da punição, um medo internalizado inconscientemente, em respeito à ideologia autoritária e opressiva que parece vigorar na instituição, como mencionado por Thompson (2011), quando das suas articulações sobre os modos de operação da ideologia. A partir da elucidação de pequenas nuances de

realidade, percebidas na inclusão dos atores sociais, “os caras”, na materialização da punição, “tudo na caneta”, e na impossibilidade de participação, “não tem esse negócio de você procurar saber o que tá acontecendo”, o policial desvela que a “pressão psicológica dentro da polícia é muito grande” e que a organização do trabalho policial é a responsável por essa pressão, deixando bem transparente que ela “já vem lá de cima”.

A evocação dos atores sociais “os caras”, incluídos por indeterminação e com forte carga de ironia, aparece como representação dos agentes internos da força policial, responsáveis pela ordem e disciplina do trabalho executado na rua. Por meio do processo mental desiderativo, o policial descreve que eles “querem colocar tudo no papel, tudo na caneta”. O uso do processo mental “querem” mantém subentendido a condição de que “colocar no papel”, sinônimo de formalizar, pode ficar apenas no campo do desejo e não na materialização, o que parece ser influenciado por elementos não explicitados nos discursos. Ao verbalizar a formalização de uma notificação, o entrevistado poderia ter se articulado por meio de um processo material como: “eles colocam tudo no papel”. A análise é reforçada, ainda, pela interdiscursividade, expressa no sintagma “esse negócio”, que, na ordem do discurso comercial, implica barganha, comercialização, trato, combinação e pacto. Essa interpretação é reforçada pela frase inacabada, em que o substantivo indefinido “coisa” é usado para descrever algo que existe, mas não consegue ser explicado, é apenas “uma coisa que parece...”.

Discursivamente, observa-se no exceto 19 que o uso do processo mental “querem”, juntamente com a interdiscursividade “esse negócio” – da ordem do discurso comercial – e a frase inacabada “uma coisa que parece...”, insinua a ocorrência de um processo de barganha em relação à operacionalização da punição. É possível a ocorrência de um clientelismo, em que fatores não aparentes no discurso parecem favorecer um ou outro tipo de policial. Ademais, observam-se o conformismo, a apatia e a submissão do policial, frutos de uma formação ideológica que neutraliza qualquer possibilidade de entendimento. Tal fato faz o policial aceitar que a melhor maneira de enfrentar a situação é não a confrontar e seguir fielmente as regras, o que favorece a legitimação do controle e dominação (Faria & Soboll, 2007). Por comprometer significativamente a imagem da instituição, verifica-se a dispersão do policial na formulação das frases.

No transcorrer do discurso, verifica-se que a pressão, outrora generalizada, é especificada e reafirmada duas vezes pelo ator como uma questão psíquica, ou seja: “E essa pressão psicológica, a pressão psicológica dentro da polícia é muito grande”. Tal fato elimina outras interpretações para a representação dada por Atílio, que nesse momento explicita a relação direta entre a pressão gerada pela organização do trabalho e o comprometimento da

saúde mental dos policiais. O conectivo aditivo “e”, que abre a oração, é utilizado para complementar outras informações e esclarecer o fato de que essa pressão é proveniente de “dentro da polícia”, de que ela “é muito grande” e de que se desencadeia de cima para baixo. Mais uma vez, evidencia-se a sofisticação do modo de controlar e manipular as ações dos policiais, que sai do campo físico para o campo psíquico, atuando como uma ameaça constante de punição. Como afirma Castro (1990), apesar de a pressão revestir-se, por vezes, de um caráter “físico”, ela é basicamente “psicológica”. Assim, o discurso revela uma pressão invisível, mas dotada de grande intensidade.

Quanto à expressão “[a pressão] já vem lá de cima, já vem do comando, vem descendo até chegar no praça”, verifica-se no excerto 19, que o verbo “vir” é intransitivo, logo, ele não pede um complemento. Dessa forma, na análise da transitividade, verifica-se que “a pressão”, que deveria ser meta, por exemplo “alguém faz/exerce pressão ou chefes de cargos superiores exercem pressão”, vira ator (sujeito) “autônomo” que “vem”. Ou seja, a circunstância de lugar “lá de cima” passa a ser só uma referência hierárquica espacial, dissimulando a descrição de que cargos e ou pessoas são responsáveis por essa “pressão psicológica”. Contudo, a articulação discursiva sugere que o controle efetuado pela organização do trabalho militar, regido pelo rigor da hierarquia e disciplina, com forte influência do autoritarismo e representado no discurso pela “pressão psicológica”, é identificado por Atílio como responsável pelo desencadeamento de transtornos mentais em policiais da PMDF.

No excerto 20, na fala de Criso, também ocorre a seleção do vocábulo “pressão” como representação da organização do trabalho policial como desencadeadora de transtornos mentais na PMDF. Questionado sobre como o trabalho afeta a saúde mental dos policiais, ele responde:

Excerto 20

É muita pressão. Pressão de que você tem que ser, você tem que ser, como é... basicamente um super-herói né. Muita cobrança, cobrança de tudo, de todos arredores. Então, essa pressão faz com que o psicológico expande né. Chega algum momento que espalha. É igual pressão dentro de casa. Se a minha esposa ficar com muita pressão em cima de mim, vai ter um momento que eu vou chutar o balde. (Criso)

A oração inicial do excerto 20, “é muita pressão”, opera por meio de um processo relacional, em que a pressão no contexto do trabalho é representada como responsável pelo comprometimento da saúde mental identificada como existente, sem que haja ação a ser exercida nem atores ativos que a exerçam. Dar ao discurso essa natureza semântica isenta o policial de qualquer comprometimento com a sua fala. Na sequência do excerto, verifica-se a modalização da fala, tanto em relação ao afastamento do ator, no emprego do pronome “você”,

quanto na modalização de obrigação, realizada por meio do processo relacional “tem que ser”. Nesse processo, o adjetivo “basicamente” é utilizado para determinar o mínimo daquilo que um policial representa, um “super-herói”.

Mais uma vez, a metáfora do “super-herói” é acionada como pressão à identidade que o sujeito tem que assumir para ser policial. A dimensão simbólica e imaginária do policial como “super-herói” institucionaliza certa magia na cultura militar, “fetichizando” os desejos do sujeito e jogando com a sua subjetividade (Freitas, 2000; Siqueira, 2009). Essa cooptação do inconsciente maneja a identificação do policial que vê no trabalho a oportunidade de ser superior aos demais mortais.

Ao manejar esse desejo, a organização do trabalho militar se desresponsabiliza pela pressão, pois é o desejo narcísico do sujeito que vai levá-lo a se desdobrar para ser referência, construindo um imaginário social enganoso e uma doença de idealização, conforme mencionado por Enriquez (1997b). O imaginário enganoso prende os sujeitos na armadilha de seus próprios desejos de afirmação narcísica e da doença da idealização, em função da devoção incondicional que o policial deposita na sua instituição. A pressão institucional sai do campo dos mecanismos disciplinares e passa a operar no psiquismo do sujeito, criando um sistema de controle que parte da obsessão de que há “muita cobrança, cobrança de tudo, de todos arredores”.

Reconhecido o conceito de herói como “aquele que conquista a admiração pelos seus feitos e sua coragem, e, além disso, ganha o afeto do seu povo pelo seu caráter” (Lima & Santos, 2011, p. 1), verifica-se que, no excerto 20, a pressão sobre o policial não parte unicamente da organização do trabalho. Essa cobrança inclui também a vaidade narcísica de se fazer superior aos demais. Conseguir ser “super-herói” assegura o reconhecimento do policial como sujeito que participa como cidadão do funcionamento da sociedade. Dedicar-se a ser herói tira o policial da vala dos simples mortais e o consagra ídolo, forte motivador para o investimento da vida no trabalho. Todavia, com o passar do tempo, a frustração da expectativa de ser herói acaba desfazendo a “síndrome do super-homem” e favorecendo o desencadeamento dos transtornos mentais e o sofrimento psicológico (Deschênes et al., 2018).

O vocábulo “cobrança”, reiterado duas vezes no excerto 20 e identificado como ato de fazer com que alguém realize algo, definido como uma obrigação, assume relação semântica com a representação da organização do trabalho como “pressão”, nesse caso estendida para a maior quantidade possível de coisas “tudo”, pessoas “todos” e lugares “arredores”. Embora a não ocorrência de um verbo que expresse um processo existencial, a colocação sequencial dos substantivos dá ao vocábulo o caráter de algo que naturalmente existe.

A representação da “pressão” como desencadeadora de agravos mentais pode ser identificada, ainda, a partir do processo material “essa pressão faz com que o psicológico expande, né”, evidenciando uma mudança no fluxo de eventos. A mudança provocada pela “pressão” imputada sobre o policial conduz a um resultado diferente daquele inicial do processo. Como apontam Fuzer e Cabral (2014), há um desdobramento que cria ou altera as características de um dos participantes, nesse caso o “psicológico”, aqui denominado de “meta”.

O aspecto semântico conclusivo presente na oração, marcado pelo elemento textual “então”, juntamente com o ator “essa pressão” e o processo material “faz” determinam a ação que a pressão exerce sobre o “psicológico” do policial. Na análise da frase, observa-se que o policial reconhece a influência que a pressão sofrida no trabalho exerce sobre a saúde mental. Essa representação se dá pela ocorrência da modalidade epistêmica categórica, de alto nível de envolvimento, exposto na forma como o policial declara. Essa representação é corroborada pela oração complementar “Chega algum momento que espalha”, em que novamente o processo material “chega” irá determinar a ação da “pressão” sobre o “psicológico” do policial.

No excerto 20, que opera a seleção lexical da “pressão”, verifica-se, ainda, que o discurso do entrevistado evoca a representação do ator social “esposa” para comparar a pressão do trabalho com a pressão domiciliar. Nessa comparação, o policial utiliza-se do processo relacional “é” para igualar a “pressão dentro de casa” àquela sofrida no trabalho. Contudo, ao pormenorizar essa equivalência, o policial apresenta reações diferentes em relação às pressões ditas equitativas. Ao falar do trabalho, ele atribui maior capacidade para suportar a pressão, uma vez que “o psicológico expande”, ou seja, ele se torna capaz de alongar, ampliar, crescer e aumentar sua capacidade para resistir à pressão advinda do trabalho. Diferente disso, em casa a tolerância para pressão parece ser bem menor, o que é sugerido pela metáfora “chutar o balde”.

A metáfora “chutar o balde” refere-se à vontade de “desistir de uma situação, como reação a um sentimento de raiva, decepção ou cansaço; perder o medo, o receio, e tomar uma atitude radical¹¹” (Dicio, 2020). O emprego da metáfora associada à “casa” e à “esposa” revela que, no espaço familiar, o policial se sente na liberdade de poder demonstrar suas emoções e sentimentos. Diferente do trabalho, que pressiona seus padrões de ser, viver e agir, sem que ele possa desistir, em casa o policial pode extravasar sua raiva, suas decepções e seu cansaço. A garantia de reconhecimento que julga possuir em casa lhe dá coragem de tomar decisões e atitudes, o que é bem contrário às experiências vividas no espaço militar.

Atentamos para a representação social que o policial faz da “esposa” no discurso, que é

¹¹ Dicionário de expressões (Dicio, 2020). Disponível em: <https://www.dicio.com.br/chutar-o-balde/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

colocada em lugar de subalterna, associando-a a estar “dentro de casa”. A relação estabelecida com a mulher assume um caráter condicional em que “se a minha esposa ficar com muita pressão em cima de mim [então] vai ter um momento que eu vou chutar o balde”. Tal fato pode explicar a agressividade de muitos policiais no cotidiano familiar e social, como se identifica nos relatos de alguns dos policiais entrevistados. Ao não dar conta da pressão sofrida no ambiente de trabalho, o policial “vai chutar o balde” com aquele indivíduo que se apresenta inferior à sua condição básica de “super-herói”.

Observa-se que duas metáforas antagônicas emergem do discurso do excerto 20: a da coragem do “super-herói”, que ocupa o espaço social do trabalho e o *glamour* de ser policial, e a da covardia, que só permite “chutar o balde” e ter ousadia frente aos sujeitos que julgados inferiores. Esse antagonismo pressiona o policial a viver situações insuportáveis, levando-o a perder o equilíbrio psíquico e desencadear transtornos mentais.

Entre outras falas que evidenciam a pressão psicológica como responsável pelo desencadeamento de transtornos mentais em policiais, o excerto 21, da fala do policial Jacinto, apresenta-se bastante categórica. Ao ser questionado sobre o tema, o entrevistado responde:

Excerto 21

O que tem mais marcante dentro da polícia é a pressão psicológica. Você fala uma coisa e a pessoa fala que não falou. É a mentira, o poder, a hierarquia. Você chegar e falar que está com um problema e a pessoa falar que é mentira, que você está enganando. A pessoa querer ser médico, sem ser médico. (Jacinto)

Por meio do uso do processo relacional identificativo, a “pressão psicológica” é identificada como “o que tem [de] mais marcante dentro da polícia”. Diferente da fala de Criso, anteriormente analisada, Jacinto é categórico ao definir e relacionar que essa pressão é algo que se encontra “dentro da polícia”. Na tentativa de justificar a pressão, e buscando minimizar seu comprometimento com a verdade que pretende revelar, o entrevistado utiliza-se da modalidade objetiva, não se colocando diretamente no texto e apoiando-se no uso do pronome “você”. Essa modalização é observada nas expressões que, de alguma forma, podem vir a comprometer o sujeito quanto àquilo que afirma. Nesse sentido, utilizando-se do processo verbal “falar”, o dizente é “você” e não o próprio entrevistado.

Na análise da transitividade, observa-se que o processo relacional identificativo também é utilizado para descrever significados que contribuem para representar a pressão no contexto policial, como “a mentira, o poder, a hierarquia”. Para ilustrar essa representação, o entrevistado parte de um processo material transformativo “chegar”, com o objetivo de descrever uma ação no ambiente. Contudo, é o processo verbal “falar” que vai operar significativamente para

elucidar o objetivo do dizente em relacionar a pressão sofrida à falta de confiança nos policiais.

Ao delatar “a mentira”, “o poder” e “a hierarquia”, como fatores desencadeadores dos transtornos mentais nos policiais, o processo relacional atribuído parece estar associado ao mal-estar advindo da organização do trabalho militar. Pois, a rigidez da estrutura hierárquica e o poder atribuído aos oficiais acabam por favorecer a violência moral e ferir a dignidade dos subordinados. A tessitura do discurso revela o sofrimento do policial advindo das relações hierárquicas assimétricas, transparecendo o assédio moral. De resto, como afirma Martins (2006), na organização do trabalho militar, o superior hierárquico é revestido de elementos que favorecem a prática do assédio, bem como de proteção necessária para a sua não punição. Assim, “o ethos militar, enquanto sistema de trabalho, legitima os atos, ações e conjunturas que consolidam o assédio moral” (p. 126).

Ecoado de uma maneira bastante discreta no discurso de Jacinto, excerto 21, o assédio na organização do trabalho militar apresenta grande potencial para o desencadeamento de transtornos mentais. O estudo de Barreto (2003) enuncia que a ocorrência do assédio leva o assediado a situações de palpitação, extremo cansaço, ansiedade, irritabilidade, problemas digestivos, crises de choro, insônia, dores generalizadas e mal-estar. Quando mais graves, os sintomas podem incluir hipertensão, depressão, alcoolismo e tentativa de suicídio. Considerando esses aspectos, pode-se valer das articulações de Minayo e Adorno (2013) ao mencionarem que a rigidez hierárquica da organização do trabalho militar precisa ser repensada, dado o sofrimento causado principalmente aos subalternos.

Embora toda a assertividade do policial em relatar sua percepção quanto à pressão no trabalho ocorrida dentro da polícia, verifica-se que a representação dos atores sociais responsáveis por essa relação é incluída de forma indeterminada, ou seja, os atores não são especificados no discurso, aparecendo como anônimos, como se observa nas expressões “a pessoa fala que não falou”, “a pessoa fala que é mentira” ou “a pessoa quer ser médico, sem ser médico”. A omissão do dizente em relação a esses atores, indeterminados no substantivo “pessoa”, reforça a natureza do assédio moral e soa como medo de retaliação frente ao tipo de informação fornecida.

Ademais a questão da pressão psicológica, outras características do trabalho são apresentadas pelos policiais para representar a organização do trabalho militar e suas condições como desencadeadoras de transtornos mentais na PMDF.

Ao ser questionado sobre o que mais contribui para o comprometimento da saúde mental do policial na PMDF, o excerto 22 apresenta o próprio militarismo como responsável pelo adoecimento dos seus profissionais. Todo o seu discurso relaciona o modelo organizacional

militar a um contínuo processo de adoecimento.

Excerto 22

Eu acho que a própria Polícia Militar, com o seu regimento disciplinar. Eu acho que o militarismo tem os seus pilares na hierarquia e na disciplina, mas a forma como isso se aplica, o RDE, que a gente chama, que é um Regimento Disciplinar do Exército, ou seja, é algo que é antes da própria Polícia Militar existir, é muito rígido. É muita cobrança. Então, ninguém consegue viver 24 horas de maneira impecável, de maneira plena, de maneira perfeita, alguém sempre vai errar em algum momento, isso é inerente à humanidade do camarada que está fardado. Só que o militarismo não permite essas falhas e aí o camarada vai adoecendo psicologicamente. (Trecho 1 do Espartacus).

Para iniciar o discurso, no excerto 22, a fala de Espartacus é modalizada de forma subjetiva. Embora se coloque na frase “eu”, o ator utiliza-se de um processo mental cognitivo “acho” para amenizar seu comprometimento com aquilo que irá dizer. Falar sobre a polícia militar, os “pilares na hierarquia e na disciplina” do “militarismo”, a rigidez do “Regimento Disciplinar do Exército” e o excesso de “cobrança”, que “vai adoecendo psicologicamente” “o camarada”, parece exigir cautela do experienciador.

A justificativa para essa modalização pode ser explicada pelos aspectos que orientam a fala do policial, ou seja, o poder que emana da hierarquia e da disciplina. Como menciona Motta (1985), a hierarquia determina o exercício da dominação, do controle e da subordinação, já a disciplina comporta um conjunto de instrumentos, técnicas, procedimentos, níveis de aplicação e alvos, que contribuem para exercício do poder. O temor a esse poder parece levar o policial a dissimular seu discurso por medo da punição ou repressão, ainda que esse não seja manifestado, afinal, o poder da disciplina regulariza o controle e a vigilância de modo discreto e permanente (Motta, 1981).

No contexto da transitividade, verifica-se que o processo relacional, explícito nas flexões verbais “é” e “tem”, é utilizado pelo entrevistado em diferentes instâncias da sua enunciação, a fim de representar características e identidades da PMDF que irão contribuir para o adoecimento dos seus policiais. A conjunção adversativa “mas” funciona como atenuador do fato de o militarismo ter “os seus pilares na hierarquia e na disciplina”. O problema parece não estar na estrutura, mas na “forma como isso se aplica”. Tal fato vem em consonância com os diversos discursos dos policiais que acusam a forma como cargos hierárquicos superiores, não apenas oficiais, abusam de suas posições.

Para identificar o Regimento Disciplinar do Exército (RDE), que rege a PMDF, como “muito rígido”, o policial explora a relação temporal. Por meio do processo relacional atributivo, intensificado pelo advérbio “muito”, o RDE é representado como ultrapassado em

relação à própria existência da PMDF. Ele também é descrito como exigente, por meio da representação no sintagma “muita cobrança”.

A vigência do RDE sob a organização do trabalho militar da PMDF é explicada, no excerto 22, pelo processo histórico da sua constituição, que, como força auxiliar do Exército do Brasil nos estados, tinha como missão ser o espelho da sua matriz, herdando dela todas as suas características organizativas. Como nos demais Estados, a estrutura hierárquica da PMDF, até os dias atuais, segue o modelo do Exército, com duas esferas distintas de poder: Oficiais e Praças. Juntas elas constituem um sistema global, que funda a permanência e reprodução da corporação e a mobilidade profissional.

Na sequência da fala de Espartacus, as consequências do rigor e da exigência do RDE são apresentadas como insustentáveis. O pronome indefinido “ninguém” é usado para definir a incapacidade de qualquer ser humano “viver 24 horas” dentro de um *modus operandi* “impecável”, “pleno” e “perfeito”. Para justificar essa insustentabilidade, o ator explora o caráter humano do policial, aquilo que é “inerente à humanidade”, apropriando-se da interdiscursividade do discurso militar, por meio da escolha lexical “o camarada que está fardado”.

Observa-se que o uso da expressão condicional “só que” e a negação da aceitação das falhas dos “camaradas” remetem a uma condição de rejeição, pelo militarismo, daquele policial que não aja de uma maneira “impecável”, “plena” e “perfeita”, o que conseqüentemente vai fazer com o que “o camarada vai adoecendo psicologicamente”.

O excerto 22 da fala de Espartacus sugere que a própria organização do trabalho militar e seu caráter burocrático, essencialmente rígido, representado pelo RDE e suas exigências simbólicas, são responsáveis pelo adoecimento psicológico dos policiais. Suas considerações estão em consonância com os resultados dos trabalhos de Deschênes et al. (2018), Mattos (2012), Miranda (2016) e Miranda e Guimarães (2016). Em sintonia com Edwards e Kotera (2020), é possível que na PMDF as fontes de doenças psicológicas também se relacionem mais com a cultura organizacional e as atitudes da instituição em relação à saúde mental do que com a natureza do trabalho. Tal fato incita o repensar do peso que as organizações militares dão à hierarquia, tendo em vista as consequências que sua utilização inadequada tem gerando nos seus membros (Minayo & Adorno, 2013).

O excerto 23 da fala de Espartacus exhibe o modo como as relações de trabalho vão comprometendo gradativamente a saúde mental do policial.

Excerto 23

Alguns são em gota a gota e o copo é grande. Então, ele nunca vai chegar no topo. Ele vai chegar ao fim da carreira e o copo chegou só a metade, 70%. Mas é pouco provável que um policial chegue ao final da sua carreira sem uma carga de estresse que vai gerar resquícios. Muitos acabam não tendo nenhum problema durante a atividade, mas depois que sai aí explode bombas e bombas, mas a Polícia Militar já não tem mais nada a ver: “o camarada está aposentado, isso é problema dele.” Mas, eu acho que a instituição interfere diretamente na questão psicológica. Eu não acho que seja tanto a violência, a criminalidade. (Trecho 2 do Espartacus)

Três metáforas marcam a representação da organização do trabalho militar no segundo excerto de fala de Espartacus, elas são: “em gota a gota”, “copo grande” e a explosão de “bombas e bombas”.

A metáfora “gota a gota” em um “copo grande” é usada para se referir ao processo de adoecimento no contexto policial. Ela faz alusão ao desgaste que é gradativo e imperceptível, visto que uma gota, em um copo grande, sempre vai parecer insignificante. Contudo, o efeito desse processo se desenrola em longo prazo, o que tende, no discurso elaborado, não a transbordar, mas a chegar a 70%. A analogia de Espartacus para a PMDF é compatível com as observações de Minayo et al. (2008) ao identificarem que o adoecimento nas corporações militares é resultado de um longo processo de insatisfação e frustração com o serviço militar. Gershon et al. (2002) também pontuam que, em trabalhos dessa natureza, os problemas psicofisiológicos tendem a se acumular ao longo do tempo.

A metáfora “explode bombas e bombas”, apresentada no excerto 23, é utilizada para descrever as consequências do acúmulo de estresse durante o trabalho. Essa relação remete à condição da necessidade, por parte dos policiais, de negligenciar o sofrimento mental, mesmo sabendo que estão adoecidos, como apresentado nas pesquisas de Baierle e Merlo (2008), Cardoso e Nummer (2018), Castro e Cruz (2015) e Cantelli et al. (2010). Em outros trechos de entrevistas, foi possível identificar que, na PMDF, entre os entrevistados, esse encobrimento ocorre em função de “não quer perder o voluntário, o porte de arma, não quer perder um bocado de coisa” (Atílio), “o medo de ficar queimando perante os outros colegas que procuram ajuda mental” (Lisandro), “ele põe, muito assim, expectativa, nesse lado financeiro e esquece muito dele” (Safira), “É o medo do juízo que fazem da gente, porque primeiramente você não quer mostrar // É difícil você mostrar fraqueza” (Jadson).

Ao mencionar que “explode bombas e bombas”, o ator explora com maior frequência os processos materiais, “vai chegar”, “chegou”, “chegue”, “vai gerar”, “sai”, “acaba” e “explode”, caracterizando que as mudanças incorridas no fluxo da carreira policial vão sendo materializadas por meio da transformação do trabalho. O uso dos processos materiais elimina

a possibilidade de interpretação de que esse é apenas um pensamento do ator, fato que poderia ser interpretado se ele tivesse feito uso de processos mentais para descrever as alterações do trabalho na vida do profissional.

A referência que Espartacus faz ao policial “ao final da sua carreira” assume forte correlação com o estudo de Pagès et al. (2006), no contexto do trabalho da TLTX. Respeitadas as diferenças, na organização militar, a carreira também mostra que o caminho da derrota é sempre possível. No contexto da elaboração do discurso, observa-se a seleção do verbete “resquícios” para representar o resultado da carreira militar. Na organização semântica da frase, o sintagma “uma carga de estresse” não é usado como elemento que irá “deixar” “resquícios”, seu emprego, seguido do processo material “vai gerar”, implica que o resquício é o próprio policial, o resto, aquilo que sobra do homem.

No discurso que atribui à instituição a responsabilidade pelo desencadeamento de agravos psicológicos, nesse caso o estresse, por meio da conjunção adversativa “mas”, o ator notifica, categoricamente, que “a instituição interfere diretamente na questão psicológica”. Atenta-se para o fato de que, embora a tentativa de modalizar subjetivamente a fala por meio do processo mental “acho”, o ator apodera-se do processo material transformativo “interfere” para evidenciar a modificação na realidade do sujeito, o que é reforçado pela circunstância “diretamente”.

Verifica-se, por fim, que, para Espartacus, não é o trabalho, verbalizado nas atividades cotidianas do policial, como “Eu não acho que seja tanto a violência, a criminalidade”, que “interfere diretamente na questão psicológica”, mas sim a organização do trabalho e suas relações, nomeadas pela representação da “instituição” como ator social, que fundamenta o campo do trabalho policial. Essa consideração reafirma as pesquisas de Bezerra (2012), Deschênes et al. (2018), Edwards e Kotera (2020), Miranda (2016), Miranda e Guimarães (2016) e Minayo e Adorno (2013).

O discurso de Alexandrino, apresentado no excerto 24, também indica a organização do trabalho militar como responsável pelo adoecimento mental dos policiais. Questionado sobre o assunto no contexto da PMDF, Alexandrino fala:

Excerto 24

Eu acredito, assim, que o excesso de fiscalização e o excesso de... de... de escalas, que a gente concorre, a escala normal ordinária, a escala especial, a escala de serviço voluntário e a escala virtual, que você pode ser acionado a qualquer momento. Que, querendo ou não, se você está escalado você tem que estar ali, mas se você está em casa você tem que estar em condições de estar no serviço a qualquer tempo. Assim, então

esse excesso de escala, eu acho, contribuiu bastante para esse adoecimento mental. (Alexandrino)

Assumindo forte compromisso com a verdade, ao se posicionar diante daquilo que diz “eu”, o entrevistado parte do processo mental cognitivo “acredito” para apontar dois fatores que ele pensa contribuir para o adoecimento mental dos policiais militares do DF: “o excesso de fiscalização” e “o excesso de escalas”. O pensamento quanto à fiscalização coaduna com os diferentes discursos até então analisados. Já o excesso de escalas apresenta-se como representação da obrigatoriedade disciplinar devida à organização do trabalho, que ignora a vontade dos policiais e se faz valer.

Ao descrever as diferentes escalas, o entrevistado se importa em nomear cada uma delas. A intenção interposta sugere a necessidade de levar o expectador a também perceber a ocorrência do “excesso”. O detalhamento da “escala virtual” dá a ela uma representação especial no discurso. Subentendida na fala, observa-se a forma como a obrigatoriedade da disciplina legitima o poder da corporação sobre o policial. A instituição regulariza o controle, define os valores e garante a obediência (Foucault, 1997).

Por meio do processo relacional, o verbo “estar” caracteriza essa escala de trabalho como algo impositivo, que independe do desejo do policial, expresso pela oração mental desiderativa “querendo ou não”. A insistência da caracterização das escalas é justificada pelo seu efeito na vida social do policial. A operacionalização delas requer prontidão e disposição integral à PMDF, colocando o policial susceptível a ser chamado para o trabalho a qualquer momento, independentemente do seu próprio desejo. Essa forma de imposição pode ser caracterizada como mecanismo de controle por saturação, em que a privação por parte dos policiais dos seus próprios desejos permite a legitimação do poder institucional da corporação sobre seus membros.

Ao finalizar o discurso, os elementos textuais conclusivos “assim” e “então” conduzem à interpretação de fechamento das ideias expostas. Todavia, observa-se que o desfecho final do ator ao relacionar o “excesso de escala” com o “adoecimento mental” é modalizado subjetivamente pela expressão “eu acho”, reduzindo o comprometimento com sua resposta. Embora o receio expresso na modalização final da fala, verifica-se que o número excessivo de escalas de serviços acaba por representar restrições sociais do policial, vindo a comprometer a sua saúde mental.

Observa-se que, ao acionar o trabalho policial como responsável de alguma forma pelo desencadeamento de transtornos mentais, o policial tende a usar de modalizações, que evitam o seu comprometimento com a fala. Tal fato pode ser atribuído ao sentido de pertença, à

cumplicidade e à entrega que o policial faz ao modelo institucional privativo da polícia. Esse modelo que requer alto grau de engajamento e disponibilidade que, como citado no primeiro eixo, assume caráter de doação e entrega incondicional ao trabalho. Ademais, o processo de formação, fundamentado no temor e na subserviência, pode contribuir para a inibição e a tentativa de ocultamento de verdades que possam comprometer a instituição à qual os indivíduos se veem coagidos a dedicar respeito e devoção.

4.3.2 Relações socioprofissionais: descrédito, perseguições e violências simbólicas

Decorrentes da organização do trabalho e das interações sociais que envolvem o trabalho policial, as relações socioprofissionais podem apresentar tanto elementos positivos quanto negativos para a saúde mental dos profissionais. Os resultados de diferentes trabalhos identificam essa potencialidade dual no contexto do trabalho militar (Antunes, 2019; Ferreira, Santos, Paula, Mendonça, & Carneiro 2017; Gershon et al., 2002; Mattos, 2012; Minayo et al., 2008; Torres, Campos, & Rodrigues, 2018; Winter & Alf, 2019).

No que se refere às relações socioprofissionais e às interações sociais do trabalho no contexto da PMDF, as falas dos policiais entrevistados destacam episódios de descrédito, perseguições, inequidades, falta de reconhecimento e violências simbólicas.

Questionada sobre como associa o trabalho da polícia com o adoecimento mental dos policiais, Jade apresenta:

Excerto 25

Eu acho que essa coisa desumana de tratamento faz com que as pessoas adoçam. Esse tratamento de mandar, um superior mandar você fazer alguma coisa e você... não saber o sacrifício que você tem para fazer e se você, às vezes, tem alguma dificuldade eles não entendem. Você tem que cumprir a qualquer custo, como se o militar fosse um super-herói e não é assim. O militar é um ser humano, que tem família, tem filho, tem responsabilidades em casa também. Às vezes, até para você ir num médico é difícil. Você não consegue, você pede para ir num médico, fala: “estou precisando” e: “não, agora não pode porque tem tal serviço, tem tal coisa”. Então, quando você vai ao médico tem a desconfiança se realmente você está doente. Às vezes, eles não acreditam nem no relatório médico. Então, eu acho isso muito desumano. Você vem para cá fazer um tratamento psicológico, eles acham que você está escamando, que você está querendo ficar mais livre, não leva em consideração que essa coisa psicológica é importante para sobrevivência da pessoa. (Jade)

O excerto 25, referente à fala da militar Jade, apresenta os recursos discursivos usados

pela policial para representar a organização do trabalho que permeia o espaço policial e contribui para o desencadeamento dos transtornos mentais na PMDF. Essa representação, embora modalizada subjetivamente no “eu acho”, é marcada por uma “coisa desumana de tratamento”. O caráter desumano se refere tanto ao tratamento dado pelos superiores, marcado pela repressão, autoridade e desconfiança, quanto ao papel de “super-herói”, acionado, posteriormente, para representar a imagem social do policial. Na tessitura do discurso, o pronome “você” é usado como modalidade, estratégia discursiva para diminuir o comprometimento da policial com aquilo que ela revela.

A modalização parece funcionar como recurso discursivo para dissimular o medo de Jade quanto a revelar a representação social atribuída ao trabalho na PMDF como “uma coisa desumana” responsável pelo adoecimento dos policiais. Adoecimento esse que, apenas ao final da verbalização, será materializado no discurso como um agravo mental, marcado pelas escolhas lexicais “um tratamento psicológico” e “essa coisa psicológica”.

Na análise da transitividade do excerto 25, verifica-se forte recorrência do uso de processos materiais e verbais, “mandar”, “fazer”, “adoecer”, “mandar”, “cumprir”, “ir” e “pedir”, e mentais, “entender” e “saber”, que buscam explicar as razões que a policial encontra para indicar a organização do trabalho policial como responsável pelo adoecimento mental.

Os processos materiais “mandar”, “fazer”, “cumprir” e “ir” operam como materializadores do poder hierárquico, que, investido pela burocracia da estrutura organizacional do militarismo, estabelece uma relação de dominação e sujeição da policial. Essa relação acaba por revelar a operacionalização da organização do trabalho no contexto militar. A submissão é reiterada, ainda, na inclusão por ativação do ator social “um superior”, que se apresenta como agente do processo, ocupando uma posição ativa na ação, “um superior manda”. Ao mesmo tempo, a policial é colocada em posição de subserviência “você tem que cumprir”.

A inclusão do ator “um superior” tonifica o vínculo de poder, controle e dominação que perfaz as relações sociais do trabalho militar, comuns à ideologia gerencialista (Enriquez, 1991, 2007; Gaulejac, 2007; Pagès et al., 2006; Siqueira, 2009). Esse poder ultrapassa a imagem da obediência, mas se representa por meio de elementos humanos e subjetivos de coação, sedução e manipulação das pessoas (Enriquez, 2007). Em organizações autoritárias, os dirigentes acabam por definir os modos de pensar e de agir dos seus membros, que, submissos às normas e regras de funcionamento, formam “uma massa de indivíduos indiferentes, limitados ao seu trabalho, desmotivados, disciplinados e obedientes, que cumprem ordens sem questionar” (Faria & Soboll, 2007, p. 217).

A submissão relatada pela policial não parte exclusivamente de uma questão subjetiva ou libidinal, não que ela não aconteça, mas a autoridade do poder burocraticamente imbuído ao superior e à obrigação de subserviência da policial “tem que cumprir a qualquer custo”. Como afirmam Motta e Pereira (2004), o poder atribuído à burocracia permite a sua concretização como aparelho de dominação e controle. Da mesma forma, “sistemas organizacionais autoritários são legitimados pela ideologia da organização ou da “elite dirigente”, que se apresenta manipuladora, que sabe programar as atividades e adota ações corretivas, colocando-se numa posição perversa” (Faria & Soboll, 2007, p. 214).

Ao avaliar a organização do trabalho não só da PMDF, o que é comum a outros tipos de instituição, não é difícil identificar o aparato burocrático visível e invisível que favorece essa relação de dominação e controle, seja na racionalização das normas, no rigor hierárquico, na divisão de trabalho, na formação profissional, na farda, nas patentes, nos hinos ou em outros mecanismos simbólicos e imaginários, que assombram os subordinados e fortalecem a submissão. Como declaram Pagès et al. (2006, p. 98), “os dispositivos operacionais e a ideologia estão indissolúvelmente ligados: eles têm como função fazer interiorizar certas condutas e, ao mesmo tempo, os princípios que os legitimam”.

A estrutura hierárquica policial vigora sob um modelo clássico de autoridade linear, demarcando um sistema explícito de comando e subordinação. Por meio de regimentos, normatizações e treinamentos, a organização do trabalho regula a conduta e as tarefas dos seus membros (Faria & Meneghetti, 2011). Como menciona Lhuilier (2013), essas tarefas estão necessariamente ligadas àquelas atribuídas aos outros, constituindo, para cada um, a tradução operatória do seu lugar na estrutura organizacional. Assim, é sob o vigor da burocracia que o mal-estar se instaura na organização do trabalho, tornando-se insuportável para o sujeito e contribuindo para o adoecimento dos trabalhadores.

Discursivamente, observa-se no excerto 25 que a circunstância “a qualquer custo” reforça a escolha lexical do “sacrifício” não reconhecido, materializado na negação dos processos mentais “não saber” e “não entendem”. Fuzer e Cabral (2014) discutem que o uso do processo mental acaba por indicar que o fenômeno descrito sequer chegou no cognitivo do sujeito, tornando difícil a sua concretização no processo material. Ou seja, não existe, sequer, a percepção de que algo está errado, ou poderia ser diferente. Para Jade, todo o esforço do policial parece ser negado e não reconhecido pelos superiores, que se incumbem apenas de fazer “cumprir”.

A análise semântica da representação do trabalho policial dada pela escolha lexical, “sacrifício” subentende “uma renúncia voluntária ou forçada a algo que se possui; dedicação

absoluta a algo ou a alguém que pode levar a privações” (Dicio, 2020). Assim, a seleção do vocábulo revela a oferta da própria vida da policial, que abdica de outros valores, exibidos nos vocábulos “família”, “filhos”, “casa”, para se dedicar exclusivamente à polícia, uma relação quase religiosa de envolvimento (Pagès et al., 2006). Outrossim, verifica-se que essa não é uma representação exclusiva do militarismo, como menciona Enriquez (2000b), ela revela o “trabalho da morte na obra de toda organização e o papel desempenhado pela adesão à ideologia imposta pela organização, no desenvolvimento da ‘força inércia mortífera’” (p. 19).

A representação do trabalho policial como sacrifício, observada também nas verbalizações de outros policiais, é vista em diversas pesquisas como *ethos* de bravura, resistência, martírio e força (Ferreira, 2016; Marra, Fonseca, & Sousa 2016; Oliveira, 2016), com pouca conotação para o caráter negativo que o substantivo emprega, agente implícito das insatisfações e do adoecimento mental que encobre essa verbalização. Outrossim, verifica-se que essa não é uma representação exclusiva do militarismo, o que retoma as discussões levantadas no referencial teórico quanto à dualidade da representação do paradoxo do trabalho, ora como martírio e sofrimento, ora como realização e apoio à existência e sociabilidade dos indivíduos (Braz, 2018; Dujarier, 2009; Dejours, 1992; Gaulejac, 2011; Lhuillier, 2013).

No imaginário social, o vocábulo sacrifício pode assumir duas representações: o sofrimento de ser vítima do sacrifício e/ou o gozo de ser reconhecido como herói, por entregar-se pelo outro. Nessa representação de Jade, o primeiro significado acaba dissimulando o segundo. Ao mencionar o “não saber do sacrifício” que “eles não entendem” – ator social incluído de forma indeterminada “eles”, induzindo a generalização do comportamento dos superiores –, verifica-se que mais do que o sacrifício, a demanda da policial é pelo reconhecimento dos seus esforços. Pois, é por meio da relação com o outro que ela ganha sua própria existência (Enriquez, 1991; Gaulejac, 2007; Pagès et al., 2006)

Ao contrapor o sacrifício com o reconhecimento, observa-se que ao mesmo tempo que a oferta da vida elimina o sujeito, por abrir mãos de si, ela também enseja uma possibilidade de prazer, pela via do reconhecimento social e pessoal, em um contínuo jogo de pulsões de vida e de morte. É essa propriedade pulsional “que imprime um movimento ao organismo, mas, ao mesmo tempo, visa ao outro como aquele que pode reconhecer o desejo ou responder ao desejo de reconhecimento” (Enriquez, 1991, p. 17). Sacrificar torna-se válido por viabilizar o reconhecimento, uma vez que ele é o que “viabiliza a conquista de uma identidade social, a reconstrução do tecido social, a viagem do sofrimento ao prazer e a instituição do trabalho equilibrante, gerador de sentido do trabalho, fonte de bem-estar e saúde” (Linhares & Siqueira, 2014, p. 715).

Na perspectiva socioclínica do trabalho, lutar pelo reconhecimento não implica uma busca por privilégios, mas pelo desejo de se fazer existir. Esse desejo de reconhecimento e gratificações está enraizado no inconsciente e pode encontrar diversas formas de expressão e solicitação (Freitas, 1999; Pimenta et al., 2018). No contexto das organizações militares, a natureza autoritária e repressora, advinda da hierarquia, sugere a existência de relações menos simpáticas (eróticas). Como mencionado por Antunes (2019), as hierarquias proporcionam efeitos nocivos aos subordinados, uma vez que produzem distribuições desiguais de reconhecimento, respeito e liberdade. Todavia, é preciso que pelo menos alguns fragmentos do amor se manifestem nas instituições, organizações e grupos para que todos possam ser reconhecidos, considerados, estimados e, assim, permaneçam vivos, pois “o amor é a matriz do laço social” (Enriquez, 2014, p. 165).

Não obstante, a falta de reconhecimento, tanto social quanto individual, é fator de sofrimento, fragilização e desencadeamento de transtornos mentais relacionados ao trabalho (Dejours, 2008; Gaulejac, 2007; Mendes, 2007; Seligmann-Silva, 2011). No contexto do trabalho policial, as pesquisas de Deschênes et al. (2018), Mattos (2012) e Pereira (2011), Minayo et al. (2012), Miranda (2016) e Miranda e Guimarães (2016) relatam que a falta de reconhecimento, individual e social, é um dos fatores que muito contribuem para o comprometimento da saúde mental dos policiais.

Para Lhuillier (2009), a impossibilidade de se reconhecer no trabalho é mais essencial que a falta de reconhecimento social, uma vez que o trabalho realizado já não tem mais sentido, restando apenas a frustração e o sofrimento psíquico. O discurso de Jade sugere o prejuízo simbólico e psíquico advindo não apenas do desprezo de “um superior” em não reconhecer seu sacrifício, mas também da frustração por não ser “super-herói” e não atender à demanda social representada pela profissão.

Ainda no excerto 25, ao mencionar que é tratada “como se o militar fosse um super-herói” e que “não é assim”, Jade se reconhece na sua fragilidade, ao mesmo tempo que se decepciona pelo não reconhecimento da instituição, estabelecendo uma relação comparativa entre “um super-herói” e “um ser humano”. A partir daí, a policial busca representar o caráter humano da polícia em detrimento do caráter sobrenatural do super-herói. A fantasia de “super-herói”, socialmente construída e sustentada pela instituição militar, ao mesmo tempo que atribui reconhecimento, desmascara a impotência. É a fantasia de ser superior que leva a policial a querer desenvolver uma atitude sobrenatural, e a sua não realização é motivo para o adoecimento.

Para representar o lado humano do policial, Jade se utiliza do processo relacional

atributivo “o militar é um ser humano”. A apelação discursiva recorre à inclusão dos atores sociais “família”, “filhos” e “médico”, que, a partir da personalização, distinguem o “ser humano” do “super-herói”. É o fato de ter “família” e “filhos” e de ter que “ir num médico”, que faz da mulher um ser humano. A inclusão dos atores demonstra os atravessamentos do trabalho nas relações sociais e na natureza humana da policial, representação da sua fragilidade e dos limites impostos pela profissão. Essa articulação discursiva sugere, ainda, uma representação para o sacrifício, que parte do abandono dos outros objetos de amor que possui para se dedica apenas ao objeto de amor maior, a instituição policial militar, que lhe renderia o gozo de ser “super-herói”. (Deschênes et al., 2018; Enriquez, 2007; Gaulejac, 2007; Siqueira, 2009).

O discurso de Jade também revela uma relação de “desconfiança” da instituição em relação ao seu adoecimento. A representação da desconfiança como elemento da organização do trabalho da PMDF pode ser observada, tanto pela escolha lexical “desconfiança”, que se reafirma na expressão “eles não acreditam”, quanto na interdiscursividade, com a inclusão da voz de um outro ator no discurso. Na verbalização, Jade articula sua voz à de um ator suprimido no texto, subentendido como alguém hierarquicamente superior que nega a sua demanda. Na articulação discursiva, a voz do superior opera como repressão à necessidade da policial ir ao médico, reafirmando a representação da organização do trabalho policial como espaço de subordinação e controle. Como afirma Dejours (2007, p. 81), “mede-se exatamente a virilidade pela violência que se é capaz de cometer contra outrem, especialmente contra os que são dominados, a começar pelas mulheres”. Observa-se que as razões encontradas para justificar a negação são generalizadas nos sintagmas “tal serviço” e “tal coisa”. A circunstância “agora”, utilizada no tempo presente, remete ao sentido de que em todo o tempo há algo para ser realizado para a instituição, em detrimento de algo que possa ser feito pelo próprio sujeito.

Escamoteado ao longo do discurso, no excerto 25, o adoecimento “psicológico” só é nomeado ao final da fala da locutora, que é ativada pela escolha lexical “tratamento”, insinuando um recurso terapêutico para sanar uma patologia, discursivamente explícita e representada pelo ator social “médico”. A desconfiança na palavra da policial pela hierarquia é modalizada pela exclusão, por meio do encobrimento do ator social hierarquicamente superior (“eles”), e reafirmada pelo processo mental cognitivo “acham”.

Ao finalizar o excerto 25, Jade faz a escolha lexical “escamando”, gerúndio do verbo escamar (cobrir-se de escamas), seguido da oração “que você está querendo ficar mais livre”, aparecer como representação do policial que busca auxílio para tratamento dessa “coisa psicológica”. Observa-se que a seleção do vocábulo “coisa” assume função de desqualificar,

também para a dizente, aquilo que é de natureza psicológica. A articulação do vocábulo “escamar” e do sintagma “coisa psicológica”, no conjunto da fala, acaba por representar, sob o ponto de vista de Jade, que as complicações psicológicas, embora indesejadas pelos que delas sofrem, são representadas por atores sociais, indefinidos e modalizados na expressão “eles acham”, como estratégia para se esquivar do trabalho. Essa afirmação é reforçada pela falta de “consideração” em relação à importância dos aspectos psicológicos “para sobrevivência da pessoa”.

A excerto 26 da fala do policial Cornélio também faz articulação com as relações socioprofissionais da PMDF. Ao ser questionado sobre como as relações de trabalho comprometem a saúde mental do policial, Cornélio responde:

Excerto 26

O mais desgastante [no trabalho da polícia] mesmo, eu falo mais assim, o comando, o tipo do... Nem todos, nem todos, mas o tipo do tratamento que o comando faz com a gente. Isso aí que é o mais desgastante, não é nem o serviço em si, é o tratamento de alguns, nem todos, mas de alguns comandos, de alguns oficiais com a gente. (Cornélio)

O intensificador “mais” ressalta o adjetivo “desgastante” que o policial designa a seu trabalho. O militar atribui à sua fala um forte estatuto de verdade, ao se posicionar no texto como dizente, por meio do processo verbal “eu falo”. Contudo, para afirmar que o mais desgastante é “o tipo de tratamento que o comando faz com a gente”, o dizente ameniza a responsabilidade atribuída ao “comando” a partir da ruptura da fala para excluir “alguns” atores sociais que participam desse comando, afirmando “nem todos, nem todos”. O vocábulo selecionado, “o comando”, evidencia uma ação interdiscursiva da ordem do discurso militar, representando os atores sociais que são encobertos na primeira articulação discursiva e revelados ao final como “alguns oficiais”.

Embora tente encobrir e minimizar de diferentes maneiras os atores sociais responsáveis pelo desgaste advindo das relações socioprofissionais do trabalho na PMDF, apresentando-os como “comando” e “nem todos” ou “alguns”, ao final da verbalização Cornélio deixa explícito que se refere à relação “de alguns oficiais com a gente”. Ao encobrir esses atores sociais, o discurso de Cornélio sugere um modo de apreensão e medo de revelar as relações com os oficiais como algo que desgasta o trabalho.

Assim como na fala de Espartacus, exibida no excerto 22, que se referiu à hierarquia da organização do trabalho como responsável pelo adoecimento mental dos policiais da PMDF, a fala de Cornélio, vista no excerto 26, é mais precisa ao afirmar que “não é nem o serviço em si, é o tratamento de alguns”, ou seja, a parte faz referência ao modo como “alguns oficiais”

utilizam-se do poder que lhes é atribuído, um discurso bem afinado com os estudos de Edward e Kotera (2020). A fala de Cornélio insinua o quanto o poder e a hierarquia militar da PMDF imperam sobre os seus membros como ideologia, que está a todo o tempo ameaçando e vigiando o comportamento e monitorando os discursos e ações.

Outra característica do trabalho policial que se relaciona às relações socioprofissionais e ao poder na instituição refere-se ao rigor e à exigência no cumprimento das normas. De acordo com o excerto 27, da fala de Criso, o rigor com as normas também é responsável pelo comprometimento da saúde mental dos policiais, o que “acaba estressando¹²”. Na sua fala, o entrevistado apresenta que:

Excerto 27

Ah, essas questões de fardamento, de barba, de horário, né. Às vezes, você lá... eu tô com minha barba aqui tá pequena, mas para Polícia Militar tá igual a sua [minha barba grande]. Ai, “por que que não fez a barba hoje? Se não fizer a barba agora eu vou escrever” [fazer uma ocorrência de não estar bem apresentável]. Então, já chega alguém, já quer escrever. Você chegou 5 minutos atrasado, “tá atrasado por quê?” Então, você... são coisas assim que acaba estressando (Criso).

A descrição sequencial dos elementos “fardamento”, “barba” e “horário”, sem a presença de um verbo, assume a função de enumeração de fatores que compõem as exigências do trabalho policial. Para explicitar o modo como a cobrança é aplicada, o entrevistado dá voz a um ator social que é excluído por supressão¹³ na fala. As perguntas “por que não fez a barba hoje?” e “tá atrasado por quê?” entoam como condicionantes para uma punição “se não fizer agora, eu vou te escrever”.

Subentendido nas perguntas do ator suprimido, que, pela condição de poder impor uma ordem, sugere um superior hierárquico, o discurso de Criso fulgura uma ameaça. O não enquadramento nos padrões de ser, “de fardamento, de barba” e de agir “de horário”, são suficientes para a punição. Como afirmam Silva e Bueno (2017), essas condições de imposição afetam as relações pessoais, favorecem o isolamento social e são responsáveis pelo adoecimento mental, podendo chegar até ao autoextermínio.

A circunstância temporal “agora”, expressa na frase “se não fizer agora”, no excerto 27,

¹² Embora grande parte dos policiais descreva os transtornos exclusivamente como estresse, o diagnóstico clínico dos mesmos nem sempre se refere a este tipo de transtorno. Entre as ocorrências mais frequentes entre os entrevistados verifica-se: TMC devido ao uso de substância psicoativa, TMC devido ao uso de múltiplas drogas e ao uso de outras substâncias psicoativas, Transtorno de Pânico (ansiedade paroxística episódica), Ansiedade Generalizada; Transtorno de adaptação e Transtorno de Personalidade Paranóica.

¹³ A exclusão por supressão ocorre quando não se registra no texto nenhuma marca a respeito do ator social que está sendo excluído, não sendo possível ao leitor a sua recuperação em outras partes do texto (Van Leeuwen, 1997).

funciona como uma imposição, marca do poder que é atribuído ao, possível, superior. A representação da sujeição do policial Criso pode soar como um assédio moral, percebido como uma forma de ameaça e perseguição dentro da corporação.

Como mencionam Antunes (2019) e Mattos (2012), a hierarquia é responsável por parte dos conflitos de ordem socioprofissional nas instituições militares, em que as inequidades na aplicação dos regulamentos favorecem situações opressivas, coercitivas, assédio moral e ofensas. Resultados da pesquisa de Mattos (2012) na PMDF já evidenciavam que as relações entre oficiais e praças são afetadas diretamente pela imposição de limites à autonomia dos policiais e pelo estímulo aos personalismos e assédios morais, oriundos do poder que o próprio sistema militar confere aos escalões superiores. Os trabalhos de Bezerra (2012), Miranda e Guimarães (2016) e Nogueira (2005) também revelam os reflexos das relações hierárquicas e disciplinares, orientadoras a partir das relações socioprofissionais no contexto do trabalho policial, como contribuintes para o adoecimento mental dos seus trabalhadores.

Da mesma forma, o vocábulo “escrever”, empregado como punição pelo não atendimento da ordem, opera um processo de interdiscursividade. Na ordem do discurso militar, esse vocábulo funciona como uma forma de notificar uma ocorrência, uma advertência dada ao policial por ele desobedecer a alguma regra disciplinar do RDE, podendo gerar sansões. O ato de “escrever” materializa a natureza ameaçadora da ordem e reforça a instância do poder hierárquico superior. Em consonância com as considerações de Gershon et al. (2002), é possível que o poder da hierarquia, associado à rigidez das políticas e dos procedimentos internos, o excesso de exigências e os controles de conduta, características do trabalho militar da PMDF, contribuam para o adoecimento mental dos policiais.

Para concluir o discurso de que as exigências normativas da PMDF e o modo como o poder é utilizado para coagir comportamentos favorecem o adoecimento mental, o excerto 27 da fala de Criso utiliza-se do elemento conclusivo “então”, seguido da oração relacional “são coisas assim”, para identificar que os fatores pontuados, resumidos no substantivo “coisas”, acabam “estressando” os policiais. Como descrito por Mendes e Duarte (2013), sob a máscara da necessidade, os abusos da gestão, as violências e os assédios aparecem por meio das estratégias disciplinares, dissimuladas na lógica organizacional.

Observa-se que o vocábulo “estressando”, como variação do verbo estressar (gerúndio), apresenta-se como um recurso discursivo que tira o estresse do campo de um transtorno mental. Ao classificá-lo apenas no sentido gramatical, o ator se filia a um discurso que naturaliza a situação, afastando os possíveis questionamento a respeito do potencial patológico desse transtorno. Naturalizar o fenômeno influencia o modo como as pessoas agem e pensam em

relação a ele, especialmente em um campo profissional que exige alto grau de equilíbrio psicológico para sua atuação.

O uso do vocábulo “estressando” também pode ser visto como forma de amenizar e melhor aceitar o transtorno mental, dado o estigma que ele apresenta especialmente no contexto do trabalho militar (Berg et al., 2006; Dombroski, 2017; Johnson, 2016). O preconceito com relação a qualquer tipo de doença mental é cultural e histórico, sinônimo de fraqueza, debilidade e loucura (Codo, 1998; Johnstone, 2001; Lemieux et al., 2011; Overton & Medina, 2008; Rüsçh et al., 2005).

4.3.3 Condições de trabalho: alerta permanente, postura e inadequações funcionais

Para além das relações institucionais hierárquicas conflituosas, advindas da organização do trabalho e das relações socioprofissionais, as condições de trabalho, inclusive aquelas relacionadas às questões de gênero, também são apontadas pelos policiais da PMDF como desencadeadoras de transtornos mentais. Esses resultados se unem a diferentes pesquisas que identificam as interferências das condições de trabalho na saúde mental de policiais (Coleta & Coleta, 2008; Ferreira et al., 2008; Pessanha, 2009; Souza et al., 2007; Spode & Merlo, 2006).

Os fragmentos de fala denunciam diferentes fatores relacionados às condições do trabalho da PMDF que vêm contribuindo para o adoecimento mental dos seus policiais. Entre esses elementos, destacam-se a necessidade de contínuo estado de alerta; a rigidez físico postural exigida; as inadequações para o trabalho, em especial para as mulheres militares; e a necessidade de estar sempre armado. Esses fatores contribuem para o sentimento de falta de domínio do próprio corpo, privação de liberdade, sobrecarga de tensão e frustração, o que favorece, conseqüentemente, o desencadeamento de transtornos mentais.

Segundo Ametista, no excerto 28, devido ao alto grau de concentração que o trabalho exige, o contínuo estado de alerta vai desgastando o sujeito e o tirando do “estado normal de pessoa”. Tal fato pode ser observado a partir da resposta da policial, quando questionada sobre por que considerava que o trabalho policial adoecia mentalmente seus profissionais.

Excerto 28

Por conta desse desgaste do dia a dia, de você estar o tempo todo, como eu falei, estar atento, porque o tempo todo pode acontecer algo. [...] Você tem que estar olhando tudo a sua volta. É um serviço de observação e isso exige muito da sua mente. Você não pode

ficar parado ou ficar batendo papo, olhando celular, porque a qualquer momento pode acontecer algo. Então, exige muito, é uma pressão muito grande durante o serviço. A postura, as pessoas estão te observando e vão exigir de você, lógico, que você aja como policial militar, então isso desgasta. (Trecho 1 da fala da Ametista)

Para responder o “porquê” da questão, a policial opta pela conjunção explicativa “por conta”, trazendo o seu discurso para uma descrição causal do problema. Dessa forma, atribui o adoecimento ao encargo “desse desgaste do dia a dia”. A escolha do pronome demonstrativo “desse” entoa como um distanciamento da policial em relação ao desgaste referido, o que pode ser atribuído ao fato de a policial ter ficado afastada quatro meses do trabalho para acompanhamento psicológico e, dois meses após o seu retorno, ainda não tinha uma definição específica quanto ao local onde seria realocada.

A partir dessa explicação causal, fundamentada na seleção lexical “desgaste”, a policial desenvolve a tessitura do seu discurso. Por meio da impessoalidade, o pronome definido “você” é usado em toda a fala para diminuir a responsabilidade da entrevistada quanto ao seu posicionamento.

A explicação do desgaste dá-se por meio do processo relacional atributivo “estar” e “é” e as circunstâncias/atributos “o tempo todo”, “pode acontecer algo”, “olhando tudo a sua volta” e “um serviço de observação” pressionam a necessidade de estar continuamente “atento”, o que justifica a representação do “desgaste” como possível desencadeador dos transtornos mentais de policiais.

A situação do estado de alerta permanente é discutida por Souza, Minayo, Silva e Pires (2012), em pesquisa com policiais da cidade do Rio de Janeiro, ao identificar que os policiais que sofreram algum tipo de vitimização, seja no trabalho, no lazer ou mesmo no lar, apresentam maiores chances de desenvolver sofrimento psíquico. Embora possa haver policiais mais resilientes, alguns acabam desenvolvendo uma série de sintomas, entre os quais: o estado de alerta permanente, que antecede o estresse cumulativo, especialmente quando eles não se sentem satisfeitos com o trabalho. Dessa forma, as condições de trabalho policial podem ser vistas como fatores de risco que afetam negativamente a saúde mental desses profissionais. Os trabalhos de Borges (2013), Ferreira et al. (2016), Chopko et al. (2014) e Jenkins et al. (2018) também sugerem relações entre adoecimento mental e o estado de alerta permanente, uma vez que as condições de trabalho impõem aos policiais a exposição a riscos, conflitos sociais e violência real contra si e contra terceiros.

Ao mencionar a possibilidade de algum entretenimento, que possa distrair ou dispersar a atenção, a policial faz uso da modalidade deôntica de alto grau, afirmando que “não pode”,

de forma a reforçar, sem se comprometer, que o trabalho policial é imprevisível “porque a qualquer momento pode acontecer algo” e “exige muito da sua mente”. Sombreada nessa fala, é possível fazer alusão à invisibilidade dos mecanismos de controle, pela dissuasão (Enriquez, 1991) ou pelo poder disciplinar (Foucault, 1987), um modo discreto e permanente de vigiar (Motta, 1981). Consoante ao trabalho de Spode e Merlo (2006) com capitães da Polícia Militar do Rio Grande do Sul, embora a distinção das esferas de poder, é possível que, também na PMDF, parte das vivências de sofrimento de policiais sejam decorrentes dos mecanismos de controle, que mantêm pressões constantes e balizam as condutas pessoais dos policiais por meio do rigor prescritivo, alicerçado em disciplina e vigilância permanentes.

O processo material “exige” também funciona como representação do trabalho policial como desgastante. Na fala da entrevistada, essa exigência é apresentada em três situações, exibidas nas orações: “É um serviço de observação e isso exige muito da sua mente”; “exige muito, é uma pressão muito grande durante o serviço” e “as pessoas estão te observando e vão exigir de você, lógico, que você aja como policial militar”. Como se observa, por duas vezes o teor da exigência é intensificado pela circunstância “muito”.

Discursivamente, as duas primeiras articulações do excerto 28 sugerem uma relação direta com as condições de trabalho no que se refere à exigência do grau de concentração e estado de alerta que a função policial exige. Contudo, a terceira oração chama atenção para a preocupação da policial com a imagem que os atores sociais, descritos de forma generalizada, como “as pessoas”, fazem do que é ser policial. O fato de saber que “as pessoas estão te observando” faz com que a policial assuma uma “postura”, e insinua a existência de uma maneira correta do agir policial.

No discurso, a generalização dos atores sociais “pessoas” deixa subentendida a possibilidade de dois agentes: a) o olhar da instituição, no papel dos superiores, que vigiam em função da disciplina e do cumprimento das normas e diretrizes da polícia; e b) o olhar da sociedade, que cobra um comportamento ordenado, orientado pela imagem do que acredita ser polícia.

Como no panóptico de Foucault (1997), a vigilância atua sem que a policial tenha acesso a quem de fato a vigia, interiorizando o sentimento de estar sendo permanentemente observada e condicionando a autovigilância. Esse controle contínuo pode resultar em um clima de desconfiança, incerteza, intimidação e medo. No contexto do adoecimento mental, Franco et al. (2010) descrevem que essas características levam o trabalhador a se sentir em constante ameaça, sujeito a ciladas, isolado, silenciado e sem poder confiar em ninguém, o que colabora as ideias de autorreferência, insônia e distúrbios psicofisiológicos.

Observando o vocábulo “postura”, também descrito no excerto 28, para além de uma atitude comportamental, de atitude ou conduta, ele também pode ser associado à apresentação corporal ou posição reta do corpo (Holanda, 2020), o que assume relação mais direta com as condições do trabalho policial. Nesse sentido, o adoecimento do policial não se vincula apenas à pressão pela conduta, mas também pela exigência de manter o controle do corpo em condições nem sempre favoráveis (Borges, 2013; Davey et al. 2000). Em consonância com Bezerra et al. (2013) e Conceição e Souza (2013), por se tratar de uma mulher, essas condições podem ser ainda mais degradantes e agravantes, tendo em vista a inadequação dos instrumentos de trabalho, dos uniformes e da infraestrutura, como as instalações sanitárias.

Em sintonia com a fala de Ametista, o excerto de fala 29, da policial Safira, também remete às condições de trabalho para representar o adoecimento da policial mulher na PMDF. Questionada sobre como era um dia de trabalho, entre outras articulações, Safira responde:

Excerto 29

Às vezes você precisa ir ao banheiro, porque eu sou mulher e é mais difícil ir ao banheiro, porque tem que tirar equipamento, tirar tudo. Então, você evita até de ficar bebendo muito líquido, para não precisar ir toda hora ao banheiro, então é um serviço que você se contém ali. (Safira)

A fala de Safira é modalizada, em quase todas as instâncias, pelo pronome “você”. A modalidade deôntica “você precisa” expressa a obrigatoriedade da policial mulher se adaptar às condições de trabalho na polícia. As justificativas para o fato são explicadas por dois motivos, o primeiro acionado pelo processo relacional identificativo “porque eu sou mulher” e o segundo, novamente pela modalidade deôntica “porque tem que tirar o equipamento, tirar tudo”. Por meio do elemento conclusivo “então”, seguido do processo comportamental “evita ficar bebendo muito líquido”, Safira novamente justifica sua necessidade de ajustamento às relações de trabalho no contexto militar. A fala sugere que até mesmo as necessidades fisiológicas da policial, de beber e de ir ao banheiro, estão condicionadas ao modelo institucional militar, “um serviço que você se contém ali”.

O discurso de Safira apresenta que as relações de trabalho da PMDF não se distanciam daquelas apresentadas em diferentes pesquisas sobre o trabalho feminino nas instituições policiais (Bezerra et al., 2013; Conceição & Souza, 2013; Holmgren & Ivanoff, 2004; Nielsen et al., 2012; Souza, 2018; Souza & Santiago, 2007). Para além das questões de assédio, hierarquia e preconceito de gênero, as condições de trabalho são marcadas pelo excesso de controle, pelo medo de punições e pela insegurança, que levam as mulheres a criarem mecanismos de controle sobre seus próprios corpos, como evitar beber líquidos para suprir a

necessidade de ir ao banheiro, na tentativa de se adequar a uma estrutura, logo, parece pouco se ocupar de buscar alternativas para reconhecimento das particularidades da mulher.

Como mencionam Conceição e Souza (2013), as condições do trabalho policial são responsáveis por agravos mentais e físicos, especialmente nas profissionais mulheres. Entre os agravos mentais, verifica-se estresse, sofrimento psíquico, riscos e vitimização de agravos por acidente. Já os agravos físicos incluem os problemas osteomusculares, resultantes das jornadas extensivas de trabalho em pé e do uso de equipamentos inadequados para as especificidades do corpo feminino. Associado a isso, Souza (2018) apresenta que as mulheres policiais são mais vulneráveis a desenvolver sofrimento psíquico em função da dupla jornada de trabalho.

No excerto 30, relacionado aos motivos de considerar que o trabalho policial adocece mentalmente seus profissionais, Ametista apresenta que:

Excerto 30

Com o tempo vai ficando como se fosse uma pedra, depois que virou uma pedra você não consegue mais dissolver. Eu acho que é por aí. Então, claro, se você não consegue relaxar depois, voltar ao estado normal de pessoa que está passeando no dia a dia, apesar que você nunca deixa disso, você nunca consegue relaxar, mesmo você não estando no trabalho. (Ametista)

Por meio do eufemismo “como se fosse uma pedra” e do processo material “vai ficando” e “dissolver”, Ametista compara a transformação do policial ao longo do tempo a uma “pedra”. Sinônimo de solidez, dureza e insensibilidade, o substantivo utilizado caracteriza a incapacidade de o policial militar relaxar, ele “não consegue mais dissolver”. O adjetivo “claro”, associado às circunstâncias “nunca”, demonstra a forte convicção da entrevista de que rigidez adquirida ao longo do trabalho militar impede o policial de “voltar ao estado normal de pessoa”.

A afirmação de que o policial não consegue “voltar ao estado normal de pessoa” ressoa como um processo de transformação que beira uma “anormalidade” irreversível, pela qual o militar pode passar. Essa anormalidade é atribuída à insensibilidade, à robustez e à dureza que a “pedra” apresenta. Comparado ao trabalho militar, o discurso da policial indica que, gradativamente, o militarismo vai criando no sujeito, um processo altamente danoso para a sua saúde mental.

Na fala do policial Berilo, observada no excerto 31, o que acaba provocando os transtornos mentais está relacionado à falta de “liberdade” que “ter que trabalhar fardado” gera. Um aspecto marcante na fala é o uso da “arma”, que no discurso apresenta-se como principal responsável pela angústia e pelo sofrimento do policial, uma vez que “isso mexe com a gente”.

Excerto 31

Eu vou falar de mim, eu sinto angústia, a minha liberdade que foi embora por eu ter que trabalhar fardado, ser policial, você não tem mais aquela liberdade de fazer aquela corrida no final de tarde só de *short*, camiseta e sem a arma na cintura. Aquela arma, você uma vez acostumado com ela, é difícil você largar, até para ir ao banheiro você está com ela de lado. Esse negócio de andar armado mexe muito com a gente. Para mim chegou um momento que: “meu Deus, eu não vou me livrar dessa arma nunca”, eu me sentia angustiado com ela. (Berilo)

O excerto 31 mostra que o policial envolve-se com o que declara como forma de imputar estatuto de verdade àquilo que afirma, o que é identificado pelas marcas de subjetividade em afirmações como: “eu vou falar”, “eu sinto”, “a minha”, “eu ter” ou “para mim”. Em poucos momentos, Berilo modaliza sua fala por meio do uso do pronome “você”.

O processo relacional identificacional “ser policial”, seguido de atributos negativos, “não tem mais aquela liberdade de fazer aquela corrida no final de tarde, só de *short*, camiseta e sem a arma na cintura”, funciona para representar como o policial caracteriza sua liberdade cerceada. As condições de trabalho apontam mecanismos de privação da liberdade, que se assemelham à liberdade vigiada de Enriquez (1995). Tal fato é preconizado pelo Código de Conduta Policial, que estabelece, entre outras obrigadoriedades: a) empregar todas as suas energias em benefício do serviço; b) ser discreto em suas atitudes, maneiras e linguagem, escrita e falada; c) dedicar-se integralmente ao serviço policial militar e à fidelidade à instituição, mesmo com o sacrifício da própria vida; e d) aceitar as obrigações e os deveres policiais militares, manifestando firme disposição para cumpri-los.

Observa-se, no desenrolar do discurso do excerto 31, que a falta de liberdade encontra forte relação com o uso da arma, característica específica de um policial militar. Sua posse atormenta o policial quando ele se vê “acostumado com ela”. Essa falta de liberdade relaciona-se à dificuldade de largá-la e à necessidade de estar constantemente com ela, “até para ir ao banheiro você está com ela do lado”. O porte intermitente de arma por policiais é apresentado, muitas vezes, como recurso de defesa pessoal, cuidado para não gerar perigo para outras pessoas ou medo de ter que responder por eventual mau uso ou destinação inadequada dela. Contudo, o sentimento de perseguição e a sensação de ameaça também são fatores que, com o tempo, os policiais justificam como motivo para a inseparabilidade da arma.

Cabe, ainda, ressaltar que a escolha lexical do processo comportamental “andar”, associado ao processo material “mexe” e à circunstância “muito”, evidencia como “esse negócio [a arma]” afeta o militar. Para tanto, o interdiscurso, de ordem espiritual, “meu Deus”, é o recurso utilizado como apelo quando se percebe a impossibilidade convicta, dita no “nunca”,

de se “livrar dessa arma”. O processo mental perceptivo “eu me sentia” denota o agravamento psicológico que o porte de arma gera naquele policial.

Similares aos resultados encontrados em outras pesquisas, que analisam os transtornos mentais no contexto do trabalho policial, os achados aqui relatados parecem revelar que, também na PMDF, a organização do trabalho e as relações socioprofissionais apresentam-se como principais comprometedores da saúde mental dos seus membros. No contexto analisado, as condições de trabalho parecem ser mais agravantes quando observado o trabalho das mulheres militares.

4.4 Eixo 4: Adoecimento mental de policiais militares do Distrito Federal – identificação e representação do fracasso do herói

O *status* de herói é atribuído, por diversas vezes, a homens e mulheres que se dedicam ao ofício militar em diferentes estudos (Silveira & Medeiros, 2016; Silva & Branquinho, 2018). A metáfora está muitas vezes associada à virilidade, à força e à capacidade de entregar sua própria vida pelo bem-estar e pela segurança dos outros. Contudo, mais do que heróis, verifica-se, nesse campo profissional, homens e mulheres sensíveis às mesmas intempéries e adversidades de qualquer outro ser humano.

O caráter humano dado ao policial, tratado nesta seção, refere-se à sua fragilidade natural frente ao “trabalho sujo”, a lidar com situações depreciativas da sociedade e, ao mesmo tempo, à sua coragem de perceber e assumir sua limitação de herói. Reconhecer-se humano nesse ofício, que, muitas vezes, dissimula o adoecimento mental (Berg et al., 2006; Dombroski, 2017; Johnson, 2016), acaba sendo identificado como um ato de bravura, dada a dificuldade e a resistência em enxergar e aceitar suas fragilidades.

Para descrever o caráter humano dos policiais militares do Distrito Federal, tratou-se de analisar os aspectos discursivos que tangem o adoecimento mental dos sujeitos. Foram identificados sintomas e alguns episódios declarados como desencadeadores de adoecimento mental. Embora o acesso às informações das especificações médicas de cada um dos policiais entrevistados (CID10), optou-se por analisar o modo como o próprio sujeito representa e descreve o seu adoecimento mental.

Entre as patologias clínicas recorrentes na PMDF, no grupo de policiais estudados, os diagnósticos apresentados pela junta médica incluem Transtornos específicos da personalidade

(F60), Transtorno de adaptação relacionados ao estresse (F43.2), Transtorno de pânico – ansiedade paroxística episódica (F41.0), Transtorno de ansiedade generalizada (41.1), Transtorno depressivo recorrente (F33), Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de múltiplas drogas e ao uso de outras substâncias psicoativas (F19) e Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool (F10).

Mais do que um enquadramento patológico dado pelo CID-10, ouvir o sujeito e analisar criticamente seu discurso permitem a identificação do quanto o policial se esforça para performar no quadro de herói e negar seu adoecimento. As verbalizações descrevem até que o ponto o sujeito é capaz de suportar o sofrimento para manter uma identidade institucional e socialmente construída, a de uma polícia inabalável. No percurso das análises, importa o modo como o sujeito se reconhece fragilizado e sensível às suas próprias limitações frente ao contexto do trabalho. Tal fato permitiu identificar que, em algumas situações, os sintomas falados chegam a diferenciar daqueles clinicamente atestados.

Para análise dos discursos, foram utilizadas as categorias avaliação, metáfora e modalidade, descritivas do significado identificacional, e a escolha lexical, a transitividade e a interdiscursividade, que denotam o significado representacional nos discursos. Implícitas ou explícitas nos discursos, diferentes são as razões identificadas nesta seção como representações do adoecimento mental dos policiais do DF e responsáveis pelos seus afastamentos.

Entre os relatos do adoecimento mental, verifica-se, com grande representatividade, a ocorrência de um discurso de incapacidade, impotência e fracasso, responsável pela quebra da resistência dos policiais à doença. A potência heroica que define e qualifica o policial militar, institucional e socialmente, é rompida quando da percepção da sua incapacidade de manter o controle de si e das situações, bem como da impossibilidade de cumprir tanto as suas atividades funcionais como suas rotinas pessoais.

Para maior objetividade na discussão dos resultados deste eixo temático, ele foi dividido em três subseções. A primeira busca retratar a ocorrência do adoecimento mental no contexto do trabalho policial feminino. Na sequência, na segunda subseção, discute-se os transtornos relacionados ao uso de álcool e outras substâncias psicoativas. E, por fim, os transtornos de adaptação relacionados ao estresse, visto como aqueles mais frequentes entre os policiais, são discutidos na terceira subseção.

4.4.1 Adoecimento mental de policiais militares mulheres

Os achados deste estudo corroboram a literatura sobre o adoecimento mental de policiais de mulheres (Bezerra et al., 2013; Cavadinha, 2016; Conceição & Souza, 2013; Souza et al., 2007; Violanti et al., 2008; Brown, & Fielding, 1993). Os resultados sugerem que o contexto do trabalho policial e as exigências impostas, aspectos tratados na seção anterior, parecem contribuir para a somatização dos conflitos individuais e o desencadeamento dos transtornos mentais nas policiais da PMDF.

A conjectura da participação das mulheres no corpo policial da PMDF mostra que, dos 11.392 policiais efetivos na ativa na PMDF, 1.106 são do sexo feminino (Brasil, 2019). O ingresso das primeiras mulheres na corporação aconteceu em 1983 (Ferreira, 2013). Em 2012, o edital do concurso para novas admissões disponibilizava um total 964 vagas, com designação de 174 para o sexo feminino. No edital de 2018, com previsão de 2.024 vagas para ingresso imediato na PMDF, apenas 50 foram destinadas para o sexo feminino. Esse fato levou o Ministério Público do DF a solicitar retificação do edital, visto que violava os princípios da legalidade, razoabilidade e igualdade, criando obstáculos ao direito de “livre acesso a cargo público, assegurado nos incisos I e II do art. 37 da Constituição Federal” (Ministério Público recomenda..., 2018).

O adendo para contextualizar a participação das mulheres na PMDF dá-se em função de ser esse um grupo de minorias e, portanto, mais susceptível ao tratamento diferenciado, senão, discriminatório. Trata-se de uma inserção da mulher em um universo profissional marcado, historicamente, por controle e segregação, masculinidade hegemônica e *performances* profissionais que reforçam as diferenças de gênero. Essas características fortalecem os mecanismos de diferenciação/exclusão, as impunes práticas de assédio moral e sexual, a limitação de ingresso na corporação, a vinculação da maior parte das mulheres às atividades-meio e as barreiras à promoção profissional (Cavadinha, 2016). Calazans (2005) adverte, ainda, que, no Brasil, a inserção da mulher nas polícias volta-se, sobretudo, para tarefas burocráticas, ou atividades típicas do mundo doméstico, como lidar com crianças, idosos e outras mulheres.

No discurso das policiais militares da PMDF, o adoecimento mental se materializa em relatos de episódios de pânico, ansiedade, agressividade e irritabilidade excessivas, angústia, solidão e desespero. Fisicamente, as manifestações do adoecimento psíquico são descritas como extremo cansaço, perturbações do sono, taquicardia, contrações musculares, câimbras e dores de cabeça, nas costas, no coração e no peito.

Atenta-se para o fato de que, embora os diagnósticos prescritivos classifiquem o adoecimento das mulheres, em sua maioria, como Transtornos de adaptação relacionados ao estresse (F43.2), nenhuma delas traz para o discurso essa descrição, mas elas se ocupam de expressar os sintomas que esse transtorno provoca em suas vidas.

Na fala da policial Esmeralda, excerto 32, o significado identificacional ganha destaque na categoria avaliação. Questionada sobre o que a levou a procurar assistência psicológica¹⁴, a policial responde:

Excerto 32

E eu já estava com falta de ar, de não conseguir tomar banho de porta fechada. Eu ligava o chuveiro, foi horrível, e ficava sem ar. Eu não queria nem mais tomar banho. A semana que antecedeu foi horrível, eu queria lavar o cabelo, nossa, horrível! Eu não gosto nem de lembrar, eu ligava o chuveiro e quando entrava com a cabeça eu ficava sem ar, era incrível! Eu ficava em desespero, em pânico, uma coisa horrível. (Esmeralda)

Com alto grau de envolvimento com aquilo que declara, Esmeralda se ancora no evento “tomar banho” para descrever o episódio que explica o reconhecimento do seu transtorno mental e a motivação para a busca de auxílio psicológico. Suas verbalizações são colocadas no tempo passado, uma forma de representar um processo de superação do adoecimento, “eu estava”, “eu ligava”, “eu ficava”, “foi horrível”, “eu queria”, entre outras.

Por meio de declarações avaliativas, sobrepostas de juízo de valor, o uso dos adjetivos “horrível” e “incrível” opera como identificador do significado atribuído ao sofrimento da policial quando do seu adoecimento, o que favoreceu o seu afastamento do trabalho. Essa avaliação é reiterada a partir da avaliação negativa que a policial realiza, até mesmo para lembrar das circunstâncias vividas, “eu não gosto nem de lembrar”. Retomando as notas de campo e outros trechos da entrevista com Esmeralda, recorda-se que a policial justifica seu adoecimento em função do assédio moral e das ameaças do seu chefe, que impunha “missão impossível de ser realizada” dentro do período estipulado.

O reconhecimento do adoecimento pode ser observado nos processos relacionais atributivos “estava sem ar” e “ficava sem ar”, que funcionam como recursos para representar o modo como a policial materializa discursivamente seu transtorno. Mais uma vez, verifica-se a tentativa de colocar o transtorno mental no campo do que pode ser mensurado, uma tentativa de explicar o que se sente psicologicamente a partir dos seus sintomas.

¹⁴ Como motivo para seu afastamento, a policial também comenta outro evento específico relacionado à hierarquia militar, mas que foram omitidos por permitirem a identificação da policial, o que comprometeria a sua integridade e o compromisso ético assumido.

Embora a tentativa de descaracterizar o adoecimento como um transtorno mental, por meio dos processos, as escolhas lexicais “desespero” e “pânico”, realizadas no final da fala, revelam como a policial representa esse desconforto. Nesse sentido, verifica-se a apropriação da interdiscursividade, da ordem do discurso médico que classifica os sintomas apresentados como “síndrome do pânico”.

Acerca do discurso da Ametista, apresentado no excerto 33, sobre os motivos que a levaram a procurar o serviço de assistência psicológica da PMDF, a policial declara:

Excerto 33

Realmente eu não sei muito o motivo, foram vários. E, quando eu vi que eu estava bem diferente do normal, depois de muito tempo que eu fui perceber. Eu acho que as pessoas me falando: “você está muito agressiva, muito irritada, muito diferente”, que aí eu fui percebendo que eu não estava eu normalmente, como eu era. E aí que eu vi que precisava de ajuda, que eu não estava conseguindo sair daquilo, daquela pessoa. Com sintomas de irritabilidade, de dores, de extremo cansaço, de solidão, de tudo e eu não estava conseguindo sair só, não estava conseguindo e aí eu precisava de ajuda. (Ametista)

No excerto 33, a fala de Ametista parte da negação “não sei”, com a intensificação “muito”, sobre o conhecimento que teria daquilo que a levou a procurar o serviço de assistência psicológica. Contudo, logo na sequência, a policial contra-argumenta, revelando que “foram vários” os motivos. O uso desse recurso discursivo dissimula o receio da policial de agir com a verdade, uma vez que o seu comprometimento com aquilo que diz é, quase na maioria das vezes, expresso no texto sem o uso de modalidades.

O processo mental perceptivo “eu vi” é usado como recurso para relatar a experiência de mundo da consciência da policial quanto ao seu adoecimento. Esse processo é acionado duas vezes, seja quando percebe seu adoecimento, “eu vi que eu estava bem diferente do normal”, ou quando percebe a sua fragilidade frente a esse fenômeno, “eu vi que precisava de ajuda”. Nos demais momentos da enunciação, os aspectos relacionados à percepção são acionados por meio de processos materiais, um recurso discursivo utilizado para evidenciar a tomada de consciência do adoecimento. Discursivamente, esse adoecimento já não estava apenas no campo do pensamento, mas se materializava em ações, “eu fui perceber”, e por meio de um processo, “eu fui percebendo”.

As declarações afirmativas com juízo de valor, “eu estava bem diferente do normal” e “eu não estava eu normalmente, como eu era”, características descritivas do significado identificacional, descrevem o modo como a policial se identifica ao perceber as variações do seu comportamento. Para tanto, modaliza subjetivamente a fala, “eu acho”, para atribuir aos atores sociais, “as pessoas”, as advertências para sua autoavaliação.

Observa-se que, incluídos de forma genérica no texto, os atores sociais ganham voz no discurso, implicando um processo de autorreflexão da policial quanto ao seu adoecimento. Subentendida no discurso, verifica-se a resistência da policial em perceber sua fraqueza, que aparece intensificada no adjunto adverbial “muito”, mencionado nas vozes dadas aos outros. É preciso que o outro fale “você está muito agressiva, muito irritada, muito diferente”, porque é o outro que reconhece as mudanças, é o outro que se manifesta. Essas considerações retomam os conceitos da Sociologia Clínica, sua interação com os determinantes sociais e psíquicos do indivíduo e suas relações com o outro (Enriquez, 1997b; Hanique; 2009; Lhuilier 2013).

Desprezados os aspectos psicanalíticos do papel do outro nessa identificação de si, verifica-se que, no excerto 33, no caso de Ametista, o acionamento do outro deu-se por meio do diálogo, “as pessoas foram me falando”, antes de chegar a vias de fato e incorrência de situações mais agressivas relatadas diariamente nas mídias em relação à agressividade, à impaciência e aos surtos de policiais, que levam ao aumento da violência contra a família, contra si ou contra a sociedade. As notas de campo revelam que, entre os policiais entrevistados, verifica-se casos de afastamento do trabalho em que a percepção dos transtornos mentais só veio a acontecer depois da ocorrência de agressões físicas contra esposas e filhos, tentativas de homicídios, alcoolismo, consumo de drogas e brigas físicas com civis.

Para a policial, não é fácil perceber “que precisava de ajuda, que eu não estava conseguindo sair daquilo, daquela pessoa”. As escolhas lexicais “daquilo” e “daquela pessoa” denotam uma forte carga de avaliação negativa da representação que a policial faz do adoecimento mental e da sua identificação como vítima de um transtorno. Esse encobrimento do adoecimento mental reafirma os achados de outras pesquisas (Berg et al., 2006; Dombroski, 2017; Edwards & Kotera, 2020; Johnson, 2016), muito embora a pesquisa de Souza (2018) identifique que as mulheres são mais propensas a procurar ajuda diante do adoecimento, quando comparadas aos homens.

A interdiscursividade é o recurso discursivo utilizado por Ametista para representar seu transtorno mental e a sua incapacidade de reagir a ele. Da ordem do discurso médico, a policial seleciona o vocábulo “sintomas” para descrever o que caracteriza o seu adoecimento: “irritabilidade”, “dores”, “cansaço” e “solidão”. Os termos selecionados funcionam como materializadores do sofrimento que a policial sentia. Esses sintomas são compatíveis com aqueles identificados nas pesquisas de Bezerra et al. (2013), realizada com policiais militares do sexo feminino do Rio de Janeiro, e de Souza et al. (2007), realizada com policiais civis do mesmo estado.

No caso de Jade, visto no excerto 34, o reconhecimento da fragilidade é identificado quando ela se percebe impotente frente a um novo sistema de trabalho implementado pela PMDF na sua unidade. Seu relato denuncia um processo de somatização do sofrimento psíquico no seu corpo, como se percebe no estrato de fala:

Excerto 34

Quando eu comecei a vir para (nomeia o setor que trabalha) e comecei a sentir dor no coração, dor no peito e falei: “gente, isso não é normal!” Porque eu não estava aguentando aquele sistema que estava mudado e rígido. Eu fui aguentando e suportando ali: “não, vai passar! Quando terminar o horário eu vou embora, relaxo.” Mas, no outro dia, era a mesma coisa, sentia dor no peito. (Jade)

Ao se posicionar diretamente no discurso, Jade assume forte compromisso com aquilo que afirma. Da mesma forma, a descrição nominal da sua unidade¹⁵ também denota uma forma destemida de denunciar o quanto as mudanças no trabalho contribuíram para o comprometimento da sua saúde psíquica, exposta por meio do processo mental perceptivo “sentir” e materializada na “dor no coração, dor no peito”. Como forma de externalizar o “sentir” e manifestar sua angústia, a policial adiciona um processo verbal, “e falei”, para descrever a representação do modo como percebe o seu adoecimento, “gente, isso não é normal”.

Observa-se no excerto 34 que o vocativo “gente” é usado para evocar a própria policial, um modo reflexivo de falar para si mesma sobre aquilo que sentia. Essa construção é uma advertência que ela apresenta como mecanismo de se reconhecer humana, frente a um sofrimento indefinido, “isso”, e que sai da normalidade, “não é normal”. Como razão para seu adoecimento, a policial identifica a sua fragilidade humana, “eu não estava aguentando aquele sistema mudado e rígido”, o que novamente expõe sua humanidade e suas limitações frente ao sistema militar.

Interessante observar que é a partir do adoecimento e do “não estar aguentando” que a policial identifica o sistema militar como rígido. Na verdade, considerando toda a natureza burocrática e estrutural do trabalho da policial, o que estaria mudado não seria o sistema, mas o próprio modo de a policial enxergar o trabalho. O adoecimento passa a funcionar como lente para advertir o sujeito do quanto a devoção e o apego ao militarismo o impedem de perceber suas próprias limitações.

¹⁵ Na fala, a policial descreve sua unidade de trabalho. Contudo, sendo a especificação uma forma de identificar a participante, optou-se por negar a sua definição, sem comprometer a análise.

Como no trabalho de Bezerra et al. (2013), o discurso da Jade também levanta elementos de resistência ao fracasso frente ao trabalho que a adoecia. O uso do processo material no tempo passado “fui”, juntamente como as variações verbais no gerúndio “aguentando” e “suportando”, evidencia que a resistência ao adoecimento foi uma ação prolongada no tempo, uma tentativa de querer manter-se firme e tolerar a situação desfavorável que vivenciava. Ademais, as escolhas lexicais “aguentando” e “suportando” também trazem ao discurso a conotação de impossibilidade de não ceder ao adoecimento, ser forte, aceitar o sofrimento sem se opor à sua capacidade de superar mais um desafio que a profissão exige.

No excerto 34 o alívio do sofrimento da policial Jade é expresso como um tipo de consolação, representado na advertência que faz para si por meio das declarações avaliativas “Não, vai passar! Quando terminar o horário eu vou embora, relaxo”. Nessa articulação, a relação tempo e espaço é acionada como recurso para identificar que o horário e o local de trabalho colaboraram para o adoecimento, pois sair desse local permite que a policial se sinta melhor. Tal fato é corroborado pela oração adversativa que retoma o sintoma, “mas, no outro dia era a mesma coisa, sentia dor no peito”.

Na fala da Safira, descrita no excerto 35, o adoecimento mental é identificado a partir da descrição de sintomas físicos que a incomodavam ao longo do tempo, o que vem a ser, posteriormente, revelado como uma questão psicológica, descrita na oração relacional “era uma crise de ansiedade mesmo”. Questionada sobre quando percebeu o seu adoecimento mental, a policial diz:

Excerto 35

Quando eu estava muito tempo sem dormir e eu percebi que eu estava me sentindo mal mesmo. Eu tive câimbra nas duas pernas, eu tinha uma dor de cabeça que não passava, eu tinha muita dor nas costas. Então, eu comecei a ter contrações musculares que não era questão física, era questão de ansiedade mesmo. Eu vi que eu tava com uma crise de ansiedade. (Safira)

É por meio dos processos relacionais “eu estava muito tempo sem dormir” e “eu estava me sentindo muito mal” que a policial representa o tomar consciência do seu adoecimento. O relato da insônia é acompanhado de outros três sintomas físicos, todos fortemente intensificados nas suas identificações “a câimbra”, que era “nas duas pernas”, a “dor de cabeça”, que “não passava”, a “dor nas costas”, que era “muita”, e “as contrações musculares”, que “não era questão física”.

No excerto 35, o uso da descrição dos sintomas por meio dos processos relacionais possessivos e do tempo verbal no passado parece operar como recurso discursivo para encobrir

a natureza psíquica do adoecimento, evidenciando a resistência da policial em aceitá-lo como um transtorno psicológico. O relato de Safira explora os sintomas físicos e posterga a descrição de que “era questão de ansiedade mesmo”. Tal fato já fora observado em outros discursos aqui analisados no que tange aos estigmas sociais e institucionais do adoecimento mental (Guarniero et al., 2012; Van Oostrom et al., 2009). Parece que somatizar o adoecimento mental no corpo é mais aceitável e gera menos sofrimento para o policial, como a discriminação advinda do estigma do adoecimento mental na polícia.

No contexto do fracasso do herói, observa-se que os sintomas apresentados (câimbra, dor de cabeça ou dor nas costas) são mais aceitáveis e naturalizados no ambiente policial. Eles são resultantes de um maior investimento no trabalho, além de que qualquer policial que se dedica está susceptível. Não se nega que esses sejam os sintomas reais que afligem a policial, contudo, confirma-se que, na potência heroica da identidade militar, os sintomas relacionados à saúde psíquica devem ser resguardados, seja pela decadência do *status* de herói, seja pelo estigma que a identidade de policial que já foi acometido por transtorno mental carrega.

O estigma dos transtornos mentais é, de longa data, um grande desafio para as pessoas portadoras e seus familiares. Muitas vezes o transtorno acaba sendo agravado pelo receio da manifestação por parte do paciente e pela pressão social que é exercida sobre ele. Não são raros os casos de pacientes depressivos serem altamente assediados pela obrigação de terem que socializar, paciente com estresse serem estereotipados como irritados e paciente com síndrome do pânico serem discriminados por apresentarem reações sociais não condizentes com o estatuto de normalidade socialmente vigente.

Embora os recursos para protelar a identificação do seu transtorno, ao final da sua fala, por meio da oração relacional identificacional, Safira reconhece que o seu adoecimento não era físico, mas “era questão de ansiedade mesmo”. A circunstância “mesmo” valida o estatuto de verdade que imputa ao que declara. Como menciona Lhuillier (2009, p. 86), “o desgaste físico é aqui inseparável do desgaste psíquico; o corpo traz a marca das cadências impostas, mas também daquilo que permanece não trabalhado, não verbalizado e de aceleração a serviço da anestesia do pensamento e dos afetos”.

Faz-se interessante observar o modo como as mulheres trazem para o discurso os reflexos do adoecimento no cotidiano de suas vidas, envolvendo atividades rotineiras, como tomar banho e lavar o cabelo, e irritar-se com as pessoas. Da mesma forma, seus relatos exploram as tentativas de ressignificação do adoecimento, confiantes na possibilidade de mudança no dia seguinte. Como menciona Bezerra et al. (2013), embora o tempo de atuação das mulheres na Polícia Militar, o contexto do trabalho da instituição permanece arraigado na

ótica masculina. Isso requer investimentos em ações preventivas do adoecimento mental sob a perspectiva de gênero.

4.4.2 Transtornos relacionados ao uso de álcool e/ou outras substâncias tóxicas

Outro elemento identificado pelos entrevistados como representação do adoecimento mental dos policiais na PMDF foi o uso de álcool, drogas e outras substâncias tóxicas. Esse comportamento é apontado como mecanismo de defesa dos profissionais, com o objetivo de minimizar a ansiedade e reduzir as tensões advindas da profissão (Costa et al., 2010; Crespim et al., 2017); Dutra & Barbosa, 2009; Souza, Schenker, Constantino, & Correia 2013). As verbalizações de Lisandro e Theodotus elucidam o significado representacional desse evento.

No excerto 36, ao ser questionado sobre o que provocou o seu afastamento, o policial Lisandro, ele diz:

Excerto 36

Eu acredito muito em Deus, eu sou um cara que eu tenho uma fé muito grande em Deus, eu acredito, eu converso com Deus todos os dias, Deus está sempre na minha vida e eu tenho certeza que isso aqui que aconteceu foi poder dEle. Meu problema é adicção, fala que o meu problema é outro, não, não é outro, meu problema é esse. [...] Porque você não tem mais condições de fazer mais nada. Ela te escraviza, essa é a verdade, ela te ESCRA-VI-ZA. Você não tem mais aquela vontade de querer ter as coisas, almejar as coisas, está aqui, independente do seu sonho, você não tem ação, você tem até vontade, mas não tem ação. Você está pregado, tem horas que não consegue nem sair e da mesma forma que te paralisa, paralisa a mente também, paralisa. (Lisandro)

Boa parte da verbalização do Lisandro, para explicar o motivo do seu afastamento, apoia-se na interdiscursividade, filiando-se à ordem do discurso religioso, fundamentado no perdão, na aceitação dos fracassados e excluídos e na força superior que ampara aquele que reconhece seus erros. Esse é um recurso discursivo que o liberta da culpa e o afasta da responsabilização pelo fracasso resultado do seu comportamento. Tal fato se materializa na declaração convicta e com alto estatuto de verdade “eu tenho certeza de que isso que me aconteceu foi poder dEle”.

Com a exclusão por supressão, sem qualquer referência de um ator social no discurso, o policial aciona o processo verbal “fala” para descrever que alguém, no singular, “fala que o meu problema é outro”. As escolhas lexicais “problema” e “adicção” são usadas para representar o adoecimento mental, que é negado discursivamente como um transtorno mental.

Os vocábulos são utilizados como forma de amenizar o estigma atribuído aos transtornos mentais. Ademais, o termo “adicto” oculta também a identificação do policial com o consumo de drogas. O vocábulo “adição” filia-se a um discurso médico e muito particular de entidades como os Narcóticos Anônimos (2020) e outros grupos de apoio a pessoas compulsivas, dependentes químicos e emocionais. Essa interdiscursividade opera como mecanismo de validação do discurso do policial, um recurso que o coloca no lugar de conhecedor da temática e o concede propriedade para negar a condição de transtorno.

As escolhas lexicais e a supressão do ator social podem ser vistas, no excerto 36, como recursos discursivos para encobrir a resistência do policial em aceitar o consumo de drogas como um transtorno mental, previsto pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) (OMS, 2014). Tal fato o leva a identificar, de forma categórica, o seu adoecimento como “adição”. Isso é corroborado por meio da oração relacional identificativa “meu problema é adição” e reforçado pela negação das acusações de que o seu problema seja outro “não, não é outro”.

Tentando manter o distanciamento do adoecimento, para justificar a adição, o policial Lisandro modaliza sua fala por meio dos pronomes “você” e “te”. O recurso da modalidade assume a função de afastá-lo daquilo que ele afirma, identificado como mais uma estratégia discursiva encontrada para não se incluir na avaliação negativa que faz do adoecimento pelo consumo de drogas.

Pelo acionamento do processo material “fazer”, intensificado pelo adverbio “mais”, o policial generaliza as limitações, “você não tem mais condições de fazer mais nada”. O pronome indefinido “nada” busca generalizar a incapacidade do policial em atividades de qualquer natureza. Essa generalização da indisposição vai ao encontro dos critérios que definem os transtornos por uso de substâncias, conforme previsto no critério 5 do DSM-5, ou seja, “o fracasso em cumprir as principais obrigações no trabalho, na escola ou no lar” (OMS, 2014, p. 483).

A seleção do vocábulo “escraviza”, também apresentado no excerto 36, acionado com forte estatuto de verdade, explícito tanto na repetição do termo quanto na ênfase dada por meio da separação em sílabas, faz uma representação do poder que as drogas exercem sobre a mobilização do policial. Para além das limitações físicas, o discurso do Lisandro descreve o domínio que a adição exerce, inclusive, na fluência dos desejos, imprimindo um processo de letargia que limita até mesmo o “seu sonho”, o que se exhibe no discurso por meio dos processos mentais desiderativos “querer” e “almejar”.

O processo relacional atributivo “você está pregado” faz a representação do modo como o policial se enxerga frente ao desafio do seu adoecimento mental. O “estar pregado” é reificado na escolha lexical “paralisa”, usada para referenciar a imobilização do policial, que, inclusive, “paralisa a mente”.

O discurso de Lisandro utiliza-se de diferentes recursos lexicais e semânticos para dissimular o reconhecimento do seu adoecimento como um transtorno mental. Na tessitura do discurso, ser um adicto parece soar mais suave do que ter um transtorno mental, levando a compreender que o preconceito e o estigma dos transtornos também são recorrentes entre os próprios policiais adoecidos. No entanto, como mencionado por Edwards e Kotera (2020) e Jhonson (2016), o encobrimento do adoecimento mental, por medo do estigma e dos estereótipos, pode comprometer ainda mais a saúde dos militares.

Também afastado por dependência química de álcool e cocaína, Theodotus é mais explícito e receptivo ao reconhecimento do seu adoecimento mental. No excerto 37 da sua fala ele declara:

Excerto 37

Em 2016 eu fui internado numa clínica para tratar de dependência química, né? Eu sou cruzado, né? Além do álcool eu conheci a cocaína, né? Tive uma recaída, né? Fiquei três meses, três a quatro meses, aí, três a quatro meses usando continuamente. Quase todo dia eu, eu bebia e usava. [...] Então quando eu me vi naquele, naquele sofrimento, álcool, droga, prostituição, porque o cara cai no isolamento né? Então tive medo. (Theodotus)

A primeira parte do discurso de Theodotus é marcada pelo marcador “né” ao final de todas as declarações afirmativas realizadas. O uso desse recurso pode ser avaliado como uma busca do policial por ganhar aprovação e aceitação do pesquisador quanto àquilo que se dispõe a revelar; dada a pessoalidade, a particularidade e o envolvimento que assume nas suas verbalizações, todas na primeira pessoa do singular “eu”. Esse recurso acaba por determinar, por meio da gradação temporal, o grau de profundidade que o policial dá ao assunto. Cronologicamente, ele descreve o evento partindo das linhas gerais no ano de “2016”, aprofunda para os “três meses, três a quatro meses” e especifica o que de fato acontecia “quase todo dia”. Observa-se que é a confiança obtida que faz o policial retomar aos detalhes do adoecimento que o levou a ser internado. Ele narra o episódio de traz para frente.

Nas linhas gerais, por meio do processo relacional identificacional, o excerto 37 mostra que o policial se identifica como paciente “cruzado¹⁶”. Ao fazer essa identificação, o policial

¹⁶ De acordo com Bertoloti (2010), dependência cruzada refere-se à maior probabilidade do indivíduo desenvolver a dependência de uma segunda substância quando já estiver dependente de uma primeira.

usa a interdiscursividade para se filiar a um discurso farmacológico, assumindo a identificação que recebera quando da sua internação. Tal fato considera os modelos convencionais de tratamento em clínicas de dependência química, onde os pacientes são acompanhados por profissionais da área de saúde e identificados segundo sua dependência. A identificação como “cruzado”, consumidor de “álcool” e “cocaína”, encobre todo um processo de abstinência, desintoxicação medicamentosa, afastamento social, isolamento familiar, avaliações e exames. Essas relações levam o policial a reconhecer que a internação é “recaída”.

Quando aprofunda cronologicamente no discurso, é a exatidão do tempo de consumo que assume maior relevância discursiva. O abandono dos marcadores “né” parece reduzir a segurança do policial, e a imprecisão ecoa como receio de expor a continuidade e o tempo do uso de drogas.

Ao detalhar as especificidades do adoecimento mental que o levou a se afastar do trabalho, o excerto 37 da fala do policial revela: “quase todo dia eu bebia e usava”. O processo mental perceptivo é empregado para representar os elementos que definem o seu fracasso diante de profissão, “sofrimento, álcool, droga, prostituição”, tudo isso justificado porque “o cara cai no isolamento”. O processo material “cair” faz a representação da perda do policial em relação a um lugar superior que ele julga ocupar, ou seja, adoecer é perder o lugar, é “cair”. O aspecto conclusivo, marcado pelo elemento textual “então” procedido do processo relacional possessivo “tive”, encerra o reconhecimento do policial em relação ao seu transtorno psicológico, “tive medo”.

O problema do alcoolismo também é apresentado como um dos principais tipos de adoecimento mental identificados pelos militares da PMDF. Nas verbalizações, o uso da bebida alcóolica é representado como um pedido de ajuda, um reconhecimento do fracasso que desmobiliza o policial, levando-o a enxergar o vício como um mecanismo de defesa, uma fuga para seus problemas sociais, familiares e de trabalho. De acordo com o Ministério da Saúde (2001), o trabalho é um dos fatores psicossociais de risco para o alcoolismo crônico, em que o excesso de prevalência entre policiais o classifica como uma doença mental relacionada ao trabalho. As falas do Criso, Berilo, Júlio, Euclásio, Lisandro, Leônidas e Cornélio representam essas circunstâncias.

Também usuário de drogas, como relatado em trechos anteriores da entrevista¹⁷, o policial Criso aciona os atores sociais “a família”, “os amigos e a “polícia” para descrever seu afastamento por transtorno mental, como se observa no excerto 38. Assim, ele fala:

¹⁷ Os trechos que relatam o uso de drogas pelo policial serão omitidos por trazerem aspectos que facilitariam a sua identificação e comprometeriam os preceitos éticos acordados. Em um dos trechos, o policial declara: “eu

Aí chegava em casa não tinha essa administração com, com a família e acabava discutindo dentro de casa e saía para beber com os amigos né, que muitos eram policiais militares. Então, [na] polícia tem várias pessoas assim, que bebe para se desestressar. Então, essa carga que eu pegava na polícia eu descarregava na bebida alcoólica. (Criso)

No contexto familiar, o vocábulo “administração” é utilizado pelo policial como representação da sua falta de competência gerencial, expresso no processo relacional “não tinha administração”, em relação a um modelo específico de gestão, e explícito no pronome “essa”. O recurso da interdiscursividade, da ordem do discurso gerencialista, associado ao pronome “essa”, denota o sentimento de incompetência e frustração do policial em não conseguir adotar uma forma de governo específica dentro da sua família.

Refletir sobre o uso do vocábulo no excerto 38 permite identificar uma tentativa de reprodução do modelo de gestão militar “dentro de casa”. O insucesso desse investimento torna-se responsável pelos conflitos familiares, “acabava discutindo”, e vai ser identificado como motivação para o transtorno relacionado ao consumo de álcool e, conseqüentemente, o afastamento do trabalho.

À luz da Sociologia Clínica, o que se percebe é uma reprodução das exigências organizacionais refletindo nas demais relações do sujeito. Como afirma Gaulejac (2007), é o gerencialismo contaminando todos os registros da vida, como as cidades, as instituições, a família, as relações amorosas e a sexualidade.

“Os amigos”, incluídos por funcionalidade, são identificados como atores sociais que compartilham o vício da bebida. Nessa instância da fala, o uso do marcador “né” registra a busca do policial Criso por ganhar aprovação quanto à afirmação categórica que declara, “muitos eram policiais militares”. Essa declaração, identificada pelo uso do elemento conclusivo “então”, impulsiona a marcação de duas conclusões do policial em relação ao seu vício e de outros policiais. A primeira é referente à representação, por meio do processo relacional possessivo “tem”, da instituição “polícia” como portadora de várias pessoas que fazem uso do álcool como válvula de escape, estratégica de enfrentamento para o transtorno do estresse e reflexo da realidade do trabalho (Dejours, 1992; Gershon et al., 2002; Pena, 2011). A segunda refere-se ao reconhecimento de que o uso da “bebida alcoólica” aliviava o peso da “carga de trabalho que eu pegava na polícia”.

bebia muito e tinha muito sono por causa da bebida e alguns amigos, eles usavam drogas pra ficar acordados durante a noite. Geralmente, eu via que eu era o único que ia embora mais cedo. Pensei que não aproveitava. Aí eu fiquei curioso e comecei experimentar. Foi quando eu tive contato [com as drogas] né”.

Observa-se que, para suavizar a força da declaração de que o uso de álcool é usado por policiais como estratégia de enfrentamento das suas limitações e fraqueza frente a um trabalho pesado, no excerto 38 Criso utiliza-se do eufemismo, representado discursivamente na frase: “essa carga que eu pegava na polícia eu descarregava na bebida alcóolica”. Atenta-se que, na estrutura do discurso, o descarregar “na bebida alcóolica” apresentou-se como estratégia utilizada depois dos insucessos de investimentos dentro da sua própria casa.

Verifica-se que, embora também consumidor de outras drogas ilícitas, declaradas em outros momentos da entrevista, é o consumo de bebida alcóolica que é acionado discursivamente para justificar o fracasso do policial em relação a uma pesada carga de trabalho, o que comunga com os estudos de Bhatia e Pandit (2017), Goffette (2018) e Mausner-Dorsch e Eaton (2000). Nessa articulação, o policial descreve que o alívio desse desconforto não é de natureza particular, mas dividida entre muitos colegas de trabalho, o que também reforça os estudos que evidenciam o alto nível de consumo de álcool por policiais (Ames et al., 2007; Fear et al., 2007).

Essas considerações vão ao encontro do que preconiza a literatura quanto ao trabalho policial, descrito como um “trabalho sujo” (Hughes, 1962, Lhuilier, 2010; Schneider, Agee, & Chronopoulos, 2017) e desgastante, causador de diversos danos psicossociofisiológicos (Bezerra et al., 2013; Borges, 2013; Ferreira, 2013; Müller, 2012; Santa Catarina, 2010), que levam os trabalhadores a recorrerem a formas compensatórias de enfrentamento, como o consumo de álcool e outras drogas (Pena, 2011).

Corroborando o excerto 38 da fala de Criso, o policial Júlio também representa o transtorno por uso de álcool como fuga da realidade do trabalho. Ao responder porque havia sido afastado do trabalho para acompanhamento psicológico, ele expõe:

Excerto 39

Eu tava numa fase bruta do alcoolismo. Quando eu chegava em casa, chegava em casa correndo, desesperado, queria dizer assim: não, vou ter que tomar uma pra relaxar. Quando eu chegava em casa eu mal tirava a roupa, jogava lá. Não tomava banho, já chegava naquela intenção de, não, [vou] ter que tomar uma pra relaxar. Tomava uma, tipo, fugia de mim, entendeu? (Júlio)

O excerto 39 parte do processo relacional identificativo “[es]tava” para representar como o consumo de álcool vinha afetando a vida de Julio, descrito pela metáfora como uma “fase bruta”. No contexto do adoecimento mental relacionado ao transtorno por uso de álcool, a metáfora apresenta-se como sinônimo da fase de fissura do dependente, descrita no DSM-5 (OMS, 2014) como critério diagnóstico definido como “um forte desejo ou necessidade de usar

álcool” (p. 491). Discursivamente, essa fase é representada por processos materiais, como “chegava em casa”, “mal tirava a roupa”, “jogava lá” e “não tomava banho”. A ordenação sequencial, limitada pelo qualificador “mal”, e a negação, “não tomava banho”, evidenciam a prioridade do álcool no cotidiano, sendo que até a higiene pessoal é colocada em segundo plano e, quando realizada, é acompanhada de “um copo de vodka”. A seleção dos vocábulos “correndo” e “desesperado” coaduna com a ideia da fissura pelo consumo de álcool.

O processo mental desiderativo “queria”, o processo verbal “dizer” e a modalidade deôntica de alto grau “vou ter que tomar uma”, reafirmada duas vezes, ratificam a construção da identidade de “desesperado”. Para justificar essa construção, a fala encobre o estado de tensão em que o policial julga se encontrar, identificando no alcoolismo o recurso de compensação desse sofrimento “pra relaxar”, em consonância com as prerrogativas de Pena (2011); Dejours (1992) e Gershon et al. (2002).

O uso do eufemismo “fugia de mim”, ainda no excerto 39, também ratifica a busca do álcool como saída para a tensão, representação de um alívio útil da ansiedade e da culpa pela dependência, o que leva Niewadomski (2016) a considerar que o uso de álcool talvez não seja exclusivamente uma questão de dependência, mas também um impulso à embriaguez como recurso para enfrentar suas dificuldades existenciais. Sob essa perspectiva, fundamentado nos conceitos de Albert Memmi, o autor apresenta que “em qualquer dependência, apesar do preço às vezes muito caro a pagar, o sujeito encontra obrigação e satisfação. O fato de achar que pode obter vantagens de um objeto que supostamente preenche imediatamente a sua falta, reintroduz nele a intencionalidade de perpetuar o vício” (Niewadomski, 2016, p. 27).

A fissura e obsessão pelo consumo de bebida alcóolica também são descritas pelo Berilo, no exceto 40, como representação do seu adoecimento, como se verifica na fala:

Excerto 40

Percebi quando eu acordava pela madrugada, duas, três horas da manhã, não conseguia pegar no sono e só me vinha à cabeça bebida, bebida, bebida, tenho que beber, tenho que beber. (...) E eu não conseguia, só pensava em bebida, bebida, falei: “não, não consigo não, tenho que passar por uma internação, ser trancado, desintoxicar e depois procurar uma ajuda psicológica para fortalecer meu espírito”, porque o meu espírito estava muito fraco. (Berilo)

Nessa representação, a condição temporal “pela madrugada, duas, três horas da manhã” é acionada pelo processo mental cognitivo “percebi” e pelo processo comportamental “eu acordava” como recurso discursivo para descrever o adoecimento.

No significado identificacional, verifica-se o eufemismo, presente no sintagma “não conseguia pegar no sono” usado para identificar o sintoma insônia, responsável pelos

pensamentos obsessivos, “só me vinha na cabeça”, de consumo de “bebida, bebida, bebida”. A modalidade deôntica “tenho que beber, tenho que beber”, usada como recurso discursivo que designa obrigação, traduz o modo como o policial identifica o seu vício, ou seja, o consumo da bebida é percebido como uma obrigação, imposta por seu próprio desejo.

A modalidade deôntica “tenho que passar por uma internação” também é usada para identificar o recurso que o policial encontra para resolver o problema de alcoolismo. Essa articulação corrobora os estudos de Mendes, Preis, Brolese, Santos e Lessa (2018), que relatam que a demanda dos alcoolistas pela internação para desintoxicação só acontece quando da sua percepção quanto às dificuldades profissionais, aos conflitos familiares e os agravos biológicos e psicológicos que emergem. No momento que o sujeito aceita o alcoolismo como doença, ele reconhece a necessidade de ajuda.

Observa-se que as escolhas lexicais “trancado” e “desintoxicar”, presentes no excerto 40 e usadas para representar a internação, desvelam uma avaliação negativa sobre as práticas que envolvem o tratamento, que exclui a ajuda psicológica. O processo relacional “ser” junto à escolha lexical “trancado” pode aludir à primeira experiência de internação do policial, que fora conduzida compulsoriamente devido a agravo em outro momento¹⁸, ou mesmo ao processo de isolamento social requerido pelo tratamento como recurso para a ressignificação. A fala encobre um discurso de ordem médica, apoiado no higienismo do século XIX, em que o vício da embriagues deve ser combatido a partir do isolamento do sujeito e da incorporação de novos hábitos e costumes (Campos, 2005), o que viria a ser apontado como um dos principais processos de estigmatização e preconceito em relação ao alcoólatra.

Atenta-se, ainda no excerto 40, que é depois da internação que o policial aciona “procurar uma ajuda psicológica”, com o objetivo específico de “fortalecer meu espírito”, porque “meu espírito estava muito fraco”. A oração desvela dois significados muito peculiares.

O primeiro dissimula a falta de acompanhamento psicológico enquanto internado, o que desperta preocupação em função da representação da internação como sinônimo de “trancado” e “desintoxicar”. Tal fato revela uma visão unilateral da internação, que pode estar associada ao modelo de tratamento a que foi submetido, vinculando-a apenas ao campo médico-farmacológico e ignorando aspectos psicossociais, políticos, culturais e econômicos que envolvem o fenômeno. O segundo, representado pela interdiscursividade, filia a Psicologia ao

¹⁸ Em outro momento da entrevista, o policial relata: “Eu já passei por um período de tratamento, uma primeira internação e esse foi eu digo assim, na marra. Eu não estava dando conta de trabalhar e família e amigos tiveram que interceder e me internar, eu fiquei internado na marra. Agora essa segunda passagem pelo CPQV eu que busquei o tratamento”.

discurso religioso-espiritual, colocando-a como mediadora de um processo de cura. Nesses discursos, o alcoolismo é apresentado como consequência de uma fraqueza espiritual, um desvio de conduta ou condenação, muito vinculado aos discursos de instituições religiosas.

Observa-se que as falas do excerto 40, em sua maioria, revelam o receio dos policiais em aceitar que o adoecimento que passaram caracteriza-se como uma questão psicológica. Os discursos partem da descrição de sintomas físicos, que indiretamente buscam dissimular a possibilidade dos transtornos psicológicos. Nesses casos, a identificação do adoecimento como um transtorno mental se realiza a partir do acionamento de sintagmas ou léxico que denunciam a condição psíquica. Algumas vezes os vocábulos são apresentados como escapes, citados sem muita ênfase, de forma a dispersar a questão psicológica. Naturalmente, reconhecer os sintomas como uma questão psicológica sempre foi um grande desafio, tanto para os pacientes quanto para os demais atores sociais.

4.4.3 Transtornos de adaptação relacionados ao estresse na PMDF

A questão do estresse no meio policial apresenta-se como uma das mais trabalhadas em pesquisas no que se refere aos transtornos psicológicos. Estudos revelam que o contexto do trabalho e as situações adversas vivenciadas por esses profissionais tornam a profissão uma das mais propensas ao estresse (Bezerra et al., 2013; Collins & Gibbs, 2003; Coleta & Coleta, 2008; Costa, Accioly Júnior, Oliveira, & Maia, 2007; Johnson et al., 2005; Ma et al., 2015; Minayo et al., 2012; Oliveira & Bardagi, 2010; Selokar, Nimbarte, Ahana, Gaidhane, & Wagh, 2011; Souza & Minayo, 2013; Weltman, Lamon, Freedy, & Chartrand, 2014). Os resultados deste trabalho vão ao encontro dessas pesquisas, apresentando grande número de policiais acometidos por estresse.

Ignorando a natureza do trabalho e responsabilizando-se pelo fracasso de não suportar a perda do controle da situação, o excerto 41, da fala de Espartacus, apresenta:

Excerto 41

Não foi a figura de uma pessoa morrendo na minha frente, não foi a morte do camarada, foi o sentimento de que eu estava perdendo o controle de uma situação. [...] Foi o que me trouxe até aqui: a incapacidade de lidar com momentos da vida que eu não tinha controle e aí a perda do controle para mim foi algo ... [não completa a frase]. E eu não imaginava, não tinha essa noção desse entendimento, mas foi o que me trouxe até aqui

[CPQV]: eu não saber lidar com episódios da minha vida que eu não tinha controle.
(Espartacus)

Ao responder sobre o motivo de ter sido afastado do trabalho e encaminhado para acompanhamento psicológico, o policial nega a natureza do “trabalho sujo” da polícia, “Não foi a figura de uma pessoa morrendo na minha frente, não foi a morte do camarada”, e toma para si a responsabilidade pelo seu adoecimento, o que se justifica na assertiva “foi o sentimento de que eu estava perdendo o controle de uma situação”.

O vocábulo “sentimento” é selecionado como recurso discursivo para representar o modo como o policial percebe sua incapacidade de manter o controle sobre as coisas, o que se concretiza por meio do processo material “foi”, seguido do processo relacional intensivo “estava”. A seleção lexical “sentimento” revela que o incômodo do policial não se efetiva no corpo, como encoberto no discurso de outros policiais, mas algo do campo psicológico, que envolve sua emoção e afeto.

A metáfora “perdendo o controle”, descrita por meio do gerúndio, evidencia que esse é um fenômeno em continuidade, não vinculado a um momento ou fato exclusivo, mas que vem se desenvolvendo em um contínuo ao longo do tempo, o que leva o policial a se sentir incapaz. É o afeto pela perda de controle que incomoda o policial a ponto de gerar um transtorno mental. A frustração de não poder ter o “controle de uma situação” é suficiente para o adoecimento. Tal fato nos remete às discussões de Vieira (2014) ao tratar dos aspectos discursivos e eufemísticos da sedução organizacional, que disfarçam a violência e o sofrimento no trabalho em que o ser humano tem que ser colocado à serviço do controle e não o contrário. A lógica institucional faz com que, ao mesmo tempo que o indivíduo se sinta vítima de controle e violência no trabalho, ele se torna também portador de uma reprodução do sistema.

Com alto grau de comprometimento com aquilo que diz, observa-se no excerto 41 que Espartacus reordena sua fala, por meio da presunção valorativa, sem marcadores transparentes, de forma a confirmar o seu fracasso diante da “incapacidade de lidar com momentos da vida que eu não tinha controle”. No discurso, a “incapacidade” apresenta-se como elemento oposto à *performance* requerida do policial, rompendo o padrão hegemônico do que é ser militar, ou seja, o super-homem capaz de controlar todas as coisas. Subentendida, encontra-se a identificação da obrigatoriedade de que o policial seja capaz de “controlar” qualquer “momentos da vida”, um discurso que desqualifica as limitações do sujeito e privilegia sua capacidade de exercer poder e controle.

A consequência da incapacidade é indefinida, descrita como “algo” não nomeado que cala o policial. A suspensão da fala pode ser vista como da ordem do insuportável, inexplicável,

algo que significa muito, mas que não se consegue expressar em palavras. Tal situação pode ser analisada à luz das proposições de Freitas (2000) quanto às articulações subjetivas do ideal de ego do policial. A situação elucida a fragilidade da construção do ideal de ego, fundamentado na oportunidade que a PMDF oferecia ao policial de ser capaz de controlar qualquer situação a que se submetesse. A falência da promessa de grandeza e autossuficiência rompe o imaginário construído pelo policial, causando-lhe a frustração, uma vez que nem as suas próprias emoções ele era capaz de controlar. Perder o controle, que acreditava ter sobre as situações, é ponto crucial para seu adoecimento. Percebida sua limitação e incapacidade, não lhe resta outra coisa senão se submeter ao acompanhamento psicológico.

O excerto 41 mostra que, as circunstâncias de negação “não”, que modificam o processo mental cognitivo “imaginava” e o processo relacional atributivo “tinha”, usado para declarar a falta de “noção desse entendimento”, reafirmam o desconhecimento de Espartacus quanto àquilo que de fato representava seu fracasso e acabaria por levá-lo ao serviço de atendimento psicológico, “foi o que me trouxe até aqui [CPQV]”. Nesse sentido, o policial evidencia que o poder que julgava possuir não passava de um imaginário construído, uma ilusão de que, como policial, ele era capaz de controlar todas as situações. Ao se deparar com o real da instituição, percebe que seu controle não chegava sequer aos seus próprios sentimentos.

Ao adotar o sintagma “episódios da minha vida”, verifica-se que o policial generaliza os espaços em que acredita ter a obrigação de assumir o controle. Nessa circunstância, verifica-se que o anseio e a necessidade do policial de exercer controle transpõem o espaço do trabalho, ocupando outras instâncias sociais de convívio do sujeito, uma demanda subjetiva de poder que, ao não ser possuído, afeta a saúde mental do policial.

O discurso de Espartacus descreve a pujança da necessidade que o policial tem de exercer poder sobre os distintos “momentos” ou “episódios” que enfrenta. A perda desse poder, dissimulado sob o vocábulo “controle”, é suficiente para desestruturar mentalmente e provocar a autocondenação pelo seu fracasso. Em meio à diversidade de situações a que ele tem que se submeter ao longo de uma jornada de trabalho, tentar manter o controle sob todas elas parece transcender a capacidade humana de qualquer sujeito, cabendo, pois, a um super-herói.

Diferente da descrição de Espartacus do transtorno como um “sentimento” que o levou a ser afastado do trabalho, verificam-se, em alguns discursos, os reflexos sintomáticos dos transtornos mentais, identificados discursivamente em patologias físicas. Por vezes, esses sintomas são usados como estratégias de defesa contra o estigma do adoecimento mental ou do fracasso profissional.

Entre os diferentes discursos, verifica-se a recorrência do processo material “conseguir” usado como representação da incapacidade do policial frente ao seu adoecimento, o que se verifica nas expressões discursivas “eu não conseguia” (excertos 42 e 44), “Eu não consegui” (excerto 43), “você não consegue” (excerto 45), “eu quase não consegui” (excerto 46), “de não conseguir tomar banho” (excerto 32), “você não consegue relaxar” (excerto 30), “você não consegue nem sair” (excerto 36) e “não conseguia pegar no sono” (excerto 40). As verbalizações denotam a derrocada do herói frente ao seu adoecimento.

Para além da incapacidade de realização das tarefas, as falas de Malaquias e Olívio têm em comum uma relação direta com o elemento simbólico representativo da função militar, expresso na escolha lexical “farda”.

Excerto 42

Eu cheguei ao ponto de eu sair do serviço e não conseguir chegar em casa. Eu não conseguia ir pra casa. Eu ficava estacionado no estacionamento e ficava 2, 3 horas lá, pagas, até eu conseguir respirar direito. Fardado, sentado dentro do carro, 2 horas eu ficava e isso todo serviço, todo dia. Então, já estava me afetando de uma forma psicológica que eu não conseguia dormir, dormia meia noite, acordava 1:00 da manhã e não dormia mais no dia que eu ia trabalhar. Então isso foi me afetando demais. (Malaquias)

Excerto 43

Eu vim pra trabalhar e aí eu não consegui... Eu não consegui nem pôr a farda. Comecei a chorar, aí eu comecei a ficar emocionado e eu falei: cara, que que tá acontecendo comigo. [...] Porque a minha emoção não era normal. Eu não sentia vontade de vestir farda. Eu tava sem vontade de ir pro quartel. Não tinha vontade de trabalhar. Tanto que, quando eu vim pra cá [CPQV], aí eu voltei ao quartel, pra retirar minhas coisas do armário, desocupar o armário e tal, aquilo lá, parece que eu fui esvaziando o armário, parece que eu tava esvaziando minha mente de coisa ruim. (Olívio)

O destaque dado por Malaquias, no excerto 42, a estar “fardado, sentado dentro do carro” e o fato de “não conseguir nem por a farda” dito pelo Olívio, no excerto 43, suscitam uma representação simbólica dos sujeitos com o militarismo, em que “estar fardado” e “não conseguir pôr a farda” ecoam como condições insuportáveis para esses policiais, sinônimo de verdadeiro fracasso na profissão.

A farda apresenta-se como sinônimo de certo erotismo, um investimento de amor do sujeito àquilo que ele deseja. Contudo, o conflito se instaura em relação ao desejo de realização e aquilo que é insuportável do trabalho. Ao mesmo tempo que deseja a profissão, nega as condições que o trabalho dela advindo exige. O investimento de amor é o mesmo que causa sofrimento, amar é sofrer. Contudo, o sujeito não aguenta o sofrimento. Ele nega esse desejo e instaura o conflito.

Questionado sobre seu adoecimento mental, Malaquias se compromete diretamente com o seu discurso, como se observa no excerto 42. Sem modalizações, ele se posiciona na primeira pessoa “eu” ou por meio do pronome oblíquo “me” em todas as suas afirmações avaliativas.

O uso da metáfora “eu cheguei ao ponto” constrói a ideia de limite daquilo que já se tornara insuportável para o policial, chegando a afetar “de uma forma psicológica”. A tessitura do discurso permite identificar que, mais do que “chegar em casa”, a dificuldade representada relaciona-se ao fato do policial não dar conta de “sair do serviço”. A ação parte da saída do trabalho para sua casa. É “no estacionamento”, é “lá”, que ele “ficava 2,3 horas”.

O processo relacional “eu ficava estacionado no estacionamento”, bem como o processo comportamental, dito na postura corporal, “sentado dentro do carro” ecoam como recursos para representar a impotência do policial frente à sua dificuldade, um modo de se ver incapaz, de superar o desafio de voltar para casa. Nessa instância, não se verifica mais condições de resistência ou capacidade de desenvolver estratégias de enfrentamento. Já não é uma questão de querer superar, o sujeito já “não consegue” sequer “respirar direito”. Como recurso indicativo de representação da impotência diante do sofrimento, o policial se utiliza do pronome demonstrativo “isso”, soando como sinônimo daquilo que é desprezível, para determinar a frequência da circunstância em que o fenômeno ocorria, que era “todo serviço, todo dia”.

O aspecto semântico conclusivo do excerto 42, dito no elemento textual “então”, e o processo relacional “estava” esclarecem a relação que o policial faz dos fenômenos sociais vividos ao comprometimento do trabalho com a sua saúde mental, visto que “estava me afetando de uma forma psicológica”. Para representar essa relação, o policial se apoia no processo comportamental fisiológico “dormir”, usado como uma tentativa de materializar o problema psicológico que estava enfrentando. Essa materialização, dita como sintoma físico, é vista como forma de amenizar o desconforto do policial em relação àquilo que lhe causa mal, pois o “desconforto psicológico” não aparece translúcido, mas requer um processo bem mais profundo de análise.

Para enfatizar o quanto a situação de não conseguir sair do trabalho o incomoda, o policial finaliza sua fala intensificando seu sofrimento psicológico dizendo: “isso foi me afetando demais”. Essa afirmativa confirma os dados da OMS (2002) de que os transtornos mentais afetam os indivíduos, contribuindo para o sofrimento físico e emocional, além de diminuir a qualidade de vida em função do isolamento social, da discriminação e do estigma que enreda esses transtornos (OMS, 2002).

Acerca do excerto 43, da fala do militar Olívio, além da relação com a impotência diante do sofrimento psicológico, marcada pela circunstância de negação do processo material

“conseguir” e da seleção lexical “farda”, símbolo representativo da identidade policial, outras categorias analíticas sobressaem ao discurso.

A partir do processo comportamental “comecei a chorar”, o policial descreve, por meio do processo relacional “comecei a ficar emocionado”, a relação entre os aspectos psicológicos, dissimulados como “emoção”, e os elementos restritivos de continuar trabalhando, “eu não sentia vontade de vestir farda”, “eu tava sem vontade de ir pro quartel” e “não tinha vontade de ir trabalhar”. A escolha lexical “vontade”, presente em todas as instâncias discursivas que remetem ao desejo pelo trabalho, demonstra o quanto a “emoção” compromete a iniciativa do policial em buscar sua realização pela via do trabalho.

Na fala, o fato de “ficar emocionado” apresenta-se como algo indesejado, representado como uma forma de indignação, explícito no acionamento do processo verbal “eu falei: cara, o que que tá acontecendo comigo?” Ao se autoevocar, o policial manifesta uma advertência a si. Por meio de uma relação reflexiva entre os pronomes “cara” e “comigo”, verifica-se a tentativa frustrada de poder explicar a sua debilidade frente ao trabalho.

Colocar a emoção no campo da anormalidade remete à identificação que o policial faz com a potência heroica, que qualifica o trabalho militar. A identidade de potência e autossuficiência é tão impregnada no sujeito, como mencionado por Deschênes et al. (2018), que as emoções são vistas como algo indesejado, motivo de indignação e revolta. Ser herói demanda controle das emoções (Berg et al. (2006) e, dadas as circunstâncias vividas, não lhe era permitido tal *status*. Assim, torna-se indesejado enxergar-se humano.

O estilo adotado pelo policial para falar do seu afastamento do trabalho para acompanhamento psicológico descreve um processo de ressignificação da identificação do sujeito com o trabalho. As circunstâncias “quando eu vim pra cá”, “eu voltei ao quartel” e “aquilo lá” demonstram um processo de distanciamento do sujeito com a identificação policial quando ele se encontra afastado. Tal fato é ilustrado por meio do uso do eufemismo “parece que eu fui esvaziando o armário, parece que eu tava esvaziando minha mente de coisa ruim”. Verifica-se, contudo, que, embora a tentativa de suavizar a expressão por meio do eufemismo, o policial é categórico ao afirmar que as coisas guardadas eram “coisa ruim”.

Na fala de Alexandrino, exibida no excerto 44, verifica-se o acionamento de três circunstâncias físicas para materializar o seu adoecimento psíquico: as perturbações do sono, os distúrbios alimentares e o isolamento social.

Excerto 44

Não conseguia dormir, era um cansaço, às vezes durante o dia dava sono, à noite eu tava acordado, não tinha vontade, disposição para trabalhar, não tinha disposição. A

alimentação era muito frágil. Às vezes eu começava a comer, deixava a comida no prato, entendeu. Não tinha fome. Às vezes, assim..., tava uma confusão. Falava: “vou dar uma volta”, chegava a me arrumar, tomava um banho, me arrumava abria o portão, quando eu abria o portão, que eu estava pro lado de fora de casa, já abria o portão e entrava pra dentro de casa de novo. Tava assim aquela confusão, não tinha uma coisa conexas, nada estava cem por cento para mim, (Alexandrino)

Para descrever as perturbações do sono, o policial parte da negação do processo material “conseguir dormir” e desenrola um conjunto de vocábulos que permitem esclarecer sua incapacidade, sendo ele: “cansaço”, “sono”, “noite”, “acordado” e “disposição”. O processo relacional atributivo “era um cansaço” e os relacionais possessivos “não tinha vontade” e “não tinha disposição” reforçam a representação que o policial faz do adoecimento mental como perda de sua capacidade. Observadas à luz da Sociologia Clínica e das observações de Linhart (2007), essas expressões podem revelar a fadiga proveniente da falta de satisfação com o trabalho que executa.

Os distúrbios alimentares também são representados pelo processo relacional dito em “A alimentação era muito frágil”. Essa fragilidade vai sendo esclarecida ao longo do discurso por meio dos vocábulos relacionados à alimentação: “comer”, “comida”, “prato” e “fome”.

Para representar o adoecimento mental como um isolamento social, no excerto 44 o policial parte do processo verbal “falava”, dando ênfase a dois aspectos: a resistência ao adoecimento “chegava a me arrumar, tomava um banho, me arrumava abria o portão” e a incapacidade de se livrar dele “quando eu abria o portão, que eu estava pro lado de fora de casa, já abria o portão e entrava pra dentro de casa de novo”. Por meio da ordenação de processos materiais, “chegava”, “arrumar”, “tomava”, “abria” e “entrava”, o policial detalha o modo como sua resistência e incapacidade vão ser materializadas nas ações. É interessante observar a limitação do sujeito em fazer referência ao ato de sair de casa. Essa ação é limitada no discurso do policial por meio do processo relacional “eu estava do lado de fora de casa”.

Explicitadas e detalhadas as representações do adoecimento psíquico por meio dos sintomas percebidos, o discurso de Alexandrino resume suas limitações a uma “confusão”, que é discursivamente reforçada pela ausência de “uma coisa conexas”. As escolhas lexicais, juntamente com os processos relacionais atributivo “(es)tava” e possessivo “tinha”, são utilizadas como representação da desordem psicológica em que o policial se encontrava.

No excerto 45, Rutilo apresenta a interdiscursividade como categoria mais ressaltada para representação do adoecimento mental dos policiais.

Excerto 45

Deu síndrome do pânico. [...] O meu [afastamento] foi porque eu passei mal, eu estava fazendo um negócio e de repente comecei a sentir o ataque, a crise. Ataque cardíaco, respiração e você não consegue respirar e começa a ficar dormente aqui, a mão gelada e transpirando e você: “vou morrer, vou ter uma parada de coração”. (Rutilo)

Para além da representação do adoecimento mental como restrição da capacidade do policial, a fala de Rutilo apropria-se de ordem do discurso médica para nomear o seu transtorno psicológico. A partir da declaração afirmativa e categórica “deu síndrome do pânico”, o policial se apropria de outros vocábulos que relacionam o transtorno mental a uma condição patológica, “eu passei mal”, “a crise”, “ataque cardíaco” e “parada de coração”. A seleção dos vocábulos filia a fala do policial a um discurso de medicalização dos transtornos mentais, que o coloca na condição de doente. Observa-se que colocar-se como doente não foi característica comum nos demais discursos, pelo contrário, muitas falas tentam dissimular essa situação.

Os recursos discursivos da fala de Rutilo insinuam a sua não preocupação com estereótipos e estigmas com os quais pode sofrer a partir do diagnóstico de transtorno mental. Diferente dos discursos até então analisados, verifica-se aqui a legitimação e aceitação do transtorno psicológico. Antes de explorar os sintomas, o policial identifica categoricamente seu adoecimento.

Ao recorrer a outra instância da entrevista, quando questionado sobre sua identificação com o militarismo, esse policial afirma “não me sinto um policial”. Tal fato pode justificar a sua abertura para compreender a situação como uma condição susceptível a qualquer sujeito, omitindo aqui o *status* de herói que os demais policiais assumem.

A materialização do adoecimento mental de Rutilo não se distancia dos sintomas apresentados por outros policiais, que também alegam a ocorrência de episódios de ataque cardíaco, dificuldades de respirar, mão gelada e sudorese. Sintomas dessa natureza ilustram os inúmeros problemas advindos do trabalho policial, resultando nos afastamentos por depressão, transtorno do pânico, transtorno bipolar, transtorno obsessivo, suicídio e tentativas de suicídio em escalas cada vez maiores (Carleton et al., 2018; Hargreaves et al., 2018; Harman, 2019; Minayo et al., 2011; Silva & Vieira, 2008; Vera et al., 2015).

Chama a atenção a descrição do policial para declarar sua sensação em relação às crises de pânico. Como se observa no excerto 45, o acionamento de um conjunto de sintomas, ditos numa sequência gradual de intensidade e mobilizados por meio da conjunções aditivas “e”, revela a ansiedade do sujeito em relação ao seu adoecimento, “ataque cardíaco, respiração e você não consegue respirar e começa a ficar dormente, aqui, a mão gelada e transpirando e você...”. Embora a omissão de algum processo verbal no final do excerto, o policial expressa

como uma autorreflexão seu sentimento durante a crise: “vou morrer, vou ter uma parada cardíaca”.

O excerto 46, da fala do policial Hermes, revela que para descrever seu adoecimento mental ele também traz para o discurso a narrativa de uma crise, em que a imobilização frente à situação revela sua fragilidade.

Excerto 46

Aí foi o dia que eu... uma pessoa pediu auxílio lá e eu travei. Travei. O coração acelerou, a boca não salivava. Eu liguei para meu colega “venha para cá, ficar comigo aqui, que eu to com medo”. Nesse dia, era mais ou menos dia dezoito ou vinte de outubro [2018]. “Tô com medo, tô com medo”. “O que que foi velho?” “Não tô dando conta nem de ir ali”. Nesse dia chegou uma moça e eu quase não consegui auxiliar a moça. Aí, eu senti que não tava bem. (Hermes)

Com forte compromisso com a verdade toda a fala do excerto 46, proferida por Hermes, se desenrola na primeira pessoa, manifestando o envolvimento do policial com aquilo que diz. Suas articulações discursivas demarcam os aspectos espaço, “lá”, “cá”, “aqui” e “ali”, e tempo, “o dia”, “dia dezoito ou vinte de outubro” e “nesse dia”, na busca de dar maior precisão e veracidade ao discurso. Em outro trecho anterior da entrevista, o policial relata que, ainda em 2017, ele começou a “ficar fragilizado ... comecei a angustiar” e relata interesse em procurar auxílio profissional. Contudo, é apenas em outubro de 2018 que o policial decide buscar ajuda.

Como se percebe no discurso, essa iniciativa só acontece quando as crises de medo já não lhe permitiam sequer movimentar, “eu travei”. Jhonson (2016) comenta essa situação, diferenciando a “intenção” e a “ação” de buscar ajuda, sendo que os indivíduos podem reconhecer a necessidade de procurar tratamento, não entanto, nem sempre eles se dispõem a tal, muito influenciados pela vergonha de ser percebido como fraco e inadequado (Edwards & Kotera, 2020; Mohandie & Hatcher, 1999).

Para descrever a crise, o policial aciona três atores sociais, incluídos de forma genérica, “uma pessoa”, “uma moça” e “meu colega”. A atenção à forma como os atores sociais são inseridos no texto dá-se em função do sentido representacional que exercem no discurso.

O ator social “uma pessoa”, incluído de forma genérica, é acionado para descrever o evento que imobiliza o sujeito. Diante desse agente, que “pediu auxílio”, o policial assume categoricamente sua incapacidade de auxiliar, “eu travei”.

O uso da metáfora “travei” faz a representação da imobilidade e incapacidade do policial reagir diante de uma situação apresentada como simples, rotineira do seu trabalho. Para justificar sua incapacidade, o policial apoia-se na descrição das alterações fisiológicas do corpo,

“o coração acelerou, a boca não salivava”, na tentativa de mostrar que o fato de “travar” não era uma ação voluntária.

No entanto, a dissimulação que o policial faz na primeira parte do discurso, enquanto acionado o ator “uma pessoa”, é quebrada quando da inclusão, por identificação relacional, do ator social “meu colega”. O pronome possessivo “meu” denota o grau de afinidade e proximidade do sujeito com o colega. O que é representado como recíproco a partir da seleção lexical “velho”, jargão popular da ordem do discurso militar, para se referir a um sujeito com que se tem algum tipo de intimidade.

É a interrelação amigável entre Hermes e o colega que permite a abertura do discurso para o reconhecimento da sua fragilidade e impotência, “venha para cá, ficar comigo aqui, que eu tô com medo” e “não tô dando conta nem de ir ali”. O estado emocional do medo é reforçado, categoricamente, mais duas vezes por meio do processo relacional atributivo “[estou] tô com medo, [estou] tô com medo”, em que o sentimento é representado como característica da fragilidade que o policial assume perante a crise.

Reconhecer-se com “medo” frente a uma profissão que tem como pilar a coragem e em que os seus trabalhadores são representados socialmente como heróis é algo que fere o ego do policial, resultando em um grande sofrimento/conflito psíquico, responsável pelo desencadeamento de diferentes transtornos psicológicos. Assim, para suportar o sofrimento, o policial vai se apegando a frágeis escapes de manejo. No contexto do trabalho policial, marcado pela onipotência e virilidade, chegar a pedir ajuda significa romper tanto com o estima cultural depreciativo da doença mental quanto com o próprio estigma do sujeito (Jhonson, 2016).

Ainda no excerto 46, o modo como o ator social “uma moça/a moça” é incluído no texto ganha atenção especial no contexto da análise. Ao mencionar que “nesse dia chegou uma moça e eu quase não consegui auxiliar a moça”, verifica-se que a fala é modalizada por meio do advérbio “quase”. Não conseguir auxiliar “uma moça” ressoa como algo tão pesado que o policial não dá conta de se expressar categoricamente como vinha fazendo ao longo do discurso. O uso da modalidade ameniza, discursivamente, o fracasso do policial.

Para além da modalidade, a representação do ator social “uma moça/a moça” incluído no texto faz referência a um sujeito mais frágil, mais sensível do que poderia ser uma mulher. Pensando quanto às representações sociais do policial, quem deve receber a ajuda é a “mocinha” cabendo ao policial a obrigação de ser seu herói. Nesse sentido, “moça” é a representação do que o policial faz da sensibilidade, fato que, na sua visão, parece comprometer a potência heroica do ser policial. O uso do substantivo “moça”, sem a devida modalização, colocaria o

policial em uma situação ainda mais inferior, destituindo-o do lugar de herói e soando como o extremo da sua incapacidade.

Dissimulados nesse discurso de fragilidade feminina, verificam-se, ainda no excerto 46, os traços do machismo do policial e a necessidade de se fazer forte frente a um ator social representado como frágil. É o fato de não conseguir auxiliar “uma moça”, um ser tão sensível, que leva o policial por meio do processo mental perceptivo “senti[r] que não estava bem”.

A fala de Jadson também exhibe uma tentativa de mascarar o adoecimento mental por meio dos sintomas físicos e da negação do adoecimento, como se observa no excerto 47. Para justificar a razão de ter sido afastado por transtorno mental, o policial diz:

Excerto 47

Porque eu já estava passando pelo processo de insônia, queimação no estomago sem ter doença. Psicologia é engraçado, um gatilho assim, coisa insignificante que mudaram a minha escala e aquilo ali me deixou meio... (silencia) Uma mudança de escala, uma coisa simples, não foi uma coisa grande. (Jadson)

O excerto 47, da fala do policial Jadson, dissimula a resistência do policial para a identificação do seu transtorno. Em consonância com Vieira (2014), verifica-se que o policial tenta fechar os olhos para o seu sofrimento e negar sua realidade, com o objetivo de manter uma aparente normalidade.

Verifica-se, nessa representação forte, marca de avaliação negativa da representação do adoecimento psicológico. Embora o policial reconheça os sintomas “insônia” e “queimação no estômago”, seu discurso nega a existência de uma doença: “sem ter doença”. Reconhecer-se doente é colocar-se no lugar de debilitado, fracassado, dependente, características não compatíveis com a identidade do policial. Encobrir o adoecimento permite a manutenção do vigor necessário para o exercício das suas funções, como identificado por Aubert e Gaulejac (1991) ao afirmar a dupla resistência da aceitação do adoecimento por parte da organização, por ocultar o fenômeno, e por parte do trabalhador, por preferir negar ou isolar-se.

A avaliação negativa é também identificada nas escolhas lexicais utilizadas para as atribuições feitas às questões relacionadas ao desencadeamento do seu transtorno. A representação da Psicologia como “engraçada” é construída por meio do processo relacional atributivo “é”, em que o atributo se configura como uma ironia que desqualifica a área. O artigo indefinido “coisa”, qualificado como “insignificante” e como “simples”, também representa o modo como o policial menospreza o desencadeamento do seu transtorno.

Encoberta no discurso do excerto 47, verifica-se que a “coisa insignificante” não se relaciona apenas ao fato de mudar a escala, mas também ao fato de não dar conta da imposição

hierárquica sofrida quando “mudaram” a “minha escala”. A exclusão por supressão do ator social responsável pela mudança da escala funciona como uma representação da impotência do policial frente à hierarquia, em que o poder de mando invade aquilo que o policial adota como posse.

A metáfora “um gatilho”, usada para descrever o que de fato levou Jadson a ser afastado do trabalho, identifica que coisas vistas como pequenas e simples, como a imposição hierárquica sobre os policiais, são suficientes para desencadear um transtorno mental. A representação do “gatilho” também implica que esse desencadeamento não é atribuído a apenas um momento, mas a um conjunto de fatores que acabam levando à explosão.

No desenvolver da fala, observa-se que o fenômeno do desencadeamento do transtorno também é representado pelo pronome demonstrativo “aquilo”, imprimindo ar de repulsa e indignação, o que leva o policial a suspender a fala, pois “aquilo me deixou meio...”. Identificar-se como “meio”, no sentido de pedaço, de incompleto, de não todo, apresenta-se como condição insuportável para o policial, tanto que, ao se ver assim, ele se cala, mesmo porque “não foi uma coisa grande”.

As notas de campo que descrevem essa entrevista mencionam o embotamento do policial ao expressar a razão do seu afastamento. Nas notas, essa representação se dá por meio do silêncio diante da situação que provocou o seu afastamento. O silêncio dizente do policial, expresso na suspensão da fala, reforça a visão insuportável de fracasso para o militar, um sentimento insuportável que se consegue nomear.

4.5 Eixo 5: Retorno ao trabalho após afastamento por transtorno mental – identificação do policial e representação dos atores sociais

Discorridos os relatos sobre a identificação profissional, o processo de adoecimento e os percursos que atravessam a vida do policial militar afastado por algum tipo de transtorno mental, esta seção se ocupa da análise dos discursos que perfazem o retorno do policial ao seu posto de trabalho. Para tanto, no contexto do significado identificacional, a modalidade, a avaliação e as metáforas apresentaram-se como categorias linguísticas mais férteis para análise. No significado representacional, a transitividade, a escolha lexical (significado das palavras) e a representação dos atores sociais apresentaram-se como categorias mais recorrentes e apropriadas para o processo analítico.

As análises desse eixo temático foram agrupadas em dois núcleos de sentidos. O primeiro integrando avaliações que apontam aspectos negativos, que perfazem o retorno ao trabalho depois de transtorno mental. O segundo núcleo agrupou discursos que avaliam positivamente esse retorno, especialmente no que tange à boa receptividade dos supervisores e colegas de trabalho.

Entre os aspectos negativos, verifica-se que, semelhante aos resultados obtidos em outros estudos, realizados com policiais ou com profissionais de outros segmentos (Baasch et al., 2017; Bastien & Corbière, 2019; Franco et al., 2010; Leão et al., 2017; Macaia, 2013; Schilindwein & Morais, 2014; Todrá et al., 2010) o policial da PMDF também tem o seu retorno marcado pelo estigma que, historicamente, define o adoecimento mental. Discursivamente, essa mácula se materializa nas representações de preconceito, discriminação, desconfiança, nomeação por apelidos, negligência e falta de iniciativa dos comandos e superiores, tratamento diferenciado, restrição das atividades e individualização, por culpabilização, dos indivíduos afetados.

Quanto aos aspectos positivos, verifica-se que a boa recepção se vincula, na maioria das vezes, ao suporte recebido do comando, às habilidades interpessoais e comunicativas entre o policial que retorna e os membros da sua equipe e à flexibilidade da gestão na compreensão das adaptações e manejos necessários ao retorno, especialmente no ajustamento dos horários. Essas considerações são similares àquelas discutidas por Dunstan et al. (2015), Johnston et al. (2015), Tjulin et al. (2011) e Saint-Arnaud et al. (2006),

4.5.1 Aspectos depreciativos do retorno ao trabalho

Após contar que já fora afastado do trabalho duas vezes por transtorno mental decorrente do uso de álcool, Berilo descreve a frustração advinda da hostilidade, das injúrias e das restrições vivenciadas assim que retornou às suas atividades na polícia. No excerto 48, o policial distingue duas circunstâncias do seu retorno, quais sejam: as manifestações dos atores sociais e a dificuldade de resgatar a confiança dos superiores para reassumir as atividades desempenhadas antes do seu adoecimento.

Excerto 48

Eu já tinha passado por isso uma vez e agora foi a segunda vez. Em um primeiro momento, foi horrível, eu vim porque, eu fiz o tratamento porque foi compulsório, mas depois que eu voltei para a unidade sempre tem aqueles idiotas que vem com as piadinhas: “o papudinho, o espojinha”, aqueles comentários. É horrível, horrível. [...] Eu digo que 75% das pessoas que convivem contigo no trabalho entendem e te

preservam, mas os outros 25% não ligam para você, fazem chacota, colocam apelido, ficam de longe dois ou três ali conversando, sorrindo e olhando para você e você percebe que você é o tema daquilo. Isso eu estou falando da parte do tratamento e, às vezes, tem funções que você desempenhava que as pessoas não confiam mais, para dirigir, para sair sozinho. O superior não confia quando você vai sair. Sempre coloca alguém na sua cola. Você é podado para dirigir. Eles já não liberam a direção para você com facilidade. É difícil, digo que quase impossível. Você não consegue mais escolher os pontos que você trabalha, eles ficam escolhendo os locais de trabalho para você. Uns querendo te proteger e outros por medo, se protegendo de você. É horrível. (Berilo)

Observa-se que, na primeira parte do discurso, o policial assume forte compromisso com a verdade, marcada pela sua inclusão nas declarações “eu já tinha”, “eu vim”, “eu fiz”, “eu voltei” e “eu digo”. O emprego dos processos no tempo passado “tinha” e “foi” emerge no discurso como lembranças que marcaram significativamente Berilo em relação à sua primeira experiência de afastamento. Para expressar seu retorno, o policial parte da representação do seu afastamento, apresentando-o como uma condição indesejável, materializada no discurso na expressão “eu vim porque” e no uso da escolha lexical “compulsório”.

A interdiscursividade presente na seleção do vocábulo “compulsório”, da ordem do discurso jurídico, produz sentido relevante nessa construção, configurando-se como uma condição velada de imposição e obrigatoriedade, com forte carga de avaliação negativa explícita, “foi horrível”. O caráter compulsório atribuído no discurso apresenta-se como recurso discursivo para representar a obrigatoriedade, ou o não desejo do policial em se afastar do trabalho.

É relevante a observação do acionamento que o policial faz do afastamento quando questionado sobre o retorno. A fala de Berilo sugere algum tipo de apego ou resistência para se afastar do trabalho, visto que não se dispôs a buscar tratamento de forma voluntária, revelando “eu fiz o tratamento porque foi compulsório”. Essa relação sugere a interpretação de que, se não tivesse sido obrigado, o policial não se sujeitaria ao tratamento. É por meio do vocábulo “tratamento” que ele nomeia e reconhece seu adoecimento. Contudo, parece claro que não era de sua vontade afastar-se do trabalho.

O receio do afastamento pode ser atribuído às diversas circunstâncias apontadas pela literatura, e também presentes no discurso de outros entrevistados, referentes ao medo do fracasso, a quebra da potência e virilidade heroica conferidas aos policiais, ao medo do julgamento e das injúrias dos colegas, ao estigma social da doença mental e às consequências restritivas advindas do afastamento. Considerando o enredo do discurso, que descreve o afastamento como “horrível”, é possível que a resistência de Berilo seja justificada pelo receio da discriminação, da vergonha e da exposição imputada, estigmas que o próprio adoecimento

provoca (Baierle & Merlo, 2008; Cantelli et al., 2010; Cardoso & Nummer, 2018; Castro & Cruz, 2015).

No Excerto 48, que relata o caso do policial Berilo, verifica-se que, por meio da locução adversativa “mas”, juntamente como o processo material transformativo “eu voltei”, o policial materializa o sofrimento que temia em relação ao retorno, como apresentado nos estudos de Saint-Arnaud et al. (2006) e Verdonk et al. (2008). Para tanto, ele externaliza sua indignação ao nomear os membros da unidade à qual regressou de “idiotas”, dadas as injúrias que cometiam por meio das “piadinhas” e apelidos a ele atribuídos: “o papudinho”, o “esponjinha”. Em algumas regiões do Brasil, especialmente no Nordeste (Aragão, 2014), os termos “papudinho” e “esponjinha” são equivalentes ao indivíduo que faz uso abusivo do álcool e assume forte relação com pessoas desempregadas (Nascimento, 2000, 2016).

O uso dos termos no diminutivo encobre a função irônica da fala dos atores sociais envolvidos no processo de retorno ao trabalho, dissimulando a rejeição e o estigma atribuído ao policial (Assis, 2016; Neves, 2016; Penteado, 2014; Van Oostrom et al., 2009). A ironia, apresentada como brincadeira, ecoa para aquele que retorna como sinônimo de ridicularização, expressa por meio da dupla declaração avaliativa “É horrível, horrível”. O sofrimento relatado pelo policial reforça os estudos de Dunstan et al. (2015), Johnston et al. (2015), Saint-Arnaud et al. (2006) e Tjulin et al. (2011) sobre a importância da interação social e do envolvimento dos colegas de trabalho nesse processo. É possível que boa parte desses comportamentos aconteçam pela falta de conhecimento dos colegas acerca de transtornos mentais (Lemieux et al., 2011; Rufiange, 2018; Saint-Arnaud et al., 2006).

Por meio de uma ponderação estatística, o policial exclui a maior parte dos atores sociais, “que convivem contigo no trabalho”, das injúrias sofridas ao retornar. Observa-se que os atores sociais são indeterminados, o substantivo “pessoas” serve para representar qualquer indivíduo envolvido no processo (Van Leeuwen, 2008, p. 39).

Na reformulação da fala, Berilo parte do processo verbal “eu digo” para justificar que “25% [das pessoas] não ligam pra você”, atribuindo a esse percentual a responsabilidade pelas “chacotas”, “apelidos” e conversas relacionadas ao policial e ao adoecimento. Para além dos processos verbais, o discurso apresentado aciona os processos comportamentais “sorrindo” e “olhando” como representação da ironia de alguns atores envolvidos no retorno ao trabalho após o transtorno mental. Pela fala do policial, embora a não afirmação quanto à postura dos superiores, ou qualquer iniciativa do comando para amenizar esses conflitos, parece que os superiores acabam reforçando esse comportamento. Isso se materializa na desconfiança e nas restrições impostas ao policial que retorna depois do afastamento por transtorno mental.

Para evidenciar que a insatisfação em relação ao retorno ao trabalho não é exclusivamente relacionada às relações interpessoais, nomeadas como “a parte do tratamento”, Berilo faz um corte discursivo “isso, estou falando da parte do tratamento” e inclui a dificuldade de resgatar a confiança dos superiores e reassumir as atividades outrora desenvolvidas.

O excerto 48 mostra que, nas articulações que remetem a essa desconfiança, o policial não mais se posiciona diretamente no texto. Ele se apodera do pronome “você” para efetivar as suas afirmações. Essa modalização pode ser atribuída ao fato de que as verbalizações fazem referência direta aos atores sociais hierarquicamente superiores, que acabam exercendo forte influência na forma como os discursos dos policiais são construídos. Relatar aspectos que remetem aos superiores hierárquicos parece requerer certo nível de ponderação e pudor nas articulações.

Para representar a falta de confiança dos superiores, a fala de Berilo apresenta forte apego aos processos materiais “dirigir”, “sair”, “escolher” e “liberam” representados como restrições “quase impossíveis” de serem superadas. O que se identifica nesses processos materiais apresentados é a relação com a necessidade de liberdade, autonomia e independência. Os atos de “dirigir”, “sair” e “escolher” implicam liberdade e, ao que se encerra no discurso, isso é algo “difícil”, senão “quase impossível” de acontecer. Semelhante às posições de Macaia (2013) e Vogel et al. (2015), os relatos de Berilo insinuam que na PMDF também se verifica a perda de autonomia dos policiais sobre as condições e organização do trabalho. Embora o encobrimento do ator social nas expressões “eles já não libera” e “eles ficam escolhendo”, o discurso revela que é “o superior” quem restringe essa liberdade, uma vez que esse ator já foi incluído no texto em momento anterior.

Observa-se que o discurso apresentado dissimula o aprisionamento do sujeito à sua doença, pois uma vez adoecido mentalmente o policial é marcado pela desconfiança e o acirramento do controle, materializado no uso da metáfora “sempre coloca alguém na sua cola”. O sentido da metáfora faz relação com um modo de vigilância em que, a partir do retorno, o policial “sempre” estará sobre o olhar de um terceiro, que na fala é indeterminado pelo pronome indefinido “alguém”. A metáfora assume a função de descrever a desconfiança do “supervisor”, que, na fala, aparece como responsável por poder controlar e restringir as atividades do policial que retorna.

As restrições também são materializadas por meio de uma metáfora, “você é podado”. A poda, sinônimo de corte, apara ou eliminação de excessos (Holanda, 2020), parece reforçar não apenas as restrições de atividades do policial, verbalizadas na oração: “eles já não liberam a direção para você com facilidade”, mas também a “poda” da própria autonomia do policial

com o trabalho, visto que “você não consegue mais escolher os pontos que você trabalha”. Pela verbalização de Berilo, é possível que o tratamento recebido dos superiores, associado às “piadinhas”, “chacotas” e “apelidados” dados por “alguns idiotas”, reforce ainda mais o estigma da doença mental e acabe por fragilizar ainda mais o sujeito frente às suas debilidades.

Por meio da supressão dos atores sociais, descritos como “uns” e “outros”, em que não se identifica claramente a quem se refere, Berilo encerra seu discurso com a declaração avaliativa “é horrível”, em referência ao lugar que passa a ocupar após o retornar ao trabalho depois do afastamento por transtorno mental.

A atribuição do sentido “horrível” pode ser explicada pelo não lugar que o sujeito passa a ocupar nesse retorno. Ele se percebe entre “uns” e “outros” que emanam sentimentos diferentes daqueles esperados, seja “querendo te proteger”, seja “por medo, se protegendo”. Representar essa situação como “horrível”, por meio do processo relacional “é”, implica descrever que a posição que o policial espera ao retornar nada mais é do que assumir a posição que outrora era sua. Nesse discurso, a posição não se relaciona à hierarquia ou setor, mas à aceitação do sujeito como qualquer outro policial do grupo. Não há uma demanda por maior proteção, bem como não há motivos para ter “medo” ou querer se proteger dele.

Como se observa, toda a articulação discursiva de Berilo, no excerto 48, encobre um processo de preconceito, que parece vigorar na PMDF, quando da ocorrência de retorno ao trabalho do policial acometido por transtorno mental. Como menciona Saint-Arnaud et al. (2006), além dos aspectos biológicos ou das características individuais do indivíduo adoecido, o constructo social da doença é outro desafio a ser enfrentado, uma vez que superiores, colegas, amigos e familiares percebem o fenômeno com desconfiança.

Na fala de Jadson, apresentada no excerto 49, a perda de confiança, as restrições aos reingressantes e a falta de atitude do comando são elementos que representam o retorno ao trabalho do policial após afastamento por transtorno mental.

Excerto 49

De certa forma, as pessoas não falam e, de certa forma, a pessoa fica ali restrita um bom tempo. Não aconteceu comigo, mas eu vi colegas de outros locais, que realmente a pessoa se sente assim [restrita]. Não tem confiança naquela pessoa, a confiança restringe. (...) E o comando não sei por que não chegava. Podia chegar, [falar] a pessoa foi liberada, está normal. Poderia passar aquela mensagem, sei lá, educativa. (Jadson)

A análise discursiva da fala de Jadson parte da identificação do emprego da circunstância “de certa forma”, utilizada para se referir ao modo como as pessoas reagem frente ao retorno do policial e às restrições submetidas após o retorno ao trabalho. Essa modalidade

da fala apresenta-se como tentativa de reduzir seu comprometimento com a afirmação de que “as pessoas ficam caladas” e de que “a pessoa fica ali restrita um bom tempo”.

Além de afirmar a ocorrência da restrição, o policial ainda usa do juízo de valor “bom” para atribuir uma graduação ao tempo de restrição. As graduações nas falas podem ser vistas como um receio do policial em afirmar categoricamente suas opiniões quanto ao fenômeno, o que subentende que é algo que pode incomodar a gestão.

O pronome indefinido “pessoa”, ora expresso no plural, ora no singular, assume posição de atores diferentes. No singular a estrutura da oração permite sua identificação como o policial que retorna, mas no plural os atores envolvidos são anonimizados pela indeterminação.

A negativa do processo existencial “não aconteceu comigo”, reforçada pela conjunção adversativa “mas” e o forte comprometimento com a verdade, “eu vi colegas”, é usada como recurso discursivo para evidenciar que “realmente” a “pessoa” que retorna sofre restrições e é descredibilizada, porque “não tem confiança naquela pessoa”, expressão bem semelhante àquela citada no excerto 48. Salienta-se, como apresentado por Fuzer e Cabral (2014), que as orações existenciais, como dito por Jadson, “não aconteceu comigo”, representam algo que de fato existe, embora em circunstâncias ou instâncias diferentes.

A conjunção aditiva “e” é usada para acrescentar novos elementos que justificam suas representações. A conjunção aciona “o comando” como ator social com potencial para interferir nas relações que emergem quando do retorno ao trabalho. A inclusão por meio da generalização despersonaliza as patentes ou especificidades hierárquicas e, de forma generalizada, responsabiliza aqueles que assumem a posição superior na tropa em que o policial que retorna se encontra.

A modalidade deôntica nas locuções verbais “podia chegar” e “poderia passar” apresenta forte engajamento do policial naquilo que ele afirma. Tal fato justifica a abstenção de um processo verbal na oração “Podia chegar, a pessoa foi liberada, está normal”, pois ela funciona como uma instrução ao superior, o que não caberia para um policial de menor patente.

No contexto da análise do excerto 49, a seleção do vocábulo “normal” toma como referência a distinção entre o normal e o patológico, um recurso interdiscursivo que aciona a ordem do discurso médica para classificar o policial que retorna ao trabalho. O uso do vocábulo circunscreve o preconceito da incapacidade e legitima as normas do existir hegemônico, que define o enquadramento do sujeito em relação aos modos padronizados de ser e existir. Sair do *status* de “normal” compromete todas as relações que vão envolver o sujeito.

Jadson utiliza a modalidade deôntica também para propor ao comando uma forma pedagógica simples para reinserção dos policiais que retornam. Na fala, o policial articula

“poderia passar aquela mensagem, sei lá, educativa”. A expressão insinua a falta de atitude do comando em desenvolver uma forma “educativa” de reinclusão, deixando subentendida a falta de políticas ou programas de reinserção dos policiais que retornam ao trabalho depois de afastamento por transtorno mental.

O excerto 49, em consonância com o excerto 48, anteriormente analisado, parece revelar um certo grau de despreparo da gestão para ações que amenizem o sofrimento dos policiais que retornam ao trabalho após transtorno mental, o que vai ao encontro dos estudos de Lemieux et al. (2011) e Rufiange (2018). Como afirmam Hatchard et al. (2012), são simples ações que acabam por exercer profundo impacto sobre a vida daqueles que retornam, iniciativas que auxiliam esses profissionais a se esforçarem para assumir o controle de todo seu potencial.

Para explicar o significado do retorno ao trabalho, o discurso de Jacinto, exibido no excerto 50, explora adjetivos depreciativos utilizados pelos companheiros de trabalho para representar o policial que retorna depois de afastamento por transtorno mental. Quando questionado sobre como seus colegas de trabalho o receberam, o entrevistado diz:

Excerto 50

O dia que eu voltei, eu sempre trabalhei na rua mesmo, foi assim: “oh doido, doidinho, você está escalado em tal lugar. Doidinho, você está com fulano de tal”. Doidinho para cá... É chamado 24 horas de doido, o inútil. Você é chamado de inútil, doido. Um João ninguém, enrolador, enganador. O bandido está enganando a PM. [E os superiores, os oficiais?]. Mesma coisa. É gardenal, doido, diazepam, maluco mesmo. “Quero trabalhar com esse doido não, porque esse doido pode me matar”. Acabou a sua moral. (Jacinto)

A fala de Jacinto parte do processo material “voltei” e “trabalhei” para explicar que as suas atividades “sempre” foram desenvolvidas na rua, ou seja, um policial operacional, que atua em atividades externas ao quartel. Situar-se nessa instância acaba fazendo diferença, uma vez que, como apresentado por outros policiais, há diferenças no reingresso de acordo com o setor em que o policial que retorna passa a atuar.

O policial parte de um processo descritivo “foi assim” e, por meio de uma troca de fala, ele dá voz a um sujeito indeterminado, ausente na frase e responsável por determinar seu trabalho “oh doido, doidinho, você está escalado em tal lugar. Doidinho, você está com fulano de tal. Doidinho, para cá”. O diminutivo do termo funciona como recurso discursivo para falsear uma relação de rejeição, uma forma de ocultar o estereótipo atribuído.

A troca de fala, recorrida no início e no final do excerto 50, na expressão “Quero trabalhar com esse doido não, porque esse doido pode me matar”, tem o objetivo de dar maior propriedade à fala do outro, nesse caso, daquele que o nomeou. Assim, os adjetivos, “doido”, “doidinho”, atribuídos ao policial caracterizam-se como estereótipos que, ironicamente, o

coloca na condição de doente mental, levando, conseqüentemente, a um processo de marginalização. Essas características reafirmam o histórico problema enfrentado pelas pessoas acometidas de algum transtorno mental (Codo, 1998; Overton & Medina, 2008), que são inseridas no grupo dos mais estigmatizados, discriminados, marginalizados, desfavorecidos e vulneráveis da sociedade (Johnstone, 2001). Recordando Rüsçh et al. (2005), além dos sintomas da própria doença, o indivíduo ainda tem que superar os mal-entendidos da sociedade sobre os transtornos mentais.

A oração que justifica a recusa dos colegas em trabalhar com o policial que retorna vai ao encontro dos diversos estudos relacionados à estigmatização das doenças mentais, que colocam seu portador como uma pessoa perigosa e imprevisível. Como afirma Goffman (1988, p. 13), “O estereótipo envolve expectativas por parte dos perpetrantes, daquilo que se deseja que o outro seja ou dos modos como se acredita que o outro deva se comportar”.

Linguisticamente, observa-se que, embora o uso do processo relacional atributivo “é”, a estrutura das sentenças que identifica outros atributos que definem o policial que retorna encontra-se na voz passiva, ocultando quem o está chamando de “doido”, “inútil”, “João Ninguém”, “enrolador”, “enganador” e “bandido”.

Quando questionado em relação à recepção pelos superiores e oficiais, Jacinto reitera o trato recebido dos demais colegas “mesma coisa”. Na sequência, apodera-se da interdiscursividade, recorrendo à ordem de discurso farmacêutica, para construir uma relação entre os medicamentos ansiolíticos “gardenal¹⁹” e “diazepam²⁰” e as identidades atribuídas, pelos superiores, aos policiais que retornaram depois de algum transtorno mental. Novamente, a fala do policial sugere o despreparo e desconhecimento dos superiores em relação ao ato de lidar com policiais que retornam ao trabalho após transtorno mental (Dewa, Trojanowski, Joosen, & Bonato, 2016; Lemieux et al., 2011; Saint-Arnaud et al., 2006).

Ao finalizar sua verbalização, Jacinto manifesta, por meio de processo material intransitivo, que dispensa qualquer participante, meta ou circunstância e declara objetivamente “acabou a sua moral”. No sentido empregado na fala, o vocábulo “moral” associa-se ao brio, ao caráter, à integridade e aos escrúpulos do policial.

Na mesma linha de rejeição apresentada nos excertos 48 (Berilo) e 50 (Jacinto), o

¹⁹ O Gardenal é um medicamento destinado à prevenção do aparecimento de convulsões em indivíduos com epilepsia (doença do sistema nervoso central que causa convulsões ou ausências do paciente) ou crises convulsivas de outras origens. Disponível em: <https://consultaremedios.com.br/gardenal/p#bula>.

²⁰ O Diazepam está indicado para alívio sintomático da ansiedade, tensão e outras queixas somáticas ou psicológicas associadas com a síndrome da ansiedade. Pode também ser útil como coadjuvante no tratamento da ansiedade ou agitação associada a desordens psiquiátricas. Disponível em: <https://consultaremedios.com.br/gardenal/p#bula>.

discurso de Lisandro, excerto 51, também ilustra as reações e manifestações dos atores envolvido no seu retorno às atividades policiais.

Excerto 51

O doido voltou. Eu acho que foi isso que eu ouvi, a primeira coisa, “o doido voltou”. Mas, foi tranquilo, a recepção lá foi tranquila. Só que foi tranquila naquele ponto assim: “o problema é seu, não é nosso”. Vida que se segue, se você tem os seus problemas, o problema que é seu. Mas, as piadinhas, brincadeiras, isso teve de monte. Preconceito de muitos a gente via e ninguém estava nem aí para o seu problema, o seu problema é seu, não interfere no meu. É desse jeito. (Lisandro)

Quando questionado sobre como foi o seu retorno, o policial afirma, categoricamente, “o doido voltou”. A escolha lexical “doido” como representação do policial que retorna ao trabalho apresenta-se como um processo de estigmatização, um modo de nomear/avaliar o sujeito a partir do seu adoecimento. Embora modalizada subjetivamente no “eu acho”, a tessitura do discurso deixa escapar o quanto o vocábulo agride e marca o policial. A partir do processo mental cognitivo “eu ouvi”, essa relevância é verificada tanto na prioridade dada pelo sujeito “a primeira coisa” quanto na repetição da frase “o doido voltou”. O vocábulo “coisa”, dito como algo qualquer ou indefinido, também confirma a indignação do policial e ressoa como uma abjeção ao nome recebido.

Na sequência da fala, verifica-se uma tentativa do policial em amenizar a injúria sofrida e ignorar o estereótipo a ele atribuído e explícito na declaração afirmativa “a recepção lá foi tranquila”. Não obstante, o uso da advertência “Só que foi tranquila naquele ponto assim: o problema é seu, não é nosso” reordena o discurso de forma a demonstrar a indiferença dos atores envolvidos quanto ao retorno ao trabalho. Mais do que isso, a expressão é reforçada pela declaração afirmativa “se você tem os seus problemas, o problema que é seu”, enfatizando a responsabilização do sujeito pelo seu adoecimento, implicando que cabe a ele a sua readaptação, fato observado também no trabalho de Macaia (2013).

Essa responsabilização isolada do sujeito pelo seu adoecimento assume forte relação com o modelo gerencialista de gestão. Como observado em Gaulejac (2011) no caso da funcionária de uma empresa impossibilitada de trabalhar em um contexto já inadequado à sua saúde e nomeada como “doente”. Como afirma o autor, “encolhida na condição de entre se submeter ou demitir-se, adaptar-se ou ser excluída, ser reconhecida como agente ou ser anulada como sujeito, ela encontra uma saída na doença” (Gaulejac, 2011, p. 92).

No discurso do seu retorno ao trabalho, o excerto 51, da fala de Lisandro, também relata a ironia com “piadinhas” e “brincadeiras” praticadas pelos atores sociais envolvidos, o que parece uma prática comum no retorno ao trabalho, quando da não existência de políticas de

reinserção do trabalhador que retorna. Os vocábulos no diminutivo dissimulam a ironia, emergindo um senso de ingenuidade, que busca amenizar o peso do estereótipo atribuído e naturalizar as ofensas recebidas como ações espontâneas. No entanto, o pronome indefinido “isso” e a conjunção intensificadora “teve de monte” denunciam essas ironias como algo excessivo.

Observa-se que, para além de imputar a responsabilidade pelo adoecimento ao policial, os envolvidos no processo de retorno ao trabalho, suprimidos na fala, ainda diminuem o sujeito e difamam sua imagem, o que é representado na fala pela escolha lexical “preconceito”. Ademais, verifica-se a apatia e a indiferença dos demais atores sociais exibidos no processo relacional circunstancial “ninguém estava nem ai para o seu problema”.

O discurso apresentado vai ao encontro das articulações da Sociologia Clínica e da Psicossociologia ao identificar que, no contexto da contemporaneidade, os comportamentos dos próprios colegas contribuem e favorecem o isolamento, a individualização e a fragilização dos laços sociais, como se observa na expressão “o seu problema é seu, não interfere no meu”. Para Gaulejac (2011), tal fato implica um processo de exclusão que a instituição supostamente tenta combater. Em consonância com a proposição de “suposto combate” da instituição ao isolamento social provocado pelos policiais, Lisandro afirma “ninguém estava nem aí para o seu problema”. Ao adotar o pronome indefinido “ninguém”, o policial integra os mais diferentes agentes sociais envolvidos no processo de retorno ao trabalho.

A escolha lexical “preconceito” é utilizada também por outros entrevistados como recurso discursivo para representar o modo como foram recebidos nas suas unidades após o afastamento por transtorno mental. Acrescentando outros elementos às falas, os excertos 52, do policial Rutilo e o excerto 53, da Ametista, denunciam essa questão.

Excerto 52

Uns cabos zoando, outros não [me] queriam porque eu já passei por aqui [no CPQV]. Então, eles têm esse preconceito e onde que eu estou o pessoal eu vejo que meio que trata com indiferença. (Rutilo)

Além da questão do preconceito, discutida anteriormente no excerto 51, a fala de Rutilo apresenta outros três elementos que permeiam o retorno ao trabalho policial após afastamento por transtorno mental, são eles: o deboche, o preconceito e a indiferença.

Para justificar a representação do preconceito como sentimento percebido ao retornar ao trabalho, Rutilo parte do processo verbal zoar. O uso da flexão do verbo no gerúndio implica um processo de continuidade da ação de zoar, sinônimo de provocação, deboche ou escarnecimento. Os atores sociais “uns cabos” são incluídos por generalização, recurso

discursivo de representação em que a ênfase é direcionada à classe e não especificamente a um participante (Van Leeuwen, 2008, p. 39).

A inclusão por indeterminação dos atores sociais “outros” emerge como recurso discursivo para demonstrar um processo oculto de rejeição ao policial dito na expressão “outros não [me] queriam”. O ator justifica o fato por meio da conjunção “porque” associada à declaração afirmativa “eu já passei por aqui”, referindo-se à sua passagem pela unidade de tratamento que acolhe policiais acometidos por algum tipo de transtorno mental.

Encobrendo o sujeito na fala por meio dos termos “eles” e “as pessoas”, Rutilo levanta as questões do preconceito e da indiferença. Ao referir-se ao preconceito, o policial parte de um processo relacional possessivo atributivo, “eles têm esse preconceito”, legitimando “uma característica comum aos membros da classe” (Fuzer & Cabral, 2014, p. 67). Para relacionar o retorno ao trabalho à indiferença, embora a declaração afirmativa “eu vejo que meio que trata com indiferença”, o policial disfarça o processo material referente ao trato recebido a partir do uso do processo mental perceptivo “eu vejo” e da graduação feita no sintagma “meio que”. O uso do processo mental, que toca apenas o sentido da percepção, acaba dando lugar para o que de fato ocorre.

No excerto 52, o uso do vocábulo “indiferença”, inserido no contexto das ironias e do preconceito, parece assumir um sentido de invisibilidade do sujeito frente aos demais profissionais. Pois, o conceito etimológico da palavra emana o sentido de apatia e desconsideração, o que não coaduna com as ações empregadas.

Cabe destacar que, ao afirmar “onde que eu estou”, o autor faz uma distinção geográfica entre os diferentes espaços organizacionais que poderia ocupar ao retornar após o afastamento. Isso implica a existência de diferenças no trato dado aos policiais de um setor para outro, subentendendo a inexistência de políticas e programas específicos para o retorno ao trabalho. O uso da expressão funciona como recurso discursivo para diminuir seu comprometimento com a generalização da fala.

A fala de Ametista, exibida no excerto 53, também apresenta o preconceito como representação do retorno ao trabalho após afastamento por transtorno mental. Questionada sobre como foi o seu retorno ao trabalho após o adoecimento, a policial diz:

Excerto 53

As pessoas mais próximas “foi” tranquilo, mas eu vejo que as pessoas têm um certo preconceito, um talvez..., não sei. É aquela questão cultural que eu falei antes de não entender bem como que é a pessoa que estava doente. Mas, assim, são mais comedidos. (Ametista)

Consoante aos resultados do trabalho de Saint-Arnaud et al. (2006), a fala de Ametista sugere que a natureza das relações e afinidades existentes antes do afastamento contribui para uma recepção positiva das pessoas em relação ao retorno ao trabalho. Contudo, a fala também insinua uma tentativa de minimizar o preconceito das “pessoas mais próximas” por meio da representação do retorno como um processo “tranquilo” ou “comedido”. A conjunção adversativa “mas” aponta a questão do preconceito por meio de um processo relacional possessivo atributivo, “as pessoas têm um certo preconceito”, uma ação generalizada que nomeia de modo indeterminado os atores sociais envolvidos.

A indeterminação desses atores tem a função de anonimizar os responsáveis pelo preconceito, uma forma discursiva encontrada pela policial para não se comprometer com aquilo que afirma. Verifica-se, ainda, que a representação do preconceito é modalizada por meio de uma ideia de incerteza, de dúvida, “um talvez..., não sei”.

Por meio da declaração afirmativa “é aquela questão cultural que eu te falei antes”, Ametista imputa forte estatuto de verdade ao que declara, identificando o preconceito como uma questão cultural, como mencionado nos trabalhos de Guarniero et al. (2012), Neves (2016), Penteadó (2014) e Van Oostrom et al. (2009).

Cabe ressaltar que o termo “que eu te falei antes” remete à caracterização da resistência do policial em assumir o seu adoecimento mental, visto em outro trecho da entrevista, que “é cultural [essa coisa] de achar que você não está bem da cabeça, que você precisa tomar remédio. Ninguém quer isso”.

Para explicar a identificação do adoecimento mental como uma questão cultural, a negação do processo mental cognitivo “não entender” demonstra que o problema está no fato de os atores sociais envolvidos não compreenderem “a pessoa que estava doente”. A ocorrência do fato, no contexto do trabalho da PMDF, se assimila àquele relatado por Lemieux et al. (2011), em que aspectos como a falta de ação coordenada das partes e a não preparação do trabalhador para o retorno contribuem para aumentar as barreiras para um retorno ao trabalho mais agradável.

Ao advertir “mas, assim, são mais comedidos”, verifica-se que a policial não isenta o preconceito das pessoas mais próximas, e sim tenta, novamente, amenizá-lo. Os estudos de Andrade e Dantas (2015), Castro (2012), Saint-Arnaud et al. (2006) e Toniolo (2014) descrevem a importância do estabelecimento de relações interpessoais mais empáticas e acolhedoras das pessoas na organização, o que pode ajudar a superar o medo natural do retorno depois do transtorno mental.

No excerto 54, também extraído da fala de Ametista, referindo ao modo como o

preconceito dos colegas se manifesta ao retornar, a policial diz:

Excerto 54

Falam pouco, não são muito de ficar muito próximos, evitam conversar muito, falam somente o essencial, é mais por aí. (...) Dá para perceber, é diferente. Alguns nem aparecem mais, outros já são mais afetivos, vai depender da proximidade que você tem com a pessoa, são mais efetivos. Mas as pessoas que você não tem tanta proximidade, eu percebi que elas tendem a ficar mais distantes. No início eu senti um pouco do preconceito, mas depois eu fiquei...tudo bem. (Ametista)

Para explicar o modo como o preconceito é materializado, Ametista parte da exclusão dos atores sociais, de forma a ocultar qualquer menção aos responsáveis pelos tipos de isolamento que o sujeito outrora adoecido passa.

O processo de isolamento é atribuído à recorrência das variações da seleção lexical “proximidade”, também associado ao antônimo “distância”. O isolamento se manifesta na interação social dos atores, em que os processos verbais e comportamentais assumem significativa representação. Diferentes modos gramaticais de processo verbal são utilizados como recurso discursivo, de forma a reforçar que o distanciamento acontece a partir da pouca comunicação, o que é explicitado nas lexicalizações “falam pouco”, “evitam conversar” e “falam somente o essencial”. O uso do processo relacional “é mais por aí” reafirma o posicionamento da policial de que o comportamento dos atores envolvidos no reingresso conduz a esse modo de isolamento.

As expressões “não são muito de ficar muito próximos”, “alguns nem aparecem mais” e “tendem a ficar mais distantes” reiteram a avaliação negativa sobre o retorno, adicionando que, além de evitarem a comunicação, os atores envolvidos também se afastam fisicamente dos policiais que retornam ao trabalho após transtornos mentais.

Ao descrever as manifestações da rejeição o excerto 54, da fala de Ametista, faz uma distinção entre os agentes “mais próximos” e aqueles com quem “não tem tanta proximidade”. Por meio do processo mental cognitivo “perceber”, a policial identifica que, quando o laço social é menor, a distância afetiva “tende” a ser maior, compatível às declarações de Saint-Arnaud et al. (2006). Nesse sentido, verifica-se que o laço social, estabelecido nas relações de proximidade, amizade e companheirismo, mobiliza uma carga afetiva capaz de atenuar o sofrimento advindo da rejeição quando do retorno ao trabalho após afastamento por transtorno mental, como afirma Chanlat (2011, p. 114), “a carga afetiva está no centro das relações de trabalho”.

Entre os aspectos negativos do retorno ao trabalho, o discurso de Safira, exposto no excerto 55, insinua a indignação da policial com o trato recebido do seu oficial ao retornar ao

trabalho. A fala da policial relata:

Excerto 55

O major falou assim: ah, eu não quero que fique escalando ela não viu, porque ela não tá bem. Na frente de todo mundo, com todo mundo lá. Porque lá a sala é aberta, né. [...] Ele falou isso para todo mundo. “Ouvii fulano”, gritando, né. Porque é assim que eles falam. Eles dão ordem para todo mundo escutar. (Safira)

O excerto 55 parte do processo verbal “falou”, atribuído ao “major”, que mais à frente é interpretado por Safira como uma ação de exposição, talvez de humilhação, visto na atenção dada ao aspecto “na frente de todo mundo” e à substituição do verbo “falou”, para “gritando”. O gerúndio, modaliza a força do verbo gritar. A identificação relacional utilizada pela policial é um recurso discursivo que busca representar a posição dos atores em termos da relação de trabalho que assumem. Dessa forma, ao nomear “o major”, é provável que o desejo da policial era explicitar a relevância do cargo em relação à forma como o oficial a trata depois do retornar ao trabalho.

A relevância do discurso de Safira não concretiza na restrição imposta de “não quero que fique escalando ela não viu”, mas na justificativa para o não escalar, “porque ela não tá bem”, e na forma como isso é comunicado. É o fato de ser “na frente de todo mundo” e de “todo mundo escutar” que parece mais relevante e incomodo para a policial.

Para dar dimensão da abrangência da fala do oficial, Safira descreve “a sala”, que “é aberta”, o que reforça a necessidade de expressar que todos os atores envolvidos “todo mundo” tomaram conhecimento da sua limitação. O ator representado de forma indeterminada como “fulano” reafirma a condição de que, para a policial, a forma como o oficial tratou o assunto era desnecessária. O processo verbal “gritando” também se apresenta como elemento discursivo para descrever a imposição do major sobre os demais envolvidos no processo.

O excerto 55 se apresenta como mais um dos que denunciam o despreparo da PMDF, nesse momento representada na pessoa do major, para lidar com policiais que retornam ao trabalho depois de adoecimento mental. Nesse excerto, o despreparo relaciona-se à deficiência no processo de comunicação entre oficiais e praças. Essa condição pode ser associada aos estudos de Lemieux et al. (2011) e Rufiange (2018) com relação aos fatores que dificultam o retorno ao trabalho de empregados que foram afastados por algum tipo de transtorno mental. Da mesma forma, o excerto se associa aos estudos de Andersen et al. (2014), Gewurtz e Kirsh (2009), Neves et al. (2015) e Vogel et al. (2015), que ressaltam a importância de programas de coordenação do processo de retorno ao trabalho, especialmente dos coordenadores, que dependem de boa comunicação e educação dos membros inseridos nesse processo.

Ainda no campo dos aspectos negativos que perfazem o retorno ao trabalho, o excerto 56 descreve a fala de Malaquias que, se apegando ao fato de ter que voltar para o mesmo local de trabalho em que atuava antes do afastamento como motivo de insatisfação e comprometimento da sua saúde mental. Assim, denuncia que, depois das investidas para se afastar do ambiente, que para ele seria insalubre, pouca importância foi dada “pela polícia”.

Excerto 56

Acabei voltando para o mesmo lugar. Tentei sair de lá e, mesmo com a recomendação médica, me mandaram para o mesmo lugar. Tentei sair de lá, porque eu adoeci lá, aí você vê como que a administração funciona. Um cara saiu, entrou outro e o cara me puxou pra lá. Então, me fala. Se a polícia olhasse, eu fui um policial que fiquei praticamente um ano fora da tropa, por que adoeci em um lugar e o que a polícia faz? Me trata e me coloca no mesmo lugar? Então, ela fez o que? Enxugou gelo, o que vai acontecer comigo? Vou acabar adoecendo novamente. (Malaquias)

Para representar sua experiência de retorno ao trabalho, Malaquias parte de um processo material “acabei voltando para o mesmo lugar”. O emprego do processo “acabei voltando” demonstra a impotência do sujeito frente ao poder de mando de um agente superior ocultado na oração: “me mandaram para o mesmo lugar”. Para reafirmar a força que o poder superior representa, o policial adiciona “e mesmo com a recomendação médica, eles me mandaram para o mesmo lugar”. Verifica-se que o policial sofre com a ação, representada como uma fatalidade, por não mais haver margem de escolha. O policial é sujeito passivo, receptor das ordens e mandos institucionais.

O policial se sente tolhido da liberdade de sequer propor alternativas para as possibilidades de um melhor retorno. Sua escolha pela mudança de local não é apresentada como um desejo, mas alternativa para um trabalho que adoecer. Atenta-se que o adoecimento por causa do trabalho é confirmado por meio de declaração afirmativa “porque eu adoeci lá”, imputando forte grau de comprometimento e estatuto de verdade àquilo que diz. Observa-se que a inferioridade do policial frente ao poder de agência da instituição militar é representada como visível. Por meio do processo mental perceptivo “você vê”, o policial sugere que é possível enxergar “como que a administração funciona”.

O processo mental perceptivo, visto no excerto 56, é usado também para descrever, de modo generalizado, a ineficiência gerencial da polícia no trato com retorno do policial que se afastou após ocorrência de transtorno mental. Por meio da modalidade epistêmica, com forte grau de comprometimento, expresso nas colocações pronominais “eu”, “me” e “comigo”, o policial questiona as ações da polícia diante do retorno ao trabalho e da realocação do policial no mesmo local em que ele adoeceu: “o que a polícia faz?”, “me coloca no mesmo lugar?” e

“ela fez o quê?” Essa situação é corroborada por Glina et al. (2001) e Olivier et al. (2011) ao mencionarem que o retorno ao trabalho expõe os trabalhadores aos mesmos fatores adocedores que antecederiam seu afastamento, e voltar ao trabalho sob as mesmas condições pode afetar os quadros clínicos dos trabalhadores e, conseqüentemente, piorar os sintomas.

Por meio da metáfora “enxugou gelo”, Malaquias representa a ineficiência do polícia no trato do policial que retorna ao trabalho, denunciando a inócua atuação das políticas adotadas. Embora o investimento realizado, os resultados esperados acabam não sendo efetivos.

É possível que a fala de Malaquias encubra uma prerrogativa de expectativa da gestão pelo desempenho, em que a metáfora “me puxou pra lá” parece estar relacionada ao potencial produtivo do policial que retorna. Nesse sentido, como apresentado por Neves et al. (2015), as expectativas de desempenho acabam por afetar, modificar e produzir resistências, que tendem a gerar novas perturbações, o que Malaquias declara com forte estatuto de verdade, “vou acabar adoecendo novamente”. O “*ethos* do desempenho” (Neves et al., 2015), que opera na PMDF, parece denunciar a deficiência da instituição em tratar com distinção os trabalhadores que retornam ao trabalho. Da mesma forma, reforçar as identidades funcionais parece mais proveitoso do que se ocupar de reabilitar adoecidos.

Os discursos referentes aos fatores negativos têm, em sua essência, forte predominância do estigma atribuído à saúde mental, materializado na PMDF no preconceito e numa série de atitudes que deslegitimam e inferiorizam o policial que retorna. Chama a atenção a inercia dos superiores e do comando, que, em algumas situações, compartilham e reforçam as manifestações de rejeição. Atitudes que revelam o despreparo da instituição para lidar com esse aspecto do trabalho, que cada vez se faz mais presente entre seus membros, como identificado no trabalho de Dewa et al. (2016).

4.5.2 Aspectos positivos do retorno ao trabalho

Entre traços de negatividade e recorrência, em alguns momentos dos discursos, de conflitos no processo de reinserção, os policiais entrevistados também apresentam elementos positivos em relação ao retorno, como se observa nos excertos 57 (Hermes), 58 (Atílio), 59 (Olívio) e 60 (Jadson).

O excerto 57, da fala de Hermes, aponta como elementos representativos do retorno ao trabalho a discriminação, os laços sociais e a compreensão do comando sobre o significado do

afastamento. A seleção lexical dos vocábulos “discriminava”, “equipe” e “comandante” resumem esses elementos como os mais potentes no discurso.

Excerto 57

Por me espelhar no passado, quando você discriminava o colega que passava por aqui [no CPQV], eu fiquei muito desconfiado também assim. Será que tão me olhando demais? Será que vão me aceitar bem? Aí, eu por duas vezes eu fui lá no local de trabalho, me receberam bem. Quando eu tive alta, eu fui lá direto na seção onde ia saber onde eu ia trabalhar. Perguntaram aonde eu queria trabalhar. Eu falei que queria trabalhar no mesmo local que eu tava. Me atenderam superbém e me deram boas-vindas. A equipe que eu trabalhava, por dia tem uma equipe né. Tipo, hoje a equipe Brava, minha equipe é a de hoje, me receberam superbém. Fizeram um café da manhã para mim. Perguntou se eu tava bem. Perguntou... me ofereceram o que precisar é só falar pra eles. [...] Então, quando tem um comandante que entende que você quer vir para o acompanhamento (no CPQV), que, no meu caso, foi eu que quis, foi ótimo. Eu fiquei satisfeito. (Hermes)

Com forte comprometimento com o que diz, Hermes utiliza-se, em quase toda a fala, do pronome pessoal “eu” e dos oblíquos “me” e “minha” para descrever o processo representacional do retorno ao trabalho. Além do comprometimento, o uso do “eu” como sujeito ativo das verbalizações assume caráter de identificação. Contudo, atenta-se para dois momentos em que o policial se afasta da fala por meio do pronome “você”.

No primeiro momento da fala, o pronome “você” é usado para destituir a autoidentificação do policial com a discriminação. A articulação “por me espelhar” não conjuga com a estrutura da oração subsequente, que afirma “quando você discriminava o colega”. Da mesma forma, essa autoidentificação se desvela quando o policial afirma ficar “muito desconfiado” das reações dos demais agentes que estariam envolvidos no retorno ao trabalho. Essa situação vai ao encontro do estudo de Verdonk et al. (2008), que relata a ansiedade e o medo existentes nos trabalhadores que retornam ao trabalho após transtorno mental de terem que colocar à prova os valores apreendidos durante o afastamento.

Verifica-se que a falta de confiança, intensificada pelo adjunto adverbial “muito”, novamente aparece entre os discursos como representação do retorno ao trabalho. A autoidentificação do policial também pode ser observada na modalidade epistêmica que ocorre por meio das perguntas “Será que tão me olhando demais? Será que vão me aceitar bem?”.

No segundo momento em que o pronome “você” é empregado, ele é usado para modalizar a fala referente ao “comandante”, pois ela denuncia as diferenças existente entre os agentes sociais que assumem posição superior na hierarquia policial. A modalização permite identificar o medo do policial em afirmar que existem diferenças na forma como os

comandantes tratam os policiais que retornam ao trabalho.

A escolha lexical “equipe” é articulada no discurso de Hermes para representar o valor que o espírito coletivo assume no retorno ao trabalho. Partindo do processo mental desiderativo “queria”, o policial manifesta o seu desejo de retornar para o “mesmo local que eu tava”. O anúncio do desejo presume a satisfação e a credibilidade que o policial depositava em seu grupo. Falar que deseja voltar para o mesmo local é dizer que os desafios do retorno seriam reduzidos pela confiança que depositava naquilo que reconhecia como “minha equipe”, o que coaduna com as observações de MacEachen et al. (2006).

A materialização da satisfação pela via do discurso é exibida na transitividade, representada nos processos materiais “me receberam superbém”, “fizeram um café da manhã” e “me ofereceram o que precisar” e nos processos verbais “perguntou se eu tava bem”, “perguntou” e “só falar pra eles”. As orações processuais verbalizadas levantam aspectos de afetividade (na boa recepção, intensificada pelo advérbio “superbém”); zelo (ao mencionar que “fizeram um café da manhã”); apoio (na articulação “o que precisar é só falar”); preocupação (perguntando “se eu tava bem”) e disponibilidade para as adversidades (o que precisar é só falar pra eles). A declaração afirmativa “eu fiquei satisfeito” demonstra a identificação do policial com sua equipe. À luz da Sociologia Clínica, os modos que operam a receptividade do policial sugerem a ocorrência do controle por meio de amor e devoção do indivíduo ao trabalho, realizado a partir da identificação e confiança, operando por meio da sedução da sedução (Enriquez, 1991).

Na análise do discurso representacional, implicado a escolha lexical “comandante”, observa-se que o aspecto semântico conclusivo presente no final da fala de Hermes, marcado pelo elemento textual “então” e pela condição de existência de “um comandante que entende”, apresenta-se como condição essencial para que o retorno ao trabalho seja “ótimo”. Os processos mentais afetivos “ótimo” e “satisfeito” são avaliações positivas de Hermes e colocam em evidência o sentimento do policial em relação à circunstância do retorno ao trabalho. Numa perspectiva crítica, essas articulações podem sugerir a possibilidade da manipulação das necessidades do trabalhador, a partir da manipulação psicológica, que acaba por aumentar o poder da instituição sobre o policial (Enriquez, 1995; Faria & Meneghetti, 2011; Gaulejac, 2007; Motta, 1981; Pagès et al., 2006).

Para relatar o seu retorno ao trabalho após afastamento por transtorno mental, o excerto 58, extraído da fala de Atílio, aciona aspectos associados ao relacionamento com os colegas, às diferentes personalidades dos superiores e à responsabilização do sujeito pela readaptação como elementos que atravessam e influenciam o reingresso.

Excerto 58

Foi tranquilo, os colegas de lá dão muito apoio. Eu sei que às vezes neguinho pode fuxicar por fora, mas na grande maioria a aceitação foi boa, foi boa. (...) Os superiores também. Tanto que o (patente e nome de guerra do oficial), esse que está comandando agora, me chamou na sala dele pra gente bater um papo legal. O cara é bacana, humilde, sensato. Diferente de muitos. Diferente da grande maioria, porque a grande não é assim não, a grande maioria os caras são meio boçais. [...] A gente fica um pouco de segunda pra te falar a verdade. A gente não fica totalmente à vontade. Mas, é aquela coisa que estava te falando, é você, é você. Que nem o comandante falou: “Atílio, moleque, na boa, é uma oportunidade para você”, aí meu irmão, é com você. (Atílio)

Para identificar que o retorno ao trabalho “foi tranquilo”, Atílio utiliza-se do processo relacional “foi” seguido de uma razão que justifica, com a intensificação do adverbio “muito”, a avaliação de que “os colegas de lá dão muito apoio”. A inclusão dos atores sociais “colegas” aparece de forma generalizada, agrupando em um único substantivo todos os companheiros de trabalho. Contudo, o policial não se abstém de mencionar a ocorrência de “neguinho” que “pode fuxicar por fora”.

O vocabulário “neguinho”, expresso no diminutivo pejorativo, no intuito de reduzir a carga de discriminação existente no discurso, faz alusão ao colega de trabalho traidor, desleal, falso e traiçoeiro, que, embora em minoria, aborrece o retorno. A escolha lexical “neguinho” pode ser vista como recurso interdiscursivo, que parte de um discurso policial racista, que discrimina o negro e atribui a ele natureza de inferioridade ante “a grande maioria”, um discurso social hegemônico que perpassa muitos comportamentos policiais.

A declaração avaliativa com juízo de valor “foi boa”, repetida duas vezes, faz alusão à aceitação do policial pelos seus “colegas”, sem mencionar outros elementos que perfazem o retorno ao trabalho. Observa-se que, mais uma vez, os laços/vínculos sociais desenvolvidos com a equipe de trabalho apresentam-se como mediadores positivos para o retorno ao trabalho. Ter vínculos fortes e boas relações auxilia os policiais a superarem as dificuldades do retorno (Dunstan et al., 2015; Hatchard et al., 2012; Mohandie & Hatcher, 1999; Noordik et al., 2011; Rufiagne, 2018; Tjulin et al., 2011). Acreditando no vínculo de amizade com os colegas, Atílio sequer traz para o seu discurso questões de rejeição, falta de reconhecimento ou estigma.

No que tange ao relacionamento com os oficiais, por meio da inclusão por generalização, o policial parte da comparação com a recepção dos colegas, classificando-a como positiva “os superiores também [foi bom]”. Incluindo por nomeação um oficial, Atílio levanta a questão da personalidade dos superiores como elemento influenciador do bem-estar no retorno ao trabalho.

A diferenciação dos atores sociais, ditos superiores, dá-se a partir da nomeação de um

oficial, ao qual são atribuídos adjetivos qualificadores, por meio de afirmação avaliativa com juízo de valor “o cara é bacana, humilde e sensato”. A personalidade atribuída a esse oficial é apresentada como “diferente da grande maioria”, uma vez que “a grande maioria os caras são meio boçais”. Como na identificação dos colegas de trabalho, Atílio utiliza-se de escolhas lexicais que avaliam negativamente o comportamento de parte dos oficiais, nesse caso, “a grande maioria”.

O sintagma “os caras”, incluído por encobrimento, despersonaliza a autoridade dos oficiais, uma forma discursiva encontrada para ignorar e depreciar a imagem dos superiores. Para reforçar esse repúdio, a seleção do vocábulo “boçais”, modalizado pelo adjetivo “meio”, reafirma a identificação da “grande maioria [dos oficiais]” como estúpidos, indelicados, grosseiros, ignorantes ou rudes. Essa qualificação vai ao encontro dos outros discursos que denunciam a arrogância, a ironia, o sarcasmo, o deboche e a indiferença de muitos oficiais frente ao retorno do policial após adoecimento por transtorno mental. Ademais, ao referir-se “a grande maioria”, é possível que a experiência positiva de retorno ao trabalho se vincule apenas às características individuais de um ou outro oficial.

Ponderados pontos positivos e negativos que encerram os aspectos inter-relacionais do retorno ao trabalho, por meio da locução pronominal “a gente”, sinônimo de “nós”, no excerto 58, Atílio chama atenção para o sentimento daqueles que retornam. A metáfora “de segunda”, modalizada pela locução adverbial “um pouco”, é usada como avaliação negativa da representação do modo como se sente ao retornar às suas atividades. Essa representação é reforçada pela declaração afirmativa, com um intensificador, de que “não fica totalmente à vontade”. Ao expressar essa posição, o policial declara verbal e objetivamente seu comprometimento com a verdade.

Outro elemento que emerge no excerto 58, de Atílio, e perpassa o retorno ao trabalho refere-se à responsabilização do sujeito pelo sucesso na sua readaptação. Verifica-se que essa responsabilização se apresenta tanto como uma autoexigência, “é você, é você”, quanto uma cobrança indireta imposta “pelo comandante”. Embora a indeterminação na designação do comandante, o retorno às falas revela tratar-se do mesmo que o acolheu e “chamou na sala dele pra gente bater um papo legal”. A expressão usada por Atílio remete a um modo de sedução por parte do comandante. Como afirma Enriquez (1991), ela reside na aparência, no sorriso insinuante, no jogo de palavras sabiamente escolhidas e articuladas em frases agradavelmente equilibradas. Interpretada sob o foco da ideologia gerencialista, a cortesia do comandante dissimula suas intenções de poder (Faria & Meneghetti, 2007a) a partir do processo de manipulação pela sedução (Araújo, 2009; Enriquez, 1991).

Por meio da interdiscursividade, o policial faz uma troca de fala, dando voz ao comandante. Por ser esse um oficial, ator social de referência no meio militar, dada a sua patente, o policial articula seu discurso buscando fundamentar-se na conversa entre eles, “Atilio, moleque, na boa, é uma oportunidade para você”. O acionamento do vocábulo “moleque”, aparentemente sinônimo de proximidade, é usado como vocativo para representar a imagem que o comandante faz do policial. Por não perceber como uma oportunidade o retorno ao trabalho, o policial é identificado como “moleque”, sinônimo de imaturo e inconsequente.

O teor da conversa denota uma comunicação informal, com alto grau de persuasão, representando para o policial “uma oportunidade”, o que o leva a se responsabilizar pela sua readaptação, “é com você”. O sintagma “ai, meu irmão” ecoa como elemento conclusivo, insinuando que, a partir da fala do comandante, o que resta ao policial nada mais é do que agir por si só.

Nos relatos dos entrevistados, o local para onde são designados após o afastamento também foi levantado como influenciador do retorno ao trabalho. Entre as falas, ele é elemento de divergência de opiniões. Essas divergências relacionam-se às funções ocupadas, aos colegas de trabalho, ao tipo de serviço, ao ambiente e, também, às relações com os oficiais.

Na fala do policial Olívio, representada no excerto 59, voltar para o mesmo local onde atuava antes de se afastar, assume significados expressivamente positivos. Questionado sobre como foi o seu retorno depois do afastamento, o policial declara:

Excerto 59

Então, eu voltei para o mesmo serviço, só que, porém, no horário de expediente. Então, para mim, eu tô sentindo bem melhor adaptado. Eu tô trabalhando bem mais tranquilo. Até as pessoas estão sentindo assim. Até os colegas que falam: [nome de guerra], você tá mais feliz, por quê? aí o outro colega fala: você tá tranquilo, você tá Zem, não sei o quê. Que bom, né. Então, eles notaram que eu estou diferente. (Olívio)

Para explicar a sua adaptação no mesmo local de trabalho após o afastamento, Olívio apresenta uma ressalva adversativa, “só que, porém”. A expressão manifesta uma oposição em relação ao que foi dito anteriormente, levando à interpretação de que, embora permaneça no “mesmo serviço”, a alteração no horário de trabalho já é suficiente para despertar novos sentidos.

Com forte compromisso com a verdade, a partir da sua inclusão pessoal no texto por meio do pronome “eu” e do sintagma “para mim”, o policial manifesta a sua individualidade em relação a essa experiência de retorno. O uso do sintagma confirma a existência da divergência de opiniões entre os policiais em relação a voltar para o mesmo local de trabalho

após o afastamento.

A afirmação avaliativa, que parte do processo mental perceptivo “eu tô sentindo bem melhor adaptado”, coloca em evidência o sentimento positivo do policial em relação a estar no mesmo local de trabalho, tendo a variação apenas do seu horário. A relação de adaptação de horário é apresentada por Bastien e Cobriére (2019) como uma das únicas preocupações das instituições ao receberem trabalhadores que retornam por transtorno mental, mas negligenciam as relações sociais e interpessoais.

Para além da cognição observa-se, no excerto 59, que a satisfação com o retorno é manifestada também no processo material “eu tô trabalhando bem mais tranquilo”. Tal fato traz a implicação de que a satisfação não está apenas no campo emocional, mas materializa-se nas próprias ações do sujeito. Ademais, verifica-se que as avaliações positivas são intensificadas pelas locuções “bem melhor” e “bem mais”. A seleção do vocábulo “tranquilo” funciona como representação das alterações de humor que o trabalho gerava. No relato do seu afastamento, narrado em outra parte da entrevista, o policial menciona, entre outras causas, o fato de encontrar-se muito agitado.

O policial traz à sua fala o discurso do reconhecimento, a partir da inclusão dos atores sociais “as pessoas”, “os colegas” e “o colega”. A inclusão desses atores parte de uma visão mais generalista para uma mais especificada, em que o uso da preposição “até”, como recurso inclusivo, tira os limites da sua autopercepção quanto ao novo sentimento em relação ao trabalho. Tal fato desencadeia a avaliação positiva e o valor do reconhecimento para o policial, expressos ao final da fala nas declarações afirmativas “que bom, né!” e “eles notaram que eu estou diferente”.

O discurso do reconhecimento ultrapassa o campo da percepção “estão sentido” e acaba sendo verbalizado nas falas: “os colegas que falam: Olívio, você tá mais feliz, por quê?”, “ai o outro colega fala: você tá tranquilo, você tá Zem, não sei o quê”. Nesse processo, observa-se que o policial realiza uma troca de fala em que, reduzindo a generalização dos atores, a concessão da voz ao outro busca dar maior legitimidade e representatividade àquilo que o policial quer expressar.

A recorrência do reconhecimento no contexto do retorno à instituição apresenta-se como importante elemento para a avaliação positiva do policial afastado por transtorno mental. A fala de Olívio, embora apresente a discussão quanto ao local de trabalho que o sujeito reintegra, revela no discurso a necessidade do repensar as relações interpessoais como influenciadoras positivas do processo de retorno.

No bojo do discurso de Olívio, excerto 59, o valor do reconhecimento opera como

determinante da avaliação positiva do policial ao seu retorno ao trabalho. No contexto da Sociologia Clínica, o olhar do outro ajuda na ressignificação do trabalho após o retorno, uma vez que o indivíduo não existe fora do campo social (Burgi, 2011; Enriquez, 1997b; Hanique; 2009; Lhuilier, 2013). É o *feedback* das “pessoas”, dos “colegas”, que “notaram” a diferença, que ajuda o policial a acreditar e reafirmar que algo mudou em seu comportamento depois que voltou ao trabalho. Como em todas as organizações, a PMDF também resulta da integração de diversos fenômenos sociais, que integram elementos psíquicos do sujeito e suas relações com o outro. No processo de retorno ao trabalho, essas relações se tornam ainda mais importantes (Dunstan et al., 2015; Hatchard et al., 2012; Johnston et al., 2015; Mohandie & Hatcher, 1999; Noordik et al., 2011; Rufiagne, 2018; Tjulin et al., 2011).

Ainda no campo do local de reingresso após afastamento por transtorno mental, a fala do militar Jadson também denuncia a ineficiência da gestão e a falta de organização da instituição no retorno ao trabalho. Embora a avaliação positiva da recepção em um novo local de trabalho, no excerto 60 o policial descreve o estresse advindo da indefinição da sua realocação.

Excerto 60

As pessoas me receberam bem, inclusive queriam que eu trabalhasse em outros locais. A primeira semana foi muito tumultuada, porque eu fiquei meio estressado, porque o chefe do [nomeia o setor que retornou] queria que eu viesse para o [nomeia o setor que retornou] e o outro queria que eu ficasse ali, outro que ficasse ali e eu fiquei no meio daquele negócio. (...) Mas, foi bem tranquilo, fui bem recebido, graças a Deus. Até por ser um ambiente médico [nomeia o setor que foi atuar depois do afastamento] as pessoas entendem mais. No quartel não sei como seria, mas ali foi bem tranquilo. (Jadson)

Com a indefinição dos atores sociais envolvidos, o policial generaliza sua avaliação de que fora bem recebido e, além disso, desejado para o trabalho “em outros locais”. Contudo, relata que seu retorno apresentou outras dificuldades relacionadas à gestão. A indefinição do local onde seria realocado é descrita como justificativa de um episódio de estresse, representado no processo material “eu fiquei”, mas modalizado no sintagma “meio estressado”.

A avaliação da fala identifica o relato do estresse por meio de declarações afirmativas, com total envolvimento do policial com aquilo que diz. A análise discursiva, que representa o retorno ao trabalho como um processo “estressante”, demarca a necessidade de melhor acompanhamento e organização da instituição em relação ao trato dado ao retorno ao trabalho após afastamento por transtorno mental.

A condição estressante já seria uma condição supostamente natural do sujeito ao se deparar em um espaço em que até então não havia atuado. A própria condição de ser novo já o

expõe a um certo grau de incomodo emocional. Contudo, essa situação se torna mais ofensiva quando da incerteza dos investimentos que poderão ser realizados em um lugar que não lhe garante permanência.

As inclusões dos atores sociais são realizadas por identificações, representadas pela posição e lugar de atuação na instituição. A partir da articulação do processo mental “queria” para designar o desejo dos outros “chefes” sob o que ele deveria fazer ou onde deveria ficar, o policial denuncia sua incapacidade de decidir por si mesmo, ficando “no meio”, sem precisão de onde vai ficar.

Duas ordens de discurso emergem na fala do policial para representar o seu retorno: a ordem do discurso gerencial e a religiosa.

À luz do discurso gerencialista que emerge na fala de Jadson, o policial subalterno não passa de um negócio a ser tratado, objeto de troca entre uma seção e outra, uma vez que sua utilidade atende às expectativas de produtividade dos diferentes setores. Em consonância com o trabalho de Assis (2016), o retorno ao trabalho depois de transtorno mental na PMDF, narrado por Jadson, parece marcado pelo senso de utilidade, que coloca o policial sujeito às demandas e aos mandos dos seus oficiais. A representação do policial que retorna como “um negócio” evidencia o poder que o gerencialismo exerce nas mais distintas instituições (Salimon & Siqueira, 2013; Siqueira & Mendes, 2009). No caso das organizações militares, instituídas no estatuto da ordem e da disciplina e fortalecida em treinamentos que exigem adesão e coerência identitária, nada mais resta aos sujeitos senão submeter-se aos desejos dos seus superiores e fazer o melhor que lhes convier.

No excerto 60, a ordem do discurso religiosa emerge como salvação do padecimento do retorno ao trabalho “graças a Deus”. Depois de relatar sua agonia do retorno, por meio da conjunção adversativa “mas”, o policial ainda encontra recursos para afirmar o que houve de bom em seu retorno. Assim, as mesmas pessoas e os mesmos locais que foram motivos de estresse ao retornar, são aquelas que passam a entoar o discurso positivo do retorno ao trabalho àquele espaço. O que na verdade se queria dizer é que, por todo o desafio enfrentado, “graças a Deus”, ele reingressara naquele lugar, uma vez que, se fosse “no quartel não sei como seria”. Subentendido nessa fala, fica evidenciado, mais uma vez, que a avaliação positiva ou negativa do retorno ao trabalho depois de afastamento por transtorno mental na PMDF está sujeita ao espaço que o policial que reingressa virá a ocupar.

Entre outros trechos das entrevistas, verifica-se que, até o momento da realização da pesquisa, a PMDF não possuía qualquer tipo de programa, política ou procedimento de gestão que regularizasse um modo de reingresso mais agradável e menos tenso para os profissionais

que retornavam ao trabalho depois de afastamento por transtorno mental, como sugere os diversos trabalhos sobre a temática (Andersen et al., 2014; Gewurtz & Kirsh, 2009; Neves et al., 2016; Noordik et al., 2011; Olivier et al., 2011; Vogel et al., 2015). A ausência de iniciativas dessa natureza pode ser observada em falas como: “Mesmo com todas as piadinhas, você vai escutando no corredor: ah, voltou! Ah, voltou! Ah, tava de férias!” (Safira); “Eu cheguei, já me apresentei, entrei em uma viatura e fui para a rua.” (E Spartacus); “Chegou, ok, apresentou, vai ficar em tal setor, o horário é esse.” (Ametista); “eu acho que só quem leu o meu laudo médico lá foi a junta para me colocar de volta na tropa” (Malaquias).

4.6 Perfazendo uma discussão geral dos eixos analisados

Ao buscar analisar o percurso do adoecimento mental e o retorno ao trabalho após afastamento por transtornos dessa natureza no contexto do trabalho na PMDF, observa-se que uma variedade de elementos perfaz a trama que tece essas relações. Envolver-se nessa empreitada é se comprometer com o “trabalho sujo”, por ter que lidar com aquilo que é socialmente repugnante, degradante e censurável. Embora a expressão assuma conotação aviltante, o trabalho da polícia sempre toca algo socialmente rejeitado, como roubo, homicídio, desacordo, morte, entre outros. A presença da polícia é sempre evitada, dado o risco que ela representa. Seu acionamento deve ser reservado a quando não se tem controle da situação.

No enredo desta tese, o olhar se volta para privilegiar o discurso dos subalternos institucionais, policiais de menor escalão hierárquico e que se encontram mais expostos a situações adoecedoras, como o convívio mais direto com a violência; a precariedade das condições de trabalho; a pressão dos superiores, que se configura em episódios de assédio moral; a rejeição social; e o conseqüente isolamento. Esses elementos contribuem, de forma significativa, para o desencadeamento de transtornos mentais. Atenta-se a perceber a fragilidade de homens e mulheres que, por razões diferenciadas, optaram por se dedicarem a um trabalho socialmente rejeitado e que, pelo poder que socialmente lhes é atribuído, acabam dando desfechos socialmente reprovados.

A análise do discurso dos policiais, quanto ao contexto do trabalho e sua relação com o adoecimento psicológico e retorno às atividades depois de um período de afastamento por transtorno mental, buscou romper o estigma social enfrentado pelo policial militar e perceber outras facetas que enredam essa ocupação, tais como as opções pelo ingresso, a construção

identificacional, o contexto do trabalho, o desencadeamento dos transtornos mentais e as adversidades enfrentadas quando da necessidade de retornar ao trabalho.

Os resultados do trabalho revelam que, entre os policiais entrevistados, a opção pelo militarismo está aquém de uma aspiração vocacional ou uma idealização social de promoção da segurança pública. Discursivamente, a escolha profissional se relaciona muito mais com as recompensas e os benefícios materiais proporcionados pela categoria, do que por uma questão de afinidade com a instituição. Tal fato é compatível com a conjuntura social atual, em que o campo do desejo é sobreposto pelo campo das necessidades, que se mobiliza a serviço do capital, o que acaba agredindo a singularidade dos sujeitos embora a falsa estabilidade psíquica que isso possa gerar.

As análises discursivas, referentes às escolhas profissionais dos entrevistados sugerem que a devoção do policial ao ofício militar é atribuída, na maioria das falas, aos benefícios utilitários que a profissão oferece, como o salário, as possibilidades de evolução na carreira e a segurança proveniente da estabilidade do serviço público. Outros fatores, de natureza mais intrínseca, se vinculam aos aspectos idealização, projeção e influências de outros, especificamente familiares, contrariando alguns estudos na área que indicam a vocação pelo militarismo como grande fator de opção profissional. Essas considerações institucionalizam a presença da ideologia gerencialista no contexto do trabalho militar, em que as práticas de gestão tendem a reforçar a ilusão dos sujeitos de que o retorno financeiro do trabalho é capaz de preencher o buraco existencial e satisfazer todos os seus desejos, primícias do gerencialismo, levando-os a investir cada vez mais de corpo e alma na instituição.

Em se tratando da construção identificacional do policial da PMDF, identificou-se que ela perpassa a construção de um laço social institucional, que demanda o abandono de si e a incorporação de novos elementos identitários. Essa incorporação parte da substituição da identidade particular do sujeito por uma identidade coletiva e padronizada, responsável pela devoção e submissão aos preceitos institucionais. Essa nova identidade passa a ocupar o ideal do ego do sujeito e é determinada pelo laço social com a instituição, que se empenha em construir um novo indivíduo. A efetividade desse processo se realiza por meio de uma entrega pacífica e acrítica dos seus membros, que, ao longo do tempo, tende a promover o apagamento do sujeito, a naturalização do domínio e o fortalecimento do comportamento apático e disciplinado.

Durante o processo de formação, verifica-se uma entrega gradativa, pacífica e acrítica do sujeito, forjando uma identidade profissional, em que o ideal da instituição se torna o ideal de todos os seus membros. Assemelha-se a um processo de domesticação, que submete os

recém-ingressados a uma incorporação identitária, que gradativamente irá excluir do sujeito sua identificação consigo e promover uma aproximação, cada vez mais aguda, com a identidade policial. Essa construção identificacional é corporificada nas práticas sociais, que se exibem no uniforme, no corte de cabelo, no alinhamento da barba, na postura ereta e na discricção da maquiagem. Esses são modos de “higienização” do sujeito, que dissimulam uma tentativa de “limpar” a identidade civil e incorporar a identidade militar.

A construção identificacional se concretiza por um modo de adaptação apática e indiferente ao processo de dominação. Os abusos são despercebidos, as violências banalizadas e a inferiorização silenciada. Ela se desenvolve pela indiferença, falta de fantasia e perda do entusiasmo, contudo, sem tirar do sujeito a falsa impressão de estabilidade, segurança e conforto.

No que se refere ao contexto do trabalho da PMDF, a organização do trabalho, suas condições e relações socioprofissionais apresentam diferentes fatores que contribuem para o desencadeamento de transtorno mental em seus membros. A organização do trabalho inclui a pressão psicológica, interna e externa, a que os policiais são submetidos; a hierarquia; a disciplina; o uso inapropriado do poder; o excesso de cobrança; e as formas de exibição da dominação. As relações socioprofissionais apontam descrédito e desconfiança dos oficiais, perseguições, inequidades, falta de reconhecimento e violências simbólicas. As condições de trabalho inserem o contínuo estado de alerta, a exigência de uma postura física rígida, as inadequações funcionais das instalações, especialmente para o trabalho feminino, e a necessidade de estar todo o tempo armado. Observa-se que boa parte desses elementos não assume relação com os aspectos físicos do trabalho, mas agem, sobremaneira, no psicológico dos policiais.

A hierarquia e a disciplina norteiam as ideologias, práticas, posturas e disposições dos policiais. Enquanto a primeira segmenta, organiza e situa, a segunda regula as relações e as condutas, assegurando a obediência que ultrapassa a disposição dos corpos e avança para o psicológico. Essa dinâmica favorece a alienação e a submissão do sujeito à ideologia militar, fortalecendo seu assujeitamento. O vínculo afetivo e o medo da repressão manipulam o inconsciente, asseguram a disciplina e favorecem a ocorrência dos transtornos psicológicos. Da mesma forma, o aparato burocrático, visível e invisível, dificulta as relações socioprofissionais e as possibilidades de interação. Ele favorece uma relação de dominação e controle, exercendo forte pressão psicológica sobre os policiais, seja por meio da racionalização das normas e procedimentos, do rigor hierárquico, da divisão de trabalho, da formação profissional, das

patentes, dos hinos, da farda ou de outros mecanismos, simbólicos e imaginários que assombram os subordinados.

A soma desses fatores contribui para a desvalorização dos policiais subalternos, materializando-se em episódios de assédio moral e outras violências simbólicas. Vítimas do poder hierárquico e sujeitos à disciplina institucional, instaura-se o silêncio e a frustração pelo medo das punições e repressões, favorecendo a somatização do sofrimento e o desencadeamento de diferentes tipos de transtornos mentais. A natureza autoritária e repressora do militarismo parece contribuir para a produção de relações mais frias e estritamente profissionais.

Ao longo das análises, quanto ao contexto do trabalho na PMDF, identifica-se que a organização do trabalho e as relações socioprofissionais são os fatores que mais comprometem a saúde mental dos seus membros. Embora modalizados semanticamente, em boa parte das vezes, os discursos revelam que não é a violência, a criminalidade ou as condições insatisfatórias de trabalho que favorecem o adoecimento mental. Mais do que isso, é o abuso da autoridade, o descaso, a falta de reconhecimento – institucional e social – e a rigidez da estrutura que, ao favorecer a violência moral e ferir a dignidade dos subordinados, acaba criando tensões que não podem, sequer, ser questionadas ou dirimidas, dadas as relações assimétricas de poder. O silenciamento e a sensação de injustiça e de impotência, associados ao medo de fraquejar ou perder o *status* de herói, levam o policial a acumular seu sofrimento ao longo de anos de dedicação à instituição, até que não eles deem conta e suas frustrações se materializem nos transtornos psíquicos.

Os transtornos psicológicos no contexto do trabalho policial podem ser vistos como o padecimento de um herói, dado o estigma que recebem nas corporações, o que não dista da realidade social do adoecimento mental. Tal fato é apresentado como justificativa para a omissão do sofrimento psicológico, o que leva os policiais a resistirem, até o último momento, a reconhecerem o adoecimento e/ou a procurarem ajuda. Do grupo de policiais estudado, a maior parte dos transtornos mentais recorrentes na PMDF, no período analisado, diz respeito àqueles relacionados ao uso de álcool e/ou outras substâncias tóxicas, aos transtornos de adaptação relacionados ao estresse e aos transtornos depressivos e de ansiedade. Com menor frequência, verifica-se os transtornos da personalidade e o transtorno de pânico.

Em algumas situações, os discursos dos policiais, homens e mulheres, apresentaram o uso de recursos discursivos que dissimulavam o adoecimento mental, configurando uma tentativa de se afastarem do enquadre clínico de transtorno psicológico e rejeitarem que o adoecimento era de natureza psicológica. Essas articulações parecem revelar a necessidade de

manterem a imagem institucional e, socialmente, construída de super-herói, onipotente e invencível. Isso permitiu identificar o quanto os sujeitos performam para dissimular os transtornos mentais, convertendo-os em sintomas físicos, uma tentativa de se poupar dos estigmas que esses transtornos mentais recebem dentro da instituição policial.

Foi possível observar que os transtornos mentais relacionados ao uso de álcool e outras substâncias tóxicas têm maior ocorrência entre os homens, que descrevem a compulsão como alternativa para minimizar a ansiedade e reduzir as tensões advindas das relações sociais, familiares e profissionais. Pelas representações atribuídas, o consumo de substâncias tóxicas também funciona como recurso para socialização e integração, visto ser essa uma prática comum entre os militares. O efeito dessas substâncias favorece o relaxamento e a extroversão do consumidor, o que contribui para que os policiais encontrem nelas uma maneira de se sentirem suficientemente tranquilos para estabelecer relações interpessoais. Contrapondo as reclamações sobre as restrições de liberdade, o sentimento de perseguição e a sensação de ameaça, o consumo de substâncias tóxicas permite a falsa sensação de libertação dessas amarras, favorecendo a intensificação do consumo. Observa-se, ainda, que, nesses casos, a resistência em procurar ajuda é ainda maior, visto que o consumo de álcool e outras substâncias, na maioria das vezes, sequer é reconhecido pelos consumidores como um transtorno mental. Tal fato leva esses policiais a suportarem a doença aos seus estágios mais avançados.

Os transtornos mentais mais comuns entre as mulheres policiais entrevistadas incluem episódios de pânico, ansiedade, agressividade e irritabilidade excessivas, angústia, solidão e desespero. A representação do adoecimento, no discurso feminino, é marcada pelo traço das limitações que ele impõe sobre a mulher, a impossibilidade de realizar suas atividades e o comprometimento das suas relações sociais. O contexto de trabalho, marcado, expressivamente, pela masculinidade, redobra as exigências de uma *performance* contínua de defesa, pois as relações socioprofissionais favorecem as condições para os assédios e outras violências advindas do preconceito de gênero, encoberto, na instituição militar. A masculinidade também domina as condições de trabalho, ocasionando o desconforto da mulher no universo policial. Instalações, instrumentos, uniformes e outros aparatos do trabalho não são suficientemente inclusivos. Esse conjunto de fatores, associado às distintas jornadas de trabalho que vivenciam, parece tornar as mulheres mais vulneráveis ao sofrimento psicológico. No entanto, o discurso feminino revela ainda maior abertura para ressignificação do adoecimento e otimismo para a recuperação.

Quanto ao retorno ao trabalho após transtorno mental, identificou-se que ele é negativamente influenciado pelo estigma, institucional e social, atribuído à doença mental. Os

discursos, em sua maioria, são categóricos ao afirmar que o retorno ao trabalho na PMDF, depois de episódio de transtorno mental, é estigmatizado e de difícil reinserção. Uma série de atitudes, dos comandantes e dos colegas de trabalho, deslegitimam e inferiorizam o policial que retorna.

Discursivamente, entre os colegas de corporação, a mácula se materializa nas representações de preconceito, discriminação, rejeição, desconfiança e nomeação por meio de apelidos, como “doido”, “maluco”, “esponjinha”, “papudinho”, “gardenal”, “diazepam”, “enrolador” ou “enganador”. Como apresentado em outros estudos, é possível que comportamentos dessa natureza sejam justificados pela falta de conhecimento sobre transtornos mentais. Essas atitudes são significativamente prejudiciais para a melhoria da saúde psicológica daquele ou daquela que passou por um afastamento por transtorno mental. Elas reforçam o isolamento social, a apatia e a baixa estima, podendo incorrer em problemas de saúde mais complexos, como o suicídio. Apoiar a interação e o envolvimento dos colegas de trabalho nesse processo apresenta-se como alternativa simples com resultados expressivos para a recuperação psicológica e o bem-estar dos policiais.

No que se refere ao trato dos superiores, as manifestações de preconceito e discriminação são mais subjetivas, elas se materializam na apatia, na desconfiança, no distanciamento e na restrição das atividades dos policiais em relação àquilo que outrora faziam. Os discursos revelam, ainda, a negligência, a falta de iniciativa e o despreparo dos comandos e superiores para amenizar e tornar o retorno ao trabalho mais agradável. Ações dessa natureza não implicam investimentos de financeiro altos e, muitas vezes, a empatia no acolhimento, a preparação da equipe, a humanização da recepção já reduzem a ansiedade do retorno. Contrário a isso, em algumas situações, os discursos revelam que os superiores compartilham das práticas discriminatórias, aumentando o coro das ironias e chacotas depreciativas.

Os discursos do retorno ao trabalho revelam o receio dos policiais quanto às reações das equipes de trabalho, demonstrando que, além das dificuldades com a doença, os policiais ainda têm que enfrentar o constructo social que se faz dela. Observa-se que a discriminação que os próprios policiais faziam, ou ainda fazem, dos transtornos mentais contribui para essa apreensão. A singularidade dos sujeitos influencia na ressignificação que cada um faz do seu próprio adoecimento. A reação dos policiais reingressos, ao modo como são recepcionados, permeiam entre a tentativa de ignorar os fatos de rejeição, a angústia de ter que suportar e a frustração por não poder manifestar sua recuperação. O fato de a recuperação dos transtornos mentais não poder ser visualmente atestada, tende a levar os policiais a investirem em tentativas que demostrem que estão aptos para a função, o que demanda um longo espaço de tempo.

Outro elemento que se destaca nos discursos do retorno ao trabalho refere-se ao reingresso ao mesmo local e ao desenvolvimento das mesmas atividades. A divergência dos discursos demanda um olhar especial para o fato, uma vez que, no contexto do transtorno mental, retornar às mesmas condições de trabalho tanto pode acarretar melhor adaptação no retorno como pode agravá-lo ainda mais. Respeitadas as particularidades que a instituição possa apresentar, como restrições para realocação, dificuldades com seleção e ingresso de novos membros, limitações do contingente de policiais, entre outras justificativas, ouvir o policial antes do seu reingresso apresenta-se como ação elementar. Ignorar esse sujeito é desprezar todo o investimento feito em convênios com clínicas médicas, instalações de recuperação dos debilitados (como o CPQV), concessão de afastamentos e outras iniciativas que antecedem o retorno ao trabalho.

Foi possível observar que, quando existente, o suporte e apoio dos comandantes, a boa receptividade dos colegas e as interações interpessoais e comunicativas entre o policial que retorna e os membros da sua equipe apresentam-se como facilitadores do retorno ao trabalho. Contudo, no que tange ao suporte e apoio dos comandantes, os discursos descrevem que o manejo da gestão para o reingresso se vincula, quase exclusivamente, ao ajustamento de horários e ao afastamento das funções operacionais, o que não necessariamente implica uma adequação suficiente. Consideradas as individualidades, essas iniciativas podem não atender a todos os policiais. Ademais, verifica-se que os diálogos estabelecidos, entre superiores e subordinados, parecem dissimular o senso utilitário dos policiais, reforçando a culpabilização pelo adoecimento e a necessidade de superação, o que, subjetivamente, reforça a discriminação do adoecido.

No contexto do trabalho da PMDF, em sintonia com outros estudos em diferentes setores de atividades, os resultados desta pesquisa revelam que as relações de amizade e companheirismo, estabelecidas antes do afastamento do trabalho, servem de esteio para amenizar a ansiedade, a angústia e o sofrimento do retorno. Contudo, não se verifica esforços da gestão em incentivar ou prestigiar relações dessa natureza.

Como se observa ao longo do estudo, os resultados auferidos reverberam a relação direta entre a organização do trabalho militar, os conflitos interpessoais, a fragilização dos laços sociais e os abusos do poder, advindos do modelo hierárquico tradicional como desencadeadores do adoecimento mental e dificultadores para o retorno ao trabalho. Verifica-se a influência e o potencial ameaçador desses elementos na subjetividade e na fragilização da identidade do trabalhador. Para além dos aspectos físicos e estruturais, a subjetividade é agredida: pela falta de autonomia e a insatisfatória participação nas decisões sobre o seu próprio trabalho; pelas distorções vivenciadas ao longo do tempo de dedicação ao trabalho, que acabam gerando frustrações em relação às expectativas de sucesso e realização profissional criadas; e

pela pouca valorização do trabalhador e a realização de um trabalho sem visibilidade, levando ao desgaste e ao adoecimento mental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tentativa aqui realizada desloca o policial das estatísticas que descrevem o aumento da violência e da agressividade policial, não sem razão, tão explorada e popularizada midiaticamente. Tirar o policial do foco desse olhar é atentar para sua humanidade, suas fragilidades e sua impotência frente a uma ocupação que se insere entre as mais degradantes, quando comparada a outras profissões. Iniciativas dessa natureza ajudam a preencher a lacuna dos Estudos Organizacionais, muitas vezes taxados por (re)produzir apenas conhecimentos técnicos advindos, em sua maioria, do *mainstream* internacional (Paula, 2001, 2015) ou, como apresentam Alcadipani e Rosa (2010), que visam descolonizar o campo científico e deslocar o olhar do pesquisador para as margens do contexto, de forma a privilegiar o lugar de enunciação do subalterno.

Os estigmas da doença mental aparecem como dificultadores para o enfrentamento do adoecimento e para retorno ao trabalho, levando o policial a se culpabilizar pelo transtorno adquirido. A falta de reconhecimento do transtorno mental, o ceticismo dos superiores em relação ao adoecimento, as atitudes preconceituosas dos colegas de trabalho e a falta de apoio da gestão acabam agravando os problemas. O estigma inibe as pessoas a procurarem ajuda e se utilizarem dos serviços de saúde mental, considerando que assim estariam evitando o rótulo de doente mental, que impacta o seu senso de identidade policial e o destitui do mito de herói, construído sobre um ideal de ego totalmente devotado à polícia.

Verifica-se que o retorno ao trabalho após afastamento por transtornos mental, no contexto do trabalho da PMDF, encontra-se cheio de carências e deficiências. A preocupação com o processo de reinserção no trabalho e as relações interpessoais, considerando o despreparo dos agentes e os estigmas que perfazem o adoecimento mental, demanda a criação de políticas e práticas organizacionais bem delineadas, incluindo o desenvolvimento de processos pedagógico de educação em saúde mental, que envolvam oficiais, praças e demais agentes que lidam com a situação. Os discursos revelam a inexistência de qualquer programa, política ou procedimento para o reingresso de policiais afastados por transtorno mental. Em uma instituição que tanto preza por regulações normativas, procedimentos e códigos de conduta, a ausência de procedimento ou regulamentação para o fato eoca, discursivamente, como um modo de negligenciar a ocorrência dele.

As deficiências da PMDF em relação à saúde mental dos seus policiais não se vinculam apenas ao retorno ao trabalho. Reconhecidas as iniciativas, como o CPQV, que acolhe

programas específicos de valorização do sujeito, ao se considerar o expressivo número de atendimentos psiquiátricos e psicológicos, negadas as subnotificações (porque muitos policiais não procuram atendimento interno), faz-se necessário o repensar de ações que se voltem para a saúde mental dos policiais. O que se percebe é que, no contexto do trabalho policial, visto como altamente agressivo psicologicamente, a saúde mental deve ser tratada a partir de um ciclo de ações, que envolve iniciativas de prevenção, acompanhamento, tratamento, afastamento e reinserção do policial no seu espaço de trabalho. Nesse processo, verifica-se que o retorno ao trabalho se apresenta como o elo mais deficiente da cadeia, o que acaba por comprometer todas as demais iniciativas.

O processo de reinserção no trabalho depois de transtorno mental envolve aspectos que ultrapassam a pauta da utilidade, do desempenho e da aptidão. Muito além do olhar para o “recurso humano”, o retorno ao trabalho deve ser pensado em função da existência humana do sujeito, que, depois de um episódio de adoecimento, se vê novamente útil para a organização, para a sociedade e para si. O desencontro desses olhares põe em risco as possibilidades de recuperação, de um indivíduo já tão sofrido pelo percurso do assujeitamento.

Ocupar-se dos cuidados da PMDF com a saúde mental dos seus policiais assume amplitude maior do que uma posição crítica ao contexto do trabalho na instituição, mas apresenta-se como elemento que deve compor pauta da agenda do Distrito Federal, bem como ser alvo de um exercício contínuo da corporação. A exposição frequente desses agentes a eventos potencialmente traumáticos, que exercem forte pressão psicológica e exigem a tomada de decisão instantânea, favorece o adoecimento psicológico e pode contribuir para o desencadeamento de atitudes nocivas contra si e contra a sociedade.

Atento à singularidade de cada indivíduo, é possível que episódios de ataques contra a sociedade, como os abusos policiais, o uso indevido da força e o disparo de arma de fogo como alternativa única de resolução de conflitos, venham a ser provenientes de desequilíbrio mental dos profissionais, que são colocados nas ruas em nome da ordem pública. Policiais adoecidos mentalmente, dispostos a combater a violência, podem se tornar os principais provocadores dessa mesma violência.

Ponderadas as reflexões e contribuições deste estudo, não se pode negar a ocorrência das suas limitações que, de alguma forma, acabam por comprometer os resultados. Entre essas, duas assumem caráter essencial, são elas: o volume de dados gerados e coletados e a pouca experiência do pesquisador com a ADC.

O número de entrevistas, as notas de campo, a pesquisa documental e os recortes jornalísticos geraram um volume de dados que, embora contribuam para a maior apropriação

do conhecimento, dificultaram a análise, visto a abrangência da temática. Nesse sentido, para dar maior profundidade às análises, fez-se necessário desprezar algumas dessas fontes, reservando-as para futuras pesquisas.

A abordagem teórico-metodológica da ADC exige um olhar minucioso, criterioso e detalhado dos diferentes aspectos que perfazem o texto. A diversidade de interpretações, a identificação e variabilidade de categorias analíticas e a variedade de conceitos e linhas teóricas são elementos que exigem do pesquisador uma afinidade muito grande com a teoria como técnica, assim, a pouca experiência tende a deixar lacunas reparáveis apenas depois de novos olhares.

Ao articular as relações da saúde mental e retorno ao trabalho depois de transtorno mental no contexto do trabalho policial da PMDF, verifica-se a complexidade do tema e a ainda pouca discussão na academia, especialmente à luz de Estudos Organizacionais críticos e da Sociologia Clínica. Embora os seus reflexos atinjam uma variedade de setores e agentes sociais, o fenômeno ainda carece de muitas reflexões.

Considerando a parcialidade do olhar desta pesquisa para os agentes policiais, que protagonizam o sofrimento mental e se sujeitam ao retorno ao trabalho, novas pesquisas podem se orientar para o olhar do comando militar, da junta médica ou dos colegas de trabalho sobre a problemática dos transtornos mentais no contexto do trabalho da PMDF. Questões relacionadas às alternativas de cuidado com a saúde mental dos policiais; negligência às violências morais institucionalizadas; uso inapropriado e abusivo do poder; fatores incentivadores dos conflitos interpessoais; viabilidade de implementação de políticas de retorno ao trabalho, entre outras temáticas, que emergiram deste estudo, apresentam-se como importantes aspectos a serem trabalhados em estudos futuros. É possível que a integração de resultados de pesquisas dessa natureza tende a revelar a disparidade na percepção dos agentes, fomentando novas possibilidades para a mudança social.

Sem considerar completa, dada a variedade de elementos que ainda latejam em mente como possibilidade de novas discussões, à guisa de conclusões, considera-se que esta tese responde aos objetivos propostos e enriquece o campo de estudos sobre saúde mental e trabalho. Os achados revelam que o contexto do trabalho policial, descrito pela organização do trabalho, suas condições e relações socioprofissionais, compromete a saúde mental dos policiais da PMDF. Da mesma forma, a falta de políticas ou ações institucionalizadas de atenção ao trabalhador, quando do retorno ao trabalho após transtorno mental, desqualifica qualquer investimento realizado antes ou durante o afastamento do trabalho.

Frente à variedade de elementos que apontam o contexto do trabalho militar como um

dos responsáveis pelo adoecimento psíquico na polícia, e ciente das dificuldades encontradas pelo policial quando do seu retorno ao trabalho, é possível que os resultados desta tese despertem na PMDF a necessidade de repensar suas práticas. É possível que essas reflexões contribuam para mudança social do trabalho policial e permita que toda a sociedade goze de um serviço policial mais seguro e qualificado.

REFERÊNCIAS

- Adler, P. S. (2003). Toward collaborative interdependence: A century of change in the organization of work. In B. E. Kaufman, R. A. Beaumont, R. B. Helfgott (Eds.), *Industrial Relations to Human Resources and Beyond: The Evolving Process of Employee Relations Management* (pp. 353-399). M. E. Sharp, Armonk, NY.
- Adler, P. S., & Borys, B. (1996). Two Types of Bureaucracy: Enabling and Coercive. *Administrative Science Quarterly*, 41(1), 61. doi:10.2307/2393986
- Adler, P. S., Forbes, L., & Willmott, H. (2007). Critical management studies. *Academy of Management Annals*, 1(1), 119-179.
- Alcadipani, R., & Rosa, A. R. (2010). O pesquisador como o outro: uma leitura pós-colonial do “Borat” Brasileiro. *Revista de Administração de Empresas*, 50(4), 371-382. doi: 10.1590/S0034-75902010000400003
- Alencar, M. C. B., & Valença, J. B. M. (2016). Afastamento do Trabalho e funcionalidade: o caso de trabalhadores adoecidos por doenças da coluna lombar. *Cad. Ter. Ocup.*, 24(4), 755-763.
- Almeida, C. V. R. de. (2012). “Manda quem pode, obedece quem (não) tem juízo” – corpo, adoecimento mental e intersubjetividade na Polícia Militar goiana (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, Goiânia.
- Alves, J., Bendassolli, P., & Gondim, S. (2017). Trabalho emocional e burnout : um estudo com policiais militares. *Avances em Psicología Lationamericana*, 35(3), 459-472.
- Alves, V. M. et al. (2015). Suicidal ideation and chronotype assessment in nurses and police officers. *Medical Express (São Paulo, online)*, 2(3).
- Alvesson, M., & Deetz, S. (1998). Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In R. Stewart, C. H. Clegg, & R. N. Walter (Orgs.), *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas.
- Amarante, P. (2007). *Saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2007. 120 p.
- Ambrósio, G. (2019). *Perícia psicológica na Justiça do Trabalho: o problema do nexos causal entre o transtorno mental e o trabalho* (Tese Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ames, G. M., Cunradi, C. B., Moore, R. S., & Stern, P. (2007). Military Culture and Drinking Behavior Among U.S. Navy Careerists. *Journal of Studies on Alcohol and Drugs*, 68(3), 336-344. doi: 10.15288/jsad.2007.68.336
- Amorim, A. L. M. do., & Brüning, C. (2015). A influência de Maurício Tragtenberg na obra da primeira geração de pesquisadores nos Estudos Organizacionais críticos brasileiros. *Cad. EBAPE.BR*, 13(3).
- Anchieta, V. C. C., & Galinkin, A. L. (2005). Policiais civis: representando a violência. *Psicologia & Sociedade*, 17(1), 17-28.
- Andersén, Å., Ståhl, C., Anderzén, I., Kristiansson, P., & Larsson, K. (2017). Positive experiences of a vocational rehabilitation intervention for individuals on long-term sick

- leave, the Dirigo project: A qualitative study. *BMC Public Health*, 17(1), 1-11. Recuperado de <https://doi.org/10.1186/s12889-017-4804-8>
- Andersen, M. F., Nielsen, K., & Brinkmann, S. (2014). How do workers with common mental disorders experience a multidisciplinary return-to-work intervention? A qualitative study. *Journal of Occupational Rehabilitation*, 24(4), 709-724. doi:10.1007/s10926-014-9498-5
- Andrade, E. R., Souza, E. R., & Minayo, M. C. de S. (2009). Intervenção visando a auto-estima e qualidade de vida dos policiais civis do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(1), 275-285. doi: 10.1590/s1413-81232009000100034.
- Andrade, G. O., & Dantas, R. A. A. (2015). Transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho em médicos anesthesiologistas. *Revista Brasileira de Anestesiologia*, 65(6), 504-510. doi: 10.1016/j.bjane.2013.03.021
- Antunes, E. J. F. (2019). *A hierarquia na polícia militar do estado do Rio de Janeiro: uma análise crítica de seus impactos na saúde* (Dissertação de mestrado). Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro.
- Antunes, R. (1995). *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez; Campinas, Unicamp. 40 p.
- Antunes, R. (2003). O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. *Trabalho, Educação e Saúde*, 1(2), 229-237.
- Antunes, R. (2006). As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In M. O. S. Silva, & M. C. Yazbek, (Org.), *Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Cortez; São Luiz: FAPEMA.
- Antunes, R. (2012). La nueva morfología del trabajo y sus principales tendencias: informalidad, infoproletariado, (in)materialidad y valor. *Sociología del Trabajo*, 74, 47-68.
- Antunes, R. (2014). Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. *Estudos Avançados*, 28(81), 39-53.
- Antunes, R., & Praun, L. (2015). A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Serviço Social & Sociedade*, (123), 407-427. doi: 10.1590/0101-6628.030
- Antunes, R., & Braga, R. (Org.). (2009). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R., & Praun, L. (2015). A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Serviço Social & Sociedade*, (123), 407-427. doi: 10.1590/0101-6628.030
- Anuário Estatístico da Previdência Social (2017). Ministério da Fazenda, Secretaria de Previdência, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – Ano 1 (1988/1992). Brasília: MF/DATAPREV.
- Apostolopoulos, Y., Sönmez, S., Hege, A., & Lemke, M. (2016). Work Strain, Social Isolation and Mental Health of Long-Haul Truckers. *Occupational Therapy in Mental Health*, 32(1), 50-69. doi: 10.1080/0164212x.2015.1093995
- Aragão, M. S. S. (2014). Variações Regionais e Sociais de Bêbado e Aguardente nas Capitais do Nordeste: dados da ALiB (Atlas Linguístico do Brasil – ALiB). In Jornada Nacional do GELNE, 25, Natal, RN. *Anais....* Natal, RN: EDUFRN.
- Arantes, P. E. (2011). Sale boulot: uma janela sobre o mais colossal trabalho sujo da história: uma visão no laboratório francês do sofrimento social. *Tempo Social*, 1(23), 31-66.

- Araújo, J. N. G. (2009). Qualidade de vida no trabalho: controle e escondimento do mal-estar do trabalhador. *Trabalho, Educação e Saúde*, 7(3), 573-585.
- Araújo, J. N. G. (2010). Trabalho e Temporalidade. *Cadernos de psicanálise – Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro*, 26 (29), 35-69.
- Archambault, E., Cété, G., & Gingras, Y. (2003). Bibliometric Analysis of Research on Mental Health in the Workplace in Canada, 1991-2002. Centre interuniversitaire de recherche sur la science et la technologie.
- Argenta, J. S. (2018). *A construção discursiva do vínculo terapêutico na Estratégia de Saúde da Família (ESF) em Sobral, Ceará* (Dissertação de Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília.
- Ashford, B. E., & Kreiner, G. E. (1999). How Can You Do It?': Dirty Work and the Challenge of Constructing a Positive Identity. *The Academy of Management Review* 24(3), 413-434.
- Ashforth, B. E., & Kreiner, G. E. (2014). Dirty work and dirtier work: Differences in countering physical, social, and moral stigma. *Management and Organization Review*, 10(1), 81-108.
- Ashforth, B. E., Kreiner, G. E., Clark, M. A., & Fugate, M. (2007). Normalizing dirty work: Managerial tactics for countering occupational taint. *The Academy of Management Journal*, 50(1), 149-174.
- Assis, M. de. (2004). Contos: uma antologia. Vol. 1. Sao paulo: Companhia das letras. 2ª ed. 401-410.
- Assis, A. C. P. (2016). *Compreensão do sentido de ser professor readaptado por transtornos psíquicos à luz da fenomenologia heideggeriana* (Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- Aubert, N. (2001). A neurose profissional. In J-F., Chanlar. (Org.), *O Indivíduo na Organização: Dimensões Esquecidas* (pp. 163-193). São Paulo: Atlas.
- Aubert, N., & Gaulejac, V. de. (1991). *Le coût de l'excellence*. Paris: Éditions du Seuil.
- Aubert, N., & Gaulejac, V. de. (2007). *Le coût de l'excellence*. Paris: Seuil.
- Baasch, D., Trevisan, R. L., & Cruz, R. M. (2017). Perfil epidemiológico dos servidores públicos catarinenses afastados do trabalho por transtornos mentais de 2010 a 2013. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(5), 1641-1650. doi: 10.1590/1413-81232017225.10562015
- Baierle, T., & Merlo, A. (2008). Saúde mental e subjetividade no trabalho de uma guarda municipal: Estudo em psicodinâmica do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 11(1), 69-81
- Bárbaro, A., Robazzi, M., Pedrão, L., Cyrillo, R., & Suazo, S. (2009). Transtornos mentais relacionados ao trabalho: revisão de literatura. *SMAD Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool E Drogas (Edição Em Português)*, 5(2), 1-18. doi: 10.11606/issn.1806-6976.v5i2p1-18
- Bareicha, P., & Nunes, C. G. (2017). Sociologia, educação e abordagem clínica de jovens em conflito com a lei de drogas (Lei 11.343/06): qual o futuro dos grupos socioeducativos? *Anais do 18º Congresso Brasileiro de Sociologia*, Universidade de Brasília.
- Barreto, C. R., Kusterer, L. L., & Carvalho, F. M. (2019). Work ability of military police officers. *Rev. Saúde Pública*, 53(30). doi: 10.11606/s1518-8787.2019053001014
- Barreto, M. M. S. (2003). *Violência, saúde e trabalho: uma jornada de humilhações*. São Paulo: Educ.

- Barros, A. C. J., & Ribeiro, M. A. (2014). A empresa-mãe protetora (re)vela uma dimensão perversa. *Boletim de Psicologia*, 63(139), 129-145.
- Barros, S. M. de. (2015). *Realismo crítico e emancipação humana* – contribuições ontológicas e epistemológicas para os estudos críticos do discurso. Coleção: Linguagem e Sociedade. v. 11. Campinas, SP: Pontes Editores.
- Barros, V. A. & Silva, L. R. (2002). A pesquisa em História de Vida. In I. B. Goulart (Org.), *Psicologia Organizacional e do Trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos* (pp. 134-158). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bastien, M. F., & Corbière, M. (2019). Return-to-Work Following Depression: What Work Accommodations Do Employers and Human Resources Directors Put in Place? *J Occup Rehabil*, 29(2), 423-432. doi: 10.1007/s10926-018-9801-y.
- Batista, A. S., & Codo, W. (2018). Dirty Work and Stigma. *Revista de Estudos Sociais [Online]*, 63. Recuperado de <http://journals.openedition.org/revestudsoc/1263>
- Baudrillard, J. (1995). *A sociedade de consumo*. 2. ed. Lisboa: Edições 70.
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. E. (2017). *Qualitative Research with Text, Image and Sound: A Practical Manual*. Vozes: Petrópolis, Brazil.
- Bauman, Z. (2009). *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Beato, C. (2010). Reinventando a polícia: A implementação de um programa de policiamento comunitário. *Secretaria Pública & Cidadania, Brasília*, 3(1), 91-100.
- Béhar, A. H. (2019). Meritocracia enquanto ferramenta da ideologia gerencialista na captura da subjetividade e individualização das relações de trabalho: Uma reflexão crítica. *Revista Organizações & Sociedade*, 26(89), 249-268. doi: 10.1590/1984-9260893
- Bendassolli, P. F. (2007). O mal-estar na sociedade de gestão – E a tentativa de gestão do mal-estar. In V. de, Gaulejac. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social* (pp. 7-22). Aparecida, SP: Ideias & Letras.
- Bendassolli, P. F. (2011). Mal-estar no trabalho: do sofrimento ao poder de agir. *Revista Mal-Estar E Subjetividade*, 11(1), 65-99.
- Bendassolli, P. F., & Soboll, L. A. P. (2011). Clínicas do trabalho: filiações, premissas e desafios. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 14(1), 59-72.
- Berg, A. M., Hem, E., Lau, B., & Ekeberg, O. (2006). Help-Seeking in the Norwegian Police Service. *Journal of Occupational Health*, 48(3), 145-153. doi: 10.1539/joh.48.145
- Berg, B. L. (2007). *Qualitative research methods for the social sciences*. London: Pearson.
- Bertolote, J. M. (2010). *Glossário de álcool e drogas*. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.
- Bezerra, C. M. (2012). *Estresse ocupacional auto atribuído em mulheres policiais militares da cidade do Rio de Janeiro* (Dissertação de mestrado). FIOCRUZ/ENSP, Rio de Janeiro.
- Bezerra, C. M., Minayo, M. C. de S., & Constantino, P. (2013). Estresse ocupacional em mulheres policiais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(3), 657-666. doi: 10.1590/S1413-81232013000300011
- Bhatia, K. M., & Pandit, N. (2017). Prevalence of Chronic Morbidity and Sociodemographic Profile of Police Personnel – A Study from Gujarat. *Journal of Clinical and Diagnostic Research*, 11(9), LC06-LC09. doi: 10.7860/jcdr/2017/27435.10586

- Bittencourt, E., & Carrieri, A. (2005). Responsabilidade social: ideologia, poder e discurso na lógica empresarial. *Revista de Administração de Empresas*, 45(spe), 10-22. doi: 10.1590/S0034-75902005000500001
- Borges, A. A. (2013). Polícia e saúde: entrevista com o Diretor Geral de saúde da polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(3), 677-679.
- Borges, L. F. (2016). Mesmo com o sacrifício da própria vida: prazer e sofrimento no trabalho entre policiais militares do DF (Dissertação de Mestrado em Administração). Universidade de Brasília, Brasília.
- Borsoi, I. C. F. (2007). Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental. *Psicol Soc.*, 19(1), 103-111.
- Bosmans, K., Mousaid, S., Cuyper, N. de, Hardonk, S., Loucks, F., & Vanroelen, C. (2016). Dirty work, dirty worker?. *Stigmatisation and coping strategies among domestic workers. Journal of Vocational Behavior*, 92, 54-67.
- Bracken, P., & Thomas, P. (2005). *Postpsychiatry: Mental Health in a Postmodern World*. Oxford: OUP.
- Braga, R. (2009). *A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo*. In: In. Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. Ed. Boitempo. São Paulo.
- Braga, W. D. (2002). *Mediação do Trabalho e Consentimento Operário: a apropriação produtiva de C&T na mídia eletrônica*. Página Eletrônica da Eca Usp Alaic, São Paulo.
- Brasil. (1936). Lei nº 192, de 17 de Janeiro de 1936. Reorganiza, pelos Estados e pela União, as Policias Militares sendo consideradas reservas do Exército. *Diário Oficial da União*, col. 1, 19036.
- Brasil. (1984). Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984. Dispõe sobre o estatuto dos policiais-militares da policia militar do distrito federal e da outras providencias. *Diário Oficial da União, Seção 1*, 19036.
- Brasil. (1986). Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986. Altera a Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Seção 1*, 6893.
- Brataas, H. V., & Evensen, A. E. (2016). Life stories of people on sick leave from work because of mild mental illness, pain and fatigue. *Work*, 53(2), 285-291. doi: 10.3233/WOR-152106
- Braz, M. V. (2018). *Paradoxo gerencialista e hiperperformance: sobre os laços psicológicos e ideológicos nas organizações multinacionais* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo.
- Brown, J., & Fielding, J. (1993). Qualitative differences in men and women police officers' experience of occupational stress. *Work & Stress*, 7(4), 327-340. doi: 10.1080/02678379308257072.
- Burgi, B. (2011). Work and Narrative Identity: Social Anomie in Contemporary Europe. *Síntese Filosófica*, 51(1), 93-103.
- Burrell, G., & Morgan, G. (1979). Sociological Paradigms and Organisational Analysis. *Sociology*, 14(2), 332-333. doi: 10.1177/003803858001400219
- Calazans, M. E. (2005). Polícia e gênero no contexto das reformas policiais. *La Salle – Revista de Educação, Ciência e Cultura, Canoas*, 10(2).

- Caldas, M. P. (2005). Paradigmas em Estudos Organizacionais: Uma Introdução à Série. *Revista de Administração de Empresas, São Paulo*, 45(1), 53-57.
- Campos, E. A. (2005). O alcoolismo é uma doença contagiosa? Representações sobre o contágio e a doença de ex-bebedores. *Ciênc. Saúde Coletiva*, 10, suppl., 267-78.
- Cantelli, E. F., Motta, F., & Castro, M. C. A. (2010). Gerenciamento do estresse em servidores da Segurança Pública: Pesquisa sobre intervenções institucionais em Santa Catarina. *Segurança & Sociedade*, 1, 153-170.
- Cardoso, I.; Nummer, F. (2018). Estigma e Adoecimento na Polícia Militar do Pará. *Política & Trabalho*, 49, 227-245.
- Carleton, R. N., Afifi, T. O., Turner, S., Taillieu, T., LeBouthillier, D. M., Duranceau, S., . . . Asmundson, G. J. G. (2018). Ideação suicida, planos e tentativas entre o pessoal de segurança pública no Canadá. *Canadian Psychology / Psychologie canadienne*, 59(3), 220-231. doi: 10.1037/cap0000136
- Carlsen, B., & Glenton, C. (2011). What about N? A methodological study of sample-size reporting in focus group studies. *BMC Medical Research Methodology*, 11, Article 26. doi: 10.1186/1471-2288-11-26.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- Castro, C. (1990). O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Castro, M. C. d'A. de. (2012). *Prevalência de transtornos mentais e comportamentais e percepção de suporte familiar em policiais civis* (Dissertação de mestrado – Programa de Pós-graduação em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Castro, M. C. d'A. de. (2016). *Trabalho do policial civil e afastamento por transtornos mentais* (Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Castro, M. C. d'A. de, & Cruz, R. M. (2015). Prevalência de Transtornos Mentais e Percepção de Suporte Familiar em Policiais Civis. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(2), 271-289.
- Cavadinha, S. L. T. (2016). *Violências, relações de gênero e poder: efeitos do trabalho sobre subjetividades e saúde mental de policiais militares* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Cellard, A. (2008). A análise documental. In J. Poupart et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes.
- Chanlat, J. F. (1996). *O Indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. v. I. São Paulo: Atlas.
- Chanlat, J. F. (2011). O desafio social da gestão: a contribuição das ciências sociais. In P. Bendassolli, & L. Soboll (Orgs.). *Clínicas do Trabalho*. São Paulo: Atlas.
- Chizzotti, A. (2006). *Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais*. 3. ed. Petrópolis: Vozes.
- Chopko, B. A., Palmieri, P. A., & Facemire, V. C. (2014). Prevalence and predictors of suicidal ideation among U.S. law enforcement officers. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 29(1), 1-9.
- Chouliaraki, L., & Fairclough, N. (1999). *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh University Press.

- Codo, W. (1988). *Saúde mental e trabalho: uma urgência prática*. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília.
- Codo, W., Soratto, L., & Menezes, V. I. (2004). Saúde mental e trabalho. In J. C. Zanelli, J. E. B. Andradre, & A. V. B. Bastos (Org.), *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil* (pp. 276-299). Porto Alegre: Artmed.
- Coleta, A., & Coleta, M. (2008). Fatores de estresse ocupacional e coping entre policiais civis. *Psico-USF*, 13(1), 59-68. doi: 10.1590/S1413-82712008000100008
- Collins, P. A., & Gibbs, A. C. C. (2003). Stress in police officers: a study of the origins, prevalence and severity of stress-related symptoms within a county police force. *Occupational Medicine*, 53(4), 256-264. doi: 10.1093/occmed/kqg061
- Conceição, A. C., & Souza, E. R. (2013). Morbimortalidade de Mulheres Policiais Militares. *Cadernos de Segurança Pública*, 5(04).
- Conselho Nacional de Saúde (CNS). (2016). Resolução nº 510 do Conselho Nacional de Saúde, de 07 de abril de 2016. Ética na Pesquisa na área de Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da União, seção 1*, 44-46.
- Corbière, M., Renard, M., St-Arnaud, L., Coutu, M. F., Negrini, A., Sauvé, G., & Lecomte, T. (2015). Union Perceptions of Factors Related to the Return to Work of Employees with Depression. *Journal of Occupational Rehabilitation*, 25(2), 335-347. doi: 10.1007/s10926-014-9542-5
- Corbière, M., Bergeron, G., Negrini, A., Coutu, M. F., Samson, E., Sauvé, G., & Lecomte, T. (2018). Employee perceptions about factors influencing their return to work after a sick-leave due to depression. *Journal of Rehabilitation*, 84(3), 3-13.
- Cortez, P. A., Souza, M. V. R., Amaral, L. O., Silva, L. C. A. (2017). A saúde docente no trabalho: apontamentos a partir da literatura recente. *Cad Saude Coletiva*, 5(1), 113-22. doi: 10.1590/1414-462x20170001000
- Costa, I. F. (2005). *Polícia e Sociedade*. Gestão de Segurança Pública, Violência e Controle Social. Ed., Salvador: EDUFBA.
- Costa Júnior, J. B. da. (2012). *A interface entre educação e mercado: uma análise crítica das mudanças socioculturais no contexto educacional*. (Dissertação de Mestrado em Linguística Aplicada; Literatura Comparada). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Costa, M. Accioly Júnior, H., Oliveira, J., & Maia, E. (2007). Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. *Revista Panamericana de Salud Pública, Washington* 21(4), 217-222.
- Costa, S. H. N., Cunha, L. C. D., Yonamine, M., Pucci, L. L., Oliveira, F. G. F., Souza, C. G. D., ... & Leles, C. R. (2010). Survey on the use of psychotropic drugs by twelve military police units in the municipalities of Goiânia and Aparecida de Goiânia, state of Goiás, Brazil. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 32(4), 389-395. doi: 10.1590/S1516-44462010005000023
- Costa-Rosa, A. da. (2013). *Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica: contribuições a uma Clínica Crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva*. São Paulo: Editora Unesp.
- Crespin, R., Lhuilier, D., & Lutz, G. (2017). *Se doper pour travailler?* Toulouse: Eres (à paraître).

- Cummins, I., & King, M. (2016). ‘Drowning in here in his bloody sea’: exploring TV cop drama's representations of the impact of stress in modern policing. *Policing and Society*, 27(8). doi: 10.1080/10439463.2015.1112387.
- D’Amato, A., & Zijlstra, F. (2010). Toward a climate for work resumption: The nonmedical determinants of return to work. *Journal of Occupational and Environmental Medicine*, 52(1), 67-80. doi: 10.1097/JOM.0b013e3181c75291
- Davey, J. D., Obst, P. L., Sheehan, M. C. (2000). Work demographics and officers’ perceptions of the work environment which add to the prediction of at risk alcohol consumption within an Australian police sample. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, 23(1), 69-81.
- Davies, M., & L. Ravelli. (1992). *Advances in systemic linguistics: recent theory and practice*. London: Pinter.
- De Camargo, C. R. (2019). “You feel dirty a lot of the time”: Policing “dirty work”, contamination and purification rituals. *International Journal of Police Science & Management*. doi: 10.1177/1461355719864365
- Deery, S., Kolar, D., & Walsh, J. (2019). O trabalho sujo pode ser satisfatório? Um Estudo de Método Misto de Trabalhadores Fazendo Trabalhos Sujos. *Trabalho, Emprego e Sociedade*, 33(4), 631-647. doi: 10.1177/0950017018817307
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia leal Ferreira. 5. ed. São Paulo: Cortez-Oboré.
- Dejours, C. (2007). *A Banalização da Injustiça Social*. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Dejours, C. (2008). Alienação e clínica do trabalho. In S. Lancman, L. Sznelwar (Orgs.), *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C., & Bègue, F. (2010). *Suicídio e trabalho: o que fazer?* Brasília: Paralelo 15.
- Deschamps, F., Paganon-Badinier, I., Marchand, A. C., & Merle, C. (2003). Sources and assessment of occupational stress in the police. *Journal of Occupational Health*, 45, 358-364.
- Deschênes, A.-A., Desjardins, C., & Dussault, M. (2018). Psychosocial factors linked to the occupational psychological health of police officers: Preliminary study. *Cogent Psychology*, 5(1). doi: 10.1080/23311908.2018.1426271
- Dewa, C. S., Loong, D., Bonato, S., & Joosen, M. C. (2015). The effectiveness of return-to-work interventions that incorporate work-focused problem-solving skills for workers with sickness absences related to mental disorders: a systematic literature review. *BMJ Open*, Jun 15, 5(6), e007122. doi: 10.1136/bmjopen-2014-007122
- Dewa, C. S., Trojanowski, L., Joosen, M. C. W., & Bonato, S. (2016). Diretrizes das melhores práticas do empregador para o retorno ao trabalho dos trabalhadores com licença por incapacidade relacionada ao transtorno mental: uma revisão sistemática. *The Canadian Journal of Psychiatry*, 61(3), 176-185. doi: 10.1177/0706743716632515
- Dias, C. A., Alves, S. T. J., Paula, P. P., & Coura, K. V. (2017). Saúde Mental e Trabalho: Produção do Conhecimento e o Estado da Arte. In *Encontro Nacional de Estudantes de Graduação em Administração*, 2017, São Paulo. XLI Encontro da ANPAD - EnANPAD.
- Dick, P. (2005). Dirty work designations: How police officers account for their use of coercive force. *Human Relations*, 58(11), 1363-1390. doi: 10.1177/0018726705060242

- Doki, S., Sasahara, S., Oi, Y., & Matsuzaki, I. (2016). A survey of support systems for return to work in Japanese companies: a cross-sectional study. *Industrial Health*, 54(6), 564-572. doi: 10.2486/indhealth.2015-0185
- Dombroski, M. (2017). *Changing police culture: raising awareness of the importance of mental health* (Master of Arts in Administration of Justice). University of Alaska Fairbanks. Recuperado de <http://hdl.handle.net/11122/8010>.
- Druck, G. (2011). Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? Caderno *CRH*, 24(spe1), 37-57. doi: 10.1590/S0103-49792011000400004.
- Dujarier, M. (2009). Une analyse sociologique des discours sur la souffrance au travail. In T. Périlleux & J. Cultiaux (Orgs.). *Dans destins politiques de la souffrance* (pp. 119-132). Toulouse, FR: Eres. doi: 10.3917/eres.peril.2009.01.0119
- Dunstan, D., Mortelmans, K., Tjulin, Å., & MacEachen, E. (2015). O papel dos colegas de trabalho no processo de retorno ao trabalho. *International Journal of Disability Management*, 10, E2. doi: 10.1017/idm.2015.2
- Dutra, R. A., & Barbosa, E. (2009). Uso de medicamentos ansiolíticos em Policiais Militares. *Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública*, 2(1), 2-7. doi: 10.29377/rebsp.v2i1.82
- Eagleton, T. (1997). *Ideologia*. São Paulo: Boitempo.
- Edwards, A., Kotera, Y. (2020). Saúde Mental na Força Policial do Reino Unido: uma investigação qualitativa sobre o estigma com doenças mentais. *Int J Ment Health Addiction*. doi: 10.1007/s11469-019-00214-x
- Edwards, R. (1979). *Contested Terrain: the transformation of the workplace in the 20th century*. New York: Basic Books, 1979.
- Elraz, H. (2017). Identity, mental health and work: How employees with mental health conditions recount stigma and the pejorative discourse of mental illness. *Human Relations*, 71(5), 722-741. doi: 10.1177/0018726717716752
- Enriquez, E. (1991). *Da Horda ao estado: psicanálise do Vínculo Social*. Zahar. Rio de Janeiro: Zahar.
- Enriquez, E. (1995). Vidas psíquicas e organizações. *Organizações E Sociedade*, 3(4), 75-93.
- Enriquez, E. (1997a). O indivíduo preso na armadilha da estrutura estratégica. *Revista de Administração de Empresas*, 37(1), 18-29. doi: 10.1590/S0034-75901997000100003
- Enriquez, E. (1997b). *A organização em análise*. Petrópolis, Vozes.
- Enriquez, E. (2001). O vínculo grupal. In A. Lévy, A. Nicolai, E. Enriquez, & J. Dubost (Orgs.), *Psicossociologia. Análise Social e Intervenção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- Enriquez, E. (2007). *As figuras do poder*. São Paulo: Via Lettera Editora e Livraria.
- Enriquez, E. (2013). Le travail, essence de l'homme ? Qu'est-ce que le travail ? *Nouvelle Revue de Psychosociologie*, 15(1), 253-272. doi: 10.3917/nrp.015.0253
- Enriquez, E. (2014). O trabalho, essência do homem? O que é o trabalho? *Cad. Psicol. Soc. Trab., São Paulo*, 17(1), 163-176 doi: 10.11606./issn.19810490.v17ispe1p163-176
- Ervasti, J., Joensuu, M., Pentti, J., Oksanen, T., Ahola, K., ..., Virtanen, M. (2017). Prognostic factors for return to work after depression-related work disability: a systematic review and meta-analysis. *J. Psychiatr. Res.*, 95, 28-36.

- Etherington, K. (2004). *Becoming a reflexive researcher: using our selves in research*. London: British Library Cataloguing in Publication Data.
- Evans-Lacko, S., Henderson, C., & Thornicroft, G. (2013) Public knowledge, attitudes and behaviour regarding people with mental illness in England 2009–2012. *The British Journal of Psychiatry*, 202(55), 51-57.
- Fairclough, N. (2001a). *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Fairclough, N. (2001b). Critical Discourse Analysis as a Method in Social Scientific Research'. In R. Wodak, & M. Meyer. *Methods of Critical Discourse Analysis* (pp. 121-138). London: SAGE.
- Fairclough, N. (2003). *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge.
- Fairclough, N. (2005). Discourse Analysis in Organization Studies: The Case for Critical Realism. *Organization studies*, 26(6), 915-939.
- Fairclough, N., & Melo, I. (2012). Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. *Linha D'Água*, 25(2), 307-329. doi: 10.11606/issn.2236-4242.v25i2p307-329
- Faria, J. H. de. (2001). Poder e Participação: a delinquência acadêmica na interpretação tragtenberguiana. *Revista de Administração de Empresas*, 41(3), 70-76.
- Faria, J. H. de. (Org.). (2007). *Análise crítica das teorias e práticas organizacionais*. São Paulo: Atlas.
- Faria, J. H. de. (2009). Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte. *Cadernos. EBAPE.BR*, 7(3), 509-515. doi: 10.1590/S1679-39512009000300009
- Faria, J. H. de. (2011). *Epistemologia em estudos interdisciplinares*. Economia Política do Poder e Estudos Organizacionais, Curitiba, PR, Brasil.
- Faria, J. H. de. (2019). A realidade e seu conceito: comentários sobre a crítica ao “sequestro da subjetividade”. *REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)*, 25(1), 269-282. doi: 10.1590/1413-2311.239.90276
- Faria, J. H. de, & Meneghetti, F. K. (2007a). O sequestro da subjetividade. In J. H. de Faria (Org.), *Análise crítica das teorias e práticas organizacionais*. São Paulo: Atlas.
- Faria, J. H. de, & Meneghetti, F. K. (2007b). Discursos Organizacionais. In J. H. de Faria (Org.), *Análise crítica das teorias e práticas organizacionais*. São Paulo: Atlas.
- Faria, J. H. de., & Meneghetti, F. K. (2011). Burocracia como organização, poder e controle. *Revista de Administração de Empresas*, 51(5), 424-439. doi: 10.1590/S0034-75902011000500002
- Faria, J. H. de, & Soboll, L. A. P. (2007). O controle político-ideológico e a exploração dos trabalhadores em um hospital: “contratar ‘burro’ para pagar pouco”. In J. H. de Faria (Org.), *Análise crítica das teorias e práticas organizacionais*. São Paulo: Atlas
- Fazenda, M. da. (2017). *Adoecimento mental e trabalho: a concessão de benefícios por incapacidade relacionados a transtorno mentais e comportamentais entre 2012 e 2016* (Secretaria). Brasília.
- Fear, N. T., Iversen, A., Meltzer, H., Workman, L., Hull, L., Greenberg, N., ... Wessely, S. (2007). Patterns of drinking in the UK Armed Forces. *Addiction*, 102(11), 1749-1759. doi: 10.1111/j.1360-0443.2007.01978.x

- Ferreira, D. K., Augusto, L., & Silva, J. (2008). Condições de trabalho e percepção da saúde de policiais militares. *Cadernos de Saúde Coletiva*, 16(3), 403-420.
- Ferreira, D. K. S., Bonfim, C., & Augusto, L. G. S. (2012). Condições de Trabalho e Morbidade Referida de Policiais Militares, Recife-PE, Brasil. *Saúde Soc., São Paulo*, 21(4), 989- 1000.
- Ferreira, L. B. (2016). Mesmo com o sacrifício da própria vida: vivências de prazer e sofrimento no trabalho entre policiais militares do DF (Dissertação de Mestrado em Administração). Universidade de Brasília, Brasília.
- Ferreira, L. B. F., Santos, M., & Moraes, K. de P. (2016). Riscos de adoecimento no trabalho entre Policiais Militares de um batalhão de polícia de Brasília. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Manuscript ID CSC.
- Ferreira, L. B., Santos, M. A. F., Paula, K. M., Mendonça, J. M. B., & Carneiro, A. F. (2017). Risco de Adoecimento no Trabalho: Estudo com Policiais Militares de um Batalhão de Polícia de Brasília. *Gestão e Sociedade*, 11(29), 1804-1829.
- Ferreira, M. C. A. (2013). Análise pericial do padrão de consumo de álcool em policiais e seus fatores de risco. *Revista Especialize On-line IPOG*, 5(1).
- Flick, U. (2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman.
- Flick, U. (2009a). *Qualidade na pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Flick, U. (2009b). *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Fonseca, R. M. C., & Carlotto, M. S. (2011). Saúde Mental e Afastamento do Trabalho em Servidores do Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul. *Psicologia em Pesquisa. UFJF*, 5(02), 117-125.
- Fontanella, B. J. B., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(1), 17-27. doi: 10.1590/S0102-311X2008000100003
- Foucault, M. (1997). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Fournier, V., & Grey, C. (2006). Na hora da crítica: condições e perspectivas para estudos críticos de gestão. *Revista de Administração de Empresas*, 46(1), 71-86.
- França, A., Mendes, A. M., & Siqueira, V. S. (2011). Discurso organizacional e instrumentalização do prazer no trabalho. *Anais do Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, Curitiba*, 3.
- França, F. G., & Gomes, J. L. de F. (2015). “Se não aguentar, corra!”: Um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 9(2), 142-159.
- Franché, R.-L., & Krause, N. (2008). *Readiness for Return to Work Following Injury or Illness. Handbook of Complex Occupational Disability Claims*, 67-91. doi: 10.1007/0-387-28919-4_4
- Franco, T., Druck, G., & Seligmann-Silva, E. (2010). As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 35(122), 229-248. doi: 10.1590/S0303-76572010000200006
- Freitag, B. (1988). *Teoria Crítica: Ontem e Hoje*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Freitas, M. E. de. (1999). *Cultura Organizacional: Identidade, sedução e carisma?* Rio de Janeiro: Editora FGV.

- Freitas, M. E. de (2000). Contexto social e imaginário organizacional moderno. *Revista de Administração de Empresas*, 40(2), 6-15. doi: 10.1590/S0034-75902000000200002
- Frias Júnior, C. A. S. (1999). *A Saúde do Trabalhador no Maranhão: Uma visão atual e proposta de atuação* (Dissertação de Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ. Rio de Janeiro.
- Fuzer, C., & Cabral, S. R. S. (2014). *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. Campinas: Mercado de Letras.
- Gamperiene, M., Nygård, J. F., Sandanger, I., Wærsted, M., & Bruusgaard, D. (2006). The impact of psychosocial and organizational working conditions on the mental health of female cleaning personnel in Norway. *J Occup Med Toxicol* 1, 24. doi: 10.1186/1745-6673-1-24
- Gaulejac, V. de. (2004/2005). O âmago da discussão : da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito. *Cronos*, 5/6(1/2), 59-77.
- Gaulejac, V. de. (2006). *As origens da vergonha*. (Trad. M. B. de Medina). São Paulo: Via Lettera.
- Gaulejac, V. de. (2007). *Gestão como doença social*. Aparecida/SP: Ideias e letras.
- Gaulejac, V. de. (2008). La sociologie clinique entre psychanalyse et socioanalyse. *Sociologies [Online], Theory and research*. Recuperado de <http://journals.openedition.org/sociologies/1713>
- Gaulejac, V. de. (2009). Grand résumé de Qui est «je»? Sociologie clinique du sujet, Paris, Éditions du Seuil. » SociologieS [En ligne], Grands résumés, Qui est “je”? *Sociologie clinique du sujet*. Recuperado de <http://journals.openedition.org/sociologies/3362>
- Gaulejac, V. de. (2011). *Travail, les raisons de la colère*. Paris, Le Seuil: Économie humaine.
- Gaulejac, V. de. (2014). *A Neurose de classe: trajetória social e conflitos de identidade*. 1. ed. São Paulo: Via Lettera, Ed.
- Gaulejac, V. de, & Roche, P. (2007). Introduction. In V. de Gaulejac, F. Hanique, P. Roche. *La sociologie clinique. enjeux théoriques et méthodologiques*. Paris: Érès. Coll. Sociologie Clinique.
- Gaulejac, V. de., & Roy, S. (Eds.). (1993). *Sociologies cliniques*. Paris: Hommes et Perspectives.
- Gauthier, B. (2009). *Recherche sociale de la problématique à la collecte des données*. 5. ed. Québec: Presses de l'Université du Québec.
- Gebrin, A., & Andreotti, R. (2016). Sociologia Clínica e psicossociologia: a noção de implicação do pesquisador. *Teoria e Sociedade*, 24(1).
- Gergen, K. (1973). Social Psychology as History. *Journal of Personality and Social Psychology*, 26 (2), 309-320.
- Gershon, R. R., Lin, S., & Li, X. (2002). Work Stress in Aging Police Officers. *J Occup Environ. Med.*, 44(2), 60-167.
- Gewurtz, R., & Kirsh, B. (2009). Disruption, disbelief and resistance: A meta-synthesis of disability in the workplace. *Work*, 34, 33-44.
- Gioia, D. A., & Pitre, E. (1990). Multiparadigm perspectives on theory building. *Academy of Management Review*, 15(4), 584-602.

- Glina, D. M., Rocha, L. E., Batista, M. L., & Mendonça, M. G. (2001). [Mental health and work: a discussion on the connection between work and diagnosis, based on daily practice]. *Cadernos De Saúde Pública*, 17(3), 607-616. doi: 10.1590/S0102-311X2001000300015
- Goffette, C. (2018). Renaud Crespín, Dominique Lhuillier et Gladys Lutz (dir.), Se doper pour travailler. *Sociologie du travail [En ligne]*, 60(4). Recuperado de <http://journals.openedition.org/sdt/8530>
- Goffman, E. (1974). *Manicônios, Prisões e Conventos*. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos.
- Goldman, P., & Van Houten, D. R. (1979). *Bureaucracy and domination: managerial strategy in turn-of-century American industry*'. International Yearbook of Organization Studies (pp. 108-41). London: Routledge and Kegan Paul.
- Goldman, P., & Van Houten, D. R. (1980). Uncertainty, conflict, and labor relations in the modern firm II: The war on labor. *Economic and Industrial Democracy*, 1, 263-287
- Gonçalves, D. A., Mari, J. de J., Bower, P., Gask, L., Dowrick, C., Tófoli, L. F., Campos, M., Portugal, F. B., Ballester, D., & Fortes, S. (2014). Brazilian multicentre study of common mental disorders in primary care: rates and related social and demographic factors. *Cadernos Saúde Pública*, 30(3), 623-632. doi: 10.1590/0102-311X00158412
- Governo do Distrito Federal. (2002). Decreto nº 22.827, de 27 de março de 2002. Implantar na estrutura organizacional da Polícia Militar do Distrito Federal, o Centro de Assistência Social – CASo. *Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF*, 60.
- Governo do Distrito Federal. (2010). Decreto nº 7.165, de 29 de abril de 2010. Regulamenta o inciso I do art. 48 da Lei no 6.450, de 14 de outubro de 1977, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal. *Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, Edição extra*.
- Governo do Distrito Federal. (2018). Decreto nº 39.395, de 23 de outubro de 2018. Altera o Decreto nº 37.321, de 06 de maio de 2016 e dá outras providências. *Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF*, 203.
- Gragnano, A., Negrini, A., Miglioretti, M. & Corbière, M. (2018). Common Psychosocial Factors Predicting Return to Work After Common Mental Disorders, Cardiovascular Diseases, and Cancers: A Review of Reviews Supporting a Cross-Disease Approach. *J Occup Rehabil*, 28(2), 215-231. doi: 10.1007/s10926-017-9714-1
- Guarniero, F., Bellinghini, R., e Gattaz, W. (2012). O estigma da esquizofrenia na mídia: Um levantamento de notícias publicadas em veículos brasileiros de grande circulação. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 39(3), 80-84. doi: 10.1590/S0101-60832012000300002
- Guest, K. (2012). The Sentimental Policeman: Poetry and Social Mobility in the "Police Review and Parade Gossip". *Victorian Poetry*, 50(1), 91-106. Recuperado de <http://www.jstor.org/stable/41698836>
- Habersaat, S. A., Geiger, A. M., Abdellaoui, S., & Wolf, J. M. (2015). Health in police officers: Role of risk factor clusters and police divisions. *Social Science & Medicine*, 143, 213-222. doi:10.1016/j.socscimed.2015.08.043
- Hall, S. (2000). Quem precisa da identidade? In T. T. Silva (Org.). *Identidade e diferença; a perspectiva dos estudos culturais*. 5. ed. Petrópolis: Vozes. p. 103-133.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva

- e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- Halliday, M. A. K. (1985). *Introduction to Functional Grammar*. Londres: Edward Arnold.
- Halliday, M. A. K., & Matthiessen, C. M. I. M. (2004). *An Introduction to Functional Grammar*. Londres: Edward Arnold, 2004.
- Hanique, F. (2009). Enjeux théoriques et méthodologiques de la sociologie clinique. *Informations sociales*, 156(6), 32-40. Recuperado de <https://www.cairn.info/revue-informations-sociales-2009-6-page-32.htm>.
- Hargreaves, J., Husband, H., & Linehan, C. (2018). Police Workforce, England and Wales. *Statistical Bulletin*, 11(18).
- Harman, G. (2019). Answering the call: mental health needs of police and emergency services personnel. *Australian Journal of Emergency Management*, 34(1), 23 Recuperado de www.beyondblue.org.au/
- Hassard, J. (1991). Multiple Paradigms and Organizational Analysis: A Case Study. *Organization Studies*, London, 12(2), 275- 299.
- Hatchard, K., Henderson, J., & Stanton, S. (2012). Workers' perspectives on self-directing mainstream return to work following acute mental illness: reflections on partnerships. *Work*, 43(1), 43-52. doi: 10.3233/WOR-2012-1446
- Heloani, R.; Barreto, M. (2010). Aspectos do trabalho relacionados à saúde mental: assédio moral e violência psicológica. In D. M. R. Glina, & L. E. Rocha. *Saúde mental no trabalho: da teoria à prática* (pp. 31-48). São Paulo: Roca.
- Hipocrisia (2020). In Dicio, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Recuperado de <https://www.dicio.com.br/trabalho/>.
- Holmes, E., Craske, M., & Graybiel, A. (2014). A call for mental-health science. *Nature*, 511(7509), 287. doi: 10.1038/511287a
- Holmgren, K., & Ivanoff, S. D. (2004). Women on sickness absence—views of possibilities and obstacles for returning to work. A focus group study. *Disability and Rehabilitation*, 26(4), 213-222. doi: 10.1080/09638280310001644898
- Holz, E. B. (2013). Clínicas do Trabalho: novas perspectivas para compreensão do Trabalho na Atualidade. *Revista de Administração Contemporânea*, 17(1), 126-130.
- Hughes, E. C. (1962). Good people and dirty work. *Social Problems*, 10(1), 3-11.
- Hughes, E. C. (1958). *Man and their work*. Glencoe, IL: Free Press.
- Hughes, J., Simpson, R., Slutskaya, N., Simpson, A., & Hughes, K. (2016). Beyond the symbolic: a relational approach to dirty work through a study of refuse collectors and street cleaners. *Work, Employment and Society*, 31(1), 106-122
- Husain, W. (2014). The levels of depression, anxiety and stress in police officers. *Academic Research International*, 5(4).
- Jacques, M. da G. C. (2003). Abordagens Teórico-metodológicas em saúde/doença mental e trabalho. *Psicologia & Sociedade*, São Paulo, 97-116.
- Jacques, M. da G. C., & Amazarray, M. R. (2006). Trabalho bancário e saúde mental no paradigma da excelência. *Boletim da Saúde*, 20(1).
- Jacques, M. da G. (2007). O nexos causal em saúde / doença mental no trabalho: uma demanda para uma psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 19(spe), 112-119. doi: 10.1590/S0102-

71822007000400015

- Jahoda, M. (1982). *Employment and unemployment, a social-psychological analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Janowitz, M. (1967). *O soldado profissional: um estudo social e político*. Rio de Janeiro: Edições GRD.
- Jauregui, B. A. (2010). *'Shadows of the state, subalterns of the state: police and law and order' in postcolonial India*. Unpublished PhD thesis, University of Chicago.
- Jenkins, E. N., Allison, P., Innes, K., Violanti, J. M., & Andrew, M. E. (2018). Depressive Symptoms Among Police Officers: Associations with Personality and Psychosocial Factors. *J Police Crim Psychol.*, 34(1), 66-77. doi:10.1007/s11896-018-9281-1
- Johnston, V., Way, K., Long, M. H., Wyatt, M., Gibson, L., & Shaw, W. S. (2015). Supervisor competencies for supporting return to work: a mixed-methods study. *Journal of occupational rehabilitation*, 25(1), 3-17. doi: 10.1007/s10926-014-9511-z
- Johnstone, M. J. (2001). Stigma, social justice and the rights of the mentally ill: Challenging the status quo. *Australian and New Zealand Journal of Mental Health Nursing*, 10, 200-209.
- Josse, M. (2018). *Surveillants pénitentiaires: le rôle médiateur de la déshumanisation organisationnelle entre les « dirty works » et le burnout dimension dépersonnalisation*. Faculté des sciences économiques, sociales, politiques et de communication, Université catholique de Louvain. Prom.: Stinglhamber, Florence. Recuperado de <http://hdl.handle.net/2078.1/thesis:14962>
- Karaffa, K. M., & Koch, J. M (2015). Stigma, Pluralistic Ignorance, and Attitudes Toward Seeking Mental Health Services Among Police Officers. *Criminal Justice and Behavior*, 43(6), 759 -777. doi: 10.1177/0093854815613103.
- Kilgallon, A. (2019). Police interaction and Notting Hill Carnival. *Policing and Society*, 30(1), 28-46. doi: 10.1080/10439463.2019.1608202
- Koopmans, P. C., Bültmann, U., Roelen, C. A. M., Hoedeman, R., Van Der Klink, J. J. L., & Groothoff, J. W. (2011). Recurrence of sickness absence due to common mental disorders. *International Archives of Occupational and Environmental Health*, 84(2), 193-201. doi: 10.1007/s00420-010-0540-4
- La Boétie, E. de. (2009). *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Brasiliense.
- Lagerveld, S. E., Blonk, R. W. B., Brenninkmeijer, V., & Schaufeli, W. B. (2010). Return to work among employees with mental health problems: Development and validation of a self-efficacy questionnaire. *Work & Stress*, 24(4), 359-375 doi: 10.1080/02678373.2010.532644.
- Lancman, S., & Jardim, T. A. (2004). O impacto da organização do trabalho na saúde mental: um estudo em psicodinâmica do trabalho. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, 15(2), 82-9.
- Lancman, S., Gonçalves, R. M., & Mângia, E. (2013). Organização do trabalho, conflitos e agressões em uma emergência hospitalar na cidade de São Paulo, Brasil. *Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo*, 23(3), 199-207. doi: 10.11606/issn.2238-6149.v23i3p199-207
- Lancman, S., & Sznelman, L. I. (2004). *Christophe Dejours: da psicopatologia à Psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Brasília: Paralelo 15.

- Leao, A. L. M., Barbosa-Branco, A., Turchi, M. D., Steenstra, I. A., & Cole, D. C. (2017). Sick absence among municipal workers in a Brazilian municipality: a secondary data analysis. *BMC Research Notes*, *10*(1). doi:10.1186/s13104-017-3116-5
- Lemieux, P., Durand, M-J., & Hong, Q. N. (2011). Supervisors' perception of the factors influencing the return to work of workers with common mental disorders. *J Occup Rehabil*, *21*, 293-303.
- Lévy, A. (2001). *Ciências clínicas e organizações sociais: sentido e crise do sentido*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Lewis, M. W., & Grimes, A. J. (1999). Metatriangulation: Building Theory from Multiple Paradigms. *Academy of Management Review*, *New York*, *24*(4), 672-690.
- Lhuilier, D. (2005). Le sale boulot. *Travailler*, *14*, 73-98.
- Lhuilier, D. (2006). *Cliniques du travail*. Paris : Érès.
- Lhuilier, D. (2009). Travail, management et santé psychique. *Connexions*, *91*, 85-101. doi 10.3917/cnx.091.0085
- Lhuilier, D. (2010). L'invisibilité du travail réel et l'opacité des liens santé-travail. *Sciences sociales et santé*, *28*(2), 31-63.
- Lhuilier, D. (2013). Trabalho. *Psicologia & Sociedade*, *25*(3), 483-492. doi: 10.1590/S0102-71822013000300002
- Lhuilier, D. (2017). O agir em psicossociologia do trabalho. *Psicologia em Revista*, *23*(1), 295-311.
- Liberman, A. M., Best, S. R., Metzler, T. J., Fagan, J. A., Weiss, D. S., & Marmar, C. R. (2002). Routine occupational stress and psychological distress in police. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, *25*(2), 421-441. doi: 10.1108/13639510210429446
- Lidwall, U., Bill S., Palmer, E., & Olsson, B. C. (2017). Mental disorder sick leave in Sweden: A population study. *Work*, *101*(6), 995-1005. doi: 10.1016/j.ajhg.2017.10.009.
- Lima, F. P. de, Blank, V. L. G., & Menegon, F. A. (2015). Prevalência de Transtorno Mental e Comportamental em Polícias Militares/SC, em Licença para Tratamento de Saúde. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *35*(3), 824-840.
- Lima, J. R. de, & Santos, I. O. dos. (2011). A trilha do herói: da Antiguidade à Modernidade. *Revista Desenredos, Teresina, ano III*, *9*, 1-15.
- Lima, M. E. A. (2000). Violência e reestruturação bancária – o caso Banco do Brasil. *Saúde Mental e Trabalho – Revista da Federação Nacional dos Psicólogos*, *1*(1), 27-41.
- Lima, M. E. A. (2003). A polêmica em torno do nexos causal entre distúrbio mental e trabalho. *Psicologia em Revista, Belo Horizonte*, *10*(14), 82-91.
- Lima, R. K. de (1997). Polícia e exclusão na cultura judiciária. *Tempo Social, São Paulo*, *9*(1), 169-183.
- Linhares, A. R., & Siqueira, M. V. S. (2014). Um diálogo entre a psicodinâmica do trabalho e a sociologia clínica no universo da modernidade líquida. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, *7*(1), 106-118.
- Linhart, D. (2000). O indivíduo no centro da modernização das empresas: um reconhecimento esperado, mas perigoso. *Trabalho & Educação, Belo Horizonte*, *7*, 24-36.

- Linhart, D. (2007). *A desmedida do capital*. Tradução de W. C. Brant. São Paulo: Boitempo.
- Linhart, D. (2014). Modernização e precarização da vida no trabalho. In R. Antunes (Org.), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo.
- Lipovetsky, G. (2006). *Los tiempos hipermodernos*. Traduzido por Antonio-Prometeo Moya. Barcelona: Editorial Anagrama.
- Lipp, M. E. N., Costa, K. R. S. N., & Nunes, V. O. (2017). Estresse, qualidade de vida e estressores ocupacionais de policiais: Sintomas mais frequentes. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 17(1), 46-53. doi: 10.17652/rpot/2017.1.12490
- Löfstrand, C. H., Loftus, B., & Loader, I. (2015). Doing “dirty work”: Stigma and esteem in the private security industry. *European Journal of Criminology*, 13(3), 297-314. doi: 10.1177/1477370815615624
- Lopes Júnior, E. P., Paiva, T. A., Muzzio, H., & Costa, F. J. da. (2011). Rigidez e subjetividades: uma análise cultural em uma organização policial. *Revista de Administração Pública*, 45(6), 1821-1845. doi: 10.1590/S0034-76122011000600010
- Lopes, F. T. (2008). *Fotografia de família: histórias de poder em organizações familiares* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Lopes, F. T. (2013). *Entre o prazer e o sofrimento: histórias de vida, drogas e trabalho* (Tese de Doutorado em Administração). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- Ma, C. C., Andrew, M. E., Fekedulegn, D., ... Burchfiel, C. M. (2015). Shift Work and Occupational Stress in Police Officers. *Safety and Health at Work, Bethesda*, 6(1), 5-29.
- Macaia, A. A. S. (2013). *Excluídos no trabalho?* Análise sobre o processo de afastamento por transtornos mentais e comportamentais e retorno ao trabalho de professores da rede pública municipal de São Paulo (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Macaia, A. A. S., & Fischer, F. M. (2015). Retorno ao trabalho de professores após afastamentos por transtornos mentais. *Saude Soc.*, 24(3), 841-52. doi: 10.1590/S0104-12902015130569
- Maceachen, E., Clarke, J., Franche, R. L., & Irvin, E. (2006). Systematic review of the qualitative literature on return to work after injury. *Scandinavian Journal of Work, Environment & Health*, 32(4), 257-269.
- Maeno, M., & Paparelli, R. (2013) O trabalho como ele é e a saúde mental do trabalhador. In M. A. Silveira. *Inovação para desenvolvimento de Organizações Sustentáveis: Trabalho, Fatores Psicossociais e Ambiente Saudável* (pp. 145-166). Campinas: Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer.
- Magalhães, C. (2001). A Análise Crítica do Discurso enquanto teoria e método de estudo. In C. Magalhães (Org.), *Reflexões sobre análise crítica do discurso* (pp. 15-30). Belo Horizonte: UFMG.
- Magalhães, I. (2000). *Eu e Tu: a constituição do sujeito no discurso médico*. Brasília: Thesaurus.
- Magalhães, I. (2005). Introdução: a análise de discurso crítica. *D.E.L.T.A.*, 21(spe).
- Magalhães, I; Martins, A. R.; Resende, V. M. (2017). Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Magaski, M. (2020, janeiro, 09). Idoso chama a PM e é agredido pelos policiais, após confusão na Serra. *A gazeta*. Recuperado de <https://www.agazeta.com.br/es/policia/idoso-chama-a-pm-e-e-agredido-pelos-policiais-apos-confusao-na-serra-0120>.

- Malterud, K., Siersma, V. D., & Guassora, A. D. (2016). Sample Size in Qualitative Interview Studies: Guided by Information Power. *Qualitative Health Research*, 26(13), 1753-1760. doi: 10.1177/1049732315617444
- Mandiola, M. (2010). Latin America's critical management? A liberation genealogy. *Critical Perspectives on International Business*, 6(2/3), 162-176. doi: 10.1108/17422041011049978
- Marchand, A., Bilodeau, J., Demers, A., Beaugard, N., Durand, P., & Haines, V. Y. (2016). Gendered depression: Vulnerability or exposure to work and family stressors? *Social Science & Medicine*, 166, 160-168. doi:10.1016/j.socscimed.2016.08.021
- Marinho, K. R. L. (2011). As organizações policiais e os processos de transição entre modelos: mitos, racionalidade e o campo institucional da polícia (Tese de Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo horizonte.
- Marra, A. V., Fonseca, J. A., & Sousa, M. M. P. de (2016). Processo de Identificação e Construção Discursiva em uma Organização Policial. *Revista Economia & Gestão*, 16(43), 77-100. doi: 10.5752/p.1984-6606.2016v16n43p77.
- Martin, M. H. T., Nielsen, M. B. D., Madsen, I. E. H., Petersen, S. M., Lange, T., & Rugulies, R. (2013). Effectiveness of a Coordinated and Tailored Return-to-Work Intervention for Sickness Absence Beneficiaries with Mental Health Problems. *J Occup Rehabil*, 23, 621-630. doi: 10.1007/s10926-013-9421-5
- Martínez, L. F. P. (2012). A intertextualidade como dimensão central da análise de discurso crítica (ACD). In L. F. P. Martínez. *Questões sociocientíficas na prática docente: ideologia, autonomia e formação de professores* (pp. 131-136). São Paulo: Editora UNESP.
- Martins, V. F. (2006). O papel da cultura organizacional “Milícia dos Bravos” na ocorrência do assédio moral – um estudo na Polícia Militar da Bahia (Dissertação de mestrado). Universidade Federal da Bahia.
- Mascarenhas, R. B. (2009). *As condições e organização das atividades profissionais do policial militar de Goiás e as repercussões em sua saúde mental – 2005 a 2007* (Dissertação de mestrado). Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- Massumoto, L. K., & Faiman, C. J. S. (2014). Saúde mental e trabalho: um levantamento da literatura nacional nas bases de dados em Psicologia da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). *Saúde, Ética & Justiça*, 19(1), 1. doi: 10.11606/issn.2317-2770.v19i1p1-11
- Matos, O. C. F. (1993). *A Escola de Frankfurt: Luzes e sombras do iluminismo*. 1. ed. São Paulo: Moderna.
- Mattos, M. J. S. (2012). *Reconhecimento, identidade e trabalho sujo na PMDF*. (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília.
- Mausner-Dorsch, H., & Eaton, W. W. (2000). Psychosocial work environment and depression: epidemiologic assessment of the demand-control model. (2000). *American Journal of Public Health*, 90(11), 1765-1770. doi: 10.2105/ajph.90.11.1765
- May, R. (2010). *O homem à procura de si mesmo*. Rio de Janeiro: Vozes.
- McDougall, J. (1978). Primitive Communication and the Use of Countertransference. *Contemporary Psychoanalysis*, 14(2), 173-209. doi: 10.1080/00107530.1978.10745534
- McKie, D., & Doan, M. A. (2018). Critical Theory. *The International Encyclopedia of Strategic Communication*, 1-14. doi: 10.1002/9781119010722.iesc0055

- Meireles, L. (2020, junho, 02). Vídeo mostra homem negro apanhando de policial militar do DF. *Metrópoles*. Recuperado de <https://www.metropoles.com/distrito-federal/video-mostra-homem-negro-apanhando-de-policial-militar-do-df>
- Mello, C. M. de A., & Nummer, F. V. (2017). Riscos da profissão policial militar: histórias de vida e resiliência. *Revista Pós Ciências Sociais (REPOCS)*, 14(27). doi: 10.18764/2236-9473.v14n27p149-170
- Mendes, R. (2003). Produção científica brasileira sobre saúde e trabalho, publicada na forma de dissertações de mestrado e teses de doutorado, 1950-2002. *Rev. Bras. Med. Trabalho*, 1(2), 87-118.
- Mendes, A. M. (2007). *Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mendes, A. M., & Ferreira, M. C. (2008). Contexto de Trabalho. In M. M. M. Siqueira. *Medidas do comportamento organizacional: Ferramentas de diagnóstico e de gestão* (pp. 113-126). Porto Alegre, Brasil: Artmed.
- Mendes, A. M., & Duarte, F. S. (2013). Nor-mopatia. In F. O. Vieira, A. M. Mendes, & A. R. C. Merlo (Org.), *Di-cionário crítico de gestão e psico-dinâmica do trabalho*. Curitiba: Juruá.
- Mendes, A. M., & Saraiva, L. A. S. (2014). Consultores de Mercado, sua Lógica Perversa de Gestão e Normopatia. *Revista Polis e Psique*, 4(1), 128-145.
- Mendes, A. M., & Vieira, F. O. (2014). Diálogos entre a psicodinâmica e clínica do trabalho e os estudos sobre coletivos de trabalho e práticas organizacionais. *Farol Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 1(1), 144-189.
- Mendes, J. da S., Preis, L. C., Brolese, D. F., Santos, J. L. G. dos., & Lessa, G. (2018). Significado do tratamento hospitalar de desintoxicação para pessoas com alcoolismo: retomando a vida. *Cogitare Enferm.*, 23(2), e53410. doi: 10.5380/ce.v23i2.53410.
- Miller, L. (2005). Police officer suicide: causes, prevention, and practical intervention strategies. *Int J Emerg Ment Health.*, 7(2), 101-114.
- Minayo, M. C. de S., & Adorno, S. (2013). Risco e (in) segurança na missão policial. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(3), 585-593. <https://dx.doi.org/10.1590/S141381232013000300002>
- Minayo, M. C. de S., Assis, S. G. de, & Oliveira, R. V. C. de. (2011). Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(4), 2199-2209. doi: 10.1590/S1413-81232011000400019
- Minayo, M. C. de S., Deslandes, S. F., Cruz-Neto, O., & Gomes, R. (1994). *Pesquisa social: teoria método e criatividade*. 17. ed. Petrópolis: Vozes.
- Minayo, M. C. de S., Souza, E. R., Constantino, P. (Coord). (2008). *Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz.
- Minayo, M. C. de S., Souza, J. R. A, Cavalcante, F. G., & Mangas, R. M. N. (2012). Autópsias psicológicas sobre suicídio de idosos no Rio de Janeiro. *Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro*, 10(17), 2773-2781.
- Minayo-Gomez, C., & Thedim-Costa, S. M. F. (1997). A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. *Cadernos de Saúde Pública*, 13(supl. 2), 21-32.

- Ministério da Saúde do Brasil (MS), & Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil (Opas). (2001). *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde*. Organizado por Elizabeth Costa Dias; colaboradores Idelberto Muniz Almeida et al. – Brasília: Ministério da Saúde do Brasil. (Série A. Normas e Manuais Técnicos; n.114).
- Ministério Público recomenda retificação de edital para concurso da PMDF. Recuperado de <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/sala-de-imprensa/noticias/noticias-2018/9831-ministerio-publico-recomenda-retificacao-de-edital-para-concurso-da-pmdf>
- Miranda, D. (Org.). (2016). *Por que os policiais se matam?* Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mórula Editorial.
- Miranda, D. et al. (2016). O comportamento suicida entre profissionais de segurança pública e prevenção no Brasil. In A. C. C. Pareschi, C. L. Engel, G. C. Baptista, & A. J. das Neves. *Direitos humanos, grupos vulneráveis e segurança pública*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública. (Coleção Pensando a Segurança Pública; v.6)
- Miranda, D., & Guimarães, T. (2016). O Suicídio Policial: O que sabemos? *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 9(1), 13-34.
- Mohandie, K., & Hatcher, C. (1999). Suicide and Violence Risk in Law Enforcement: Practical Guidelines for Risk Assessment, Prevention, and Intervention Kris Mohandie* and Chris Hatcher. *Special Issue: Threat Assessment*, 17(3), 357-376.
- Monet, J.-C. (2006). Os policiais. In J.-C. Monet. *Polícias e Sociedade na Europa* (pp. 129-133). Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Monjardet, D. (2003). *O que faz a Polícia: Sociologia da Força Pública*. (Série Polícia e Sociedade, nº. 10, Organização: Nancy Cardia). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Monteiro, D. F. B., Pereira, V. F., Oliveira, L. L., Lima, O. P., & Carrieri, A. P. (2017). O Trabalho Sujo com a Morte: o Estigma e a Identidade no Ofício de Coveiro. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 6(1), 77-98. doi: 10.21714/2317-2428/2017v6n1p77-98
- Morais, L. L. P. de, & Paula, A. P. (2010). Identificação ou resistência? uma análise da constituição subjetiva do policial. *Revista de Administração Contemporânea*, 14(4), 633-650. doi: 10.1590/S1415-65552010000400005
- Moreau, D. B. (2014). Pour une sociologie utile : la sociologie d'intervention. *Annales des Mines - Gérer et comprendre*, 115(1), 64-73.
- Moreira, N. X., Cavalcanti, L. F., & Souza, R. de O. (2016). Os sentidos atribuídos ao fenômeno da deficiência a partir do habitus militar. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(10), 3027-3035. doi: 10.1590/1413-812320152110.14472016
- Morse, J. M. (2015). "Data Were Saturated...". *Qualitative Health Research*, 25(5), 587-588.
- Motta, F. C. P. (1979a). Controle social nas organizações. *Revista de Administração de Empresas*, 19(3).
- Motta, F. C. P. (1979b). *Empresários e hegemonia política*. São Paulo: Brasiliense.
- Motta, F. C. P. (1981). O poder disciplinar das organizações formais. *Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, FGV*, 21(4), 33-41.

- Motta, F. C. P. (1985). *O que é burocracia*. São Paulo: Pioneira.
- Motta, F. C. P. (1986). *Organização e poder: empresa, Estado e escola*. São Paulo: Atlas.
- Motta, F. C. P. (2001). *Teoria das organizações: evolução e crítica*. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Motta, F. C. P., & Pereira, L. C. B. (2004). *Introdução à Organização Burocrática*. São Paulo: Thomson.
- Müller, M. M. (2012). *Public Security in the Negotiated State: Policing in Latin America and Beyond*. Basingstoke: Palgrave Macmillan
- Muschalla, B. (2018). Work Ability Impairment and Facets of Workplace Perception Are Predictive of Sick Leave Duration in Persons With Work Anxiety. *Zeitschrift für Arbeits- und Organisationspsychologie A&O*, 62, 82-96. doi: 10.1026/0932-4089/a000271.
- Narcóticos Anônimos. (2002). *O que é Narcóticos Anônimos*. Recuperado de <https://na-pt.org/boletins/bol17.php>.
- Nascimento, G. L. do. (2019). *Prevenção ao suicídio: A importância da divisão de proteção à saúde do servidor da Polícia Civil do Estado de Goiás. Qualia: a ciência em movimento*, 5(1), 14-31.
- Nascimento, P. (2016). Beber como homem: dilemas e armadilhas em etnografias sobre gênero e masculinidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 31(90), 57-70. doi: 10.17666/319057-70/2016
- Nascimento, P. F. G. (2000). Não-Provedores: Gênero, Desemprego e Alcoolismo Masculino em Comunidade de Baixa Renda. In Encontro anual da ANPOCS, XXIV. Título do trabalho: Gênero e pobreza: o lugar dos homens em famílias de baixa renda. GT 05: Família e Sociedade. 23 a 27 de outubro de 2000. *Anais...* Petrópolis, RJ. Recuperado de <http://biblioteca.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs00/gt05/00gt0523.doc>.
- Neves, R. da F. (2016). *Experiência E Significado No Retorno Ao Trabalho Para Trabalhadores Com Transtorno Mental* (Tese de doutorado). Universidade Federal da Bahia.
- Neves, R. da F., Nunes, M. de O., & Magalhães, L. (2015). As interações entre os atores no retorno ao trabalho após afastamento por transtorno mental: uma metaetnografia. *Cadernos de Saúde Pública*, 31(11), 2275-2290. doi: 10.1590/0102-311X00029215
- Nielsen, M. B. D., Madsen, I. E. H., Bültmann, U., Christensen, U., Diderichsen, F., & Rugulies, R. (2011). Predictors of return to work in employees sick-listed with mental health problems: findings from a longitudinal study. *Eur J Public Health*, 21, 806-11.
- Nielsen, M. B. D., Rugulies, R., Hjortkjaer, C., Bültmann, U., & Christensen, U. (2012). Healing a vulnerable self: exploring return to work for women with mental health problems. *Qual Health Res.*, 23, 302-12. doi: 10.1177/1049732312468252
- Nieuwenhuijsen, K., Noordik, E., Van Dijk, F. J. H., & Van Der Klink, J. J. (2014). Return to Work Perceptions and Actual Return to Work in Workers with Common Mental Disorders. *J Occup Rehabil*, 23, 290-299. doi: 10.1007/s10926-012-9389-6
- Niewadomski, C. (2016). Apports de la clinique narrative en santé – l'exemple des pairs aidants en alcoologie. *Revista Confluências Culturais*, 8(1).
- Nigatu, Y. T., Liu, Y., Uppal, M., McKinney, S., Rao, S., Gillis, K., & Wang, J. (2016). Interventions for enhancing return to work in individuals with a common mental illness:

- Systematic review and meta-analysis of randomized controlled trials. *Psychological Medicine*, 46(16), 3263-3274. doi: 10.1017/S0033291716002269
- Nogueira, G. E. G. (2005). *Análise de tentativas de auto-extermínio entre policiais militares: um estudo em saúde mental e trabalho* (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Noordik, E., Nieuwenhuijsen, K., Varekamp, I., Van Der Klink, J. J., & Van Dijk, F. J. (2011). Exploring the return-to-work process for workers partially returned to work and partially on long-term sick leave due to common mental disorders: a qualitative study. *Disabil Rehabil*, 33, 1625-35.
- Novelli, J. G. N., & Ramos, D. (2003, março). Trabalhadores em negativo. In Seminários em Administração, VI, FEAUSP, São Paulo, SP. *Anais...* São Paulo: FEAUSP.
- Nunes, C. G. F., & Silva, P. H. I. (2018). A sociologia clínica no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, 06(12). doi: 10.20336/rbs.239
- Nunes, S. B. (2018). Trabalho sujo ou missão de vida? persistência, reprodução e legitimidade da letalidade na ação da PMESP (Tese de doutorado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo.
- Oliveira, K. L. de, & Santos, L. M. dos. (2010). Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. *Sociologias*, 12(25), 224-250. doi: 10.1590/S1517-45222010000300009
- Oliveira, N. P. (2016). *Policiais Violados, policiais violentos: uma análise da formação policial* (Dissertação de Mestrado em Direitos Humanos). Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- Oliveira, P. L. M., & Bardagi, M. P. (2010). Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares. *Boletim de Psicologia, São Paulo*, 59(131), 153-166.
- Oliveira, R. M. da N. (2015). *O corpo em Michael Onfray* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Oliveira, S. R., Piccinini, V. C., & Silveira, C. (2010). O trabalho como representação: a visão dos jovens universitários. v12n28p171. *Ciencias da Administracao*, 12(28), 171-197.
- Olivier, M., Perez, C. S., & Behr, S. da C. F. (2011). Trabalhadores Afastados por Transtornos Mentais e de Comportamento: o Retorno ao Ambiente de Trabalho e suas Consequências na Vida Laboral e Pessoal de Alguns Bancários. *RAC - Revista de Administração Contemporânea*, 15(6), 993-1015. doi: 10.1590/S1415-65552011000600003
- Organização Mundial da Saúde (OMS). (2002). Informe sobre la salud en el mundo. In *Salud mental: nuevos conocimientos, nuevas esperanzas*. Ginebra.
- Organização Mundial da Saúde (OMS). (2008). The global burden of disease: 2004 update [Internet]. Geneva: WHO. Recuperado de http://www.who.int/healthinfo/global_burden_disease/GBD_report_2004update_full.pdf.
- Organização Mundial da Saúde (OMS). (2013). Mental Health Action Plan 2013-2020. Geneva: OMS. Recuperado de http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/89966/1/9789241506021_eng.pdf
- Organização Mundial da Saúde (OMS). (2014). *Global status report on noncommunicable diseases 2014: attaining the nine global noncommunicable diseases targets; a shared responsibility* Geneva: OMS.

- Organização Mundial da Saúde (OMS). (2016). Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). Relatório sobre a saúde no mundo. Saúde mental: nova concepção, nova esperança. Gênova: OMS, 2001.
- Orlandi, E. P. (1983). *A linguagem e seu funcionamento*. As formas do discurso. Brasiliense: São Paulo.
- Overton, S. L., & Medina, S. L. (2008). The Stigma of Mental Illness. *Journal of Counseling & Development*, 86(2), 143-151. doi: 10.1002/j.1556-6678.2008.tb00491.x
- Owen, O. (2016). Government properties: the nigeria police force as total institution? *Africa*, 86(1), 37-58. doi: 10.1017/S0001972015000790
- Padyab, M., Backteman-Erlanson, S., & Brulin, C. (2016). Burnout, Coping, Stress of Conscience and Psychosocial Work Environment among Patrolling Police Officers. *J Police Crim Psych*, 31, 229-237. doi: 10.1007/s11896-015-9189-y
- Pagès, M., Bonetti, M., Gaulejac, V. de, & Descendre, D. (2006). *O Poder das Organizações: a dominação das multinacionais sobre os indivíduos*. São Paulo: Atlas. 234p.
- Patronea, A., Iancu, M., Ilies, R. F., Marginean, M., Boca, A., & Popa, M. (2017). The effect of working conditions on psychological disorders in bank workers in Romania. *Business Management and Economics*, 5(1), 1-5. doi: 10.15739/IBME.17.001
- Paula, A. P. P. de. (2001). Tragtenberg e a resistência da crítica: pesquisa e ensino na administração hoje. *Revista de Administração de Empresas*, 41(3), 77-81. doi: 10.1590/S0034-75902001000300010
- Paula, A. P. P. de. (2002). Tragtenberg revisitado: as inexoráveis harmonias administrativas e a burocracia flexível. *Revista de Administração Pública*, 36(1), 127-144.
- Paula, A. P. P. de. (2005). Administração pública brasileira entre gerencialismo e administração social. *Revista de Administração de Empresas*, 45(1), 36-49. doi: 10.1590/S0034-75902005000100005
- Paula, A. P. P. de. (2007). Guerreiro Ramos: resgatando o pensamento de um sociólogo crítico das organizações. *Organizações & Sociedade*, 14, 40, 169-188.
- Paula, A. P. P. de. (2008a). *Teoria Crítica nas Organizações*. São Paulo: Thomson Learning.
- Paula, A. P. P. de. (2008b). Mauricio Tratenberg: contribuições de um marxista anarquizante para os estudos organizacionais críticos. *Rev. Adm. Pública*, 42, (5), 949-68.
- Paula, A. P. P. de. (2015). Estudos organizacionais críticos e pensadores nacionais. *Cadernos EBAPE.BR*, 13(3), 410-413. doi: 10.1590/1679-395149070
- Paula, A. P. P. de. (2016). Para além dos paradigmas nos estudos organizacionais: o círculo das matrizes epistêmicas. *Cad. EBAPE.BR*, 14(n. 1), 24-46.
- Paula, A. P. P. de, & Gontijo, F. C. (2013). Epistemologia habermasiana, pesquisa-ação e socioanálise: uma proposta para os estudos organizacionais. In Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, III, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis.
- Pé de bota. In Dicionário informal. Recuperado de <https://www.dicionarioinformal.com.br/p%C3%A9%20de%20bota/>
- Pena, A. P. R. J. C. (2011). Compulsão alimentar e obesidade: estudo exploratório em uma Unidade Policial Militar do Distrito Federal (Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura). Universidade de Brasília, Brasília.

- Penteado, P. E. (2014). Retorno ao trabalho de trabalhadores de enfermagem oncológica após afastamento por transtorno mentais (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Pereira, L. (2011). O trabalho em causa na “epidemia depressiva”. *Tempo Social*, 23(1), 67-95. doi: 10.1590/S0103-20702011000100004
- Pesquisa perfil das instituições de segurança pública ano-base 2017. (2019). Julio Cesar de Araujo, Vinícius Augusto de M. L. Soares, organizadores – Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 227 p. : il. ISBN 978-85-5506-081-6
- Pessanha, J. H. S. (2009). Um fardo peculiar de agentes da Segurança Pública. *Serviço Social & Realidade*, 18(2), 279-305.
- Pettoruti, L. I., & Faiman, C. J. S. (2018). Programas de Retorno ao Trabalho após afastamentos por transtornos mentais: uma revisão de literatura. *Saúde, Ética & Justiça*. 2018, 23(2), 56-62.
- Pimenta, A. M. M., Fagundes, E. C., & Araújo, J. N. G. (2018). Repensando a gestão e a organização do trabalho: perspectivas de intervenção a partir da participação dos trabalhadores. VII Simpósio Internacional de Trabalho, Relações do Trabalho, Educação e Identidade. *Anais VII SITRE 2018*.
- Poersch, A. L., & Merlo, Á. R. C. (2017). Reabilitação Profissional e retorno ao trabalho: uma aposta de intervenção. *Psicologia & Sociedade*, 29(8), 1-10. doi: 10.1590/1807-0310
- Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). (2018). *Relatório de Gestão 2018*. Relatório de Gestão do exercício de 2018 apresentado aos órgãos de controle interno, externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do Art. 70 da Constituição Federal, elaborado sob a coordenação da Auditoria da Polícia Militar do Distrito Federal e de acordo com as disposições da Instrução Normativa-TCU n.º 63/2010, da Decisão Normativa-TCU n.º 178/2019, da Portaria-TCU n.º 378/2019 e das instruções contidas no Sistema de Prestação de Contas do TCU (e-Contas).
- Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). (2019). *Relatório de Gestão 2019*. Relatório de Gestão do exercício de 2019 apresentado aos órgãos de controle interno, externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do Art. 70 da Constituição Federal, elaborado sob a coordenação da Auditoria da Polícia Militar do Distrito Federal e de acordo com as disposições da Instrução Normativa-TCU n.º 63/2010, da Decisão Normativa-TCU n.º 178/2019, da Portaria-TCU n.º 378/2019 e das instruções contidas no Sistema de Prestação de Contas do TCU (e-Contas).
- Polícia (2020). In DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Recuperado de <https://www.dicio.com.br/policia/>.
- Poncioni, P. (2006). A Feijoada: negociação e violência nas práticas policiais de mediação de conflitos. *Praia Vermelha (UFRJ)*, 15, 156-184.
- Pope, L. G., Cubellis, L., & Hopper, K. (2016). Signing on for dirty work: Taking stock of a Public psychiatry project from the inside. *Transcultural Psychiatry*, 53(4), 506-526.
- Portz, R. M., & Amazarray, M. R. (2019). Transtornos mentais comuns e fatores associados a trabalhadores bancários do Rio Grande do Sul, Brasil [Transtornos mentais comuns e fatores associados em trabalhadores de bancos no Rio Grande do Sul, Brasil]. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 19(1), 515-522.

- Pressão (2020). In Dicionário Priberam. Dicionário Online de Português. Recuperado de <https://dicionario.priberam.org/press%C3%A3o/>.
- Price, M. (2017). Psychiatric Disability in Law Enforcement. *Behavioral Sciences and the Law*, 35, 113-123. doi: 10.1002/bsl.2278
- Rabelo, L. di B. C., Silva, J. M. A., & Lima, M. E. A. (2018). Trabalho e Adoecimento Psicossomático: Reflexões sobre o Problema do Nexo Causal. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(1), 116-128. doi: 10.1590/1982-3703000932017
- Ramalho, V. C. V. S. (2007). Diálogos teórico-metodológicos: análise de discurso crítica e realismo crítico. *Cadernos de Linguagem e Sociedade, Brasília*, 8, 78-104.
- Ramalho, V. C. V., & Resende, V. M. (2011). Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes Editores.
- Ramos, G. (1983). Administração e contexto brasileiro. Elementos de uma sociologia especial da administração. 2. edição. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- Ramos, G. (1989). *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da Riqueza das Nações*. 2. edição. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- Ramos, G. (2006). A sociologia de Max Weber (Sua importância para a teoria e a prática da Administração). Texto publicado na RSP de agosto/setembro de 1946 (v. III, ano IX, nos 2 e 3). *Revista do Serviço Público Brasília*, 57(2),
- Ramos, M. Z., Tittoni, J., & Nardi, H. C. (2008). A experiência de afastamento do trabalho por adoecimento vivenciada como processo de ruptura ou continuidade nos modos de viver. *Cadernos de Psicologia Social Do Trabalho*, 11(2), 209-221.
- Reed, M. (1998). Teorização Organizacional: um campo historicamente contestado. In S. Clegg, C. Hardy, W. R. Nord (Org.). *Handbook de Estudos Organizacionais* (pp. 61-98). São Paulo: Atlas.
- Resende, V. de M. (2008). Análise de discurso crítica e etnografia: o movimento nacional de meninos e meninas de rua, sua crise e o protagonismo juvenil. (Tese de Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília.
- Resende, V. de M., & Ramalho, V. (2006). *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto.
- Resende, V. de M., & Ramalho, V. C. V. S. (2004). Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. *Linguagem em (Dis)curso*, 5(1), 185-207.
- Rhéaume, J. (2009). La sociologie clinique comme pratique de recherche en institution. Le cas d'un centre de santé et services sociaux. *Sociologie et sociétés*, 41(1), 195-215. doi: 10.7202/037913ar
- Richardson, R. J., Peres, J. A. de S., Wanderley, J. C. V., Correia, L. M., & Peres, M. de H de M. (2015). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas.
- Riley, R., Spiers, J., Buszewicz, M., Taylor, A. K., Thornton, G., Chew-Graham, C. A. (2018). What are the sources of stress and distress for general practitioners working in England? A qualitative study. *BMJ Open*, 8, e017361. doi: 10.1136/bmjopen-2017-017361
- Rocha, M. F. (2015). *Análise discursiva crítica do movimento parlamentar pró-vida: vozes que criminalizam o aborto sentimental* (Dissertação de Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília.
- Rodrigues, M. P. R. (2010). *Gestão da Polícia Militar: a cultura institucional como agente*

- limitador da construção de uma polícia cidadã (Dissertação de mestrado). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- Rosa, J. G. (2001). *Grande Sertão Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Rufiange, M. B. (2018). Le retour et le maintien au travail sont-ils menacés par le droit à la vie privée? (Dissertação de mestrado). Université Du Québec A Rimouski: Programme de maîtrise en gestion des personnes en milieu de travail.
- Rüsch, N., Angermeyer, M. C., & Corrigan, P. W. (2005). Mental illness stigma: Concepts, consequences, and initiatives to reduce stigma. *European Psychiatry*, 20(8), 529-539. doi: 10.1016/j.eurpsy.2005.04.004
- Saint-Arnaud, L., Saint-Jean, M., Damasse, J. (2006). Towards an enhanced understanding of factors involved in the return-to-work process of employees absent due to mental health problems. *Can J Commun Ment Health*, 25, 303-15.
- Sales, L. J. M., & Sá, L. D. (2016). A condição do policial militar em atendimento clínico: uma análise das narrativas sobre adoecimento, sofrimento e medo no contexto profissional. *Repocs*, 13(25), 181-206. doi: 10.18764/2236-9473
- Salimon, M. I., & Siqueira, M. V. S. (2013). Ideologia gerencialista e subjetividade do trabalhador no terceiro setor. *Revista de Administração*, 48(4), 643-657. doi: 10.5700/rausp1111
- Salles, H. K. D., & Dellagnelo, E. H. L. (2019). A Análise Crítica do Discurso como alternativa teórico-metodológica para os Estudos Organizacionais: um exemplo da análise do significado representacional. *Organizações & Sociedade*, 26(90), 414-434. doi: 10.1590/1984-9260902
- Santa Catarina (2010). Secretaria da Segurança Pública. *Mapeamento das Fontes de Estresse em Profissionais da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: DIFC/SSP – SENASP/MJ. 71 p.
- Santana, V. S. (2006). Saúde do trabalhador no Brasil: pesquisa na pós-graduação. *Rev. Saúde Pública*, 40(N Esp), 101-11.
- Santos, E. L. (2017). O campo científico da administração: uma análise a partir do círculo das matrizes teóricas. *Cadernos EBAPE.BR*, 15(2), 209-228.
- Santos, E. G. dos, & Siqueira, M. M. (2010). Prevalência dos transtornos mentais na população adulta brasileira: uma revisão sistemática de 1997 a 2009. *J Bras Psiquiatr.*, 59(3), 238-246.
- Santos, G. O. dos., & Monteiro, J. K. (2018). Saúde Mental Do Trabalha(Dor) Na Educação: Um Relato de Experiência A Partir Da Clínica Psicodinâmica Do Trabalho. *Trabalho (En Cena)*, 3(2), 144-156
- Santos, T. de C. dos, & Vieira, V. C. (2016). Discursos ‘fora Dilma’ no portal uol: teoria e prática à luz da análise de discurso crítica. *Revista Eletrônica Interfaces*, 07(01).
- Šantrić-Milićević, M., Rosić, N., Babić, U., Šupić-Terzić, Z., Janković, J., Todorović, J., & Trajković, G. (2017). An Approach to Determine the Prevalence of Poor Mental Health among Urban and Rural Population in Serbia Using Propensity Score Matching. *Central European Journal of Public Health*, 25(2), 106-112. doi: 10.21101/cejph.a4160
- Sartori, L. F. (2006). Avaliação de Burnout em policiais militares: a relação entre o trabalho e o sofrimento (Dissertação de Mestrado em Administração). Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Londrina.

- Sato, L., & Bernardo, M. H. (2005). Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(4), 869-878. doi: 10.1590/S1413-81232005000400011
- Schindwein, V. de L. Dal C., & Morais, P. R. (2014). Prevalência de transtornos mentais e comportamentais nas instituições públicas federais de Rondônia. *Cadernos de Psicologia Social Do Trabalho*, 17(1), 117-127. doi: 10.11606/issn.1981-.0490.v17n1p117-127.
- Schneider, E. C., Agee, C., & Chronopoulos, T. (2017). Dirty Work: Police and Community Relations and the Limits of Liberalism in Postwar Philadelphia. *Journal of Urban History*, 009614421770549. doi: 10.1177/0096144217705497
- Schonfeld, I. S., Bianchi, R., & Luehring-Jones, P. (2017) Consequências do estresse no trabalho para a saúde mental de professores. In T. McIntyre, S., McIntyre, D. Francis. (Eds.), *Educador Stress. Alinhando perspectivas sobre saúde, segurança e bem-estar*. Springer, Cham.
- Scholarios, D., Hesselgreaves, H., & Pratt, R. (2017). Unpredictable working time, well-being and health in the police service. *The International Journal of Human Resource Management*. doi: 10.1080/09585192.2017.1314314
- Scott, C., & Tracy, S.J. (2007). Riding fire trucks and ambulances with America's heroes. In S. K. Drew, M. B. Mills, & B. M. Gassaway. (Eds.), *Dirty Work*. Waco, Texas, Baylo University Press
- Seligmann-Silva, E. (1994). *Desgaste mental no trabalho dominado*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Cortez-UFRJ.
- Seligmann-Silva, E. (2011). *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez.
- Seligmann-Silva, E., Bernardo, M. H., Maeno, M., & Kato, M. (2010). O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 35(122), 187-191. doi: 10.1590/S0303-76572010000200002
- Selokar, D., Nimbarte, S., Ahana, S., Gaidhane, A., & Wagh, V. (2011). Occupational stress among police personnel of Wardha City India. *Australasian Medical Journal, Bethesda*, 4(3), 114-7.
- Sennett, R. (2009). *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Sevigny, R., & Sheying, C. (2014). Clinical sociology: social rehabilitation of schizophrenia in china and implications for aging research. *Canadian Journal of Sociology*, 39(2).
- Silva, A. J. da. (2002). *Praça Velho: um estudo sobre a socialização policial militar*. Goiânia: UFG.
- Silva, A. P. B. R. da. (2007). *Discurso jurídico e (des)qualificação moral e ideológica das classes subalternas na passagem à modernidade: Evaristo de Moraes (1871-1939)* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.
- Silva, C. A. da, & Branquinho, C. M. (2018). A construção da identidade de policiais ao longo da carreira: Sua perspectiva e a visão do seu núcleo familiar. *Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública (REBESP)*, 11(1), 125-134.
- Silva, J. H. R. da. (2009). *Estudo sobre o trabalho do policial e suas implicações na saúde mental* (Dissertação de Mestrado em psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Silva, J. J. (2018). *Entre "bandidos" e "subversivos": A Polícia Militar do Distrito Federal no*

- combate à subversão (1963-1974) (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília.
- Silva, K. N. (2006). “*Criança calçada, criança sadia!*”: sobre os uniformes escolares no período de expansão da escola pública paulista (1950/1970) (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo. doi: 10.11606/D.48.2006.tde-29062007-152705.
- Silva, M. A., & Bueno, H. P. V. (2017). O Suicídio Entre Policiais Militares Na Polícia Militar Do Paraná: Esforços Para Prevenção. *Revista De Ciências Policiais da APMG São José dos Pinhais*, 1(1), 5-23.
- Silva, M. B. da., & Vieira, S. B. (2008). O Processo de Trabalho do Militar Estadual e a Saúde Mental. *Saúde Soc. São Paulo*, 17(4), 161-170.
- Silva-Júnior, A., Silva, P. O. M., & Mesquita, J. M. C. (2014). As dimensões teórica e metodológica do grupo focal no contexto da pesquisa qualitativa. In E. M. Souza (Ed.). *Metodologias e análises qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual* (pp. 125-156). Vitória: Edufes.
- Silva-Junior, J. S. da. (2016). *Retorno ao trabalho após afastamento de longa duração por transtornos mentais: um estudo longitudinal com trabalhadores do mercado formal João* (Tese de doutorado). Univesidade de São Paulo, São Paulo.
- Silveira, R. A., & Medeiros, C. R. O. (2016). O Herói-Envergonhado: Tensões e Contradições no Cotidiano do Trabalho Policial. *Rev. Bras. Segurança Pública, São Paulo*, 10(2), 134-153.
- Simpson, G. W., Byrne, P., Gabbay, M. B., & Rannard, A. (2015). Understanding illness experiences of employees with common mental health disorders. *Occupational Medicine*, 65(5), 367-372. doi: 10.1093/occmed/kqv047
- Siqueira, M. V. S. (2009). *Gestão de pessoas e discurso organizacional*. Curitiba: Juruá.
- Siqueira, M. V. S., Dias, C. A., & Medeiros, B. N. (2019). Solidão e trabalho na contemporaneidade: as múltiplas perspectivas de análise. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 20(2), eRAMG190058. doi: 10.1590/1678-6971/eramg190058
- Siqueira, M. V. S., & Mendes, A. M. (2009, jul./set.). Gestão de pessoas no setor público e a reprodução do discurso do setor privado. *Revista do Serviço Público*, 60(3), 241-250.
- Sorj, B. (2000). Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. *RBCS*, 15(43), 25-34.
- Souza, C. S. O. de, & Santiago, C. F. (2007) O processo de inclusão da mulher como profissional de segurança pública na polícia militar de Minas Gerais. *Caderno Espaço Feminino*, 18(2), 143-155.
- Souza, E. L. (2002). *A carreira policial militar – uma abordagem dos fatores determinantes da escolha* (Dissertação apresentada no curso de mestrado em psicologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Souza, E. M. de. (2017). A Teoria Queer e os Estudos Organizacionais: Revisando Conceitos sobre Identidade. *Revista de Administração Contemporânea*, 21(3), 308-326. doi: 10.1590/1982-7849rac2017150185
- Souza, E. M. de., Costa, A. de S. M. da., & Pereira, S. J. N. (2015). A Organização (in)corporada: ontologia organizacional, poder e corpo em evidência. *Cad. EBAPE.BR*, 13(4), Artigo 4.

- Souza, E. M. de, Souza, S. P., & Silva, A. R. L. da. (2013). O Pós-estruturalismo e os Estudos Críticos de Gestão: da Busca pela Emancipação à Constituição do Sujeito. *RAC - Revista de Administração Contemporânea*, 17(2), 198-217.
- Souza, E. R. de, & Minayo, M. C. de S. (2005). Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(4), 917-928. doi: 10.1590/S1413-81232005000400015
- Souza, E. R. de, Franco, L. G., Meireles, C. de C., Ferreira, V. T., & Santos, N. C. dos. (2007). Sofrimento psíquico entre policiais civis: uma análise sob a ótica de gênero. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(1), 105-114. doi: 10.1590/S0102-311X2007000100012
- Souza, E. R. de, & Minayo, M. C. de S. (2013). Sob Fogo Cruzado I: vitimização de policiais militares e civis brasileiros. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 1, 110-117.
- Souza, E. R. de., Minayo, M. C. de S., Silva, J. G., & Pires, T. de O. (2012). Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 28(7), 1297-1311.
- Souza, E. R. de., Schenker, M., Constantino, P., & Correia, B. S. C. (2013). Consumo de substâncias lícitas e ilícitas por policiais da cidade do Rio de Janeiro. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 18(3), 667-676.
- Souza, M. M. P., & Carrieri, A. P. (2014). A análise do discurso em estudos organizacionais. In E. M. Souza (Org.), *Metodologias e análises qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual* (pp. 13-38). Vitória: Ed. UFES.
- Souza, R. C. de. (2018). Condições emocionais dos policiais militares do interior de Minas Gerais (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
- Souza, T. de J. (2010). Contribuições da psicanálise à perícia trabalhista. *Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg., Belo Horizonte*, 51(81), 405-410.
- Souza, W. F. de (2013). Transtornos mentais e comportamentais relacionados ao trabalho: o que a psicologia tem a dizer e a contribuir para a saúde de quem trabalha? *Fractal, Rev. Psicol.*, 25(1), 99-108.
- Spode, C. B., & Merlo, Á. R. C. (2006). Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 362-370. doi: 10.1590/S0102-79722006000300004
- Ståhl, C., Svensson, T., Petersson, G., & Ekberg, K. (2009). The work ability divide: Holistic and reductionistic approaches in Swedish interdisciplinary rehabilitation teams. *Journal of Occupational Rehabilitation*, 19(3), 264-273. doi: 10.1007/s10926-009-9183-2
- St-Arnaud, L., Briand, C., Corbière, M., Durand, M.-J., Bourbonnais, R., Saint-Jean, M., ... Kedl, E. (2014). *Studies and Research Projects Supporting a Return to Work after an Absence for a Mental Health Problem Design, Implementation, and Evaluation of an Integrated Practices Program*. (IRSST – Communications and Knowledge, Ed.). Recuperado de <http://www.irsst.qc.ca/media/documents/PubIRSST/R-823.pdf>
- Storani, P. (2008). Vitória sobre a morte: a glória prometida: o “rito de passagem” na construção da identidade dos operações especiais do BOPE (Dissertação de Mestrado em Antropologia). Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Tambellini, A. T. et al. (1985). *Política Nacional de Saúde do Trabalhador, análises e perspectivas*. Contribuição à Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador. Rio de Janeiro: ABRASCO.

- Tenório, F. G. (2008). *Tem razão a administração?* Ijuí, RS: Ed. Unijuí.
- Thompson, J. B. (2002). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Tradução do Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da PUC-RS. Petrópolis: Vozes.
- Thompson, J. B. (2011). *Ideologia e cultura moderna*. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes.
- Tjulin, A., MacEachen, E., & Ekberg, K. (2011). The social interaction of return to work explored from co-workers experiences. *Journal Disability and Rehabilitation*, 33(21), 1979-1989. doi: 10.3109/09638288.2011.553708
- Toldrá, R. C., Daldon, M. T. B., Santos, M. da C. dos, & Lancman, S. (2010). Facilitadores e barreiras para o retorno ao trabalho: a experiência de trabalhadores atendidos em um centro de referência em saúde do trabalhador - SP, Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 35(121), 10-22. doi: 10.1590/S0303-76572010000100003
- Toniolo, A. C. (2014). Retorno ao trabalho e transtornos mentais e do comportamento: um estudo com servidores públicos municipais (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Tonon, L., & Grisci, C. L. I. (2015). Gestão gerencialista e estilos de vida de executivos. *Revista de Administração Mackenzie*, 16 (1), 15-39. doi: 10.1590/1678-69712015.
- Torres, K. B., Campos, I. de O., & Rodrigues, D. da S. (2018). As dimensões estruturantes do trabalho policial. *Rev. REFACS*, 6 (Supl. 2), 552-562. doi: 10.18554
- Touraine, A. (2006). *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes.
- Touraine, A., & Khosrokhavar, F. (2004). *A busca de si: Diálogos sobre o sujeito*. Rio de Janeiro: Difel.
- Traesel, E. S. (2014). O ser e o servir nas teias da (des) estabilidade: análise psicodinâmica das vivências de servidores públicos de uma gerência regional do INSS diante dos novos modos de gestão (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Traesel, E. S., & Merlo, A. R. C. (2009). A psicodinâmica do reconhecimento no trabalho de enfermagem. *Psico, Porto Alegre*, 40(1), 102-109.
- Traesel, E. S., & Merlo, A. R. C. (2014). “Somos sobreviventes”: vivências de servidores públicos de uma instituição de seguridade social diante dos novos modos de gestão e a precarização do trabalho na reforma gerencial do serviço público. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17(2), 224-238.
- Tragtenberg, M. (1980). *Administração, poder e ideologia*. São Paulo: Moraes.
- Tragtenberg, M. (2004). *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo: Editora Unesp.
- Tragtenberg, M. (2006). *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ática.
- Van Leeuwen, T. (1997). A representação dos atores sociais. In E. R. Pedro (Org.), *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional* (pp. 169-222). Lisboa: Caminho.
- Van Leeuwen, T. (2008). *Discourse and practice: new tools for critical discourse analysis*. New York: Oxford.
- Van Oostrom, S. H., Van Mechelen, W., Terluin, B., De Vet, H. C. W., & Anema, J. R. (2009).

- A participatory workplace intervention for employees with distress and lost time: A feasibility evaluation within a randomized controlled trial. *Journal of Occupational Rehabilitation*, 19(2), 212-222. doi: 10.1007/s10926-009-9170-7
- Vasconcelos, A., & Faria, J. H. (2008). Saúde mental no trabalho: contradições e limites. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 453-464.
- Verdonk, P., Rijk, A. de, Klinge, I., & Vries, A. de. (2008). Sickness absence as an interactive process: Gendered experiences of young, highly educated women with mental health problems. *Patient Education and Counseling*, 73(2), 300-306. doi: 10.1016/j.pec.2008.06.003.
- Vergara, S., & Caldas, M. P. (2005). Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. *RAE-revista de administração de empresas*, 45(4), 66-71.
- Vézina, M., & Bourbonnais, R. (2001). *Incapacité de travail pour des raisons de santé mentale*.
- Viapiana, V. N., Gomes, R. M., & Albuquerque, G. S. C. de. (2018). Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença. *Saúde em Debate*, 42(spe4), 175-186. doi: 10.1590/0103-11042018s414
- Vidal, M. F. (2012). Indenização por doença psíquica no ambiente de trabalho: o direito (e o juiz) no fogo cruzado do nexos causal. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho, Brasília*, 78(1).
- Vieira, F. de O. (2014). Quem vê cara, não vê coração: aspectos discursivos e eufemísticos da sedução organizacional que disfarçam violência e sofrimento no trabalho. *Revista Economia & Gestão*, 14(36). Recuperado de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/6416>
- Vieira, M. M. F., & Caldas, M. P. (2006). Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. *Revista de Administração de Empresas*, 46(1), 59-70. doi: 10.1590/S0034-75902006000100006
- Vieira, V., & Resende, V. M. (2016). *Análise de discurso (para a) crítica: O texto como material de pesquisa*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores.
- Violanti, J. M. (1995). The Mystery Within, Understanding Police Suicide. *FBI Law Enforcement Bulletin*, 19-23.
- Violanti, J. M., Charles, L. E., Hartley, T. A., Mnatsakanova, A., Andrew, M. E., Fekedulegn, D., ... Burchfiel, C. M. (2008). Shift-work and suicide ideation among police officers. *American Journal of Industrial Medicine*, 51(10), 758-768. doi: 10.1002/ajim.20629.
- Vogel, N., Schandelmaier, S., Zumbunn, T., Ebrahim, S., ... Kunz, R. (2015). Return to work coordination programmes for improving return to work in workers on sick leave (Protocol). *Cochrane Database of Systematic Reviews*. doi: 10.1002/14651858.CD011618.
- Wang, Z., Inslicht, S., Metzler, T. J., Henn-Haase, C., McCaslin, S. E., Tong, H., ..., Marmar, C. R. (2010). A prospective study of predictors of depression symptoms in police. *Psychiatry Research*, 175(3), 211-16.
- Weaver, G. R., & Gioia, D. A. (1994). Paradigms Lost: Incommensurability vs. Structurationist Inquiry. *Organization Studies, London*, 15(4), 565-590.
- Weffort, F. C. (2006). *Formação do Pensamento Político Brasileiro: idéias e personagens*. São Paulo: Ática.

- Weltman, G., Lamon, J., Freedy, E., & Chartrand, D. (2014). Police Department Personnel Stress Resilience Training: An Institutional Case Study. *Global Advances in Health and Medicine*, 3(2), 7279. doi: 10.7453/gahmj.2014.015.
- Winter, L. E., & Alf, A. M. (2019). A profissão do policial militar: vivências de prazer e sofrimento no trabalho. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 19(3), 671-678. doi: 10.17652/rpot/2019.3.13214
- Wodak, R. (2003). De qué trata el análisis crítico del discurso (ACD). Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In R. Wodak, & M. Meyer (Orgs.), *Métodos de análisis crítico del discurso* (pp. 17-34). Barcelona: Gedisa.
- Wodak, R. (2009). What CDA is about: a summary of its history, important concepts and its developments. In R. Wodak, & M. Meyer (Orgs.), *Methods of Critical Discourse Analysis* (pp. 1-13). Londres: Sage, 2001.
- Wood, J. D., Watson, A. C., & Fulambarker, A. J. (2017). The “Gray Zone” of Police Work During Mental Health Encounters: Findings From an Observational Study in Chicago. *Police Quarterly*, 20(1), 81-105. doi: 10.1177/1098611116658875
- Wynne-Jones, G., Van Der Windt, D., Ong, B. N., Bishop, A., Cowen, J., Artus, M., & Sanders, T. (2014) Perceptions of health professionals towards the management of back pain in the context of work: a qualitative study. *BMC Musculoskelet Disord.*, 15, 210. doi: 10.1186/1471-2474-15-210 PMID: 24941952
- Yzaguirre, F. & Mendoza, C. A. C. (2013). “La perspectiva de la sociología clínica: una sociología de proximidad orientada al sujeto”. In: *Actas del XI Congreso Español de Sociología: Crisis y cambio: propuestas desde la sociología*. ISBN: 978-84-697-0169-0.
- Yin, H., Xu, G., Tian, H., Yang, G., Wardenaar, K. J., & Schoevers, R. A. (2018). The prevalence, age-of-onset and the correlates of DSM-IV psychiatric disorders in the Tianjin Mental Health Survey (TJMHS). *Psychological Medicine*, 48(3), 473-487. doi: 10.1017/S0033291717001878.
- Zimbalist, A. (1975). The Limits of Work Humanization. *Review of Radical Political Economics*, 7, 50.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM GESTORES E ESPECIALISTAS



PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (PPGA)
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE (FACE)
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

ROTEIRO DA ENTREVISTA COM GESTORES E ESPECIALISTAS

Título do projeto: “Retorno ao trabalho após afastamento por transtorno mental: um estudo sócio-clínico com policiais da Polícia Militar do Distrito Federal”

Pesquisador responsável: Cledinaldo Aparecido Dias

Perfil do Entrevistado

Nome:

Idade:

Estado civil:

Formação escolar:

Cargo que ocupa na polícia:

A atenção à saúde mental na PMDF

1. Papel do Centro de Prevenção e Qualidade de Vida
2. Principais demandas e tipos de transtornos mentais na PMDF
3. Serviços oferecidos e a participação dos pacientes

O processo de adoecimento mental, afastamento e acompanhamento do policial

4. As especificidades do trabalho policial e as possíveis consequências na Saúde Mental
5. O processo de acompanhamento de um paciente com Transtorno Mental
6. Resistências internas do policial para não procurar o serviço especializado
7. A que atribui as causas do adoecimento mental
8. Quando um policial percebe que “não da conta” de continuar trabalhando? Até que ponto ele resiste?
9. Como se dá o processo de afastamento
10. Tipos de afastamento mais comuns?
11. Prejuízos para os policiais quando do seu afastamento
12. O mito de herói e o adoecimento
13. Atividades/suporte de acompanhamento oferecidos aos policiais durante afastamento
14. Quanto à vida fora do trabalho policial, há alguma ação do CPQV

O retorno ao trabalho

15. Como descreve o policial que retorno ao trabalho?
16. Relate:
 - 1) Principais dificuldades enfrentadas ao retornar
 - 2) Os desafios do retorno
 - 3) Políticas de reintegração
 - 4) Orientações ao policial, aos colegas de trabalho, aos superiores

Outras questões

17. Se tivesse oportunidade de mudar o trabalho da polícia, o que você mudaria?
18. Existe alguma questão que gostaria de adicionar?

APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM POLICIAIS



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (PPGA)
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE (FACE)
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

ROTEIRO DA ENTREVISTA COM POLICIAIS

Título do projeto: “Retorno ao trabalho após afastamento por transtorno mental: um estudo sócio-clínico com policiais Militares do Distrito Federal”

Pesquisador responsável: Cledinaldo Aparecido Dias

Perfil do Entrevistado

Nome:	Idade:	Estado civil:
Formação escolar:	Cargo que ocupa na polícia:	
Tempo que exerce a função de policial:	Atuou em outra(s) área(s) antes:	
Tem filhos?	Quantos:	

O ingresso na polícia – A construção identifiacional

1. Conte sobre a sua opção por ser policial. Por que você escolheu ser policial?
2. Conte sobre o processo de ingresso na “Escola de Polícia”. (expectativas, sonhos, piores e melhores momentos, desafios e acontecimentos que mais incomodava na formação)
3. Fale sobre a sua identificação com a polícia e o quanto o seu trabalho influencia a sua vida pessoal.

Ser polícia – O contexto do trabalho

4. Fale sobre uma jornada diária do trabalho do policial. (Trabalhos mais comuns; motivação do policial para o trabalho; sentimento após uma jornada de trabalho; o mais desgastante do trabalho).
5. Conte um episódio que te chocou/marcou muito no seu trabalho de polícia.
6. Se tivesse oportunidade de mudar o “jeito de ser policial”, o que você mudaria? (O que excluiria e o que acrescentaria?)

O trabalho e o processo de adoecimento

7. Como você veio parar no CPQV? O que você sentiu que trouxe você para o CPQV?
8. Conte-me um pouco da história do seu adoecimento por causa do trabalho.
9. Como você associa o trabalho policial com o comprometimento da saúde mental.
10. O que você acha que mais contribuiu para o comprometimento da saúde mental dos policiais?
11. O que você faria diferente na sua jornada de trabalho hoje para evitar situações de adoecimento mental?
12. Conte-me um pouco sobre quando você percebeu que não estava psicologicamente bem para continuar trabalhando? (Aceitação da doença)

A gestão e poder – Burocracia e gerencialismo

13. Como o trabalho do policial é avaliado pelos superiores?
14. Qual é a maior pressão sofrida no trabalho?
15. Quais os desafios da hierarquia na polícia?
16. Como você descreve o poder na polícia?
17. Como o militarismo influencia a vida pessoal de um policial?

O retorno ao trabalho

18. Conte sobre como foi o retorno ao trabalho depois do afastamento.
19. O que mais incomodou e o que mais mudou depois do retorno?
20. Como ficaram as relações com os colegas de trabalho?
21. Fale sobre a reação dos seus superiores diante do seu diagnóstico.
22. Como foi a reação da família após o retorno?
23. O que você acha que mais mudou na sua vida profissional?
24. O que mais traz prazer no trabalho hoje? E o que traz mais desgosto?
25. Quem é você para a sociedade hoje?
26. O que você mais espera do seu trabalho?
27. Fale sobre “ser policial” depois que o policial passa por um episódio de transtorno mental.
28. Gostaria de falar sobre algo mais, que talvez não tenhamos tratado durante a entrevista?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (PPGA)
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE (FACE)
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

1. Informações do Participante da Pesquisa

Nome:		
Documento de Identidade (tipo):	Nº.:	Sexo: () M () F
Local de Nascimento:	Data de Nascimento: / /	
Endereço:	Nº.:	
Complementos:	Bairro:	
Cidade:	Estado:	
CEP:	Telefones:	

2. Título do Projeto de Pesquisa

Retorno ao trabalho após afastamento por transtorno mental: um estudo sócio-clínico com policiais do Batalhão de Operações Especiais do Distrito Federal (BOPE/DF)

3. Duração da Pesquisa

Novembro de 2018 a Julho de 2020

4. Nome do Pesquisador Responsável

Marcus Vinicius Soares Siqueira

Cargo/ Função: Professor Associado da Universidade de Brasília/Programa de Pós-Graduação em Administração	Nº de registro do Conselho Regional:
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------

5. Nome do Pesquisador Integrante

Cledinaldo Aparecido Dias

Cargo/ Função: Acadêmico doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração/Universidade de Brasília	Nº de registro do Conselho Regional:
------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------

6. Instituição/Instituições

Universidade de Brasília

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “Retorno ao trabalho após afastamento por transtorno mental: um estudo sócio-clínico com policiais do BOPE/DF”. Neste estudo temos o objetivo de investigar as representações discursivas e posições identitárias sobre a gestão, o trabalho e a organização do poder, percebidas pelos atores envolvidos no processo de afastamento e retorno ao trabalho de policiais militares do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) do Distrito Federal, depois de afastamento por transtorno mental, causado por razões laborais.

O motivo que justifica nos leva a estudar o assunto é a ausência de trabalhos que tratem especificamente sobre o retorno ao trabalho do profissional militar após transtorno mental de qualquer natureza. A iniciativa do trabalho possibilita o repensar das ações adotadas pelos comandos policiais em relação a estes profissionais. Mais do que uma pesquisa de avaliações estatísticas ou das ponderações da relação do trabalho com o adoecimento, o aprofundamento dessas questões por meio de pesquisa qualitativa, tende a trazer um novo olhar para o trabalhador, partindo da escuta e atenção às suas especificidades.

Metodologicamente, para este estudo, estaremos realizando entrevistas individuais, não estruturadas, com policiais militares que tenham sofrido algum tipo de transtorno mental e após um período de afastamento retornou às suas atividades de trabalho junto a corporação.

Reconhecemos os riscos de invasão da sua privacidade; exposição de questões sensíveis vividas no contexto do trabalho ou mesmo na sua vida pessoal, tais como atos ilegais, violências sofridas, dificuldades de relacionamento ou outros aspectos da vida pessoal; possibilidade de você revitimizar e perder o autocontrole ao revelar pensamentos, sentimentos e sofrimentos nunca revelados; sofrer discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; divulgação de dados confidenciais e a possibilidade de tomar o tempo do sujeito ao responder as entrevistas previstas.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (PPGA)
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE (FACE)
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

Para minimizar os possíveis riscos da pesquisa, a equipe de pesquisadores se compromete a reduzir o desconforto dos pesquisados, garantir a realização das entrevistas em local reservado e exclusivo para este fim; garantir ao entrevistado total liberdade para não responder questões desagradáveis e que possam lhe causar algum constrangimento; garantir a capacitação, qualificação e profissionalismo dos pesquisadores para a condução da coleta de dados (entrevistas); atentar para as manifestações ou sinais não verbais de desconforto, que possam comprometer o bem estar dos entrevistados; assegurar a confidencialidade, a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos policiais entrevistados.

Como benefícios da pesquisa acredita-se permitir uma maior seguridade do profissional no trabalho; a possibilidade de desenvolver políticas de gestão de recursos humanos voltadas para o acolhimento do profissional que retorna ao trabalho; repensar as práticas organizacionais de forma a minimizar os riscos de adoecimento mental dos profissionais e promover maior segurança pública, a partir do acompanhamento da saúde mental dos policiais.

Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, na Universidade de Brasília e a outra será fornecida a você.

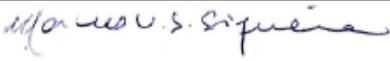
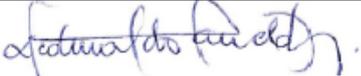
Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo “Retorno ao trabalho após afastamento por transtorno mental: um estudo sócio-clínico com policiais do BOPE/DF”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Brasília, _____ de _____ de 2019.

Nome: _____

Assinatura do participante: _____

	
Nome: Marcus Vinícius Soares Siqueira Professor UnB – Fone: (61) 3107-0749 Assinatura pesquisador Coordenador:	Nome: Cledinaldo Aparecido Dias Doutorando – Fone: (38) 99192-9245 Assinatura pesquisador Participante:

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar: Universidade de Brasília (UnB) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais - Telefone: (61)3107-1592 - E-mail: cep_chs@unb.br. Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Faculdade de Direito - Sala BT 03/1 Bairro: Asa Norte – CEP: 70910-900

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Retorno ao trabalho após afastamento por transtorno mental: um estudo sócio-clínico com policiais do BOPE/DF

Pesquisador: MARCUS VINICIUS SOARES SIQUEIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 13842818.0.0000.5540

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Administração

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.498.760

Apresentação do Projeto:

Inalterada em relação ao parecer consubstanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 7 de junho de 2019.

Objetivo da Pesquisa:

Inalterado em relação ao parecer consubstanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 7 de junho de 2019.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O pesquisador acrescentou no TCLE e na carta de revisão ética modos de minimizar os possíveis riscos da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Inalterados em relação ao parecer consubstanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 7 de junho de 2019.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Inalteradas em relação ao parecer consubstanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 7 de junho de 2019.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências foram sanadas pelo pesquisador. Este projeto foi aprovado pelo CEP/CHS.

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de	
Bairro: ASA NORTE	CEP: 70.910-900
UF: DF	Município: BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592	E-mail: cep_chs@unb.br

**UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE**



Continuação do Parecer: 3.498.760

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1259791.pdf	17/06/2019 20:13:48		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_terceiro_envio.pdf	17/06/2019 20:13:03	MARCUS VINICIUS SOARES SIQUEIRA	Aceito
Outros	Carta_Revisao_etica_terceiroenvio.pdf	17/06/2019 20:12:11	MARCUS VINICIUS SOARES SIQUEIRA	Aceito
Cronograma	Cronograma_Atualizado_terceiro_envio.pdf	17/06/2019 20:09:56	MARCUS VINICIUS SOARES SIQUEIRA	Aceito
Outros	aceite_institucional.pdf	03/05/2019 19:45:48	MARCUS VINICIUS SOARES SIQUEIRA	Aceito
Outros	CURRICULO_DO_PESQUISADOR.pdf	11/12/2018 11:10:37	MARCUS VINICIUS SOARES SIQUEIRA	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_DE_COLETA_DE_DADOS.pdf	11/12/2018 11:09:54	MARCUS VINICIUS SOARES SIQUEIRA	Aceito
Outros	CURRICULO_DO_COORDENADOR.pdf	11/12/2018 10:56:42	MARCUS VINICIUS SOARES SIQUEIRA	Aceito
Outros	CARTA_DE_ENCAMINHAMENTO.pdf	11/12/2018 10:55:08	MARCUS VINICIUS SOARES SIQUEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	20/11/2018 17:25:16	Cledinaldo Aparecido Dias	Aceito
Declaração de Pesquisadores	pesquisador.pdf	20/11/2018 17:24:44	Cledinaldo Aparecido Dias	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	instituicao.pdf	20/11/2018 17:24:18	Cledinaldo Aparecido Dias	Aceito
Folha de Rosto	Folharosto.pdf	20/11/2018 17:23:45	Cledinaldo Aparecido Dias	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 3.498.760

BRASILIA, 09 de Agosto de 2019

Assinado por:
Érica Quinaglia Silva
(Coordenador(a))

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br